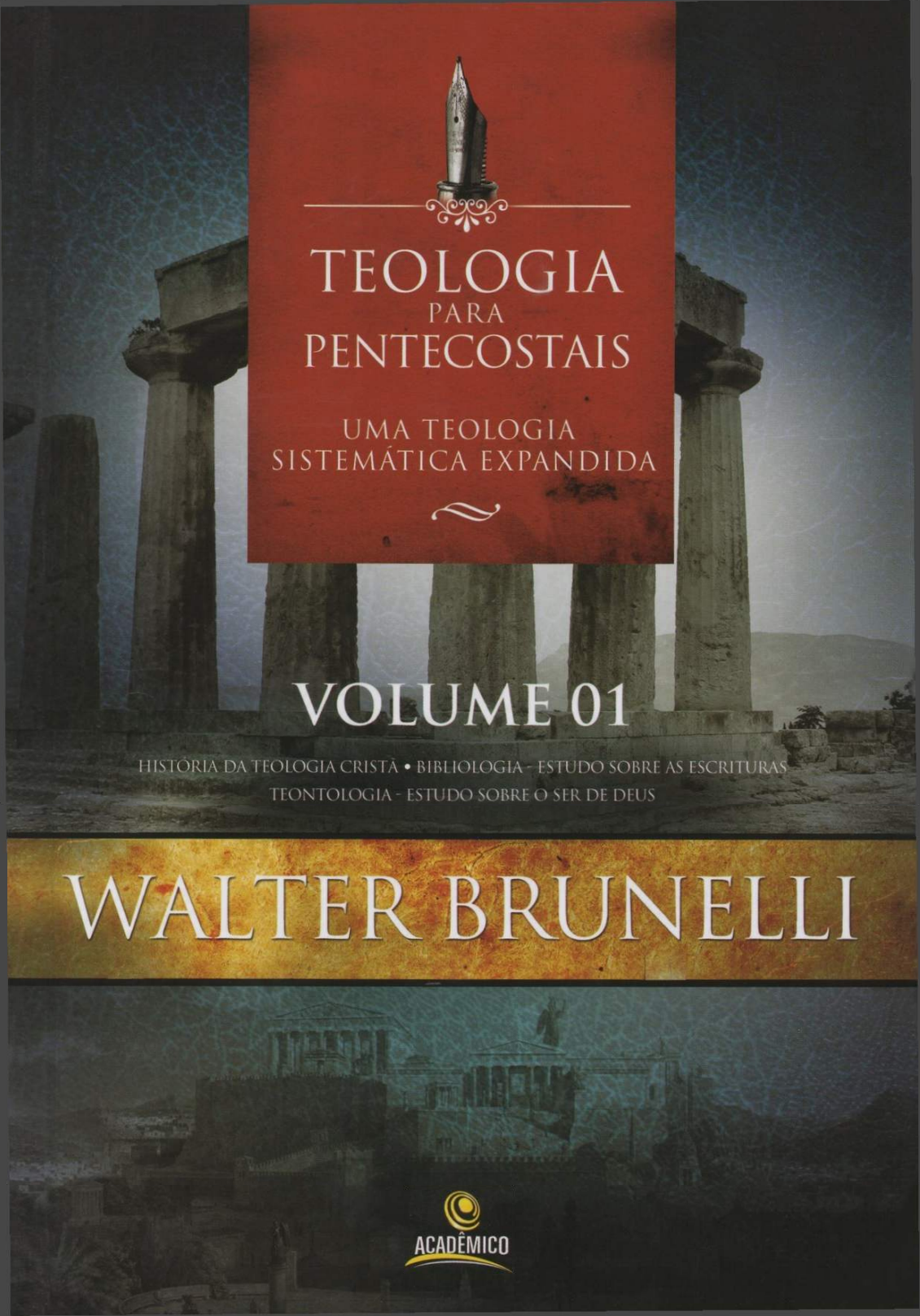


TEOLOGIA PARA PENTECOSTAIS

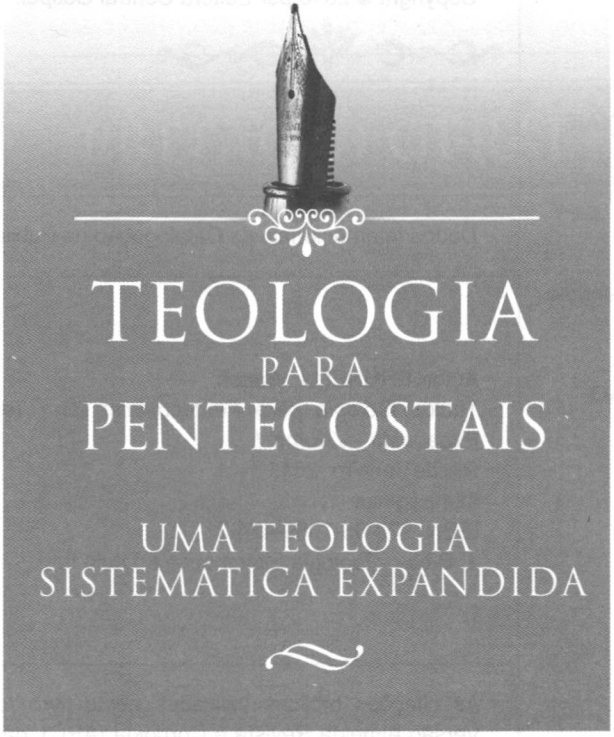
UMA TEOLOGIA SISTEMÁTICA EXPANDIDA

VOLUME 01

HISTÓRIA DA TEOLOGIA CRISTÃ • BIBLIOLOGIA - ESTUDO SOBRE AS ESCRITURAS
TEONTOLOGIA - ESTUDO SOBRE O SER DE DEUS

WALTER BRUNELLI

ACADÊMICO



TEOLOGIA PARA PENTECOSTAIS

UMA TEOLOGIA SISTEMÁTICA EXPANDIDA

VOLUME 1

HISTÓRIA DA TEOLOGIA CRISTÃ

BIBLIOLOGIA – ESTUDO SOBRE AS ESCRITURAS

TEONTOLOGIA – ESTUDO SOBRE O SER DE DEUS

WALTER BRUNELLI

CENTRAL GOSPEL

GERÊNCIA EDITORIAL E DE PRODUÇÃO
Gilmar Chaves

GERÊNCIA DE PROJETOS ESPECIAIS
Jefferson Magno

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Michelle Candida Caetano

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DESIGN
Regina Coeli

1ª REVISÃO
Izaldil Tavares

REVISÃO FINAL
Maria José Marinho
Welton Torres

CAPA
Thiago Ishibashi

ILUSTRAÇÕES
Thiago Ishibashi
Israel Felipe

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Eduardo Souza

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
RR Donnelley

Copyright © 2016 por Editora Central Gospel.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Autor: BRUNELLI, Walter.
Título: *Teologia para Pentecostais: Uma Teologia Sistemática Expandida - Volume 1*
Rio de Janeiro: 2016
424 páginas
ISBN: 978-85-7689-474-2
1. Bíblia - Teologia Sistemática I. Título II.

As citações bíblicas utilizadas neste livro foram extraídas da Versão Almeida Revista e Corrigida (ARC), da Sociedade Bíblica do Brasil, salvo indicação específica, e visam incentivar a leitura das Sagradas Escrituras.

É proibida a reprodução total ou parcial do texto deste livro por quaisquer meios (mecânicos, eletrônicos, xerográficos, fotográficos etc.), a não ser em citações breves, com indicação da fonte bibliográfica.

Este livro está de acordo com as mudanças propostas pelo novo Acordo Ortográfico, que entrou em vigor a partir de janeiro de 2009.

1ª edição: abril/2016

Editora Central Gospel Ltda
Estrada do Guerenguê, 1851 - Taquara
Cep: 22.713-001
Rio de Janeiro – RJ
TEL: (21) 2187-7000
www.editoracentralgospel.com

PREFÁCIO GERAL

Estudo a Bíblia há vários anos e, dentre todas as fontes que têm servido de ajuda aos meus estudos, sempre tive um interesse e um respeito todo especial pelas teologias sistemáticas. Porém, sempre senti falta de uma teologia que tratasse sistematicamente dos assuntos teológicos sob a visão pentecostal. Eis que, certo dia, fui procurado pelo pastor Walter Brunelli, meu amigo de muitos anos, informando-me que estava trabalhando em uma *Teologia para Pentecostais*.

Conversamos longamente sobre a conceituação, o conteúdo, o lastreamento do projeto e, finalmente, cheguei à conclusão de que eu estava diante da preparação de uma obra escrita sob uma ótica nova, original e prática. Imediatamente, assumi o compromisso de abraçar editorialmente aquele projeto e de colocá-lo em nosso cronograma de lançamentos.

Todo pastor necessita de ferramentas teológicas ricas, diversificadas, de texto acessível e construídas sob rigor acadêmico. Esta *Teologia para Pentecostais – Uma Teologia Sistemática Expandida* é uma obra com estes e outros méritos. Abrangendo os 10 temas da teologia sistemática, o pastor Brunelli disserta, de maneira expandida, sobre: *Bibliologia – Estudo sobre as Escrituras; Teontologia – Estudo sobre o ser de Deus; Cristologia – Estudo sobre a pessoa de Cristo; Pneumatologia – Estudo sobre o Espírito Santo; Angelologia – Estudo sobre os anjos; Antropologia – Estudo sobre o homem; Hamartiologia – Estudo sobre o pecado; Soteriologia – Estudo sobre a salvação; Eclesiologia*

– *Estudo sobre a Igreja; Escatologia – Estudo sobre as últimas coisas;* e ainda brinda os leitores com mais dois estudos: *a História da Teologia Cristã e a História do Movimento Pentecostal.*

Todo esse arsenal de conhecimentos é o resumo dos estudos de um pastor que sempre dedicou-se ao aprendizado e ao ensino ao longo de sua vida. Em minha opinião, Walter Brunelli é, entre nós, ministros pentecostais, uma das mais autorizadas vozes na ministração do ensino da Palavra de Deus, tanto pelos conhecimentos que tem reunido como pela experiência de cátedra. Tê-lo na lista de nossos autores nacionais com uma obra de tamanha envergadura é algo que nos honra, pois agregará enorme valor ao nosso catálogo.

Tenho certeza de que, publicando esta obra, a Editora Central Gospel estará facilitando a formação curricular de milhares de estudiosos da Bíblia e tornando acessível aos pentecostais uma Teologia Sistemática Expandida e destinada a eles.

Pastor Silas Malafaia
Pastor presidente da Igreja ADVEC, presidente da Editora Central Gospel, psicólogo clínico, conferencista internacional e pastor evangélico.

PREFÁCIO DO AUTOR

Jamais pensei em escrever uma obra volumosa. Eu não teria escrito uma linha sequer se pensasse que o desafio era chegar a 4 volumes, do mesmo modo que Moisés, certamente, pensaria duas vezes antes de aceitar o desafio de tirar os hebreus da terra do Egito se Deus lhe dissesse que o processo todo levaria 40 anos. Mas, Deus não conta tudo. Algumas coisas simplesmente acontecem. Eu escrevia uma revista de Escola Bíblica Dominical para atender a algumas centenas de igrejas no Brasil. Depois de sete anos escrevendo, constatei que havia tratado sobre todos os temas que compõem a Teologia Sistemática; foi quando o meu filho, Ricardo, me incentivou a juntar aquele material e fazer dele um livro. Juntando com outras anotações que eu tinha para as minhas aulas em seminários, constatamos que o material reunido poderia até ser transformado em dois volumes. O pastor Silas Malafaia foi ainda mais longe comigo: desafiou-me a dobrar o tamanho da obra. Não hesitei, mas sei quanto isso me custou. Foram meses de extenso labor diário. Se a minha equipe de trabalho não me socorresse junto à igreja que pastoreio, eu não teria conseguido, mas os obreiros que Deus levantou para estarem ao meu lado, levantando os meus braços, a compreensão da igreja, a paciência da minha esposa e o incentivo de alguns amigos contribuíram para que esta obra fosse concluída.

Depois de concluir alguns capítulos, percebi que poderia ter avançado ainda mais nas minhas pesquisas e nos meus escritos, e certamente o faria se o tempo com o meu

editor não estivesse tão escasso. Constatei também que faltaram algumas notas bibliográficas nas minhas antigas anotações (aquelas usadas para lecionar), mas seria um desperdício não incluir aquele material. Reconheço que ainda há muito que ser escrito sobre a teologia pentecostal e incentivo outros escritores a elaborarem mais peças literárias nessa área.

Felizmente, existe hoje uma nova geração instruída em bons seminários, possuidora de grande saber teológico e que pode oferecer à Igreja muita literatura teológica saudável. Chegou o tempo de nós, pentecostais brasileiros, produzirmos nossa própria teologia. Até hoje, temos dependido dos teólogos reformados, cujos aspectos doutrinários divergem dos nossos em alguns pontos, mas eles têm sido grande canal de bênçãos para nós. O que dizer de gigantes da teologia como Charles Hodge, Augustus Strong, Wayne Grudem, Louis Berkhof, Lewis S. Chafer, Robert Culver, Franklin Ferreira, Alan Myatt, Norman Geisler e outros, cujas obras têm servido de extraordinárias fontes de pesquisa para nós?

Já as teologias sistemáticas que temos são, na sua maioria, elementares, porque não adentram os temas mais polêmicos do campo doutrinário. Talvez, por falta de material doutrinário mais apologético e contextualizado à nossa realidade pentecostal brasileira, tenhamos perdido tantos jovens seminaristas para algumas denominações históricas, quando eles poderiam ser canal de bênção dentro do meio pentecostal. Depois de mais de um século de História, a Igreja pentecostal brasileira fez grandes conquistas, mas no campo teológico há ainda muito que ser feito.

A Igreja pentecostal brasileira notabilizou-se por seu crescimento e, devido a isso, fragmentou-se em muitos grupos com características próprias, em uma extensão que vai do chamado pentecostalismo clássico até os mais bizarros casos de extravagâncias místicas e desatinos éticos, causando vergonha à causa do Evangelho. O fenômeno pentecostal brasileiro tem sido alvo de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Ele forma hoje uma gama tão extensa de modelos, dentro do chamado neopentecostalismo, que será preciso criar novas metodologias de pesquisa para poder compreendê-lo. É urgente a necessidade de se trazer de volta para a Palavra essa vasta massa de pentecostais que anda à deriva sem saber exatamente o que crê e conduzi-la a um bom nível de entendimento para que cresça sadia.

As nossas crenças já passaram pelos testes da crítica teológica, já foram suficientemente bombardeadas pelos *experts* do biblicismo cristão e já foram acusadas de portar heresias. O nosso povo já sofreu a discriminação acintosa das denominações históricas, até de endemoninhados fomos chamados. Quanta literatura foi escrita para desmerecer os pentecostais chamando-os de seita e, embora muita coisa tenha mudado, há ainda escritores famosos, principalmente nos Estados Unidos, que tratam os pentecostais como povo inferior, acusando-o de proferir blasfêmias contra o Espírito Santo quando fala línguas estranhas.

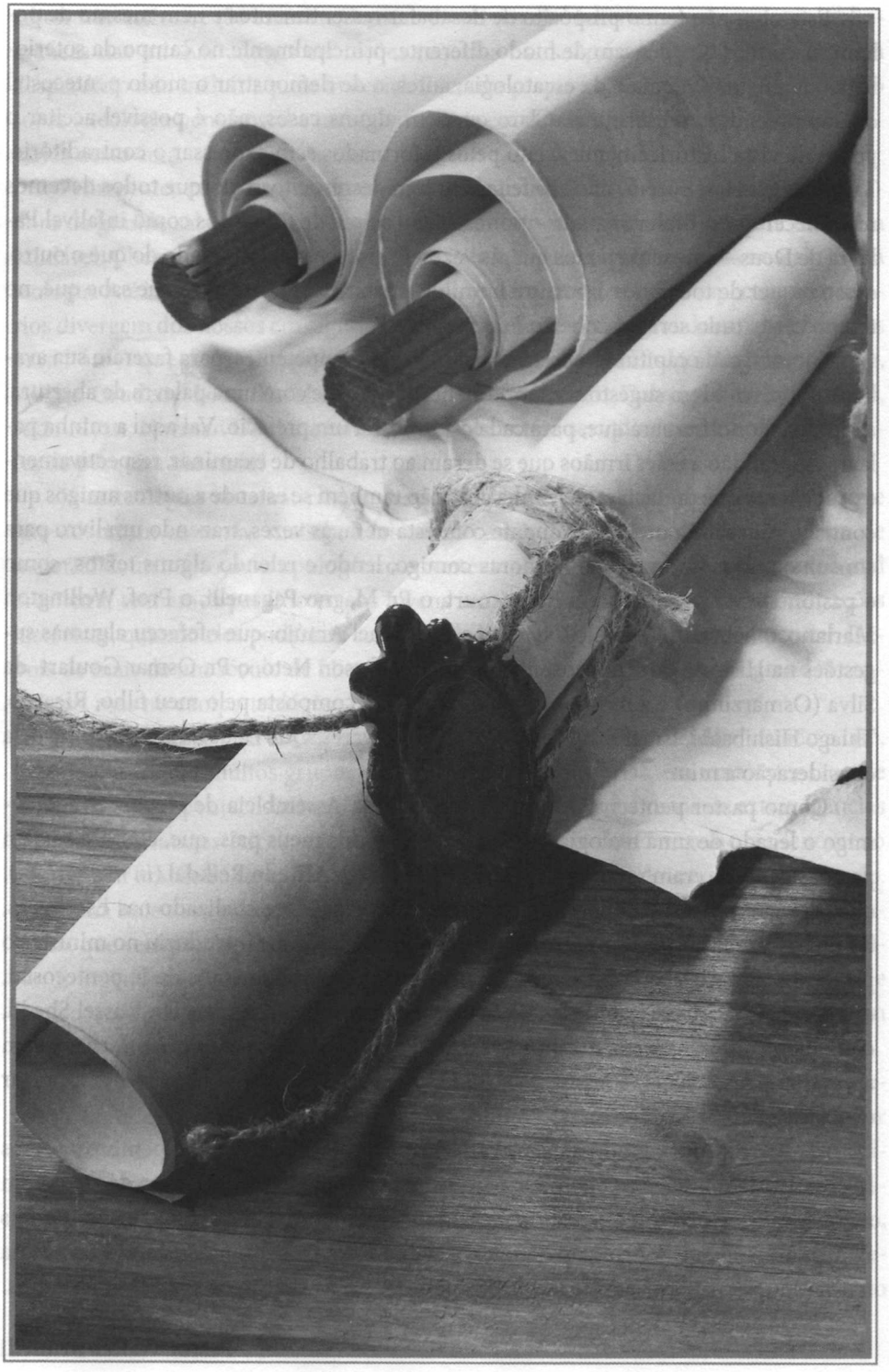
Esta obra não tem o propósito de desabafar ressentimentos e nem mesmo de polemizar com os que pensam de modo diferente, principalmente no campo da soteriologia, da pneumatologia e da escatologia; antes, o de demonstrar o modo pentecostal de compreender as Escrituras. Claro que, em alguns casos, não é possível aceitar o ponto de vista historicamente aceito pelos reformados sem expressar o contraditório. Tais divergências, porém, não são feitas em tom desrespeitoso, porque todos devemos reconhecer que a Bíblia Sagrada – por estar tão acima de todos nós como infalível Palavra de Deus – apresenta textos que, às vezes, favorecem mais um lado do que o outro, e isso requer de todos nós a postura humilde e paciente do discípulo que sabe que, no tempo certo, tudo será descoberto.

Submeti cada capítulo à apreciação de colegas competentes, para fazerem sua avaliação, apresentarem sugestões e, por fim, honrarem-me com uma palavra de abertura; assim, o leitor observará que, para cada capítulo, há um prefácio. Vai aqui a minha palavra de gratidão a esses irmãos que se deram ao trabalho de examinar, respectivamente, cada texto que prefaciaram. Minha gratidão também se estende a outros amigos que contribuíram direta ou indiretamente com esta obra, às vezes, trazendo um livro para consulta, outras vezes, gastando horas comigo, lendo e relendo alguns textos, como o pastor, Dr. Arthur Moratelli Bittencourt, o Pr. Magno Paganelli, o Prof. Wellington Mariano, o hebraísta Marcelo Oliveira, o Prof. Isael Araújo, que ofereceu algumas sugestões na História do Pentecostalismo, o Dr. Jefferson Neto, o Pr. Osmar Goulart da Silva (Osmarzinho) e a minha equipe de trabalho, composta pelo meu filho, Ricardo, Thiago Hishibashi, Israel Felipe e o Prof. Isaldil Tavares. Que Deus os recompense pela consideração a mim.

Como pastor pentecostal, nascido e criado na Assembleia de Deus, carrego comigo o legado de uma teologia herdada primeiro dos meus pais, que, embora fossem pessoas simples, eram seguros na doutrina, do pastor Alfredo Reikdal (*in memoriam*), que foi meu pastor desde a minha infância, homem sério e abalizado nas Escrituras, do meu tio, o pastor Delfino Brunelli (*in memoriam*), que me introduziu no ministério pastoral e que gastava horas comigo transmitindo os fundamentos da fé pentecostal, dos meus professores – embora não fossem pentecostais –, como o Dr. Russel Shedd, com quem aprendi a ler as Escrituras, do Dr. Richard Sturz (*in memoriam*), com quem aprendi a pensar sistematicamente e do Dr. Karl Lacker, com quem aprendi a pregar expositivamente. A todos esses, a minha palavra de gratidão.

Dedico esta obra a todo o povo evangélico e, em especial, ao povo pentecostal. Aos líderes das denominações pentecostais, que, com seriedade, fazem a obra de Deus com amor à causa e profunda paixão pelas almas. É tempo de ajustarmos nossos pontos doutrinários e convergirmos para os temas que nos são comuns, fincando os pés na revelação que nos leva à experiência e garante-nos a convicção da fé que professamos.

Pastor Walter Brunelli



PROLEGÔMENOS

Teologia é o estudo ou o tratado sobre Deus. A Teologia Sistemática constitui um dos meios de se estudar a Teologia, visto que há outras divisões como: a Teologia Bíblica, a Teologia Histórica e a Teologia Prática. Cada campo de estudo teológico demanda método próprio, como veremos a seguir.

A Teologia Sistemática foi iniciada pelo teólogo João Damasceno (675 d.C.—749 d.C.), da Igreja do Oriente. Os embates teológicos começaram a ganhar força no segundo século e estenderam-se pelos séculos posteriores até chegar aos nossos dias. Os teólogos começaram debatendo heresias judaicas e gnósticas. Do gnosticismo, nasceram dúvidas a respeito da natureza humana e da natureza divina de Jesus, criando um embate sobre a Trindade. Nenhum assunto rendeu mais discussão do que esse, embora outros temas também fossem de difícil abordagem.

Os teólogos eram filósofos inicialmente. Duas escolas foram importantes para eles: a de Alexandria e a de Antioquia. A forma que cada escola interpretava as Escrituras era peculiar; os teólogos de Alexandria interpretavam-nas alegoricamente; os de Antioquia, pelo método histórico-gramático-literal. Desse modo, os resultados eram diferentes.

Tipos de teologias

É preciso distinguir entre os tipos de teologias a fim de que se tenha uma postura correta diante de cada uma delas. Estudar Teologia Bíblica não corresponde a estudar

Teologia Sistemática em relação ao método e aos resultados – não que haja contradição nos estudos teológicos –, mas é preciso saber que um nos levará a entender o pensamento de determinado autor em uma época específica; enquanto outro estudo nos levará a entender um tema, especificamente, dentro de um conjunto de textos que estão relacionados.

Teologia Bíblica

A Teologia Bíblica divide-se em Teologia Bíblica do Antigo Testamento e Teologia Bíblica do Novo Testamento. Tanto uma como a outra resultam de um trabalho exegético, ou seja, de uma hermenêutica (interpretação) textual minuciosa, a qual se baseia nos pressupostos históricos e culturais, bem como na literatura dos textos originais (grego, hebraico e aramaico). A Teologia Bíblica é dedutiva. Não importa qual seja o pensamento prévio do intérprete quanto ao assunto estudado: o texto fornecerá a ele a sua informação, cabendo, ao leitor, a conclusão a partir do pensamento do escritor original.

Teologia Histórica

A Teologia Histórica analisa o desenvolvimento da Teologia ao longo da história da Igreja nas diversas categorias sectárias, considerando suas respectivas variações e seus desvios heréticos. Veremos mais sobre esse tema no capítulo destinado à História da Teologia.

Teologia Prática

A Teologia Prática ocupa-se do modo como a Igreja comunica sua fé e suas verdades. Ela está ligada diretamente à Teologia Pastoral e à Teologia Espiritual. Os resultados da Teologia Prática são verificados a partir dos ensinamentos legados, na forma de definições e de conceitos doutrinários, na liturgia e no modo de vida de cada membro de uma Igreja. "Definir Teologia Sistemática, incluindo 'o que a Bíblia toda ensina-nos hoje', pressupõe que a aplicação à vida é uma parte necessária da Teologia Sistemática".[1]

Teologia Natural

A Teologia Natural decorre da revelação natural que todo ser humano tem acerca de Deus por intermédio da criação, dando, ao homem, a noção de que há um Deus relacionado a todas as coisas criadas. Isso exige que cada um tenha a consciência de um compromisso moral com Ele (Rm 1.18ss).

---

1. GRUDEM, Wayne. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 2005. p. 3.

Teologia Revelada

A Teologia Revelada debruça-se sobre a revelação específica de Deus por meio das Escrituras Sagradas, as quais fornecem todo o material necessário para satisfazer as indagações humanas e para orientar o homem seguramente no caminho que o levará a Deus, em conformidade com a Sua vontade.

Teologia Sistemática

A Teologia Sistemática também é conhecida como Teologia Dogmática, pois ela defende dogmas (crenças tidas como certas e absolutas). Diferentemente da Teologia Bíblica, que é exegética e dedutiva, a Teologia Sistemática é indutiva. Ela parte do tema para as Escrituras, explorando tudo o que for possível dentro do assunto. A Teologia Sistemática é um arranjo ordenado da doutrina cristã, ela é a sistematização dos principais temas relacionados à fé, tais como: 1) Escrituras Sagradas (Bibliologia), isto é, a canonicidade e a autoridade da Bíblia como Palavra de Deus aos homens; 2) Deus (Teologia); 3) Jesus Cristo (Cristologia); 4) Espírito Santo (Pneumatologia); 5) Anjos (Angelologia); 6) Homem (Antropologia); 7) Pecado (Hamartiologia); 8) Salvação (Soteriologia); 9) Igreja (Eclesiologia) e 10) Últimas Coisas (Escatologia).

Fontes da Teologia Sistemática

A teologia cristã é o conjunto de doutrinas que compõem as crenças comuns aos seguidores de Cristo. Tais doutrinas emanam das Escrituras Sagradas em conjunto com a razão, a tradição e a mística (experiência).

As Escrituras

Não se pode fazer teologia senão com base nas Escrituras Sagradas. Essa é a posição da Igreja cristã a partir da Reforma Protestante. Lutero defendia a tese de *Sola Escriptura* (a Bíblia é a única regra de fé e conduta para o cristão). Ao longo da história, a Igreja Católica Romana criou dogmas (crenças tidas como certas e absolutas), abandonando gradualmente a utilização das Escrituras Sagradas; isso a distanciou das verdades fundamentais ensinadas pelos apóstolos de Jesus.

Qualquer assunto de ordem doutrinária que não leva em consideração as declarações bíblicas deve ser tachado como herético, pois parte de fonte humana e ninguém tem autoridade para isso. As Escrituras (e somente elas) têm autoridade para fornecer as informações necessárias sobre os temas da doutrina cristã.

A Razão

Deus nos fez seres racionais, e esse é um dos aspectos que nos torna semelhantes a Ele (Gn 1.26). Então, é natural que o homem absorva o conhecimento das questões doutrinárias por meio da razão. Apesar disso, muitos buscam, na fé, algo que os faça *sentir*, mas não se mostram interessados em *compreender*.

É verdade que a fé inclui também as emoções, mas não se estriba nelas. "Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas" (Jr 17.9). Por outro lado, somos exortados a usar a razão para darmos explicação da nossa fé: "antes, santificai a Cristo, como Senhor, em vosso coração; e estai sempre preparados para responder com mansidão e temor a qualquer que vos pedir a razão da esperança que há em vós" (1 Pe 3.15).

A mente humana está sempre ávida por compreender o sagrado e nunca está satisfeita com o que sabe, sempre quer mais. Essa sede por compreender é saudável à medida que coloca o homem no caminho do aprendizado; porém, torna-se perigosa quando entra pelo caminho da especulação. Por exemplo, o homem pode ter conhecimento dos atributos de Deus, mas não pode compreender Sua mente. Não temos capacidade para entender a relação entre a onisciência divina (pela qual Ele sabe sobre tragédias futuras) e a Sua bondade (por intermédio da qual poderia evitar tais tragédias). Um assunto não tira o lugar do outro. Deus não pode ser comparado ao homem que ou é uma coisa ou é outra – ou pode uma coisa ou pode somente outra. "Porque os meus pensamentos não são os vossos pensamentos, nem os vossos caminhos, os meus caminhos, diz o Senhor. Porque, assim como os céus são mais altos do que a terra, assim são os meus caminhos mais altos do que os vossos caminhos, e os meus pensamentos, mais altos do que os vossos pensamentos" (Is 55.8,9). Desse modo, cabe ressaltar que a razão deve trabalhar no sentido de elaborar a doutrina a partir da revelação (as Escrituras Sagradas) em conjunto com a revelação natural, a tradição e a experiência, a fim de organizá-la, distinguindo cada assunto por sua ordem e importância.

Há diferença entre conhecer e compreender. Conhecemos muitos fatos relativos a Deus. Concebemos o divino como algo grande, ilimitado, inigualável, acima de tudo e de todos, e fazemos isso por generalidade, ou seja, entendendo que, para ser Deus, Ele tem de ser alguém assim; mas, quando começamos a perscrutá-lo, a mente se sente desafiada a compreender como se dá esse processo, algo semelhante ao que acontece quando observamos a vida e assistimos à reprodução e ao crescimento dos seres e dos vegetais.

Contudo, compete um grande desafio à razão: julgar a credibilidade de uma revelação. A razão julga e decide o que é possível e o que é impossível. Assim tem sido em relação às ciências; a razão exige comprovações. Um fato é científico depois de mostrar comprovações por meio de experimentos considerados suficientes. Do mesmo modo, a razão faz exigências quanto aos fatos relacionados à fé: o que pode ou não ser crido: "Somos, consequentemente, não só autorizados, mas obrigados a declarar anátema um

apóstolo ou anjo celestial que porventura nos conclame a receber, como revelação de Deus, algo absurdo ou mau ou inconsistente com a natureza intelectual ou moral com a qual nos dotou".[2]

A Tradição

Os judeus dão grande importância à tradição, e isso decorre de uma orientação divina: "para que temas ao Senhor, teu Deus, e guardes todos os seus estatutos e mandamentos, que eu te ordeno, tu, e teu filho, e o filho de teu filho, todos os dias da tua vida; e que teus dias sejam prolongados" (Dt 6.2). Tanto as Escrituras como os costumes que incluem alimentação, vestimentas, comemorações e símbolos sagrados, desde tempos remotos até hoje, são transmitidos de pai para filho entre os judeus. Por causa disso, eles conseguem manter sua unidade religiosa, política e social, mesmo depois de muitos momentos de dispersão.

Do mesmo modo, nós, cristãos, trazemos conosco uma tradição doutrinária do aprendizado recebido dos nossos pais, dos cultos, das pregações, da Escola Bíblica Dominical, dos livros, dos periódicos evangélicos e da comunhão com os irmãos. Mesmo sem ter conhecimento profundo das Escrituras e sem saber como achar textos específicos para explicar determinados temas, um cristão evangélico sabe identificar um assunto que não é compatível com a fé cristã, sendo capaz de reagir na mesma hora. Todavia, os autores partem de um conhecimento prévio da doutrina e, à medida que vão elaborando sistematicamente tais conhecimentos, estes vão ganhando corpo e consistência.

A Mística (experiência)

Quando um indivíduo está estimulado por um interesse, sua mente trabalha surpreendentemente. As faculdades mentais são despertadas e a vontade encontra mais disposição. Em momentos como esses, surgem os grandes gênios: pessoas se dizem *inspiradas* a realizar, criar ou inventar. Muitos atribuem esse estado a uma ação divina, mas isso pode acontecer até com pessoas que se opõem a Deus. Já entre os crentes, tais momentos tendem, às vezes, a ganhar um viés espiritual, no qual os sentimentos ocupam o lugar da Revelação bíblica. Os entusiastas que ignoram a orientação das Escrituras em busca de sentimentos são chamados, na Teologia, de místicos. Os místicos alegam conhecer o que está oculto a outras pessoas. Para a Filosofia, o misticismo é a intuição que acredita em que Deus pode ser conhecido face a face pelo homem, sem qualquer intermediação.

No Cristianismo, há uma crença comum de que o Espírito Santo atua intimamente na vida de cada crente, capacitando-o a acessar o conhecimento de Deus.

---

2. HODGE, Charles. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Hagnos, 2003. p. 39.

De fato, entre os crentes, há manifestações sobrenaturais, principalmente entre os grupos pentecostais; a Bíblia não apenas confirma tais ocorrências entre os crentes do passado como também incentiva a busca dos dons espirituais (1 Co 12.4-16,31).

A mística pode ter a sua importância, porém seu caráter é particular, podendo ser compartilhada com um grupo para a edificação deste; mas ela não deve, em hipótese alguma, substituir a revelação, antes deve ser conferida por esta. A mística também compreende a experiência espiritual do indivíduo.

Por que uma Teologia Sistemática Pentecostal?

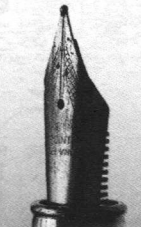
Os pentecostais têm produzido suas próprias teologias, nas quais as peculiaridades da sua fé – como as que dizem respeito à doutrina do Espírito Santo e à atuação dos dons espirituais; como também a soteriologia arminiana, esposada pela maioria dos pentecostais, e a escatologia pré-tribulacionista – são expostas e analisadas biblicamente. Por muitos anos, os pentecostais beberam da fonte do respeitadíssimo Myer Pearlman, autor de *Conhecendo as Doutrinas da Bíblia*,[3] embora outras obras sistemáticas também tenham sido produzidas para dar aos pastores, aos professores, aos seminaristas e a todos os crentes interessados em se aprofundar em assuntos doutrinários, uma orientação acerca do que pensa o pentecostalismo. Então, é importante que tenhamos mais obras ao alcance dos crentes a fim de que os pentecostais conheçam melhor os fundamentos da sua fé e os irmãos de denominações não pentecostais entendam melhor o ponto de vista bíblico defendido por nós.

As grandes Teologias Sistemáticas de que dispomos foram escritas (e ainda são) por autores reformados, cuja linha de pensamento não perfila com a dos pentecostais nos pontos anteriormente citados. Apesar disso, nós acolhemos essas obras em nossas estantes. Elas fazem parte do nosso acervo bibliográfico; então, se podemos saber o que pensam e defendem aqueles autores, por que não disponibilizar a todo o público evangélico o conhecimento da fé que rege a nossa conduta, particularmente o que diz respeito às peculiaridades pentecostais?

Os pontos discordantes aqui apresentados levam em conta pressupostos divergentes dos nossos. Evitamos o confronto, exceto nos casos em que somos acintosamente ofendidos e tratados como classe de cristãos inferiorizados. Contudo, na maioria dos temas elencados pela Teologia Sistemática, como: as Escrituras (inspiração e inerrância), o estudo sobre Deus, sobre a pessoa de Cristo, sobre os anjos, sobre o pecado e sobre a Igreja (não obstante reconhecermos algumas divergências peculiares acerca da forma de governo), esposamos um pensamento comum.

---

3. Essa obra é uma Teologia Sistemática traduzida pelo missionário Lawrence Olson, editada pela CPAD, e, posteriormente, pela Editora Vida. Ela tem sido usada como referência pelos pastores pentecostais.



HISTÓRIA DA TEOLOGIA CRISTÃ

SUMÁRIO

PREFÁCIO À HISTÓRIA DA TEOLOGIA CRISTÃ 21

INTRODUÇÃO 23
Como se desenvolveu a teologia cristã

OS PAIS APOSTÓLICOS 27
Alexandria e sua importância
Pais Apostólicos
Pais Apologistas
Pais polemistas
A falta do Cânon do Novo Testamento
Clemente de Roma
Inácio de Antioquia
Policarpo
A Epístola de Barnabé
O Pastor de Hermas

AS GRANDES HERESIAS 35
O gnosticismo
Conceito de salvação
Distinção de classes
Conceito de Deus
Conceito de Cristo
O marcionismo

OS PAIS APOLOGISTAS 43
Justino, o mártir
Irineu
Clemente de Alexandria
Orígenes
A contribuição teológica de Orígenes
Uma visão conjunta dos Pais Apologistas
Tertuliano
Montanismo

AS CONTROVÉRSIAS TRINITARIANAS 57
Monarquianismo
Ário
Atanásio
Os Pais capadócios
Reação de Agostinho

O Concílio de Niceia
O Credo Apostólico
A reação dos arianos

A ESCOLA DE ALEXANDRIA E A ESCOLA DE ANTIOQUIA 67
Divergência soteriológica
Divergência cristológica
O apolinarianismo
O nestorianismo
O Concílio de Éfeso
A controvérsia eutiquiana
O Concílio dos Ladrões
O Concílio de Calcedônia
Reações ao Concílio

AGOSTINHO 79
Três fases da controvérsia agostiniana
Agostinho contra o maniqueísmo
Agostinho contra o donatismo
Agostinho contra Pelágio
O monasticismo
Jerônimo
O Sínodo de Orange
A Igreja divide-se
O Império Carolíngio
Penitência, de ato público ao confessionário

A ESCOLÁSTICA 95

MARTINHO LUTERO E A REFORMA PROTESTANTE 99
Necessidade de conversão
Vendedor de indulgência
Resposta pela oração
A decadência da Igreja
Os dissidentes reformistas
Wycliffe
Desejo de Reforma
Da cabeça aos pés
Elementos facilitadores da Reforma
A Renascença
A política
A economia
As mudanças sociais
A religião
O que foi a Reforma?

TEÓLOGOS DA REFORMA 111
Lutero
Melanchthon

Zwinglio
Calvino
Jacob Armínio
Os anabatistas
O pietismo
O puritanismo
John Wesley e o metodismo
O Iluminismo
Kant
Hegel

A TEOLOGIA DO SÉCULO 20 137
O liberalismo teológico
O existencialismo cristão de Søren Kierkegaard
O existencialismo religioso de Paul Tillich
A desdogmatização do cristianismo de Adolf von Harnack
A neo-ortodoxia de Karl Barth
A demitização de Rudolf Bultmann

CONCLUSÃO 145

BIBLIOGRAFIA 151

A maior vaidade dos teólogos é achar que podem perscrutar o inescrutável. Ao tentar decifrar os atributos incomunicáveis de Deus, como Sua soberania, Sua onipotência, Sua onisciência e Sua onipresença, terão de se contentar em concebê-lo como Abraão, Isaque e Jacó (genericamente), como o Deus Todo-poderoso, e somente isso! Ao tentar compreender os atributos comunicáveis de Deus, como Sua santidade, Sua justiça, Seu amor e Sua bondade, vão conhecê-lo como Moisés conheceu (particularmente), como o *Eu Sou*, e isso é tudo! (Êx 6.2,3).

PREFÁCIO À HISTÓRIA DA TEOLOGIA CRISTÃ

História da Teologia Cristã é uma temática viva, fascinante e extremamente relevante para a compreensão das nossas crenças e das nossas instituições denominacionais atuais, pois, em algum momento da nossa caminhada cristã, desejaremos saber nossas origens doutrinárias e o porquê de certas crenças e práticas.

Nesta obra, o pastor Walter Brunelli faz uma síntese da história da teologia da igreja cristã, tratando do assunto de maneira direta, mobilizando sua preciosa capacidade didática para esse tema tão vasto e complexo, apresentando um roteiro seguro para o estudo da história da teologia da Igreja com preciosas citações da época e com explicações que a tornam compreensível.

O autor apresenta a Teologia Patrística dentro da perspectiva étnica dos Pais gregos e latinos presente por vários séculos, abordando as questões teológicas, contextualizando sempre o mundo antigo, eivado de filosofia, religião e política.

Ele apresenta os grandes credos da Igreja como uma resposta impositiva a muitas e diferentes heresias surgidas em cada geração de cristãos. Grande parte do embate teológico apresentado na obra diz respeito ao conceito essencial de Deus, para isso, os teólogos utilizaram das mais variadas vertentes filosóficas na tentativa homérica de perscrutar o inescrutável.

Ele mostra a importância incalculável de Agostinho de Hipona, apresentando sua teologia da soberania divina como fios condutores para o Calvinismo, sua radicalização em Beza e sua contraposição em Jacob Armínio. Com uma nitidez admirável apre-

senta a teologia de Armínio de maneria simples, desconstruindo os adjetivos comuns dados por alguns autores reformados e reconhecendo a doutrina da graça preveniente como a maior expressão do mundo evangélico na atualidade.

Contextualizando a Reforma Protestante nos seus aspectos político, religioso, econômico e social, também apresenta a teologia de Lutero e dos demais reformadores, bem como os movimentos religiosos, filosóficos e experiencialistas que surgiram da rica herança protestante.

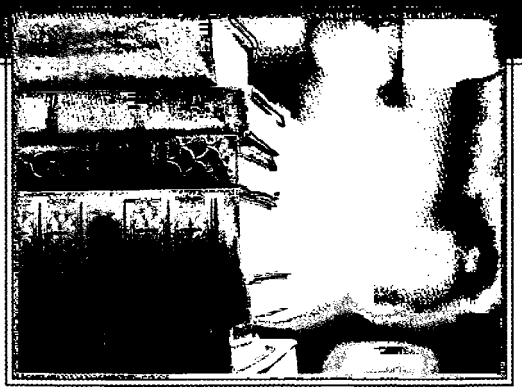
Trata-se de uma leitura agradável, leve e lógica. O encadeamento dos assuntos teológicos e históricos é tão bem amalgamado que nos permite a visão do todo sem desprezar os vários detalhes específicos presentes na milenar história teológica do cristianismo.

O leitor dotado de percepção afinada não deixará de observar a aguçada capacidade do autor em retratar a paisagem teológica na longa e emblemática caminhada da Igreja na face da terra. Particularmente, fui demasiadamente edificado por dar uma olhada nos originais, podendo, antes do público leitor, deleitar-me com os escritos.

Professor Pastor Alberto Alves da Fonseca

Pastor, graduado em História com Licenciatura Plena pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP; graduado em Teologia pela Faculdade Teológica de Ciências Humanas e Sociais Logos – FAETEL; graduado em Direito; Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, é professor de História Geral, História de Israel e História da Igreja Cristã e escritor.

INTRODUÇÃO



O desafio de escrever uma Teologia Sistemática Pentecostal, particularmente para a realidade da igreja evangélica pentecostal brasileira, decorre do fato de haver pouca literatura que não seja elementar sobre o assunto, enquanto há fartura de obras escritas por teólogos reformados, cuja linha de reflexão teológica tem, como pressuposto, a teologia calvinista. O calvinismo é determinante não apenas nas questões soteriológicas, mas se espraia também para outros campos da doutrina cristã.

Por falta de material mais específico dentro do pentecostalismo, muitos estudantes da Bíblia têm recorrido a obras de escritores reformados, bebendo da sua fonte e sendo influenciados por tais escritos; assim, acabam adotando as críticas veementes às doutrinas pentecostais sem critérios mais profundos.

Esta obra não tem a presunção de menosprezar nem de criar polêmicas aos pensamentos divergentes dos teólogos de tradição reformada, mas traz à tona a ênfase pentecostal sobre os principais temas discordantes a fim de fornecer dados esclarecedores sobre as crenças pentecostais e desfazer alguns mitos injustamente criados pelos tradicionais contra a fé pentecostal.

É verdade que a barreira de separação que distanciou os pentecostais dos tradicionais por tantos anos caiu por terra. Para a maioria dos denominacionais históricos, os pentecostais são vistos e aceitos com maior respeito, ainda que eles raramente tenham

Esta obra não tem a presunção de menosprezar nem de criar polêmicas aos pensamentos divergentes dos teólogos de tradição reformada.

sido rejeitados. Pastores presbiterianos, batistas e metodistas sempre pregaram nos púlpitos pentecostais, mas a recíproca nem sempre foi a mesma. Os pastores pentecostais sempre foram tratados como ignorantes e o povo pentecostal, como cristãos inferiores. Com o ingresso de jovens em seminários teológicos tradicionais, a inimizade foi caindo por terra e, hoje, já não é raro ver pregadores pentecostais com oportunidades em igrejas tradicionais. As divergências teológicas ficaram reservadas ao campo da razão, enquanto o amor cristão ganhou acentuado lugar no coração de ambos, embora continue havendo não só divergência, mas ataques veementes aos pentecostais por parte de alguns. Muitos guardaram as armas, mas não se pode dizer que a guerra acabou.

O pentecostalismo clássico[1], com exceção da Congregação Cristã no Brasil, produziu muita literatura, incluindo livros, revistas, jornais, revistas de Escola Bíblia Dominical e artigos. Espalhou-se a doutrina através desses materiais, garantindo a transmissão das suas tradições teológicas. Os pioneiros do movimento pentecostal sempre se mostraram preocupados com a preservação das doutrinas básicas que deveriam reger os crentes; porém, aquela geração pioneira passou e o que se vê depois disso é o surgimento de inúmeros pregadores e mestres que aparentemente desconhecem os mesmos princípios tão defendidos por aqueles guardiães da fé. Refiro-me não aos velhos usos e costumes concernentes à indumentária e à aparência pessoal, mas à teologia. Os missionários escandinavos e os seus alunos diretos estavam entre eles. A maioria era formada de homens com pouca instrução formal, mas estes compreendiam bem o sentido da fé e surpreendiam ilustres conhecedores da Palavra de Deus, pois sabiam defender "a fé que uma vez foi dada aos santos", inclusive quando sua linguagem era repleta de erros gramaticais.

O pentecostalismo, devido à sua expansão e ao seu crescimento, precisou ser adjetivado. Há uma necessidade de se destacar a diferença entre o pentecostalismo clássico e o neopentecostalismo, seguindo a sugestão de Paul Freston sobre as três ondas: na primeira onda, aparecem as primeiras igrejas pentecostais como a Congregação Cristã no Brasil e a Assembleia de Deus; na segunda onda, a Igreja do Evangelho Quadran-

1. O pentecostalismo clássico é o histórico no qual se destacam a Congregação Cristã no Brasil, fundada em 1910, e a Assembleia de Deus, fundada em 1911.

gular, o Brasil para Cristo e a Igreja Pentecostal Deus é Amor destacam-se; na terceira onda, a Igreja Universal do Reino de Deus surge como grande representante do neopentecostalismo, o qual reúne uma infinidade de igrejas hoje. A teoria das três ondas abriu um caminho para os cientistas da religião classificarem as igrejas pentecostais, distinguindo-as entre o pentecostalismo clássico e o neopentecostalismo, ainda que o critério de Freston seja mais cronológico.[2]

Os novos modelos de igrejas pentecostais, denominados por Paul Freston de igrejas da segunda onda, inicialmente, divergiam do pentecostalismo clássico na liturgia ao substituir os hinos tradicionais dos hinários evangélicos pelos corinhos, ao som de palmas, e ao colocar maior ênfase nas orações pela cura divina; mas, com o tempo, o surgimento dos novos modelos pentecostais, de crescimento espantoso, começaram a trazer novas ênfases teológicas da confissão positiva, a qual nasceu a partir do "positivismo teológico"[3] norte-americano e da ênfase na Teologia da Prosperidade. Assim, o pentecostalismo brasileiro atual não apenas desconhece a origem teológica do verdadeiro movimento pentecostal, como também não sabe definir suas bases doutrinárias; a não ser naqueles poucos pontos que fazem parte do seu discurso imediatista.

Esta obra, embora reflita o pensamento pentecostal, leva em consideração a sistemática como um todo, igualmente aos demais teólogos reformados. Ela considera os caminhos do desenvolvimento da teologia ao longo da história, partindo das primeiras heresias que se introduziram na Igreja do primeiro século, passando pelos Pais da Igreja, depois, pelas controvérsias teológicas e pelos teólogos da Reforma até chegar ao pensamento teológico da nossa época. O conhecimento da História ajuda a elucidar as divergências de pensamento entre as denominações cristãs. Sem ela, ficaria impossível, por exemplo, entender a discussão entre o arminianismo e o calvinismo. O estudante de teologia precisa fazer da paciência e da persistência seus grandes aliados se quiser compreender os ensinos doutrinários das Sagradas Escrituras. Antes, porém, o nosso interesse é tratar da História da Teologia, das suas vertentes e excentricidades; aliás, são estas que fazem a História.

Como se desenvolveu a teologia cristã

A teologia cristã não nasceu nos seminários teológicos. Ela não é fruto de uma iniciativa que demandava a criação de uma grade curricular em que as disciplinas eram dispostas por uma didática selecionada de matérias como se vê hoje nos seminários teológicos. A evolução do pensamento teológico foi marcada por lutas, tribunais, per-

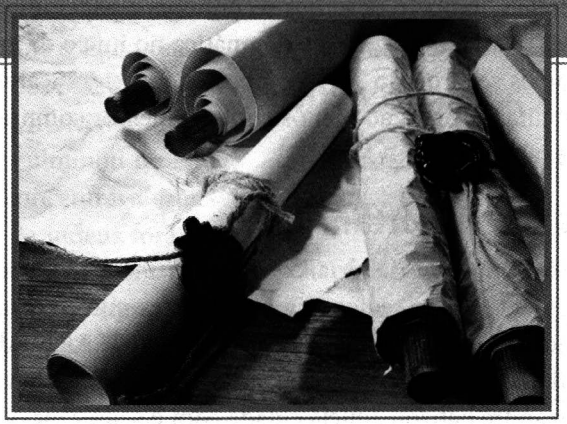
2. FRESTON, Paul. *Nem anjos nem demônios*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994. p. 67.

3. Corrente que nasceu nos Estados Unidos, em 1950 aproximadamente, em que se acredita no poder da mente. Essa crença, cujos mentores intelectuais procedem da seita Ciência Cristã, fundada em 1866 por Mary Baker Eddy, acabou penetrando em algumas lideranças evangélicas com a teologia da Confissão Positiva.

seguições e mortes. Muito sangue foi derramado na construção da teologia cristã. A opinião de uns e a obstinação de outros, somadas à intransigência dos que defendiam interesses institucionais, levaram líderes e nações a guerrearem uns contra os outros. O espírito de amor e de paz tão defendido pelos apóstolos de Jesus Cristo não demorou a desaparecer após a morte daqueles baluartes da fé. O apóstolo Paulo estava certo do que aconteceria após sua morte: "Porque eu sei isto: que, depois da minha partida, entrarão no meio de vós lobos cruéis, que não perdoarão o rebanho. E que, dentre vós mesmos, se levantarão homens que falarão coisas perversas, para atraírem os discípulos após si" (At 20.29,30).

Já nos dias apostólicos, era forte a presença de algumas heresias no seio da Igreja. Por um lado, Paulo debateu com os judaizantes que queriam manter os crentes presos às regras e às tradições judaicas, privando-os de desfrutarem da liberdade que há em Cristo. De outro lado, também debateu com os gnósticos, os quais misturavam filosofia com a doutrina cristã, confundindo os crentes com suas heresias absurdas. Muitas outras questões alheias ao pensamento cristão ainda seriam plantadas pelo diabo para desviar do seu propósito inicial não apenas algumas pessoas, mas toda a Igreja de Jesus, transformando-a em uma grande e prostituída instituição. Os líderes dela já eram chamados de *Pais* no segundo século. Do segundo ao quarto séculos, a Igreja foi dando sinais de adoecimento com a semeadura de grande heresias.

OS PAIS APOSTÓLICOS



Entre o final do primeiro século e o início do segundo, alguns escritores cristãos se destacaram e os seus escritos foram preservados, chegando até nós hoje. Tais escritos dão testemunho do Novo Testamento em relação à autoria e ao conteúdo, bem como relatam as crenças e o modo de vida da Igreja primitiva. Os escritores e os escritos que mais se destacaram foram Clemente de Roma, Policarpo, Inácio de Antioquia, Barnabé, o Pastor de Hermas, Papias e o Didaché.

A Patrística é classificada em dois grupos étnicos: dos Pais gregos e dos Pais latinos. Os que foram instruídos pelo pensamento helênico e os que foram influenciados pelo pensamento romano são chamados de Pais Apostólicos. Eles caminharam paralelamente no tempo, reivindicando para si mesmos a hegemonia da Igreja: uns pendendo para Constantinopla e outros, para Roma.

Qual o nosso interesse em estudar a Patrística nos dias de hoje? Qual a importância dos seus escritos para a Igreja atual? Pergunta Benoit:

> A par de sua significação histórica, terá ainda a exegese patrística algo a nos dizer? Terá ela algum valor para nós? Poderemos ler hoje em dia, com proveito, as explicações de um Irineu, os comentários de um Orígenes, as homilias de um Basílio de Cesareia ou de um Agostinho?[4]

4. BENOIT, André. *A Atualidade dos Pais da Igreja*. São Paulo: Editora ASTE, 1966. p. 69.

No decorrer desta seção em que trataremos exclusivamente dos Pais da Igreja, constataremos o quanto eles oscilaram na teologia cristã, variando em relação aos escritos apostólicos a ponto de cometerem verdadeiras heresias, as quais se perpetuaram ao longo da história, sobretudo aquelas que foram abraçadas pela Igreja Católica Romana, a qual considera os Pais da Igreja como os *Santos Pais*. Apesar de enxergá-los na categoria de hereges, também devemos reconhecer o papel importante que alguns deles exerceram em relação à exegese e à dogmática no início da era cristã. A distância cronológica que os separou do período apostólico é significativamente menor do que a nossa, possibilitando-lhes, ao menos em tese, melhor compreensão dos escritos apostólicos do que nós.

Alexandria e sua importância

Ainda neste preâmbulo da História, convém dar uma palavra sobre a importância de Alexandria na formação de teólogos e nos debates que se seguiram por séculos. Alexandre, o Grande, da Macedônia, construiu a cidade de Alexandria em 332 a.C, na costa noroeste do delta do rio Nilo, no Egito, no local onde antes havia uma cidade chamada Racotis. Alexandre batizou aquela cidade com o seu próprio nome: Alexandria. Depois da sua morte, ele foi substituído por Ptolomeu I, o qual construiu uma grande biblioteca na cidade. Com a morte deste, Ptolomeu II deu ainda mais força intelectual à cidade, acrescentando volumes à biblioteca. Foi também esse rei quem solicitou a tradução da Bíblia, do vernáculo oficial, o hebraico, para o grego, resultando na famosa tradução dos setenta, conhecida como Septuaginta.

Um ancoradouro dividia dois portos: um oriental e outro ocidental. Dali, partiam tanto frotas bélicas como comerciais, transportando cereais de todo o império romano.

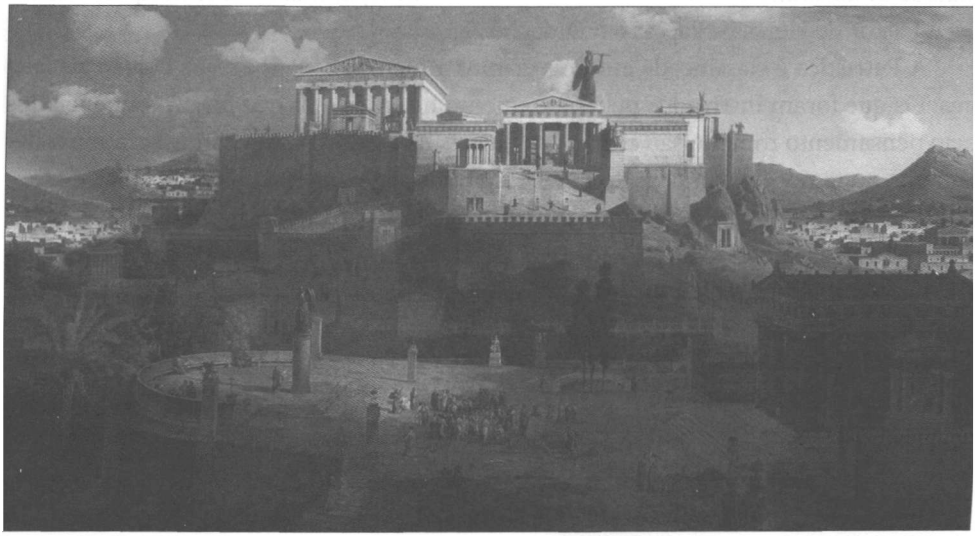


Ilustração da antiga Alexandria

Certa vez, Paulo embarcou em um navio que partira de Alexandria carregado de alimentos (At 27.6,10). Alexandria concentrava três grupos étnicos: egípcios, uma vez que a cidade estava no Egito; judeus, porque ali eles não eram perseguidos; e gregos, porque o Egito estava sob o poder imperial dos ptolomeus.

Os judeus estavam vivendo o início da diáspora que culminou no ano 70 d.C. Alexandria concentrava a terceira maior colônia de judeus fora do seu país, perdendo só para Roma e Jerusalém. Na Alexandria, eles construíram a sua sinagoga. No dia do julgamento e da morte de Estêvão, havia um representante da sinagoga de Alexandria entre as cinco representadas ali (At 6.9). A igreja cristã também tinha um bom número de membros naquele local, tendo Clemente de Alexandria como um dos seus líderes. A cidade tornou-se um grande centro de cultura mundial. Os teólogos que se formavam lá em Alexandria eram primeiramente filósofos.

Os Pais Apostólicos foram aqueles que tiveram uma relação razoavelmente próxima dos apóstolos e, assim como estes, também prestaram sua contribuição para a Igreja.

Pais Apostólicos

Os Pais Apostólicos foram aqueles que tiveram uma relação razoavelmente próxima dos apóstolos e, assim como estes, também prestaram sua contribuição para a Igreja, deixando um grande acervo literário como legado, são eles: Clemente de Roma, Policarpo, Papias e Inácio. Eles viveram entre o final do primeiro século e parte do segundo. Cronologicamente, estavam mais próximos dos apóstolos. Seus escritos são intitulados *escritos apostólicos*.

Pais Apologistas

Os Pais Apologistas se ocuparam em defender a Igreja contra as perseguições do Estado, deixando também um grande legado literário. Eles se situam no segundo século; os mais proeminentes foram Tertuliano, Justino, o mártir, Teófilo e Aristides.

Pais polemistas

Os Pais desse grupo não mediram esforços para defender a fé cristã contra falsas doutrinas surgidas fora e dentro da Igreja. Geralmente, eles estão situados no terceiro século. Os mais destacados foram: Irineu, Tertuliano, Cipriano e Orígenes.

A falta do Cânon do Novo Testamento

A Igreja primitiva não possuía uma literatura própria completa ainda. Até que o cânon do Novo Testamento fosse formado, o único texto de que se dispunha era o Antigo Testamento traduzido para o grego (LXX)[5]. É certo pensar que o interpretavam sob a ótica de Jesus, pois entendiam que a função do Antigo Testamento era revelar o Cristo. A teologia cristã, é bom que se esclareça, desenvolveu-se no mundo grego nos quatro primeiros séculos. Irineu encontra a base da pregação dos apóstolos nos escritos do Antigo Testamento. Em uma paráfrase da *parábola do tesouro escondido* contada por Jesus, Irineu diz que o tesouro escondido nas Escrituras do Antigo Testamento é Cristo[6].

Com a formação do cânon do Novo Testamento, criou-se um movimento pela eliminação do Antigo Testamento; afinal, se já dispunham de um texto eminentemente cristão, o qual explicitava a pessoa e a doutrina de Jesus, por que conservar um texto ultrapassado que dizia respeito especificamente ao povo de Israel, e não à Igreja? Quem deu origem a essa campanha foram os gnósticos e os marcionitas.[7] Apesar disso, os Pais da Igreja impediram que o Antigo Testamento fosse posto de lado. Assim, a Igreja preservou as duas porções em conjunto. Orígenes denominava-as como *dimensão histórica* (quando se referia ao Antigo Testamento - de *a letra*) e *dimensão cristológica* ou *dimensão espiritual e eclesial* (quando se referia ao Novo Testamento).

Outra grande contribuição dos Pais da Igreja é o fato de que o entendimento das Escrituras não se reduz à pesquisa intelectual, mas é um mistério, e, portanto, há uma dependência da graça divina para isso. Gregório Taumaturgo dizia que, para entender uma profecia, é preciso estar imbuído do Espírito da profecia; assim, tanto o que profere como o que escuta precisam de uma graça. O Logos divino é quem abre e quem fecha esse entendimento que vem pelo Espírito.

As primeiras dificuldades da Igreja, independentemente das heresias judaizantes e gnósticas que já eram conhecidas nos dias apostólicos, não eram de ordem teológica, mas ética e moral. Ainda que o cristianismo fosse uma religião ilícita, ela era tolerada de certa forma, exceto quando alguém levava alguma queixa contra os cristãos para as autoridades romanas. Nesses casos, os denunciados eram levados aos tribunais e severamente castigados. Era comum cristãos serem difamados por qualquer pessoa; consequentemente, acabavam julgados e mortos injustamente. A mensagem da Igreja de Cristo é a mesma desde o princípio: o amor. Todavia, os acusadores dos crentes exploravam o amor para amordaçá-los e rirem dos seus sofrimentos.

---

5. LXX - é como se identifica a Septuaginta, a versão dos setenta. Trata-se da tradução do texto bíblico massorético (hebraico tradicional) para o grego.

6. BENOIT, André. *A Atualidade dos Pais da Igreja*. São Paulo: Editora ASTE, 1966. p. 70,71.

7. É claro que tanto os gnósticos como os marcionitas eram grupos heréticos que causaram grande perturbação à Igreja primitiva (como veremos mais adiante). Entretanto, não se pode negar que também exerceram grande influência dentro dela.

Clemente de Roma

Foram vários os personagens, na história do cristianismo, chamados de Clemente. Há um Clemente mencionado por Paulo (Fp 4.3); há o Clemente de Alexandria (150 d.C.—215 d.C.) e o Clemente, bispo de Roma. Do século 11 ao 18, houve 14 papas com o título de Clemente. No final do primeiro século, houve um Clemente, em Roma, que se notabilizou por escrever uma epístola à igreja de Corinto, que ficou conhecida como *Primeira epístola de Clemente*, e, depois, por volta de 95 d.C., escreveu uma segunda carta denominada *Segunda epístola de Clemente*. É possível que esse Clemente tenha conhecido o apóstolo Paulo.

Em sua primeira carta, Clemente exorta os crentes de Corinto acerca de algumas questões que Paulo já havia tratado, concentrando-se mais na questão de respeito à liderança, principalmente dos jovens que pareciam não estar se submetendo ao bispo[8] de Corinto. Outro assunto, do qual o apóstolo Paulo já havia tratado, foi sobre a ressurreição. Os crentes daquela cidade não se mostravam muito convencidos dessa doutrina ainda. Para levá-los a entender e a aceitar, Clemente usa um expediente um tanto estranho: apela para o mito da fênix, dando a entender que acreditava na ressurreição daquela ave, por isso, usava-a para falar da ressurreição futura dos crentes.[9]

Inácio de Antioquia

Inácio foi bispo em Antioquia, o primeiro quartel-general missionário da Igreja, pois foi dali que Paulo partiu para as suas viagens missionárias (At 13.1). Antioquia era uma cidade importante na Síria. Ali, os crentes em Jesus receberam o nome de cristãos (At 11.26). Esse terceiro pai apostólico escreveu sete cartas aos crentes de Éfeso, Magnésia, Trália, Roma, Filadélfia e Esmirna, além de uma carta a Policarpo. Essas cartas, ele escreveu enquanto viajava de Antioquia para Roma, escoltado por uma guarda, a caminho da sua execução. Alguns eruditos o têm como o primeiro teólogo do cristianismo, embora ele não considerasse que estivesse no mesmo nível dos apóstolos. Inácio, intérprete dos escritos apostólicos, esmerava-se em colocá-los em prática na comunidade dos salvos.

Em seus escritos, valorizava muito a autoridade dos líderes da Igreja, ensinando os crentes a se sujeitarem a eles. Escrevendo aos crentes de Magnésia, recomendou-lhes que se sujeitassem aos bispos assim como Jesus se sujeitou ao Pai celestial. E em sua carta aos Efésios, instruiu os crentes a aceitarem o bispo como se ele fosse o próprio Senhor Jesus. Essa ênfase à hierarquia espiritual da Igreja colocada por Inácio possivelmente deu origem à exacerbação da autoridade episcopal atribuída ao líder maior da Igreja Católica.

---

8. Bispo - devido ao fato de a igreja de Corinto ter crescido, expandiu-se por várias regiões, e o pastor era o responsável por todas aquelas igrejas.

9. OLSON, Roger. *História da teologia cristã*. São Paulo: Editora Vida, 2001.

Inácio de Antioquia morrendo como mártir (35 d.C.—107 d.C.) - gravura antiga

Inácio condenou veementemente o gnosticismo doceta que punha ênfase na humanidade de Cristo. No final do primeiro século, muitos cristãos já estavam contaminados pela heresia gnóstica e muitos já não acreditavam na divindade de Jesus. Inácio também valorizou demasiadamente a celebração da Ceia do Senhor, chamando-a de *eucaristia* (termo grego para *agradecimento*), entendendo que se tratava de um pacto importante no processo de salvação. Ele tratou a *eucaristia* como sacramento.[10] Esses posicionamentos de Inácio acerca da autoridade do bispo e da Ceia do Senhor, como sacramento, favoreceram as crenças e as práticas da Igreja Católica Romana; mas não se pode negar que a contribuição de Inácio na cristologia favoreceu a formação do dogma da Trindade.[11]

Inácio foi um mártir cristão. A caminho de Roma, ouviu rumores de que um grupo de cristãos conspirava para livrá-lo da morte. Quando soube disso, implorou para que não o impedissem. Ele não queria *bondade fora de hora*, desejava, antes, servir de alimento para as feras, pois essa seria a hora de ele se encontrar com Deus. Dizia-se trigo de Deus para ser moído pelos dentes das feras, pois só assim revelaria ser pão puro.[12] Sua morte ocorreu entre 108 d.C. e 109 d.C., não se sabe ao certo.

10. *Sacramento* é um termo usado pela Igreja Católica Romana como *meio da graça*. Há sete sacramentos para a Igreja Romana. Nós, evangélicos, entendemos a Ceia do Senhor como uma ordenança, e não como um sacramento.

11. OLSON. 2001. p. 47.

12. Ibidem. p. 45.

Policarpo

Policarpo (69 d.C.—159 d.C.) foi discípulo de João e pastoreou a igreja de Esmirna por 50 anos. O que se sabe sobre ele vem da pena de Eusébio, em sua *História Eclesiástica*. Embora fosse pastor de uma igreja local, mostrava-se preocupado com algumas igrejas. Policarpo escreveu uma carta aos Filipenses por volta de 110 d.C., no mesmo ano em que Inácio de Antioquia foi martirizado em Roma. Sua carta faz muitas citações do Novo Testamento.[13] Ele também utiliza Hebreus e 1 Pedro e faz 13 alusões às epístolas pastorais de Paulo.[14]

Martirizado por sua fé, teve a oportunidade de retratação oferecida pelo imperador. Inicialmente, ele seria entregue às feras; depois, decidiram que ele seria queimado. Tudo o que ele precisaria fazer para se livrar do martírio era amaldiçoar a Cristo, ao que ele respondeu: "Por 86 anos tenho sido servo de Cristo, e Ele nunca me fez mal algum. Como posso blasfemar de meu Rei, que me salvou?"

A Epístola de Barnabé

Além dos nomes dos Pais Apostólicos citados, há também algumas literaturas que gozaram de respeito e de acatamento por um tempo, isto é, as epístolas de Barnabé e do Pastor de Hermas. A epístola de Barnabé foi escrita por alguém que se quis passar por ele, o companheiro de Paulo na primeira viagem missionária. Essa epístola fora escrita em Alexandria entre os anos 70 d.C. e 135 d.C. Seu autor é desconhecido; mas, pelo escrito, devia conhecer alguns apóstolos como Apolo, o companheiro de Paulo na segunda viagem missionária. A exemplo do comportamento gnóstico em relação ao Antigo Testamento, seguido por Clemente de Alexandria e Orígenes, essa literatura oferece uma interpretação alegórica para o Antigo Testamento.[15] Ele esforçou-se também para demonstrar que a Igreja de Cristo substituiu o povo judeu. Esse equívoco é sustentado até hoje por grande parte da cristandade, especialmente pelos pós-tribulacionistas, os quais se ba-

"Por 86 anos tenho sido servo de Cristo, e Ele nunca me fez mal algum. Como posso blasfemar de meu Rei, que me salvou?" (Policarpo)

13. Embora o cânon do Novo Testamento estivesse em formação ainda, os Evangelhos e as cartas paulinas já eram reconhecidos como Escrituras.

14. CHAMPLIN, R.N.; BENTES, J. M. *Enciclopédia de Bíblia, teologia e filosofia*. São Paulo: Editora Candeias, 1991. v. 5. p. 318.

15. A alegoria foi adotada pela escola de Alexandria como a forma de interpretação do AT.

seiam em Gálatas 6.16, onde Paulo chama a Igreja de "Israel de Deus". Ora, essa é uma expressão figurada e tem um sentido meramente espiritual. O Israel étnico permanece. Quando Israel voltou a ser um Estado reconhecido pela ONU, aquela nação deu cumprimento a profecias bíblicas (Dt 30.1-10; 1 Rs 8.46-52; Is 43.5,6; Jr 16.14-16; 29.12-14). Há um divino plano escatológico em andamento e será cumprido com Israel (Rm 9—11). O equívoco da epístola de Barnabé não pode ser aceito como dogma. Israel é Israel, e Igreja é Igreja! A epístola de Barnabé é bastante legalista, rigorosa e procura levar os crentes a entenderem que a salvação requer um elevado padrão de vida moral.

O Pastor de Hermas

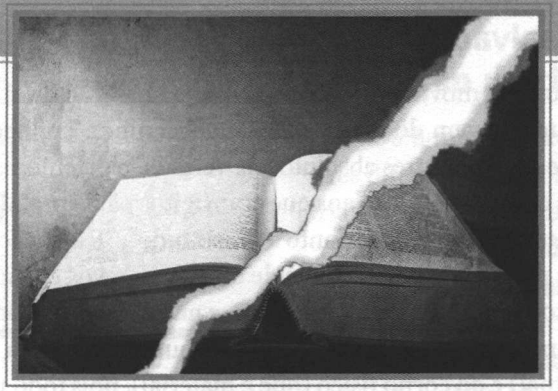
Outra literatura que ganhou destaque foi o documento chamado *O Pastor de Hermas*. Seu autor pode ter sido Pio, bispo de Roma entre 140 d.C. e 145 d.C. Esse manuscrito narra uma série de visões de um anjo que se denomina pastor e dá, a Hermas, o significado de cada uma delas. De difícil compreensão, subentende-se dessa escritura que as revelações são preventivas, pois dizem respeito a algumas perseguições, e que as forças das trevas estariam movendo-se contra os cristãos. Assim como a epístola de Barnabé, o Pastor de Hermas é também uma literatura moralista.

Embora admita o perdão de Deus, essa carta é bastante assustadora e anda na contramão da doutrina da graça pregada pelos apóstolos de Jesus. A misericórdia de Deus não é abundante, e há somente uma chance de perdão para os pecados: o batismo; esse perdão é garantido enquanto a pessoa andar no caminho da retidão. Tal posicionamento legalista desestimulava os novos crentes a desejarem o batismo. Eles adiavam-no enquanto podiam, afinal, temiam "queimar o cartucho" diante de Deus.

Ainda havia outras questões éticas altamente rigorosas nesse documento, relacionadas ao casamento, ao divórcio, às riquezas, à cidadania e ao teste às profecias. Uma vez divorciada, a pessoa nunca mais poderia se casar, não importando qual fosse a razão da separação. A atividade sexual devia ser evitada até mesmo no casamento. O Pastor de Hermas ganhou muita aceitação entre os cristãos nos terceiro e quarto séculos. Ainda que expresse a crença certa em relação à criação e à graça de Deus revelada por meio da cruz, o documento é um livro pavoroso, pois ensina as pessoas a serem crentes assustadas e profundamente receosas de caírem em algum deslize que jamais poderá ser reparado pela misericórdia de Deus, que é restrita.

Mesmo com todo o rigor ético, a carta mostra fraqueza doutrinária na sua cristologia. Jesus é a encarnação do Espírito Santo, o que ficou conhecido historicamente como "cristologia do Espírito". Essa epístola chegou a fazer parte do cânon do Novo Testamento por algum tempo. Alguns Pais da Igreja, como Irineu de Lião, Clemente de Alexandria, Orígenes e Atanásio aceitaram-na como Escritura; mas ela não pôde permanecer entre os livros inspirados. Atanásio acabou rejeitando-a como livro canônico posteriormente. O fechamento do cânon do Novo Testamento deu-se em 367 d.c. com a lista dos 27 livros de Atanásio, conforme temos hoje.

AS GRANDES HERESIAS



O que motivou os Pais da Igreja a produzirem literatura foi o surgimento de heresias no seio da cristandade. Já no tempo dos apóstolos, elas estavam presentes. O que parecia um fogo que se apagaria sozinho, no início, transformou-se em um grande incêndio. O gnosticismo, por exemplo, perdurou por cerca de 150 anos como filosofia cristã, confundindo a cabeça dos crentes. Essa corrente causou divisão no Corpo de Cristo e favoreceu o surgimento de algumas seitas, dentre elas: o marcionismo, que rejeitava completamente o Antigo Testamento e o Deus dos hebreus, alegando que o Deus do Novo Testamento, o Pai de Jesus, era outro Deus. Infelizmente, também cometeram grandes heresias aqueles que se preocuparam em proteger a Igreja com seus próprios escritos, dando origem a muitas crenças praticadas ainda hoje pelo catolicismo romano.

O gnosticismo

O gnosticismo foi uma corrente filosófica que se acomodou no seio da Igreja primitiva e tentou misturar seus ideais filosóficos às doutrinas cristãs, aliando, a elas, algumas práticas pagãs das religiões de mistério; por isso, também era considerado esotérico, adotando a mística babilônica, egípcia, hinduísta e ariana. Os gnósticos se ufanavam da sua sabedoria. O gnosticismo surgiu em meados do primeiro século e

perdurou por 150 anos no meio da Igreja. Esse movimento fracionou-se em vários modelos, tais como: os ofitas de Celso; os nicolaítas (mencionados em Apocalipse 2.15); os arcôntici;[16] os setitas; os carpocratianos; os naaseni; os simoniani; os barbelognósticos; os bardesanesianos; os marcionitas; os cerintos; os valentinianos; os ebionitas e os elquesaítas.[17]

Conceito de salvação

O gnosticismo é um movimento que acredita na obtenção da salvação por meio do conhecimento. O termo vem do grego *gnósis*, que significa "conhecimento". Os gnósticos colocavam-se como mestres absolutos da verdade e detentores do conhecimento filosófico capaz de conferir salvação aos que eram aptos para aprender. O apóstolo João rebateu-os: "E vós tendes a unção do Santo e sabeis tudo"; "E a unção que vós recebestes dele fica em vós, e não tendes necessidade de que alguém vos ensine; mas, como a sua unção vos ensina todas as coisas, e é verdadeira, e não é mentira, como ela vos ensinou, assim nele permanecereis" (1 Jo 2.20,27). Essa doutrina primava pela libertação da alma (que é espiritual) e do corpo físico (que é material), pois todo mal está contido na matéria. O conflito existente entre o material e o imaterial foi tratado de duas formas diferentes pelos gnósticos. Em sua primeira fase, eles praticavam o asceticismo, negando ao corpo material a satisfação de alguns prazeres, incluindo a supressão de algumas necessidades como comer ou beber; afinal, o alimento é matéria e quanto mais matéria fosse ingerida pelo corpo, mais este ficaria preso a ela. Essa corrente também chegou a proibir o casamento. Paulo escreve contra as suas práticas, exemplificando-as como parte dos ensinos de demônios: "Mas o Espírito expressamente diz que, nos últimos tempos, apostatarão alguns da fé, dando ouvidos a espíritos enganadores e a doutrinas de demônios, pela hipocrisia de homens que falam mentiras, tendo cauterizada a sua própria consciência, proibindo o casamento e ordenando a abstinência dos manjares que Deus criou para os fiéis e para os que conhecem a verdade, a fim de usarem deles com ações de graças" (1 Tm 4.1-3). Os sacrifícios do corpo visavam à purificação e ao fortalecimento do espírito, pois esse era o que realmente importava. O corpo aguardava a morte para ser destruído e, assim, liberar o lado imaterial do homem.

Na sua segunda fase, o gnosticismo inverteu a prática do asceticismo pela licenciosidade. Ora, se o que valia mesmo era o espiritual, por que se preocupavam tanto com o material? Nessa nova fase, os gnósticos caíram no *antinomismo* (gr. *anti*, que significa *sem, contrário a;* gr. *nomos*, que significa *lei, regra*), ou seja, eles adotaram uma vida sem regra, sem lei. O apóstolo João rebateu os ensinamentos dos gnósticos. Quanto à licenciosidade, a palavra grega *adikia, pecado como ato de injustiça*, o Novo Testamento

16. Observação: as palavras gregas terminadas em *i* indicam plural.

17. Verbete "gnosticismo" - CHAMPLIN, R. N., Ph.D.; BENTES, J.M. *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*. S. Paulo, SP: Editora e Distribuidora Candeia, 1991. 6 v.

O gnosticismo é um movimento que acredita na obtenção da salvação por meio do conhecimento. O termo vem do grego *gnósis*, que significa "conhecimento".

recomenda uma vida de santidade e de justiça: "Se sabeis que ele é justo, sabeis que todo aquele que pratica a justiça é nascido dele" (1 Jo 2.29). O Novo Testamento apresenta uma mensagem completamente oposta à posição gnóstica.

Distinção de classes

Os homens estavam divididos em três diferentes grupos: *hílicos* (os materialistas); os *psíquicos* (os meios-espirituais) e os *pneumáticos* (os espirituais). Nos extremos, entre os *hílicos* e os *pneumáticos*, faziam uma grande distinção. Os espirituais eram os homens dotados de grande conhecimento, por isso alcançavam revelação. Esses formavam uma elite, *escol.* Os materialistas, incapazes de alcançarem a revelação porque lhes faltava conhecimento, não poderiam jamais alimentar qualquer esperança de salvação. Esses eram denominados *vulgos.* De certa forma, essas polaridades se parecem com a distinção feita na igreja entre os espirituais e os carnais; mas, para os gnósticos, essa distinção era levada ainda mais a sério quanto aos que podiam ou não alcançar a revelação.

Conceito de Deus

Diferentemente da visão teísta do Deus do Novo Testamento, o gnosticismo é deísta. O deísmo acredita que um deus criou todas as coisas, estabeleceu leis para o funcionamento autônomo do mundo e desapareceu. O deus da corrente deísta não se importa com a sua criação. A transcendentalidade deste não permitiria que ele se relacionasse com seres tão ínfimos. No máximo, ele poderia estabelecer um contato à distância por meio de seres intermediários chamados *aeons*: emanações celestiais, isto é, anjos, os quais eles adoravam na tentativa de se aproximarem daquele deus. Contudo, nem mesmo os *aeons* podiam se aproximar tanto de deus, que é o fogo central, porque eles entram em contato com a matéria. Havia 30 emanações (como se fossem camadas) entrepostas na relação homem-deus. O apóstolo Paulo condena a adoração aos anjos, conforme a prática de alguns membros (gnósticos) da igreja de Colossos: "Ninguém vos domine a seu bel-prazer, com pretexto de humildade e culto dos anjos, metendo-se em coisas que não viu; estando debalde inchado na sua carnal compreensão" (Cl 2.18).

Os deístas acreditavam em um demiurgo, um ser inferior ao próprio Deus, o qual fora usado por este para criar o mundo material, pois, sendo Espírito, Deus não poderia contaminar-se com a matéria. Por outro lado, haveria um pleroma, ou seja, uma

manifestação total de Deus nas regiões celestiais. Esses pleromas seriam partículas da natureza divina, mas haveria também as *hysterema*, ou seja, emanações inferiores de natureza terrena. O Deus Altíssimo seria responsável pela criação do demiurgo, mas não pela criação deste mundo e do caos.

Conceito de Cristo

Para os gnósticos, Jesus não passava de uma dessas emanações angelicais, e o fato de Ele ter contato com a matéria mostrava que não era um *aeon* muito elevado. Escrevendo aos efésios, Paulo mostra Jesus como alguém que está acima de todas as ordens angelicais: "acima de todo principado, e poder, e potestade, e domínio, e de todo nome que se nomeia, não só neste século, mas também no vindouro" (Ef 1.21). Não somente isso, mas tudo converge em torno de Jesus: "de tornar a congregar em Cristo todas as coisas, na dispensação da plenitude dos tempos, tanto as que estão nos céus como as que estão na terra" (Ef 1.10). Os gnósticos negavam que Jesus tivesse encarnado. Se Deus tivesse mandado o Verbo encarnar, Ele criaria mais um problema para si mesmo, pois se envolveria com a matéria. A própria criação era algo que não havia dado certo, afinal, o homem pecou. Um determinado sistema gnóstico acreditava que o demiurgo tornou-se Cristo e manifestou-se em Jesus no batismo, mas abandonou-o na hora da cruz. Essa conclusão baseia-se em dois fatos distintos: no batismo, o Espírito desceu sobre Ele por meio da água, e não do sangue (Mt 3.16); na cruz, Jesus queixou-se do abandono: "Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?" (Mt 27.46).

Surgiu também, entre os gnósticos, uma corrente chamada docetismo (gr. *dokeos*, que significa *aparência* ou *parecer*). O docetismo ensinava que Jesus era apenas uma aparência humana. Essa linha acreditava que o sofrimento de Jesus foi algo irreal. Ele não era um ser humano feito de carne e osso, mas uma figura fantasmagórica que apenas representava um ser humano. O apóstolo João rebateu o docetismo, dizendo: "Nisto conhecereis o Espírito de Deus: todo espírito que confessa que Jesus Cristo veio em carne é de Deus; e todo espírito que não confessa que Jesus Cristo veio em carne não é de Deus; mas este é o espírito do anticristo, do qual já ouvistes que há de vir, e eis que está já no mundo" (1 Jo 4.2-4); "Porque já muitos enganadores entraram no mundo, os quais não confessam que Jesus Cristo veio em carne. Este tal é o enganador e o anticristo" (2 Jo 1.7). Sobre Jesus, o apóstolo Paulo diz algo semelhante: "porque nele habita corporalmente toda a plenitude da divindade" (Cl 2.9). No Novo Testamento, os gnósticos são combatidos em vários escritos, por exemplo, no Evangelho de João (ao apresentar Jesus como o Verbo de Deus encarnado); também em Efésios, Colossenses, 1Timóteo, Judas e Apocalipse.[18]

18. A maior parte da pesquisa sobre gnósticos/gnosticismo foi baseada na obra *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*, de R. N. Champlin, a qual apresenta um material bem amplo sobre o tema.

O marcionismo

O marcionismo teve início com Marcion (ou Marcião), nascido em Sínope, porto marinho do mar Negro, na costa da Ásia Menor, no ano 100 d.C. Ele era um homem rico, proprietário de uma frota de navios. Se podemos encontrar alguma virtude nele, talvez seja o fato de ter sido a primeira pessoa a reunir os livros do Novo Testamento em uma só coleção, embora não se saiba se outros fizeram isso antes dele. Entretanto, Marcion não juntou o Antigo Testamento porque, para ele, as Escrituras veterotestamentárias não tinham relevância nem autoridade para a Igreja. Esse homem demonstrava profunda admiração pelo apóstolo Paulo, alegando que fora o único apóstolo a preservar os ensinos legítimos de Jesus. Ele também admirava a doutrina da justificação pela fé sem as obras da lei[19]. Todavia, foi longe demais no seu entendimento da teologia da justificação paulina, pois a crítica apresentada por Paulo acerca das obras da lei, em relação à salvação, não significava a anulação do Antigo Testamento como Marcion supunha. Sua recusa em aceitar o Antigo Testamento era tanta que ele acreditava em que as citações sobre o AT que Paulo fez em seus escritos não passavam de inserções feitas por judeus[20], que não eram do próprio apóstolo realmente.

Marcion não ficou apenas na rejeição do Antigo Testamento. Ele foi além, rejeitando também o próprio Deus do Antigo Testamento. Na concepção deste homem, o Deus Pai do NT não é o mesmo do AT. Este era Criador do mundo material; aquele é o Criador do mundo espiritual. O Deus do AT é o dos judeus; o Deus do NT é o dos cristãos. Marcion também negava a encarnação de Jesus no ventre de Maria (Gl 4.4). Essa distinção entre os dois "Deus" encontrou apoio entre os gnósticos porque eles se esforçavam para distanciar o espiritual do material; afinal, a explicação para a existência do mal estava na matéria. Um Deus que cria o mundo espiritual e que nada tem a ver com o mundo material é, para os gnósticos, o Deus que se encaixa perfeitamente nos seus ideais filosóficos. Jesus apresentou esse Deus Pai que ainda não era conhecido pelos homens. O Deus Pai é misericordioso, bondoso e generoso. O Deus do Antigo Testamento era, para Marcion, um ser inferior, que mandava matar e que estimulava as pessoas às guerras.

O Deus do Antigo Testamento produzido pelo *demiurgo*[21] é um deus irado que não impediu Jesus de ser crucificado, ainda que tenha feito isso por ignorância e não de propósito.

---

19. Nesse ponto, sua teologia se encaixava perfeitamente ao espírito da Reforma Protestante de 1517.

20. BRUCE, F. F. *O cânon das Escrituras*. São Paulo: Editora Hagnos, 2011.

21. *Demiurgo* (gr. *demiourgós*) significa "artífice". Na filosofia grega, ele é o artífice cósmico, é o deus que porta ideias do mundo imaterial e cria o mundo material, que apresenta uma ideia semelhante à ideia do Logos na filosofia estoica. Para os gnósticos, demiurgo seria um deus intermediário que pode envolver-se com a matéria, enquanto o Deus Altíssimo, por ser espírito, não pode contaminar-se com ela.

PAIS APOSTÓLICOS

Justino, o mártir
Filósofo (100 d.C. - 165 d.C.)

Irineu
Bispo de Lion (125 d.C. - 202 d.C)

Clemente de Alexandria
Filósofo neoplatônico
(150 d.C. - 215 d.C.)

Orígenes
O maior de todos os teólogos
(185 d.C. - 254 d.C.)

Tertuliano
Um dos Pais latinos da Igreja
(155 d.C. - 220 d.C.)

Montano
Denominava-se profeta
(120 d.C. - 180 d.C.)

Ário
Presbítero de Alexandria entre os terceiro e quarto séculos
(256 d.C. - 336 d.C.)

Atanásio
Teólogo e bispo de Alexandria
(296 d.C. - 373 d.C.)

Agostinho
Um dos teólogos e filósofos mais importantes (354 d.C. - 430 d.C.)

Segundo Marcion, o Deus do Novo Testamento, contemplando, do céu, a miséria humana, enviou o Seu Filho para cuidar da humanidade. Jesus não encarnou. Ele era puramente espírito, não dotado de um corpo material. Marcion seguia totalmente as doutrinas gnósticas, inclusive o docetismo.[22] Para ele, tudo o que Jesus viveu como homem, inclusive a Sua morte, não passou de uma dramatização aparente, como se Ele realmente fosse dotado de corpo material, mas, na verdade, não era. O Cristo ressurreto cumpriu a lei exigida pelo demiurgo, depois compareceu perante ele para acusá-lo de ter se equivocado, exigindo dele as almas humanas para redimi-las, tornando-se, assim, o cabeça da raça humana.

Na esperança de difundir sua crença singular no Novo Testamento e seu Deus exclusivo, Marcion foi a Roma para ser ouvido pelos líderes da Igreja naquela cidade. Chegou a oferecer-lhes dinheiro a fim de ser acatado, mas não alcançou o sucesso almejado. Sua heresia resultou em exclusão em 144 d.C., além disso, entrou para a História com o cognome de herege; ficou conhecido como "Marcion, o herege". Sua pregação era também ascética[23]. Ele recomendava que seus seguidores tivessem vida de abstinência sexual, proibindo o casamento inclusive. Suas doutrinas se alinham ao gnosticismo em sua fase mais antiga. Homens e mulheres gozavam de igual privilégio na igreja, pois, segundo Paulo, não há homem nem mulher diante de Deus (Gl 3.28). O seu

22. Docetismo - essa doutrina foi aceita por boa parte dos gnósticos, sendo muitas vezes identificada como gnosticismo. A palavra *docetismo* vem do grego *dokeos* e significa *aparência* ou *parecer*.

23. Ascetismo - a palavra tem origem no grego *askesis*, que significa *exercício, prática, treinamento*, geralmente é usada no sentido de autonegação. Ascetismo é prática de vida comum à vida monástica, na qual a pessoa se torna reclusa e se abstém de alimentos, prazeres carnais e até de contato com pessoas.

cânon continha dez cartas de Paulo e uma versão modificada do Evangelho de Lucas. A versão de Marcion sobre o nascimento de Jesus não é a de que Cristo tenha nascido de mulher, mas que Ele surgiu do nada. Marcion praticava o batismo pelos mortos, assim como os montanistas. Alguns dos seus seguidores morreram como mártires.

O Deus do Antigo Testamento produzido pelo *demiurgo* é um deus irado que não impediu Jesus de ser crucificado, ainda que tenha feito isso por ignorância e não de propósito.

No ano da sua exclusão, fundou uma comunidade em uma versão de gnosticismo-paulinista, pois, como já vimos, ele venerava os escritos paulinos, embora não os compreendesse como deveria; caso contrário, jamais entraria por um caminho tão estranho. Sua comunidade espalhou-se pelo império romano, fazendo muitos adeptos. Ele se orgulhava de pregar o evangelho "puro", sem a influência do Antigo Testamento. Marcion viajava com frequência para visitar suas igrejas. Esse era um ato de imitação do apóstolo Paulo, que também fazia frequentes visitas às igrejas que fundara. Marcion se autodenominava sucessor de Paulo. Seu movimento durou até o quarto século no Ocidente e até o sétimo século no Oriente. O imperador Constantino, no quarto século, já havia condenado e proibido o marcionismo. Marcion morreu no ano 165 d.C.[24]

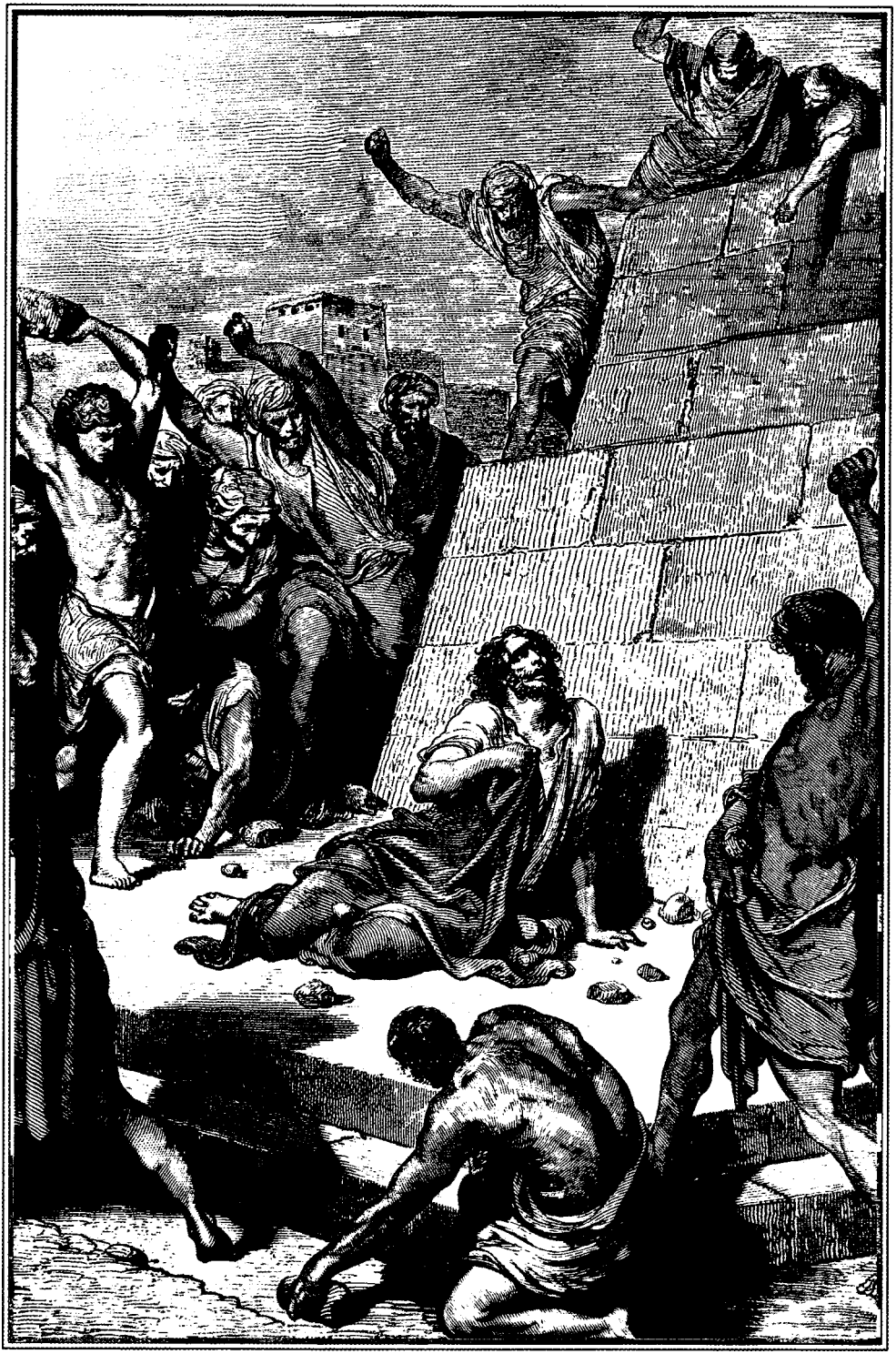
24. CHAMPLIN, R.N.; BENTES, J. M. *Enciclopédia de Bíblia, teologia e filosofia*. São Paulo: Editora Candeias, 1991.

cânon continha dez cartas de Paulo e uma versão modificada do Evangelho de Lucas. A versão de Marcion sobre o nascimento de Jesus não é a de que Cristo tenha nascido de mulher, mas que Ele surgiu do nada. Marcion praticava o batismo pelos mortos, assim como os montanistas. Alguns dos seus seguidores morreram como mártires.

O Deus do Antigo Testamento produzido pelo *demiurgo* é um deus irado que não impediu Jesus de ser crucificado, ainda que tenha feito isso por ignorância e não de propósito.

No ano da sua exclusão, fundou uma comunidade em uma versão de gnosticismo-paulinista, pois, como já vimos, ele venerava os escritos paulinos, embora não os compreendesse como deveria; caso contrário, jamais entraria por um caminho tão estranho. Sua comunidade espalhou-se pelo império romano, fazendo muitos adeptos. Ele se orgulhava de pregar o evangelho "puro", sem a influência do Antigo Testamento. Marcion viajava com frequência para visitar suas igrejas. Esse era um ato de imitação do apóstolo Paulo, que também fazia frequentes visitas às igrejas que fundara. Marcion se autodenominava sucessor de Paulo. Seu movimento durou até o quarto século no Ocidente e até o sétimo século no Oriente. O imperador Constantino, no quarto século, já havia condenado e proibido o marcionismo. Marcion morreu no ano 165 d.C.[24]

24. CHAMPLIN, R.N.; BENTES, J. M. *Enciclopédia de Bíblia, teologia e filosofia*. São Paulo: Editora Candeias, 1991.



OS PAIS APOLOGISTAS

Se a Igreja sofria perseguição pelos judeus no início, mais tarde, sofreu pelos pagãos também. A forma como acusavam os crentes ousadamente demonstra quão grande é a engenhosidade humana para transformar algo bom em crime. A festa do amor – como era chamada a celebração da Ceia do Senhor – era realizada semanalmente com todos os que foram batizados nas águas. Todavia, os delatores distorciam o significado do amor cristão para acusar os crentes de práticas imorais, como o canibalismo por exemplo, pois, no ato da Ceia, repetia-se as palavras deixadas por Jesus, as quais Paulo também repetiu: "Tomai, comei; isto é o meu corpo que é partido por vós; fazei isto em memória de mim" (1 Co 11.24). A forma de tratamento *irmãos*, comum ainda hoje entre os crentes, servia para a denúncia de práticas incestuosas quando havia casamento entre cristãos. "Como pode um homem se casar com sua irmã?", indagavam. Os crentes eram acusados de serem ateus, mas respondiam que, se fossem ateus, então os filósofos do passado – aqueles que seus acusadores veneravam – também eram, pois alguns deles diziam que os deuses eram invenções humanas. Os cristãos eram considerados gente "bárbara" pelas elites intelectuais da época, pois se recusavam a adorar imagens de escultura e não cultuavam o rei, embora tivessem aprendido a respeitar, obedecer e honrar as autoridades constituídas.

Os primeiros cristãos sofriam essas e outras acusações indevidas, apesar de terem procedido do judaísmo, religião cuja doutrina é a que está registrada no Antigo Testamento, tendo como Deus aquele que criou o mundo, que chamou Abraão de Ur dos caldeus e fez dele uma grande nação. o Império Romano, que dominava o mundo de então, era pagão. No paganismo, diferentes deuses são adorados e representados por figuras e imagens de escultura. Portanto, era muito incoerente que os cristãos sofressem acusações dessas ordens enquanto os romanos eram pagãos e praticavam cultos estranhos.

Justino, o mártir

Para defender a Igreja perante os tribunais, alguns escritores célebres levantaram-se, dentre eles, o filósofo Justino, o mártir (100 d.C.—165 d.C.). Como filósofo, dedicava-se aos estudos de Platão, de Pitágoras, do estoicismo e do aristotelismo. Ele era um inquiridor da verdade; buscava-a incessantemente na filosofia, pois estava convencido de que a encontraria nela, até converter-se. Justino escreveu duas obras apologéticas dentre outras.[25] Nunca deixou de ser filósofo, mesmo depois de se converter a Cristo. Ele soube aliar os seus conhecimentos de Filosofia na defesa dos cristãos. Justino buscava aliar o cristianismo à sabedoria dos filósofos clássicos, como Sócrates e Platão, os quais reconheciam que, acima de todos os deuses, há um ser supremo e que há uma vida além da morte, exatamente como os cristãos pregavam. Para explicar essa proximidade de pensamentos, Justino buscou habilmen-

Escultura de Justino Mártir (100 d.C.—165 d.C.)

25. Apologética é a disciplina que se propõe a demonstrar a verdade da própria doutrina, defendendo-a de teses contrárias.

te a razão da fé cristã no termo *logos*. Para os filósofos gregos, o *logos* era a *razão universal*. A mente é capaz de compreender tudo quando participa do *logos*. Ora, João já havia apresentado Jesus como o *Logos* no prólogo do seu evangelho. Para Justino, em um certo sentido, os filósofos do passado como Sócrates, Platão e outros famosos eram "cristãos".[26] Justino defendia também que a tradição profética do Antigo Testamento vem antes da filosofia grega. Tanto a mensagem elevada do cristianismo como as vidas transformadas dentro dele confirmam sua veracidade e sua superioridade.

Contudo, Justino, o mártir tinha ideias não condizentes com as doutrinas cristãs de base apostólica. "Ele acreditava que o Logos divino, o Filho de Deus, implanta as suas sementes em muitos lugares, dentro e fora da religião cristã; e também que a filosofia grega (em seus melhores aspectos, como nos escritos de Platão) servia de *aio* para os pagãos, para conduzi-los a Cristo, mais ou menos como a lei mosaica faz no caso dos judeus".[27] Ele também acreditava que a erudição filosófica ajudava as pessoas a compreender melhor a fé cristã. A semente do *logos* era implantada por toda a parte, encontrando no cristianismo o melhor plantio e cultivo. Neste sentido, ele colocava Jesus não como o Logos divino exclusivo, mas como mais um *logos*, embora reconhecendo que Ele era o melhor. Mas, não basta reconhecer que Ele é o melhor; é preciso reconhecê-lo como o único! Justino também acreditava na preexistência da alma, bem como em uma contínua oportunidade de salvação mesmo depois da morte. Ele foi martirizado por sua fé entre 163 d.C. e 167 d.C.. A data do seu martírio é comemorada no dia 4 de abril.

Irineu

Irineu nasceu provavelmente em Esmirna, na Ásia Menor (125 d.C.—202 d.C.). Ainda jovem, tornou-se o bispo em Lion, na França, substituindo o bispo daquela cidade, a qual caiu nas mãos da multidão no ano 177 d.C. Irineu morreu como mártir cristão, embora não se saiba sob qual acusação. Ele deixou alguns escritos: *Adversus Haereses* (Contra as Heresias) e *Epideixis* (que atualmente é conhecida como Refutação e Derrocada do Gnosticismo) e *Prova da Pregação Apostólica*. Seus escritos não tinham a intenção de alcançar leitores fora da Igreja. Irineu foi criado dentro desta, conhecendo suas tradições e sempre exercendo atividades; portanto, não se pode levantar contra ele nenhuma suspeita de que inseriu conceitos externos em seus ensinamentos.

Bem mais jovem do que Justino, Irineu fora influenciado por este e cresceu ouvindo a pregação de Policarpo, bispo de Esmirna.

26. GONZALES, Justo L. *A era dos mártires*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1986. v. 1. p. 79.

27. CHAMPLIN, R.N.; BENTES, J. M. *Enciclopédia de Bíblia, teologia e filosofia*. São Paulo: Editora Candeias. v. 3. p. 687.

te a razão da fé cristã no termo *logos*. Para os filósofos gregos, o *logos* era a *razão universal*. A mente é capaz de compreender tudo quando participa do *logos*. Ora, João já havia apresentado Jesus como o *Logos* no prólogo do seu evangelho. Para Justino, em um certo sentido, os filósofos do passado como Sócrates, Platão e outros famosos eram "cristãos".[26] Justino defendia também que a tradição profética do Antigo Testamento vem antes da filosofia grega. Tanto a mensagem elevada do cristianismo como as vidas transformadas dentro dele confirmam sua veracidade e sua superioridade.

Contudo, Justino, o mártir tinha ideias não condizentes com as doutrinas cristãs de base apostólica. "Ele acreditava que o Logos divino, o Filho de Deus, implanta as suas sementes em muitos lugares, dentro e fora da religião cristã; e também que a filosofia grega (em seus melhores aspectos, como nos escritos de Platão) servia de *aio* para os pagãos, para conduzi-los a Cristo, mais ou menos como a lei mosaica faz no caso dos judeus".[27] Ele também acreditava que a erudição filosófica ajudava as pessoas a compreender melhor a fé cristã. A semente do *logos* era implantada por toda a parte, encontrando no cristianismo o melhor plantio e cultivo. Neste sentido, ele colocava Jesus não como o Logos divino exclusivo, mas como mais um *logos*, embora reconhecendo que Ele era o melhor. Mas, não basta reconhecer que Ele é o melhor; é preciso reconhecê-lo como o único! Justino também acreditava na preexistência da alma, bem como em uma contínua oportunidade de salvação mesmo depois da morte. Ele foi martirizado por sua fé entre 163 d.C. e 167 d.C.. A data do seu martírio é comemorada no dia 4 de abril.

Irineu

Irineu nasceu provavelmente em Esmirna, na Ásia Menor (125 d.C.—202 d.C.). Ainda jovem, tornou-se o bispo em Lion, na França, substituindo o bispo daquela cidade, a qual caiu nas mãos da multidão no ano 177 d.C. Irineu morreu como mártir cristão, embora não se saiba sob qual acusação. Ele deixou alguns escritos: *Adversus Haereses* (Contra as Heresias) e *Epideixis* (que atualmente é conhecida como Refutação e Derrocada do Gnosticismo) e *Prova da Pregação Apostólica*. Seus escritos não tinham a intenção de alcançar leitores fora da Igreja. Irineu foi criado dentro desta, conhecendo suas tradições e sempre exercendo atividades; portanto, não se pode levantar contra ele nenhuma suspeita de que inseriu conceitos externos em seus ensinamentos.

Bem mais jovem do que Justino, Irineu fora influenciado por este e cresceu ouvindo a pregação de Policarpo, bispo de Esmirna.

---

26. GONZALES, Justo L. *A era dos mártires*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1986. v. 1. p. 79.

27. CHAMPLIN, R.N.; BENTES, J. M. *Enciclopédia de Bíblia, teologia e filosofia*. São Paulo: Editora Candeias. v. 3. p. 687.

Santo Irineu (130 d.C.—202 d.C.) - gravura antiga

Irineu foi enviado a Roma, levando consigo uma carta que continha uma consulta sobre o montanismo, um movimento de avivamento que chocava as demais igrejas por apresentar algumas doutrinas estranhas ao conteúdo da fé cristã. Não obstante, Irineu mostrava alguma afeição por aquele movimento, por considerá-lo um movimento do Espírito; não desejando, portanto, que os seus profetas fossem prejudicados pelos oficiais da Igreja. Isso não quer dizer que ele tornou-se condescendente com qualquer tipo de heresia, pelo contrário, mostrava-se interessado em lutar contra elas pelo caminho da instrução dogmática aos seus líderes. Não era intolerante nem impaciente com os hereges, antes, procurava sempre o caminho pacífico do acerto, mediante a orientação e o ensino. Seu espírito demasiadamente pacífico para lidar com questões tão sérias prejudicou-o na luta contra eles. Irineu tratava os hereges apenas como inovadores, e não como ameaçadores perigosos à ortodoxia cristã, mostrando certa ingenuidade e simplicidade a ponto de seus escritos, anos mais tarde, não serem tão apreciados por outros Pais gregos da Igreja.

Irineu trouxe grande colaboração às Escrituras, sendo o primeiro teólogo a colocar os quatro evangelhos e alguns escritos apostólicos ao lado do Antigo Testamento, citando-os como *escritura*, dando, assim, origem à Bíblia como um livro de dois volumes, o Antigo e o Novo Testamentos. Ele defendia o fato de que a Igreja está fundada na palavra dos apóstolos, por intermédio do Espírito Santo, o qual dá Seus dons a ela, fazendo-a expandir-se por todo lugar. Irineu via a Igreja como um novo paraíso plantado na terra. A Igreja é o lugar onde o Espírito Santo trabalha, impedindo as pessoas de pecarem. Apesar de todo o seu zelo contra as heresias, Irineu acreditava na possibilidade da salvação após a morte. Essa doutrina é bem acolhida pela igreja Católica Romana, que faz oração pelos mortos, pois acredita no purgatório e na possibilidade de alguém sair de lá rumo ao Paraíso.

Clemente de Alexandria

Clemente de Alexandria (150 d.C.—215 d.C.) provavelmente nasceu em Atenas, e foi filósofo neoplatônico que, na idade adulta, converteu-se ao cristianismo. Em uma época em que a maioria dos cristãos era analfabeta e não mostrava nenhuma simpatia pelos intelectuais, Clemente destacou-se como intelectual, usando a filosofia a serviço da fé cristã, principalmente no combate aos gnósticos. Ele dizia que a filosofia e o cristianismo não são opostos entre si, e que a filosofia pode servir como "uma espécie de escola preparatória para os que obtêm a fé através de provas".[28]

Clemente chegou a Alexandria no ano 180 d.C. e passou grande parte da sua vida lá, atuando como professor. Seus alunos eram pagãos, judeus, filósofos, e havia cristãos letrados entre eles também. Os não cristãos acabaram convertendo-se. Em Alexandria, concentravam-se grandes intelectuais e era lugar de difusão da cultura helenista[29]. Antes, porém, Clemente viajou por Ionia, Magna Grécia, Síria, Egito, Assíria e Palestina em busca de algum mestre que lhe ensinasse a doutrina cristã.

Normalmente, Clemente não se convencia dos mestres que achava, até que o sexto deles, Panteno, o qual superou todos os mestres que havia conhecido antes, foi capaz de lhe apresentar uma boa interpretação das Escrituras. Como não temos nenhuma escritura deixada por Panteno, não é possível saber o que ele pensava. Em 189 d.C., Clemente substituiu o seu mestre.

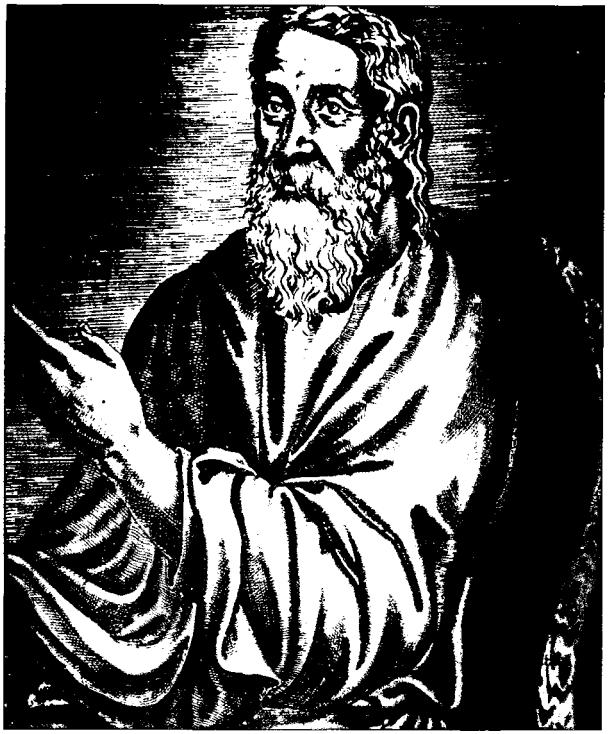
Ele procurou basear seus ensinos nas Escrituras, mas não tinha preconceito em ler qualquer literatura divergente, especialmente a dos gnósticos,

Em uma época em que a maioria dos cristãos era analfabeta e não mostrava nenhuma simpatia pelos intelectuais, Clemente destacou-se como intelectual, usando a filosofia a serviço da fé cristã.

28. HÄGGLUND, Bengt. *História da Teologia*. 8. ed. Porto Alegre: Ed. Concórdia, 2014. p. 49.

29. A cidade de Alexandria fora fundada por Alexandre, o Grande, em 331 a.C. e foi capital do Egito por cerca de mil anos até ser conquistada pelos muçulmanos. O nome Alexandria foi dado à cidade em homenagem ao seu fundador, passando a se chamar Futsat posteriormente, e foi incorporada ao Cairo. Alexandre fundou nela uma escola que sobreviveu até o sétimo século d.C. Ela serviu de grande centro intelectual para os judeus. No terceiro século a.C., 72 judeus traduziram o texto massorético (hebraico tradicional) das Escrituras para o grego nessa cidade; esse texto ficou conhecido como Septuaginta (versão dos setenta). Alexandria foi também lugar de propensões teosóficas que se espalharam pelo oriente antigo, dentre elas o Budismo. Clemente foi o primeiro teólogo cristão a fazer menção de Buda em suas obras.

Ilustração de Clemente de Alexandria (150 d.C.—215 d.C.)



para saber qual era o pensamento. Clemente vivia interessado no conhecimento das antigas revelações, das tradições secretas e do mistério. Ele vivia em busca da verdade, buscava-a em Platão, mas declara tê-la encontrado no Logos divino, Cristo. Entre suas obras de ética, teologia e comentários bíblicos, destaca-se a trilogia formada por *Exortação*, *Pedagogo* e *Miscelâneas*. Clemente defendeu a teoria da causa justa para a rebelião contra o governante que escravizasse seu povo. Em *O Discurso*, escreveu sobre a salvação dos ricos e sobre temas como o bem-estar, a felicidade e a caridade cristã. Preocupou-se com a questão social, pregando contra as riquezas e também demonstrou grande interesse pela obra missionária.

Na ética cristã, mostrou-se um tanto quanto liberal. Diferenciava o cristianismo do judaísmo em termos de rigor ético. Clemente era totalmente contra os ideais ascéticos que impunham formas de radicalismos. O cristianismo não vive pela letra da lei (mosaica), mas é impulsionado pelo coração. A ética cristã é uma "ética de intenção, tanto em seu compromisso como em sua liberdade".[30] Não obstante, escreveu uma obra, *Pedagogo*, em que trata de questões morais e sociais. Nela, ele fala sobre alimentação, organização no lar, festas, divertimentos, recreação, sono, uso de maquiagens e adornos, sexo, enfim, assuntos relacionados à vida comum dos homens.[31]

Ele primava por moderação, equilíbrio, domínio próprio, bom senso, entendendo esse padrão de vida como virtude cristã. Era contra todos os excessos. A liberdade cristã é governada pelo amor.

Clemente exaltava o conhecimento. O verdadeiro gnóstico é aquele que conhece. Usava o termo *gnóstico* não para se referir àquele que adotava a filosofia gnóstica, mas

30. CAMPENHAUSEN, Hans Von. *Os Pais da Igreja*. Rio de Janeiro: CPAD, 2005. p. 34.

31. Ibidem. p. 34.

para se referir ao crente que, de fato, tinha conhecimento de Deus e das Escrituras. Do mesmo modo, valorizava a figura do mestre a ponto de achar que aquele que ensina está acima da própria Bíblia como livro. O conhecimento teórico é uma preparação do conhecimento, servindo como um pré-conhecimento ou pré-compreensão. Assim, o perfeito gnóstico não precisa nem mesmo de que o ensinem, pois ele está ligado diretamente a Deus por meio do Logos. Neste sentido, Clemente nos faz lembrar do que disse João acerca do ensino: "E a unção que vós recebestes dele fica em vós, e não tendes necessidade de que alguém vos ensine; mas, como a sua unção vos ensina todas as coisas, e é verdadeira, e não é mentira, como ela vos ensinou, assim nele permanecereis" (1 Jo 2.27). João não está colocando apenas alguns na categoria de mestres ou perfeitos gnósticos, como faz Clemente, mas está falando a todos os cristãos, os quais eram alvos dos gnósticos, cuja pretensão era fazê-los presas suas pela instrução da filosofia gnóstica. "O conhecimento induz ao amor, e o amor impele ações que não seriam produzidas pelo temor".[32]

Clemente deu origem à interpretação alegórica das Escrituras.[33] Teve Orígenes como seu discípulo, o qual deu continuidade aos seus métodos e ensinos, destacando-se mais do que o seu mestre.

Por volta do ano 203 d.C., Clemente deixou Alexandria devido a uma perseguição contra os cristãos que Sétimo Severo promoveu. Há uma declaração do historiador Eusébio que dá a entender que Clemente tenha se mudado para a Capadócia. Quanto ao final de sua vida, nada se sabe.

O maior de todos os teólogos do segundo século foi Orígenes. Nasceu em Alexandria, em 185 d.C., e morreu em Tiro, em 254 d.C., depois de ser perseguido e torturado por ordem do imperador Décio.

Orígenes

O maior de todos os teólogos do segundo século foi Orígenes, sem dúvida. Nasceu em Alexandria, em 185 d.C., e

32. HÄGGLUND. 2014. p. 50.

33. Alegoria é uma figura de linguagem empregada para ilustrar algum fato por meio de uma figura, por exemplo: Alexandre alegorizou a história do casamento de Isaque com Rebeca, dizendo que Abraão representa Deus; Isaque, o Filho de Deus; Eleazar, o Espírito Santo; Rebeca, a igreja; e o camelo, o pastor (Gn 24). A história da mulher que ungiu os pés de Jesus (Lc 7.37) foi alegorizada assim: o unguento tipifica o ensino divino, e os pés de Jesus são os apóstolos. A alegoria - muito usada por pregadores pentecostais - é um método perigoso, pois ousa dar significado até mesmo a textos que devem ser compreendidos literalmente ou pelo método histórico-gramatical. Ela aparece nas Escrituras raramente (Gl 4.24).

Gravura de Orígenes (segundo século)

morreu em Tiro, em 254 d.C., depois de ser perseguido e torturado por ordem do imperador Décio. Seu pai, Leônidas, que também fora mestre dedicado a ensinar matemática, gramática e retórica, além de ser mestre cristão, foi vítima de uma perseguição movida contra os cristãos, sendo martirizado em Alexandria no ano 202 d.C. Na época, Orígenes, com 17 anos de idade, encorajou seu pai a não desistir da fé, mas a entregar a vida por ela. Aos 18 anos, assumiu a responsabilidade de sustentar a mãe e a irmã, lecionando gramática; ainda no mesmo ano, assumiu a responsabilidade de instruir crentes em Alexandria. Eusébio, o grande historiador do terceiro século, dedicou quase todo o sexto volume da sua *História Eclesiástica* para falar de Orígenes. Sua produção literária foi imensa, boa parte da qual sobrevive. A tradição teológica oriental tem sua gênese em Orígenes, do mesmo modo que a tradição Ocidental tem sua origem em Tertuliano.

Orígenes nasceu em um lar cristão. Sua bagagem teológica começou a ser construída desde a tenra idade, tornando-se um adulto consciente de sua fé, mostrando-se sempre pronto a dar a vida por ela, do mesmo modo que seu pai. Levava tão a sério a devoção cristã e a importância de uma vida ilibada nos princípios cristãos que levou ao pé da letra as palavras de Jesus acerca do celibato: "Porque há eunucos que assim nasceram do ventre da mãe; e há eunucos que foram castrados pelos homens; e há eunucos que se castraram a si mesmos por causa do Reino dos céus. Quem pode receber isso, que o receba"(Mt 19.12).

Ele se fez eunuco por amor a Deus, embora tenha se arrependido desse ato anos mais tarde, mas isso jamais afetou seu ardor pela obra de Deus. Viveu uma vida abnegada de prazeres mundanos e totalmente entregue aos estudos e à fé. Durante cinco anos, frequentou uma escola de Alexandria, tendo como mestres Ammonio Saccas e Clemente. Tornou-se filósofo neoplatônico e foi mestre em Filosofia, Teologia e Bíblia para alunos de grau avançado. Assim como seus antecessores apologistas, aliou a Filosofia ao cristianismo. Deixou Alexandria e partiu para Cesareia, na Palestina.

Ali, foi consagrado presbítero em 227 d.C., mas foi privado de exercer esse ofício por Demétrio, que, por ciúmes, achava-se no direito único de consagrá-lo a esse cargo. O argumento usado por Demétrio contra ele foi o fato de ser eunuco. Proibiu-o também de pregar em Alexandria e ainda o excluiu. A morte de Demétrio em 231 d.C. trouxe-lhe a paz por pouco tempo, pois, depois deste, veio uma perseguição movida pelo imperador Maximiniano, que o obrigou a permanecer oculto por alguns anos.

A contribuição teológica de Orígenes

Sua capacidade retórica era invejável: usava-a a favor da mensagem cristã, levando homens ilustres a se renderem a Cristo. Em uma viagem a Arábia, refutou o bispo Berilo porque este negava a preexistência de Cristo antes da Sua vinda como homem. Convencido do seu erro, Berilo retratou-se. A literatura de Orígenes foi considerada a mais importante de todos os mestres cristãos até os dias de Agostinho, embora Orígenes também tivesse sofrido oposições e críticas.

Conhecedor profundo da língua hebraica, ele produziu uma obra chamada (em grego) *Hexapla,* que significa sêxtuplo. Trata-se de uma coletânea de versões diferentes, gregas e hebraicas, do Antigo Testamento, dispostas em colunas paralelas. Escreveu *Contra Celsum,* considerada por muitos a mais completa obra apologética da Igreja antiga. Celso, filósofo platônico, escreveu *Verdadeiro Discurso* em 177 d.C contra o cristianismo, usando tudo o que a incredulidade pagã tinha de mais sórdido como argumento para fazer oposição. Essa obra foi a que Orígenes rebateu. Outras produções literárias importantes de Orígenes foram comentários bíblicos sobre Jeremias, Cantares, Mateus, Romanos e uma obra homilética em Lucas, além de livros menores sobre orações e um livro sobre martírios. A interpretação do Evangelho de João cobre 32 volumes até o capítulo 13.33. Somente para explicar as cinco primeiras palavras de João, ele gastou um volume inteiro.

R. N. Champlin organiza os escritos de Orígenes de forma didática, elencando-os metodologicamente em quatro categorias: *primeira,* pondo fim à ameaça gnóstica contra a Igreja; *segunda,* harmonizando os escritos de Platão com a doutrina cristã; *terceira,* oferecendo uma excelente teologia para a Igreja do Oriente, superior à teologia cristã da Igreja do Ocidente; *quarta,* abrindo espaço para a Filosofia dentro da cristandade, propiciando um melhor nível de reflexão teológica através do método filosófico como grande recurso de pensamento.[34]

Quanto às ideias, Orígenes defendeu pontos de vista que foram importantes e necessários à sua época, mas que não suportariam um exame teológico – sobretudo na perspectiva evangélica – nos dias de hoje. Esse fato, aliás, é comum a todos os Pais da Igreja, conforme analisaremos mais adiante em uma perspectiva sinótica de todos eles.

34. CHAMPLIN. 1991. v. 4. p. 626,627.

Champlin nos favorece mais uma vez, apresentando uma tabela resumida das principais doutrinas defendidas por Orígenes:

1. Acreditava na preexistência da alma e que a queda do homem ocorreu juntamente com a queda dos anjos.
2. A alma humana tem a mesma essência da almas dos anjos.
3. Acreditava que o homem usou mal a sua liberdade, tornando-se pecador. Todavia, devido ao fato de ser criado à imagem de Deus, o homem retém sua liberdade. Acreditava que Cristo veio para garantir-lhe a redenção.
4. O Logos uniu-se à alma humana na encarnação e, na redenção, Ele conduz a alma humana até a essência do Logos. Mas acreditava que somente Deus, o Pai, não nasceu.

> Como se relaciona o Filho com o Pai? Com base em sua doutrina do nascimento do Filho na eternidade, Orígenes dizia que o Logos é da mesma essência do Pai e está subordinado a ele. O Filho é o "segundo Deus". Apenas o Pai "não nasceu" (é *agennetos*). Tanto o conceito de *homooúsios* como o subordinacionismo, portanto, encontram-se na teologia de Orígenes.[35]

5. O ministério do Logos é abrangente, sendo, em Sua missão, capaz de alcançar os espíritos dos homens onde quer que estejam, seja na terra, no hades ou onde for, e em eras futuras. Acreditava que a redenção universal absoluta faz parte da vontade de Deus.[36]
6. Sua posição trinitariana foi de grande ajuda para a Igreja nos concílios em que o assunto foi debatido, favorecendo o posicionamento correto da Igreja na definição dessa doutrina. Jesus é tanto o Logos como é o Redentor, e o Espírito Santo é o mediador entre Deus e os homens.
7. O mundo material é uma escola, e os mundos materiais existem como lugares de provas que acompanham a redenção.
8. Outros mundos espirituais existem como lugares de provas para testar e redimir a alma. Nesse sentido, a doutrina de Orígenes dá sinais de crença espírita, pois, além de acreditar em outros mundos, acredita também que eles são necessários para aqueles que não estão devidamente redimidos para entrarem no céu.

"A salvação não se completa a não ser após a morte. O processo de purificação conti-

---

35. HÄGGLUND. 2014. p. 53.

36. Neste ponto, Orígenes revela uma soteriologia universalista. Nesse particular, Champlin, cuja tendência para o universalismo não é escondida, encontra um aliado em Orígenes.

nua após a morte e, como resultado disso, os homens são conduzidos à perfeição e reunidos com Deus".[37]

9. Seus escritos dão indícios de que ele acreditava na reencarnação em alguns casos especiais. Nos mundos especiais, as almas têm a oportunidade de salvação.
10. Para resolver algumas questões incompatíveis entre o Antigo e o Novo Testamentos, adotava o método alegórico, a exemplo do seu mestre Alexandre. O método alegórico também foi uma arma usada para escapar das acusações gnósticas contra o Antigo Testamento. Já que o teor e o Deus do Antigo Testamento não eram aceitos principalmente pelos marcionitas, a espiritualização do Antigo Testamento pela alegoria era usada como forma de torná-lo aceitável. A alegoria foi uma característica bastante peculiar da escola alexandrina de interpretação. Orígenes estava convencido de que a alegoria era a verdadeira forma de interpretar as Escrituras.
11. O pecado acompanha o homem já desde antes de nascer, mantém-se nele neste mundo e o acompanha, depois, para os outros mundos espirituais. O corpo físico é um cativeiro para a alma e serve de castigo por causa do pecado. Um dia, o Logos alcançará a todos finalmente.
12. Deus nunca desiste do homem, por isso a liberdade humana será posta em harmonia com a razão do Logos.
13. "O lado físico de Cristo foi progressivamente absorvido pelo divino, de modo que deixou de ser homem".[38]

Os Pais Apologistas foram os grandes defensores do cristianismo do segundo século. O último dos apóstolos foi João, que morreu no final do primeiro século.

As ideias de Orígenes não são totalmente compatíveis com a doutrina cristã, pelo contrário, estão, em alguns sentidos, bem distantes dela. Por isso, ele foi rejeitado por teólogos como Jerônimo, Epifânio e Teófilo de Alexandria. O Concílio de Constantinopla, de 543 d.C., condenou parte dos ensinos de Orígenes.

37. HÄGGLUND. 2014. p. 53.
38. Ibidem. p. 53.

Uma visão conjunta dos Pais Apologistas

Os Pais Apologistas foram os grandes defensores do cristianismo do segundo século. O último dos apóstolos foi João, que morreu no final do primeiro século. Naquele tempo, a Igreja já estava bem infectada pela presença e pelo ensino de falsos mestres. Os apóstolos combateram-nos o quanto puderam; mas, depois deles, vieram os apologistas como Justino, Irineu, Clemente de Alexandria e Orígenes, entre outros. Por maior que fosse o zelo demonstrado por eles, a ponto de conseguirem praticamente erradicar o gnosticismo – como foi o caso de Orígenes –, eles próprios plantaram algumas sementes daninhas na seara do Mestre, apresentando doutrinas estranhas ao pensamento bíblico neotestamentário, desenvolvendo algumas crenças que acabaram sendo incorporadas às doutrinas da Igreja do Oriente, bem como à Igreja do Ocidente. As razões dessas misturas se devem a alguns fatores como: *primeiro*, a falta de uma tradição cristã que garantisse a preservação de princípios e crenças cristãs inegociáveis, a exemplo do que havia entre o povo hebreu (os princípios inexoráveis das crenças judaicas eram transmitidos de pais para filhos); *segundo*, o apelo à filosofia como método de examinar e justificar o pensamento cristão, certamente, trouxe mais prejuízo do que benefício à causa da fé, pois, embora a filosofia favoreça o estudante na elaboração de perguntas, ela não pode ter a presunção de respondê-las em nome de Jesus. Por mais que tentassem harmonizar o platonismo com o cristianismo, não poderiam jamais associá-los para que não chegassem a conclusões tão absurdas a que chegaram sobre diversos pontos; *terceiro*, o uso do método alegórico na interpretação das Escrituras jamais poderia oferecer um entendimento seguro e veraz da Palavra de Deus à Igreja. "Para cada texto na Bíblia, Orígenes distingue um significado *físico* (ou material), *psíquico* e *espiritual*"[39]; e *quarto*, o cânon do Novo Testamento ainda não estava fechado, embora Orígenes tenha prestado grande colaboração na junção que fizera dos livros que comporiam o seu cânon, acertando nos 27 livros, conforme constam em nossa Bíblia. Mas fica mantida a pergunta: sendo um excelente escritor, reconhecido como grande teólogo, prestando grande contribuição apologética à Igreja e tendo contato com os escritos do Novo Testamento, como foi possível adotar caminhos e crenças tão absurdas que o Novo Testamento reprova?

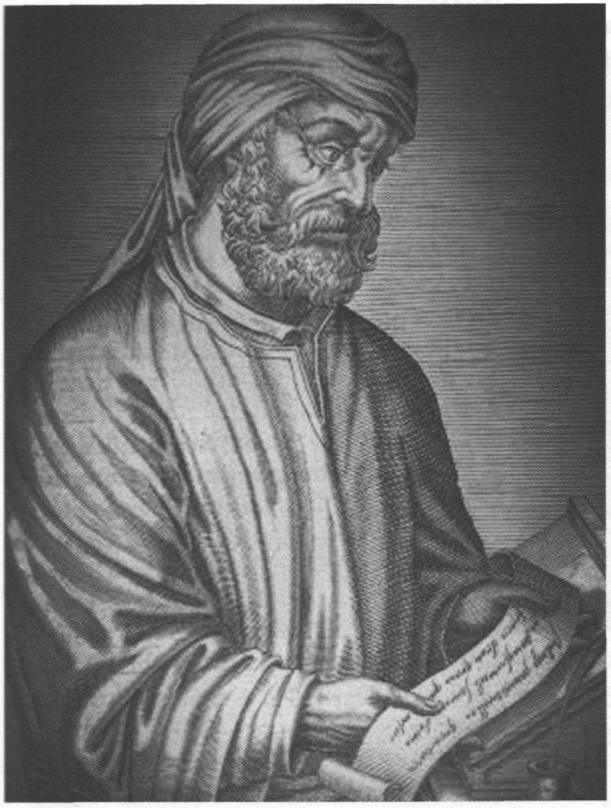
Tertuliano

Tertuliano (155 d.C.—220 d.C.) foi um dos latinos Pais da Igreja. Quintus Septimus Florens Tertullianus nasceu em Cartago, na atual Tunísia. Filho de pais pagãos, transferiu-se para Roma a fim de estudar Direito. Em Roma, depois da sua conversão, trocou a vida licenciosa pela de discípulo de Cristo, aderindo a um ascetismo rigoroso. Valeu-se dos seus conhecimentos de advogado para a defesa da fé cristã.

---

39. CAMPENHAUSEN. 2005. p. 49.

Imagem ilustrativa de Tertuliano (160 d.C.—220 d.C.)



Em sua obra *Apologia*, dedicada aos magistrados romanos, ele defende os cristãos de falsas acusações, exigindo igual direito de defesa que o oferecido aos demais cidadãos romanos. Nessa obra, explica por que os cristãos adoram a Cristo e não ao imperador romano ou a outro deus. Trabalhou muito bem o conceito joanino de Logos para explicar que Deus se manifestou com a criação e relacionou-se com ela por meio do Logos. O Logos, como o sol, é o raio de Deus que fora profetizado desde os tempos antigos e nasceu de uma virgem, fazendo-se carne.

Lutou com todas as suas forças para combater as heresias do seu tempo, sobretudo as que diziam respeito à relação entre Deus e Jesus, oriundas da filosofia grega. Uma das suas frases famosas é: "O que Atenas tem, de fato, a ver com Jerusalém?".[40] Horrorizado com a teologia cristã de Clemente, dedicou-se também a combatê-lo. Enquanto Clemente é liberal, Tertuliano é um pensador fundamentalista. "Tertuliano era pessimista a respeito da capacidade da mente humana de evitar a idolatria e o sincretismo perigoso. Ele advertia os cristãos a se guardarem do estudo demasiado da filosofia para não serem seduzidos pela heresia".[41]

Homem culto, de grande fluência na língua, citava os autores gregos e latinos, embora rejeitasse a aplicação da filosofia em assuntos teológicos. Atualizou os conceitos teológicos na língua nativa para dar-lhes clareza. O que Orígenes foi para a Igreja oriental, Tertuliano foi para a igreja Ocidental. Grande pensador, destacou-se também por criar ditados sábios e famosos, como: "O sangue dos cristãos é a semente da Igreja".[42]

---

40. Atenas refere-se à capital dos filósofos; Jerusalém refere-se aos ensinos de Jesus e dos apóstolos.

41. OLSON. 2001. p. 92.

42. ELWELL, Walter A. (ed.). *Enciclopédia Histórico-teológica da Igreja Cristã*. São Paulo: Vida Nova. 1984. v. 2. p. 524.

É dele também a denominação *Trindade* para referir-se às três pessoas de Deus. Postulou que a deidade era "uma só substância que consistia em três pessoas". No seu combate aos teólogos-filósofos, por tentarem explicar a doutrina da Trindade de modo especulativo, uma vez que eles mesmos não eram capazes de compreendê-la, Tertuliano diz: "Ela deve ser crida porque é absurda!". Tertuliano, como já dissemos, era um homem de grande brilhantismo intelectual. Sua insurgência contra a Filosofia residia no fato de que os Pais da Igreja, principalmente os de Alexandria, queriam entender e explicar os assuntos de fé cristã pela própria Filosofia, não pela revelação bíblica.

Apesar de ser considerado o pai da Igreja latina, nunca foi ordenado sacerdote nem chegou a ser canonizado pelas igrejas Católica e Ortodoxa. Descontente com o declínio moral e teológico da Igreja, abandonou-a em 207 d.C., aderindo ao movimento montanista, conhecido como a "Nova Profecia". Apesar disso, seus escritos foram sempre recorrentes pelos teólogos cristãos, devido ao fato de Tertuliano contrastar a revelação divina com a razão especulativa dos filósofos.

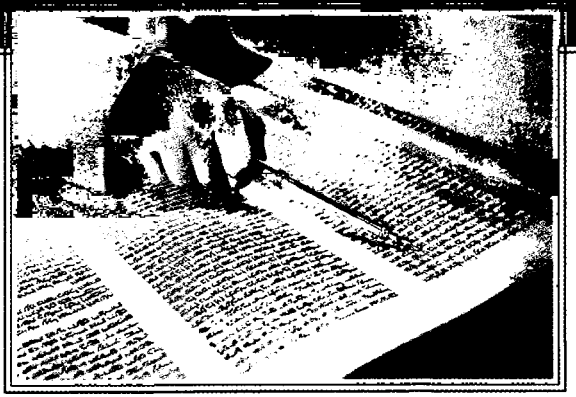
Seu legado literário soma cerca de 30 obras. A maior delas, em cinco volumes, é o tratado *Contra Marcião, o herege* (visto nesse capítulo). Escreveu também uma obra intitulada *Contra Práxeas*, na qual combate Práxeas, provavelmente, o primeiro teólogo cristão a tentar explicar a doutrina da Trindade de forma sistemática.[43] Tertuliano acusou Práxeas de expulsar o Espírito Santo, crucificar o Pai e expulsar a profecia. Como montanista, Tertuliano defendia a prática comum da profecia.

Montanismo

Montano (120 d.C.—180 d.C.) denominava-se profeta, portador de uma nova revelação. Embora protestasse contra o gnosticismo, ele apresentou também ideias peculiares. Por volta do ano 150 d.C., na Frígia, ele apareceu com uma mensagem escatológica, levando o povo a uma vida profundamente ascética, com rígida disciplina moral. Incentivava o celibato, os jejuns e era duro quanto a alguns tipos de pecados, para os quais não haveria perdão mesmo com arrependimento. Declarou-se um agente do Espírito Santo; ele tinha vindo para finalizar o ministério do Espírito. A sua pregação estava acima das Escrituras. Sua heresia perdurou até o terceiro século no Ocidente e até o sexto século no Oriente.

43. Práxeas deu origem à teoria modalista. Essa teoria foi aperfeiçoada por Sabélio, sendo conhecida como sabelianismo. Damos uma nota sobre o sabelianismo nesse capítulo e, também, no capítulo em que tratamos sobre Deus.

AS CONTROVÉRSIAS TRINITARIANAS



Os Pais da Igreja haviam debatido contra as heresias gnósticas que se estendiam desde os meados do primeiro século. Quando essas se esgotaram, outra forte discussão ganhou espaço na Igreja de Cristo: a que envolvia a crença na Trindade divina. As dúvidas levantadas sobre a natureza de Jesus tinham relação com o legado gnóstico-docetista, o qual punha em dúvida a materialidade do corpo de Jesus. A partir dessa interrogação, surgiram outras, tais como: se Jesus era realmente divino; se era homem que se fez Deus; se fora criado por Deus em algum tempo na eternidade passada; se era simultaneamente Deus e homem, enfim, foram muitas as indagações que geraram controvérsias a serem debatidas em Concílios. Além da pessoa de Cristo, houve também indagação sobre o Espírito Santo. O receio de que o cristianismo adotasse uma crença politeísta, na possível confusão que se fazia em torno da pessoa de Cristo, levou alguns mestres da Igreja a desenvolverem uma doutrina unicista, rechaçando a ideia de que haja uma Trindade divina. O ponto de vista unicista persiste na história até hoje. Ainda há correntes que se autointitulam cristãs-evangélicas que o adotam.

De agora em diante, o leitor terá de ser paciente para acompanhar os passos lentos do desenvolvimento da teologia cristã, conquanto estivesse patinando por séculos no piso da discussão acerca da Trindade. Os teólogos não se entendiam e jamais chegavam

Os Pais da Igreja haviam debatido contra as heresias gnósticas que se estendiam desde os meados do primeiro século. Quando essas se esgotaram, outra forte discussão ganhou espaço na Igreja de Cristo.

a um acordo. Bem disse Agostinho no início do quinto século: "Se você negá-la, perderá a salvação, mas se tentar compreendê-la, perderá a cabeça",[44] embora ele mesmo tenha escrito centenas de páginas para discorrer sobre o assunto.

Monarquianismo

A corrente monarquianista dividiu-se em duas formas: o monarquianismo dinâmico e o modalista. O dinâmico teve início com Teodoro. Ele se opunha à cristologia do Logos, negando a divindade de Jesus. O monarquianismo ensinava que Jesus era meramente humano e que, embora tenha nascido de uma virgem, isso não lhe conferia a presunção da divindade. Sua superioridade em relação aos demais homens residia na Sua justiça. Seguindo uma linha gnóstica, acreditava que Cristo encarnou em Jesus na hora do batismo, equipando-o com poderes divinos por um curto período de tempo, e que se uniu a Deus depois da ressurreição. Outro defensor dessa corrente foi Paulo de Samósata, bispo de Antioquia por volta de 260 d.C. Um pouco diferente de Teodoro, Paulo de Samósata acreditava no Logos como uma identificação com a razão ou com a sabedoria, contrariando a doutrina de Tertuliano sobre o Logos como uma pessoa. Ambos foram declarados hereges.

O monarquianismo modalista apareceu na Ásia Menor com Noeto, que, mais tarde, foi levado a Roma. Práxeas – aquele contra o qual Tertuliano escreveu – foi um dos representantes desse movimento. Mas o grande representante do monarquianismo modalista foi Sabélio (180 d.C.—250 d.C.). Sabélio nasceu na Líbia e, depois, mudou-se para a Itália. Ensinava que a crença na Trindade era triteísta, ou seja, uma crença em três deuses. Seguia a crença modalista em que Deus se apresentava em três modos diferentes: ora como Deus Pai, ora como Deus Filho e ora como Deus Espírito Santo, atuando respectivamente dentro do papel de cada uma dessas figuras.

44. OLSON. 2001. p. 265.

Ário

Ário (256 d.C.—336 d.C.) foi presbítero em Alexandria entre o terceiro e o quarto séculos. Ensinava que Jesus era um ser criado e que não dispunha de nenhum dos atributos incomunicáveis que são próprios de Deus, como: onisciência, onipresença e onipotência; Ele nem mesmo era eterno. Foi excluído em 321 d.C. por causa das suas ideias. As igrejas do Oriente aceitaram a tese dele, que acabou recorrendo da sua própria exclusão, mas foi banido no Concílio de Niceia em 325 d.C. Ário foi exilado na Gália e morreu no dia em que voltaria à comunhão da Igreja, em Constantinopla. Para Ário, havia somente uma pessoa na divindade. Acerca desses movimentos, nós discorreremos mais adiante, no capítulo que trata da doutrina de Deus, na seção dedicada à doutrina da Trindade.

Atanásio

Atanásio (296 d.C.—373 d.C.) foi teólogo e bispo de Alexandria de 328 d.C. a 373 d.C. Apesar de ser filho de pais abastados, ele se dizia pobre. Ainda muito jovem, ganhou o coração de Alexandre, o então bispo de Alexandria, sendo convidado a morar em sua casa para aprender com ele. Esmerado na língua grega, dedicou-se a escrever obras teológicas a partir dos 20 anos de idade. Suas obras foram: 1) uma apologética: *Contra os pagãos* e *A encarnação do Verbo*; 2) Obras histórico-polêmicas: *Apologia contra os arianos*, *Apologia ao imperador Constantino*; *Apologia por sua fuga* e *História dos arianos*; 3) Obras exegéticas: foram comentários de Gênesis, Cantares e Salmos; 4) Obras ascéticas: *Vida de Santo Antônio*, *Discurso sobre*

Retrato da escultura de Atanásio (296 d.C.—373 d.C.)

Depois dos grandes conflitos teológicos para definir a doutrina da Trindade, culminando no Concílio de Niceia (325 d.C.), coube aos Pais capadócios darem a ela sua forma final.

a virgindade, Sobre a enfermidade, saúde, amor e autocontrole;

5) Cartas: *Cartas festais, Cartas sobre os decretos do Concílio de Niceia* e o *Credo*, o mais conhecido dos seus livros.[45]

Enquanto escrevia, atuava também como secretário e confidente do seu bispo, Alexandre de Alexandria. Iniciou sua carreira eclesiástica como diácono. Com esse cargo, Atanásio participou do primeiro Concílio de Niceia, em 325 d.C. Nesse concílio, os arianos foram definitivamente derrotados com sua tese antitrinitariana. Com a morte do bispo Alexandre em 328 d.C., Atanásio assume o seu lugar como bispo de Alexandria até a sua morte em 373 d.C. Durante seu bispado, teve de se ausentar muitas vezes do seu posto. Alvo de perseguição acirrada dos arianos, que não aceitavam a derrota no Concílio de Niceia, Atanásio fugiu pelo menos cinco vezes. A soma dos tempos em que passou em fuga chegou a 20 anos. Os arianos tiveram ainda mais uma derrota – e essa foi final – no Concílio de Constantinopla em 381 d.C.[46]

Apesar de viver em Alexandria, Atanásio não imitou os mestres de lá, que aliavam filosofia à teologia. Preferiu rejeitar os recursos da filosofia no desenvolvimento da doutrina cristã. Além de defender biblicamente a doutrina da Trindade, Atanásio desenvolveu também a doutrina do Logos. O Logos não é uma das coisas criadas, antes, é o seu Criador. Era necessário que o Logos se tornasse homem para que o pecado e a morte fossem vencidos. Uma vez libertado do poder do pecado por meio do sacrifício de Cristo, o homem atinge a imortalidade, passando a viver novamente conforme o plano original de Deus no início da criação: à imagem de Deus. Igualmente, Atanásio salienta mais uma faceta da criação: além de se revelar Filho de Deus, Cristo restaurou o verdadeiro culto a Deus, o qual o homem havia esquecido em sua cegueira. Essa relevância ao culto restaurado era mais um ataque às ideias arianas. Os arianos introduziram uma liturgia de tipo pagão, cultuando a criação em vez de adorar o Criador, pois negavam a divindade de Cristo e afirmavam que o Logos é criatura.[47]

45. CHAMPLIN. 1991. v. 1. p. 362.

46. HÄGGLUND. 2014. p. 63.

47. Ibidem. p. 66.

Os Pais capadócios

Depois dos grandes conflitos teológicos para definir a doutrina da Trindade, culminando no Concílio de Niceia (325 d.C.), coube aos Pais capadócios darem a ela sua forma final. Foram três os Pais capadócios: Basílio, o Grande (330 d.C.—379 d.C.); Gregório de Nissa (330 d.C.—395 d.C.) e Gregório de Nazianzo (329 d.C.—389 d.C.). Eles estabeleceram o meio-termo entre Atanásio e Orígenes em relação à Trindade. Enquanto Atanásio apresentava a ideia de *uma substância* para as três pessoas da Trindade divina, os capadocianos defendiam a ideia de *três pessoas distintas*. Desse modo, aceitaram a teologia de Orígenes, que concebia as três pessoas em níveis distintos. Hägglund explica:

> Foi nesta época que se fez uma distinção clara entre os dois conceitos expressos pelas palavras gregas *ousia* e *hupóstasis*. A primeira delas foi usada para indicar a natureza indivisível da essência divina, enquanto a outra foi colocada em justaposição à palavra *prósoopon* (pessoas). Basílio ilustrou essa distinção da seguinte maneira: o conceito "homem" refere-se ao que é comum a todos os homens. No entanto, os homens individuais, tais como Paulo ou João, possuem características distintas que os destacam de outros indivíduos. Tanto Paulo como João existem independentemente, mas também têm algo em comum: são homens; pertencem à categoria geral de "homem". Assim, enquanto compartilham a essência (*ousia*) comum, são também pessoas individuais com existência independente (*hupóstasis*).[48]

Os Pais capadócios foram além de Atanásio na distinção entre *ousia* (termo usado neste caso para dar a ideia de *ser*) e *hipóstase* (substância), e eles fizeram isso na tentativa de elucidar o caso, e não de modificar o que já estava definido. Os três Pais da Capadócia prestaram grande colaboração no Concílio de Niceia, e a sua ortodoxia foi ratificada pelo Concílio de Constantinopla em 381 d.C. Entretanto, o argumento dos três teólogos capadócios "caracteriza o ponto de vista oriental, com seu conceito mais estático, abstrato de Deus".[49]

Reação de Agostinho

A questão levantada por Agostinho foi que uma pessoa divina não pode se encontrar em três *existências* distintas. Agostinho reage ao argumento dos Pais capadócios, apresentando o ponto de vista ocidental. Ele desenvolve sua posição trinitária baseado na única essência divina: o caráter trino de Deus está implícito na unidade. Trata-se do mistério que não se pode explicar: a relação interna necessária entre as três facetas da essência divina.[50]

---

48. HÄGGLUND. 2014. p. 63.

49. Ibidem. p. 68.

50. Ibidem. p. 68.

Enquanto os Pais da Capadócia ilustram a Trindade com elementos humanos distintos: Paulo e João, Agostinho cria outra analogia para demonstrar sua compreensão. Usa a estrutura da alma humana: "o amor implica na relação daquele que ama com o objeto do amor. Isso sugere uma relação entre os três seguintes: aquele que ama (*amans*), o que é amado (*quod amatur*) e o próprio amor (*amor*); o que é amado (*quod amatur*) é o próprio amor (*amor*).[51] Assim como Atanásio, Agostinho reafirmou que a Trindade está implícita na unidade. São três pessoas distintas: Pai, Filho e Espírito Santo, mas a divindade é uma só. Portanto, jamais se pode dizer que há três deuses, mas apenas um Deus!

O Concílio de Niceia

O primeiro concílio ecumênico da Igreja ocorreu em Niceia, no ano 325 d.C., por convocação de Constantino; o concílio durou seis meses. O imperador escolheu Niceia por ser uma cidade próxima de Constantinopla, onde ele mantinha também uma das suas residências. Teogno, bispo da cidade de Niceia, posicionava-se ao lado de Ário. O propósito principal do concílio era discutir a doutrina ariana a respeito da Trindade, ainda que outros assuntos também constariam na pauta, tais como: a readmissão dos que haviam se desviado, a ordenação e a deposição de bispos, presbíteros e ordens de precedência das diversas sedes eclesiáticas, e a ordenação de eunucos.[52] Foram aproximadamente 20 decretos promulgados pelo imperador naquele concílio.

No concílio, estavam presentes líderes sobreviventes de perseguições por causa da sua fé. Eram homens que tiveram seus bens confiscados e que traziam as marcas

Ilustração do Concílio de Niceia

51. HÄGGLUND. 2014. p. 69.

52. GONZALES, Justo. *A era dos gigantes*. São Paulo: Vida Nova, 1988. v. 2. p. 94.

do Senhor Jesus em seus corpos devido aos sofrimentos movidos pelas autoridades romanas. Parecia estranho que, naquele momento, o próprio imperador convocara um concílio para tratar de um relevante assunto doutrinário, assumindo as prerrogativas de líder-condutor de um evento alheio ao seu ofício, ao seu conhecimento e à sua experiência. Para não cometer gafes, tinha Ósio ao seu lado como seu mentor nos assuntos teológicos, pois tinha de ser assessorado por alguém que lhe soprava frases aos ouvidos, sugerindo palpites e orientando em uma palavra de conclusão – de modo tendencioso, é claro – tendo em vista que, não somente o seu mentor intelectual, mas todo o plenário tendia para uma decisão antiariana, com exceção de poucos.

O ambiente não era de total conforto, mas de desconfiança por parte de alguns. Ninguém tinha escolha. Alguns participantes objetaram a participação do imperador nos assuntos tratados, mas os guardas imperiais calavam-nos. No concílio, estavam presentes tanto bispos do Oriente como do Ocidente. Participar do Concílio de Niceia não era uma opção, mas uma obrigação imposta pelo imperador. Para garantir quórum, o imperador custeou as despesas de viagem de todos os participantes, exceto de Ário, o mentor da doutrina e causador do concílio, devido ao fato de ele não ser bispo. Seu relator foi o bispo Eusébio de Nicomédia.[53] O imperador pretendia que o concílio chegasse a uma conclusão satisfatória para todos. Alexandre, bispo de Alexandria, estava representando os bispos do Oriente e do Ocidente. Estavam presentes 318 bispos, dos quais apenas 28 eram arianos.

A discussão ariana era algo que não estava na mente nem no coração dos participantes, exceto de dois representantes máximos: um favorável e outro contrário à posição ariana. Os demais bispos contentavam-se com a palavra final de Tertuliano sobre a Trindade, considerando-a satisfatória. Por que voltar ao assunto agora que estavam vivendo um novo tempo de paz, tendo, pela primeira vez, depois de 300 anos de perseguição, o imperador ao seu lado? A quem interessava discutir novamente o mesmo assunto?

Eusébio de Nicomédia, embora acompanhado de um reduzido número de bispos, entrou no concílio seguro de que, depois que expusesse a teoria ariana, seria compreendido e acatado por todos. Ele estava seguro de que a compreensão ariana era absolutamente correta; em vez disso, foi interrompido aos gritos de "heresia!", "mentira" e "blasfêmia!". Arrancaram-lhe o discurso das mãos e pisaram nele. Eusébio e os seus colegas foram humilhados. Não havia mais o que discutir: o arianismo havia sido derrotado.

Por mais que os bispos tentassem fugir do tema no início, a teoria ariana tirava de Jesus os Seus poderes divinos, reduzindo a doutrina cristã a um monismo teológico. Isso poria em risco a doutrina cristã para sempre. A decisão final resultou em um credo que ficou conhecido historicamente como o Credo Apostólico.

---

53. Não se deve confundir este com Eusébio de Cesareia, o grande historiador da Igreja primitiva.

O Credo Apostólico

> Cremos em **Deus Pai** Todo-poderoso, criador de todas as coisas visíveis e invisíveis. E em um **Senhor Jesus Cristo**, o Filho de Deus; gerado como o Unigênito do Pai, isto é, da substância do Pai, Deus de Deus; luz de luz; Deus verdadeiro de Deus verdadeiro; mediante o qual todas as coisas foram feitas, tanto as que estão nos céus como as que estão na terra; que para nós humanos e para nossa salvação desceu e se fez carne, se fez homem, e sofreu, e ressuscitou ao terceiro dia, e virá para julgar os vivos e os mortos. E no **Espírito Santo.**[54]

Por se tratar de uma decisão conciliar, o Credo Apostólico ainda é lido ou recitado pelas igrejas Católica e Protestante, mas também é comum nas igrejas ortodoxas russa e grega entre outras do cristianismo magisterial. As igrejas pentecostais, muitas igrejas batistas, a Igreja de Cristo, igrejas Holiness, anabatistas e muitas outras, as quais Olson denomina *igrejas livres*[55], rejeitam a autoridade dos concílios. Tratando-se de doutrina da Trindade, essas igrejas partem do pressuposto de que se trata de doutrina bíblica comum e insistentemente declarada no Novo Testamento, não necessitando reafirmá-la pela repetição constante do credo, ainda que haja no meio evangélico alguns grupos que rejeitam a doutrina da Trindade.

O imperador Constantino, satisfeito com a vitória retumbante do concílio contra os arianos, ordenou que os bispos arianos deixassem suas cidades e fossem considerados hereges por todos.

A reação dos arianos

Os arianos não aceitaram a derrota. Continuaram sua luta para desfazer as decisões do concílio. O que parecia ter sido o ponto final na discussão resultou em alguns desdobramentos perigosos. Eusébio de Nicomédia aproximou-se do imperador, de quem era parente distante. Conseguiu também uma reunião de Ário com ele. Como o imperador não era conhecedor de teologia, foi facilmente iludido a relaxar a pena imposta contra os bispos arianos, permitindo-lhes retornar para as suas cidades.

Atanásio, secretário de Alexandre, assumiu o seu lugar como bispo de Alexandria após a morte deste em 328 d.C. Atanásio deu continuidade à causa nicena, mas o seu bispado foi marcado por cinco exílios pelo menos. Ele desenvolveu a doutrina eclesiástica da Trindade a partir do *Logos*. Um dos seus principais argumentos é: "Se Ário está certo quando diz que Cristo é apenas um ser criado e não da mesma substância do Pai, a salvação não seria possível, pois apenas Deus pode salvar".[56] Ele enfatizava que o Filho é da mesma substância (*homooúsios*) que o Pai.

---

54. Grifos do autor.

55. OLSON. 2001. p. 163.

56. HÄGGLUND. 2014. p. 64.

Os Pais capadócios foram: Basílio, o Grande – arcebispo de Cesareia; seu irmão mais novo, Gregório de Nissa; e Gregório de Nazianzo. Esses levaram adiante a obra de Atanásio. Os três foram mais Orientais na teologia do que Atanásio. Este salientava a ideia de *uma substância* para defender a Trindade; os capadócios partiram da ideia de *três pessoas distintas* e desenvolveram uma terminologia que descreve tanto a unidade como a Trindade.[57] Eles fizeram a distinção entre as palavras gregas *ousia,* οὐσίας – "substância" (Lc 15.12) e *hupóstasis,* ὑποστάσις – "essência" (Hb 1.3).

A perseguição ariana contra eles contava com o apoio do imperador, que se havia vendido para o outro lado. A relação de Constantino com o cristianismo foi gradual. No início do seu reinado, o imperador era pagão, mas devido à conversão de sua mãe, Helena, e de seu irmão ao cristianismo, tornou-se não apenas tolerante deste, mas também se interessou em juntar-se aos cristãos, os quais cresciam em número a cada dia, parecia-lhe mais vantajoso estar ao lado dos cristãos do que dos pagãos. Para entrar na História como cristão, pediu para ser batizado à véspera da sua morte; quem o batizou foi Alexandre de Nicomédia, o que fora chamado de herege no concílio; mas naquele tempo, as coisas já haviam mudado.

Com a morte do imperador, o seu reino foi fatiado pelos três filhos: Constantino II, que ficou com a região da Gália (França), Grã-Bretanha, Espanha e Marrocos; Constâncio ficou com o Oriente; Constante ficou com o norte da África e com alguns territórios ao norte da Itália. Constantino II e Constante entraram em guerra. Constâncio se viu livre para favorecer os arianos; porém, sua liberdade durou pouco e teve de fugir para o exílio. Com a morte de Constantino II, Constante conseguiu unificar todo o Oriente, mas Constâncio favoreceu a causa ariana e os líderes nicenos tiveram de abandonar suas dioceses. Alguns anciãos nicenos assinaram uma confissão ariana para livrarem-se da perseguição, foram eles: Ósio de Córdoba e Libelo, bispo de Roma. Com a morte de Constâncio, seu primo Juliano assumiu o trono. Este ficou conhecido pelos historiadores como *cristão apóstata.* As discussões e a divisão dentro da Igreja cristã favoreceram a volta do paganismo nesse tempo.[58]

Juliano guardava grande ressentimento contra Constantino. Quando esse morreu, seus filhos mandaram matar todos os parentes para que ninguém reclamasse o poder. Como Constantino estava em Constantinopla na ocasião, a suspeita dessa matança caiu sobre ele. De toda a família, Juliano (aos seis anos de idade) e Galo (seu irmão mais velho) foram os únicos sobreviventes. Tal ressentimento mantinha-o longe do cristianismo, preferindo conservar-se pagão.

Preocupado por não ter sucessor ao trono, Constâncio chamou Galo em 351 d.C. e deu-lhe o título de César, concedendo-lhe o poder sobre a parte oriental do império,

57. HÄGGLUND. 2014. p. 67.

58. GONZALES. 1988. p. 101.

mas quando o imperador percebeu em Galo a ambição pelo poder e a conspiração de que este queria matá-lo, Constâncio mandou prendê-lo e decapitá-lo no ano 354 d.C.

Juliano fora mandado a Atenas para estudar Filosofia. Na infância, fora batizado como cristão, mas abandonou a fé e mergulhou no estudo das religiões de mistério. Constâncio chamou Juliano para confiar-lhe o domínio das Gálias. Como governante, surpreendeu todos; porém suas habilidades políticas, em vez de contentar Constâncio, causaram-lhe a preocupação de que Juliano pudesse conspirar contra ele; e ele não estava errado em sua suspeita. Em uma batalha em conjunto contra os persas, os soldados de Juliano proclamaram-no *Augusto*, ou seja, imperador supremo. As tensões entre eles cresceram a tal ponto de entrarem em guerra. Constâncio morreu e Juliano assumiu o império em Constantinopla em 361 d.C.

Assim como o imperador Constantino que havia se autoproclamado bispo dos bispos (reivindicando para si o direito de comandar a Igreja e decidindo a localidade onde os bispos deveriam ser empossados), Juliano resgatou os sacerdotes pagãos que viviam abandonados como mendigos pelas ruas da cidade, recolocou-os em seus postos de sacerdotes e devolveu-lhes as propriedades que Constantino havia transferido para o cristianismo. O imperador Juliano ficou como o sacerdote máximo do paganismo. Conservou o modelo cristão de hierarquia, bem como a prática de boas obras aprendidas com esse modelo.

Juliano procurou resgatar o culto pagão com o sacrifício de animais aos deuses, mas sua tentativa foi tão ridícula que até mesmo os que participavam de tais cultos zombavam dos sacrifícios. Ele também atacava o cristianismo, porém sem mover perseguição contra os cristãos. Tentava apenas impedir o seu progresso e também cerceava-lhes alguns direitos, como o de lecionar letras clássicas. Chamava-os de galileus porque os habitantes da Galileia nos dias de Jesus eram pobres, incultos e desprezados pelos moradores da Judeia, que estava localizada ao sul do país. Em uma batalha contra os persas, Juliano foi atingido por uma lança e morreu.[59]

59. GONZALES. 1988. p. 101.

A ESCOLA DE ALEXANDRIA E A ESCOLA DE ANTIOQUIA

Alexandria e Antioquia eram dois centros culturais importantes, tanto da filosofia greco-romana como da teologia cristã, sendo Alexandria mais rica e mais antiga do que Antioquia, e mais pujante na construção de nomes famosos. As duas formavam grandes escolas; mas chegou o momento em que ambas disputavam pelo mesmo objetivo: alcançar o poder religioso de Constantinopla. O sonho de ter um bispo, um presbitério e formar todo o corpo clerical na catedral erigida na capital romana do império, na antiga Bizâncio, levava os teólogos das duas escolas a disputarem o braço de ferro na mesa da controvérsia cristológica que se estendia desde os dias de Ário, parecendo apresentar algumas rebarbas que precisavam ser tiradas: ou pela lixa de Alexandria ou pela lixa de Antioquia.

As duas escolas diferiam em alguns pontos teológicos. Alexandria era mais capital da filosofia do que era da teologia. É possível dizer que o que Constantino fez ao transferir a capital romana para a cidade que construíra com seu nome, Constantinopla, Alexandre fez semelhantemente com Atenas três séculos antes de Cristo, substituindo-a por Alexandria, cidade que fundou em homenagem a si mesmo! Alexandria tinha um grande centro de estudos judaicos, vale a pena observar que a Septuaginta fora traduzida lá. Os ilustres cristãos dos primeiros quatro séculos da era cristã eram tam-

bém de Alexandria. Todavia, um novo centro teológico igualmente se levantava e seus teólogos diferiam muito dos de Alexandria, não apenas nas questões cristológicas e soteriológicas, mas, antes de tudo, na hermenêutica bíblica. Aquela que melhor interpretasse as Escrituras Sagradas com certeza seria julgada pela História como digna de maior respeito e acatamento. Contudo, essa lógica também resultou em duas diferentes linhas: a do catolicismo romano e a do protestantismo evangélico.

Alexandria e Antioquia eram dois centros culturais importantes, tanto da filosofia greco-romana como da teologia cristã, sendo Alexandria mais rica e mais antiga do que Antioquia.

Alexandria preparava teólogos-filósofos. Eram homens que, no intuito de defender a Igreja das heresias gnósticas do primeiro e do segundo séculos, enxergavam o cristianismo como mais uma corrente filosófica. Como não eram habilidosos em lidar com o Antigo Testamento e não dispunham das ferramentas de uma boa hermenêutica, optaram por uma interpretação alegórica daquela porção da Escritura, dando-lhe sentido espiritual para tudo e ignorando os aspectos históricos, literais e proféticos. Já os teólogos de Antioquia, que não estavam infectados pelos métodos da razão filosófica, praticavam uma hermenêutica mais sadia. Desprezavam o método alegórico para a interpretação, exceto em algumas passagens que o requeressem, optando por uma hermenêutica histórico-literal, na qual o estudante obrigatoriamente busca o pano de fundo histórico-literal do texto, levando em conta quem escreveu, para quem escreveu, qual é o sentido imediato dessa ou daquela palavra; enfim, uma exegese que leva o leitor a entender o que o texto oferece como revelação. Essa foi a linha de interpretação evocada por Martinho Lutero e por outros teólogos da Reforma que o sucederam, como: Melanchthon, Zwinglio, Calvino e outros.

Divergência soteriológica

Com respeito à doutrina da salvação, os teólogos de Alexandria diziam que o processo de salvação acontece quando o Logos divino entra na natureza humana e a transforma sem que esta natureza transfira suas corrupções para a divina. Trata-se de uma abordagem desnecessária e, ao mesmo tempo, desconfiada.

Para os de Antioquia, a divinização traz cura à natureza humana para que ela compartilhe de alguns aspectos da divindade, como a imortalidade por exemplo.

Como aquela escola, esta também concordava sobre as diferenças entre a natureza humana e a divina, alegando que o homem não se tornava Deus nem Deus se tornava homem nessa união; mas a escola de Antioquia estava mais interessada nos resultados da salvação na vida do homem, respondendo com uma ética condizente de Cristo. Em resumo: "a soteriologia alexandrina é mais metafísica, enquanto a de Antioquia é mais moral e ética"[60].

Divergência cristológica

A disputa pela natureza de Cristo era outra questão que parecia não ter fim. Atanásio, o teólogo alexandrino que prestou um grande serviço no Concílio de Niceia ao lado do bispo Alexandre, de Alexandria, obteve uma vitória retumbante sobre os arianos, os quais negavam a divindade de Cristo e notabilizou-se também pela elaboração do Credo Apostólico[61]. Ele deixou um grande legado teológico para aquela escola até que os arianos derrotados conseguissem reverter a situação e alcançar o benefício do imperador Constâncio, o qual se posicionou a favor deles e contra Atanásio. A partir de então, o retrocesso alexandrino causou grandes prejuízos à teologia cristã.

Os teólogos antioquenos defendiam a humanidade de Jesus, bem como Sua divindade. Para eles, Cristo era verdadeiramente homem e verdadeiramente Deus; para os alexandrinos, Jesus não poderia ser verdadeiramente homem e Salvador. Para estes, a natureza humana fora absorvida pela divina, assim Jesus tinha uma só natureza. Os teólogos alexandrinos falavam da união das duas naturezas, usando a expressão "palavra-carne". Os antioquenos usavam a expressão "palavra-homem". Enquanto os alexandrinos enfatizavam a *união* entre o divino e o humano, os antioquenos enfatizavam a *separação* entre o divino e o humano.

O apolinarianismo

Apolinário (310 d.C.—390 d.C.) atuou como bispo em Laodiceia no final do quarto século. Opôs-se às ideias de Ário. Negava a união das duas naturezas de Cristo, a humana e a divina. Dizia que Jesus não possuía um espírito humano. O espírito de Cristo manipulava o corpo humano. Defendia a divindade de Cristo e dizia que o Logos substituía o espírito humano para protegê-lo do pecado. Negava a autêntica humanidade de Jesus. Foi amplamente criticado por Gregório Nazianzeno da Capadócia, que, embora simpatizasse com a forma alexandrina, não podia aceitar essa colocação exagerada de Apolinário, o qual foi considerado herege no Concílio de Constantinopla em 381 d.C.

60. OLSON. 2001. p. 209.

61. O Credo Apostólico é recitado pelos católicos e pelos reformados até hoje.

Esse teólogo negou que Jesus possuísse uma alma humana como os demais homens. Havia um corpo humano, mas dentro dele estava o Logos, não uma alma racional (*nous*). O Logos e o humano não formavam apenas uma conexão um com o outro, mas uma verdadeira encarnação, a ponto de o Logos mutilar o humano[62] para uma garantia soteriológica. Se o Logos não mutilasse o humano, não poderia ser salvador da humanidade.[63]

O Concílio de Constantinopla concordou com a cristologia antioquena contra a cristologia de Apolinário, ficando acordado que Jesus possuía uma natureza humana completa, sendo formado de corpo, alma e espírito, com o destaque de que Ele possuía uma mente humana. A partir dessa decisão, o clima entre Alexandria e Antioquia piorou. A disputa por Constantinopla parecia ter dado vitória aos antioquenos.

Havia bons teólogos em Antioquia, dos quais se destacam Eustáquio, Diodoro de Tarso e Teodoro de Mopsuéstia. Este último foi quem enfrentou Apolinário, mas, um século depois da sua morte, ele também acabou condenado como herege por outro assunto. Os antioquenos venceram. Por ordem do imperador Teodósio II, Nestório assumiu o patriarcado de Constantinopla em 428 d.C. enquanto os alexandrinos se ressentiam do tratamento que o Concílio de Constantinopla dera ao seu venerado Apolinário. Como patriarca do Oriente e com o apoio do imperador, Nestório perseguia todos os cristãos alexandrinos que moravam em Constantinopla. Acusava os seus líderes de apolinarianistas oportunistas, os quais aguardavam uma oportunidade para se revelar.

O nestorianismo

Não havia como parar as controvérsias. Agora, a questão se voltava para Maria, sobre ela ser a mãe de Deus. Em um dos seus sermões na grande catedral de Santa Sophia, em Constantinopla, no Natal de 428 d.C., Nestório proibiu os fiéis de continuarem chamando Maria de *Theotokos*. O termo significa *portadora de Deus*, mas é comumente compreendido como *mãe de Deus*. Ora, Deus não pode ter mãe. Maria era mãe de Jesus quanto a Sua natureza humana; mas não em relação à divina. Nestório não proibiu o povo de venerar Maria, mas de usar o termo *Theótokos*.[64]

Cirilo, que foi o patriarca de Alexandria desde 412 d.C. até a sua morte em 444 d.C., enviou espiões a Constantinopla para espreitar Nestório a fim de apanhá-lo em alguma contradição. Cirilo também cooperou com o surgimen-

62. Uma posição semelhante à posição dos docetistas.

63. Devemos relembrar que, para os alexandrinos, a salvação consistia em uma deificação do homem quando o Logos entra nele.

64. *Theótokos* - termo bem compreendido pela população de Constantinopla que falava o grego, enquanto as missas eram realizadas em latim.

Cirilo, que foi o patriarca de Alexandria desde 412 d.C. até a sua morte em 444 d.C., enviou espiões a Constantinopla para espreitar Nestório a fim de apanhá-lo em alguma contradição.

to de duas heresias: o apolinarianismo e o monofisismo.[65] O sermão de Nestório não ficou sem repercussão. O patriarca de Alexandria soube aproveitar-se da situação. Moveu uma campanha contra Nestório em sua própria cidade, usando os alexandrinos residentes de Constantinopla para difamar o bispo da cidade. Afixaram cartazes chamando Nestório de herege e de adocionista.[66] A campanha conseguiu atingir seu objetivo: a população da cidade passou a desconfiar de Nestório.

Apesar das divergências ente eles, Cirilo começou a se corresponder com Nestório. Teologicamente, Cirilo concordava com o colega rival quanto a Cristo ter uma natureza humana racional, conforme a decisão tomada no Concílio de Constantinopla; mas ele não podia contraditoriamente se posicionar contra Apolinário, colocando-se a favor de Teodoro de Mopsuéstia, mestre de Nestório. A luta, no fundo, era mais política do que teológica, por isso defendia a união de Deus com a humanidade de Cristo, formando uma só natureza. Seus escritos provam isso. Ambos eram ambíguos e confusos às vezes, parecendo que cada um dizia a mesma coisa que o outro. No fundo, eles pareciam pensar a mesma coisa. Como entende Roger Olson: "se eles tivessem tempo para uma conversa e sem a interferência dos seus seguidores, poderiam chegar a bom termo, estabelecendo um consenso entre os conceitos de cada um".[67] Claro que ainda permanecia divergência quanto a outros pontos relativos à encarnação, mas era preciso que resolvessem essas confusões de palavras entre eles.

Percebendo que Nestório caía na sua armadilha, Cirilo provocava-o com perguntas para que ele se embaraçasse. Nestório dava cada vez mais explicações e, na falta do que

65. *Monofisismo* - surgiu entre o quinto e o sétimo séculos, afirmando que Cristo tinha apenas uma natureza: a divina, podendo ser composta. A natureza humana fora absorvida pela divina.

66. *Adocionismo* - consistia em dizer que Jesus nasceu homem, mas tornou-se Filho de Deus por adoção. No caso de Jesus Cristo, o *adocionismo* dizia que o homem Jesus era um objeto de aproveitamento divino ou um corpo que fora usado para um fim sagrado. Essa doutrina surgiu com um teólogo antioqueno, Paulo de Samósata, cerca de 200 anos antes de Nestório, e foi condenada.

67. OLSON. 2001. p. 218.

dizer, postulou um tipo de união entre o divino e o humano, chamando-o de *synapheia*, que significa *conjunção*. Cirilo esperava que Nestório se revelasse adocionista. Essa seria a grande contradição, pois se alguém fosse acusado de usar uma doutrina considerada condenada, a pessoa seria condenada também. Ambos trocavam acusações. Cirilo acusava a cristologia de Nestório de *adocionismo revestido e disfarçado*. Nestório acusava a cristologia de Cirilo de *apolinarianismo revestido e disfarçado*. Pelo menos Cirilo prestou uma contribuição à cristologia ortodoxa, apresentando a doutrina de *união hipostática*.[68]

A cristologia de Cirilo relaciona o *theótokos* a Maria. Ela é mãe de Deus! Defendia que a natureza de Jesus era composta de corpo, alma e espírito, mas ela aparece impessoal com a presença do Logos. Na Sua morte, apenas o corpo de Jesus sofreu: Deus não. Ora, se uma pessoa consegue manter sua alma imune aos sentimentos do corpo, então não há sofrimento. Visão docética de Cristo.

Cirilo tentou convencer Nestório a mudar a sua cristologia, mas, depois de muita insistência, escreveu para o bispo de Roma, acusando Nestório e pedindo, ao mesmo tempo, por um concílio. O bispo de Roma analisou as declarações feitas contra Nestório e o condenou por heresia, depondo-o do cargo de patriarca em Constantinopla. Cirilo utilizou-se da carta do bispo de Roma, para pedir ao imperador uma investigação sobre Nestório.

O Concílio de Éfeso

O concílio foi marcado para Éfeso, no ano de 431 d.C. Esse era o terceiro concílio ecumênico. Cirilo e seus bispos compareceram, mas nem Nestório nem qualquer outro bispo de Antioquia estavam presentes. Depois de muito esperar pela chegada dos outros bispos, ele deu início ao sínodo. Esse sínodo não criou nenhum credo novo, mas valendo-se das cartas trocadas entre Cirilo e Nestório, extraiu uma frase utilizada em uma de suas cartas a Nestório: "O eterno Filho do Pai é um e exatamente a mesma pessoa que o Filho da Virgem Maria, nascido no tempo e na carne; por isso, ela pode ser corretamente chamada Mãe de Deus".[69] O concílio se prestava a fazer oposição plena a Nestório. A decisão tomada contra Nestório era a de que ele deixasse o patriarcado de Constantinopla e fosse enviado para o Egito.

Depois de grande atraso, Nestório chegou a Éfeso com seus bispos. Ele instalou outro concílio no qual condenava Cirilo e reafirmava suas declarações. Chegam os bispos do ocidente e os delegados do papa. O imperador não gosta de ver a Igreja divida e pede a ambos os lados que se entendam; mas ele mesmo concorda que Nestório deve

68. União hipostática - veja o capítulo em que tratamos de cristologia.

69. OLSON. 2001. p. 224.

deixar Constantinopla e ir para o exílio. O bispo João, de Antioquia, não vendo saída para a situação, concorda com a decisão tomada contra Nestório, mas impõe uma condição que eles chamam de "Fórmula de Reunião 433". Essa fórmula foi assinada por Cirilo, por João e pelo imperador, e consistia em que se escrevesse que Jesus possuía duas naturezas. Cirilo, contrariado, acabou concordando. Os alexandrinos, no entanto, acharam que Cirilo os traiu com essa fórmula. Todavia, estavam satisfeitos por terem se vingado da decisão tomada contra Apolinário no passado. Agora, eram duas heresias condenadas: o apolinarianismo e o nestorianismo.

A única obra escrita de Nestório durante o seu exílio foi o *Livro de Heráclito*, no qual defende a sua teologia. Nesse livro, ele não sustenta a heresia que lhe foi atribuída, conhecida como *nestorianismo*[70]. Ainda houve suspeita de que ele mesmo a tenha alterado para melhorar sua reputação. Nestório foi condenado no Concílio de Éfeso em 431 d.C., mas sua igreja existe até hoje na Índia.

A heresia de Nestório consistia em dizer que a divindade de Cristo morava em Jesus do mesmo modo como o Espírito Santo habita no crente. Ele ilustrava essa afirmação com o casamento, dizendo: "do mesmo modo que duas pessoas se unem pelo casamento, tornando-se uma só carne sem deixar de ser duas pessoas, assim é a divindade em relação a Jesus". Está claro que essa posição implica negar a divindade da pessoa de Cristo Jesus.

No final de sua vida, Cirilo, bispo de Alexandria, estava em paz com os bispos de Roma, de Constantinopla e de Antioquia, mesmo que diferenças teológicas ainda borbulhassem entre eles. Ele valorizava a paz. Com sua morte em 444 d.C., no entanto, foi sucedido pelo bispo Dióscoro, um homem terrível, de mau caráter. Esse bispo não deixou nenhum legado teológico, a não ser uma história de vida marcada por atrocidades típicas de um déspota.

A controvérsia eutiquiana

Êutiques nasceu em Constantinopla no ano de 378 d.C. Ele vivia como monge em um monastério, mas teve grande influência apesar de parecer limitado em alguns aspectos. Concordava com a teologia de Alexandria e fazia forte oposição à teologia de Antioquia. Assim como outros teólogos hereges que vieram antes dele, tornou-se famoso por sua heresia também. Dizia que as duas naturezas de Cristo, a divina e a humana, eram imperfeitas, que o processo de encarnação constituía de duas naturezas antes da união, mas, depois desta, tratava-se de apenas uma natureza. Seu maior problema ainda não foi dizer que Jesus tinha apenas uma natureza, mas negar que

70. O *nestorianismo* - segundo entendiam capciosamente os alexandrinos, consistia em dizer que Jesus era duas pessoas, com base na afirmação de que Ele possuía "duas naturezas", sendo uma divina e uma humana.

O papa Leão ficou tão horrorizado com as notícias do Concílio de Éfeso que enviou uma carta ao imperador em Constantinopla lamentando a morte de Flaviano e exigindo que as decisões do concílio fossem todas revogadas.

Cristo era consubstancial conosco, seres humanos. Assim, acabou rejeitando a declaração de Niceia na opinião dos antioquenos. Isso era uma negação da humanidade de Jesus. Aproximava-se da heresia apolinariana, a qual afirma que a natureza humana era absorvida pelo Logos. Era, na verdade, uma volta ao docetismo que perdurou por 150 anos (desde a metade do primeiro século até o fim do segundo século). Enfim, Jesus era diferente de nós na Sua humanidade.

O Concílio dos Ladrões

Um novo concílio estava marcado para Éfeso em 449 d.C. Seria esse o quarto concílio ecumênico da Igreja, e o segundo em Éfeso. Dióscoro, um ano antes do concílio, manipulou os bispos de Constantinopla para condenar Êutiques. Isso interessava a eles, é claro, mas Dióscoro fazia apenas um jogo. Ele, como os demais alexandrinos, eram aliados de Êutiques, concordando todos em que Jesus tinha uma só natureza. A intenção de Dióscoro era usar o caso Êutiques para derrotar o bispo de Constantinopla, Flaviano. Ele excomungaria Êutiques e o restauraria posteriormente. Dióscoro levou para o concílio um bando de capangas egípcios armados (todos eram monges) para garantir que ele dirigiria o evento, o que na verdade caberia ao bispo de Constantinopla porque era a jurisdição deste. Os teólogos antioquenos, Teodoreto e Ciro, fizeram oposição ao eutiquianismo. Houve reação contra eles e foram chamados de nestorianos pelo concílio, sendo condenados como "oponentes de Deus", também foram depostos dos seus cargos. Por exigência de alguns alexandrinos ali presentes, houve uma aclamação para que fossem queimados, mas isso não chegou a acontecer.

O bispo de Roma, ocupado com questões políticas, não pôde comparecer ao Concílio de Éfeso. Flaviano, bispo de Constantinopla, compareceu ao concílio levando consigo uma carta do papa chamada *Tomo de Leão*, mas não pôde lê-la; antes, foi surrado pelos capangas de Dióscoro. Apanhou tanto que, dias depois, faleceu.

O imperador Teodoro II, que antes apoiava Antioquia, estava agora favorável a Dióscoro, concordando com todos os atos do concílio. A *Fórmula de Reunião de 433*, que até mesmo Cirilo havia assinado, caiu por terra e a declaração de Niceia foi posta em jogo. No quarto concílio, Alexandria havia sido vitoriosa em todos os sentidos,

tanto por fazer passar a heresia eutiquiana como por derrotar completamente o bispo de Constantinopla, Flaviano. O segundo Concílio de Éfeso, por causa desses absurdos, ficou conhecido como o *Concílio dos Ladrões*.

O papa Leão ficou tão horrorizado com as notícias do Concílio de Éfeso que enviou uma carta ao imperador em Constantinopla lamentando a morte de Flaviano e exigindo que as decisões do concílio fossem todas revogadas. Naquele momento, o bispo de Roma já exercia o poder como bispo majoritário (papa da Igreja); porém, o imperador recusou-se a atender aos pedidos do papa Leão I. Assim, o papa marcou outro concílio para o Ocidente, mesmo sem a autorização do imperador. Aos poucos, começando por Leão I, os bispos de Roma estavam fortalecendo o Ocidente, à revelia do Oriente, enquanto restauravam o império latino em Roma como era no passado, antes de Constantino.

No dia 28 de julho de 450 d.C., o imperador Teodósio II foi jogado de seu cavalo e acabou morrendo. Em seu lugar, subiu ao trono sua irmã Pulquéria, ao lado do marido Marciano, o qual defendia a independência de Constantinopla, livre de Alexandria e de Antioquia. Usando sua humanidade, o casal ordenou que o cadáver de Flaviano fosse sepultado com honrarias na catedral de Constantinopla e concordou com Leão I, marcando um novo concílio; porém, determinou que este fosse em Calcedônia, fixando sua data em outubro de 451 d.C.

Leão I, desgostoso por não ter o concílio da Igreja realizado no Ocidente, arranjou uma desculpa para não comparecer, porém enviou alguns representantes seus. Dióscoro, bispo de Alexandria, fora convocado a comparecer, mas excomungou o papa Leão I a caminho do concílio.

O Concílio de Calcedônia

O Concílio de Calcedônia foi o mais conciliador na história dos concílios ecumênicos. Ele abarcou as decisões de todos os concílios anteriores, fazendo um extrato das discussões e das decisões, encontrando uma solução para todas as controvérsias. Nesse concílio, as ideias de Alexandria e de Antioquia foram combinadas com as de Roma, resultando em uma formulação doutrinária e ortodoxa.[71]

O Concílio foi aberto em clima de pompa, contando com a presença do casal imperial, 500 bispos, 18 oficiais de alto escalão do Estado e os representantes do papa Leão I. Estavam sentados no mesmo auditório o terrível Dióscoro, sua comitiva e seus adversários antioquenos. Com a entrada de Teodoreto de Ciro, ia começar um tumulto, mas, por força da imperatriz Pulquéria e de seus guardas, a ordem foi restabelecida. Teodoreto assentou-se em um lugar de honra. Quando as atas do Concílio dos Ladrões foram lidas, os seguidores de Dióscoro foram tomados de remorso pelo que haviam

71. HÄGGLUND. 2014. p. 78.

feito a Teodoreto, concordando com a sua excomunhão e pedindo que fosse queimado, bem como pela morte de Flaviano. Todos deixaram Dióscoro, bandeando-se para o outro lado. Dióscoro permaneceu sozinho, mantendo firmes as decisões que tomara no concílio anterior. No final da noite daquele mesmo dia, Dióscoro foi deposto do bispado de Alexandria e mandado para o exílio juntamente com aqueles que ele havia condenado no Concílio de Éfeso. A decisão foi ratificada pelo casal imperial.

O que se esperava daquele concílio era que a verdade de cada lado, de Alexandria e de Antioquia, e dos concílios realizados até aquele momento, viesse à tona e que extraíssem dessa verdade única uma declaração que contentasse a todos, em detrimento de todos aqueles que haviam sido considerados hereges. Para chegar a esse consenso, a imperatriz deu, a cada um dos bispos que estavam em boas condições, dois dias de reflexão sobre o que criam a respeito de Cristo. No dia 10 de outubro de 451 d.C., reuniram-se novamente para decidir qual seria a "fé correta". Para facilitar o acordo, havia uma base estabelecida em torno da qual cada um poderia expor livremente seu ponto de vista. O Concílio de Niceia e o de Constantinopla, bem como os escritos de Gregório, Basílio, Hilário, Ambrósio e as cartas de Cirilo que foram aprovadas no primeiro Concílio de Éfeso, serviriam de paradigmas de acordo com a decisão do imperador.

No dia 10 de outubro, a carta do papa chamada o *Tomo de Leão*, que havia sido escrita ao bispo Flaviano e que fora impedida por Dióscoro de ser lida no segundo Concílio de Éfeso, passou a ser lida e debatida em várias sessões.[72] Finalmente, no dia 25 de outubro, uma declaração foi finalizada. A "Definição de Calcedônia", que não era um credo novo, mas uma interpretação do Credo de Niceia, tendo como pano de fundo os escritos de Tertuliano,[73] estava pronta e fora aprovada e assinada pelos bispos e pelo imperador. A definição calcedônica ficou conhecida como os quatro limites de Calcedônia: "sem confusão, sem mudança, sem divisão e sem separação".[74]

> Em concordância, portanto, com os santos pais, todos nós ensinamos unanimemente que devemos confessar que nosso Senhor Jesus Cristo é um só mesmo Filho, igualmente perfeito na humanidade, verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem, que consiste de alma e corpo racionais, consubstanciais com o Pai na Divindade e igualmente consubstancial conosco na humanidade, semelhante a nós em todas as coisas, à exceção do pecado, gerado pelo Pai antes de todos os séculos no tocante à sua Divindade e assim também nestes últimos dias por nós e por nossa salvação, foi gerado pela Virgem Maria, *Theotokos*, no que diz respeito à sua humanidade; um só e o mesmo Cristo, Filho, Senhor, Unigênito, revelado em duas naturezas sem confusão, sem mudança, sem divisão, sem separação; a diferença

72. OLSON. 2001. p. 236.

73. Tertuliano foi o primeiro teólogo cristão a usar o termo *Trindade* para se referir às três pessoas da divindade: Pai, Filho e Espírito Santo.

74. OLSON. 2001. p. 238.

> de naturezas não pode ser eliminada de modo algum por causa da união, mas as propriedades de cada natureza são preservadas e reunidas em uma só pessoa (*prosopon*) e uma só *hypostasis*, não separada ou dividida em duas pessoas, mas um só e o mesmo Filho, Unigênito, Verbo divino, o Senhor Jesus Cristo, conforme os profetas do passado e o próprio Jesus Cristo nos ensinaram a seu respeito e o credo dos nossos pais nos transmitiram.[75]

A declaração de Calcedônia rebate as heresias condenadas nos concílios passados:

1. Ela diz: "um e o mesmo Filho" – contrária ao que Nestório afirmava. Ele distinguia o filho de Davi do Filho de Deus, como se fossem dois filhos.
2. "Nosso Senhor Jesus Cristo que é perfeito em sua divindade" – contrariando Ário e Nestório, que diziam ser Jesus perfeito em sua humanidade apenas.
3. "Com alma racional e corpo" – contrariando Apolinário, que dizia que o Logos substituía a alma, tornando o corpo celestial.
4. "E da mesma essência que nós segundo a humanidade" – contrariando Êutiques.
5. "De uma essência com o Pai" – reafirmando o credo de Niceia.
6. "Igualmente consubstancial conosco na humanidade, semelhante a nós em todas as coisas, à exceção do pecado, gerado pelo Pai antes de todos os séculos, no tocante à sua divindade e assim também nestes últimos dias, por nós e por nossa salvação, foi gerado pela Virgem Maria, *Theotokos*" – de acordo com a carta de Cirilo.
7. "Um só e o mesmo Cristo, Filho, Senhor, Unigênito, revelado em duas naturezas sem confusão, sem mudança" – contratriando Êutiques e Apolinário.

Doravante, todas as igrejas deveriam adotar os ensinos de Niceia, Constantinopla e Calcedônia por decisão da imperatriz. O papa Leão I aceitou a declaração porque ela era compatível com o seu "Tomo". O Concílio de Calcedônia, que se encerrou no dia 7 de fevereiro de 452 d.C., teria agradado completamente ao papa Leão I se não tivesse sido tomada uma decisão governamental que soou como insulto para ele: o patriarcado de Constantinopla foi igualado ao de Roma em grau de importância. Com essa decisão, foi desferido o primeiro e grande golpe que resultaria na cisão das duas igrejas no futuro: a do Ocidente (Roma) e a do Oriente (Constantinopla). Leão I queria ter preeminência sobre todas as igrejas porque reivindicava Roma como a sede histórica da Igreja. Além disso, houve uma separação dentro da própria igreja oriental: igrejas da Síria, incluindo a Pérsia e a Arábia, recusaram-se a aceitar a declaração de Constantinopla, pois estavam fechados com o Nestorianismo. Elas se isolaram, formando igrejas monofisistas (conforme veremos a seguir). Essa é a igreja copta conhecida por todos nós nos dias de hoje.

A definição de Calcedônia é aceita até hoje pela Igreja Católica e pela igreja oriental e, com exceção da declaração de que Maria é a mãe de Deus (*Theotokos*), tal decla-

---

75. Ibidem. p. 236.

ração teológica combina com o credo cristão evangélico; afinal, chegou-se a um acordo bíblico acerca da doutrina da Trindade no ponto em que Cristo Jesus deve ser aceito como o Unigênito Filho de Deus, manifesto em duas naturezas: humana e divina.

A definição de Calcedônia se deve a Leão I de Roma, o qual fora grandemente influenciado por Tertuliano; e a Cirilo, que fora influenciado por Atanásio. Martinho Lutero aceitou o Credo de Niceia, bem como a declaração de Calcedônia. Mas, o que parecia ter sido um ponto final no debate cristológico – segundo a intenção do casal imperial – teve ainda outros desdobramentos. Agora, não eram mais as discussões sobre a natureza de Cristo, mas sobre a Sua vontade. Teria Ele duas vontades ou apenas uma vontade? Parece que os pensadores do passado nunca estavam satisfeitos.

Reações ao Concílio

Encerrado o concílio com uma decisão que aparentemente seria ótima para todos os lados, esperava-se que cada bispo retornasse à sua cidade levando consigo boas notícias acerca da definição de Calcedônia; mas, em vez disso, o que dominava o coração de cada um era a certeza de que tinha ficado bom para o lado adversário. Muitos bispos que haviam assinado os documentos arrependeram-se depois. Calcedônia havia sido um fracasso! Foi tão grave o resultado que os antioquenos nestorianos se separaram da Grande Igreja por causa da definição de Calcedônia. A definição poderia ser interpretada como nestorianismo ou como eutiquianismo. Enfim, os antioquenos achavam que tinha ficado bom para os alexandrinos. Os alexandrinos, por sua vez, achavam que a definição de Calcedônia tinha ficado bom para os antioquenos.

Os bispos orientais estavam classificados em três grupos: 1) o dos *diofisistas* rigorosos[76]. Diferentemente dos nestorianos, que deixaram a Grande Igreja, os *diofisistas* permaneceram na Grande Igreja, pois alimentavam a esperança de que valeria a pena lutar pela interpretação antioquena da união hipostática. Esses tinham como teólogo preferido Teodoreto de Ciro, aquele que foi deposto no concílio anterior (o segundo de Éfeso) e que, por pouco, quase foi lançado na fogueira; 2) os *monofisistas*[77] trabalharam na tentativa de conseguirem uma revisão da definição de Calcedônia. Timóteo Eluro declarou que, se Cristo tem duas naturezas, então Ele é duas pessoas; e, se é duas pessoas, então, há dois Cristos. Seus teólogos preferidos foram Cirilo e Severo de Antioquia; 3) os *neocalcedônios*, que tinham como seu teólogo preferido Leôncio de Bizâncio, justamente porque foi ele o grande vitorioso no concílio. Esse terceiro grupo foi exatamente o que buscou um caminho de aproximação entre os *diofisistas* e os *monofisistas*.

---

76. *Diofisistas rigorosos* - acreditavam que as duas naturezas são absolutamente distintas.

77. *Monofisistas moderados* - acreditavam em uma só natureza composta, rejeitando a mistura entre a humanidade e a divindade.

AGOSTINHO

Agostinho é, sem dúvida, um dos mais destacados teólogos da Igreja. Sua influência cultural ultrapassou os limites da Igreja, alcançando também a área jurídica. Com seu extraordinário poder de síntese, reuniu o pensamento dos grandes mestres da filosofia do passado, fundindo-o com a teologia cristã. Mas Agostinho não era apenas um grande observador do passado: sabia enxergar bem a sua época e mostrar sua capacidade de criar algo novo, tanto na teologia como na Filosofia.[78]

Nasceu em 354 d.C., no município de Tagaste, na África Romana. Sua mãe Mônica era cristã; seu pai Patrício era pagão, mas converteu-se ao cristianismo no leito de morte. A família era formada por honestitores, uma classe especial de cidadãos de bem, chamados de "homens honrados". Aos 11 anos, foi enviado para Maduro, cidade a 30 Km ao sul de Tagaste, aonde foi estudar literatura e crenças pagãs. Aos 17 anos, mudou-se para Cartago para estudar Retórica. Influenciado pela leitura de "Hortêncio", o diálogo perdido de Cícero entre 369 d.C. e 370 d.C., interessou-se pelos estudos de Filosofia.

78. HÄGGLUND. 2014. p. 89.

Agostinho é, sem dúvida, um dos mais destacados teólogos da Igreja. Sua influência cultural ultrapassou os limites da Igreja, alcançando também a área jurídica.

Foi criado como cristão por sua mãe, mas passou a seguir o Maniqueísmo[79] como ouvinte, sem, de fato, comprometer-se totalmente com ele. Entretanto, na juventude, em companhia de amigos, viveu uma vida entregue à licenciosidade, metendo-se em aventuras sexuais. Era estimulado pelos mais velhos a essas práticas para que estes tivessem histórias para contar. No fundo, sabia que estava errado. Seus princípios cristãos atormentavam-lhe a consciência; mas, achava-se ainda muito jovem para abdicar daquelas práticas, por isso orava: "Senhor, conceda-me castidade e continência, mas não ainda". Envolveu-se em um concubinato por 13 anos com uma jovem cartaginense com quem teve um filho muito inteligente, chamado Adeodato.

Lecionou gramática em Tagaste entre 373d.C. e 374 d.C., mudando-se para Cartago, no ano seguinte, aonde foi lecionar retórica por nove anos. De lá, partiu para Roma, onde fundou uma escola em 383; mas, desgostoso com a má qualidade dos alunos, aceitou o convite para servir como professor de retórica na corte imperial em Mediolano, Milão, em 384 d.C. Aos 30 anos de idade, Agostinho era uma figura bastante respeitada pela sua capacidade retórica. Ainda em Roma, afastou-se do Maniqueísmo, passando a envolver-se com o ceticismo.[80] O ceticismo filosófico é uma suspensão do juízo em favor da dúvida. Nesse período, sua mãe preocupou-se bastante com ele, lutando para trazê-lo de volta ao cristianismo.

Permitiu que sua mãe lhe arranjasse uma esposa, apesar de ter muita dificuldade para deixar a mulher com quem já vivia há 13 anos, pois a amava e considerava-se casado com ela. Sua prometida tinha apenas 12 anos de idade e precisava atingir pelo menos 14 anos para poder se casar. Agostinho então desistiu do noivado e arranjou outra mulher para viver novamente em concubinato. Assim era a vida daquele que veio a ser chamado de "Santo" pela Igreja Católica. Mas esse modo de vida chegou ao fim depois

79. O *Maniqueísmo* expressava uma corrente filosófica sincrética e dualista, fundada no terceiro século por Mani, na Babilônia e na Pérsia. Era uma espécie de retorno ao gnosticismo. Mais adiante, trataremos do Maniqueísmo.

80. O *Ceticismo* (gr. *skepsis*, que significa *dúvida*) acredita que o verdadeiro conhecimento, se existe realmente, está além da capacidade humana para ser alcançado.

de sua real conversão após ler o texto de Romanos 13.13,14: "Andemos honestamente, como de dia, não em glutonarias, nem em bebedeiras, nem em desonestidades, nem em dissoluções, nem em contendas e inveja. Mas revesti-vos do Senhor Jesus Cristo e não tenhais cuidado da carne em suas concupiscências".

Seu filho Adeodato foi batizado por Ambrósio em Mediolano em 387 d.C., o mesmo que o batizara. No ano seguinte, Agostinho perdeu a mãe em Óstia, perto de Roma. Agostinho e o filho viviam aristocraticamente com os rendimentos da família. Seu filho também faleceu e isso o deixou muito entristecido. Agostinho vendeu as propriedades da família, deu o dinheiro aos pobres. Guardou para si apenas a casa da família e transformou-a em um monastério onde vivia com alguns de seus amigos. Em 391 d.C. foi ordenado sacerdote em Hipona, passando a se dedicar à vida de pregador.[81]

Enquanto participava de um culto, certo domingo, foi arrastado à frente e ordenado bispo, ainda que relutasse por não querer aceitar aquela ordenação. Com a morte do bispo de Hipona em 395 d.C., foi novamente obrigado a aceitar, por imposição, o seu lugar. Em Hipona, norte da África, permaneceu 42 anos até a sua morte em 430 d.C.[82]

Três fases da controvérsia agostiniana

Agostinho escreveu muito. Perdeu em quantidade de obras apenas para Orígenes. Homem de elevada capacidade, escreveu sobre tudo o que se possa imaginar. Antecipou até mesmo assuntos que no futuro seriam discutidos, dentre os quais: a teoria da evolução de Charles Darwin. Agostinho recusava-se a crer na literalidade da criação do mundo, conforme narrada em Gênesis. Para ele, os dias da criação não passavam de eras geológicas. Seus escritos, entretanto, demonstram algumas contradições; mas antes que nos precipitemos em julgá-lo, devemos entender que as diferenças encontradas entre os escritos mais antigos e os mais recentes se devem a um processo evolutivo de entendimento. Foram três fases distintas em que sua compreensão sobre determinados temas passaram por alguma mudança, mas é preciso levar em consideração também o fato de que Agostinho estava sempre aberto para ceder a algum pensamento que fosse mais convincente do que o seu.

De mente apologética, defendia as crenças da Igreja, reforçando-as com sua contribuição teológica; ao mesmo tempo, combatia heresias que poderiam trazer prejuízos à causa da fé. Foram três os seus principais embates teológicos: contra o *maniqueísmo*, contra o *adicionismo* e contra o *pelagianismo.*

Agostinho contra o maniqueísmo

O maniqueísmo foi fundado por Maniqueu, também chamado de Mani, no segundo século da era cristã. Maniqueu nasceu em 14 de abril de 216 d.C. na Babilônia.

---

81. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Agostinho_de_Hipona>.

82. OLSON. 2001. p. 264.

Na juventude, ele diz ter recebido a visita de um anjo que o incumbiu de pregar uma nova religião. Dizia também ser o Paráclito final. Pregava a purificação por meio de rituais. Teve os seus ensinos reconhecidos por Ardashir, rei da Índia em 243 d.C. Aceitava precursores de religiões como Buda, Zoroastro e Jesus na mesma categoria, como enviados de Deus. Seus discípulos deveriam praticar vida ascética, evitando o casamento e aderindo ao celibato. O universo é constituído de luz e trevas, e é pelo conhecimento que se alcança a remissão dos pecados (concepção gnóstica). Os remidos são distinguidos em duas classes: os eleitos e os ouvintes. Os eleitos deveriam afastar-se de tirar a vida, ainda que fosse de uma planta. Além disso, jamais poderiam comer carne de animais. Os ouvintes deveriam servi-los. Na morte, os eleitos subiriam direto para a glória enquanto os ouvintes passariam por um longo processo de purificação. Os ímpios reencarnariam na terra sucessivas vezes.

Quando Agostinho voltou para a África do Norte, deparou-se com a atividade plena dessa doutrina, que crescia cada vez mais. Ele próprio, na sua juventude, havia sido atraído pelo maniqueísmo até o dia em que, decepcionado com isso, conversou com o seu maior expoente, o filósofo Fausto. A doutrina que se gabava de ter todas as respostas a partir do dualismo "bem e mal" não o satisfez metafisicamente. No seu livro *Da natureza do Bem*, Agostinho expressa seu pensamento contra a doutrina maniqueísta.

O dualismo filosófico do maniqueísmo se assemelha ao do gnosticismo, a ponto não só de ser parecido com ele, mas de ser uma continuação dele no início do terceiro século. De fato, os seus pioneiros eram "cristãos" que procediam do gnosticismo. Segundo essa doutrina, o mundo resulta de um combate cósmico entre as forças do bem e as forças do mal. A alma humana era uma fagulha do poder benigno que havia sido aprisionada pela matéria em uma vitória do mal contra o bem. Enquanto o maniqueísmo se esmerava em explicar o mal pela matéria, fracassava em explicar a realidade do espiritual ou do não material. Agostinho via uma incoerência nisso, visto que o próprio maniqueísmo admitia haver um Deus que é totalmente bom. Satisfez-se, no entanto, com as respostas às suas indagações nos livros do neoplatonismo e, posteriormente, do cristianismo.

Para Agostinho, o mal não era uma substância, um objeto para se insurgir contra o bem, como se esse também o fosse. O mal é a corrupção da natureza boa criada por Deus.[83] Essa natureza boa, criada por Deus a partir do nada – *ex nihilo* – é passível de corrupção. A natureza humana possui o livre-arbítrio,[84] em razão do dom da liberdade que possui para fazer escolhas. A corrupção resulta do mau uso que o homem faz do

83. OLSON. 2001. p. 266.

84. *Livre-arbítrio*. Mais tarde, quando faz oposição a Pelágio, já não o defende porque parte para a doutrina da soberania de Deus, a qual predestina pessoas para a salvação. Agostinho dá início a uma doutrina que foi explorada e desenvolvida por João Calvino no século 16.

livre-arbítrio. O mal, por sua vez, consiste na falta de alguma coisa. Ele admite que há um "mistério da iniquidade"[85] que não pode ser plenamente explicado. A doutrina da depravação humana foi algo que o incomodou bastante, pois vivenciou a luta para livrar-se dela. Mais tarde, quando se insurge contra Pelágio, é capaz de concluir os detalhes da doutrina da depravação humana e da impossibilidade do arbítrio.[86]

Agostinho contra o donatismo

Paralelamente aos maniqueístas, os donatistas cresciam na África do Norte.[87] O problema desse grupo não nascia de divergência teológica, mas da moral. Eles rejeitavam a Grande Igreja e os seus sacramentos, pois achavam os seus bispos e seus respectivos representantes não eram dignos de serem chamados cristãos. Formaram a "igreja livre", a qual era sem sujeição ao governo institucionalizado da Grande Igreja. Eles evocavam as obras de Tertuliano e do "Pastor de Hermas". Um dos maiores pecados dos bispos estava no fato de eles cooperarem com as autoridades romanas, pois estas haviam perseguido os cristãos. Portanto, os bispos católicos eram homens imorais, corruptos e sem autoridade.

A controvérsia agostiniana contra os donatistas baseou-se em três questões fundamentais: 1) a natureza da Igreja; 2) os sacramentos, sua validade e 3) a relação da Igreja e do Estado. Os verdadeiramente impuros, segundo Agostinho, eram os donatistas por destruírem a união da Igreja, caindo no pecado do cisma.

Os donatistas rejeitavam o batismo celebrado pelos ministros, ou até mesmo pelos bispos, exigindo o rebatismo aos que se juntavam a eles. Agostinho era defensor dos sacramentos e alegava que, mesmo que um ministro estivesse em pecado, isso não invalidaria o batismo, pois, como sacramento, ele é *ex opere operato*, "em virtude do próprio ato", independendo, portanto, de quem o ministra. O sacramento transmite a graça de Cristo e o ministrante é mero instrumento da graça de Cristo.[88]

Agostinho contra Pelágio

A controvérsia agostiniana chega à sua terceira fase em Pelágio e essa se torna decisiva na sua teologia, pois os argumentos deste fornecem muito material de debate para o bispo de Hipona. Pelágio (360 d.C.—420 d.C.) foi um teólogo britânico de vida piedosa e exemplar. Negava o pecado original. "O pecado é uma ação voluntária do homem", dizia ele. Os homens podem alcançar o céu mesmo sem conhecer o Evange-

85. Mistério da iniquidade (2 Ts 2.7).

86. OLSON. 2001. p. 268.

87. Donatistas - de *Donato*, bispo de Cartago em 332 d.C.

88. OLSON. 2001. p. 270.

lho. Pelágio acentuava mais a força do homem do que a de Deus na sua relação com ele. Agostinho de Hipona opôs-se às ideias de Pelágio. Para não se comprometerem com seus ensinos exagerados, alguns dos seus seguidores denominaram-se semipelagianos por adotarem suas ideias de modo mais brando. Jacob Armínio foi acusado injustamente de ser semipelagiano por não perfilar com a teologia da predestinação de João Calvino, o qual, em uma relação direta com Agostinho, opôs-se à doutrina do livre-arbítrio. Esses injustamente estabelecem uma correlação entre Armínio e Pelágio do mesmo modo que há entre Calvino e Agostinho.

Por volta de 405 d.C., Pelágio chegou a Roma. Ele era contra o conceito de Agostinho sobre o mal, pois este acreditava na graça de Deus e não na capacidade humana para vencer o pecado. Pelágio, em Roma, sentiu-se como Paulo em Atenas: incomodado ao ver a cidade tão entregue à imoralidade e à desobediência. Era, na essência, um cristão moralista. Ao ler a oração de Agostinho "Concede o que tu ordenaste, e ordena o que tu desejas", ficou ainda mais indignado porque não podia admitir que alguém – principalmente como ele – não tivesse controle sobre os seus atos. Para o teólogo britânico, a ordem de obedecer implicava habilidade para obedecer. Se Deus ordena às pessoas que creiam em Cristo é porque Ele parte do pressuposto de que elas podem crer nele sem a ajuda divina. A obediência não depende de nenhum comando; portanto, não é concedida. O livre-arbítrio é capaz de produzir virtude. Assim, por meio do próprio esforço, o homem pode alcançar tudo o que se espera dele. O livre-arbítrio é uma capacidade que foi dada ao homem na criação, para que este pudesse decidir entre o bem e o mal.

Pelágio aceitava o batismo infantil, mas negava sua eficácia para remover a culpa herdada. Todos os homens são criados como Adão antes da queda. Ele não aceitava o pecado original.[89] Como pode um homem ser responsabilizado pelo pecado de outrem? Seria uma injustiça os seres humanos carregarem uma culpa que não era sua (pecado original); portanto, não há conexão entre o pecado de Adão e o nosso. O pecado é sempre um ato e não uma natureza; por isso, o pecado de Adão não pode afetar a nossa natureza. Os homens não se fizeram mortais por causa do pecado de Adão. Adão já nasceu mortal. A tendência para o pecado decorre dos maus exemplos dos pais e amigos. Como todos os hereges, Pelágio parece fazer questão de negar textos bíblicos que falam claramente o oposto do que ele afirma, como é o caso de Romano 5.12: "Pelo que, como por um homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, por isso que todos pecaram". Mas, Pelágio dizia que a morte de Adão foi morte espiritual.

Para Pelágio, a ação da graça se dá por meio da lei. Quando o homem a observa, alcança a graça. A graça da lei ilumina e instrui. E, quanto à graça de Cristo, ela se dá

89. Por isso era bem aceito entre os cristãos do Oriente, os quais também não aceitavam o pecado original.

Pelágio aceitava o batismo infantil, mas negava sua eficácia para remover a culpa herdada. Todos os homens são criados como Adão antes da queda. Ele não aceitava o pecado original.

pela observação dos Seus bons exemplos, os quais devem ser imitados. Para evitar o termo *graça*, prefere substituí-lo por *ajuda*. Para fazer o bem, o ser humano precisa da ajuda de Deus, mas a lei e a consciência já são suficientes para isso. Basta ao indivíduo ser batizado[90] e seguir a vontade de Deus ininterruptamente para não viver em pecado. A graça de Deus facilita a bondade, mas não é necessária para alcançá-la. A graça é dada de acordo com a justiça e o mérito do indivíduo; logo, a graça é merecida. Os seguidores de Agostinho acusaram Pelágio de três heresias: 1) negar o pecado original; 2) negar que a graça de Deus é necessária para a salvação e 3) a impecabilidade é uma possibilidade sem a graça de Deus.[91]

Agostinho, que sentira na pele a força irresistível do pecado, discordava veementemente de Pelágio, pois só conseguira se livrar do jugo da carne mediante insistentes orações. Assim, ele atribuía totalmente à graça de Deus a capacidade humana para alcançar libertação do pecado. Sua compreensão acerca da graça, diferentemente de Pelágio, era bíblica. Mas, para rechaçar os ensinos absurdos de Pelágio, Agostinho também não deixou de cometer alguns excessos, a ponto de se contradizer em algumas afirmações feitas anteriormente em sua controvérsia com os maniqueístas, nas quais defende a força do livre-arbítrio. Entretanto, a questão principal não é essa ainda, mas a de que foi ele quem, de certa forma, introduziu a doutrina do supralapsarianismo[92] quando afirmou que Deus é a origem de todos os desejos. Em toda e qualquer circunstância, será sempre feita a vontade dele. Deus, na Sua soberania, predestina tudo

90. Batismo - diferentemente do conceito da igreja, o batismo serve para estabelecer o contato correto com Deus.

91. OLSON. 2001. p. 273.

92. O supralapsarianismo é um aspecto extremado do calvinismo que encontra uma saída para defender a dupla predestinação, ou seja, não apenas a dos que serão salvos, mas, consequente e obviamente, a dos condenados ao inferno. Significa que Deus força a pessoa a pecar a fim de que ela seja condenada por seus pecados, e não porque Deus a elegeu para a condenação. A ideia é tirar de Deus a responsabilidade por condenar pessoas só porque Ele quis. Um dos defensores do supralapsarianismo foi Teodoro de Beza, o sucessor de Calvino no seminário de Genebra.

o que acontece no mundo, tanto o pecado e o mal como a salvação e a justiça; embora relutasse em atribuir a Deus o pecado e o mal, não consegue esconder o que é inerente à sua teologia.

Agostinho nega o livre-arbítrio, exceto quanto à liberdade de pecar. Não existe livre-arbítrio para a salvação. Sua soteriologia considera dois pontos essenciais: a absoluta e total depravação dos seres humanos após a queda; e o poder soberano de Deus para dar salvação. Toda a massa humana já nasceu culpada e condenada pelo pecado original de Adão. O livre-arbítrio é a absoluta capacidade de agir pelo querer; e isso vale para a questão do pecado, porque o homem é livre para pecar; mas não é livre para não pecar.

Do mesmo modo, como a controvérsia ariana deu origem à discussão sobre a pessoa de Cristo, resultando na grande indagação sobre a humanidade dele ou não; se Ele não é verdadeiro Deus, não pode salvar os homens; se não é verdadeiro Deus e verdadeiro homem em pessoa, não pode libertar os homens do domínio do pecado e da morte. Assim também se deu a controvérsia pelagiana. Agostinho, por um lado, alega que a salvação é obra única e exclusiva de Deus; de outro lado, Pelágio alega o contrário: que a salvação decorre de uma conduta correta e ilibada do homem diante de Deus.

Agostinho sedimentou o terreno em que Calvino, cerca mil anos depois, desenvolveria a teologia da predestinação. A onipotência da graça é absolutamente responsável pela salvação do homem, isso depende apenas da vontade e do decreto de Deus. Predestinação é Deus escolher alguns dentre a "massa de pecadores" para participar da salvação. Agostinho baseou essa conclusão a partir de Romanos 8.30: "E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou".[93]

Agostinho também relacionava a salvação às boas obras decorrentes da fé, que salva; mas até mesmo essa fé é fruto da graça aos que são predestinados. O *caritas*, "amor de Deus", é o que pressupõe a escolha divina para a salvação. As ações decorrentes desse amor são meritórias, havendo recompensas para elas concomitantemente. Os que são predestinados serão salvos pela fé um dia e, quando o forem, não cairão mais, pois essa graça os abastece com o dom da perseverança. Mesmo vivendo fora da Igreja, os predestinados seriam salvos. Surge, em Agostinho, a teoria da graça irresistível.[94] A doutrina da predestinação de Agostinho não foi bem aceita pela Igreja do Ocidente e foi completamente rejeitada pela Igreja do Oriente.

---

93. *Predestinação* - veja nosso estudo e contraposição no capítulo em que tratamos da Salvação no terceiro volume desta coleção.

94. HÄGGLUND. 2014. p. 111.

o que acontece no mundo, tanto o pecado e o mal como a salvação e a justiça; embora relutasse em atribuir a Deus o pecado e o mal, não consegue esconder o que é inerente à sua teologia.

Agostinho nega o livre-arbítrio, exceto quanto à liberdade de pecar. Não existe livre-arbítrio para a salvação. Sua soteriologia considera dois pontos essenciais: a absoluta e total depravação dos seres humanos após a queda; e o poder soberano de Deus para dar salvação. Toda a massa humana já nasceu culpada e condenada pelo pecado original de Adão. O livre-arbítrio é a absoluta capacidade de agir pelo querer; e isso vale para a questão do pecado, porque o homem é livre para pecar; mas não é livre para não pecar.

Do mesmo modo, como a controvérsia ariana deu origem à discussão sobre a pessoa de Cristo, resultando na grande indagação sobre a humanidade dele ou não; se Ele não é verdadeiro Deus, não pode salvar os homens; se não é verdadeiro Deus e verdadeiro homem em pessoa, não pode libertar os homens do domínio do pecado e da morte. Assim também se deu a controvérsia pelagiana. Agostinho, por um lado, alega que a salvação é obra única e exclusiva de Deus; de outro lado, Pelágio alega o contrário: que a salvação decorre de uma conduta correta e ilibada do homem diante de Deus.

Agostinho sedimentou o terreno em que Calvino, cerca mil anos depois, desenvolveria a teologia da predestinação. A onipotência da graça é absolutamente responsável pela salvação do homem, isso depende apenas da vontade e do decreto de Deus. Predestinação é Deus escolher alguns dentre a "massa de pecadores" para participar da salvação. Agostinho baseou essa conclusão a partir de Romanos 8.30: "E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou".[93]

Agostinho também relacionava a salvação às boas obras decorrentes da fé, que salva; mas até mesmo essa fé é fruto da graça aos que são predestinados. O *caritas*, "amor de Deus", é o que pressupõe a escolha divina para a salvação. As ações decorrentes desse amor são meritórias, havendo recompensas para elas concomitantemente. Os que são predestinados serão salvos pela fé um dia e, quando o forem, não cairão mais, pois essa graça os abastece com o dom da perseverança. Mesmo vivendo fora da Igreja, os predestinados seriam salvos. Surge, em Agostinho, a teoria da graça irresistível.[94] A doutrina da predestinação de Agostinho não foi bem aceita pela Igreja do Ocidente e foi completamente rejeitada pela Igreja do Oriente.

---

93. *Predestinação* - veja nosso estudo e contraposição no capítulo em que tratamos da Salvação no terceiro volume desta coleção.

94. HÄGGLUND. 2014. p. 111.

O monasticismo

O monasticismo é a escolha pela vida ascética[95] que, depois de Jerônimo, ganhou forma e interesse na Igreja Católica. Diversas ordens monásticas surgiram com um ideal comum de três votos: *pobreza, castidade* e *obediência.* Mas sua gênese está no Egito, com o ermitão Antônio, no quarto século. Tudo começou quando ele foi surpreendido por feras do deserto, *enviadas por Satanás,* que se aproximaram dele. Segundo relato de Atanásio em *Vida de Santo Antônio,* ele as encarou e disse: "Se receberam poder do Senhor, avancem sem demora, pois estou pronto para vocês; mas, se foram arrebanhadas e enviadas por Satanás, voltem para os seus lugares já, pois sou servo de Jesus, o vencedor".[96] As feras não lhe tocaram.

Alguns monges se inspiraram no modelo de João Batista, que vivia um tipo de ascetismo, andando pelos desertos, vestindo trajes grosseiros e proclamando o arrependimento. Os monges entendiam que o isolamento social favorecia a intimidade com Deus, protegendo-os da convivência com pessoas más e pecadoras. A leitura de *O Pastor de Hermas,* escrito no ano 140 d.C., incentivava aqueles que quisessem viver um cristianismo mais elevado do que se exige de um cristão comum.[97]

Quanto ao ideal celibatário, eles se inspiravam principalmente em Orígenes, Tertuliano, Cipriano e outros líderes que limitaram a sexualidade unicamente à procriação. Orígenes, para se proteger de impulsos libidinosos, optou pela castração. O monge egípcio, Antônio, quando estava com 20 anos de idade, por volta do ano 250 d.C., decidiu adotar a vida monástica para si. Interpretou literalmente as palavras de Jesus dirigidas ao jovem rico: "vai, vende tudo o que tens, dá-o aos pobres e terás um tesouro no céu; e vem e segue-me" (Mt 19.21); assim, distribuiu tudo o que possuía e passou a viver solitariamente em uma sepultura. O voto de pobreza foi o principal fator de motivação à vida monástica por parte daqueles que não concordavam com o enriquecimento da Igreja. Antônio faleceu com 105 anos.[98]

A vida monástica afastava o monge não apenas do mundo, mas também do cotidiano da Igreja. Lutero, embora tivesse iniciado sua carreira eclesiástica como monge, bem como os teólogos da Reforma, combateu a vida monástica. A razão do afastamento da Igreja por parte dos monges era a institucionalização que gerou ambição nos clérigos. Todos queriam posição e poder. As ordens religiosas são divididas em *monasticismo; mendicantes; regrantes* e *clérigos regulares.* Tais ordens seguem as regras do seu *santo* idealizador. Há uma infinidade de ordens religiosas, das quais se destacam: a dos cistercienses, a dos beneditinos, a dos dominicanos e a dos franciscanos.

---

95. Ascetismo - vida de reclusão em busca da espiritualidade.

96. SHELLEY, Bruce L. *História do Cristianismo ao alcance de todos.* São Paulo: Shedd Publicações, 2004. p. 131.

97. Ibidem. p. 132.

98. Ibidem. p. 133.

No ano 320 d.C., foi instituído o primeiro monastério cristão com o ex-soldado chamado Pacômio. Ele criou uma regra para que os monges passassem a viver em comunidade, antes, eles viviam sozinhos. A regra era que todos deviam *trabalhar, comer* e *adorar*. A disciplina era rígida, com horário determinado para cada coisa. Todos deviam vestir uniforme para que ninguém parecesse diferente do outro, e isso era válido tanto para homens quanto para mulheres. Os monastérios tornaram-se verdadeiros centros de estudos teológicos de onde a melhor e a mais elevada produção literária do catolicismo tem saído.

Com a construção dos monastérios, deixaram a vida de ermitão (no deserto) e passaram viver o isolamento dentro das cidades. O ex-soldado Pacômio entendeu que, "para salvar almas, deve-se mantê-las juntas".[99] A vida monástica se espalhou pela Síria, pela Ásia Menor e pelo oeste da Europa. Nos quinto e sexto séculos, os grandes líderes da Igreja eram, na sua maioria, monges.

Jerônimo

O monasticismo ganhou espaço na Igreja a partir de Jerônimo. Nascido em Strido, na Dalmácia, em 340 d.C., estudou em Roma, onde foi batizado pelo papa Libério. Sua luta contra pensamentos sexuais levaram-no à vida monástica. No entanto, essa batalha não foi vencida na reclusão. Ele percebeu que, quanto mais se dedicava aos estudos e à erudição, mais conseguia livrar-se dos pensamentos lascivos. Isso o encorajou a deixar a vida monástica e a se dedicar aos estudos dos clássicos. Mas, depois de presenciar a hostilidade com que eram tratados os monges de Roma, enclausurou-se em um monastério em Belém. Naquele lugar, traduziu o Antigo Testamento e o Novo Testamento para o Latim, resultando na *Vulgata*, texto ainda reconhecido e usado pela Igreja Romana até o segundo Concílio Vaticano (1962-1965).[100]

Jerônimo não se notabilizou por nenhum legado teológico, mas era um grande defensor da teologia e das tradições católico-romanas. Criticou os opositores à vida monástica e defendeu a virgindade de Maria.

Ao longo de sua vida, empreendeu muitas viagens. Visitou várias cidades

99. SHELLEY, Bruce L. *História do Cristianismo ao alcance de todos*. São Paulo: Shedd Publicações, 2004. p. 134.

100. Ibidem. p. 136.

da Gália; esteve em Aquileia depois; seguiu para Antioquia, onde contraiu grave enfermidade. Enquanto sofria com a doença, disse que Cristo lhe apareceu e o reprovou por seu interesse e devoção aos clássicos. A partir de então, passou a dedicar-se ao estudo das Sagradas Escrituras. Estudou a língua hebraica e, desde então, começou a viver como ermitão nas proximidades da Antioquia entre os anos 373 d.C. e 379 d.C. No fim desse período, estudou com Gregório de Nazianzeno em Constantinopla.

Jerônimo fazia grande apologia do monaquismo.[101] Esse modo de vida não era aprovado pela maioria. Entre os clérigos, havia muitos que se opunham à vida monástica. Jerônimo, no entanto, era firme nas suas opiniões. De gênio difícil, grangeava mais inimigos do que amigos. Gostava de discussões. Apesar desse seu modo de ser, tornou-se amigo do papa Dâmaso, que o recebera muito bem em Roma no ano 382 d.C.; mas, com a morte desse papa, não teve mais ambiente para permanecer naquela capital. Em 385 d.C., transferiu-se para a Antioquia.

Em sua apologia ao monasticismo, atraiu muitas mulheres que o seguiram para a vida ascética, elas eram lideradas por Paula e sua filha Eustáquia. Com esse grupo, viajou para a Palestina, onde se estabeleceu na cidade de Belém. Nessa cidade, Paula construiu conventos para mulheres e um monastério para homens. A pedido do papa Dâmaso, Jerônimo empreendeu a tradução da Bíblia para o latim, mas a sua produção literária foi muito além da tradução: ele escreveu numerosos comentários das Escrituras e outras obras memoráveis.

Jerônimo não se notabilizou por nenhum legado teológico, mas era um grande defensor da teologia e das tradições católico-romanas. Criticou os opositores à vida monástica e defendeu a virgindade de Maria, contrapondo-se aos que diziam que ela tivera outros filhos além de Jesus; opunha-se aos que criticavam a veneração das relíquias e escreveu contra algumas figuras conhecidas da história da Igreja, como Orígenes (o qual admirava anteriormente) e Pelágio, posicionando-se ao lado de Agostinho, a favor de quem também escreveu. Dada a importância das suas produções literárias e do seu posicionamento favorável aos interesses da Igreja Católica Romana, recebeu o título de Doutor. Jerônimo entrou para a História como um erudito cristão. Faleceu em 420 d.C.[102]

O Sínodo de Orange

O segundo Sínodo de Orange ocorreu em 3 de julho de 529 d.C. e foi instalado para definir a posição da Igreja ante o impasse entre o agostinianismo e o semipelagianismo. O semipelagianismo foi uma corrente moderada do pelagianismo que surgiu

---

101. Monaquismo - como também é chamada a vida monástica. O termo vem do grego *Moncos*, que significa *aquele que vive só*. Designa um modo de vida cristã totalmente consagrada a Deus em silêncio, meditação, oração, penitência e trabalho.

102. WALKER, W. *História da Igreja Cristã*. São Paulo: ASTE, 1967. v. 1. p. 227.

no período pós-agostiniano, não apenas para defender parte do pelagianismo, mas também para se opor ao agostinianismo na sua negação ao livre-arbítrio e à doutrina da predestinação pela graça.

As doutrinas de Agostinho movimentaram o cenário religioso, despertando grandes discussões sobre a predestinação que se estenderam até depois da Reforma Protestante no século 16. A doutrina foi interpretada como fatalista pelos semipelagianos, dentre os quais destacou-se João Cassiano (430 d.C.), fundador do mosteiro de Marselha.[103] Cassiano aceitava o conceito de Agostinho sobre o pecado original. Acreditava que a salvação decorre da graça e do livre-arbítrio; mas a rejeição não tem sua origem na vontade de Deus. Outro teólogo, Fausto, concordava em que a vontade divina e a vontade humana cooperam na salvação, mas o papel da graça era apenas o de iluminar e despertar o pecador mediante a pregação ou pela revelação da Palavra.

O semipelagianismo teve também seu lugar de honra no cenário cristão, sendo confirmado pelo Sínodo de Aries em 473 d.C., mas teve curta duração. Os papas de Roma ainda pendiam para a teologia de Agostinho, por temor ao pelagianismo com certeza. Mas o Sínodo de Orange deu ganho de causa ao agostinianismo. Foram 25 cânones defendendo ideias de Agostinho e seu principal redator foi Próspero, amigo pessoal do bispo de Hipona. Em algum sentido, o Sínodo tornou brandas algumas afirmações de Agostinho, por exemplo, rejeitou a ideia de dupla predestinação, chegando ao ponto de condenar os que defendiam a predestinação para o inferno, e acrescentando que a graça é recebida pelo batismo. Assim, o Sínodo de Orange pôs fim à controvérsia, pelo menos naqueles dias, pois, como dissemos, ela se estendeu e ainda se estende até os dias de hoje.

A Igreja divide-se

Os desentendimentos entre a Igreja do Oriente e a Igreja do Ocidente vinham agravando-se até que, nos dias de Gregório, eles se tornaram impossíveis. Cada lado da Igreja reivindicava para si o título de verdadeira Igreja, cobrando da outra parte o dever de submeter-se ao seu governo. Os conflitos tinham duas vertentes: teológica e política. A teológica estendia-se por séculos em controvérsias acerca da Trindade, notadamente, pela interpretação que se dava à divindade e à humanidade de Cristo, respectivamente, seguida pela teologia de Agostinho acerca da salvação – assunto que havia sido decidido no Sínodo de Orange, mas que se estendeu mais; e a vertente política, com a reivindicação de Roma como a verdadeira sede da Igreja e do Império.

A política do papa Gregório, o Grande, foi fundamental nas decisões que deram rumo ao cisma que ocorreu no ano de 1054. O pontificado de Gregório estabeleceu a linha divisória entre a Igreja Antiga e a Idade Média.[104] Esse papa deixou suas cartas

103. WALKER, W. *História da Igreja Cristã*. São Paulo: ASTE, 1967. v. 1. p. 114.

104. Ibidem. p. 118.

como legado cultural. Foram 850 as cartas que se preservaram e cujo conteúdo revela seus pensamentos sobre espiritualidade, liderança, evangelismo e ordem eclesiástica.[105] Gregório figura entre os quatro grandes doutores da Igreja, tais como Jerônimo, Ambrósio de Milão e Agostinho. Vivia em um monastério até que foi, de certa forma, obrigado a aceitar a incumbência de ser o bispo de Roma, em uma época em que o imperador, que vivia em Constantinopla, via-se apurado com os reis bárbaros que guerreavam entre si, fragmentando o império.

Gregório era homem habilidoso politicamente e, como cristão, era, ao mesmo tempo, humilde e radical. Os seus subordinados deviam chamá-lo de "servo dos servos", mas em sua soteriologia, via a salvação como um alvo muito elevado a ser alcançado por um cidadão que não tivesse vida ascética.

Orbitava entre a teologia de Agostinho e a dos semipelagianos, sendo visto pelos católicos como semiagostiniano e pelos protestantes como semipelagiano. Enquanto a salvação era obra decorrente única e exclusivamente da graça para Agostinho, sem a necessidade de qualquer esforço humano; para Gregório, mesmo a predestinação exigia, da parte do homem, a necessidade de empreender grandes esforços para a obtenção dela. A vontade e o esforço cooperam com a graça se a pessoa perseverar até o fim. Suas exigências morais eram muito elevadas, a ponto de condenar o prazer físico, como as relações sexuais entre marido e mulher, exceto para fins de procriação. A união do casal deveria ser policiada para não haver qualquer excesso que implicasse em prazer que gerasse a culpa. "Em sua doutrina da penitência, Gregório desenvolveu o conceito de satisfação como o meio pelo qual a punição eterna podia ser mitigada ou removida; também apresentou suas ideias sobre o purgatório nessa conexão".[106] Desse modo, a salvação era vista como uma possibilidade muito remota para o cristão. Isso deixou Lutero perturbado quando ainda era um jovem seminarista. Foi da crise gerada por essa preocupação que Lutero encontrou conforto na Palavra de Deus ao entender que a justificação se dá pela fé na obra expiatória de Cristo Jesus.

Gregório sentia-se seguro por ocupar a cadeira de bispo em Roma e por enxergá-la também como a verdadeira capital do Sacro Império Romano, a despeito da decisão de Constantino de transferi-la para Bizâncio no início do quarto século. Seu momento histórico como bispo de Roma favoreceu-o muito pelo fato de o império político estar sofrendo com os conflitos entre os bárbaros e, ao mesmo tempo, com as invasões islâmicas. "No Natal de 800 d.C., um papa coroou o rei dos francos, Carlos Magno, como imperador do novo e revivificado Sacro Império Romano".[107] Esse papa era Leão III.

---

105. OLSON. 2001. p. 292.

106. HÄGGLUND. 2014. p. 119.

107. OLSON. 2001. p. 309.

O Império Carolíngio

Inicia-se um novo período histórico conhecido como Império Carolíngio, que foi do ano 800 d.C. a 888 d.C. Esse novo imperador, Carlos Magno, estendeu seu império não apenas entre os seus vizinhos, mas saiu em conquista sobre os saxões e os frísios, ao nordeste de seu império, e sobre os muçulmanos, ao sudoeste. Tomou as terras dos saxões e doou parte delas aos comandantes militares que o haviam ajudado. Quando morreu, suas terras foram divididas entre os seus herdeiros; mas, como havia uma disputa muito grande, o império foi dividido em uma porção de pequenos reinos. Depois de vencer os saxões, enviou missionários para a sua região, a fim de que ensinassem a fé cristã. Poucos anos depois, quando Carlos Magno se viu obrigado a fazer campanha contra os lombardos,[108] esses se rebelaram contra ele e mataram todos os missionários. Carlos Magno contra-atacou, sufocando a rebelião e venceu os saxões, cristianizando-os. Seu próximo passo foi conquistar a Espanha, já invadida pelos muçulmanos.

Depois de Agostinho, não surgiu nenhum grande pensador que fizesse história na vida da Igreja; mas isso não quer dizer que não havia teólogos que discutissem temas já debatidos anteriormente. Os debates teológicos eram recorrentes. Pode-se destacar o nome do monge João Escoto Erígena, provavelmente um irlandês que se abrigou na corte de Carlos, o calvo, filho de Ludovico, o Pio, e de Judite. Gozava de grande prestígio por sua erudição. Erígena não fez muito mais do que traduzir do grego para o latim a obra do falso "Dionísio, o Areopagita", que se dizia sucessor de Paulo. Essa obra foi lida e aceita por muitos como se sua história fosse verídica. Ele escreveu também um tratado *Da divisão da natureza*, uma obra de cunho neoplatônico.

No período carolíngio, ocorreram algumas controvérsias teológicas como a que se referia ao *Filioque*, que quer dizer *e do Filho*. Algumas igrejas ocidentais a enfiaram no Credo Niceno, que era repetido por todos. No Credo Niceno, a referência ao Espírito Santo aparece assim: "e no Espírito Santo, que procede do Pai". Na inserção do Credo aparece assim: "no Espírito Santo, que procede do Pai e do Filho". Essa inserção apareceu, pela primeira vez, na Espanha, espalhando-se para o reino dos francos, causando escândalo. Isso se constituía em mais uma controvérsia trinitariana, porém, desta vez, voltada para a terceira pessoa da Trindade: o Espírito Santo. Essa discussão estendeu-se para o campo político, uma vez que o imperador de Bizâncio dizia que o imperador dos francos, Carlos Magno, era uma usurpação do poder. Com essa interpolação no Credo Apostólico, os bizantinos diziam que isso era uma heresia.[109]

Outra controvérsia no período carolíngio foi a que girou em torno de Elipando de Toledo e Félix de Urgel, ambos espanhóis. Novamente, discutiam sobre a pessoa de Cristo.

---

108. Os lombardos eram germânicos do Norte. Invadiram a Itália bizantina em 568 d.C.

109. GONZALES, Justo L. *A era das trevas*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1986. v. 3. p. 158.

O bispo Elipando, apoiado por Urgel e influenciado pela liturgia moçárabe,[110] dizia que Cristo, quanto à Sua divindade, era Filho eterno do Pai, mas, quanto à Sua natureza humana, era filho por adoção. Por causa disso, foi chamado de adocionista.[111] Ambos foram condenados pelos francos.

De volta à doutrina de Agostinho, Godescalco aparece no cenário da história, defendendo a teologia da predestinação, seguida pela presença de Cristo na comunhão. Godescalco teve como opositores Rabão Mauro, abade de Fulde, e o arcebispo Hincmaro, de Reims. Depois de cansativas discussões, Godescalco foi considerado herege e encerrado em um mosteiro, onde perdeu a razão até a sua morte. Apesar de a Igreja declarar-se agostiniana em sua teologia, rejeitava a doutrina de Agostinho sobre a predestinação.[112]

A presença de Cristo no ato da Ceia foi outra discussão que ganhou forma nesse período da história. A discussão foi disparada a partir de uma obra chamada "Do corpo e do sangue do Senhor", de Radberto. Quando o pão e o sangue eram consagrados, eles se transformavam no corpo e no sangue de Cristo. Deixavam de ser os alimentos materiais para se tornarem literalmente o corpo e o sangue do Filho de Maria, havendo casos em que algum crente poderia ver o corpo e o sangue do Senhor no ato da Ceia.

Sem entender o que Radberto queria dizer com aquilo, o então imperador Carlos, o calvo, pediu explicação ao monge Retramno de Corbie e esse lhe informou que "o corpo eucarístico não é o corpo histórico de Jesus, que se encontra nos céus, à direita do Pai".[113] Apesar da explicação dada, essa ideia se difundiu em um sentido popular da eucaristia, e também ganhou expressão doutrinária, sendo promulgada como doutrina da transubstanciação, no Concílio de Latrão em 1215.

Penitência, de ato público ao confessionário

A penitência era o ato de readmissão, na comunhão da Igreja, daquele que havia caído em algum pecado após o batismo, exceto para casos graves como assassinato, adultério ou apostasia; embora pudesse, eventualmente, haver alguma exceção. Para regular as formas e o tempo determinado de penitência, criaram-se manuais eclesiásticos no sexto século. As penitências iam de jejuns, esmolas, abstinências, peregrinações, meditação, vigílias, até flagelos, impingindo dor e sofrimento ao penitente.[114]

---

110. Moçárabes eram cristãos que viviam nas terras da Península Ibérica ocupadas pelos árabes muçulmanos; eles absorviam parte da cultura e da língua árabe.

111. Embora o conceito histórico do adocionismo seja o inverso. O adocionismo ensinava que Jesus era um homem comum, adotado por Deus para ser Seu Filho.

112. GONZALES. 1978. p. 160.

113. Ibidem. p. 161.

114. A penitência que incluía a autoflagelação era voluntária.

A penitência podia ser curta ou, às vezes, demorada. Era possível uma pessoa comprar os serviços de outra (terceirização) para fazer a penitência por ela.[115] Missionários celtas e anglo-saxões adotaram as formas de penitência, sendo seguidos pelos franceses em meados do oitavo século.

Os atos de penitência eram públicos. No caso de pecados mais graves, era prescrito um ato de reconciliação na igreja.[116] Esses atos serviam tanto para o penitente como para o exemplo aos outros. Com o tempo, o ato público de penitência foi substituído pelo confessionário, podendo o confesssante obter a absolvição pelo sacerdote[117] se fossem pecados veniais (menos graves). Por determinação do Concílio de Latrão em 1215 d.C., decidiu-se que a confissão deve ser feita ao menos uma vez por ano. Depois da confissão, cabe ao penitente cumprir com a penitência que lhe é imposta, de acordo com o que reza o manual.

115. HÄGGLUND. 2014. p. 129.

116. Semelhante ao ato de reconciliação adotado, ainda hoje, pelas igrejas históricas e pelas pentecostais clássicas.

117. Sacerdote - a quem é atribuído o poder de ligar e desligar no céu.

A ESCOLÁSTICA

A Escolástica – termo que vem de *escola, academia* – é uma corrente filosófica da Idade Média que teve lugar entre os séculos 11 e 14 na Europa. Foi o último período do pensamento cristão. Surgiu da necessidade de se compreender a fé. A Igreja era a guardiã dos valores espirituais e morais de toda a cristandade. Vários nomes são destacados na História da Escolástica como: Anselmo de Cantuária, Alberto Magno, Robert Grosseteste, Roger Bacon, Boaventura de Bornoreggio, Pedro Abelardo, Bernardo de Claraval, João Escoto Erígena, João Duns Scot, Jean Buridan e Nícola Cresme, mas o mais famoso nome é o do teólogo Tomás de Aquino, nascido em Roccasecca, Nápolis, Itália (1225-1274).

A Escolástica vem da instrução educacional desse período, e compunha-se de trívio, gramática, retórica e dialética, sendo essencialmente dialética. Tomás de Aquino procurou aliar o aristotelismo a uma perspectiva cristã a partir de uma releitura dele, conciliando a razão à fé. Deve haver somente uma verdade. O que é verdade na Teologia é verdade na Ciência e vice-versa; por isso, não pode haver contradição entre a razão e a fé. Tomás de Aquino dividiu o conhecimento humano em duas partes: o conhecimento natural, que vem à luz pelos teoremas matemáticos, e o conhecimento sobrenatural, que é ensinado pela fé, como a aceitação da doutrina da Trindade por exemplo. Com o nascimento da filosofia moderna no século 17, despontando com cientistas como Galileu Galilei e pensadores como René Descartes, a Escolástica foi enfraquecendo-se na Europa.

A Escolástica nasceu da necessidade de se dar explicações mais racionais para os assuntos de fé. Sua principal preocupação era mesmo entender a própria fé. Alguns temas que antes não faziam parte do universo do pensamento grego, tais como providência, revelação divina e criação, passaram a fazer parte de temáticas filosóficas. A filosofia escolástica, que trazia constantes traços de natureza neoplatônica, ganhou elementos da filosofia de Aristóteles, por Tomás de Aquino. Enquanto Agostinho defendia a subordinação da razão à fé, porque entendia que a razão humana estava decaída pelo pecado, Tomás de Aquino defendia a autonomia da razão em relação à fé, sem deixar de admitir que a razão deve subordinar-se à fé na busca de respostas, de acordo com a força da inovação aristotélica. As fontes de reflexão, para a Escolástica, são os filósofos antigos, as Escrituras e os Pais da Igreja.

A Escolástica - termo que vem de *escola, academia* - é uma corrente filosófica da Idade Média que teve lugar entre os séculos 11 e 14 na Europa. Foi o último período do pensamento cristão.

No período da Escolástica, não havia produção de teologia. Os teólogos estavam "ruminando", de forma livre e independente, todo o legado teológico herdado do passado. Estavam tentando entender a fé. Anselmo de Cantuária foi o maior responsável pelo desenvolvimento da tradição herdada. Seu ponto de partida para o pensamento teológico era uma fé viva. "Quem não crê não pode compreender. Pois quem não crê não ganha experiência; e quem não ganha experiência não compreende".[118]

Abelardo foi o responsável por introduzir o método dialético, que implicava a tentativa de combinar autoridade e razão, fé e erudição independente. Dizia que fé e razão não podem contradizer-se, uma vez que se originam da mesma fonte. A fé é, em si mesma, uma forma de conhecimento. Há um aspecto volitivo na fé. "A vontade é motivada pela ação de conhecer". Já Anselmo dizia que "aquilo que forma o conteúdo da fé e que o homem entende pela fé, também pode ser compreendido pela razão". A fé e a razão não são antitéticos.[119]

118. HÄGGLUND. 2014. p. 136.

119. Ibidem. p. 138.

Os escolásticos empregavam o sistema dialético usado na filosofia ensinada nas escolas e nas universidades que floresciam na Idade Média. A dialética, do grego *diálektos* (que significa *discurso, debate*), "é a atividade filosófica que traça distinções rígidas, trazendo à luz comentários opostos, com a subsequente rejeição de alternativas, a fim de obter a melhor resposta possível para uma pergunta".[120] Cabe ressaltar que o sistema dialético foi empregado pelos filósofos gregos como Sócrates, Platão, Aristóteles; na Idade Média pelos escolásticos e, mais tarde, por Kant, Hegel, Karl Marx e Jean Paul Sartre.

A Escolástica teve seu ponto alto no século 13, graças ao avanço geral da ciência e da erudição; à substituição das escolas-catedrais pela Universidade de Paris e às duas ordens mendicantes: a dos franciscanos e a dos dominicanos, fundadas no início do século 13. A filosofia preponderante era a aristotélica. "Os teólogos descobriram, sobretudo na metafísica e na ética de Aristóteles, vários pontos de vista e definições que podiam ser úteis à sua abordagem científica a questões doutrinárias (por exemplo, a distinção que Aristóteles fazia entre forma e substância, entre ato e potência), sua doutrina da causalidade e sua descrição da virtude".[121] Tomás de Aquino dizia que a teologia é uma ciência, mas "o conteúdo da fé é inacessível à razão e só pode chegar ao homem por meio da revelação e da luz da graça".[122]

A Escolástica começa a entrar em declínio com Duns Scotus, um franciscano professor em Oxford e em Paris. Era aristotélico como Tomás de Aquino, que encontrava a realidade das coisas no universo; mas a diferença era que Scotus era realista e, graças a isso, antecipou a ascensão do universalismo. Para ele, há um hiato entre o conhecimento teológico e o científico. A fé se apoia na autoridade (a Escritura) e não no conhecimento natural, como afirmava Tomás de Aquino. Mesmo usando a filosofia a serviço da teologia, Scotus voltou-se contra o intelectualismo tomista, minando a harmonia entre teologia e ciência expressada por ele.[123]

O escolasticismo era influenciado pela visão aristolélica de que há uma alma universal, ao invés de almas individuais, embora essa ideia encontrasse oposição em alguns teólogos. Dois teólogos árabes, Sigério de Brabante e Boécio da Dácia, sustentavam que o verdadeiro na Filsofia pode ser falso na Teologia e vice-versa[124]. Para Tomás de Aquino, a alma é, de certa maneira, "todas as coisas".

---

120. CHAMPLIN; BENTES. 1991. Veja "Dialética".

121. HÄGGLUND. 2014. p. 143.

122. Ibidem. p. 150.

123. Ibidem. p. 151.

124. Ibidem. p. 145.

Para a escola aristotélica, a alma do homem era considerada uma entidade independente; para a escola agostiniana, a alma e o corpo eram considerados uma unidade.[125]

A Escolástica cai no século 13, dando lugar ao nominalismo. Esse período é conhecido como Baixa Idade Média. Seus representantes combateram fortemente toda a linha de pensamento escolástico, contestando muitos de seus princípios fundamentais. O principal representante do nominalismo foi Guilherme de Occam. Ele nega o todo universal e defende a tese de que só existe o indivíduo. Ele introduz o experimentalismo na Ciência e o individualismo na sociedade, preparando, com isso, o livre exame luterano e todo o cientificismo moderno.

125. HÄGGLUND. 2014. p. 146.

MARTINHO LUTERO E A REFORMA PROTESTANTE

De origem humilde, Martinho Lutero nasceu em 10 de novembro de 1483 em Eisleben, província de Mansfeld, na Alemanha. Ele dizia: "Eu sou filho de camponeses. Meu pai, meu avô e todos os meus antepassados eram camponeses".

Com 14 anos de idade, ingressou na escola franciscana em Magdeburgo, onde diz ter sofrido muito com a fome. Às vezes, tinha de cantar na rua para angariar algum dinheiro para comer. Algum tempo depois, foi mandado para a casa de alguns parentes em Eisenach, mas também não gozou de qualquer conforto. Continuava sua velha vida de cantar hinos pelas ruas em troca de algum trocado para comer, até que conheceu Dona Ursula Cota, uma senhora que abriu as portas de sua casa para o jovem esfomeado, garantindo-lhe pão e teto.[126]

Aos 18 anos de idade, seu pai mandou-o à Universidade de Erfurt para cursar Direito. Na escola, conheceu Aleixo, um condiscípulo seu com quem travou grande amizade. Um dia, vítima de um raio, seu amigo faleceu. Isso deixou Lutero muito contristado. A morte do amigo levou-o a pensar profundamente na questão da salvação da alma. De joelhos no chão, juntou ao seu choro um voto de consagrar sua vida a Deus. Desde então, passava dias e dias pensativo, vagueando pela biblioteca da Universidade.

126. WALKER, W. *História da igreja cristã*, São Paulo: ASTE, 1967. v. 2. p. 10.

Foi quando teve seu primeiro contato com um exemplar da Bíblia Sagrada na língua latina. À medida que ia lendo, tomava consciência da seriedade daquele livro, sobretudo porque ia sendo possuído por uma profunda convicção da sua própria maldade.[127]

Necessidade de conversão

Embora consciente de estar desapontando o pai, Lutero cumpre o seu voto e dirige-se para o mosteiro dos frades agostinianos, em Erfurt. O rapaz que era notável pelos discursos que fazia como estudante na Universidade de Direito, agora, punha-se a limpar as celas, dar corda ao relógio e varrer a capela do mosteiro! Esta condição de vida não o incomodava. Sua luta interior pela mudança da natureza pecaminosa, semelhante a de Santo Agostinho, fazia com que não se importasse com a degradação social.

Convidado para lecionar teologia e filosofia em Wittenberg, Lutero sentia-se, até certo ponto, mais livre para dedicar-se ao estudo da Bíblia. Quanto mais lia o Livro Sagrado, mais se aplicava às orações e às penitências a fim de mudar seu modo de vida. Mesmo assim, sentia muita dificuldade para superar a força do pecado. Dizia contristado o jovem monge: "Como posso eu ousar crer na graça de Deus se é certo que ainda não se operou em mim uma conversão? Preciso necessariamente mudar de vida para ser aceito por Ele".

Suas vigílias e mortificações foram tantas que sua saúde ressentiu-se, levando-o quase às portas da morte. Estava atolado no abismo de preocupação com sua alma pecaminosa. O que aconteceria se morresse em seus pecados?

Em contato com Staupitz, o supervisor do mosteiro, Lutero abriu o seu coração para contar-lhe os seus conflitos. Staupitz lhe falou de Cristo como Salvador dos nossos pecados. Suas palavras soaram como um mistério para o jovem monge. A partir de então, começou a ver a fé de um modo mais pessoal, não geral.

Lutero já estava verdadeiramente convertido, mas ainda se conservava muito preso a Roma. Em visita à ci-

Convidado para lecionar teologia e filosofia em Wittenberg, Lutero sentia-se, até certo ponto, mais livre para dedicar-se ao estudo da Bíblia. Quanto mais lia o Livro Sagrado, mais se aplicava às orações.

127. GONZALES, Justo L. *A era dos reformadores*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1986. v. 6. p. 46.

dade papal, ocorreram-lhe duas coisas. A primeira foi que, em um ano penitencial, subia as escadarias de São Pedro de joelhos, para a salvação do pai e do avô já mortos, quando recordou-se das palavras de Hebreus: "Mas o justo viverá da fé". Ele interrompeu imediatamente a penitência. A segunda coisa foi a decepção com a corrupção dos sacerdotes.

Horrorizou-se com as blasfêmias proferidas por padres nas ruas da cidade. Espantou-se com histórias contadas pelos próprios monges que, em meio a gargalhadas, repetiam frases latinas que usavam nas missas: *"Panis es et pauis manebis; vinin es et vimim manebis"*—"Pão és e pão ficarás; vinho és e vinho ficarás".

Nesse tempo, o jovem Lutero ainda era um estudante de teologia. De volta a Wittenberg, concluiu seus estudos e passou a pregar seus sermões com tanta veemência que atraiu a atenção da igreja da ordem agostiniana. O jovem pregador era dotado de uma memória fantástica. Sua eloquência aliada às suas convicções inegociáveis cativava multidões e o seu nome era citado nas rodas das pessoas mais ilustres de sua época.

Vendedor de indulgência

Ganhou destaque a contenda que teve com João Tetzel, um monge dominicano de Leipzig, famoso vendedor de indulgências. Este foi fazer o seu comércio salvífico justamente onde Lutero se sobressaía como pregador. Era inevitável um confronto entre eles!

Subindo ao púlpito para falar do seu "produto", Tetzel disparou o seu inflamado sermão sobre o purgatório, despertando em seus ouvintes uma profunda solicitude pelas almas dos seus parentes e amigos já falecidos.[128] Para solucionar esse estado, ele trazia consigo indulgências tão eficazes que não somente tinham poder de perdoar pecados passados, mas ainda os que se pretendia cometer. E quanto aos mortos, dizia: "Ouvi estes gritos, sabei que logo que uma moeda bater no fundo da caixa, a alma solta-se do purgatório e dirige-se em liberdade para o céu".[129]

Diante do papel ridículo desempenhado por Tetzel, que contribuía enormemente para os cofres de Roma, em 31 de outubro de 1517, Lutero preferiu afixar suas 95 teses na catedral de Wittenberg, nas quais denunciava todos os erros que colecionava de sua observação da Igreja Romana.[130]

As teses de Lutero foram publicadas e distribuídas pelos estudantes que tomaram o partido de seu professor, passando-as de mão em mão. O papa logo tomou conhecimento deste fato, intimando Lutero a comparecer em Roma, mas ele se recusou a fazer isso. Lutero tomou o conselho do Eleitor da Saxônia, um verdadeiro amigo seu, que lhe

128. WALKER. 1967. p. 13.

129. GONZALES. 1986. p. 53.

130. NICHOLS. 1988. p. 147.

Martinho Lutero

lembrou do que acontecera a João Huss. Diante dessa recusa, o papa declarou-o herege e mandou publicar uma bula de excomunhão contra ele. Lutero, por sua vez, rodeado de professores e estudantes da Universidade e de vários membros da municipalidade, queimou a bula do papa em praça pública.

Resposta pela oração

Estava marcada uma *Dieta* em Worms para felicitar o novo imperador da Alemanha, o espanhol Carlos V. Esta ocasião pareceu bastante propícia para esmagarem o renitente jovem protestante. O sumo pontífice do catolicismo já começava a se preocupar com a força deste rapaz, cujas teses haviam despertado o espírito do povo europeu.

O audacioso Lutero resolveu ir a Worms, na plena confiança de que Deus estaria com ele independente dos perigos que viesse a encontrar. No dia 16 de abril de 1521, foi ovacionado publicamente às portas da cidade. Todos entusiasticamente o encorajavam e muitos o bendiziam quando atravessava as ruas para o seu alojamento. Sobre uma mesa em que se encontravam as obras de Lutero, perguntaram-lhe se eram suas. Diante da resposta positiva, perguntaram-lhe, então, se estava disposto a retratar-se do que havia escrito. Sobre isso, Lutero pediu um tempo para considerar. Concedido a ele o direito de responder no dia seguinte, Lutero investiu esse tempo em oração. No dia seguinte, o jovem reformador da Igreja voltava com sua resposta digna de um homem que tem caráter.

Lutero estava protegido por um salvo-conduto, mas não era de admirar que isso fosse violado, o que os seus amigos receavam. Assim, conspiraram contra Lutero para matá-lo quando voltasse para a Saxônica. Avisado, seu amigo Eleitor levou consigo alguns homens encapuzados e sequestraram-no à noite, levando Lutero para o castelo de Wartburb, perto de Eisenach, onde permaneceu recluso por seis meses. Nesse tempo,

Martinho Lutero escreveu suas mais soberbas obras e iniciou sua tradução da Bíblia para a língua alemã. Foi também nessa ocasião que Lutero compôs um dos mais belos hinos entoados pelos crentes de todo o mundo: "Castelo forte é o nosso Deus".

A decadência da Igreja

Antes que a era apostólica chegasse ao fim, a Igreja já sofria com a intromissão de falsos mestres, o que preocupou grandemente os apóstolos. De um lado, os ensinos oriundos dos judaizantes, que evocavam o retorno às leis e às práticas mosaicas; de outro lado, o gnosticismo, desfazendo toda a doutrina da corporeidade de Jesus. Além das filosofias e das crenças erradas que ocupavam lugar no seio da cristandade, a ambição pelo poder gerava conflitos entre os bispos, que eram os responsáveis maiores pelas dioceses ou jurisdições eclesiásticas. Todos queriam mandar.

Embora a Igreja tivesse passado seus primeiros anos sob perseguição nas mãos dos imperadores romanos, no quarto século, depois de um acordo feito com Constantino, o imperador romano que adotou uma política diferente dos seus antecessores, a Igreja ascendeu ao poder. A partir disso, ela foi se fortalecendo politicamente, de tal forma, que não se sabia quem tinha maior autoridade sobre as nações que viviam sob a égide romana: a Igreja ou o Estado. Corrompida pelo poder, a Igreja estava completamente destituída de seu modelo inicial. O dinheiro tornou-se o seu primeiro e grande objetivo. Para isso, dotou o sacerdócio de um poder inigualável e temível por todos. Os padres, em sua maioria, eram pluralistas, isto é, acumulavam duas ou mais funções para aumentarem suas rendas. A cobiça, a extorsão e a violência eram práticas comuns entre os bispos. Coisas como a embriaguez, a glutonaria e a impureza sexual eram absolutamente normais entre os clérigos. Os ritos sacramentais garantiam uma salvação "mágica". Praticavam orações aos espíritos bondosos, tanto da Virgem como dos santos; apregoavam o medo aos maus espíritos, maldições e absolvições pelos sacerdotes, que usavam vestimentas clericais de alto requinte. Enquanto isso, o povo vivia em inteira miséria, completamente esquecido e sem assistência para alma nem para o corpo.[131]

Os dissidentes reformistas

Para protestar contra esses abusos, muitos movimentos surgiram dentro da própria Igreja, logo no início do século 12, liderados por homens que abandonaram o culto e a comunhão da Igreja. O mais importante desses movimentos nessa época foi o liderado por Pedro Bruys e Henrique de Lausane. Este movimento, conhecido como "Os Petrobrussianos", protestava contra a imoralidade do clero e as superstições dominantes na Igreja.

---

131. NICHOLS, Robert H. *História da Igreja Cristã*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1988. p. 141.

Para protestar contra esses abusos, muitos movimentos surgiram dentro da própria Igreja, logo no início do século XII, liderados por homens que abandonaram o culto e a comunhão da Igreja.

No fim do século XII e durante todo o século 13, apareceu outro movimento religioso conhecido como os "cataristas". Fez-se uma nova igreja com uma organização própria. Esse grupo pecava pela mistura de certas crenças orientalistas e outras próximas às crenças do movimento gnóstico que assolou a Igreja do primeiro século. No sudeste da França, onde se tornaram mais fortes, foram também conhecidos como "Albigenses". Embora não pregassem um cristianismo genuíno, eram sinceros em sua busca por um cristianismo melhor do que o oferecido pelo clero. A chamada "Santa Inquisição", que teve origem em Inocêncio III, desencadeou-se por causa dos cataristas, com o fim de caçá-los.[132]

No fim do século 12, houve também outro movimento de protesto à Igreja, liderado por um comerciante chamado Pedro Valdo. Inspirado no capítulo dez do Evangelho de Mateus, este comerciante começou a distribuir seu dinheiro aos pobres e tornou-se um pregador ambulante do Evangelho. O protesto dos "Valdenses" era contra o descaso da Igreja para com os pobres. Não demorou para que as autoridades eclesiásticas logo os excomungassem. Uma vez expulsos da Igreja, começaram a criar sua organização como uma Igreja à parte. Ao fim da Idade Média, os Valdenses já estavam espalhados por toda a Europa ocidental como uma organização forte.

Tal qual os Valdenses, havia outro grupo dissidente chamado de "Irmãos". Esses realizavam o seu culto na língua comum do povo e eram conhecidos por sua bondade. Apreciavam a leitura da Bíblia. Possuíam vários manuscritos dela, inteiros ou em parte. Eram numerosos entre os camponeses, mas, por causa das perseguições, mantinham-se em segredo.[133]

Wycliffe

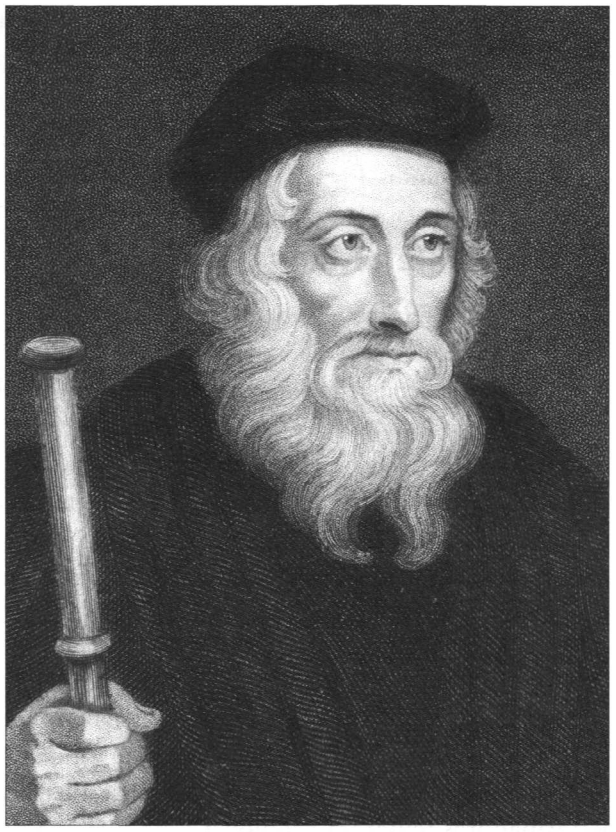
As reações dentro da Igreja se intensificaram nos séculos 14 e 15, agravando ainda mais o quadro de descontentamento. A Igreja, por mais que tentasse fazer vistas grossas

132. NICHOLS, Robert H. *História da Igreja Cristã*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1988. p. 141.

133. Ibidem. p. 131.

a tudo quanto se passava dentro dela, não poderia sustentar por muito mais tempo os seus desmandos sem sofrer a pressão de uma força que se criava contra ela em uma mistura de interesses religiosos, políticos, sociais e econômicos sem precedentes.

John Wycliffe (1320-1384)



Nascido em 1320, John Wycliffe, destacado professor da Universidade de Oxford, insurgiu-se contra o suposto direito do papa que cobrava impostos ou taxas na Inglaterra. Pregou contra a diferenciação de classes dentro do próprio clero, denunciou toda a organização clerical e ainda opôs-se à doutrina da transubstanciação. Por seus ensinos, Wycliffe foi condenado em um concílio eclesiástico. Mesmo assim, não deixou de fazer sua declaração veemente ao povo inglês de que a Bíblia é a única e verdadeira regra de prática. Seu maior trabalho foi a tradução da Bíblia (a Vulgata latina) para o inglês. Para fazer seu trabalho chegar às mãos do povo, organizou a ordem dos "sacerdotes pobres", conhecidos como os irmãos Lollardos. Eram estudantes pobres de Oxford na sua maioria, que se vestiam grosseiramente e andavam pelas ruas descalços, com cajado na mão, suplicando por esmolas para o seu sustento. Foram duramente perseguidos, mas conseguiram chegar ao tempo da Reforma.

Os ensinos de Wycliffe influenciaram John Huss (1373-1415). Respeitado pela elevada cultura, Huss era um sacerdote honrado. Agraciado com extraordinário poder de persuasão, Huss tornou-se um porta-voz dos anseios políticos e religiosos do seu povo. Foi um poderoso líder nacional na Boêmia. Insistia em dizer que o Novo Testamento fora escrito para a Igreja. Apresentava-o como a "Lei de Cristo" e ainda instruía o povo a acatar o papa somente naquilo em que suas ordens coincidissem com essa lei divina.

John Huss foi julgado pela igreja romana no Concílio de Constança. Neste mesmo concílio, aproveitou-se para julgar e condenar John Wycliffe como herege, o qual já es-

tava morto havia 30 anos. Com esse julgamento, tornou-se rápido e prático julgar seu discípulo John Huss. Foi-lhe oferecido o direito de liberdade caso abandonasse suas ideias, porém ele permaneceu determinado, preferindo sofrer seu martírio em uma fogueira. A morte de Huss gerou uma ira e uma revolta tão grande entre os boêmios e os morávios que acabaram criando uma organização religiosa fora da Igreja, a chamada "Irmãos Boêmios".[134]

Desejo de Reforma

Por toda a Europa o grito de anseio pela reforma era generalizado. Pessoas de todas as camadas sociais reclamavam do poder universal da Igreja. Ninguém suportava mais suas imposições impiedosas. O descaso com os pobres; as altas taxas de impostos; a impunidade dos clérigos que viviam em orgias; os limites que impunham à sociedade; o cerceamento da liberdade de expressão e de todo o tipo de desenvolvimento cultural; a presunção de se fazer detentora de todos os poderes salvíficos, de decidir o tempo que cada pessoa ficaria no purgatório e o preço que cada uma deveria pagar para ter a alma transferida para o céu; enfim, eram tantos os erros que, com Martinho Lutero ou com qualquer outro homem imbuído da mesma coragem, a Reforma era uma necessidade inadiável.

Da cabeça aos pés

Diante de tantas pressões, a Igreja era obrigada a tomar alguma providência. Reformadores tentaram promover uma reforma no Concílio de Pisa, mas não tiveram êxito. A segunda tentativa foi no Concílio de Constança, pouco tempo depois, e o que conseguiram foi restaurar a unidade da Igreja, mas o que pretendiam mesmo era conseguir uma reforma que eles chamavam de "A Reforma da Igreja, da cabeça aos pés". Os homens que ali se reuniam eram do mais elevado preparo intelectual que havia na época, mas lá estavam também os representantes da Igreja. Até o imperador Sigismundo estava presente, um ardoroso defensor da necessidade da Reforma. Os representantes políticos do papa conseguiram protelar a discussão do concílio por três anos. Alguns anos depois, instalou-se o Concílio Geral de Basileia. Este concílio arrastou-se de 1431 a 1449. Nada houve de substancial nele. Os reformadores estavam convencidos de que nenhuma reforma aconteceria dentro da igreja, por mera consciência dos seus erros. Os interesses comuns das forças clericais em torno do poder maior vindo de Roma não tinham qualquer interesse em promover mudanças, embora todo mundo estivesse revoltado contra este sistema tão hostil.

---

134. NICHOLS, Robert H. *História da Igreja Cristã*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1988. p. 134.

Ilustração da cidade de Basileia

Elementos facilitadores da Reforma

A velha sociedade medieval estava ruindo em seus valores. Uma nova sociedade consciente estava surgindo, ávida por mudanças estruturais importantes. Em todos os segmentos da sociedade havia um clamor por novidades. Todos queriam, todos desejavam, todos precisavam dessa mudança. A Igreja de poderes universais deveria ceder lugar às igrejas nacionais. A política de que o Estado deveria ser independente do domínio da Igreja em qualquer parte do mundo era almejada por todos os governantes dos povos europeus não-latinos.

As mudanças geográficas ocorridas no fim do século 15 e no início do 16, bem como a descoberta da América por Cristóvão Colombo, a primeira viagem ao redor do mundo completada em 1522 pelo navio de Magalhães e as rotas marítimas que atravessavam os mares rumo ao Oriente Antigo em busca de riquezas, por exemplo, davam ao homem medieval novas possibilidades de vida. O comércio era expandido; as comunicações entre os povos ampliaram-se; aqui no Brasil, iniciava-se um período de colonização pelos portugueses; enfim, o mundo se desinibia e abria-se para novas possibilidades.

O movimento da Reforma foi favorecido por quatro fatores: a Renascença, que deixou para trás o Escolasticismo; a invenção da imprensa; a publicação do Novo Testamento em Grego e o impulso dado às novas empresas de comércio e exploração de matéria-prima; antes disso, na Idade Média, só se conheciam duas profissões: a carreira das armas e a carreira monástica. A Reforma veio beneficiar o desenvolvimento intelectual pelo desenvolvimento das letras e das ciências.[135]

135. SCHAFF, David S. *Nossa Crença e a de Nossos Pais*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1956. p. 73.

A Renascença

A Renascença foi outro movimento cultural que contribuiu para a Reforma. O renascentista dava elevada importância ao homem. A valorização do indivíduo favoreceu um dos pontos essenciais da tese do sacerdócio individual defendida por Lutero, como veremos logo mais. Havia nesse tempo uma classe de humanistas cristãos que se dedicava ao estudo da Bíblia nas suas línguas originais. Esses estudos serviram para mostrar ao povo que o cristianismo apresentado no Novo Testamento não era semelhante às atitudes da Igreja Católica Romana. Contudo, exceto o interesse dos que se mostravam mais afeitos ao espírito religioso, a sociedade estava muito mais inclinada para a vida secular do que para a vida religiosa, por isso surgiram escritores e artistas famosos que manifestaram seus protestos contra o poderio da Igreja através de suas obras de cunho religioso e profano.[136]

A política

O fator político também colaborou para a almejada Reforma. Nesse tempo, começaram a surgir as nações-estados. Cada nação se fortalecia em seu governo e em suas forças militares e civis. Eram nacionalistas e opunham-se ao governo religioso universal. Havia muita gente interessada em ver também as igrejas independentes de um poder central, tornando-as nacionalistas. À medida que o tempo passava, o mundo medieval ia assistindo a uma mudança política na Europa, que aos poucos ia sendo fundada sobre nações-estados. Isso, evidentemente, não se deu em um processo pacífico, mas em importantes guerras religiosas ao longo do século 16 e no princípio do século 17.[137]

A economia

É claro que o fator econômico não estaria fora de uma mudança tão significativa para a História. Antes mesmo da Reforma, mudanças econômicas aconteceram. Até o ano de 1500, a economia mundial dependia basicamente da agricultura, mas, com a exploração dos mares, desencadeou-se uma nova fonte de riquezas com a exploração de matérias-primas e com o comércio internacional. A classe média mercantil tomou a frente da nobreza feudal na liderança da sociedade. Todos queriam ganhar. Ninguém mais estava interessado em mandar seu dinheiro para a sede da Igreja, até por que ninguém se conformava com o fato de o clero estar absolutamente isento de qualquer imposto dos Estados nacionais.[138]

---

136. NICHOLS. 1988. p. 139.

137. CAIRNS, Earle E. *O cristianismo através dos séculos*: uma história da Igreja Cristã. São Paulo: Edições Vida Nova, 1984. p. 222.

138. Ibidem. p. 222.

É claro que o fator econômico não estaria fora de uma mudança tão significativa para a História. Antes mesmo da Reforma, mudanças econômicas aconteceram.

As mudanças sociais

As mudanças sociais, nesse período, foram das mais altas realizações do ser humano em sua história. A sociedade medieval não dava qualquer possibilidade de alguém ascender socialmente; a única forma de ascender era aderindo ao clero; caso contrário, o filho do escravo não passaria de escravo. Assim, de geração a geração, tudo se mantinha imutável. Os negócios favoreciam este processo de mobilidade social. A classe serviçal estava desaparecendo e dando lugar a uma nova classe, a classe média.[139]

A religião

De todas as mudanças ocorridas nesse tempo, nenhuma delas estava mais na mira dos reformadores do que as religiosas. Havia um conflito que se arrastava desde o século 12: era o conflito entre a autoridade do papa e a autoridade das Escrituras. A autoridade de Roma era indesejada, enquanto a autoridade da Bíblia ganhava não só a simpatia, mas o anelo de todos os que tomavam contato com ela. Afinal, estavam descobrindo toda a verdade acerca da salvação pela leitura das Escrituras, tal verdade que a Igreja lhes negara por tantos séculos. Além disso, descobriam também, pela Bíblia, que cada crente podia ser o sacerdote de si mesmo, sem a necessidade da intermediação de um clérigo como defendia a Igreja.

A Igreja estava tão corrompida que fazia qualquer coisa por dinheiro. Os clérigos ganhavam dinheiro sem a menor preocupação de prestar assistência religiosa a quem quer que fosse. À igreja cabia o direito de fazer justiça aos clérigos. Estes jamais eram julgados pela justiça comum quando erravam; e eles só erravam. A justiça era venal, comprada e vendida nas cortes eclesiásticas. Nada era proibido quando havia a quantia certa de dinheiro, mesmo diante do cânone. Era comum o pecado aberto entre os sacerdotes que mantinham suas concubinas.

A Igreja mantinha objetos interessantes para fazer dinheiro; eram coleções de relíquias, como pedaços da cruz de Cristo e ossos de santos. O simples olhar às 5005 relíquias de Frederico da Saxônia reduzia o tempo de uma pessoa no purgatório por dois milhões de anos. O povo não aguentava mais tanto pedido de dinheiro.[140]

139. CAIRNS, Earle E. *O cristianismo através dos séculos*: uma história da Igreja Cristã. São Paulo: Edições Vida Nova, 1984. p. 223.

140. Ibidem. p. 223.

O que foi a Reforma?

Inúmeras são as tentativas de explicações dadas para a Reforma. Para alguns, ela resultou de uma ordem moral, para pôr fim à luxúria do clero e ao desleixo dos papas. Para outros, a razão foi eminentemente política. Alguns ambiciosos pela liberdade política de suas províncias valeram-se dos ideais de um jovem religioso e ofereceram-lhe o apoio necessário para que ele arriscasse sua pele em defesa dos interesses deles. Karl Marx já dá uma interpretação econômica à Reforma, chamando o movimento de "Filho da economia" da época. Henri Hauser enxergou duas causas: uma material e outra espiritual.[141]

Digam o que quiserem, a Reforma, não obstante suas causas e benefícios secundários, reduz-se fundamental e determinantemente a uma ordem espiritual ou religiosa. Lutero não contemplava outra coisa que não fosse o posicionamento espiritual da Igreja.

Para melhor compreender os pontos chaves da Reforma, devemos dividi-los em dois aspectos: o da autoridade das Escrituras, chamado de *princípio formal;* e o da justificação pela fé, chamado de *princípio material.*

Com respeito aos princípios fundamentais da Reforma que distinguem as diferenças entre o protestantismo e o catolicismo, temos:

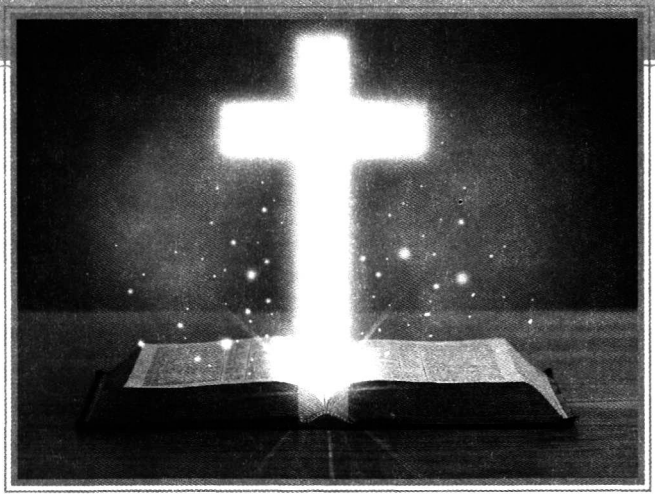
1. *A suprema autoridade das Escrituras.* O catolicismo atribui esta autoridade ao papa. Apesar de aceitar o valor das Escrituras, acrescenta-lhe a tradição e afirma que somente à Igreja é dado o direito de interpretá-la.
2. *O princípio do livre exame.* A Reforma defende o direito individual de aceitar a verdade sem qualquer imposição. Qualquer pessoa, imbuída de propósitos sinceros, contará com a ajuda do Espírito Santo para a compreensão das Escrituras. Este princípio traz consigo a ideia de liberdade religiosa.
3. *O sacerdócio universal dos cristãos.* Enquanto a Igreja persiste em manter o padre como um sacerdote para o povo, o protestantismo evoca o direito do exercício do sacerdócio individual. Cada pessoa tem o direito de se confessar diretamente a Jesus, o sumo sacerdote da nossa confissão.
4. *A justificação pela fé.* Aqui, Lutero evoca a teologia de Paulo, principalmente em suas epístolas aos Romanos e aos Gálatas.
5. *O Testemunho do Espírito Santo.* Trata-se do entrelaçamento do externo (a Palavra escrita) e do interno (seu efeito sobrenatural) na vida do cristão.

Todos nós, evangélicos, direta ou indiretamente descendemos da Reforma. Aquilo que para a Igreja Romana não passou de uma rebelião, para a cristandade sincera e ávida por um cristianismo legítimo, foi uma libertação. A Reforma foi a possibilidade de retorno do cristianismo às suas origens.

---

141. CAIRNS, Earle E. *O cristianismo através dos séculos*: uma história da Igreja Cristã. São Paulo: Edições Vida Nova, 1984. p. 224.

TEÓLOGOS DA REFORMA



Lutero cumpriu seu papel promovendo a Reforma, mas não se dedicou a formular uma teologia sistemática para dar continuidade ao seu trabalho, deixando um legado doutrinário para o seguimento da cristandade que estava ao seu lado. Outros teólogos, no entanto, fizeram isso: foram o alemão Philipp Melanchthon, o suíço Ulrich Zwinglio e o francês João Calvino, conhecidos pela História como os teólogos da Reforma. Eles iniciaram importantes movimentos de reforma na Holanda, Escócia, Inglaterra e por toda a Europa.[142] Mas houve também um teólogo importante que é desprezado pelos grandes autores, talvez porque a maioria desses é de linha calvinista, trata-se de Jacob Armínio. Sua teologia é a que mais influencia o mundo de hoje. Acerca desse teólogo, também há muito o que ser dito.

A teologia da reforma traz consigo três pontos importantes: a salvação pela graça, mediante a fé; a autoridade suprema das Escrituras e o sacerdócio individual dos crentes. Os expoentes da teologia reformada, embora partissem dos princípios apresentados por Martinho Lutero, expressaram certa liberdade na elaboração e na interpretação da teologia cristã. O toque de João Calvino na elaboração da sua te-

142. OLSON. 2001. p. 407.

Martinho Lutero não se destacou sistematicamente como os outros teólogos da reforma; mesmo assim, publicou 16 livros, através dos quais é possível conhecer o pensamento teológico do reformador.

ologia monergista não se conservou na teologia luterana, elaborada por Philipp Melanchthon (1497-1560), o qual se inclinava para o sinergismo.[143] Todos eles divergiram de Lutero concernentemente à soteriologia, à eclesiologia e à teologia sacramental. Com o passar do tempo, a teologia da reforma estava bem diferente da teologia luterana.

Lutero

Martinho Lutero não se destacou sistematicamente como os outros teólogos da reforma; mesmo assim, publicou 16 livros, através dos quais é possível conhecer o pensamento teológico do reformador da Igreja e reconhecer sua importância não apenas na formulação da teologia da Igreja Luterana, mas também como os seus escritos passaram a ocupar lugar central na história da teologia. Os teólogos da reforma concordavam em muitas coisas com o reformador da Igreja, mas todos eles apresentaram pontos de divergência teológica quanto à soteriologia, à eclesiologia, à Ceia do Senhor e outros pontos.

Como estudante de Teologia, familiarizou-se com o occamismo,[144] mas na sua vida madura já não se satisfazia com a sua doutrina da graça. Segundo o occamismo, a graça era obtida depois que a pessoa fizesse tudo quanto pudesse para ser digna dela. A pergunta que ele fazia era: como se pode estar seguro de estar cumprindo com todas as exigências básicas para isso? Segundo o occamismo, o homem também podia, por seus próprio poderes naturais, amar a Deus sobre todas as coisas, o que também intrigava

143. Monergismo - termo comum do agostinianismo e do calvinismo que afirma que a regeneração depende única e exclusivamente da operação do Espírito Santo, sem que haja qualquer decisão do indivíduo.
Sinergismo - termo que fala do esforço em conjunto (Deus e homem) para a obtenção da salvação. Defendido por Jacob Armínio, conforme veremos no capítulo "Salvação" do terceiro volume desta coleção.

144. Occamismo - uma visão filosófica antimetafísica proposta pelo teólogo franciscano e filósofo inglês Guilherme de Occam (1295-1350). Defende uma lógica baseada no conhecimento intuitivo da realidade, o nominalismo; nega o todo universal e defende a tese de que só existe o indivíduo.

Lutero e acentuava ainda mais a sua dúvida sobre ser ou não predestinado para a salvação. Influenciado por Staupitz, Lutero aprendeu a pôr os olhos no Cristo crucificado e deixar de se preocupar com essas questões.[145]

Não é difícil compreender os pontos teológicos nos quais Lutero praticamente se concentrou. Ele se deteve a pensar na cruz e em seus efeitos. A teologia da cruz, para ele, fazia contraste com a teologia da glória[146]; a interpretação da Palavra de Deus (o livre exame) que nos traz o conhecimento de Deus e do Espírito Santo; a justificação pela graça, por meio da fé; o sacerdócio universal de todos os crentes e as ordenanças (batismo e ceia) como instrumentos eficazes da graça de Deus e da fé.

A importância dada às Escrituras e ao Espírito Santo é outro ponto alto na sua teologia; pois é por esse meio que se obtém o conhecimento a respeito de Deus. Depois do pecado de Adão, tornou-se impossível alcançar qualquer conhecimento de Deus por meio natural. Com a queda, o homem perdeu a vontade de buscar a Deus e a capacida-

Teólogos da Reforma: João Calvino, Teodoro Beza e John Knox

145. HÄGGLUND. 2014. p. 169.

146. A "teologia da glória" era a ênfase dada pelo escolasticismo ao explicar Deus pela razão, sem a ajuda da graça sobrenatural e sem o dom da fé.

de intelectual de entendê-lo. "Quem tiver um deus, mas não sua palavra, não tem deus nenhum".[147] Lutero distanciou-se da forma tomista[148] de aceitar a revelação natural de Deus. Para ele, a revelação pura e legítima é a especial, que se dá pela Palavra. Enquanto muitos se detinham a exaltar a Escolástica, Martinho Lutero a desprezava, alegando que ela não tratava o pecado como deveria tratar. Lutero chamava de "grande meretriz" a filosofia de Aristóteles e qualquer outra corrente filosófica que tentasse alcançar o conhecimento de Deus pela razão. "A Filosofia não consegue expressar nada senão o conteúdo limitado do homem".[149]

Além de combater a Filosofia em sua defesa da Escritura – *sola scriptura* – Lutero também se insurgiu contra a teologia da Igreja Romana, que colocava a tradição no mesmo nível da Escritura, cabendo somente à hierarquia da Igreja o poder de interpretá-la. Lutero sabia reconhecer a importância da tradição, defendendo-a e resgatando-a até onde era possível, mas não aceitava colocar a Bíblia (que era indiscutivelmente a Palavra de Deus para ele) abaixo da tradição. E, quando falava da Palavra de Deus, fazia questão de destacar o evangelho como se fosse um cânon dentro do cânon. Toda a revelação de Jesus Cristo se dá pelo evangelho, por isso o evangelho goza de supremacia no que diz respeito à Palavra de Deus. Ao fazer essa distinção, ele trata a Bíblia de modo não tão homogêneo. Nem tudo na Bíblia tem igual valor, por isso, na formação do seu cânon, deixou alguns livros de lado, pois achava que eles não tinham grande valor para a alma, como foi o caso da Epístola de Tiago. Lutero via contradição em Tiago ao relacionar a fé com as obras (Tg 2.14-26). Outro preconceito demonstrado foi com o Apocalipse, que, para ele, era um livro obscuro.

Uma questão bastante conflitante na teologia de Lutero é a do Deus oculto e do Deus revelado. Ele seguia na mesma linha agostiniana esposada pelos demais teólogos da Reforma: a da dupla predestinação, mas não deixava de expor o seu conflito em entender como um Deus amoroso pode predestinar uma parte da humanidade à condenação, embora admitisse que isso era conflitante para a mente humana e não para Deus. Quando se adentra ao evangelho, conhece-se um Deus amoroso que oferece graça e perdão pela cruz, mas o seu conflito implica a própria loucura da cruz. No evangelho, Deus está a nosso favor e é com isso que devemos nos ocupar. Atrás do Deus amoroso, no entanto, está o Deus oculto que, na Sua soberania, decide quem será salvo ou não. É como se Ele tivesse duas faces.

Na justificação, está o ponto central da doutrina da salvação. Como a salvação era a questão mais intrigante na mente dos teólogos, eles faziam o que podiam para encontrar um caminho que os deixasse seguros da sua obtenção. Lutero inclusive havia

147. OLSON. 2001. p. 394.

148. Forma tomista - a forma dos seguidores de Tomás de Aquino.

149. Ibidem. p. 394.

percorrido vários caminhos que incluíam sacrifícios de jejum e a autoflagelação na sua busca, até entender que a justificação se dá em Cristo Jesus pela graça, mediante a fé. A justificação, na Igreja Católica, já desde os tempos de Agostinho, perseguia um processo gradativo, no qual o pecador, começando pelo batismo (graça batismal), praticava as boas obras e vida penitencial (graça habitual) até deixar de ser pecador, tornando-se justificado completamente. Esse processo ultrapassava a própria morte, seguindo para o purgatório a fim de enriquecer-se de justiça.

Insatisfeito com sua própria condição, Lutero sofria pela incerteza de que a sua alma já estivesse salva, até entender que a bondade de Cristo era capaz de resolver essa questão por meio da cruz. A cruz é suficiente e os atos penitenciais não fazem diferença alguma. A justiça de Cristo substitui a nossa justiça e, assim, tudo o que é dele passa a ser nosso. Por causa de Cristo, Deus enxerga o pecador como justo, embora este continue sendo pecador; mas um pecador justificado, por isso também é filho de Deus.

A justificação se dá pela fé contínua, e essa fé é o oposto das obras. As obras jamais podem ter a presunção de elevar um pecador à presença de Deus para a obtenção da salvação, pois elas jamais seriam capazes de alcançar o nível da obra de Cristo realizada na cruz para a justificação do pecador. Por causa dessa asserção, Lutero foi acusado de antinomista.[150]

O sacerdócio universal é outro ponto elevado na teologia de Lutero. Todo cristão é um sacerdote por haver sido justificado diante de Deus, mediante a fé. Enquanto a Igreja Católica elevava alguns homens à condição de sacerdote, ocupando posição intermediária entre os homens e Deus, com atribuições elevadas de absolver a culpa dos pecadores, Lutero defendia o sacerdócio individual dos crentes; afinal, a Igreja é a comunhão dos santos. Mesmo sem desmerecer a função do pastor, dizia que, em situação de emergência, o crente, como sacerdote que é, podia realizar os dois sacramentos:[151] o batismo e a ceia; e ainda podia pregar a Palavra de Deus à congregação.

Lutero também reduziu os sete sacramentos da Igreja a apenas dois: o batismo e a Ceia do Senhor. Quanto à celebração da ceia, Lutero discordava da doutrina da Igreja, que considerva que os elementos (pão e vinho) transformavam-se literalmente no corpo de Cristo (transubstanciação). Lutero acreditava que, no ato da ceia, o Senhor está presente junto aos elementos (consubstanciação). Contudo, ele continuou praticando o batismo infantil; isso provocou a crítica dos anabatistas,[152] os quais o acusavam de ser inconsistente e ainda preso à tradição católica. "Criança não pode ter fé, logo, não pode ser batizada", diziam os anabatistas.

---

150. Antinomismo - prática da extinção da lei, das regras.

151. Sacramentos - meios da graça, necessários para a salvação segundo a doutrina da Igreja Romana.

152. Anabatistas, os rebatizadores. Eram cristãos da reforma que rebatizavam os que haviam recebido o batismo infantil, pois não consideravam a validade deste. Não diziam que era rebatismo, mas o batismo.

Para se defender, Lutero – que não queria mexer com essa questão – dizia: "se fé é confiança em Deus, quem melhor do que a criança para tê-la?". Ele também se amparava na tradição, sustentando que essa o legitimava, afinal, o batismo infantil era praticado desde os primórdios da fé cristã. Os anabatistas também corrigiam essa afirmação histórica de Lutero, dizendo que o batismo infantil fora introduzido no final do segundo século e início do terceiro, nos dias de Tertuliano, em meio a muitas controvérsias e que, acima de tudo, era antibíblico. Mesmo assim, Lutero não achava que uma criança não batizada seria condenada ao inferno caso morresse na infância. Também entendia que a justificação independe do batismo, embora defendesse a necessidade e a importância desse. Se uma pessoa rejeitasse o batismo e negligenciasse a Ceia do Senhor, ficaria privada da comunhão com Deus.

Martinho Lutero foi mais influente na Alemanha, enquanto os outros teólogos da Reforma, como Zwinglio e Calvino, fizeram a reforma na Suíça e deram origem à Igreja Reformada e aos movimentos puritano e presbiteriano na Grã-Bretanha.

Melanchthon

Philipp Melanchthon nasceu em Bretten, Saxônia, em 16 de fevereiro de 1497, e morreu em Wittenberg, em 19 de abril de 1560. Colaborou com Lutero, redigindo a "Confissão de Augsburgo" em 1530. Seu nome alemão original é Philipp Schwarzerdt. Seu tio-avô chamava-o de Melanchthon, que significa "terra preta". Menino prodígio, Melanchthon foi aceito na Universidade de Heidelberg aos 12 anos, onde se formou bacharel em artes no ano de 1511. Foi impedido de cursar o mestrado por ser novo demais, mas aos 17 anos, em 1514, ingressou na Universidade de Tübingen para cursar Filosofia. Foi aluno de Lutero em 1519, estudando teologia e grego.

Apesar de ter sido companheiro de Lutero na Reforma, Melanchthon não o seguiu plenamente. Com o passar do tempo, mudou sua maneira de pensar acerca de alguns pontos em que havia estado com Lutero anteriormente.

Melanchthon foi o primeiro teólogo sistemático da Reforma. Publicou trabalhos não apenas na Teologia, mas também na Psicologia, *De anima*, Física (escreveu um trabalho sobre o sistema solar proposto por Copérnico) e Filosofia: *Philosophia moralis*, e vários outros comentários. Tudo isso contribuiu para que ele tivesse um respaldo

no meio universitário. Escreveu também comentários do Novo Testamento como a *Epístola aos Colossenses* e *Epístola aos Romanos* e também a *Confissão de Augsburgo*, que é usada pelas igrejas luteranas até hoje. Melanchthon tornou-se conhecido como o "educador da Alemanha" por organizar escolas alemãs. Isatisfeito com a pobreza da instrução das escolas alemãs, fez de sua própria casa uma escola experimental por dez anos. Seus manuais acadêmicos e escolares foram usados até o século 18.

Philipp Melanchthon

Apesar de ter sido companheiro de Lutero na Reforma, não o seguiu plenamente. Com o passar do tempo, mudou sua maneira de pensar acerca de alguns pontos em que havia estado com Lutero anteriormente. Extremamente individualista, entendia que alguns problemas teológicos deveriam ser apresentados de modo diferente. Enquanto Lutero dava um tom mais profético à sua teologia, Melanchthon era mais sistemático, adotando mais uma característica professoral.

Escreveu também o livro *Loci communes*, o primeiro livro dogmático da Reforma; por isso ele é considerado o primeiro teólogo sistemático da Reforma. Nesse livro, ele diz que "a Teologia não deve ocupar-se com questões metafísicas referentes à essência divina ou às naturezas de Cristo, mas com aquilo que trata da salvação da alma".[153]

Com respeito ao livre-arbítrio, dizia que "o homem não é livre. Não é possível ao homem influenciar seu próprio coração".[154] Mesmo assim, dizia que, quando o Espírito Santo age no homem, este pode aceitar ou rejeitar o chamado. A conversão

153. HÄGGLUND. 2014. p. 198.

154. Ibidem. p. 199.

resulta de três fatores: a Palavra, o Espírito Santo e a vontade humana. Com a cooperação da Palavra e do Espírito Santo, a vontade (o livre-arbítrio) aparece como capacidade de se dirigir à graça.

Associado à ideia do determinismo de Lutero, crendo, portanto, na predestinação, com o passar do tempo, passou a rejeitar essa ideia porque não podia aceitar que Deus fosse o causador do mal, uma vez que isso não se coaduna com a Sua natureza. Logo, a razão pela qual um é escolhido e outro é condenado deve residir no homem.[155] Os eleitos são os que aceitam a misericórdia de Deus, por causa de Cristo. Divergiu de Lutero quanto à dupla predestinação. Divergiu também de Lutero em alguns pontos concernentes à Ceia; alterou certas ideias básicas de Lutero acerca da justificação, alegando que a justificação, no sentido paulino, passou a ter significado apenas de declarar justo. Considerava o arrependimento como a mortificação efetuada pela lei e a vivificação efetuada pelo evangelho.[156]

Os credos ecumênicos e o consenso do cristianismo antigo, legados pela tradição da Igreja, eram enfatizados em sua teologia. Buscava apoio na Igreja Antiga para tudo o que ensinava e, ainda que não colocasse a tradição acima das Escrituras, apoiava-se firmemente nela. Sem a tradição, não poderíamos interpretar corretamente as Escrituras. Mas, ainda mais forte do que o seu apego à tradição, era o seu humanismo. Apesar de ter estado próximo de Lutero em vários pontos, aqueles em que divergiu dele bastaram para que a ortodoxia luterana o rejeitasse.

Zwinglio

Ulrich Zwinglio nasceu em Glarus, na Suíça, em 1 de janeiro de 1484. Pertencente a uma família de classe média alta, recebeu educação humanista. Realizou seu curso universitário em Viena e o mestrado em Basileia. Notabilizou-se como pregador, escritor e patriota. Tornou-se pastor em Zurique, sendo chamado de "sacerdote do povo". Sua influência na cidade, inclusive sobre líderes religiosos e a prefeitura, foi surpreendente. Aboliu as missas na cidade e na região, substituindo-as por cultos protestantes. Mudou o cenário religioso, retirando imagens; os ministros trocaram suas vestes sacerdotais por vestes magisteriais usadas pelos professores nas Universidades. Proibiu as indulgências, a veneração a Maria e as orações pelos mortos, além de negar a crença no purgatório. Transformou o ritual da ceia em algo mais simples, substituindo a crença na transubstanciação por simples refeição memorial. Foi além de Lutero em seu rompimento com algumas práticas do catolicismo, a ponto de ser criticado por ele e tachado de fanático. Sua relação e autoridade política misturadas às atividades eclesiais renderam-lhe críti-

155. HÄGGLUND. 2014. p. 200.

156. Ibidem. p. 200.

cas dos seus seguidores, que passaram a considerar isso mais uma forma de constantinismo ou cesaropapismo.

Escreveu os livros *Da religião verdadeira e falsa* (1525); *Explicação da religião de Zwingli*; (1530); *Exposição breve e clara da fé cristã* (1531) e *Da providência de Deus* (1531). Seu primeiro livro é uma teologia sistemática reformada, considerado sua primeira obra dogmática. Em uma batalha contra cinco cantões católicos, ao sul da Suíça, ele e mais de 20 pregadores, além de centenas de soldados, foram mortos em 11 de outubro de 1531.

A teologia de Zwinglio saiu na frente da teologia de Lutero e de Calvino, o qual bebeu da fonte de Zwinglio para elaborar a sua própria. Defendia o reformador Lutero em vários pontos, porém discordava dele em outros. Em relação à Escritura, Zwinglio defendia a totalidade dela como texto inspirado, enquanto Lutero era mais seletivo, decidindo sobre alguns que não considerava canônicos. Lutero dizia haver o "cânon dentro do cânon", mas Zwinglio considerava a Bíblia inteira como Palavra de Deus.

Foi influenciado pela teologia de Agostinho quanto à providência de Deus, colocando a soberania de Deus acima de todas as coisas, do mesmo modo que pensaria Calvino mais tarde. Como tal, era monergista. Acreditava na predestinação dos ímpios para o inferno e na eleição dos salvos para o céu. Apresenta também fortes traços do supralapsarianismo em sua teologia. Tudo é preordenado por Deus, até mesmo os pecados. "A queda de Adão e de Eva foi preordenada e levada a efeito pelo poder providencial de Deus".[157] Deus pode mandar uma pessoa matar ou adulterar sem ser responsabilizado por isso, afinal, Ele não está sob lei, pelo contrário, isso traz honra sobre Ele. Esse modo exagerado e fatalista de tratar Deus, ainda que o propósito seja ressaltar a Sua soberania, sem dúvida, avilta o Seu amor e o Seu senso de justiça,

Ulrich Zwinglio

157. OLSON. 2001. p. 413.

Zwinglio dizia que Jesus não estava presente na Ceia do Senhor, pois Ele, sendo homem no céu, não é onipresente.

conforme Ele mesmo o transmite a nós como exigência de vida.

João Calvino, como veremos a seguir, defendeu o mesmo ponto de vista, mas evitou tratar o assunto na perspectiva supralapsarianista como fez Zwinglio.[158] Para ele, o pecado original é enfermidade herdada da corrupção, da depravação e da morte.

Concernente a outros temas como sacramento, Zwinglio também difere de Lutero. Ele não gosta do termo "sacramento", pois sacramento é meio da graça. As ordenanças (ceia e batismo) são símbolos ou cerimônias. As graças são concedidas pela fé, e não por meio de símbolos. Ele dizia: "quem, pois, seria tão ignorante a ponto de dizer que o símbolo é o objeto representado?"[159] Com respeito à ideia de transubstanciação da Igreja Católica, Lutero dizia que Jesus está presente nos elementos, mas eles não se tornam Seu corpo e Seu sangue. Contrário a Lutero, Zwinglio dizia que Jesus não estava presente na Ceia do Senhor, pois Ele, sendo homem no céu, não é onipresente, mesmo estando em corpo glorificado. Acusava Lutero da heresia do eutiquianismo, enquanto Lutero o acusava da heresia do nestorianismo.

Calvino

João Calvino nasceu em Noyon, na França, em 10 de julho de 1509, e faleceu em Genebra, em 27 de maio de 1564. Na esteira de Agostinho e de Zwinglio posteriormente, Calvino sistematizou a doutrina monergista da predestinação, entrando para a História como pioneiro de uma teologia controversa; ganhou as honras de herói, principalmente pelos defensores mais ardorosos e até mais calvinistas do que ele próprio. É claro que João Calvino prestou grande contribuição para a teologia da Reforma, deixando um grande legado, o qual ultrapassa o campo da teologia, estendendo-se também a outras áreas como a ética e a economia inclusive. Max Weber o intitula de "o pai do capitalismo".[160]

Além de Teologia, estudou também Direito e Filosofia em Orleans e Paris. Por volta de 1530, converteu-se ao protestantismo. Em decorrência de uma perseguição movida contra os cristãos em Paris, fugiu para Basileia, na Suíça, onde publicou sua

158. Tratamos desse assunto no capítulo sobre "Salvação" no terceiro volume desta coleção.

159. OLSON. 2001. p. 415.

160. Ainda assim, há controvérsias sobre o fato de Calvino ser ou não o pai do capitalismo.

famosa obra *As Institutas da Religião Cristã* em 1536. Morou posteriormente em Estrasburgo e, de lá, partiu para Genebra, onde permaneceu por 32 anos até morrer. Autodenominado "servo de Genebra", Calvino exerceu seu pastorado de forma austera, sendo respeitado e temido por todos da cidade apesar de ostentar o título de "servo". Considerava-se um fiel seguidor de Lutero.[161] Exaltava a Reforma, colocando-a, em grau de importância, acima do avivamento que é promovido pelo Espírito Santo.

> O avivamento é uma onda que varre a Igreja de tempos em tempos, despertando-a e tirando-a do marasmo. É a passagem da fé menor para a fé maior, da posse do Espírito para a plenitude do Espírito. A reforma é um banho muito mais amplo e completo do que aquilo que acontece em tempo de avivamento. A Reforma mexe com a estrutura, com dogmas, com a liturgia, com a doutrina, com as tradições, com a moralização, com a pregação, com os princípios e com a História e a vocação da Igreja.[162]

Quando se via pressionado pelos seus opositores, ameaçava deixar a cidade de Genebra, conseguindo, assim, vencer os confrontos. Excedia em moralidade, aplicando severos castigos aos delinquentes. Era intolerante com os bêbados, com os barulhentos e com os que se opunham a ele, banindo-os da cidade. Ao herege Miguel de Serveto – proibido de entrar na cidade porque apareceu em um culto um dia –, mandou que fosse degolado. Mas como aquele homem havia negado publicamente a Trindade, as autoridades da prefeitura decidiram queimá-lo. Esse era o ambiente de João Calvino.

João Calvino

Calvino tinha a glória de Deus como o ponto de partida da sua teologia. Todo o plano de Deus para o mundo

161. HÄGGLUND. 2014. p. 208.

162. Disponível em:<www.youtube.com/watch?v=CyBiOqM6g0k>.

e para o homem está relacionado diretamente à glória de Deus. A doutrina da providência de Deus está associada à ideia da glória de Deus: "tudo o que acontece é impelido pela vontade onipotente de Deus e por Sua ativa cooperação".[163] Calvino fez da soberania de Deus a grande premissa da sua teologia. Nada acontece por acaso: Deus é a causa suprema de tudo o que acontece. Por meio dos Seus decretos, Deus determina tudo o que vai acontecer no futuro. Até mesmo as coisas más acontecem por que Deus desejou que elas acontecessem, como por exemplo: a queda de Adão.

O carro chefe da doutrina de Calvino é a predestinação. Calvino fala em dupla predestinação, ou seja, Deus tanto predestinou uns para a salvação como predestinou outros para a perdição. Claro que não poderia ser diferente, pois a predestinação para a salvação implicaria, automaticamente, na predestinação para a perdição. Geralmente, os calvinistas moderados atribuem a segunda regra a Teodoro Beza, o sucessor de Calvino na direção do seminário de Genebra, uma vez que Beza parecia ser ainda mais radical do que Calvino.

> Chamamos predestinação o eterno decreto de Deus pelo qual houve por bem determinar o que acerca de cada homem quis que acontecesse. Pois ele não quis criar a todos em igual condição; ao contrário, preordenou a uns a vida eterna; a outros, a condenação eterna. Portanto, como cada um foi criado para um ou outro desses dois destinos, assim dizemos que um foi predestinado ou para a vida, ou para a morte.[164]

Não discutiremos aqui o que pensamos sobre Calvino e suas doutrinas. Esses assuntos são tratados no capítulo dedicado à doutrina da salvação; mas, por estas bases históricas do pensamento de Calvino e de seus predecessores, como Zwinglio e Agostinho, é possível sentir de antemão quanto o radicalismo desses homens, no intuito de engrandecer a soberania de Deus, sacrificam outros atributos Seus, como veremos a seguir.

Tanto a predestinação de uns para a salvação como a de outros para a perdição servem para glorificar a Deus, diz Calvino. Ao mesmo tempo em que Calvino diz estar ao lado de Lutero acerca da justificação pela fé, ele faz clara distinção entre os eleitos, asseverando que somente esses, com a sua fé para a justificação, terão direito à salvação.

Outra assertiva de Calvino é a de que Deus determina o futuro, que tudo o que ocorrerá nele é previamente estabelecido. Em mais essa necessidade de engrandecer a soberania de Deus, Calvino sacrifica a Sua onisciência. Deus somente conhece o futuro

---

163. HÄGGLUND. 2014. p. 208.

164. CALVINO, João. *As institutas da religião cristã*. São Paulo: Ed. Cultura Cristã, 2006. 3.21.4. p. 389.

porque Ele mesmo decide cada coisa que ocorrerá: tanto as boas como as ruins. Em suma, a vida toda é um filme que já foi gravado.

Diz Calvino:

> Ademais, transparecerá de notável exemplo como, pelo freio de sua providência, Deus verga todos os eventos para qualquer parte que o queira... É verdade que nem sempre se evidencia razão semelhante, mas, indubitavelmente, assim se deve entender que todas e quaisquer eventuações que se percebem no mundo provêm da operação secreta da mão de Deus. Todavia, o que Deus estatui certamente tem de acontecer, no entanto que não seja necessário, nem absolutamente, nem de sua própria natureza. Exemplo corriqueiro ocorre em relação aos ossos de Cristo. Uma vez que se revestiu de um corpo semelhante ao nosso, ninguém de são juízo negará que seus ossos fossem quebráveis. Contudo, era impossível que fossem quebrados. Do que vemos de novo que nas escolas, não sem propósito, foram inventadas as distinções referentes à necessidade relativa e à necessidade absoluta; de igual modo, da necessidade consequente e da consequência, quando Deus sujeitou os ossos do Filho à fragilidade, os quais eximira de fratura, e desse modo restringiu o que poderia acontecer naturalmente à necessidade de seu desígnio.[165]

Em outras palavras, quando um profeta vaticina algum acontecimento, não o faz por que Deus, na Sua onisciência, enxerga antecipadamente o futuro, mas por que Deus já o determinou segundo a Sua vontade. Quando Jesus diz: "Nem todo o que me diz: Senhor, Senhor! entrará no Reino dos céus, mas aquele que faz a vontade de meu Pai, que está nos céus" (Mt 7.21), o próprio Deus (que reivindica dos homens que cumpram a Sua vontade) decidiu que alguns não a cumpram; desse modo, os que não fazem a vontade dele, não podem mesmo fazê-la, pois a Sua vontade é que esta não seja feita. Assim, aquele que não faz a vontade divina (e por essa razão não entrará no reino dos céus) não a faz por que essa é a vontade do próprio Deus. Isso não seria colocar Deus em contradição?

Outra situação bastante contraditória é a que diz respeito à onipresença de Cristo. Calvino diverge de Zwinglio e de Lutero quanto à Ceia do Senhor. Lutero crê na consubstanciação: que através do pão e do vinho, Jesus se faz presente no ato da Ceia. Mas, tanto Calvino como Zwinglio não acreditam que Jesus possa estar em outro lugar que não seja no céu, visto que ele é humano e, portanto, não é onipresente: "assim julgamos ser absolutamente absurdo trazê-lo de volta sob esses elementos corruptíveis ou ima-

165. CALVINO, João. *As institutas da religião cristã*. São Paulo: Ed. Cultura Cristã, 2006. I,25. p. 210.

giná-lo por toda parte presente".[166] Mas há contradição em Calvino neste particular, como explica Olson: "Entretanto, conta Zwinglio, e, como Lutero, Calvino afirmava a presença real de Cristo *corporeamente* no Sacramento da ceia do Senhor:

> Pois, com que propósito o Senhor te depositaria à mão o símbolo de seu corpo, senão para que mais te convença de sua verdadeira participação? Ora, pois, se um verdadeiro sinal visível nos é oferecido para selar a dádiva de uma coisa invisível, uma vez recebido o símbolo do corpo, não tenhamos menos confiança de que certamente ele também nos dará seu próprio corpo.[167]

Olson prossegue: "Sua solução para essa contradição aparente era que o Espírito Santo, de modo místico e espiritual, aproxima o corpo de Cristo e o crente fiel mediante os símbolos do pão e do vinho na ceia do Senhor: 'Para nós, o método (da presença real) é espiritual, porque o poder secreto do Espírito é o elo da nossa união com Cristo'".[168] Para explicar a presença de Cristo na Ceia, portanto, optou pelo Espírito Santo, o qual se faz presente de modo místico na celebração da Ceia do Senhor. É estranho pensar que com a Sua humanização, a deidade de Jesus foi diminuída. Ele não é onipresente. Desse modo, além de sacrificar mais atributo divino, Calvino nega também a própria promessa feita por Jesus, que diz: "Eis que eu estou convosco todos os dias, até à consumação dos séculos" (Mt 28.20) ou ainda: "Porque onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles" (Mt 18.20).

Com a sua teologia, João Calvino influenciou a Europa, principalmente a França, a Suíça e a Holanda. As denominações reformadas, dentre as quais encontra-se o presbiterianismo, seguem a teologia de Calvino.

Jacob Armínio

O teólogo Jacob Armínio nasceu em Oudewater, Holanda, em 1560, e morreu em 1609. Depois de concluir seus estudos na Universidade de Leiden, em Genebra e em outros lugares, foi ordenado em 1588. Foi aluno de Teodoro Beza, o qual foi discípulo e sucessor de João Calvino, fundador e diretor da Universidade.

Armínio é um teólogo pouco conhecido no Brasil. As suas obras e até mesmo obras que falam dele estão escritas na língua inglesa – sendo acessíveis a uma parcela muito pequena de pessoas que sabem inglês – e são procuradas por pessoas interessadas em conhecer esse grande herói da teologia, contra quem se tem praticado muitas

166. CALVINO, João. *As institutas da religião cristã*. São Paulo: Ed. Cultura Cristã, 2006. 4.17.12. p. 353.

167. Ibidem. 4.17.10. p. 352.

168. OLSON. 2001. p. 422.

Universidade de Leiden

injustiças nos meios acadêmicos cristãos. Armínio escreveu em latim e holandês. Algumas dessas obras, originalmente escritas em latim, foram traduzidas para o holandês, mas não todas. Felizmente, agora começaram a ser publicadas em português suas obras, bem como outras que falam dele.

Armínio perdeu o pai, Harmen Jacobsz, um fabricante de armas, quando ainda era bebê. A mãe de Armínio, Engeltje, juntamente com seus irmãos, foram mortos no massacre de Oudewater no ano de 1575, quando Armínio tinha aproximadamente 15 anos de idade, deixando o adolescente que cresceu órfão de pai privado de todos os seus familiares imediatos. Armínio foi criado pelo padre Theodore Aemilius, que deu a ele uma sólida formação escolar, até que faleceu por volta de 1574-1575. Naquele tempo, Armínio foi aceito na Universidade.

Em 1603, ele foi chamado de volta à Universidade de Leiden para ensinar teologia. Com sua chegada a Leiden, iniciou-se um período de debate com o também professor daquela Universidade, Franciscus Gomarus, que o acusava de heterodoxia. Gomarus, um calvinista fervoroso, foi descrito como "um estudioso medíocre"; era um refugiado flamengo que trabalhava em Leiden desde 1594. A discussão entre eles girou em torno do supralaspasianismo. A discussão foi parar na corte de Haia, onde decidiram que ambos se entendessem, pois as diferenças entre os dois se davam em pontos pequenos, de modo que poderiam conviver. Mas a polaridade de ideias rendeu grandes inimigos para Armínio, que não escondia seu descontentamento e sua desconfiança com a doutrina de Calvino.

Armínio se propôs a reformar o calvinismo, criando um movimento que foi chamado de Arminianismo; os seus primeiros seguidores foram chamados de Remons-

Jacob Armínio

trantes, devido ao fato de que, em 1610, criaram um documento chamado "Remonstrance" no qual listavam cinco itens contrários ao calvinismo.

Armínio defendia a graça preventiva, conferida a todos pelo Espírito Santo, oferecendo igual oportunidade aos homens para receberem a salvação pela fé, desde que se disponham a crer em Cristo. A graça é gratuita e não obtida pelo esforço humano; ao contrário de Calvino, que defendia a graça irresistível, que é imposta a todos os que são predestinados para a salvação.

O arminianismo é considerado o oposto do calvinismo, ficando subentendido que, quem não segue a linha teológica de Calvino, segue automaticamente a linha de Armínio, mesmo sem saber. A razão dessas duas opções não implica exatamente em escolha voluntária: ou este ou aquele. Trata-se de um resultado quase que óbvio, em que não há meio termo entre crer ou não crer no livre-arbítrio; crer ou não crer na predestinação; é possível a um salvo perder a salvação ou não é possível a um salvo perder a salvação. Assim, seguem as duas correntes polarizadas como os lados extremos de uma gangorra: ou assenta-se em um lado ou em outro; em um deles, o peso será maior, fazendo-a pender.

As ideias de Armínio provocaram reação extremamente antagônica nos calvinistas, a ponto de levarem a discussão às últimas consequências. O próprio governo da Holanda envolveu-se na controvérsia, pendendo para o lado calvinista e condenando os remonstrantes ao exílio no Sínodo de Dort, realizado entre 1618 e 1619. Como se não bastassem os atos de injustiça cometidos contra os remonstrantes, no decorrer da história da Igreja, os calvinistas ainda apelidaram os arminianos de pelagianos. Até hoje, muitos calvinistas pensam que, de fato, Armínio e arminianos são pelagianos ou, pelo menos, semipelagianos, o que não é verdade. Armínio jamais aceitou que a salvação se dê por outro meio que não seja pela graça, mediante a fé em Cristo Jesus,

bem como que a salvação seja proveniente da vontade humana, sem que tenha como ponto de partida a ação divina.

Depois do Sínodo de Dort (1618-1619), quando os Remonstrantes compareceram e foram julgados, a doutrina de Armínio se tornou conhecida. Editores em Leiden (1629) e em Frankfurt, entre 1631 e 1635, publicaram as obras de Armínio em latim. Os remonstrantes foram perseguidos na Holanda. A doutrina arminiana da graça preventiva ganhou força com John Wesley, de quem se originou a Igreja Metodista, e estendeu-se pelo movimento de santidade, também conhecido como "Holiness"; até hoje, representa maior expressão no mundo evangélico pelas igrejas pentecostais e por muitas denominações históricas.

Os anabatistas

Os anabatistas ("rebatizadores"; do grego ανα, "novamente" + βαπτιζω, "baptizar") são chamados de "ala radical da Reforma Protestante". Havia vários grupos anabatistas, e não uma denominação ou um grupo exclusivo, sendo formados de diversos grupos chamados de "anabatistas", com crenças e práticas diferentes e divergentes tanto da Igreja Católica como do protestantismo, que continuavam a batizar crianças do mesmo modo como a Igreja Católica Romana. Fundaram sua igreja em 21 de janeiro de 1525 em uma cidade próxima a Zurique, na Suíça. Devido a perseguições movidas por Zwinglio, fugiram para o sul da Alemanha, no Vale do Reno, Caríntia e Países Baixos.

Os anabatistas batizavam apenas pessoas na idade adulta, rebatizando todos os seus prosélitos que já tinham sido batizados na infância, pois o verdadeiro batismo só tem valor quando as pessoas se convertem conscientemente a Cristo. Desta forma, os anabatistas desconsideravam tanto o batismo católico como o batismo dos protestantes luteranos, dos reformados e dos anglicanos.

Os anabatistas ansiavam por uma reforma mais radical e completa para a Igreja. Eles se insurgiram contra Lutero e contra os demais teólogos da Reforma, por considerar, de certa forma, fraca a sua atuação em relação aos dogmas

A doutrina arminiana da graça preventiva ganhou força com John Wesley e, até hoje, representa maior expressão no mundo evangélico pelas igrejas pentecostais e por muitas denominações históricas.

da Igreja vigente. Contrariavam o batismo infantil, visto que o batismo é uma prática consciente e criança não tem compreensão da fé para ser batizada, e também por não ser bíblico.

A origem dos anabatistas remonta ao segundo século, quando Montano[169] e as igrejas da Ásia Menor resolveram rebatizar membros vindos de igrejas erradas. Então, pela primeira vez, uma igreja foi conhecida como "anabatista". O apelido lhes fora dado em 225 d.C. pelo bispo romano Estevão I, no Segundo Concílio de Cartago, quando 87 bispos, sob a direção de Cipriano de Cartago, decidiram rebatizar os adeptos do novacianismo; porém, o bispo de Roma combateu o batismo feito por grupos cismáticos. Portanto, os primeiros cristãos a praticarem o rebatismo foram os montanistas e os novacianos até o quarto século.[170] Outros grupos de anabatistas foram os donatistas,[171] na África, até o século 10; os bogomilos, nos Balcãs, os bulgarianos, no nono século e ainda outros. Esses grupos não aceitavam os sacramentos da Igreja Católica e não aceitavam o batismo infantil.

O anabatismo moderno ressurgiu na época da Reforma, no século 16, baseado na doutrina da justificação pela fé e no sacerdócio universal, ambos carros-chefes da Reforma. Tanto Lutero como Zwinglio mantiveram o batismo infantil com base na tradição, bem como a vinculação da Igreja ao Estado. Com base na decisão do Concílio de Cartago sobre o rebatismo, Zwinglio excomungou os anabatistas e moveu perseguição contra eles.

Ninguém pode acusá-los de heresia, pelo contrário, temos de admitir que o trabalho da Reforma, ainda que tenha sido grande, não foi completo. Muitas práticas, completamente fora do padrão bíblico, foram toleradas e mantidas, como ainda hoje se constata entre as Igrejas Reformadas. Os anabatistas não eram uma facção do cristianismo nem mesmo um movimento fanático, eles apenas reivindicavam o padrão bíblico para a igreja.

O pietismo

O pietismo é um movimento que surgiu no final do século 17, a partir de uma oposição feita à ortodoxia luterana; teve seu auge entre 1650 e 1800. O pioneiro desse movimento foi Philip Jacob Spener (1635-1705). Sua ênfase estava na troca dos credos e das confissões pela conversão pessoal, santificação, experiência religiosa, com maior expressão das emoções, renúncia ao mundo e fraternidade universal dos crentes.

---

169. Montanismo - movimento místico que foi dado principalmente às profecias, foi fundado por volta de 156 d.C.

170. Novaciano era um padre romano que, em 251 d.C., opôs-se à eleição do papa Cornélio, que se seguiu ao martírio do papa Fabiano.

171. Donatistas - movimento de Donato de Casa Nigra, bispo da Numídia considerado herético; posteriormente, tornou-se bispo de Cartago. Teve início no quarto século e foi extinto no final do sétimo século. Foi influenciado pelas teologias de Cipriano, Montano e Tertuliano.

O pietismo influenciou o surgimento do metodismo, o movimento de santidade, o evangelicalismo, o pentecostalismo, bem como o neopentecostalismo e os grupos carismáticos. Refletiu-se também, por outro lado, na teologia liberal de Friedrich Schelirmacher e na filosofia de Immanuel Kant.

Influenciado pelos seus professores, Sebastian Schmidt, o valdense Antonie Leger e o jesuíta Jean de Labadie, Spener almejou uma reforma moral e religiosa no luteranismo, primando por um cristianismo prático e menos dado a discussões teológicas. Em 1675, publicou um livro chamado *Pia desideria*, "Desejos pios para a Reforma da verdadeira Igreja evangélica", conforme traduzido em Português. Do nome do livro, nasceu o termo "pietistas", como um manifesto para a renovação da Igreja.

O livro trouxe grande incômodo aos pastores e teólogos luteranos; mesmo assim, suas reivindicações foram aceitas e muito bem justificadas. Boa parte dos pastores adotaram as propostas de Spener. Mas, uma linha mais radical do pietismo, influenciada por Jacob Boehme, tornou-se independente, formando suas próprias congregações. Esses continuavam a criticar as noções luteranas de expiação, sacramentos e até mesmo a autoridade das Escrituras. Sua proposta era:

1. Sério e profundo estudo da Bíblia em reuniões privadas em *ecclesiolae ecclesia* (igrejas dentro da Igreja);
2. O sacerdócio universal devia ser praticado através da admoestação mútua das almas;
3. O conhecimento do cristianismo deve ser alcançado através da prática;
4. Em vez de ataques aos incrédulos e heterodoxos, um tratamento simpático e gentil a eles;
5. Uma reorganização da formação teológica nas universidades, dando maior destaque à vida devocional;
6. Um estilo diferente de pregação, ou seja, no lugar de retórica agradável, a implantação do cristianismo, do interior ou novo homem, que é a alma da fé, devendo trazer frutos para a vida.[172]

Spener separava o conhecimento físico do espiritual, contrastando-os. No físico, é possível chegar à doutrina da fé, sem o auxílio do Espírito Santo, como conhecimento externo; mas, no espiritual é possível ter a iluminação do Espírito, após a experiência do novo nascimento. A fé não é mero conhecimento e confiança: mais do que isso, a fé é, ao mesmo tempo, um poder vivo que nasce da verdadeira experiência da renovação.[173]

O pietismo enfatizava tanto a necessidade do novo nascimento como de uma vida santificada como testemunho da verdadeira fé. A santificação se expressava pela atitude de morrer para o mundo e para os prazeres mundanos; embora Spener não acreditasse que todos os cristãos conseguissem viver uma vida perfeita neste mundo; porém, outros conseguiriam libertar-se de todos os pecados intencionais.

---

172. Disponível em:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Pietismo>.

173. HÄGGLUND. 2014. p. 261.

O puritanismo

O puritanismo foi um movimento de confissão calvinista que surgiu na Inglaterra no século 17. Os puritanos tentaram purificar[174] a Igreja Anglicana, da rainha Elizabete I, tirando dela os resíduos do catolicismo romano, eliminando o ritualismo e a organização episcopal, típicos da Igreja Romana, tornando a sua liturgia mais próxima do calvinismo. Foram influenciados por Calvino, pelo seu sucessor Teodoro Beza e pelo reformador da Escócia John Knox, o fundador da Igreja Presbiteriana.

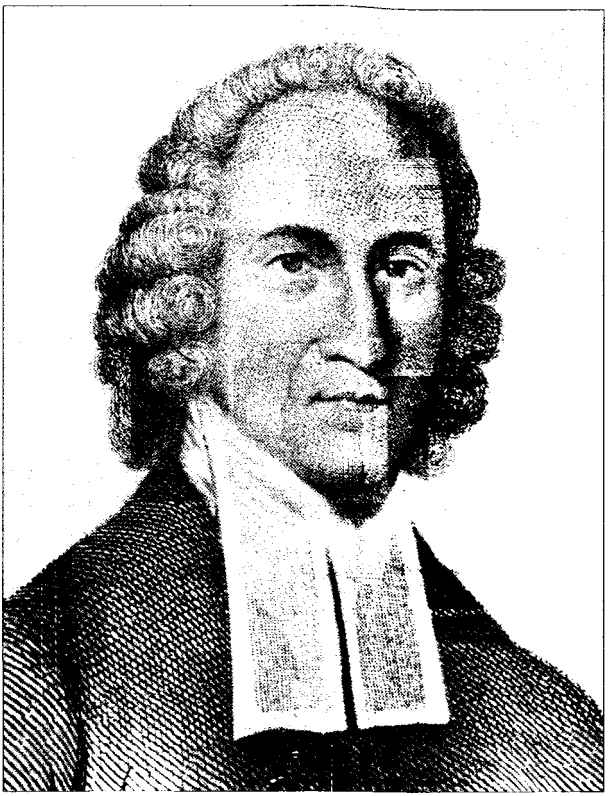
Casal de puritanos a caminho da igreja, carregando uma arma e uma Bíblia

Perseguidos na Inglaterra em 1630, muitos fugiram para a Nova Inglaterra, nos Estados Unidos da América do Norte, em Massachusetts. O puritanismo tentou transformar a Igreja e a Inglaterra em uma república calvinista, segundo o modelo da Igreja nacional da Escócia, mas foram suprimidos e, na Nova Inglaterra, conseguiram, de certa forma, plantar esse ideal em um lugar onde teriam um novo começo e a oportunidade de edificar o reino de Deus.

Antes disso, os ministros puritanos convocaram uma assembleia nacional de ministros e teólogos, na abadia de Westminster, na qual 151 líderes foram designados a formar um sínodo para estabelecer as bases da igreja reformada nacional da Inglaterra, nos moldes da Igreja nacional da Escócia. O resultado foi a Confissão de fé de Westminster. Além da Confissão, criaram dois catecismos: o Maior e o Menor de Westminster.

174. Essa é a razão do nome "puritanos".

Jonathan Edwards



Os puritanos que não partiram para a América do Norte acabaram dominando o parlamento inglês. Depuseram o rei Carlos I e o decapitaram. Estabeleceram uma república puritana, tendo como governador Oliver Cromwell. Essa república durou somente enquanto Cromwell esteve vivo. Assim que morreu, a monarquia se restabeleceu, oferecendo liberdade religiosa aos dissidentes e não conformistas.

Nem todos aderiram à diáspora. Parte dos que ficaram acabaram divindo-se em várias denominações, tornando-se presbiterianos, congregacionais e batistas. Entre os anos 1730 e 1740 os puritanos enfraqueceram-se nos Estados Unidos. As igrejas puritanas já formavam assembleias mistas em que incrédulos se misturavam aos crentes, contrariando os antigos princípios do movimento. Jonathan Edwards tentava combater essa mistura pela pregação com ênfase no calvinismo, mas não obteve muito sucesso neste sentido.

Jonathan Edwards, considerado o príncipe dos puritanos, foi um notável pregador. Escreveu mais de 600 sermões, dos quais um tornou-se provavelmente o mais famoso da história do cristianismo. Foi o sermão intitulado: "Pecadores nas mãos de um Deus irado". Edwards destacava-se também por sua intelectualidade. Pastoreou a congregação de Northampton, que herdara do avô Salomão Stoddard, mas foi expulso pelo conselho da igreja em 1750 por defender tratamento equitativo aos índios e por proibir a comunhão aos frequentadores não convertidos da igreja.[175]

De acordo com a unidade elizabetana, a recomendação na Inglaterra era a de expurgar os incrédulos da congregação a fim de que mantivessem uma igreja pura. Neste caso, fizeram a distinção entre os membros plenos e os membros que não deviam ser

175. OLSON. 2001. p. 517

Os puritanos separatistas que adotaram o batismo dos crentes ficaram conhecidos como Batistas e cresceram muito na América do Norte.

considerados plenos. Estes podiam ter licença para frequentar a igreja, sem, no entanto, serem admitidos plenamente. Mas, na Inglaterra, estavam acomodados. Bastava ser batizado na infância e ser correto para ser membro pleno.

Os puritanos fiéis, inconformados com essa postura, questionavam sobre quem deveria ficar dentro e quem deveria ser lançado no mundo. A solução apresentada e aceita pela maioria foi a do batismo dos crentes. Assim, os puritanos separatistas que adotaram o batismo dos crentes ficaram conhecidos como Batistas e cresceram muito na América do Norte.

Outra questão levantada entre os puritanos calvinistas foi a do pacto da graça. Como explicar a soberania de Deus na predestinação, se os seres humanos devem se esforçar para alcançar a salvação e a santificação – que são sinais da graça –, como os crentes podem ter certeza da sua eleição? A primeira aliança entre Deus e o homem foi a das obras, no jardim do Éden, e o homem a quebrou; por isso a posterirade de Adão sofreu suas consequências. Se, de acordo com a doutrina calvinista, o pacto da graça é tanto condicional como absoluto, então os que se convertem demonstram sinais da graça em suas vidas diárias? "Por quê? – pergunta Roger Olson – Porque Deus se comprometeu pelo pacto da graça a dar-lhes a salvação. Mas como esse conceito evita o arminianismo ou até mesmo o pelagianismo, as duas 'heresias' mais odiadas dos puritanos?".[176] Sem dúvida, a teologia do pacto é contraditória e, mesmo admitindo o paradoxo, os puritanos preferem não mexer nela.

Quanto à ética, os puritanos formavam um grupo religioso altamente intolerante, rigoroso na forma estranha de homens e mulheres se vestirem; queimando e enforcando mulheres acusadas de bruxaria, prendendo pessoas em troncos por causa de atos de desobediênica às regras religiosas e oprimindo os índios norte-americanos. Enfatizavam também a necessidade do trabalho árduo, da vida de sobriedade e extrema honestidade.

Os principais pontos da ética puritana eram:

1. A peregrinação e o conflito.[177]
2. O trabalho árduo. O ócio é pecado e dá margem aos vícios.

176. OLSON. 2001. p. 514.

177. Champlin chama a nossa atenção para a obra *O Peregrino*, de John Bunyan.

3. Educação e cultura, exceto algumas artes como certas pinturas, teatro etc.
4. O descanso dominical e a família. Domingo é o sábado cristão. O pai de cada família, como sumo sacerdote do lar, dirigia o culto doméstico e dava instruções sobre o caráter cristão.
5. A Bíblia. A leitura e os estudos diários faziam parte da vida de cada um.
6. Vida comunal e o senso de responsabilidade. Ninguém podia viver só para si mesmo.
7. A igreja local era o centro da vida e das atividades comunitárias.
8. O legalismo era a grande marca na ética puritana.[178]

O famoso pregador Jonathan Edwards foi considerado o "Príncipe dos Puritanos". Foi o último e o maior dos teólogos puritanos. Ele faleceu um mês depois de ter assumido a presidência da Universidade de Princenton em 1758.

John Wesley e o metodismo

Outros nomes destacados na História foram John Wesley e seu irmão Charles Wesley. Enquanto o puritanismo na Inglaterra marchava para um cristianismo frio e racionalista, John Wesley estava disposto a reavivar o espírito evangélico na Inglaterra sem pôr ênfase na teologia reformada.

John Wesley nasceu em Epworth, na Inglaterra, em 1703. Filho de Samuel e Susanna Wesley, foi criado em uma família de 16 irmãos. Há um episódio ocorrido na sua infância que é lembrado por todos os biógrafos de Wesley e que deu a ele a alcunha de "tição tirado do fogo"[179]. É que ele foi jogado pela janela da casa enquanto essa incendiava. Preparou-se na Universidade

John Wesley

178. CHAMPLIN; BENTES. 1999. v. 5. p. 515.

179. Amós 4.11; Zacarias 3.2.

de Oxford para pastorear na Inglaterra. Ele e seu irmão Charles formaram o "Clube Santo". Esse clube tinha feição pietista. Por causa disso, os seus críticos os chamaram de "metodistas". Curiosamente, os pentecostais receberam pejorativamente essa alcunha (pentecostais) dos tradicionais também, do mesmo modo que os crentes foram chamados pejorativamente de "cristãos" em Antioquia (At 11.26). Nos três casos, o apelido foi bem aceito e não discutido.

John Wesley era arminiano, justamente em uma época em que o calvinismo era aceito e disseminado por toda parte pelos teólogos e pregadores. Entre eles, encontrava-se o evangelista George Whitefield, amigo de Wesley. Whitefield considerava o arminianismo uma heresia. Além do arminianismo, Wesley enfatizava a perfeição cristã. Ele pregava que o crente, uma vez batizado com o Espírito Santo, alcançava a inteira santificação – ou "perfeição cristã", como ele a chamava. O batismo com o Espírito Santo, para John Wesley, não significava o mesmo para os pentecostais. Ele identificava o batismo com o Espírito Santo com o "fogo" mencionado por João Batista: "ele vos batizará com o Espírito Santo e com fogo" (Mt 3.11). Para Wesley, esse fogo é o da purificação.

A doutrina da "perfeição cristã" rendeu a Wesley duras críticas. Ele foi acusado de negar a doutrina da justificação pela graça (mediante a fé) adotada por todos os protestantes; também foi criticado por combinar tal doutrina com o sinergismo e, ainda, por enfatizar a regeneração e a santificação mais do que a justificação. Pendia para o pietismo, concordando com Francke Zinzendorf e outros cristãos que eram chamados de "cristãos do coração"; entretanto, concordava com os puritanos calvinistas sobre o batismo infantil, ao contrário dos anabatistas e dos batistas; mas, Wesley entendia o batismo como "graça preveniente" e resistível, enquanto os calvinistas acreditavam na graça irresistível (quem é predestinado há de ser salvo e não há como não ser).

Por ser arminiano e pietista ao mesmo tempo, defendia a necessidade de uma "experiência transformadora com Deus" para alguém se tornar verdadeiramente cristão, e defendia que o sacramentalismo, o confessionalismo e o racionalismo religioso perdiam para a piedade, que resulta da verdadeira conversão. Nesse sentido, o calvinista Jonathan Edwards e John Wesley concordavam.

O Iluminismo

O Iluminismo trouxe consigo profunda alteração na atividade teológica. Conhecido como o "século das luzes", o Iluminismo foi um movimento cultural da elite intelectual europeia do século 18. A proposta do Iluminismo era promover mudança racional a fim de reformar a sociedade das tradições herdadas do período medieval.

Antes, o mundo concentrava tudo em Deus, a razão primeira de todas as coisas; no Iluminismo, os olhos dos homens estavam postos no mundo material com toda a sua diversidade.

Encontrou suas raízes no humanismo da renascença[180], no socianismo[181] e no deísmo[182] da Inglaterra do século 17.

Não se sabe precisar exatamente o ano do seu início. Alguns dizem que foi em 1650; outros dizem que foi em 1700. O Iluminismo estendeu-se até o final dos anos 1700. Esse movimento insurgiu-se contra a intolerância religiosa da Igreja e também foi contra o Estado. O Iluminismo substituiu o conceito aristotélico de formas substanciais pelo conceito empírico e atomista de realidade. Antes, o mundo concentrava tudo em Deus, a razão primeira de todas as coisas; no Iluminismo, os olhos dos homens estavam postos no mundo material com toda a sua diversidade. O Iluminismo trouxe consigo um novo conceito de educação, liberta da teologia e da metafísica escolástica. A erudição, a religião e a moral, a lei e a política podiam ser fundamentados em princípios racionais e específicos a todos os homens e em todas as épocas.[183]

As ciências naturais começaram a aplicar o método mecânico, matemático e empírico.[184] As observações de Nicolau Copérnico sobre o sistema solar no século 16 foram finalmente aceitas no século 18. Na segunda metade desse século, falava-se em neologia ou teologia racionalista entre os teólogos protestantes alemães. Surgiu uma religião natural comum a todos os homens, independente da Revelação. Jesus passou a ser visto como um mestre sábio, dotado de bom exemplo e virtude.

A teologia tornou-se, de certa forma, dependente da filosofia e do pensamento racionalista. Antes, a razão estava sujeita ao testemunho da Escritura; agora, por se

180. Humanismo renascentista - foi um movimento intelectual desenvolvido na Europa durante o Renascentismo, entre os séculos 14 e 16. Na procura de fontes autênticas antigas, expressa na frase latina *ad fontes*, os humanistas desenvolveram a filologia, atribuindo um papel central ao estudo das línguas e da literatura. Defenderam a educação, promovendo a reforma de universidades e a criação de colégios por toda a Europa.

181. Socianismo - movimento fundado por Fausto Socino. Negava a doutrina da Trindade, alegando que há um só Deus e que Jesus de Nazaré é apenas um homem.

182. Deísmo - movimento filosófico que tem suas raízes em Aristóteles e floresceu no Iluminismo. Acredita que Deus criou o mundo, estabeleceu leis e afastou-se dele.

183. HÄGGLUND. 2014. p. 268.

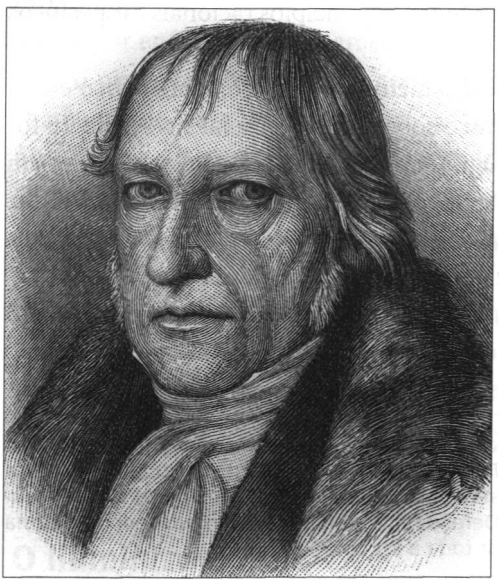
184. Método empírico - relacionado àquilo que é experimental.

Immanuel Kant

acreditar que a razão e a Revelação estavam em perfeita harmonia, a Revelação era justificada pelo tribunal da razão.

Kant

Immanuel Kant foi o filósofo de grande destaque no Iluminismo, talvez o mais destacado deles. Ele nasceu em Konigsberg, na Prússia, em 1724. Viveu em sua cidade até a morte em 1804, sem nunca sair de lá. Kant dizia que o propósito principal da religião é fornecer à sociedade fundamentos morais e instrução. Reduziu, portanto, a religião ao âmbito ético e desvalorizou a teologia natural e a teologia revelada. Defendia a ética sem dogma. Era isso que os iluministas do século 19 procuravam em uma religião moderna, mesmo mantendo a crença em Deus e na imortalidade da alma.



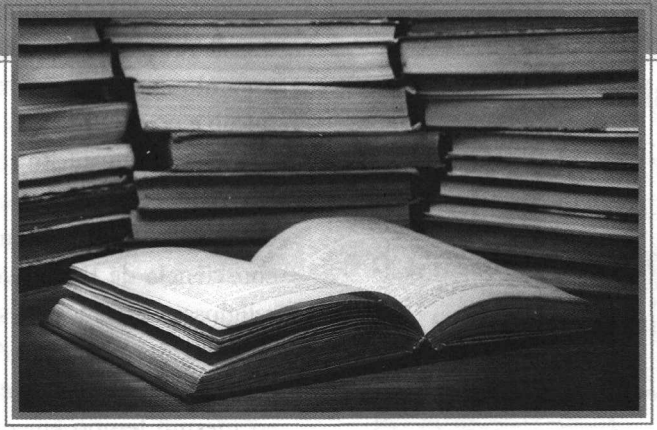
Georg Wilhelm Friedrich Hegel

Hegel

Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) foi outro filósofo também famoso. Para Hegel, Deus evoluiu com a História. Uma das suas afirmações famosas foi: "Sem o mundo, Deus não seria Deus". Hegel quis criar um "Deus que marcha em direção ao fim da História, em um estado de perfeição cultural utópica".[185] Do mesmo modo que a escola de Alexandria no segundo século formava filósofos para discutir teologia, o Iluminismo substituiu a teologia revelada nas Escrituras pela razão filosófica, tendo a presunção de exercer o papel daquela em questões referentes a Deus.

185. OLSON. 2001. p. 557.

A TEOLOGIA DO SÉCULO 20



Logo no início do século 20, um novo pensar teológico invadia o mundo cristão, trazendo entusiasmo a alguns e perturbação à Igreja de modo geral. Era o liberalismo teológico, também conhecido como teologia moderna. A proposta do liberalismo consistia em abandonar o pensamento ortodoxo tradicional e substituir o pensamento cristão por novas bases filosóficas e científicas, visando um mundo melhor para todos.

O liberalismo teológico

O liberalismo teológico nasceu com Friedrich Daniel Ernst Schleiermacher, nascido na Prússia, em 1768; suas origens estão no Iluminismo. Friedrich Schleiermacher foi teólogo e filósofo contemporâneo de Johann Fichte, Friedrich Schelling, Friedrich Krause, e Friedrich Hegel. Uniu-se ao círculo dos românticos, colaborando com o Athenaeum. Posteriormente, ensinou Teologia em Halles e, a partir de 1810, em Berlim. Foi nomeado pregador da corte, depois, foi professor de Teologia e Filosofia. Para Schleiermacher, a religião é a relação do homem com a "Totalidade" (com o "Todo"). A "Totalidade" e o "Todo" relacionam-se também com a metafísica e a moral. A religião, no entanto, não é pensamento nem atividade moral. É intuição e sentimento do infinito e, como tal, possui fisionomia bem precisa, que se distingue tanto da metafísica

Logo no início do século 20, um novo pensar teológico invadia o mundo cristão, trazendo entusiasmo a alguns e perturbação à Igreja de modo geral. Era o liberalismo teológico.

como da ética. A religião não aspira a conhecer e a explicar o universo em sua natureza como a metafísica, nem aspira a continuar o seu desenvolvimento e a aperfeiçoá-lo através da liberdade e da vontade divina do homem, como a moral. A sua essência não está no pensamento nem na ação, mas, sim, na intuição e no sentimento.

Com seu espírito romântico, Schleiermacher procurou uma forma de demonstrar que o ser humano tem uma consciência de Deus, e que há formas religiosas específicas dessa consciência nas religiões positivas. Aceitava as Escrituras e tinha grande estima por elas, ao mesmo tempo em que não aceitava sua inspiração sobrenatural; e ainda, considerava que a experiência religiosa tinha mais autoridade do que elas. Para o cristão ter consciência de Deus, precisa olhar tudo o que acontece na natureza e observar a atividade de Deus na História. Não aceitava a dupla natureza de Jesus – humana e divina – antes, dizia que Jesus tinha uma profunda consciência de quem era Deus, e, devido a essa consciência, tornou-se Salvador do mundo, pois Ele conseguiu transmitir essa consciência aos outros. O liberalismo tinha uma perspectiva elevada do homem e acalentava a esperança de que o Reino de Deus poderia ser implantado nesse mundo mediante os novos conhecimentos científicos e tecnológicos trazidos pelo Iluminismo. Com o advento da Primeira Guerra Mundial, os sonhos do liberalismo caíram por terra.

Reagindo ao liberalismo, nasceu o fundamentalismo, reivindicando o tradicionalismo ortodoxo, acusando o modernismo teológico de ser "outra religião", de ser "unitarismo disfarçado, mais racionalista e humanista do que cristianismo", além de ser cético e materialista.[186] O fundamentalismo trabalhou com maior ênfase a inerrância das Escrituras. Os fundamentalistas trabalharam arduamente para banir as influências do liberalismo e do modernismo das igrejas, voltando à ortodoxia protestante.

Outra forte resposta ao liberalismo foi dada pela neo-ortodoxia. Os teólogos neo-ortodoxos buscavam suas raízes em Lutero. Os que mais se destacaram foram o norte americano H. Richard Niebuhr, Emil Brunner e o europeu Karl Barth; porém, nenhum deles foi mais expressivo do que Barth. Falaremos deste mais adiante.

186. OLSON. 2001. p. 548.

O existencialismo cristão de Søren Kierkegaard

Estátua de Søren Kierkegaard

Søren Kierkegaard nasceu em uma família rica de Copenhague em 5 de maio de 1813. A sua mãe, Ane Sørensdatter Lund Kierkegaard, tinha servido como criada em uma casa da família antes de se casar com o pai de Søren, Michael Pedersen Kierkegaard. O pai entendeu como manifestação da ira de Deus o terremoto em 9 de maio de 1838, pois havia dito que nenhum dos seus filhos iria sobreviver mais do que ele, e por amaldiçoar o nome de Deus muitas vezes na juventude, e por engravidar a mãe de Søren antes do casamento. O casal teve sete filhos, mas cinco morreram precocemente. Kierkegaard e seu irmão Peter, sete anos mais velho do que ele, o qual se tornou bispo em Aalborg, presenciaram a morte do pai. Kierkegaard faleceu em 11 de novembro de 1855 na mesma cidade em que nasceu.

Frequentou a "Escola de Virtude Cívica", onde estudou Latim, História e outras disciplinas. Em 1830, foi estudar teologia na Universidade de Copenhague, mas, enquanto estudava, voltou a sua atenção mais para a filosofia e literatura. Tornou-se filósofo e teólogo. Apesar da formação teológica, nunca exerceu função pastoral. Notabilizou-se através dos seus escritos, sobretudo das suas críticas veementes ao romantismo hegeliano. Interessou-se pelo cristianismo verdadeiro. Deteve-se a observar a forma de cristianismo dos seus dias, chegando a acusá-lo de "traidor ao cristianismo original". Se alguém quisesse ser cristão deveria romper completamente com a igreja existente.[187]

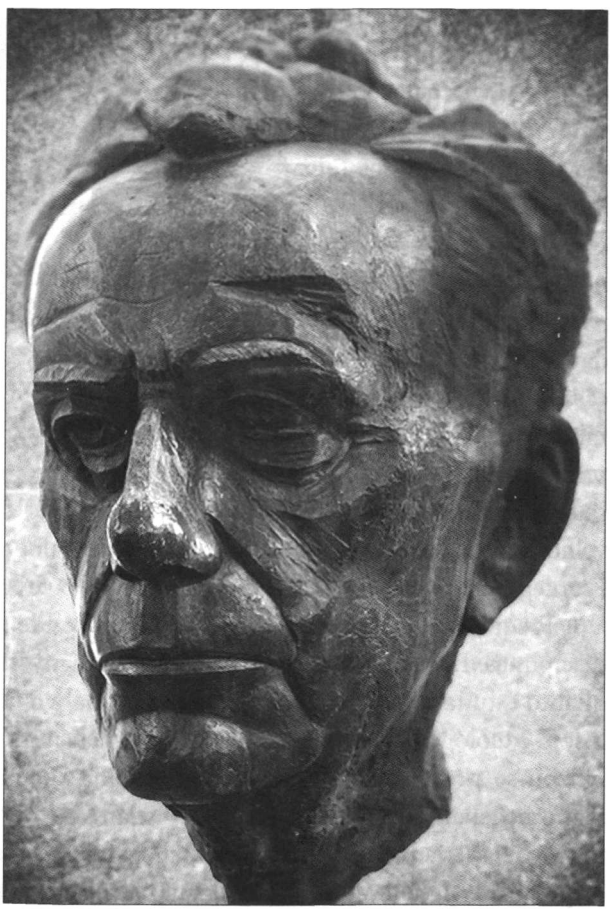
187. HÄGGLUND. 2014. p. 287.

Seu entendimento sobre "existência" divide-se em três estágios: o *estético*, o *ético* e o *religioso*. No primeiro, o *estético* se deteve a observar o estágio cristão da vida. É o estágio em que o cristão se limita aos aspectos externos e finitos da vida e não é capaz de relacionar o eterno com o temporal (a síntese entre tempo e eternidade). No segundo estágio, o *ético* começa quando o homem entra na relação como absoluto e enfrenta a exigência absoluta entre o bem e o mal, tendo de decidir entre um ou outro. É quando atinge ou não a vontade de Deus. Ele exemplifica bem este sentido ético em seu livro *Temor e Tremor*, no qual apresenta a escolha de Abraão ao oferecer Isaque em sacrifício, segundo o pedido de Deus. É na decisão ética que o homem se torna consciente de Deus, entrando para o terceiro estágio, o *religioso*. Ele ainda distinguiu a atitude religiosa em "religiosidade A", que é a atitude religiosa geral, e a "religiosidade B", que consiste no estágio do cristão verdadeiro.[188]

Fez ponte entre a filosofia hegeliana e o que viria a ser o existencialismo, tornando-se conhecido como o pai do existencialismo cristão, em oposição ao existencialismo de Jean-Paul Sartre ou ao protoexistencialismo de Friedrich Nietzsche, ambos ateístas.

O existencialismo religioso de Paul Tillich

O teólogo e filósofo alemão Paul Tillich (1886-1965), embora nascido e educado na Alemanha, fugiu para os Estados Unidos devido a uma perseguição do governo alemão. Viveu a maior parte da sua vida nos Estados Unidos, onde lecionou no Seminário União, em Harvard e na Universidade de Chicago.

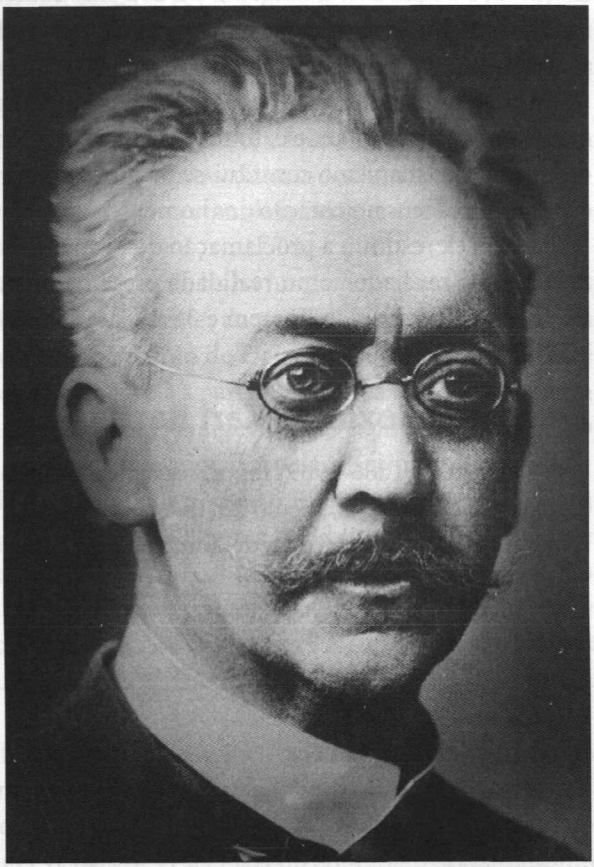


Paul Tillich

188. HÄGGLUND. 2014. p. 295,296.

Seguia a tradição filosófica alemã mais antiga e era influenciado pelas ideias existencialistas de Edmundo Hesseri e de outros filósofos dessa linha. O objetivo da teologia é aquilo que constitui nossa "preocupação última", porque a nossa preocupação última é o que determina nosso "ser ou não ser". A resposta às questões últimas do homem está em Deus, que é o "Ser em si". Deus é essência, o homem é existência, por isso, indagar-se ou referir-se à existência de Deus é o mesmo que negá-lo. Quem existe é o homem; Deus é. Da essência, resulta a existência.[189] Deus ingressou na existência humana e deu ao homem a possibilidade de descobrir seu destino no Novo Ser, que se realiza em Cristo.[190]

Adolf von Harnack



A desdogmatização do cristianismo de Adolf von Harnack

Adolf von Harnack (1851-1930) foi teólogo e historiador da teologia cristã. Conheceu, como poucos, a Patrística e a exegese bíblica. Foi discípulo de Albrecht Ritschl, ainda que alguns digam que não. Ritschl foi influenciado por Kant e por Schleiermacher, pai do liberalismo cristão, vindo a se tornar um grande liberal. Valorizou mais a comunhão dos crentes do que a Revelação. Para ele, Revelação é o mesmo que religião positiva. "A 'religião cristã' tem seu ponto de referência na congregação cristã e na pessoa de Jesus".[191]

Harnack dizia que o cristianismo bíblico foi distorcido pela infiltração de outros pensamentos como a filosofia grega. Nos concílios, a filosofia grega influenciou a for-

189.TILLICH, Paul. *Teologia Sistemática*. 4. ed. São Leopoldo: Ed. Sinodal, 1987. p. 174,175.

190. HÄGGLUND. 2014. p. 321.

191. Ibidem. p. 298.

mação dos dogmas. O Evangelho perdeu suas características primitivas com a helenização. A proposta de Harnack era que o evangelho abandonasse os dogmas e voltasse para o simples evangelho de Jesus.

Uma das características claras do liberalismo apresentado por Harnack é o reducionismo teológico. Para ele, todos são filhos de Deus, não somente os regenerados. A essência do cristianismo constitui-se na justiça superior e no amor. O reino de Deus é a soberania de Deus no coração dos homens, e não um conjunto de dogmas e instituições.

Harnack resumiu a proclamação do evangelho de Jesus em três tópicos: 1) O Reino de Deus revelado como realidade presente no coração do homem; 2) Deus como Pai, o valor absoluto do homem e 3) a justiça superior proclamada por Jesus, isto é, a lei do amor.

A neo-ortodoxia de Karl Barth

Karl Barth (1886-1969) foi uns dos mais destacados teólogos protestantes. Criador da teologia dialética do século 20, que ressalta o sentido existencial do cristianismo e o reintegra em sua base bíblica, de doutrina da Revelação e da fé. Estudou em Berna, Berlim e Tubingen, concluindo seus estudos em Marburg. Foi também pároco da Igreja Reformada Alemã, em Genebra, e foi pastor em Safenwil, na Suíça. Lecionou teologia nas Universidades alemãs de Gottingen, de Munique e de Bona. Em 1935, sofreu perseguição do governo nazista. Devido a sua oposição, teve seus diplomas de teologia anulados e seus livros confiscados por Hitler, conforme declaração teológica do Sínodo de Barmen à nazificação da Igreja Reformada.

Karl Barth

Foi influenciado pelo neokantianismo de Kierkegaard e pelo socialismo religioso de Kutter. Manifestou-se abertamente contra a teologia liberal em seu comentário aos Romanos em 1919.[192] Como teólogo

192. Comentário aos Romanos, o qual foi reeditado em 1922. Ele foi publicado também na língua portuguesa.

calvinista, exaltava a soberania de Deus; pregava sobre a pecaminosidade e finitude do homem; dava ênfase à prioridade divina na graça e na revelação e também na escatologia encontrada na mensagem neotestamentária. Demonstrou como as promessas otimistas do liberalismo falharam depois que o mundo sofreu duas guerras.

Sua decepção com o liberalismo, no qual fora criado, levou-o a buscar uma nova forma de pensar; porém, não completamente dentro da ortodoxia, embora reconhecesse seus valores teológicos. Barth não aceitava completamente a ortodoxia nem o modo como ela era praticada.

Barth encantou e ainda encanta os teólogos de linha fundamentalista sobre vários posicionamentos a respeito do Deus transcendente; da verdade como fruto da graça e não de uma busca racionalista; do conhecimento de Deus que se dá por revelação e não por racionalizações, e da autoridade da Igreja a partir da Palavra de Deus. Aceitava também a autoridade da experiência religiosa. O conhecimento espiritual vem através da oração e das experiências místicas, desde que apoiadas pelas Escrituras e pela tradição cristã. Para Barth, a Palavra de Deus é maior do que a Bíblia, visto que incorpora até a pessoa do Filho, o *Logos*. Para os teólogos liberais, a Bíblia não é a Palavra de Deus; antes, é um testemunho prestado à Palavra, contendo erros humanos. Contra o liberalismo teológico, Karl Barth também frisava a diferença entre o Jesus histórico e o Jesus teológico. Cristo é conhecido pela fé, não sendo o mesmo Jesus histórico dos liberais. Concernente a Rudolf Bultmann, Barth dizia que ele foi longe demais com a sua teologia da demitização.

Barth também salientou a diferença que há entre a Teologia Natural e a Teologia Revelada. A Teologia Natural é uma parte da filosofia da religião que lida com as tentativas de se provar a existência de Deus e outros atributos de Deus, puramente filosóficos, isto é, sem recorrer a qualquer revelações especiais ou sobrenaturais. O mesmo método é usado pelos filósofos ateus na tentativa de provar que Deus não existe. Por outro lado, a teologia revelada é a revelação de Deus por meio sobrenatural.

"Barth pregava fervorosamente sobre justificação, pecado, graça e eleição, temas fundamentais do pensamento reformado. Não demorou para que sua reação contra o liberalismo e seu apelo de retorno à Bíblia fosse entendido por muitos, liberais e conservadores, como o ressurgimento da antiga ortodoxia cristã, reinterpretada e adaptada à nova realidade, uma *nova ortodoxia*."[193]

A neo-ortodoxia é uma nova ortodoxia. É o movimento da teologia contemporânea, que recorre às doutrinas protestantes clássicas acerca da transcendência de Deus; acerca do pecado e da justificação pela fé. É uma nova ortodoxia em contraste com as concepções da teologia liberal acerca da imanência de Deus, da bondade do homem e de seu aprimoramento gradual.[194]

---

193. Disponível em: <http://tempora-mores.blogspot.com.br/2006/05/por-que-o-barthianismo-foichamado-de.html>. Artigo portado do Dr. Augustus Nicodemos Lopes.

194. CHAMPLIN; BENTES. 1999. v. 4. p. 481,482.

"A neo-ortodoxia, na verdade, era uma tentativa de síntese entre a ortodoxia da Igreja e o liberalismo teológico, e, sem dúvida alguma, nessa síntese, o liberalismo perdeu sua força. Mas não só ele, a ortodoxia também já não seria a mesma".[195]

A demitização de Rudolf Bultmann

Se houve algum teólogo absurdamente ousado na história do cristianismo, a ponto de ser chamado de o "arqui-herege" de todos os teólogos, esse foi o teólogo alemão Rudolf Bultmann, nascido em Wiefelstede, em 20 de agosto de 1884, e falecido em Marburg, em 30 de julho de 1976.

Rudolf Bultmann insurgiu-se contra o liberalismo teológico, assim como Karl Barth, com a diferença de que Barth ofereceu um caminho de volta à ortodoxia, ainda que em uma roupagem nova. Bultmann, com sua teologia da demitização, fez ainda pior do que o liberalismo, o qual refutava: ofereceu um caminho de decepção aos crentes ao negar a veracidade do milagre, a encarnação, o nascimento virginal, a ressurreição de Jesus e os cataclismas escatológicos dos últimos dias, alegando que esses relatos são incompatíveis com o conceito de realidade do homem moderno e que não passam de mitos.

O número de casos tratados como mitos é tão grande no Novo Testamento que sobra bem pouco para ser crido. Que saída hermenêutica se pode dar a isso? Será essa proposta melhor do que a do liberalismo que diz que a vida de Cristo é um mero legado moral? Apesar de tudo, Bultmann não sugere que o mitológico seja eliminado, mas que seja interpretado de acordo com sua finalidade original. Bultmann diz: "Quando isso acontecer, o elemento mítico cairá por si mesmo".[196] O Jesus histórico e o Cristo do querigma[197] são distintos na teologia de Bultmann. Seja um ou outro, o que importa, segundo esse teólogo, é que ambos "dizem repeito à natureza humana e a despertar o homem para tomar uma decisão".[198]

Os mitos devem ser interpretados antropologicamente e não cosmologicamente, ou seja, através da "interpretação existencial". A teologia de Bultmann é combinada com a filosofia existencialista de Heidegger, seu colega de escola em Marburgo, e também de Hegel, de quem sofreu grande influência. O ponto de partida para Bultmann é a existência humana. O homem deve ter uma compreensão de si mesmo. O homem está sujeito aos poderes que lhe estão disponíveis em seu ambiente natural. A morte de Cristo pode ajudá-lo a se libertar dessa dependência, desde que sua razão seja a de exemplificar a morte para este mundo, tornando-se a fonte de nova existência quando ele responde com fé ao apelo do querigma.

---

195. CHAMPLIN; BENTES. 1999. v. 4. p. 481,482.

196. HÄGGLUND. 2014. p. 323.

197. O Jesus histórico é o Jesus segundo a concepção mitológica de Bultmann. Querigma é "pregação". O Cristo do querigma é o Cristo anunciado.

198. HÄGGLUND. 2014. p. 324.

CONCLUSÃO

Quando pregamos uma mensagem no Novo Testamento, sentimos tanta intimidade com os seus autores e respectivos escritos que nem parece existir, entre eles e nós, um hiato de dois mil anos. Sentimos que penetramos no pensamento de Jesus, de Paulo, de Pedro, de João e dos demais apóstolos como se não tivéssemos nada a discutir com eles, exceto esclarecer algumas dúvidas dadas ao mistério e à complexidade da Revelação.

Aprendemos a aceitar, com simplicidade e com fé, todo o conteúdo sagrado sem a pretensão de querer explicar tudo o que pertence ao mundo espiritual, cuja dimensão ultrapassa os limites da compreensão humana. Contentamo-nos em crer nas Escrituras e em aceitá-las como Revelação especial de Deus, o que não quer dizer que vivemos uma fé simplista ou que não tenhamos muito o que aprender. Pelo contrário, a Revelação sagrada é como uma praia rasa em que crianças brincam à vontade e, ao mesmo tempo, um mar tão profundo – de regiões pelágicas e abissais – no qual o ser humano, com toda a tecnologia de que dispõe, jamais conseguiu penetrar.

Já desde o primeiro século, homens têm interesse em compreender a fé e as suas razões. As ideias estranhas apresentadas pelos hereges que se introduziram na Igreja de Cristo provocaram o raciocínio dos primeiros pensadores a avançar na busca da compreensão de Deus. O que se poderia ter compreendido pela leitura dos escritos apostólicos com a iluminação do Espírito Santo foi buscado na Filosofia. Os primeiros

teólogos achavam que a Igreja era formada por pessoas muito simples e ignorantes e que, a partir da filosofia de Platão e de Aristóteles, poderiam alcançar coisas sobre as quais os apóstolos não gastaram tempo discutindo. Não apenas se perderam, mas, em tão pouco tempo, desviaram a Igreja do seu foco principal, desembocando em um cristianismo institucionalizado, frio, formalista e completamente distante do modelo primitivo.

Por quase 1500 anos, a Igreja viveu discutindo sobre a pessoa de Cristo e sobre questões institucionais. Primeiro, havia disputa pelo poder entre Alexandria e Antioquia. Todos queriam o primado da catedral de Santa Sofia, em Constantinopla; depois, entre Constantinopla e Roma, pela hegemonia da Igreja e do poder papal; até que chegou a Reforma, por meio da qual foi reivindicada a volta às Escrituras Sagradas como fonte única de autoridade sagrada. Mas, depois da Reforma, outras discussões se seguiram, sendo uma externa e outra interna. A *externa* foi a reação da Igreja Romana pela contra-reforma, a fim de anular o esforço empreendido por Martinho Lutero na tentativa de levar a Igreja de volta às suas origens apostólicas; a *interna* deu-se entre os próprios teólogos da Reforma, por questões litúrgicas, sacramentais e, principalmente, soteriológicas com a teologia da eleição.

Durante todos aqueles séculos, havia ingerência do Estado sobre a Igreja. Às vezes, o Estado decidia sobre questões teológicas; outras vezes, a Igreja decidia sobre questões do Estado. A disputa de poder entre a Igreja e o Estado era tanta que, algumas vezes, não se sabia quem mandava mais: a Igreja ou o Estado; até que chegou a idade da razão, o Iluminismo, e estabeleceu-se a distinção entre a fé e a razão, entre o Estado e a Igreja.

Novos pensadores surgiram e, com eles, novas ideias. A teologia católica e a teologia protestante estavam estabelecidas, mas a teologia protestante estava dividida entre o calvinismo e o arminianismo; entre o liberalismo e o fundamentalismo; atualmente, ela está dividida entre o tradicionalismo e o pentecostalismo, e entre o pentecostalismo e o neopentecostalismo, extraindo-se daí mais uma tendência: a do interpentecostalismo.[199]

O que se depreende de todas as discussões até aqui apresentadas, no interregno da História da Teologia Cristã, é que a vaidade humana parece transcender aos próprios temas que os teólogos discutiam. O que mudou do primeiro século para hoje? Gastou-se três séculos discutindo sobre a Trindade, até que, no Concílio de Niceia, em 325 d.C., formulou-se o Credo Apostólico; nos séculos seguintes, houve muitas tentativas para alterá-lo, mas ele se manteve. Atualmente corresponde ao pensamento da Igreja na sua grande maioria.

---

199. Interpentecostalismo é uma tese defendida por este autor em sua dissertação de mestrado na Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo.

Se tivessem se esforçado para praticar o cristianismo dos primeiros dias (conforme é retratado nas páginas do Novo Testamento) em vez de terem gasto tanto tempo em controvérsias – que geraram animosidade, punições e mortes –, o mundo teria conhecido Cristo muitos séculos antes e, hoje, seria completamente diferente, mas o fator preponderante foi a vaidade humana dos teólogos. O pior é que essa vaidade ainda persiste entre aqueles que querem impôr crenças novas (ou recorrentes) à Igreja de Jesus, ansiando por adquirir algum troféu no panteão dos pensadores e entrar para a História como grandes heróis da teologia. Contudo, não se dão conta de que certamente poderão entrar para o panteão da História, mas não como o apóstolo Paulo ou como Martinho Lutero, e, sim, como Marcião, Ário, Maniqueu ou como Rudolf Bultmann.

A maior vaidade desses teólogos é achar que podem perscrutar o inescrutável. Ao tentar decifrar os atributos *incomunicáveis* de Deus, como Sua soberania, Sua onipotência, Sua onisciência e Sua onipresença, terão de se contentar em concebê-lo como Abraão, Isaque e Jacó (genericamente), como o Deus Todo-poderoso e somente isso! Ao tentar compreender os atributos *comunicáveis* de Deus, como Sua santidade, Sua justiça, Seu amor e Sua bondade, vão conhecê-lo como Moisés (particularmente), como o "Eu Sou" e isso é tudo! (Êx 6.2,3).

OS CREDOS DA IGREJA - DECLARAÇÕES DOUTRINÁRIAS

Nome	Data	Autor	Resumo
Credo Apostólico	segundo século d.C.	Desconhecido	Credo Batismal usado em Roma.
Credo Niceno	325,381 d.C.	Líderes da Igreja reunidos no primeiro Concílio de Niceia (325 d.C.) e no Concílio de Constantinopla (381 d.C.).	Esse Credo pretende mostrar claramente, com base nas Escrituras Sagradas, que Jesus Cristo é verdadeiramente Deus, igual ao Pai, e que o Espírito Santo também é verdadeiramente Deus, igual ao Pai e ao Filho.
Credo Atanasiano	do sexto ao oitavo séculos d.C.	Desconhecido. Recebeu o nome em homenagem ao grande pai da Igreja, Atanásio, que foi instrumento na redação do Credo Niceno.	Confessa os ensinamentos da Trindade, bem como a pessoa e o trabalho de Jesus Cristo.

OS CREDOS DA IGREJA - DECLARAÇÕES DOUTRINÁRIAS

Nome	Data	Autor	Resumo
Confissão de Augsburgo	25 de junho de 1530	Philipp Melanchthon	Geralmente é vista como a principal Confissão Luterana; ela foi apresentada pelos luteranos ao imperador Carlos V na dieta imperial de Augsburgo, em 1530, como uma declaração dos principais artigos da fé Cristã conforme entendida pelos luteranos; também contém uma lista de abusos que os luteranos corrigiram.
Apologia da Confissão de Augsburgo	1531	Philipp Melanchthon	Depois que os teólogos romanos condenaram muitos dos ensinamentos da Confissão de Augsburgo, Melanchthon escreveu esta longa defesa.
Artigos de Esmalcalde	1536	Martinho Lutero	Artigos de fé que Lutero pretendia que se tornassem uma plataforma ecumênica para um futuro concílio ecumênico. Estabelecia do que os luteranos não podiam abrir mão e o porquê.
Tratado sobre o Poder e o Primado do Papa	1537	Philipp Melanchthon	Proposto para servir como um suplemento à Confissão de Augsburgo, dando o posicionamento luterano acerca do papa.
Catecismo Menor	1529	Martinho Lutero	Uma pequena obra para educar os leigos nos fundamentos da fé cristã.

OS CREDOS DA IGREJA - DECLARAÇÕES DOUTRINÁRIAS

Nome	Data	Autor	Resumo
Catecismo Maior	1529	Martinho Lutero	Cobria os mesmos pontos principais da doutrina cristã que o Catecismo Menor, o Catecismo Maior é uma compilação de sermões de Lutero.
Fórmula de Concórdia	1577	Jacob Andreae, Martin Chemnitz, David Chytraeus	Uma confirmação de alguns ensinamentos da Confissão de Augsburgo a respeito dos quais os luteranos haviam se divido. A "Declaração Sólida" é a versão original. A "Epítome" é a versão resumida, destinada ao uso no estudo das congregações. Mais de 8.100 pastores e teólogos a assinaram, bem como mais de 50 chefes de governos.

BIBLIOGRAFIA

BERG, Daniel. *Enviado por Deus*. São Paulo: Autoedição, 1948.

CAIRNS, Earle E. *O cristianismo através dos séculos*: uma história da Igreja Cristã. São Paulo: Edições Vida Nova, 1984.

CALVINO, João. *As institutas da religião cristã*. 2. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2006. 4 v.

CAMPENHAUSEN, Hans Von. *Os Pais da Igreja*. Rio de Janeiro: CPAD, 2005.

CAMPOS, Leonildo S.; GUTIÉRREZ, Benjamin F. *Na força do Espírito*. São Paulo: AIPRAL, 1996.

CHAMPLIN, R. N. *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*. São Paulo: Hagnos, 2002. 6 v.

ELWELL, Walter. *Enciclopédia histórico teológica da Igreja Cristã*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1990. v. 3

GOMES, Ozean; REIS, Roberto. *Pentecostalismo*. São Paulo: IBAD, 2014.

GONZALES, Justo L. *A era dos reformadores*. São Paulo: Vida Nova, 1986. v. 6.

HÄGGLUND, Bengt. *História da Teologia*. 8. ed. Porto Alegre: Ed. Concórdia, 2014.

HURLBUT, Jesse Lyman. *História da Igreja Cristã*. São Paulo: Ed. Vida, 1990.

LINDSAY, Tomas M. *Historia de la Reforma*. [S.l.]: La Aurora, México, 1926.

LITTLEPROUD, J. R. *The Christian Assembly*. California: The Ralph E. Welch Foundation, 1962.

MARTINEZ, Florentino Garcia. *Introducción a la literatura Esenia de Qumrán*. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1982.

NICHOLS, Robert H. *História da Igreja Cristã*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1988.

OLSON, Roger. *História da teologia cristã*. São Paulo: Ed. Vida, 2001.

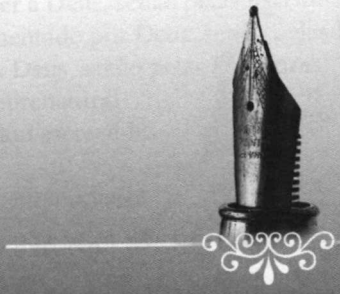
PIERRATT, Alan B. *O dedo de Deus ou os chifres do diabo?* São Paulo: Edições Vida Nova, 1994.

SCHAFF, David S. *Nossa Crença e a de Nossos Pais*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1956.

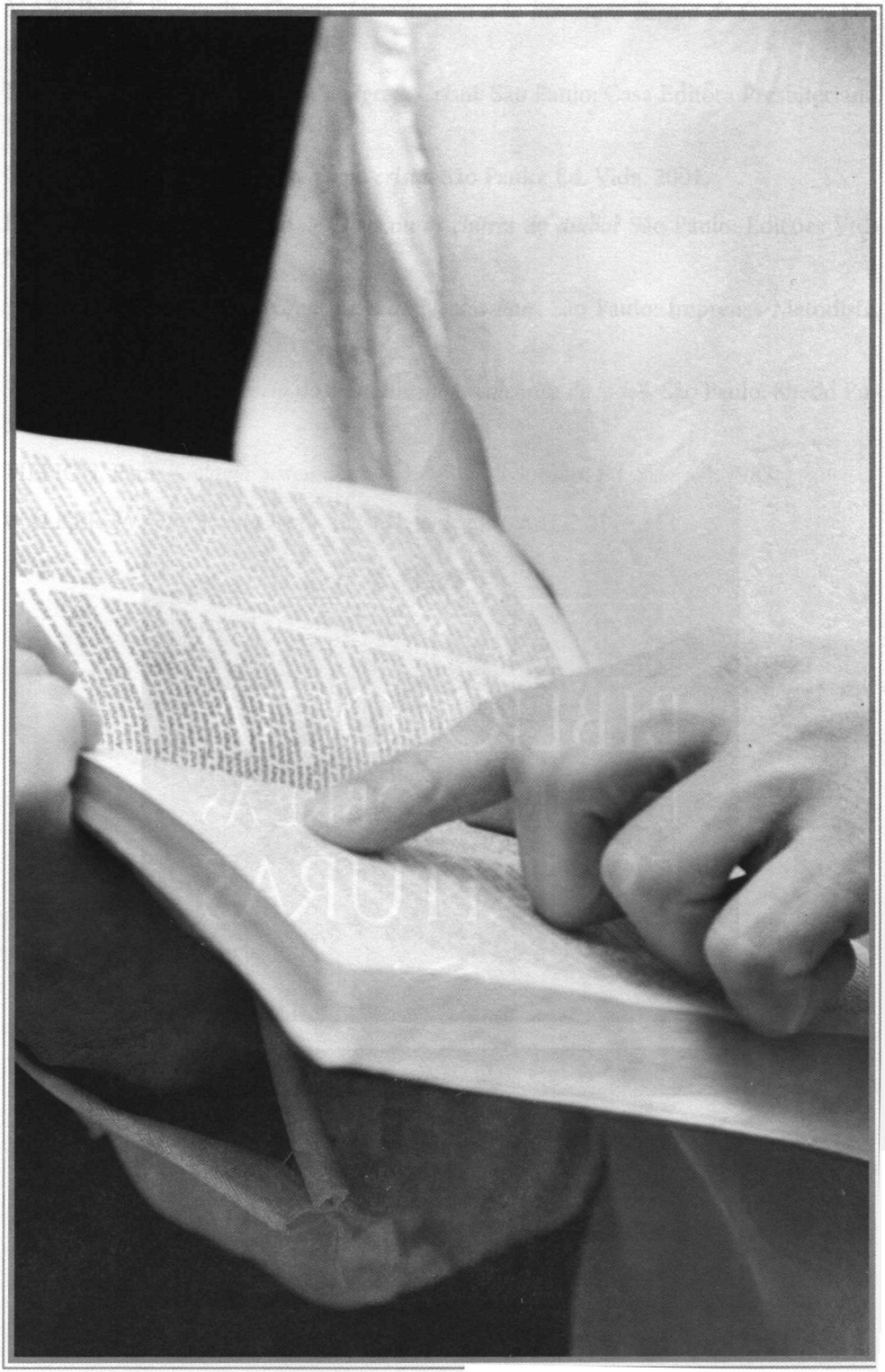
SHELLEY, Bruce L. *História do cristianismo ao alcance de todos*. São Paulo: Shedd Publicações, 2004.

TILLICH, Paul. *Teologia Sistemática*. 4. ed. São Leopoldo: Ed. Sinodal, 1987.

WALKER, W. *História da Igreja Cristã*. São Paulo: ASTE, 1967. 2 v.



BIBLIOLOGIA
ESTUDO SOBRE AS ESCRITURAS



SUMÁRIO

PREFÁCIO À BIBLIOLOGIA 159

INTRODUÇÃO 163
As Escrituras Sagradas
A importância da Bíblia
Estudar as Escrituras é uma necessidade do crente
Não há como conhecer a Deus, senão pelas Escrituras
Não há como ser alimentado por Deus, senão pelas Escrituras
Não há como crer em Deus, senão pelas Escrituras
A Bíblia é um livro sobrenatural
Foi Deus quem mandou escrevê-las
Palavra de Deus
As Escrituras promovem mudança

A REVELAÇÃO DIVINA NAS ESCRITURAS 173
O princípio da Revelação
Revelação natural
Revelação por contatos diretos
Revelação através da encarnação de Jesus
Revelação através das intervenções divinas
Revelação pela provisão
Revelação parcial
Revelação especial
A Revelação divina nas Escrituras
A Revelação é progressiva
O ápice da Revelação

A CREDIBILIDADE DA BÍBLIA 177
Os manuscritos
Os dois Testamentos
O Antigo Testamento
O propósito do Antigo Testamento
O Novo Testamento
Propósito do Novo Testamento
As subdivisões do Antigo Testamento
Pentateuco
Livros Históricos
Livros Poéticos
Profetas Maiores
Profetas Menores
As subdivisões do Novo Testamento

Evangelhos
Livro Histórico
Epístolas Paulinas
Epístola aos Hebreus
Epístolas Universais (ou Gerais)
Livro Profético
As línguas em que a Bíblia foi escrita
O hebraico
O aramaico
O grego

A HISTÓRIA DAS ESCRITURAS 187
A antiguidade do Pentateuco
Não há contradição nas Escrituras
O Cânon Sagrado
A importância do Cânon Sagrado
Por que o Cânon tornou-se necessário
Um longo e exaustivo processo
O Cânon do Antigo Testamento
Processo gradual
Protegido no Templo
Tesouro incalculável
A formação do Cânon do Antigo Testamento
A formação do Cânon do Novo Testamento
A tradição oral dos apóstolos
Guiados pelo Espírito Santo
O fechamento do Cânon
Critérios para a canonicidade
Os sinais de Paulo
Autoridade apostólica
Circulação universal
Tradição
Ortodoxia
Antiguidade
Inspiração

A SEPTUAGINTA 201
Uma porta que se abria
Sua influência no cristianismo
A confiabilidade da Septuaginta
Até que ponto a Septuaginta é confiável
Um ato de retratação
Os livros apócrifos
Quais são os livros apócrifos
Por que os apócrifos não estão na Bíblia evangélica

OS ROLOS DO MAR MORTO 207
O que são os rolos do mar Morto
Como se deu esta descoberta

Tesouro em vasos de barro
Informações importantes
A Septuaginta é confiável
Os livros canônicos
O valor da descoberta
Textos quase completos
Fidelidade textual
Profecias messiânicas
O que os rolos do mar Morto provam
As histórias bíblicas são verídicas

JESUS E AS ESCRITURAS 215
As profecias a respeito de Jesus
"Está escrito"
Jesus atestou a autoridade das Escrituras

OS ESCRITORES DO NOVO TESTAMENTO E AS ESCRITURAS 221
Nos Evangelhos
Nos escritos apostólicos
O que os escritores do Novo Testamento pensavam dos seus escritos

A REFORMA PROTESTANTE E O RETORNO ÀS ESCRITURAS 227
O declínio da Igreja
A ênfase na autoridade da Bíblia por Martinho Lutero
O criticismo bíblico
Quando nasceu a alta crítica

RESTRIÇÃO ÀS ESCRITURAS 237

INSPIRAÇÃO DAS ESCRITURAS 241
A função do Espírito
Ouviam a voz de Deus
Palavras que se complementam
A inspiração no Novo Testamento
Teorias sobre a inspiração
Intuição natural
Teoria da iluminação
Teoria do ditado
Teoria da orientação dinâmica
Teoria da inspiração mecânica
Inspiração verbal e plenária
Inspiração no consenso cristão

A INFALIBILIDADE DAS ESCRITURAS 253
Erros de informação

ILUMINAÇÃO 259
A clareza das Escrituras
No que consiste a iluminação
A importância da iluminação

A importância da Hermenêutica
A iluminação é mística

COMO COMPREENDER AS ESCRITURAS 269
Hermenêutica, a arte da interpretação
Uma teologia na retaguarda
Como se desenvolve uma teologia
As Hermenêuticas históricas
O período patrístico
A regra fundamental de interpretação
Dependência divina
A chave da interpretação
O pano de fundo cultural
Características sociais peculiares
Características teológicas
Característica literária
Quem é o destinatário
O contexto imediato
O sentido da palavra dentro do contexto
Qual o teor da palavra
Sentido usual e comum da palavra
A hermenêutica de paralelos
A aplicação da palavra
A aplicação pessoal
A aplicação coletiva

O USO CORRETO DAS ESCRITURAS 277
Heresias de fora
O espiritismo
Testemunhas de Jeová
Heresias de dentro
Canonização de histórias extrabíblicas
Uso da alegoria
O uso correto das Escrituras
A necessidade de uma hermenêutica correta
O papel do líder cristão
Espírito bereano

BIBLIOGRAFIA 283

PREFÁCIO À BIBLIOLOGIA

"Tu, porém, permanece naquilo que aprendeste e de que foste inteirado, sabendo de quem o tens aprendido. E que, desde a tua meninice, sabes as sagradas letras, que podem fazer-te sábio para a salvação, pela fé que há em Cristo Jesus." (2 Tm 3.15)

Desde a minha meninice... a Bíblia!

Minha caminhada com a Bíblia começou na tenra infância. Minha avó contava-me histórias do Livro Sagrado. Até aí, nada de especial, pois quantos servos de Deus, ainda na meninice, não aprenderam a Bíblia no seio de suas famílias zelosas em cumprir a recomendação deixada em Provérbios 22.6? O que há de especial, contudo, em meu caso particular, é que minha avó, de bendita e saudosa memória, não sabia ler. Mesmo assim, conhecia muitas histórias bíblicas e as compartilhava com meus irmãos e comigo. Aquela sua dedicação e paciência ao repartir histórias como a de Noé, de Davi, de Maria Madalena, de Paulo, de Pedro e de Jesus, criaram em mim um tal amor e uma tal curiosidade pela Bíblia que, mal tendo aprendido a ler, já me via às voltas com um velho exemplar da tradução de João Ferreira de Almeida, a qual pertencera ao meu avô. Era rara a literatura bíblica adequada para crianças naquela época e, por isso mesmo, as aulas da Escola Bíblica Dominical me atraíam tanto. As ilustrações e as explicações dos mestres tão queridos e dedicados completavam o que começou com

a história de minha avó e prosseguiu, anos a fio, nas páginas da Bíblia de meu avô. Semeadas em meu coração de menino, aquelas histórias me encantam ainda hoje e sou grato ao Senhor por estar indelevelmente atado a elas. Deus me deu a graça de servi-lo, há mais de duas décadas, no Departamento de Tradução e Publicações da Sociedade Bíblica do Brasil, onde tenho o privilégio de fomentar a tradução do texto sagrado e sua publicação para todas as pessoas em uma linguagem compreensível e um preço acessível, ajudando-as, igualmente, a interagir com a Palavra e a viver os valores bíblicos na lida cotidiana, seja na família, na Igreja ou na sociedade.

Sinto-me um servo abençoado pelo Senhor e compartilho esta história pessoal para inspirar você, querido leitor e querida leitora, a continuar sendo amante e testemunha da Palavra de Deus, lâmpada para os nossos pés e luz para o nosso caminho (Salmo 119.105). Dedicar-se ao estudo e ao ensino da Bíblia Sagrada é tarefa das mais relevantes hoje e sempre, pois, embora a mensagem bíblica possa ser resumida em um único versículo – João 3.16 – o desenrolar desse enredo é algo complexo. Nem sempre a conexão entre um acontecimento e outro ocorre de maneira tão perceptível e clara ao leitor.

Que confirme isso quem se determina a ler a Bíblia de uma capa à outra. A narrativa bíblica, por vezes, não é linear nem sequencial. Não raramente, as histórias se repetem – como é o caso dos livros de Samuel, Reis, Crônicas e até mesmo dos Evangelhos. O Espírito Santo inspirou diferentes escritores para que, com seu próprio estilo, talento e memória, narrassem e comentassem os fatos de maneira que um testemunho complementasse o outro. Mas custa ao leitor perceber tal complementaridade em uma primeira passada de olhos sobre o texto.

Não bastasse isso, o relato bíblico ainda desafia o leitor ao deixar lacunas na história, como o silêncio que reinou desde os dias do profeta Malaquias até o nascimento de João Batista. Tal lacuna, cuja história está parcialmente suplementada por livros como 1 e 2 Macabeus (os quais não compõem o cânone da Bíblia protestante), é um obstáculo para quem quer compreender as grandes mudanças no cenário político, social, cultural e religioso que marcam a transição entre o Antigo e o Novo Testamento.

A rivalidade entre judeus e samaritanos, a presença romana em uma terra que chamavam de Palestina, a existência do Sinédrio, a presença de partidos como os saduceus, os fariseus e os zelotes, o papel das sinagogas no ensino da Lei, o templo como ponto de encontro de um povo que ansiava pela vinda de um Messias, o qual libertaria a nação (por força ou por milagre) dos invasores e estabeleceria o Reino de Deus naquela que, em outros tempos, era chamada *Terra Prometida*. Nenhuma dessas informações ou desses cenários consta da narrativa de maneira completa ou sistematizada. É preciso recorrer a outras fontes.

Como vemos, ao leitor desavisado, a transição entre o AT e o NT pode ser demasiadamente repentina e confusa. Também podem ser confusas e complexas a identificação e a interpretação dos diferentes gêneros literários. Há elementos simbólicos

no discurso profético e elementos próprios da cultura e da sociedade judaica que só podiam ser plenamente compreendidos pelos contemporâneos do autor do texto, por exemplo, compreenderam perfeitamente aqueles que ouviram Paulo proferir seu sermão sobre o Deus desconhecido no areópago de Atenas (Atos 17). Nesse sentido, o texto bíblico apresenta-se tão desafiador como animador.

Ter alguma literatura que apoie o leitor nessa travessia das páginas das Escrituras Sagradas é algo muitíssimo bem-vindo e proveitoso. Livros de apoio que discorram sobre a cultura dos tempos bíblicos e sistematizem os ensinamentos das Escrituras encurtam o caminho da compreensão, elucidam dúvidas, suprem informação e facilitam a percepção da Bíblia Sagrada como uma unidade, cujo centro é a vida e a obra de Jesus Cristo.

Por tudo isso, incentivo-o a dedicar-se assídua e seriamente ao estudo da Bíblia Sagrada, convido-o também a mergulhar nela com este trabalho magnífico que o Pastor Walter Brunelli coloca à disposição do público de língua portuguesa no Brasil e no mundo.

Ao incluir um capítulo inteiro, e tão completo, sobre Bibliologia na Teologia Sistemática que se dispôs a escrever, o pastor Brunelli demonstra claramente que toda e qualquer doutrina precisa necessariamente nascer da Palavra de Deus, bem como precisa estar em consonância e em harmonia com ela. Agir de maneira contrária a isso – inserindo no cristianismo algo que a Bíblia não contempla nem permite intuir – é arriscar a vida por um caminho que conduz para longe da Palavra da salvação.

Daí a importância de o leitor ter a Bíblia ao seu lado durante todo o tempo de estudo desta obra e, em especial, deste capítulo sobre o estudo da Bíblia, um texto que abre os olhos do leitor para enxergar a providência divina, que nos mostra como Deus permitiu que a Sua Palavra chegasse até nós, um texto que nos motiva a reler toda a Bíblia novamente, mas, dessa vez, com um novo olhar.

Ao pr. Walter Brunelli e aos editores desta obra, demonstro minha profunda gratidão. Estão prestando um serviço de amor a Deus ao tornar disponível essa Teologia Sistemática para Pentecostais, uma ferramenta que servirá a todos os amantes das Sagradas Letras; primeiramente aos crentes pentecostais com certeza, mas igualmente a todos os cristãos que se interessem por comparar a doutrina pentecostal com outras correntes teológicas que constituem o Cristianismo histórico. Esse tipo de comparação, aliás, só nos faz bem, pois nos desafia à reflexão e à reelaboração teológica tanto dos temas clássicos como dos temas contemporâneos da existência humana segundo a Bíblia.

Com sinceridade, confesso que me fez bem ler este capítulo sobre Bibliologia. Como o leitor viu, tal estudo do pastor Walter Brunelli remeteu-me às memórias de meu primeiro contato com as histórias bíblicas, aquelas compartilhadas por minha avó, a qual, embora iletrada, esforçou-se para moldar meu caráter segundo a sabedoria proposta nas Escrituras, as mesmas que, ainda hoje, "podem fazer-te sábio para a

salvação, pela fé que há em Cristo Jesus" (2 Tm 3.15). A leitura desse capítulo sobre Bibliologia, pela erudição e pelo tom notadamente pastoral de seu autor, inspirou-me a retornar ao meu primeiro amor pela Bíblia Sagrada. Como consequência disso, também agradeço ao pastor Walter Brunelli pela bênção de ter imbuído meu coração de um desejo redobrado de continuar a ler, estudar, pregar, traduzir e publicar a Palavra toda do Deus da Palavra.

Que o Espírito de Deus ilumine sua leitura e renove seu amor pela Bíblia. Peço a Deus que a fé nasça e se fortaleça no coração de muitos, que seja para o bem do próximo e para a glória de nosso Senhor Jesus Cristo!

"Toda Escritura divinamente inspirada é proveitosa para ensinar, para redarguir, para corrigir, para instruir em justiça, para que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente instruído para toda boa obra. (2 Tm 3.16,17)

Rev. Paulo R. Teixeira

Teólogo, linguista e editor, secretário de tradução e publicações da Sociedade Bíblica do Brasil (SBB) e coordenador do "Centro Latinoamericano para el Desarrollo y Promoción de Escrituras" (CELADEPE) das Sociedades Bíblicas Unidas (SBU).

INTRODUÇÃO

As Escrituras Sagradas

Todas as religiões têm escritos que garantem suas crenças, seus ritos e sua história. Não seria diferente com o judaísmo nem com o cristianismo. Nesse sentido, somos iguais aos hinduístas, aos muçulmanos, aos budistas, aos espíritas etc. A distinção entre os demais livros religiosos e a Bíblia é que Antigo e Novo Testamentos, no entender da Igreja, compõem a Palavra de Deus. Essa afirmação não é fruto de paixão, mas de crença fundamentada em diversos fatores distintos, conforme veremos ao longo deste capítulo em que concentraremos nossa atenção no estudo das Sagradas Escrituras.

Todos os fundamentos da fé cristã evangélica estão exarados na Bíblia Sagrada. Qualquer doutrina que não tenha fundamentação sólida nas Escrituras Sagradas deve ser, de pronto, rejeitada. Há pontos doutrinários divergentes entre os evangélicos; mas, de modo geral, todos eles encontram respaldo nas Escrituras, e as divergências ficam por conta da interpretação que se dá a esses pontos; isso é tão bem compreendido hoje que essas divergências não atrapalham a comunhão entre denominações históricas e pentecostais, por exemplo; embora cada grupo reivindique para si maior razão sobre o modo como interpreta suas doutrinas básicas. Mas, quando se trata de algo absurdo, que não encontra respaldo seguro nas Escrituras, a rejeição é automática e plena.

Apesar das divergências sobre questões escatológicas (se o arrebatamento ocorrerá antes ou depois da Grande Tribulação; se há Milênio ou não há); soteriológicas (quem está certo, Calvino ou Armínio?); pneumatológicas (o Batismo com o Espírito Santo e a atualidade dos dons) ou outras questões secundárias, há consenso entre cristãos protestantes (como preferem ser chamadas as denominações históricas) e evangélicos em geral sobre a autoridade das Escrituras Sagradas. A Bíblia é a inerrante e infalível Palavra de Deus, e todas as doutrinas cristãs têm de estar fundamentadas seguramente nela!

Para a Igreja de Jesus Cristo, há uma crença unificada de que a Bíblia é a Palavra de Deus e esse pressuposto basta para que todos os verdadeiros crentes tenham grande respeito por ela. A Bíblia, em si mesma, abre portas para a comunhão e a aceitação entre diferentes grupos, e a razão principal dessa convergência é a salvação na pessoa de Cristo Jesus, o seu tema central.

No entanto, para afirmarmos que a Bíblia é a inerrante e infalível Palavra de Deus e sermos compreendidos, não por aqueles que fazem parte do povo de Deus, os quais já experimentaram e continuam experimentando esta certeza; mas, para atendermos a curiosidade e suprirmos de respostas aqueles que veem a Bíblia como mais um livro religioso, temos de dar-nos ao trabalho de considerar inúmeros fatores históricos, literários, técnicos, linguísticos e teológicos nesse campo.

Temos duas certezas acerca da Bíblia: *primeira*, a certeza de que, por ser inerrante, a Bíblia nos dá confiança para aceitarmos os seus conselhos; *segunda*, a certeza que temos de que a Bíblia é a Palavra de Deus faz-nos curvar ante a sua autoridade.

A Bíblia é lida de diferentes modos e com diferentes propósitos, porém sempre culmina em revelação ou em juízo. Quanto aos propósitos, a Bíblia pode ser lida por uma decisão que demanda disciplina. Isso se dá quando, por exemplo, alguém decide ler três capítulos por dia para que, ao final de um ano, tenha lido a Bíblia toda. Há os que a leem devocionalmente, apenas para deleite ou instrução. A Bíblia pode ser lida para alimentar a alma com a Palavra de Deus. Há os que a leem para sa-

Todas as religiões têm escritos que garantem suas crenças, seus ritos e sua história. Não seria diferente com o judaísmo nem com o cristianismo. Nesse sentido, somos iguais aos hinduístas, aos muçulmanos, aos budistas, aos espíritas etc.

nar dúvidas pessoais ou para responder a alguma pergunta que lhe fora feita. A leitura da Bíblia pode ser teológica. Pode servir para o preparo do pregador e do mestre. Pode ser lida para amparar uma crença, seja para confirmá-la ou para alterá-la. Seja qual motivo for, ler a Bíblia é ganhar instrução, ampliar conhecimentos e fortalecer a vida espiritual. Há também os que leem a Bíblia com objetivos adversos, a fim de desmascará-la ou em busca de versículos para serem debatidos com os que a defendem. Nesse caso, a Bíblia deixa de ter o propósito principal para o qual ela se destina, tornando-se porta de juízo. Jesus proibiu os discípulos de apresentarem a Palavra de Deus a pessoas que não a respeitam, chamando essas de *porcos*: "nem deiteis aos porcos as vossas pérolas" (Mt 7.6). Os judeus religiosos examinavam as Escrituras em busca da vida eterna, mas não criam suficientemente nelas: "Examinais as Escrituras, porque vós cuidais ter nelas a vida eterna, e são elas que de mim testificam... Mas, se não credes nos seus escritos, como crereis nas minhas palavras?" (Jo 5.39,47).

A importância da Bíblia

Quem poderia mensurar a grandeza do Universo com seus bilhões de estrelas e com galáxias de tamanhos absurdamente maiores do que a Terra, que estão distantes milhões de anos-luz umas dos outras? Os cientistas se encantam sempre com a descoberta de novos sistemas interestrelares e sabem que ainda há muito pela frente, porém mais encantador e, ao mesmo tempo assustador, do que a realidade do macrocosmo é considerar que, acima dele, há alguém que tudo criou, que sustenta e que ainda chama cada estrela pelo seu nome: "Levantai ao alto os olhos e vede quem criou estas coisas, quem produz por conta o seu exército, quem a todas chama pelo seu nome; por causa da grandeza das suas forças e pela fortaleza do seu poder, nenhuma faltará" (Is 40.26). Sua criação estende-se do macro ao microcosmo; de um sol que é 1.300.000 vezes maior do que a Terra ao átomo, que é menor partícula da matéria, formando as moléculas; e as moléculas formando as células; e as células formando a vida com perfeição e beleza.

Através de aparelhos altamente sofisticados, o homem pode medir o tamanho e a distância de algumas galáxias, mas, quanto ao Criador, quem poderia compreender a Sua grandeza? Seria necessária uma eternidade para conhecê-lo, e Jesus disse que nós passaremos a eternidade conhecendo-o (Jo 17.3). Apesar disso, Deus revela-se a nós por meio das Escrituras. Claro que tudo não passa de uma simples iniciação, mas essa iniciação carrega consigo uma revelação tão profunda que muitos pensadores não são capazes de compreender: "escondeste essas coisas aos sábios e inteligentes e as revelaste às criancinhas; assim é, ó Pai, porque assim te aprouve" (Lc 10.21). Um livro que nos introduz na revelação do Deus Criador merece respeito e acatamento. Para comunicar-se com o homem, Deus escreveu a Bíblia. Não é sem motivo que a ela goza do *status* de ser o livro mais vendido do mundo. Além da sua inigualável e absoluta importância espiritual, a Bíblia deve ser respeitada pelo seu valor histórico, arqueológico, literário, retórico e ético.

Estudar as Escrituras é uma necessidade do crente

As Escrituras Sagradas são o manual daquele que crê em Deus e o serve. Nesse manual, encontramos todas as diretrizes que Deus outorgou aos homens para que estes o sirvam de tal forma que atendam às Suas expectativas divinas. Do que nos adiantaria sofrer, pagar um alto preço pela nossa fé, esforçar-nos, dar o melhor de nós, e um dia descobrir que erramos o alvo? É exatamente para evitar esse perigo que a Bíblia existe. Ao estudá-la, entramos em uma relação bem-sucedida com Deus e, no dia da Eternidade, constataremos que acertamos por optar pela Bíblia.

Não há como conhecer a Deus, senão pelas Escrituras

Deus se revelou ao mundo através das Escrituras. Ele mesmo ordenou a Moisés, o primeiro escritor da Bíblia, que escrevesse tudo o que ele ouvia e via, para o memorial das futuras gerações: "Então disse o SENHOR a Moisés: Escreve isto para memória num livro e relata-o aos ouvidos de Josué" (Êx 17.14); "Disse mais o SENHOR a Moisés: Escreve estas palavras; porque, conforme o teor destas palavras, tenho feito concerto contigo e com Israel" (Êx 4.27). Sem as Escrituras, ninguém conheceria a Deus. Haveria somente a indagação da Sua existência, mas nunca o conhecimento pleno dele. Quando alguém se converte a Cristo e, é claro, aproxima-se de Deus, essa pessoa precisa mergulhar imediatamente na Sua Palavra para poder adquirir todo o conhecimento possível sobre Ele. O Senhor espontaneamente se revelou na Bíblia a fim de que o ser humano cresça no Seu conhecimento e aperfeiçoe sua relação com Ele.

Não há como ser alimentado por Deus, senão pelas Escrituras

A Palavra de Deus não apenas o torna conhecido do homem, mas também atende a todas as necessidades de nutrição do seu espírito e da sua alma: "Cria em mim, ó Deus, um coração puro e renova em mim um espírito reto" (Sl 51.10); "A minha alma está pegada ao pó; vivifica-me segundo a tua palavra" (119.25); "Aguardo o SENHOR; a minha alma o aguarda, e espero na sua palavra" (130.5). A oração, o jejum, o serviço cristão, a obra do ministério e o louvor não podem substituir a relação do crente com Deus por meio da Sua Palavra. O crente que não se alimenta das Escrituras Sagradas é frágil, tem pouca resistência espiritual e fica suscetível ao engano do inimigo e dos homens. Por isso, todos necessitamos da Palavra de Deus para nos suprirmos dela como alimento indispensável ao nosso fortalecimento, à nossa maturidade e à nossa santidade. Disse Tozer, o grande pensador cristão: "Nunca vi um cristão útil que não seja estudante da Bíblia. Não existem atalhos para a santidade"!

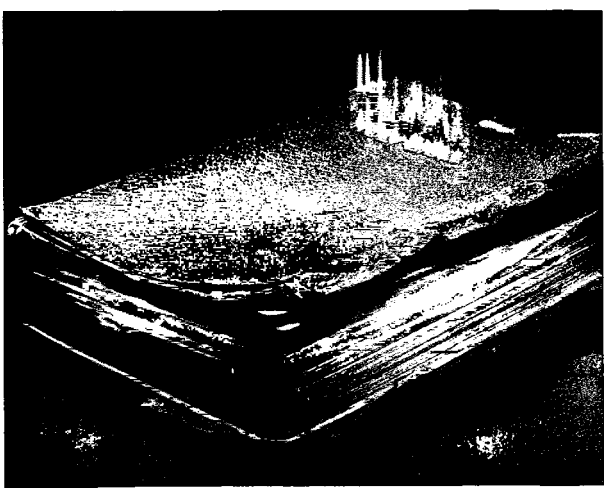
Não há como crer em Deus, senão pelas Escrituras

A Escritura incute fé nos seus leitores. "De sorte que a fé é pelo ouvir, e o ouvir pela palavra de Deus" (Rm 10.17). Se a fé só vem pelo ouvir, então independentemente de quantos sinais sejam vistos da parte de Deus, o homem nunca terá fé para entrar no mundo do Espírito se não observar com atenção a Palavra de Deus. Há três razões por que a Bíblia tem o poder de gerar fé: 1) porque a Palavra e a fé só vêm de Deus; 2) porque a Palavra é 100% confiável, e isso constrói a fé; e 3) porque, ao ler as Escrituras diariamente, uma relação de confiança é gerada.

Para a ciência, um fato comprovado tem valor somente após ter resistido a todas as provas cabíveis do experimento científico. Por isso, a ciência não se adequa ao terreno da fé e da crença. Contudo, a fé é suficiente para os salvos, pois ela é "o firme fundamento das coisas que se esperam e a prova das coisas que se não veem" (Hb 11.1). Assim, quando estudamos a Palavra de Deus, não precisamos buscar provas para suprir a nossa fé. Ela não depende de fatores externos para solidificar o nosso relacionamento com Deus. Fé é uma relação de confiança! Não se confia em ninguém repentinamente. A fé vem de uma relação construída com o tempo, cuja base é a fidelidade integral. Deus é digno da nossa fé porque, além de ser o único Deus verdadeiro, Ele tem revelado à raça humana o Seu caráter. Um dos objetivos das Escrituras é revelar quão imutável é o caráter de Deus. Ele conquistou o direito de que os Seus filhos creiam nele sem qualquer restrição. É por essa razão que a fé, por si mesma, garante-nos que estamos no caminho certo.

A Bíblia é um livro sobrenatural

A origem de tudo está em Deus, inclusive das Escrituras. Deus arquitetou e dirigiu cuidadosamente o processo de surgimento da Bíblia Sagrada, a fim de dar ao homem uma visão clara e inteligível dele. As Escrituras são eternas: "Para sempre, ó SENHOR, a tua palavra permanece no céu" (Sl 119.89). A Palavra de Deus já existia antes de ser revelada ao homem. Deus enviou a Sua Palavra do céu para a terra a fim de se fazer conhecido do homem. A Bíblia Sagrada é o único livro que não tem origem na terra.



A Bíblia: um livro sobrenatural

Não faria o menor sentido pensar que Deus, depois de haver criado todas as coisas e,

em especial o homem, conforme a Sua imagem e semelhança, não demonstrasse nenhum interesse por ele. Esse interesse não consistiria em apenas olhar para ele, prestar atenção aos seus atos e comportamentos; mas em comunicar-se com ele e dar-se a conhecer a ele. O interesse de Deus pelo homem, sem dúvida, constitui-se a principal razão da criação. O "Deus vivo, que fez o céu, e a terra, e o mar, e tudo quanto há neles; o qual, nos tempos passados, deixou andar todos os povos em seus próprios caminhos; contudo, não se deixou a si mesmo sem testemunho, beneficiando-vos lá do céu, dando-vos chuvas e tempos frutíferos, enchendo de mantimento e de alegria o vosso coração" (At 14.15-17).

Das várias formas utilizadas por Deus para se revelar ao homem, tais como: por meio da natureza; da providência; da encarnação do Seu Filho ou por meio de milagres, a forma mais segura e definitiva no tempo e no espaço é a revelação por meio das Escrituras. Diz o ditado latino *verba volant scripta manent perennis,* que significa "as palavras voam, mas os escritos permanecem". Se Deus deixasse que a revelação de si mesmo se desse por conta da tradição oral, certamente ela já teria passado por muitas mudanças e o Deus que hoje conhecemos não seria em nada parecido com o original. Mas Ele garantiu que homens sérios registrassem essa revelação e, assim, a Revelação chegou até nós, milênios depois que Ele deu início a tudo. De Moisés aos profetas e dos profetas aos apóstolos, temos duas porções distintas que revelam, de modo peculiar, o mesmo Deus: no Antigo Testamento e no Novo Testamento.

A farta literatura que compõe a Bíblia é um compêndio de história, profecia, poesia, devoção, ensinamentos práticos e, é claro, a Revelação de Deus. Suas palavras tanto apresentam o tom severo de profetas – que às vezes se mostram irados – como o tom melancólico de quem lastima pelos erros humanos, chamando-os ao arrependimento. Às vezes, as palavras são duras e amargas, anunciando juízo; outras vezes, são doces e suaves, carregando consigo promessas de dias melhores. A linguagem tem o peso jornalístico, de informações claras e objetivas; mas também a retórica quase que indecifrável dos poetas.

A palavra de uma pessoa revela os seus pensamentos. A palavra, seja ela verbalizada pelos lábios ou pela escrita, expressa sentimentos e intenções. Há muitas palavras faladas diariamente pelos homens: palavras boas e palavras ruins; palavras sérias e palavras levianas; palavras que devem ser consideradas e outras que não merecem acatamento; palavras de ajuda, palavras que destroem; palavras que se perdem, palavras que comprometem e podem levar até pessoas inocentes aos tribunais. Pilatos, depois de haver feito um pronunciamento por escrito sobre a pessoa de Cristo, não pôde mais desdizer-se o que havia dito: " O que escrevi escrevi." (Jo 19.22).

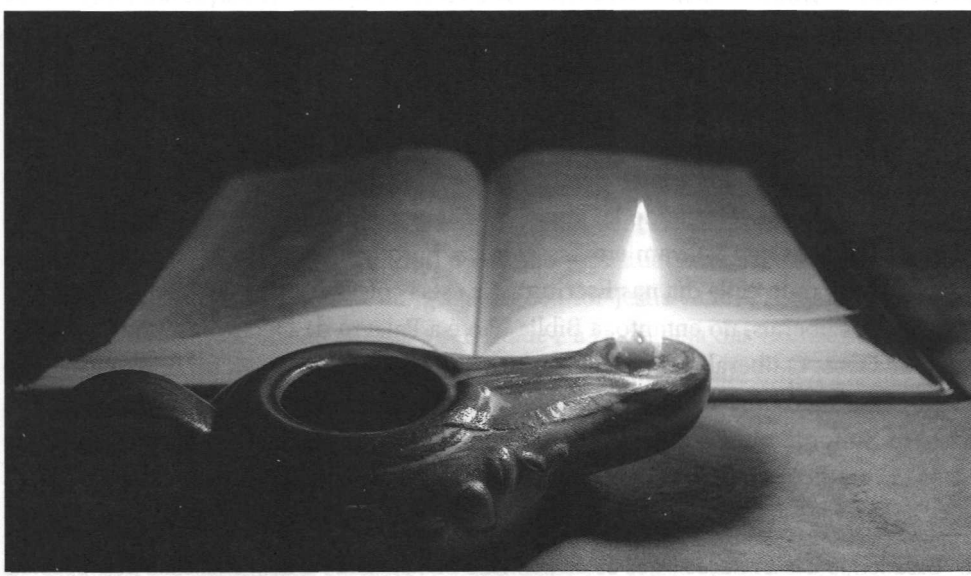
Foi Deus quem mandou escrevê-las

O povo judeu desenvolveu o hábito maravilhoso de registrar a sua história através da escrita. Esse hábito foi desenvolvido depois de o próprio Deus ter ordenado a alguns

dos seus servos que escrevessem o que viam, ouviam e viviam: "Disse mais o SENHOR a Moisés: Escreve estas palavras; porque, conforme o teor destas palavras, tenho feito concerto contigo e com Israel" (Êx 34.27; cf. 17.14; Is 30.8; Jr 30.2; Ez 43.11; Hb 2.2; 2 Tm 3.16). A ordem para escrever as Escrituras Sagradas veio de Deus. O apóstolo Paulo disse: "Toda Escritura divinamente inspirada é proveitosa para ensinar, para redarguir, para corrigir, para instruir em justiça" (2 Tm 3.16).

A mensagem desse livro pode não ser a que os homens estão mais dispostos a acatar, mas é a que todo ser humano, independentemente de raça ou credo religioso, precisa receber de coração, porque nenhum livro é mais completo do que a Bíblia em toda a história da humanidade. A Bíblia diz quem o homem é, de onde veio e para onde vai; e o destino de cada um é o principal assunto com que esse livro se ocupa. Devido à importância da sua mensagem sobre o Deus que ela revela e sobre o Salvador que ela apresenta, a Bíblia é digna de ser conhecida, apreciada, compreendida, estudada, respeitada, acatada e amada por todos os seres humanos, porque não é um livro como os demais. Sua origem não está na terra. A Bíblia não é subproduto de elucubrações da mente humana. Não é manual de ritos religiosos; a Bíblia tem sua origem no próprio Deus. Ela é a própria Palavra de Deus em forma escrita.

Como poderia um homem apostar o futuro da sua alma a partir de uma mensagem incerta, subproduto de elucubrações de mentes insanas, sonhadoras e irresponsáveis? Se a mensagem da Bíblia não tivesse o teor sagrado que a ela é atribuído, os pregadores estariam prestando um incalculável desserviço à humanidade. Na Bíblia, há poucos versículos que falam sobre o futuro do pecador perdido no inferno; no entanto, eles foram suficientes para que os discípulos de Jesus se mobilizassem para anunciar a



Palavra de Deus

salvação desde o início da era cristã, dois milênios atrás. Quanto investimento tem sido feito em abertura de igrejas, construção de templos, envio de missionários, literatura, rádio, televisão etc.? Por causa da mensagem da Bíblia, pessoas sacrificaram suas vidas e algumas as expuseram à morte. Que livro é esse para conseguir tanto? Para merecer tanto acatamento, com certeza a Bíblia é um livro diferenciado de todos os outros do planeta. Esse livro é a própria Palavra de Deus!

Palavra de Deus

Por mais que a revelação natural[1] de Deus seja inequívoca, é pela revelação especial (a Bíblia) que Deus se apresenta de modo mais íntimo ao homem, dando-lhe a conhecer a Sua vontade e os Seus intentos. O homem possui uma revelação intrínseca, em sua mente, de que há um Deus; mas Deus não poderia deixar que o homem tirasse suas próprias conclusões sobre quem Ele realmente é sem que houvesse uma referência sólida, clara e segura para isso. Por essa razão, Ele mesmo se encarregou de escrever a Bíblia por intermédio do Espírito Santo, usando pessoas sensíveis a fim de que cada palavra fosse orientada e registrada segundo a Sua regra. Qualquer explicação sobre Deus que não proceda da Bíblia é suspeita e indigna de ser acatada.

Não basta saber quem Deus é nem mesmo conhecer a Sua vontade: é preciso crer nele. A Bíblia nos ensina a crer em Deus! A crença em Deus implica duas coisas: reconhecer que Deus existe e aproximar-se dele: "Ora, sem fé é impossível agradar-lhe, porque é necessário que aquele que se aproxima de Deus creia que ele existe e que é galardoador dos que o buscam" (Hb 11.6).

A afirmação dogmática de que a Bíblia é a Palavra de Deus é algo comum a todos os crentes no mundo inteiro. Decorre dessa certeza, a plena aceitação da Bíblia sobre quaisquer assuntos de que trata. Como Palavra de Deus, ela é a bússola que guia a vida dos crentes em âmbito coletivo ou individual. Por meio da Bíblia, aprende-se a rejeitar tudo o que desagrada a Deus e aprende-se a aceitar e a praticar tudo o que o agrada. Para os crentes, toda e qualquer experiência cristã deve ser conferida nas Escrituras, conforme faziam os crentes de Bereia: "E logo os irmãos enviaram de noite Paulo e Silas a Bereia; e eles, chegando lá, foram à sinagoga dos judeus. Ora, estes foram mais nobres do que os que estavam em Tessalônica, porque de bom grado receberam a palavra, examinando cada dia nas Escrituras se estas coisas eram assim" (At 17.10,11).

Para os liberais, no entanto, a Bíblia não é a Palavra de Deus, mas "contém" a Palavra de Deus. O liberalismo teológico é uma corrente que nasceu no início do século 13 por intermédio de teólogos e filósofos como Thomas Hobbes, Benedito Spinoza, Richard Simon e outros que, estudando a literatura do Pentateuco, entenderam que havia contradições nela, as quais punham em dúvida a autoria de Moisés.

---

1. Essa forma de Revelação - que se dá por meio da natureza - é bem explicada pelo apóstolo Paulo em Romanos 1.18-25.

No século 19, surge a alta crítica teológica na Alemanha, em contraste com a baixa crítica que se detém a estudar apenas os textos bíblicos. A escola alemã avançou seus estudos também para o Novo Testamento, perscrutando aspectos fundamentais na literatura bíblica, como: seu autor, os destinatários, problemas linguísticos, a datação dos livros etc. Eles levaram em consideração possíveis alterações do texto bíblico sofridas ao longo dos anos em suas transcrições. A alta crítica – também conhecida como crítica literária – ganhou força no início do século 19, na escola de Tübingen, estendendo-se para outras escolas da Alemanha por intermédio de teólogos como Baur, Schwegler, Zeller, Volkmar, Hilgenfeld, Lipsius, Schleirmacher, Rudolf Bultmann e outros.

O liberalismo teológico, defendido pela maioria desses teólogos, prima pelo reducionismo teológico porque acredita que nem tudo o que está registrado na Bíblia é digno de acatamento. Ferdinand Christian Baur (1792-1860), teólogo filosófico protestante alemão e fundador da Escola de Tübingen de crítica bíblica, achou na filosofia contemporânea de Hegel um instrumento adequado para a remodelação da teologia.[2] Para o teólogo existencialista Rudolf Bultmann, por exemplo, grande parte dos escritos sagrados não passa de mito. Seu trabalho é demitizar, ou seja, separar dos fatos reais tudo o que considera mito, restando muito pouco para ser aceito como verdade dentro de tudo o que as Escrituras dizem. Bultmann questiona a afirmação dogmática de que a Bíblia é a Palavra de Deus, alegando que ninguém tem condições de fazer essa afirmação a menos que a tenha examinado por inteiro e constatado, depois de muitos exames, que a Bíblia é realmente a Palavra de Deus, pressupondo que, no tempo de toda a existência, isso seria impossível a um homem. Aparentemente, Bultmann parece ter razão, mas há muitos outros fatores, além da fé, que corroboram para a afirmação de que a Bíblia é a Palavra de Deus, tanto para o maior erudito como para o crente mais simples da face da Terra: o testemunho do Espírito e o testemunho incontável de vidas que foram transformadas depois que tiveram contato com a Bíblia Sagrada. O liberalismo teológico, atualmente muito defendido pelos teólogos católicos e protestantes, abre a porta para o relativismo moral, o qual favorece a abertura de práticas que a Igreja de Cristo sempre combateu com base nas Escrituras Sagradas.[3]

As Escrituras lidas sob a ótica liberal têm um sentido diferente, contrariando o espírito cristão e desmoronando todo o edifício espiritual construído, com lágrimas, ao longo dos anos de existência da Igreja do Senhor Jesus Cristo. Assim, o propósito deste capítulo é mostrar não apenas a seriedade e a relevância das Escrituras Sagradas como pura e santa Palavra de Deus, mas também defender a sua importância e a sua necessidade como instrumento de Deus para nortear a vida do Seu povo ao longo da

2. COSTANZA, José Roberto da Silva. As Raízes do Liberalismo Teológico. *Fides Reformata*. São Paulo, n. 1, p. 79-99, 2005.

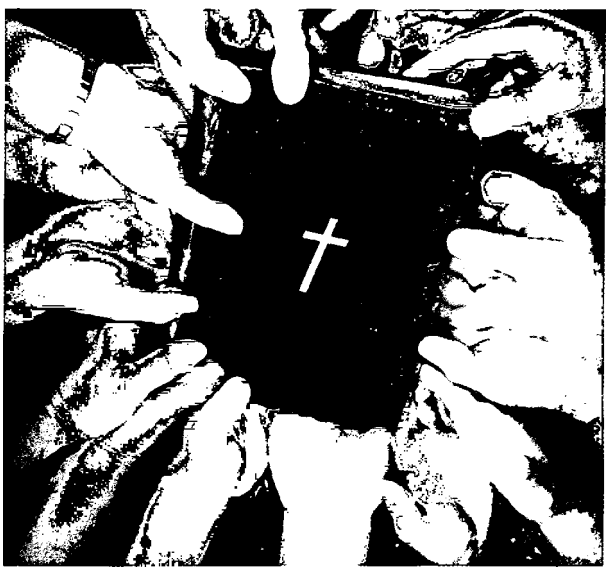
3. Bultmann é existencialista. Ele recebeu influência de seu colega Martin Heidegger na Universidade de Marburg.

história. Não se trata de uma visão ingênua ou simplista, mas assegurada em documentos e fatos que confirmam tal posicionamento.

As Escrituras promovem mudança

A Bíblia Sagrada aponta para a salvação pela pessoa de Jesus. Nenhuma literatura no decurso da história teve o poder de transformar um ser humano como as Escrituras Sagradas. A Bíblia se apresenta como uma espada capaz de penetrar no íntimo do coração do homem e revelar-lhe a mais secreta intenção ali escondida: "Porque a palavra de Deus é viva, e eficaz, e mais penetrante do que qualquer espada de dois gumes, e penetra até à divisão da alma, e do espírito, e das juntas e medulas, e é apta para discernir os pensamentos e intenções do coração" (Hb 4.12).

A Igreja de Cristo é formada por pessoas chamadas "santas" e "justas" pelas Escrituras. Porém, essas mesmas pessoas, antes de fazerem parte da Igreja do Senhor, eram ímpias, pecadoras e injustas. A mudança da antiga condição para a nova não se deu por nomenclatura; mas devido a uma transformação real e integral. Espírito, alma e corpo passaram por uma metamorfose identificada nas Escrituras pelas seguintes expressões: "nova criatura"; "novo nascimento"; "feitura de Deus"; "novo homem" (2 Co 5.17; Ef 2.10; 4.24; Cl 3.10). Desconsiderando o valor histórico e literário das Escrituras, o principal objetivo da Bíblia é espiritual, pois se trata da mensagem de Deus destinada a atingir o coração dos homens.



As Escrituras promovem mudanças

A REVELAÇÃO DIVINA NAS ESCRITURAS

Revelação é o desvendamento de Deus ao homem, concedendo-lhe o direito de conhecê-lo e o poder de conhecer coisas que dizem respeito ao Seu Reino: "E Moisés disse: Agora me virarei para lá e verei esta grande visão" (Êx 3.3). A revelação de Deus é uma comunicação pessoal entre Ele e o homem, através da qual Ele se mostra, não como uma energia cósmica, mas como um Ser pessoal que ama e deseja ser amado. Sem a revelação divina, as Escrituras Sagradas não existiriam, pois nenhum homem teria o que contar sobre o Deus Criador nem sobre as intenções dele com a criação.

Deus teria muitos motivos para cessar de se revelar ao homem, a começar pelo jardim do Éden, assim que Adão pecou; ou em outras ocasiões quando os homens se rebelaram contra Ele, por exemplo, quando os hebreus fizeram um bezerro de ouro no deserto depois de terem experimentado inúmeras provas de Seu poder, de Sua proteção e de Seu amor ao deixarem a terra do Egito. A Revelação de Deus, como ato gracioso, não significa que Deus aprova os atos humanos, mas tem como propósito atrair os homens para si, concedendo-lhes uma oportunidade dupla: conhecer o Seu caráter e oferecer-lhes redenção. "A revelação divina é uma proclamação de vida, mas

quando rejeitada, é uma proclamação de morte (Dt 30.15; 2 Co 2.16)".[4]

AS FORMAS DE REVELAÇÃO NAS ESCRITURAS

Revelação natural

Revelação por contatos diretos

Revelação através da encarnação de Jesus

Revelação através das intervenções divinas

Revelação pela provisão

Revelação parcial

Revelação especial

A Revelação divina nas Escrituras

A Revelação é progressiva

O ápice da Revelação

O princípio da Revelação

A iniciativa da Revelação partiu de Deus e não do homem, e a Revelação que Ele deu de si mesmo segue uma medida que Ele julga suficiente para o ser humano: "As coisas encobertas são para o SENHOR, nosso Deus; porém as reveladas são para nós e para nossos filhos, para sempre, para cumprirmos todas as palavras desta lei" (Dt 29.29). Há muita coisa encoberta sobre as quais não temos a menor ideia. Certamente as conheceremos na eternidade (Jo 17.3).

Revelação natural

Se não houvesse a Revelação especial, Deus continuaria a se revelar por intermédio da criação; entretanto, essa forma de revelação estaria muito aquém do conhecimento divino transmitido pelos autores sagrados. A Revelação natural serve apenas de testemunho, ao homem natural, de que há um Ser sobrenatural por trás de todas as coisas: "Os céus manifestam a glória de Deus e o firmamento anuncia a obra das suas mãos" (Sl 19.1; cf. Rm 1.18-20).

Revelação por contatos diretos

Tanto por narrativas bíblicas como por testemunhos correntes, sabemos que, entre pessoas piedosas, há revelações diretas por meio de sonhos, visões, teofanias, aparições de anjos e, inclusive, o aparecimento do próprio Senhor Jeová; audição de vozes que dialogam, revelando não apenas a existência do sobrenatural, como também do interesse divino em se comunicar com o ser humano (Nm 12.8; Dt 34.10);

4. HORTON, Stanley M. *Teologia Sistemática - Uma Perspectiva Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD, 2003. p. 70.

assim, Deus falou com Adão, Caim, Enoque, Noé, Abraão, Isaque, Jacó, Elias e com muitas outras pessoas.

Revelação através da encarnação de Jesus

De todas as revelações divinas, a mais precisa foi a manifestação carnal do próprio Deus através de Seu Filho Jesus, por isso Ele é chamado de Emanuel, que quer dizer "Deus conosco" (Is 7.14). Ele é Deus manifestado em carne (1 Tm 3.16). Por intermédio do Messias, a glória de Deus foi revelada (Is 40.5). Jesus é a própria Palavra de Deus encarnada: "No princípio, era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. (...) E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, e vimos a sua glória, como a glória do Unigênito do Pai, cheio de graça e de verdade" (Jo 1.1,14).

Revelação através das intervenções divinas

Muitas vezes, ao longo da história, é possível perceber a intervenção divina na terra, tanto em forma de juízo como em assistência ao povo de Deus. Fatos como: o dilúvio (Gn 7.17-24); a confusão de línguas em Babel (Gn 11.1-7); as pragas do Egito (Êx 7—11); a abertura do mar Vermelho (Êx 14.21); o maná diário para alimentar o povo (Êx 16.4,14); o envio de carne para alimentar os hebreus no deserto (Êx 16.13); o milagre de Elias, fazendo descer fogo do céu para consumir o altar que construíra perante os profetas de Baal (1 Rs 18.37,38); uma jumenta que falou (Nm 22.28-31); a queda dos muros de Jericó (Js 6.6-21); a detenção do sol e da lua (Js 10.12,13). Outras vezes, pela ressurreição (2 Rs 4.32-36); pelos restos mortais do profeta que ressuscitaram um morto (2 Rs 13.20, 21); pela cura de doentes (2 Rs 5.10-14) etc.

Revelação pela provisão

Em seu discurso à população de Listra, a qual queria venerar Paulo e Barnabé como se fossem deuses descidos dos céus para atendê-los, o apóstolo Paulo não apenas os corrige, como também declara que Deus é um só; é o Criador de todas as coisas e jamais deixou de dar testemunho claro de Sua pessoa: "Varões, por que fazeis essas coisas? (...) vos anunciamos que vos convertais dessas vaidades ao Deus vivo, que fez o céu, e a terra, e o mar, e tudo quanto há neles (...) contudo, não se deixou a si mesmo sem testemunho, beneficiando-vos lá do céu, dando-vos chuvas e tempos frutíferos, enchendo de mantimento e de alegria o vosso coração" (At 14.15-17).

Revelação parcial

Os seres humanos têm diante de si a revelação natural, mas também têm a Bíblia como fonte de revelação especial, como veremos a seguir; mas, mesmo assim, o nível de alcance da revelação ainda não é integral; tal revelação se dará quando estivermos

definitivamente com o Senhor: "Porque, agora, vemos por espelho em enigma; mas, então, veremos face a face; agora, conheço em parte, mas, então, conhecerei como também sou conhecido" (1 Co 13.12).

Revelação especial

A Revelação especial é obtida por meio da Bíblia Sagrada. Toda e qualquer experiência espiritual que alguém tenha deve ser submetida ao crivo da Bíblia Sagrada, pois, nela, encontra-se o referencial absoluto da verdade divina revelada ao homem, por isso ela é chamada também de cânon sagrado, que significa, literalmente, "régua de medir".

A Revelação divina nas Escrituras

Moisés, autor dos cinco primeiros livros da Bíblia, traz-nos toda a informação sobre a obra divina da criação. Como ele pôde ter tal conhecimento para registrá-lo senão pela Revelação? Muitas informações registradas na Bíblia foram transmitidas pela tradição: pais contavam aos filhos; mas como saber dos eventos relativos a Adão e Eva; ao jardim do Éden; à árvore da ciência do bem e do mal; à arvore da vida; ao ingresso do pecado na raça humana; ao episódio de Caim e Abel; à história de Noé; à construção da torre de Babel, à confusão de línguas etc.? Certamente, parte dessas informações tão ricas em detalhes foram obtidas por meio de Revelação, e não por meio da transmissão oral!

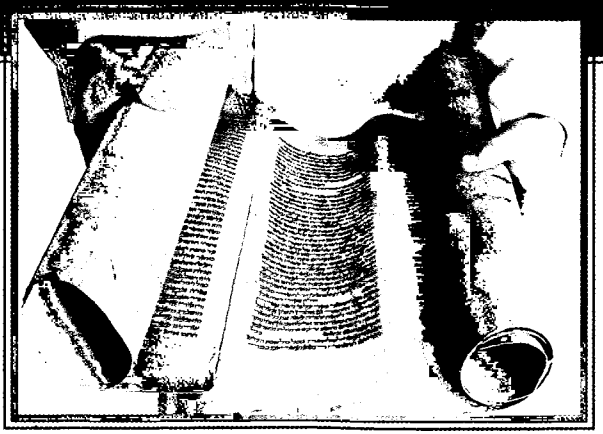
A Revelação é progressiva

Todos os meios de revelação divina, seja o natural ou pela encarnação, seja por contatos diretos ou pelas Escrituras, nunca esgotam o conhecimento que o homem pode ter acerca de Deus. Por mais que o ser humano venha a conhecê-lo, ainda há muito o que aprender (Jo 17.3). A Revelação é progressiva: "primeiro, a erva, depois, a espiga, e, por último, o grão cheio na espiga" (Mc 4.28).

O ápice da Revelação

A Igreja do Senhor Jesus aguarda a chegada daquele que é perfeito. "Quando vier o que é perfeito, então, o que o é em parte será aniquilado" (1 Co 13.10). O apóstolo fala do reino de entendimento espiritual e prossegue ilustrando com dois estágios de vida, o da incompreensão e o do entendimento: "Quando eu era menino (...), mas, logo que cheguei a ser homem" (1 Co 13.11) e conclui: "Porque, agora, vemos por espelho em enigma; mas, então, veremos face a face; agora, conheço em parte, mas, então, conhecerei como também sou conhecido" (1 Co 13.12).

A CREDIBILIDADE DA BÍBLIA



A Bíblia é o livro dos judeus e dos cristãos, com a devida ressalva de que o Novo Testamento não é aceito pelos judeus. Toda a autoridade religiosa, teológica, ética e espiritual do cristianismo evangélico procede das Escrituras Sagradas. Qualquer afirmação doutrinária somente tem valor se emanar das Escrituras. Para a Igreja Católica Romana, as Escrituras não têm a mesma importância que têm para os evangélicos. Isso se deve à substituição delas pelas decisões canônicas que foram elaboradas pela cúpula da Igreja Romana no decorrer dos séculos. A separação da Igreja Católica Romana das Escrituras Sagradas foi tão séria que a instituição chegou a proibir que seus fiéis possuíssem um exemplar do livro sagrado, condenando à morte alguém que fosse pego com um.

Os manuscritos

Os manuscritos de que dispomos, ainda que sejam muito antigos, não são os chamados "autógrafos", ou seja, os mesmos que foram usados pelos respectivos autores. São cópias reproduzidas por escribas que ganhavam a vida fazendo cópias de textos sagrados. *Manuscrito* é uma palavra de origem latina: *manus* (mãos) *scripta* (escrita): um documento escrito à mão. Era assim no passado, pois a imprensa ainda não havia sido inventada.

Manuscritos

O registro de dados era comumente feito em tábuas de argila com o uso de estiletes; também eram usados outros materiais como cascas de árvores, metais, peles de animais ou qualquer material propício para a grafia. Para manipular a tinta, usava-se um objeto pontiagudo ou uma pena de ave. Os chineses inventaram o papel, utilizando fibras vegetais, folhas de palmeiras, ossos de baleias, dentes de focas, pedras, barro e casca de árvores. Os egípcios inventaram o papiro, que resulta da prensagem de folhas de certo vegetal extraído à beira do Nilo. O papiro teve grande importância no passado como material para os caracteres egípcios serem grafados (os hieróglifos), documentando a história dos faraós. As folhas eram semelhantes às que usamos em livros e eram chamadas de *códex* ou *códice*, do latim, daí o termo para se referir a certos manuscritos famosos da Bíbia como o *Codex Vaticanus*; *Codex Sinaiticus*; *Codex Receptus* e *Codex Alexandrinus*.[5] Os *codex* eram feitos de cascas de árvores cobertas de cera para facilitar a escrita. Os hebreus preferiam usar o pergaminho, que consistia em uma tira curtida de couro de animal. As tiras formavam rolos de até 17 metros de comprimento.

Hoje, desfrutamos de toda facilidade para escrever, pois temos o papel inventado pelos chineses aproximadamente no segundo século da era cristã. Nos tempos bíblicos, usava-se outros materiais como pedra, barro, madeira, papiro e pergaminho. O papiro (gr. *papyros*) era utilizado pelos egípcios, também pelos hebreus, pelos babilônios e pelo mundo greco-romano. Era feito de tiras de folhas de papiro que eram molhadas, cruzadas, prensadas e postas para secar. Resultavam em uma folha consistente, de tom

5. Estes são os quatro famosos textos gregos em unciais (escritos em letras maiúsculas).

amarelado. O pergaminho era feito de pele de animal curtida (2 Tm 4.13). Seu nome origina-se do nome da cidade onde foi criado: Pérgamo.

Os dois Testamentos

O dicionário Aurélio define a palavra "testamento" da seguinte forma: "Ato personalíssimo, unilateral, gratuito, solene e irrevogável, pelo qual alguém, com observância da lei, dispõe de seu patrimônio, total ou parcial"[6]. O Antigo e o Novo Testamentos demonstram a ação unilateral e gratuita de Deus para nos tornar herdeiros das Suas riquezas por intermédio do sacrifício de Jesus Cristo. "Testamento" em hebraico é בְּרִית (*berith*); e em grego é διαθήκη (*diátheke*), que significa *aliança*, *pacto*, *acordo*, *contrato*.

O Antigo Testamento

O AT é composto de 39 livros: Gênesis é o primeiro, Provérbios está no meio e Malaquias é o último dos livros. Todo o Antigo Testamento foi escrito em um período de 1370 anos aproximadamente, entre 1800 a.C. e 430 a.C.

Esse é o Testamento de Deus para a nação de Israel. Os israelitas são o povo que Deus levantou a partir de Abrão para servir como porta da revelação dele mesmo para toda a humanidade (Gn 12.1-3). Nesse Testamento, existem peculiaridades que se aplicam somente à nação de Israel. O Antigo Testamento nunca poderá ser usado como fonte doutrinária para a Igreja; mas, sim, como disseram Paulo e o escritor aos Hebreus: era um tipo ou uma sombra daquele que havia de vir (Hb 9.1,11,12). A Igreja tem o seu próprio Testamento, do qual falaremos adiante.

Hoje, desfrutamos de toda facilidade para escrever, pois temos o papel inventado pelos chineses aproximadamente no segundo século da era cristã. Nos tempos bíblicos, usava-se outros materiais como pedra, barro, madeira, papiro e pergaminho.

O propósito do Antigo Testamento

O Antigo Testamento tem como função preponderante revelar Deus

6. HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Positivo Editora, 2010.

por intermédio de um povo escolhido: Israel. No AT, vemos o divino concerto com esse povo, estudamos toda a trajetória daquela gente ao longo dos anos e atentamos ao Seu propósito final: a vinda do prometido Messias à terra. No seu propósito de revelar Deus, a Bíblia inicia mostrando-o como o Criador de todas as coisas: tanto do Universo como homem. No Antigo Testamento, a Revelação de Deus é progressiva. Ele é apresentado como Santo e, na Sua santidade, quer ser reverenciado pelo homem. Deus escolheu um homem chamado Abrão, da terra de Ur dos caldeus, a quem prometeu dar filhos que se tornariam uma nação aliançada com Ele.

Todo o Antigo Testamento se desenvolve em torno dessa nação, a qual recebe diferentes nomes: Canaã (em alusão a Cam ou Cão, um dos filhos de Noé, pois seus descendentes viveram por muitos anos naquela terra); Israel (em alusão a Jacó, que mudou de nome para Israel posteriormente. Ele era neto de Abraão); Judá (nome que a nação recebeu no cativeiro babilônico, pois a invasão ocorreu no território da tribo de Judá); hebreu (um designativo do nome Abraão). A nação era regida por leis e cultos que envolviam o derramamento de sangue de animais para perdão dos pecados do povo, simbolizando o sacrifício perfeito que ocorreria no futuro, quando o Ungido profetizado se manifestaria e efetuaria definitivamente um sacrifício único por toda a humanidade (Hb 10.1-9).

SUBDIVISÃO DA BÍBLIA

ANTIGO TESTAMENTO

Pentateuco
Livros Históricos
Livros Poéticos
Profetas Maiores
Profetas Menores

NOVO TESTAMENTO

Evangelhos
Livro Histórico
Epístolas Universais (ou Gerais)
Epístolas Paulinas
Epístola aos Hebreus
Livro Profético

O Novo Testamento

O Novo Testamento contém 27 livros: o Evangelho de Mateus é o primeiro, 2 Tessalonicenses está no meio e Apocalipse o último dos livros. O Novo Testamento foi escrito por 9 autores diferentes, em um período de 46 anos aproximadamente, entre os anos 50 d.C. e 96 d.C. Esse é o Testamento de Deus para a Igreja. Por que o primeiro Testamento é chamado de Antigo? Porque ele pré-anunciava algo que já se consu-

mou. O Antigo Testamento era uma sombra de Cristo, o qual deveria vir para tornar a salvação de Deus acessível a todos os que cressem. Uma vez que Ele já veio, morreu e ressuscitou, aquele Testamento não caducou, mas se tornou antigo. Então, com o nosso Cristo ressurreto, precisávamos de um Novo Testamento para consolidar a aliança de Deus com toda a humanidade através do sangue do Seu Filho. O primeiro Testamento só cabia à nação de Israel.

Propósito do Novo Testamento

O propósito central do Novo Testamento é revelar o Filho de Deus e trazer-nos as boas-novas do Seu Reino, o qual já está entre nós: "E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, e vimos a sua glória, como a glória do Unigênito do Pai, cheio de graça e de verdade" (Jo 1.14); "se eu expulso os demônios pelo Espírito de Deus, é conseguintemente chegado a vós o Reino de Deus" (Mt 12.28).

As subdivisões do Antigo Testamento

O Antigo Testamento, na composição judaica, é dividido em três porções: Pentateuco, Proféticos e Escritos (ou hagiógrafos). Na versão cristã, o Antigo Testamento é divido em cinco categorias: Pentateuco, Livros Históricos, Livros Poéticos e Livros Proféticos.

Pentateuco

Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio. Esses são os cinco primeiros livros da Bíblia, são chamados de Pentateuco. A sua autoria é atribuída a Moisés. A Torá, como também são chamadas as leis que constam no Pentateuco, é para os judeus o que as epístolas doutrinárias do Novo Testamento são para a Igreja (Êx 17.14; 34.27).

Livros Históricos

Os livros históricos são: Josué, Juízes, Rute, 1 Samuel, 2 Samuel, 1 Reis, 2 Reis, 1 Crônicas, 2 Crônicas, Esdras, Neemias e Ester. Tais livros descrevem a história da nação hebraica e dos seus primórdios na conquista de Canaã; também tratam do estabelecimento da monarquia, da deportação dos judeus para a Babilônia e do subsequente retorno do povo para a reconstrução da cidade de Jerusalém.

Livros Poéticos

Na Bíblia hebraica, os Livros Poéticos constam como "Escritos". São eles: o Livro de Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cantares de Salomão e Lamentações (embora alguns o situem entre os proféticos). Esses escritos constituem-se de literatura poética e de cânticos, como é o caso de Salmos e Cantares. Por meio dessa literatura, os autores narram a história da nação: suas batalhas, seus sofrimentos e suas vitórias; elas incluem

Ezequiel foi aluno do velho profeta Jeremias. Ouvia as suas prédicas, aprendia com ele. Ainda jovem, fora levado para o cativeiro babilônico. Profetizou para os nobres que fizeram parte da primeira leva de judeus deportados.

lamentação por perdas e exultação pelos momentos de glória. Contêm reflexões filosóficas em forma de teodiceia,[7] como o caso do sofrimento de Jó; e discursos de sabedoria, como são os livros de Provérbios e de Eclesiastes.

Profetas Maiores

Os profetas são chamados maiores, não devido à qualidade deles, mas ao tamanho dos livros quando comparados aos menores. São eles: Isaías, Jeremias, Ezequiel e Daniel. Isaías, em uma mescla de poesia e revelação, profetiza acerca de acontecimentos futuros da nação, como, por exemplo, o cativeiro babilônico, desde a invasão dos babilônios até a volta do povo sob o decreto do rei Ciro. É também considerado o profeta messiânico do Antigo Testamento, pois faz alusão à pessoa do Messias, do Seu nascimento à Sua morte. Esse mesmo profeta avança no tempo, trazendo informações sobre o futuro reino milenar do Messias.

Jeremias, por sua vez, um profeta mal compreendido, perseguido pelo rei e difamado pelos profetas contratados do grande monarca. Isso ocorreu porque ele avisava que os babilônios estavam por vir e, quando viessem, não poderiam ser impedidos. Resisti-los apenas complicaria a situação da nação, mas o rei não lhe deu ouvidos, contratando, porém, profetas para desfazerem suas mensagens com outras profecias convenientes. Jeremias dizia que os babilônios levariam o povo cativo para a sua terra, e, depois de 70 anos, eles retornariam ao seu país. As profecias de Jeremias se cumpriram.

Ezequiel foi aluno do velho profeta Jeremias. Ouvia as suas prédicas, aprendia com ele. Ainda jovem, fora levado para o cativeiro babilônico. Profetizou para os nobres que fizeram parte da primeira leva de judeus deportados. Seus escritos, carregados de visões, fazem o prognóstico da nação quando essa seria trazida de volta do cativeiro.

7. Teodiceia é o campo da Filosofia - e também da Teologia - que justifica a existência de Deus em meio ao mal e ao sofrimento humano.

Daniel, embora não pertencesse a nenhuma linhagem de profetas, é chamado profeta pelo teor do seu escrito. Homem espiritual, dotado de capacidade sobrenatural, podia não apenas interpretar sonhos, mas também desvendar mistérios futuros por meio de revelação. Tinha os olhos espirituais abertos para ver anjos e a mente apta para discernir o mundo angelical que rodeava o ambiente político do seu tempo: Israel, Babilônia e o império Persa. Alcançou revelação que estava além de sua época, chegando a fatos escatológicos que vão além do nosso tempo. O seu livro é imprescindível como literatura de apoio aos estudantes de escatologia e serve de base para a melhor compreensão do livro de Apocalipse.

Profetas Menores

Os profetas menores são 12. Eles não são chamados de "menores" por grau de importância, mas devido ao tamanho dos livros. São eles: Oseias, Joel, Amós, Obadias, Jonas, Miqueias, Naum, Habacuque, Sofonias, Ageu, Zacarias e Malaquias. Nove desses escritos são pré-cativeiro babilônico; e três deles, pós-cativeiro. Ambos os profetas (maiores e menores) possuem cíclos na narrativa. Normalmente, eles apontam a tristeza de Deus pelos erros ou pelos pecados da nação; apresentam uma mensagem de arrependimento e retorno; deixam uma mensagem de vitória e de engrandecimento pela obediência.

As subdivisões do Novo Testamento

O Novo Testamento está subdividido em seis categorias: Evangelhos, Livro Histórico, Epístolas Paulinas, Hebreus, Epístolas Universais (ou Gerais) e Livro Profético.

Evangelhos

São quatro os Evangelhos. Eles narram a vida de Jesus: o nascimento, o anúncio das boas-novas, a morte, a ressurreição e a ascensão ao céu. São eles: Mateus (destinado ao povo judeu para provar que Jesus é o Messias prometido); Marcos (destinado aos romanos, apresenta Jesus como o servo sofredor que veio ao mundo para morrer pelos pecados da humanidade); Lucas (destinado aos gregos, apresenta Jesus como o homem perfeito que os gregos procuravam); e João (um Evangelho universal, apresenta Jesus mais no Seu lado divino do que humano). Para João, Jesus é o Verbo (a Palavra) que se fez carne e habitou entre nós (Jo 1.14).

Livro Histórico

O Novo Testamento tem apenas um livro histórico: Atos dos Apóstolos. Esse livro descreve os 30 primeiros anos da Igreja primitiva, sua fundação e sua expansão até os dias finais de Paulo, quando este está preso em Roma.

Epístolas Paulinas

O apóstolo Paulo deixou 13 cartas escritas, são elas: Romanos, 1 Coríntios, 2 Coríntios, Gálatas, Efésios, Filipenses, Colossenses, 1Tessalonicenses, 2 Tessalonicenses, Filemom. Essas cartas são primordialmente doutrinárias. Três das epístolas paulinas são chamadas de *Epístolas Pastorais*, são elas: 1 Timóteo, 2 Timóteo e Tito. As epístolas aos Efésios, aos Filipenses, aos Colossenses e a Filemom são chamadas de epístolas da prisão, pois foram escritas quando o apóstolo Paulo estava preso.

Epístola aos Hebreus

O autor de Hebreus é desconhecido. Essa é uma carta de encorajamento para os judeus cristãos que estavam sucumbindo às adversidades, devido às intensas perseguições que sofriam. Alguns retornaram para o judaísmo e outros apostataram completamente da fé (Hb 6.4; 10.25-31). Nela, o autor chama a atenção dos leitores para a importância da fé em Jesus. Ele é maior do que os anjos, do que os sacerdotes, maior do que Moisés; Seu sacrifício é maior do que os sacrifícios de animais e Ele é também maior do que o templo. Seu sacerdócio é segundo a ordem de Melquisedeque. Aqueles crentes haviam feito grande progresso, no entanto, naquele momento, estavam mostrando comportamento regressivo (Hb 5.13,14; 6.1; 10.32-39).

Epístolas Universais (ou Gerais)

As Epístolas Universais, também conhecidas como Gerais ou Católicas, são as seguintes: Tiago, 1 Pedro, 2 Pedro, 1 João, 2 João, 3 João e Judas. Essas cartas são pequenas e acentuam um caráter mais ético e encorajador para os crentes em tempos de oposição e aflição. Nelas, há instrução aos crentes para os perigos doutrinários que rondam a vida deles, como, por exemplo, a intromissão dos hereges gnósticos, dos judaizantes e dos antinomistas no seio da Igreja. Os apóstolos, por meio desses escritos, previnem não apenas as igrejas dos seus dias, mas as igrejas que surgiriam no futuro.

Livro Profético

O livro de Apocalipse, na sua primeira parte, traz uma breve mensagem a cada uma das sete Igrejas da Ásia Menor e, em seguida, dedica-se a narrar os acontecimentos mundiais que sucederão ao arrebatamento da Igreja.

Mesmo com a estrutura literária que tem, a Bíblia se faz entender a todos os que se aproximam de Deus pela fé em Cristo Jesus. A mesma mensagem está reafirmada repetidas vezes, em linguagem multiforme, através de estratégias diferentes, a partir de diferentes contextos e em conformidade com o estilo literário de cada autor. Assim, Deus garantiu que, todos aqueles que desejarem entender a Bíblia com um coração puro, vão entendê-la. Aqueles que, por exemplo, tiverem dificuldade de entender a erudição de Isaías, não terão problemas em assimilar a paixão de Jeremias, nem a praticidade de

Ezequiel; quem não assimilar a mensagem do diplomata Daniel, certamente compreenderá a palavra sem rodeios de Amós. O resultado de toda essa estrutura é o livro glorioso que temos à mão, o qual revela o coração de Deus para a humanidade: a Bíblia Sagrada.

As línguas em que a Bíblia foi escrita

Os idiomas originais da Bíblia têm um lugar especial na sua história. Deus escolheu três idiomas: hebraico, aramaico e grego.

O hebraico

O hebraico e o aramaico eram, originalmente, línguas constituídas apenas de consoantes, e tinham como algarismos as próprias letras. De origem semítica, o hebraico é uma língua de poucos adjetivos, bem como de substantivos abstratos. Sua escrita segue da direita para a esquerda. Trata-se de um idioma muito antigo. É necessário que o estudante da Bíblia tenha acesso a ele se quiser compreender melhor certas passagens das Escrituras. O hebraico reviveu após o regresso dos judeus para o seu país, em 1948, fixando-se como a língua oficial de Israel atualmente.

O Império Grego deixou suas marcas nos países por ele dominados, a partir de 333 a.C, com Alexandre, o Grande, filho do imperador Filipe da Macedônia. A cultura grega difundiu-se pelo mundo e a sua maior marca foi a língua.

O aramaico

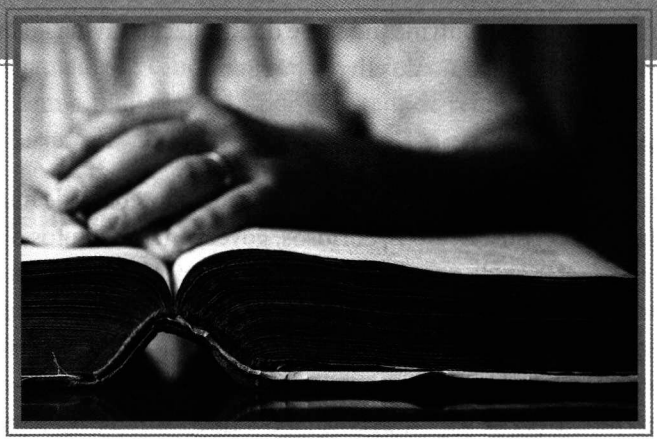
O aramaico era a língua falada pelos caldeus (Dn 2.4). Quando os judeus regressaram do cativeiro babilônico, eles falavam o aramaico. Alguns trechos do Antigo Testamento foram escritos nessa língua, tais como: Daniel 2.4 a 7.28; Esdras 4.8 a 6.18; 7.12-26 e Jeremias 10.11. Nos dias de Jesus, falava-se o aramaico (também conhecido como siríaco) na Palestina. É uma língua ainda viva, falada em algumas aldeias cristãs na área do Antilíbano.

O grego

O Império Grego deixou suas marcas nos países dominados por ele a partir de 333 a.C, com Alexandre, o Grande, filho do imperador Filipe da Macedônia. A cultura gre-

ga difundiu-se pelo mundo e a sua maior marca foi a língua. O *koinê* (grego popular) era também um idioma falado na Palestina, nos dias de Jesus. Os escritores do Novo Testamento usavam o *koinê,* pois essa língua facilitava a comunicação entre os povos daquela época (At 21.37). O grego possui uma gramática rica, com oito declinações, e tem uma forma tão peculiar de expressar pensamentos que, às vezes, uma simples tradução não é capaz de transmitir todo o significado das palavras. Por isso, os estudiosos da Bíblia esmeram-se em conhecer essa língua, exatamente para detectar termos e ideias que tornam mais significativos os textos lidos.

A HISTÓRIA DAS ESCRITURAS



Quando citamos o Pentateuco como o início da Revelação divina à humanidade, não estamos ignorando o fato de que o livro de Jó é considerado o livro canônico mais antigo da Bíblia. Embora não haja concordância total quanto a quem escreveu o livro de Jó, nem quanto a sua datação precisa, a grande maioria dos estudiosos aceita o fato de que esse livro é mais antigo do que os escritos do Pentateuco (os primeiros cinco livros da Bíblia). Muitos sugerem que o autor do livro de Jó seja desconhecido, outros se aventuram a dizer que o autor foi Moisés. Alguns historiadores sugerem que a data do livro gira em torno de 1800 a.C.; portanto, 300 anos mais antigo do que o livro de Gênesis.

A razão por que o Pentateuco ocupa lugar de primazia no cânon do Antigo Testamento é o fato de Moisés ter lançado o fundamento sobre o qual todos os demais escritores edificaram. O próprio Senhor Jesus Cristo citou algumas vezes os escritos de Moisés como fundamento para os Seus ensinos (Mt 8.4; 19.8; 22.24-32; 23.2,3; Mc 1.44; 7.10; 10.3; Lc 2.22; 5.14; 16.29; Jo 3.14; 5.45; 7.19). Outros heróis do Novo Testamento também se basearam nos escritos de Moisés: Pedro (At 3.22); Estêvão (At 7.20); Judas (Jd 1.9); Paulo (Rm 9.15; 1 Co 9.9; 2 Co 3.7-15); o escritor da carta aos Hebreus (Hb 3.2-16; 7.14; 8.5; 9.19; 10.28) etc.

A antiguidade do Pentateuco

O Pentateuco é tido oficialmente como o gatilho que dispara o início do processo da *revelação* e *inspiração* das Escrituras Sagradas. Isto se dá por algumas razões: 1) o Pentateuco é um *compêndio* literário, enquanto Jó é um *livro* isolado; 2) a datação dos livros do Pentateuco é amplamente conhecida (de 1688 a.C. a 1645 a.C.); 3) o Pentateuco lança os fundamentos da doutrina judaica e da Revelação divina ao homem; porém, o livro de Jó entra na classificação dos livros poéticos.

Não há contradição nas Escrituras

A harmonia bíblica é extraordinária e já despertou o interesse de muitos estudiosos ao longo da História. Cientistas, ateus, curiosos, governantes e muitos outros já dedicaram suas vidas na tentativa de encontrar algum ponto de desequilíbrio na Bíblia, para poderem provar que ela não é a Palavra de Deus e que não passa de um mero livro escrito por homens, os quais falharam. Entretanto, todos os opositores da Bíblia morreram sem encontrarem nela uma só discrepância. Além disso, nenhum escrito jamais se mostrou tão peculiarmente eficaz para transformar a vida de um ser humano quanto esse!

O Cânon Sagrado

Para a grande pergunta: "Como foram reconhecidos e recomendados os textos que deveriam fazer parte do Cânon Sagrado, seja do Antigo ou do Novo Testamento?", não há resposta. Sabe-se que tanto para o Antigo quanto para o Novo Testamento a aceitação canônica dos livros se deu em processos através dos tempos, e não em eventos específicos, como concílios ou reuniões convencionais. A credibilidade de cada livro aceito como canônico relacionava-se primeiro à pessoa do autor. No caso do Antigo Testamento, a pergunta prevalecente era: Quem escreveu? Esta cópia que temos é igual a tantas outras do mesmo livro existentes? Quais os testemunhos que temos de que o autor é verdadeiramente Moisés, ou Samuel, ou Isaías, ou Ezequiel ou outro profeta? O mesmo se deu em relação ao Novo Testamento.

A credibilidade dos livros, fossem eles os Evangelhos, os escritos paulinos ou outros escritos apostólicos, estava diretamente relacionada à popularidade alcançada por aqueles livros na comunidade cristã. Outros livros, escritos pelos Pais da Igreja e também por outros cristãos piedosos, circularam entre eles, mas o conteúdo teológico falava muito alto. Havia sempre algum ponto discordante entre tais livros e os escritos e ensinamentos apostólicos, registrados nos rolos ou na memória dos crentes, os quais eram repassados pela tradição oral. Além disso, as igrejas iam juntando cópias dos escritos e, entre elas, havia comunicação, mas o fator relevante nesse caso é que o Espírito Santo estava no controle; afinal, Ele era o próprio autor e não permitiria a intromissão de qualquer literatura que não partisse dele.

A importância do Cânon Sagrado

Se a Escritura é, de fato, um texto inspirado por Deus, algum critério seletivo ocorreu para separar os atuais 66 livros dentre tantos outros livros que concorriam a um espaço dentro das Escrituras Sagradas; eram livros contemporâneos dos canônicos. Esse crivo existiu, e ele foi longo, rigoroso e assegurou a canonicidade das Escrituras Sagradas.

A Bíblia é chamada de cânon porque ela é a nossa regra de fé, nosso padrão! Os livros que compõem a Bíblia lá estão por servirem de referência absoluta à nossa fé e prática de vida cristã.

Por que o Cânon tornou-se necessário

Desde que a voz dos profetas e apóstolos começou a ser ouvida, na antiguidade, surgiu a necessidade iminente de se estabelecer um Cânon Sagrado. Sob a condução divina, eles sabiam o que era inspirado e o que não era. Mas, com a morte daqueles homens e o cessar da inspiração, tornou-se necessário reunir os seus escritos, para saber qual foi a mensagem de cada um deles, bem como preservá-la da corrupção. Outra razão para a formação do cânon era o perigo constante que esses escritos corriam de sofrer alteração. Muitas obras literárias entraram na disputa, reivindicando o reconhecimento de livros inspirados. Surgiram, então, as perguntas inevitáveis: quais desses escritos são realmente inspirados? Qual a extensão da literatura inspirada? Outra razão forte para a formação do Cânon estava no fato de o louco imperador Diocleciano ter decretado, em 302 d.C., que todos os livros sagrados fossem queimados. Assim, a questão se levantou sobre quais livros mereciam o direito legítimo de serem considerados inspirados.

Um longo e exaustivo processo

Até chegar aos 66 livros que conhecemos hoje — o que se deu no Concílio de Trento, em 8 de abril de 1546 —, houve uma longa jornada de discussão,

Até chegar aos 66 livros que conhecemos hoje — o que se deu no Concílio de Trento, em 8 de abril de 1546 —, houve uma longa jornada de discussão, que envolvia a confirmação de alguns livros e a rejeição de muitos outros.

que envolvia a confirmação de alguns livros e a rejeição de muitos outros que reivindicavam para si um lugar no Cânon Sagrado (a Bíblia). Durante centenas de anos, muitas obras foram escritas na tentativa de defender a canonicidade deste ou daquele livro. Em muitos casos, os estudiosos e eruditos dividiam suas opiniões e, quando não havia consenso em relação a determinado texto, a discussão era suspensa, e o texto em questão voltava para a fila de espera, para que outro pudesse ser analisado.

O Cânon do Antigo Testamento

Os escritos de Moisés e de seu sucessor, Josué, sempre se mantiveram no coração e na boca do povo hebreu, de modo que a aceitação de tais livros não demandou discussões, pelo fato de serem popularmente aceitos pela tradição daquele povo, afinal, a lei era considerada como proveniente de Deus (Dt 31.24; Js 1.8). Os livros proféticos e os escritos foram sendo selecionados no meio de um conjunto maior. Algumas dessas obras eram mencionadas pelos escritores que já gozavam de credibilidade, como o "livro das guerras do Senhor" (Nm 21.14), o "livro dos justos" (Js 10.13) e o "livro da História de Salomão" (1 Rs 11.41). "Os atos, pois, do rei Davi, assim os primeiros como os últimos, eis que estão escritos nas crônicas de Samuel, o vidente, e nas crônicas do profeta Natã, e nas crônicas de Gade, o vidente" (1 Cr 29.29). O problema do Antigo Testamento em relação à sua formação é sobretudo cronológico. Há uma distância de mais de mil anos entre os primeiros e os últimos escritos: do Pentateuco, cerca de 1500 anos antes de Cristo, a Malaquias, cerca de 400 anos antes de Cristo. A lista completa dos livros do Antigo Testamento veio a ser conhecida somente no ano 170 d.C por intermédio de um estudioso chamado Melito de Sardes, que viajou para a Palestina em busca de informação precisa sobre quais livros realmente eram aceitos pelo povo hebreu como canônicos do Antigo Testamento. A Septuaginta (LXX)[8] era composta dos 39 livros e dos deuterocanônicos (os apócrifos), conforme a Bíblia católica. Quando Jerônimo fez sua tradução do grego da LXX para a Vulgata Latina, ele incluiu aqueles textos. Além desses apócrifos (rejeitados pelos judeus), houve muitas tentativas de se incluir livros pseudoepígrafos[9] no cânon do Antigo Testamento, durante o período interbíblico, que vai de Malaquias a Jesus. A Bíblia hebraica contém os 39 livros. A Bíblia evangélica contém o mesmo número de livros da Bíblia hebraica, mas os livros estão dispostos na mesma ordem da Vulgata Latina. Nos dias de Jesus, a Bíblia era chamada de *Tanach* pelos judeus e consistia da Lei, dos Profetas e dos Escritos (Lc 24.44).

---

8. LXX - símbolo da Septuaginta: a versão dos 70, como é conhecida, mas, na verdade, foram 72 tradutores do texto hebraico para o grego do Antigo Testamento, feita na Alexandria, no Egito, durante o reinado de Ptolomeu II Filadelfo, entre 284 a.C. e 247 a.C.

9. Pseudoepígrafos eram livros com nomes falsos. Um escritor qualquer que desejava ter uma obra sua incluída no Cânon Sagrado abria mão da sua autoria e apresentava o livro com o nome de alguém famoso dos tempos passados, como Moisés, Salomão, Enoque ou outros.

Processo gradual

A formação do cânon veterotestamentário foi gradual e composta de escritos que circularam ao longo de séculos. Moisés foi o primeiro a sentir a necessidade de proteger os escritos inspirados. Ele ordenou que os livros da Lei fossem guardados junto à Arca da Aliança. Hoje, sabemos ter sido uma atitude preventiva. O material usado para a escrita naquele tempo era, na sua maioria, orgânico e se deteriorava com o tempo. Ao mantê-los junto à Arca, Moisés estava prolongando a vida útil daquele material orgânico, porque a Arca sempre recebia um tratamento especial e nunca era exposta a mudanças climáticas. Aquela era também uma atitude administrativa que visava à proteção do Cânon.

Protegido no Templo

Os textos citados acima não deixam dúvidas de que o cânon sagrado foi guardado por muito tempo no Templo do Senhor. Todos os livros históricos e proféticos, do tempo de Josué ao tempo de Davi, foram reunidos e guardados no Templo do Senhor. Depois da construção do Templo, Salomão depositou livros mais antigos nele (2 Rs 22.8; Is 34.16) e enriqueceu a coleção com os seus próprios escritos inspirados e, também, alguns textos proféticos. É por isso que vemos Daniel referindo-se "aos livros" (Dn 9.2), e Isaías, "ao livro do Senhor" (Is 29.18; 34.16).

Tesouro incalculável

Após o tempo de Salomão, vários profetas foram levantados pelo Senhor para profetizar no Reino do Norte (Israel) e no Reino do Sul (Judá), aumentando incalculavelmente o tesouro literário inspirado do povo de Deus. Os profetas maiores, com exceção de Daniel, e os profetas menores, com exceção de Ageu, Zacarias e Malaquias, escreveram antes da destruição do Templo de Salomão. A junção dos livros canônicos veterotestamentários, na forma em que conhecemos hoje, foi obra de Esdras e da "Grande Sinagoga". A maioria dos antigos escritos judaicos confirma esse fato. Segundo o rabino Dr. Daniel Sperber,[10] faziam parte da Grande Sinagoga: Esdras (seu líder); Neemias; Ageu; Zacarias e Malaquias. Nos dias de Jesus, o Cânon do Antigo Testamento já estava formado (Lc 4.16-20; 24.27-44).

A formação do Cânon do Antigo Testamento

O Antigo Testamento marca o início de todo esse processo canônico. Aliás, o povo judeu é pioneiro nessa façanha de reivindicar a função de "porta-vozes" de Deus. Se a inspiração fosse algo simples, teríamos muitos povos buscando o mesmo reconheci-

10. Dr. Daniel Sperber, professor de Talmud na Bar-Ilan University de Israel.

mento para suas literaturas. Algumas concorrentes do judaísmo surgiram centenas de anos depois que os primeiros textos judaicos inspirados já eram conhecidos. O Alcorão, o livro sagrado do Islã, seria um bom exemplo de candidato atrasado à posição de livro inspirado por Deus. O Islã nasceu no sétimo século d.C.

Os livros que compõem o Antigo Testamento de acordo com o Cânon hebreu é composto de 39 livros, entretanto, o Antigo Testamento na Bíblia católica inclui os livros apócrifos, conforme constam na Vulgata Latina de Jerônimo. Esses livros foram incluídos definitivamente na Bíblia católica no Concílio de Trento (1546). Em 1542, no entanto, a Igreja Anglicana os rejeitou, e eles foram chamados de apócrifos.[11] São eles: Tobias, Judite, Sabedoria, Eclesiástico, Baruc, 1 Macabeus e 2 Macabeus.

A formação do Cânon do Novo Testamento

Assim como o Antigo Testamento registra a História do povo de Deus (os hebreus), sua origem, o cativeiro, formação como nação, os patriarcas, os profetas, a conquista da terra, o governo teocrático, o templo, o culto, as normas de vida, os oráculos divinos, a revelação de Deus e a promessa do Messias, criando expectativa e alimentando a esperança da nação, não seria diferente com o Novo Testamento.

A vinda do Messias, Seu tempo de ministério, Seus discípulos, Seus apóstolos, Sua mensagem, Seus milagres e discursos, Suas promessas sobre a Igreja, o envio do Espírito Santo, o arrebatamento da Igreja, Sua vinda em glória, o surgimento da Igreja, seu avanço pelo mundo, a obra missionária empreendida pelos apóstolos e a elaboração da doutrina cristã, isso tudo não poderia ficar sem uma Escritura igualmente sagrada e canônica.

O cumprimento da promessa do Messias impunha a necessidade de que o Cânon do Novo Testamento fosse escrito. Uma nova aliança seria estabelecida segundo a promessa de Deus: "Eis que dias vêm, diz o SENHOR, em que farei um concerto novo com a casa de Israel e com a casa de Judá. Não conforme o concerto que fiz com seus pais, no dia em que os tomei pela mão, para os tirar da terra do Egito, porquanto eles invalidaram o meu concerto, apesar de eu os haver desposado, diz o SENHOR" (Jr 31.31,32).

O Novo Testamento, διαθήκη, *diatheke*, "aliança", é atestado profeticamente, como vimos, e explicado pelo autor aos Hebreus: "Porque, se aquele primeiro fora irrepreensível, nunca se teria buscado lugar para o segundo. Porque, repreendendo-os, lhes diz: Eis que virão dias, diz o Senhor, em que com a casa de Israel e com a casa de Judá estabelecerei um novo concerto, não segundo o concerto que fiz com seus pais, no dia em que os tomei pela mão, para os tirar da terra do Egito; como não permaneceram naquele meu concerto, eu para eles não atentei, diz o Senhor. Porque este é o concerto que, depois daqueles dias, farei com a casa de Israel, diz o Senhor: porei as minhas leis

11. A palavra *Apócrifos* vem do termo grego *appocrypha* ou *apókryphos* e significa "oculto".

no seu entendimento e em seu coração as escreverei; e eu lhes serei por Deus, e eles me serão por povo. E não ensinará cada um ao seu próximo, nem cada um ao seu irmão, dizendo: Conhece o Senhor; porque todos me conhecerão, desde o menor deles até ao maior. Porque serei misericordioso para com as suas iniquidades e de seus pecados e de suas prevaricações não me lembrarei mais. Dizendo novo concerto, envelheceu o primeiro. Ora, o que foi tornado velho e se envelhece perto está de acabar" (Hb 8.7-13).

Nem todos os livros que hoje compõem o Novo Testamento foram aceitos de imediato. Inicialmente, apenas 20 dos 27 foram pronta e universalmente aceitos como genuínos, portanto, inspirados por Deus.

Nem todos os livros que hoje compõem o Novo Testamento foram aceitos de imediato. Inicialmente, apenas 20 dos 27 foram pronta e universalmente aceitos como genuínos, portanto, inspirados por Deus. Essa aceitação, unânime, foi chamada de *homolegoumena* (reconhecido). Esses 20 livros eram os 4 Evangelhos, Atos, as epístolas de Paulo, 1 João e 1 Pedro. Os outros 7 livros: Hebreus, 2 e 3 João, 2 Pedro, Judas, Tiago e Apocalipse foram debatidos por certo tempo, por algumas igrejas, e foram classificados como *antilegoumena* (em disputa). O impasse concernente aos livros chamados *antilegoumena* não estava no campo da canonicidade dos escritos, mas no campo da autografia. Será que eles realmente haviam sido escritos pelos homens que se diziam os autores? O livro de Hebreus não traz o nome do seu autor, 2 Pedro difere de 1 Pedro em estilo, Tiago e Judas se autodenominam *servos* ao invés de *apóstolos*, o autor de 2 e 3 João se autodenomina *presbítero* ao invés de *apóstolo*, e Judas registrou histórias apócrifas. Por essas razões, esses livros não foram aceitos imediatamente no Cânon Sagrado. Depois de um escrutínio minucioso, eles finalmente foram reconhecidos como genuínos. No final do quarto século, todas as igrejas já os reconheciam como canônicos, assim como os outros 20 *homolegoumena*.

O termo *cânon* tem origem no grego e significa "vara de medir" ou "regra". No Antigo Testamento, a palavra é קָנֶה – *qãneh* – e também se refere a uma cana ou vara, no caso, de seis côvados de cumprimento.[12] A ideia de cânon servia para dizer que os livros da Bíblia devem ser vistos como paradigma para os crentes. Este termo é usado

12. Côvado: um côvado egípcio media 50 centímetros; um côvado romano media 45 centímetros.

para classificar os livros considerados inspirados por Deus, os quais compõem a Bíblia Sagrada. Estudar a formação do cânon sagrado fortalece consideravelmente a nossa convicção sobre a inspiração verbal das Escrituras.

A formação do Cânon do Novo Testamento também aconteceu num processo gradual, no qual muitos livros, além dos apostólicos, concorreram. Como sempre, o Espírito Santo estava no controle para não permitir que entrasse algum livro não inspirado. A junção dos livros foi feita, inicialmente, por Justino, o Mártir, no segundo século, o qual se preocupou em reunir os quatro Evangelhos, conforme constam na Bíblia que temos. O Novo Testamento inteiro, com os 27 livros, apareceu pela primeira vez em 367 e foi referendado no Concílio de Cartago, em 397. Determinou-se que nada devia ser lido nas igrejas, senão os escritos canônicos[13]. O consenso entre os crentes de todo o mundo assentiu que aqueles livros eram os verdadeiros e únicos a serem aceitos. Outros livros, humanamente falando, talvez merecessem fazer parte do cânon, como o que Paulo mencionou em 1 Coríntios 5.9: "Já por carta vos tenho escrito que não vos associeis com os que se prostituem". Por ser uma carta escrita por Paulo e mencionada por ele mesmo, seria digna de vigorar no cânon; mas, essa carta foi perdida. O mesmo poderia ser dito de uma carta que Paulo enviou aos Laodicenses (Cl 4.16), mas que também foi perdida. Do ponto de vista espiritual, entretanto, devemos entender que somente entraram no Cânon os escritos que o Espírito Santo preservou e selecionou para esse fim.

A tradição oral dos apóstolos

A primeira intenção dos apóstolos não era deixar qualquer escrito; é aí que entra a soberania divina. O projeto inicial dos apóstolos era pregar, ou seja: contar o seu testemunho pessoal dos principais fatos ocorridos no ministério de Jesus (Mc 16.15; At 1.21,22). Com a explosão do Espírito Santo no seio da Igreja, todos saíram para dizer ao mundo quem era Jesus, o que Ele havia feito e o que Ele podia fazer com os que nele cressem. O único foco dos primeiros discípulos era sair pelo mundo e pregar as boas-novas de salvação, com o fim de atrair o maior número possível de pessoas para o Reino de Deus (1 Co 15.1-10).

Guiados pelo Espírito Santo

A direção do Espírito Santo muda completamente tudo, porque o Espírito sempre teve em mente o Novo Testamento, sem o qual seria impossível a sobrevivência da Igreja. Gradativamente, os apóstolos começaram a escrever o que viam e ouviam (Lc 1.1-4). Aqueles escritos se tornaram imprescindíveis à medida que o tempo dos primeiros apóstolos chegava ao fim. A própria comunidade cristã da época percebeu a

13. ELWELL, Walter A. *Enciclopédia Histórico-teológica da Igreja Cristã*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1988. v. 1.

necessidade de produzir obras para que a fé cristã tivesse um fundamento doutrinário, legado por aqueles que andaram com o Mestre, como também por pessoas próximas a eles. Assim surgiram os quatro Evangelhos; dois deles, escritos por dois apóstolos originais: Mateus e João. À medida que os apóstolos saíam para estabelecer igrejas em todos os lugares, surgia um novo desafio no qual eles ainda não tinham pensado: a necessidade de manterem contato com os novos convertidos e de doutriná-los. Assim surgiram as epístolas.

O fechamento do Cânon

No segundo século, nem todos os livros que hoje constam do Novo Testamento faziam parte do Cânon. Os livros do Cânon eram: os quatro Evangelhos, 1 João e 1 Pedro e o Apocalipse. Além desses, estavam também incluídos a epístola de Barnabé, as epístolas de Clemente e o Pastor de Hermas.

No terceiro século, Orígenes foi o primeiro a aceitar a epístola de Tiago, além de aceitar também a epístola de Barnabé e o Pastor de Hermas. No quarto século, o Cânon do Novo Testamento era quase igual ao de hoje.

O encerramento do cânon se deu depois de um longo e cansativo debate teológico que objetivava estabelecer critérios confiáveis para definir se determinado livro era canônico ou não. A perseguição do imperador Diocleciano em 302 d.C. produziu, por fim, um bom resultado para a Igreja, porque, devido à ameaça desse imperador, queimando todos os livros sagrados, os Pais da Igreja se despertaram para o crivo da canonicidade dos escritos do período da graça.

O primeiro escritor a apresentar a lista fechada dos livros do Novo Testamento, conforme os temos em nossa Bíblia, foi Atanásio, na Páscoa de 367. Assim é o texto da sua lista:

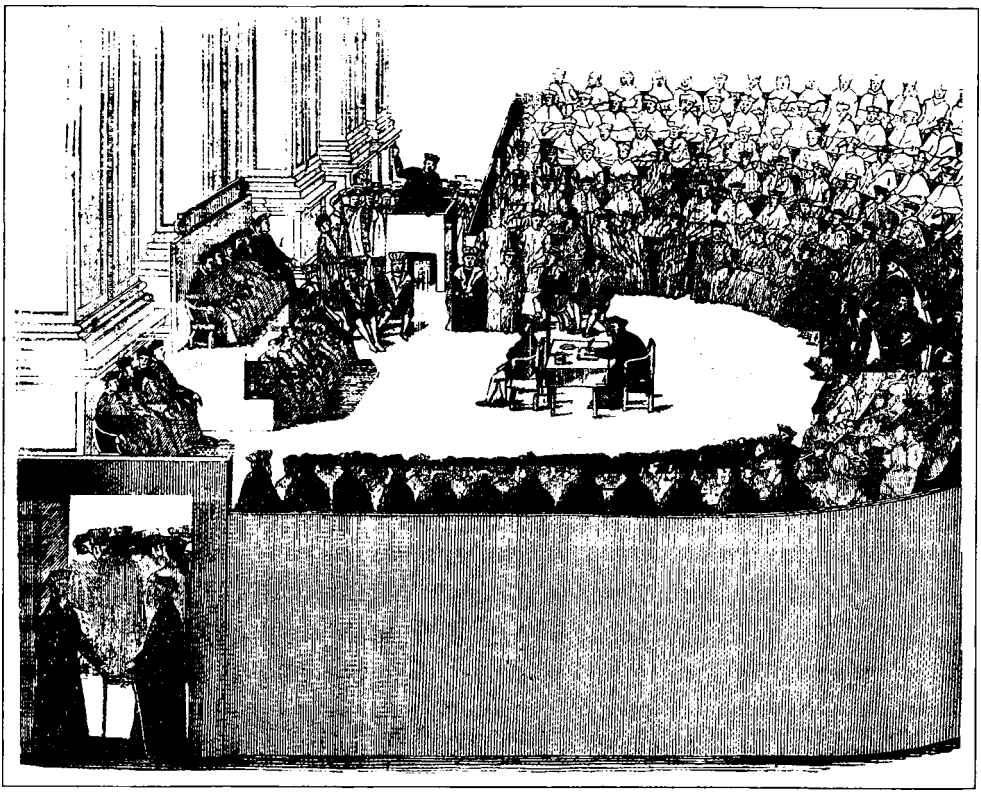
> Quatro evangelhos – segundo Mateus, segundo Marcos, segundo Lucas, segundo João. Depois destes vêm Atos dos Apóstolos e as sete epístolas dos apóstolos chamadas católicas, como se segue: uma de Tiago, duas de Pedro, três de João e, depois destas, uma de Judas. A seguir, vêm as quatorze epístolas do apóstolo Paulo, escritas na seguinte ordem: primeiro, a epístola aos Romanos, depois, as duas aos Coríntios, depois desta, a dos Gálatas, e a seguir, a dos Colossenses e duas aos Tessalonicenses, e a epístola aos Hebreus.[14] Em seguida vêm as duas cartas a Timóteo, uma a Tito, e a última a Filemom. Além destes, o Apocalipse de João.[15]

Depois de algumas tentativas fracassadas de encerrar o Cânon, primeiro em 382 d.C., depois em 405 d.C., e, ainda, em 1439, finalmente, no Concílio de Trento, reali-

14. Obs.: Atanásio incluía Hebreus entre os escritos paulinos.

15. BRUCE, F. F. *O Cânon das Escrituras*. São Paulo: Editora Hagnos, 2013. p. 188.

Concílio de Trento



zado no dia 8 de abril de 1546, por 24 votos contra 15, com 9 votos a favor, e 16 abstenções, o Cânon do Novo Testamento foi estabelecido.

Apesar da definição do Concílio de Trento, na época da Reforma, o Cânon sofreu ainda mais uma ameaça. Os reformadores como Lutero, Zwinglio e Calvino apresentaram, cada um, uma opinião sobre a lista dos livros que deveriam compor o Novo Testamento. Lutero rejeitou Tiago, por defender a importância das obras – o que para ele era incompatível com a doutrina da salvação pela graça mediante a fé –, rejeitou Judas, por considerá-lo uma cópia inexata de 2 Pedro, e Hebreus, por não ter origem apostólica, mas defendeu os demais livros atribuindo a eles valores diferentes. Exaltou Romanos, Gálatas, Efésios e o Evangelho de João acima dos outros escritos. Zwinglio rejeitou o livro do Apocalipse, e Calvino, diferentemente de Lutero, aceitou Tiago e Judas, aceitou com reserva 2 Pedro, mas rejeitou 2 e 3 João e o Apocalipse.

O Espírito Santo, que inspirou os escritores sagrados, encarregou-se também de preservar os livros que comporiam a Bíblia, bem como de reunir os textos inspirados para que tivéssemos a revelação de Deus na medida certa, sem ter o que acrescentar ou tirar!

Quando uma pessoa abre as Escrituras, ela precisa compreender que está lidando com um livro que foi submetido às mais tensas provas, para gozar de credibilidade e acatamento. Muita gente teve de pagar um preço altíssimo, às vezes, de morte, para que a Bíblia chegasse às nossas mãos em nossa própria língua. Hoje, podemos não apenas lê-la com liberdade, mas também pregá-la sem reserva, para trazer vida a todos os que creem.

Critérios para a canonicidade

Além dos escritos que compõem o Novo Testamento, havia muita literatura circulante entre as igrejas, entre as quais, as obras de Clemente, a epístola de Barnabé e o Pastor de Hermas, mas essas não eram as únicas. Os falsos mestres também usavam desse expediente para disseminar suas heresias, o que dificultava o critério de reconhecimento.

Não obstante as muitas listas apresentadas ao longo da História, pelos Pais da Igreja, foram estabelecidos critérios para aceitar os livros que comporiam o Cânon do Novo Testamento. Os cristãos primitivos haviam aprendido a discernir os espíritos (1 Co 12.10), ou a prestar atenção a algumas afirmações, como: "Todo espírito que confessa que Jesus Cristo veio em carne é de Deus" (1 Jo 4.2), porque falsos mestres ensinavam coisas incompatíveis com os ensinos apostólicos.

Os sinais de Paulo

As cartas de Paulo circulavam pelas igrejas e já havia a suspeita de que algumas falsas cartas que levavam o nome do apóstolo também estavam circulando. Por isso, o apóstolo, mesmo usando amanuenses para escrever o que ele ditava, pegava a pena para fazer a saudação final e assinar suas cartas: "Saudação da minha própria mão, de Paulo" (1 Co 16.21); "Vede com que grandes letras vos escrevi por minha mão" (Gl 6.11); "Saudação de minha mão, de Paulo" (Cl 4.18); "Saudação da minha própria mão, de mim, Paulo, que é o sinal em todas as epístolas; assim o escrevo" (2 Ts 3.17).[16]

Para ser considerado canônico, um texto deveria ter autoria apostólica ou ser escrito por alguém que andou diretamente com um apóstolo. Paulo sempre citava o seu nome em suas cartas.

16. BRUCE, F. F. *O Cânon das Escrituras*. São Paulo: Editora Hagnos, 2013. p. 231.

Autoridade apostólica

Para ser considerado canônico, um texto deveria ter autoria apostólica ou ser escrito por alguém que andou diretamente com um apóstolo. Paulo sempre citava o seu nome em suas cartas, mas o mesmo cuidado não tiveram alguns autores do Novo Testamento. Por exemplo, tanto o Evangelho de Lucas como o livro de Atos foram escritos pela mesma pessoa e endereçados a Teófilo, mas o nome de Lucas não aparece (Lc 1.3; At 1.1). Nós aceitamos a autoria lucana por causa da tradição. Alguns identificam Lucas como "aquele irmão cujo louvor no evangelho está espalhado em todas as igrejas" (2 Co 8.18),[17] e também pela menção que o apóstolo faz dele como companheiro seu (Cl 4.14), sendo, portanto, alguém capaz de transmitir o que havia recebido diretamente do apóstolo.

Quanto a Marcos, há uma menção de Papias dizendo que "Marcos registrou em forma escrita o relato dos pronunciamentos de Jesus conforme proclamados por Pedro". A tradição não hesitou em dar reconhecimento a Mateus e a João como autores dos Evangelhos que levam seus nomes. Eles aparecem na Lista Muratoriana, bem como nos escritos de Irineu e nos Prólogos Antimarcionistas.[18]

A carta aos Hebreus – de todos os casos do Novo Testamento –, a única que ficou sem solução até os dias de hoje, sem ser discutida pela Igreja –, é aceita com o mesmo nível de canonicidade que qualquer outro livro do Novo Testamento. Na igreja de Alexandria, bem como pela Igreja Católica, ela é aceita como sendo da autoria de Paulo. Agostinho não hesitava em aceitá-la como escrito canônico, mas mantinha reserva quanto à autoria.

Circulação universal

Alguns livros não foram aceitos porque não circularam, e outros foram aceitos tardiamente devido à sua pouca circulação. Uma obra precisava ser conhecida não apenas de uma comunidade evangélica local, mas pela maior parte da Igreja. Paulo endereçou suas cartas a sete igrejas; outras foram cartas pessoais. Mas, o apóstolo recomendava que suas cartas não ficassem detidas tão somente no destinatário imediato, mas que fossem repassadas: "E, quando esta epístola tiver sido lida entre vós, fazei que também o seja na igreja dos laodicenses; e a que veio de Laodiceia, lede-a vós também" (Cl 4.16); "Pelo Senhor vos conjuro que esta epístola seja lida a todos os santos irmãos" (1 Ts 5.27). Essa circulação era uma forma de garantir sua catolicidade (ou universalidade), assegurando-lhe certa popularidade entre os irmãos.

---

17. O Evangelho de Lucas é identificado como o evangelho do louvor devido aos cânticos ali mencionados.

18. BRUCE, F. F. *O Cânon das Escrituras*. São Paulo: Editora Hagnos, 2013. p. 233.

Para um escrito pertencer ao Cânon Sagrado, era absolutamente necessário que ele fosse inspirado, tal qual eram inspirados os livros do Antigo Testamento. Inspiração e canonicidade eram fatos inseparáveis.

Tradição

O teor dos escritos deveria ser compatível com tudo o que era aceito normalmente pelos crentes. O que sempre foi crido era um importante fator de preservação da tradição. O cânon Vicentino[19] dizia: "O que foi crido em toda a parte, sempre, e por todos". Assim, qualquer escrito que destoasse dos ensinos genuinamente apostólicos não demorava a ser notado, sendo imediatamente descartado.

Ortodoxia

Outro critério seguro de exame sobre a canonicidade de um escrito era sua ortodoxia, ou seja, a fé apostólica exarada nele. Irineu foi quem apresentou esse critério, a fim de resguardar também a Igreja de ser enganada pelos pseudônimos. A autoria de alguns livros foi atribuída a apóstolos que não os escreveram. Um pseudo *Evangelho de Pedro* era lido na igreja em Rossus. Ao saber disso, o bispo Serapião não ficou tão espantado até saber que aquele pseudoevangelho rezava que Jesus não havia sofrido na Sua morte, conforme ensinavam os docéticos gnósticos. Diante disso, achou por bem visitar aquela igreja, para certificar-se de que ela não havia se deixado seduzir por aquela heresia.[20]

Antiguidade

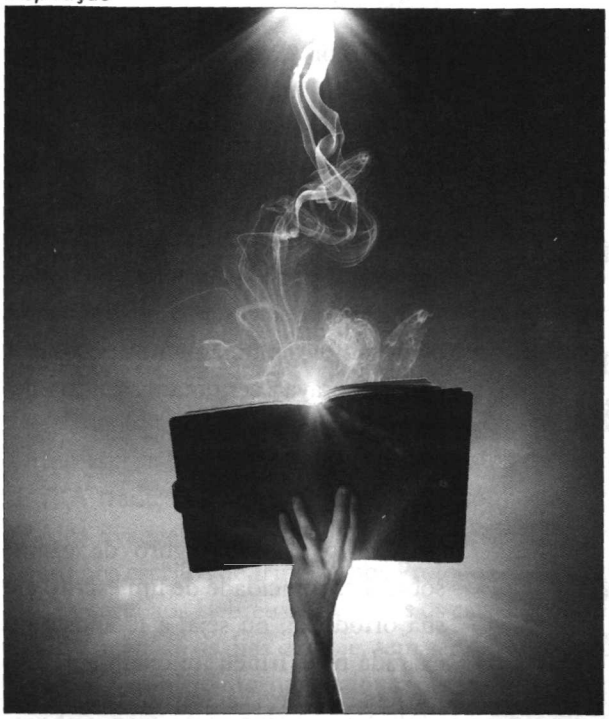
Como a preocupação pela formação do Cânon do Novo Testamento ocorreu depois da era apostólica – período em que já havia muitos escritos, e alguns dos quais eram candidatos a pertencer à lista dos canônicos –, adotou-se como critério a antiguidade da escrita. O texto tinha de remontar, necessariamente, à era apostólica. A própria Lista Muratoriana incluía o *Pastor de Hermas*, apesar disso, ele não vigorou na lista dos canônicos por pertencer a uma época posterior ao período apostólico.[21]

19. Vicente Lerinense escreveu o *Commonitorium* em 434.

20. BRUCE, F. F. *O Cânon das Escrituras*. São Paulo: Editora Hagnos, 2013. p. 235.

21. Ibidem. p. 235.

Inspiração



Inspiração

Para um escrito pertencer ao Cânon Sagrado, era absolutamente necessário que ele fosse inspirado, tal qual eram inspirados os livros do Antigo Testamento. Inspiração e canonicidade eram fatos inseparáveis. Os apóstolos escreveram por inspiração do Espírito Santo. Baseados no fato de que aqueles tinham o Espírito Santo e que também, pelo mesmo Espírito, era dado o dom da profecia – conforme a lista dos dons espirituais de 1 Coríntios 12.8-10 –, fazendo uma ilação entre o desejo externado por Moisés de que todo o povo de Deus fosse profeta (Nm 11.29), alguns escritores, como Clemente de Roma e Inácio[22], reivindicavam também para si o reconhecimento de que escreviam pelo Espírito. Clemente de Roma reivindica igual autoridade de Paulo para a sua carta. Irineu, nem tanto. Mostrou-se mais humilde ao dizer para os seus leitores que Pedro e Paulo eram apóstolos, e ele, um condenado. Irineu foi o primeiro a alegorizar o Novo Testamento.[23]

22. Inácio tinha o dom ocasional da profecia.

23. BRUCE, F. F. *O Cânon das Escrituras*. São Paulo: Editora Hagnos, 2013. p. 242.

A SEPTUAGINTA

Septuaginta, representada pelo número 70 em algarismos romanos, LXX, é o nome latino dado à tradução do texto bíblico do Antigo Testamento hebraico para o grego. O nome *Septuaginta* foi usado pela primeira vez pelo historiador Eusébio de Cesareia. Agostinho de Hipona chamou-a de "Versão dos Setenta", na sua obra "A Cidade de Deus". A ideia do projeto da LXX surgiu na Alexandria, no Norte da África, e foi completada entre 309 e 246 a.C. A iniciativa foi de Ptolomeu II Filadelfo. O rei egípcio Ptolomeu II Filadelfo, em acordo com o sumo sacerdote Eleazar, contratou 72 judeus eruditos para traduzirem para o grego (a língua universal da época) os escritos sagrados do judaísmo. O desejo de Ptolomeu II era ter esses escritos em sua biblioteca, o que também favoreceu os judeus que estavam perdendo a sua língua natal (hebraico) por viverem espalhados pelo império, por força do helenismo (a cultura grega em elevação que dominava o mundo de então).

Uma porta que se abria

Com o processo da tradução de textos hebraicos para o grego em andamento, muitos não judeus (gentios) começaram a ter contato com o judaísmo. Isso já era uma preparação divina para o processo de evangelização do mundo pelos apóstolos, o qual seria realizado depois da ascensão de Jesus. Deus estava pondo os componentes necessários nos seus devidos lugares para que o tempo alcançasse a sua "plenitude" (G1 4.4).

Sua influência no cristianismo

A Septuaginta exerceu uma grande influência sobre o cristianismo dos primeiros séculos, como fonte veterotestamentária. Como era comum para os cristãos antigos falar e ler grego, eles se reportavam à tradução da LXX para uma melhor compreensão das Escrituras. Os escritores do Novo Testamento também se respaldaram na tradução da LXX; a maioria das referências feitas ao Antigo Testamento nos livros do Novo Testamento é da LXX.

A confiabilidade da Septuaginta

Durante muitos anos, muito se discutiu sobre a confiabilidade da LXX, pelo fato de ela ser uma tradução do texto massorético[24]. Esse debate precisava de respostas claras, porque a LXX, com o passar do tempo, foi se tornando a base para outras traduções. Jerônimo usou a LXX para traduzir Salmos e parte do livro de Ester para a Vulgata Latina (Bíblia em latim), no quarto século d.C. A Vulgata se espalhou pelo mundo romano substituindo a LXX, exceto na Igreja do Oriente. Na Boêmia, Alemanha, foi usada como texto base de tradução para o alemão e para o inglês entre 1382-1388 por Wycliffe, incluindo os livros apócrifos. Lutero traduziu-a para o alemão em 1534, baseado nos textos originais, hebraico e grego[25].

Até que ponto a Septuaginta é confiável

Pelo fato de ser uma tradução, os eruditos começaram a especular se a LXX realmente refletia com confiabilidade as Escrituras hebraica canônica e algumas outras do segundo século a.C. O impasse foi acentuado quando a LXX foi comparada com alguns textos Massoréticos (texto hebraico original das Escrituras) do décimo século. A LXX diferia dos textos Massoréticos em alguns detalhes, e isso acentuou a discussão sobre a confiabilidade dela, pelo fato de os textos Massoréticos terem alcançado um alto nível de respeitabilidade entre os eruditos[26].

A despeito das dúvidas levantadas sobre sua confiabilidade, vale lembrar que tanto os judeus helenistas como os cristãos primitivos usavam a LXX. Além disso, os próprio apóstolos atribuíam a ela pleno grau de confiabilidade. Esequias Soares comenta:

> Encontramos no Novo Testamento citações do Talmude, da literatura apocalíptica judaica e da literatura pagã, mas nenhuma dessas obras jamais foi reconhecida interna ou externamente como inspirada. A simples citação de um livro no Novo

24. Massorético significa "tradicional". Esse era o nome dado ao antigo original do texto bíblico em hebraico do AT.

25. NETTO, Jefferson. *Semeando a Palavra - As Escrituras Sagradas*. São Paulo: Editora Ideall Publicações, 2011. p. 50.

26. Ibidem. p. 50.

> Testamento não é, em si, uma prova definitiva de sua autoridade como Escritura. Exceto se tal citação vier acompanhada da chancela de autoridade divina, como "está escrito, diz a Escritura, para cumprir o que foi dito pelo profeta", ou fraseologia similar que identifique tal obra como parte das Escrituras Sagradas.[27]

Um ato de retratação

O pai de Ptolomeu II, Ptolomeu Soter I, havia causado alguns males ao povo judeu, os quais ele estava disposto a reparar. Por isso, chamou tradutores judeus ao Egito dando início ao projeto. Curiosamente, Eleazar aceitou a proposta enviando os 72 tradutores ao Egito.

Os livros apócrifos

Outro assunto importante no estudo das Escrituras Sagradas é o que trata da literatura apócrifa. O termo *apócrifo* significa "escondido", "secreto". Depois do ano 450 A.D., o termo passou a ser usado para indicar livros não canônicos, especialmente alguns do tempo do Antigo Testamento, conhecido como "Período Interbíblico" – os quatrocentos anos que separam Malaquias do Novo Testamento. Os livros apócrifos ganharam certo destaque depois que a Igreja Católica e a Igreja Ortodoxa decidiram incluí-los em suas Bíblias; mas, originalmente, eles já faziam parte da LXX, passando também para a Vulgata Latina e, ainda em 1382-1388, foram incluídos na tradução de Wyclif para o Inglês.

Embora Jerônimo os incluísse na sua tradução, ele mesmo chamou aqueles livros de "apócrifos". Lutero deu-lhes o mesmo nome, colocando-os num grupo à parte, no fim do Antigo Testamento, exemplo seguido por Coverdale na sua tradução para o Inglês no ano seguinte.[28]

A literatura apócrifa não *é* uma mensagem de Deus — ao contrário dos livros que, desde o princípio, foram inseridos no Cânon Sagrado dos judeus e, posteriormente, o Novo Testamento. Isto é algo que precisa estar claro na mente de quem ama a Palavra de Deus: nenhum livro apócrifo traz qualquer recado divino ao homem! Nenhum livro apócrifo reflete uma mensagem de Deus. Essa consciência ajuda-nos a sermos seletivos quanto ao Cânon Sagrado, não importa onde quer que se vejam esses livros inseridos. Fica fácil provar que tais livros nunca foram aceitos nem por rabinos judeus, nem por Jesus, nem pelos primeiros apóstolos, nem pelos Pais da Igreja dos

---

27. SOARES, Esequias. *Septuaginta, guia histórico e literário*. São Paulo: Editora Hagnos, 2009. p. 47.

28. GOODSPEED, Edgard J. *Como nos veio a Bíblia*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1981. p. 62.

primeiros séculos.

Quais são os livros apócrifos

Os apócrifos formam um conjunto de quinze livros não inspirados por Deus do período interbíblico, entre os quais estão: Judite, Tobias, Baruc, Eclesiásticos (ou Siraque), Sabedoria de Salomão, I e II Macabeus, dois livros de Esdras, chamados de III e IV Esdras, Adições ao Livro de Ester, Adições ao Livro de Daniel e A Oração de Manassés. Alguns deles fazem parte da Bíblia Católica.

Alguns desses livros ampliam histórias narradas em Ester e em Daniel; outros são traduções de obras hebraicas desaparecidas. Na apócrifa literatura de sabedoria, há história de judeus que resistiram à idolatria, como se lê nos livros de Tobias e Judite. Falam de anjos, sepultamentos, ofertas. O livro de Judite pode ser descrito como uma novela. Primeiro Esdras acrescenta alguma informação ao segundo livro de Crônicas, e os livros de Macabeus oferecem ricas informações históricas sobre o período intertestamentário. O último livro, o de Baruc – em alusão a Baruc dos dias de Jeremias (Jr 32.12,16) –, traz um conjunto de livros apocalípticos. Tais livros tiveram grande importância histórica, exercendo alguma influência no Novo Testamento, embora apresentem ensinos que contrariam princípios genuinamente sagrados. Entretanto, não foram tidos como inspirados para constarem no Cânon final, adotado pela Igreja Evangélica, que inclui o Antigo e o Novo Testamento.

Por que os apócrifos não estão na Bíblia evangélica

O Espírito Santo que inspirou os escritores sagrados não permitiria que livros não inspirados se misturassem aos da Sua soberana autoria. Além disso, há algumas razões que aqui expomos:

1. Porque nunca foram aceitos no Cânon judaico. Romanos 3.1,2 afirma que os oráculos de Deus foram confiados ao povo de Israel.
2. Porque não foram aceitos pela Igreja primitiva como inspirados.
3. Porque os livros apócrifos contêm ensinamentos que contrariam os 66 livros canônicos da Bíblia Sagrada. Por exemplo: Macabeus estimula a oração aos mortos e, também, a oferecer sacrifícios a uma pedra, para expiar os pecados dos mortos (2 Macabeus 12.43-45). Não podemos nos esquecer jamais de que Jesus Cristo é o único mediador entre Deus e os homens, e de que não há remissão de pecados senão pelo sangue de Jesus (2 Tm 2.5,6; Hb 4.14-16; 8.1,2; 10.10-14; 2 Jo 2.1,2).
4. Porque eles não se aproximam dos livros canônicos em qualidade e estilo. Até o leitor mais desavisado pode perceber, ao ler os apócrifos, que se tratam de livros não inspirados por Deus (2 Tm 3.16).
5. Porque os apócrifos nunca foram citados pelo nosso Senhor Jesus Cristo nem pelos

ALGUNS LIVROS APÓCRIFOS

ANTIGO TESTAMENTO

Primeiro Livro de Adão e Eva
Apocalipse de Moisés
Apocalipse de Sidrac
Ascensão de Isaías
Assunção de Moisés
Caverna dos Tesouros
Epístola de Aristéas
Livro dos Jubileus
Martírio de Isaías
Oráculos Sibilinos
Prece de Manassés
Primeiro Livro de Enoque
Quarto Livro dos Macabeus
Revelação de Esdras
Salmo 151
Salmos de Salomão
Samuel Apócrifo
Segundo Livro de Adão e Eva
Segundo Livro de Enoque
Segundo Tratado do Grande Seth
Terceiro livro de Enoque
Terceiro livro dos Macabeus
Testamento de Abraão
Testamento dos Doze Patriarcas

Livros deuterocanônicos considerados apócrifos para judeus e protestantes

Adições em Daniel
Adições em Ester
Baruc
Eclesiástico ou Sirácida ou Ben Sirá
Livro de Judite
Primeiro Livro de Macabeus
Segundo Livro de Macabeus
Livro de Tobias
Sabedoria

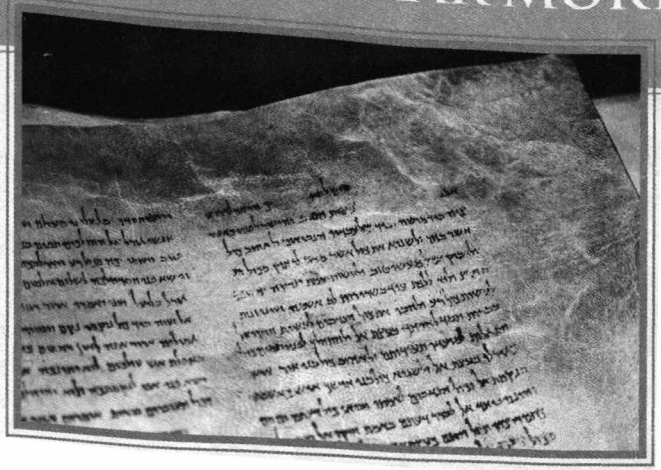
Seus apóstolos, diferentemente do Antigo Testamento. Alguns se aventuram a dizer que alguns textos são alusões aos apócrifos (Mt 7.12; 27.43-54; Rm 9.21; Ef 6.13-17; Hb 1.3; Tg 1.6,19; 5.6). Há, sim, algumas alusões, mas isso não os coloca na galeria dos livros canônicos.

6. Porque alguns livros dos apócrifos, embora registrados como História, são apenas ficção. Este é o tipo de engano que nunca será achado num texto inspirado por Deus. Ex.: segundo a "Apócrifa Anotada Oxford", p. 11, "Os livros de Tobias, Judite, Susana e Bel e o Dragão são muito fantasiosos, embora históricos. Poderiam ser chamados de novelas moralistas". Livros como esses nunca encontrariam lugar na Palavra de Deus "purificada sete vezes". "As palavras do SENHOR são palavras puras como prata refinada em forno de barro e purificada sete vezes" (Sl 12.6).
7. Porque os apócrifos ensinam a mentira e a prática de feitiçarias. Em Tobias 5.4-15, um suposto "anjo" chamado Rafael mente para Tobias e lhe ensina segredos mágicos. "Entre ti se não achará quem faça passar pelo fogo o seu filho ou a sua filha, nem adivinhador, nem prognosticador, nem agoureiro, nem feiticeiro, nem encantador de encantamentos, nem quem consulte um espírito adivinhante, nem mágico, nem quem consulte os mortos" (Dt 18.10-11; Lv 19.26,31; Jr. 2.9).[29]

Se o povo judeu, que é responsável pelas Escrituras do Antigo Testamento, não aceitou a inserção dos livros apócrifos no seu Cânon, por que razão alguém ousaria fazê-lo? Seria o mesmo que um grupo decidir incluir um livro qualquer no Cânon do Novo Testamento à revelia da Igreja de Jesus, a qual tem a responsabilidade por ele. Nós permitiríamos tal abuso?

29. NETTO, Jefferson. *Semeando a Palavra - As Escrituras Sagradas.* São Paulo: Editora Ideall Publicações, 2011. p. 51.

OS ROLOS DO MAR MORTO



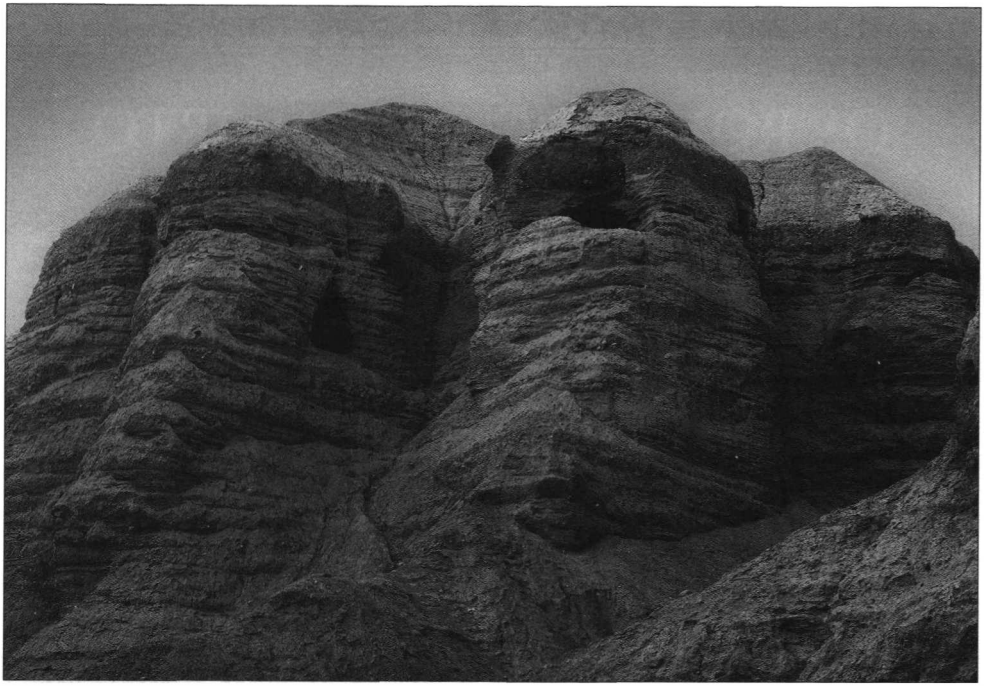
Em 1947, uma das maiores descobertas arqueológicas da História era apresentada ao mundo. Tratava-se de vários rolos de manuscritos encontrados numa caverna em Qumran, na região do mar Morto. O mundo ficou surpreso pela abundância de informações que aqueles manuscritos traziam. Na comunidade científica, nascia, entre alguns, uma ponta de esperança de que algo viesse a expor alguma deficiência da Bíblia Sagrada, para que tais pessoas pudessem dizer que a fé em Deus era vã. Porém, o resultado da descoberta revelou-se extremamente contrário ao que se supunha. Vejamos o que tudo isso tem a ver com as Escrituras Sagradas.[30]

O que são os rolos do mar Morto

São rolos de manuscritos antigos, descobertos em cavernas na região desértica do mar Morto. Trata-se de cópias de alguns livros da Bíblia Sagrada, inteiros ou em parte, e alguns outros textos de valor histórico. Tais manuscritos, por fim, se revelaram uma das mais impactantes descobertas arqueológicas da História da Arqueologia. Eles trazem muitas informações que contribuem com a veracidade e com a integridade da Palavra de Deus.

30. DELCOR, Mathias; MARTINEZ, Florentino Garcia. *Introducción a la Literatura Esenia de Qumran*. Hesca, Madrid: Ediciones Cristianas, 1982. p. 19.

Cavernas de Qumran



Em 11 cavernas, foram encontrados os manuscritos mais importantes que, parece, faziam parte de uma antiga biblioteca pertencente a uma comunidade religiosa de Khirbet Qumran (145 a.C. a 68 d.C.).[31] Foram encontrados mais de oitocentos documentos, quase todos em condições fragmentárias, incluindo textos bíblicos, com algumas cópias repetidas e não bíblicos. Uma das grandes vantagens dessa descoberta é que aproximou em cerca de mil anos os textos mais antigos que possuíamos dos autógrafos.[32]

Como se deu esta descoberta

Três beduínos, da tribo Ta'amireh, estavam apascentando ovelhas na região noroeste do mar Morto, próxima às ruínas de Qumran, quando uma delas se extraviou do rebanho. O pastor Muhammad Adh-Dhib, que a perseguia, jogou uma pedra dentro da caverna para tentar localizá-la. Ouviu um som diferente. Curioso, avançou, e deparou com alguns vasos de barro, envelhecidos, contendo vários pergaminhos antigos, em adiantado estado de decomposição. Sem saber do que se tratava, recolheu-os e

31. ELWELL, Walter A. *Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1990. v. 3. p. 316.

32. Autógrafos são os textos que passaram pela pena dos autores originais.

levou-os para alguns comerciantes, na esperança de que os pudesse vender. Nem ele, nem seus companheiros, nem mesmo os primeiros a verem o achado tinham a menor ideia de que estavam diante de uma descoberta que chocaria o mundo, e muito menos de que aquele achado era apenas a ponta de um "iceberg", porque depois se descobririam outras 10 cavernas repletas de vasos contendo outros manuscritos.[33]

> Lentamente, vários outros rolos valiosos foram encontrados, reunidos, cuidadosamente desenrolados e publicados. Foram necessários 20 anos (1947-1967) para organizar os vários textos dos manuscritos do mar Morto. Como foram escritos entre 250 a.C. e 68 d.C., esses manuscritos são um recurso de valor incalculável para a compreensão das crenças, da vida comunitária e do uso da Bíblia num grupo de judeus, provavelmente os essênios, que eram muito ativos na época em que Jesus viveu.[34]

Tesouro em vasos de barro

"Temos, porém, este tesouro em vasos de barro...". Todos sabemos que estas palavras de Paulo em 2 Coríntios 4.7 se referem ao tesouro divino que nós, crentes em Jesus, trazemos dentro de nós. No entanto, esta expressão se encaixa perfeitamente nesse contexto. Ao longo de 9 anos, cerca de 870 rolos de pergaminhos foram encontrados em 11 cavernas, na costa litorânea do mar Morto, contendo vários livros da Bíblia e vários outros livros não canônicos. Esses rolos estão datados entre 200 a.C. e 68 d.C., alguns deles já bem decompostos em milhares de fragmentos, os quais vêm sendo remontados como um quebra-cabeça, ao longo desses últimos anos. Um dos mais valiosos rolos descobertos é o livro do profeta Isaías; esse rolo foi achado quase intacto. Os rolos estão escritos em hebraico, aramaico e grego.

Até o fim dos anos 50, cerca de 40% dos rolos do mar Morto, a maior parte de fragmentos da caverna número 4, ainda não haviam sido publicados e ainda eram inacessíveis à comunidade científica. Somente em 1991, 44 anos depois da descoberta do primeiro manuscrito, depois de muita pressão, foi que a comunidade arqueológico-científica passou a ter acesso aos manuscritos, através de fotos dos rolos. Em novembro de 1991, as fotos foram finalmente publicadas pela "Sociedade Bíblica Arqueológica", em uma edição ainda não oficial. Uma reconstrução computadorizada, baseada em concordância, foi anunciada ao público. A biblioteca de Huntington, na Califórnia, se comprometeu a abrir seus arquivos de microfilmes de todos os parágrafos dos rolos.

---

33. GEISLER, Norman. *Introdução Bíblica - Como a Bíblia chegou até nós*. São Paulo: Editora Vida, 1997. p. 138.

34. YOUNGBLOOD, Ronald F. (ed.); BRUCE, F. F.; HARISON, R. K. *Dicionário Ilustrado da Bíblia*. São Paulo: Edições Vida Nova, 2004. p. 908.

Informações importantes

Os rolos do mar Morto contribuíram consideravelmente para incrementar o entendimento mundial sobre o judaísmo e o cristianismo. Eles representam uma nova forma de judaísmo não rabínico, e proveem, para os teólogos do Novo Testamento, um material extremamente rico para comparação. Neles, são encontrados muitos paralelos importantes da obra do Senhor Jesus. Os rolos também mostram o cristianismo enraizado no judaísmo, e eles têm sido chamados de "o link evolucionário entre os dois".

Os rolos confirmam mensagens do Novo Testamento. Além dos textos bíblicos, há outros que expressam a crença dos essênios. O texto identificado como 1 QS 4:20-22 fala que o corpo glorificado participará do bem-estar eterno. O texto de 1 QH 6:18 fala que os ímpios serão destruídos para sempre, por um fogo abrasador. Há também frequentes menções ao Espírito Santo.

Os livros canônicos

Várias cópias de livros do Cânon do Antigo Testamento foram encontradas nessas diversas cavernas: 64 de Salmos; 33 de Deuteronômio; 24 de Gênesis; 22 de Isaías; 18 de Êxodo; 17 de Levítico; 11 de Números; 10 dos Profetas Menores; 8 de Daniel; 6 de Jeremias; 6 de Ezequiel; 6 de Jó e 4 de 1 e 2 Samuel. Muitos outros livros não inspirados também compunham a coletânea dos achados. Esses achados não deixam de mostrar a importância das Escrituras Sagradas, tanto como documento histórico como um tesouro de revelação, quer pelo cuidado com que foram preservados naqueles vasos de

Arqueólogos em Qumran

barro, quer pela integridade dos textos, que confirmam as cópias das Escrituras Sagradas que já possuíamos com datas tão posteriores. Aquelas cópias, produzidas desde 200 a.C., pelos essênios, com a intenção de preservar o texto sagrado, serviriam como evidência da veracidade das Escrituras entre os céticos. Até essa descoberta, muitas suspeitas eram lançadas sobre a confiabilidade das cópias e traduções da Bíblia.

O valor da descoberta

Imagine a maior descoberta arqueológica moderna, chegando às suas mãos por pura "sorte". Colocamos "sorte" entre aspas porque nós sabemos que nada disso está fora do controle soberano de Deus. Aqueles rolos foram postos naquelas cavernas sob o gerenciamento de Deus, para serem encontrados no tempo certo, para pôr fim a alguns debates acerca da Sua Palavra. Aquele beduíno não tropeçou naquela caverna por puro acaso, Deus estava lá empurrando-o para dentro dela, porque era chegada a hora. Agora veremos o valor dessa descoberta para as Escrituras e para o mundo científico.

Textos quase completos

A maioria dos manuscritos fora escrita em material orgânico: couro ou papiro. Portanto, é natural que se decomponham com o tempo. No entanto, embora alguns realmente estivessem partidos em milhares de pedaços, outros estavam milagrosamente quase intactos. Um bom exemplo são as 22 cópias do livro de Isaías que estavam em perfeito estado de conservação. É o manuscrito do Antigo Testamento mais antigo naquele estado de conservação existente.

Fidelidade textual

Quando se traduz um texto antigo muitas vezes ao longo da História, há o risco de alterar o seu conteúdo se os métodos de tradução não forem extremamente rigorosos. Baseados nessa premissa, críticos do Cânon alegavam que o texto contido na Bíblia de hoje não tinha a mínima possibilidade de ser fiel aos originais. Os rolos do mar Morto desmentiram essa tese! O livro de Isaías é 100% idêntico ao texto que nós temos hoje em nossa Bíblia em português! As variações encontradas na Torá (o Pentateuco) são tão minúsculas que os manuscritos foram considerados idênticos ao texto que conhecemos hoje. Os rolos do mar Morto provam, sem sobra de dúvida, que o texto sagrado foi preservado com 100% de confiabilidade.

Profecias messiânicas

Outra surpresa, dessa vez no meio judaico, foi a confirmação da integridade de profecias messiânicas, como, por exemplo, Isaías 7.14: "Portanto, o mesmo Senhor vos dará um sinal: eis que uma virgem conceberá, e dará à luz um filho, e será o seu nome

Emanuel". Os judeus antimessiânicos alegavam uma alteração etimológica na palavra hebraica הָעַלְמָה, *almah*, aqui traduzida como "uma virgem" com a finalidade de dar a Jesus o *status* de Messias. O texto de Isaías, encontrado em Qumran, diz exatamente isto, com acerto absoluto.

> Sete rolos foram encontrados em excelente estado de conservação, pois tinham sido cuidadosamente armazenados em grandes jarros de barro. Entre eles, estão: 1. Um manuscrito completo do livro de Isaías, em hebraico. [p. 909] 2. Um manuscrito incompleto do livro de Isaías em hebraico. Os dois manuscritos são bem nítidos e legíveis, mesmo depois de mais de dois mil anos, e constituem as mais antigas cópias de Isaías que se conhece. [35]

Além do seu estado de conservação, outra informação ainda importante sobre a importância desses manuscritos é a da sua datação. Os rolos de Isaías são pelo menos mil anos mais antigos do que os manuscritos conhecidos até então, como comenta Ridderbos:

> A importância destes rolos do Mar Morto pode ser vista no fato de que, antes de sua descoberta, o mais antigo manuscrito hebraico do A.T. completo datava de 1.008 d.C. É o de Liningrado, no qual se baseia o melhor texto crítico atual, *A Bíblia Hebraica Stuttgartênsia*. Outro, o de Cairo, provém de 895 d.C., mas contém somente os livros proféticos anteriores e posteriores. Existe também o de Alepo, proveniente de 950-900 d.C., que contém quase todo o A.T, mas somente nos últimos anos tornou-se acessível aos eruditos. (...) Assim, os rolos de Isaías, de Qumran, apresentam testemunhos do texto primitivo de Isaías e são cerca de 1.000 anos mais antigos do que qualquer outro manuscrito acessível antes da sua descoberta. Seu aspecto mais importante é a demonstração da autenticidade fundamental do TM, implicando, assim, os cuidados reverentes dos copistas, através de séculos de transmissão do conteúdo, e a providência divina atuante ao preservar os livros do A.T, para a posteridade.[36]

O que os rolos do mar Morto provam

O povo de Deus não vive por vista, mas por fé. Nenhum de nós precisa de uma descoberta arqueológica para afirmar que a Bíblia é integralmente a Palavra de Deus.

---

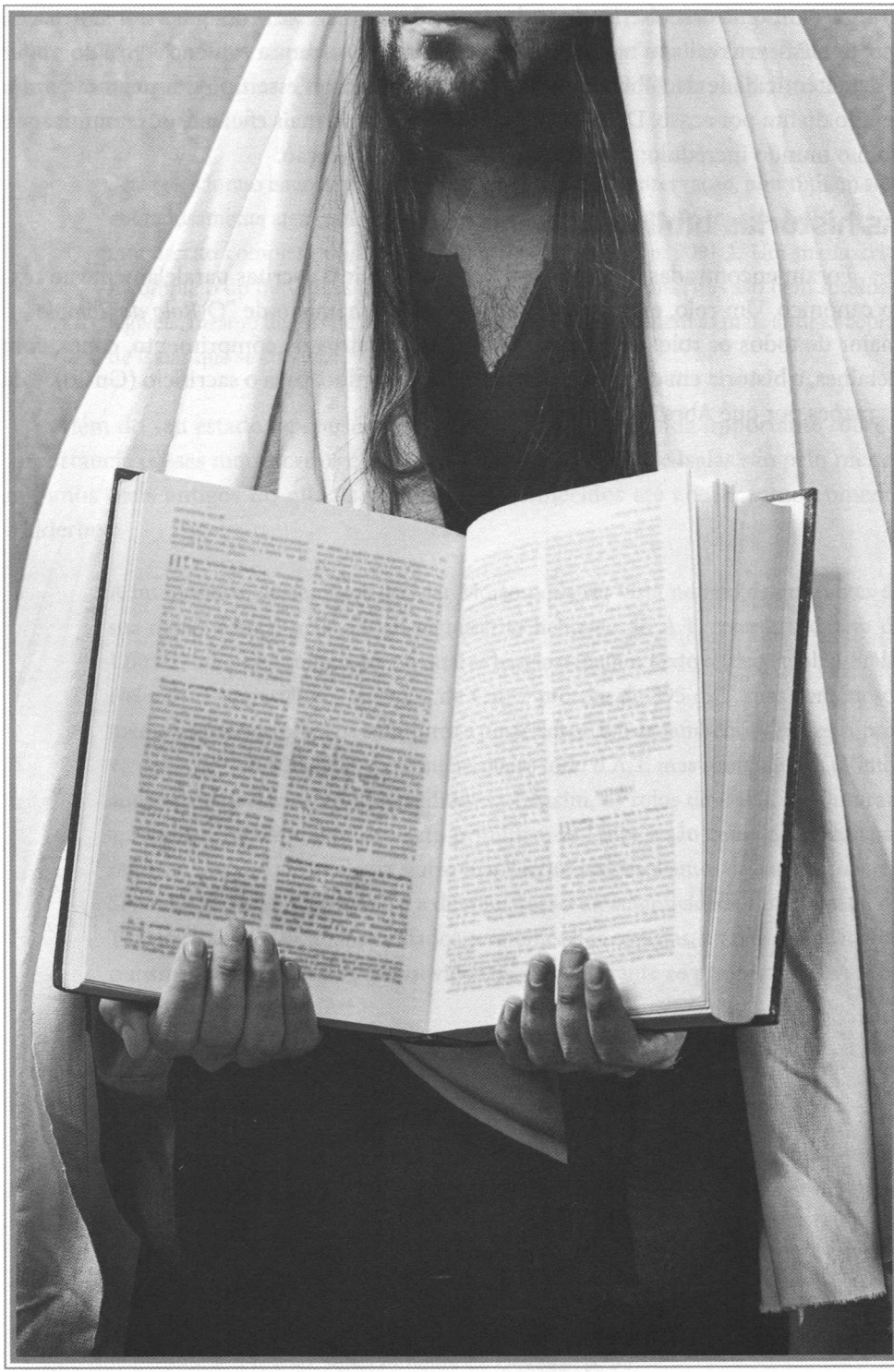
35. YOUNGBLOOD, Ronald F. (ed.); BRUCE, F. F.; HARISON, R. K. *Dicionário Ilustrado da Bíblia*. São Paulo: Edições Vida Nova, 2004. p. 908,909.

36. RIDDERBOS, J. *Isaías, introdução e comentário, série Cultura Bíblica*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1995. v. 17. trad. Adiel Almeida de Oliveira. p. 53.

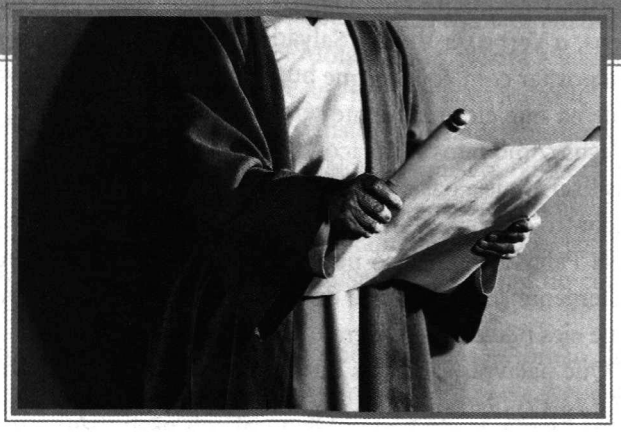
Porque nenhuma descoberta arqueológica pode ser mais forte do que a transformação que esta Palavra realizou nas nossas vidas. Todos nós somos a evidência viva do poder e da autenticidade da Bíblia! Porém, Deus não reservou esse tipo de surpresa para o tempo do fim por acaso. Deus sabia que esse era o meio mais eficiente de comunicar-se com o mundo incrédulo: trazendo evidências da Revelação.

As histórias bíblicas são verídicas

Foram encontradas, nesses rolos, histórias bíblicas escritas paralelamente ao texto canônico. Um rolo, encontrado na caverna 11, chamado de "O *Rolo do Templo*", o maior de todos os rolos encontrados, com 8,15 metros de comprimento, conta, com detalhes, a história em que Abraão leva Isaque, seu filho, para o sacrifício (Gn 26), e dá as razões por que Abraão o teria feito.



JESUS E AS ESCRITURAS



A maior de todas as provas da inspiração do Espírito Santo, no Antigo Testamento, está nas muitas citações do próprio Senhor Jesus observadas no Novo Testamento. Durante a Sua vida, Ele fez uso de várias situações e passagens veterotestamentárias para confirmar a autenticidade do Seu ensino e até mesmo do Seu ministério. Porém, antes de adentrarmos na relação de Jesus com as Escrituras, consideraremos a opinião que alguns estudiosos têm a respeito das palavras de Jesus sobre as Escrituras, conforme a narrativa dos Evangelhos.

A suspeita dos críticos em relação à pessoa de Jesus é a de que muito do que se lê a Seu respeito não passa de uma adequação da Igreja primitiva às suas crenças. Segundo eles, a própria ressurreição de Jesus é uma criação das comunidades cristãs primitivas. Essa é uma forma invertida de ver a relação de Jesus com a Sua Igreja, como se Ele fosse produto dela, e não ela, dele. Sobre isso comenta John W. Wenham:

> Mesmo para aqueles que consideram muitas passagens dos Evangelhos de autenticidade duvidosa, há provas em abundância. A verdade é que se não for possível saber o que Jesus disse a esse respeito, não há como ter certeza sobre o restante dos Seus ensinamentos. Não pretendemos, nesta altura da argumentação, afirmar que o material de que se compõem os Evangelhos seja de ótima qualidade histórica, muito menos que seja inerrante. Admitiremos apenas que sua historicidade é boa

> o bastante para nos dar uma visão muito nítida da atitude de Jesus em relação às Escrituras.[37]

Não importa qual seja a dificuldade dos críticos em aceitar a historicidade dos Evangelhos. Não seremos nós que os convenceremos a mudar de ideia, nem é a nossa pretensão fazê-lo. Conquanto entendamos ser Jesus quem de fato Ele é: o Filho Unigênito de Deus, o Verbo da Vida, o Salvador, Senhor e Mestre da nossa vida. Não temos razão para porfiar com aqueles que buscam incoerência nos Evangelhos, já que o primeiro problema que eles realmente têm é aceitar a encarnação, os milagres e a ressurreição de Jesus como fatos históricos, não como mitos.

Jesus fez das Escrituras a base do Seu ministério. Até mesmo depois de haver ressuscitado, no encontro que teve com os discípulos no caminho de Emaús, Ele preferiu apresentar-se pela Palavra. É curioso pensar que, enquanto dois homens caminham e comentam tristemente sobre a morte de Jesus, o próprio Cristo apareça e entre na conversa, sem que eles percebam que era o Mestre quem lhes falava, até que Ele lança uma pergunta: "Que palavras são essas que, caminhando, trocais entre vós e por que estais tristes?" (Lc 24.17). Estranhando a ignorância dos fatos que estavam na boca de todos, perguntaram a Jesus: "És tu só peregrino em Jerusalém e não sabes as coisas que nela têm sucedido nestes dias? E ele lhes perguntou: Quais? E eles lhe disseram: As que dizem respeito a Jesus, o Nazareno, que foi um profeta poderoso em obras e palavras diante de Deus e de todo o povo" (Lc 24.18,19). Jesus podia simplesmente chamar a atenção deles para o Seu rosto e dizer: "vocês não estão vendo que sou eu? Parem de lamentar!". Contudo, Ele preferiu apresentar-se a eles pela Palavra. Isso, em primeiro lugar, mostra que o Verbo — a Palavra viva — prefere ser conhecido sempre pela Palavra escrita; em segundo lugar, que Ele dá honra aos escritores que falaram a Seu respeito, revelando que o que eles escreveram se cumpria: "E, começando por Moisés e por todos os profetas, explicava-lhes o que dele se achava em todas as Escrituras" (Lc 24.27).

Nos dias de Jesus, havia entre 12 e 20 rolos das Escrituras em tamanhos diferentes. Os gregos fizeram rolos entre oito e dez metros, aos quais chamavam de *Biblos*, que significa, literalmente, "papiros". Jesus honrava as Escrituras, citava-as sempre e confrontava Seus opositores usando-as apropriadamente, pois sabia que os religiosos de seu tempo reconheciam-na como Palavra de Deus. Jesus reconhecia as Escrituras completas como *Palavra de Deus inspirada*, a ponto de não desprezar sequer um til ou um jota de seu texto (Mt 5.18). Para Jesus, os fatos bíblicos são verídicos; por exemplo, enquanto os críticos liberais acreditam que o livro de Jonas não passa de um conto, o Mestre referenda a experiência do profeta no ventre do grande peixe como uma realidade histórica: "pois, como Jonas esteve três dias e três noites no ventre da baleia, assim estará o Filho do Homem três dias e três noites no seio da terra" (Mt 12.40).

---

37. GEISLER, Norman. *A inerrância da Bíblia*. São Paulo: Editora Vida, 2003. p. 17.

Jesus reconhecia os escritos da Torá, sujeitava-se a ela e recomendava aos outros que a obedecessem. Quando curou o leproso, instruiu-o a procurar o sacerdote, porque, de acordo com a Lei, a última palavra sobre a lepra estaria com ele: "Disse-lhe, então, Jesus: Olha, não o digas a alguém, mas vai, mostra-te ao sacerdote e apresenta a oferta que Moisés determinou, para lhes servir de testemunho" (Mt 8.4). Ele criticava os religiosos por valorizarem mais as tradições do que os mandamentos e reivindicava a importância das leis mosaicas: "Porque Moisés disse: Honra a teu pai e a tua mãe e: Quem maldisser ou o pai ou a mãe deve ser punido com a morte" (Mc 7.10). Além disso, reconheceu o Dilúvio como um fato histórico, estabelecendo comparação entre este e a Sua vinda: "E, como foi nos dias de Noé, assim será também a vinda do Filho do Homem" (Mt 24.37); e ratificou a História de Ló: "Como também da mesma maneira aconteceu nos dias de Ló: comiam, bebiam, compravam, vendiam, plantavam e edificavam. Mas, no dia em que Ló saiu de Sodoma, choveu do céu fogo e enxofre, consumindo a todos." (Lc 17.28,29).

Jesus referendou o relato bíblico sobre Abel (Lc 11.51), Abraão (Jo 8.56), Isaque e Jacó (Mt 8.11; Lc 13.28), o maná no deserto (Jo 6.31,49,58) e a serpente de bronze (Jo 3.14); reconheceu a instituição da circuncisão (Jo 7.22; cf. Gn 17.10-12; Lv 12.3) e a historicidade de personagens bíblicos do passado, como Davi (Mt 22.43; Mc 12.36; Lc 20.42), Salomão (Mt 6.29; 12.42; Lc 11.31; 12.37), Elias (Lc 4.25,26), Eliseu (Lc 4.27) e Zacarias (Lc 11.51); falou do sofrimento e da perseguição aos profetas veterotestamentários (Mt 5.12; 13.57; 21.34-36; 23.29-37; Mc 6.4; Jo 12.2-5; Lc 6.23; 11.47-51; 13.34; 20.10-12) e da relação entre Moisés e a Lei (Mt 8.4; 19.8; Mc 1.44; 7.10; 10.5; 12.26; Lc 5.14; 20.37; Jo 5.46; 7.19).

As profecias a respeito de Jesus

Muitas são as profecias a respeito de Jesus. Elas cobrem toda Sua vida: Seu nascimento; Sua morte e Sua ressurreição. Em Gênesis 3.15, está escrito: "E porei inimizade entre ti e a mulher e entre a tua semente e a sua *semente*; esta te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar". Cristo é a *semente* da mulher que ferirá a cabeça da serpente. Uma alusão a essa *semente* nascida de mulher é feita em Gálatas 4.4: "mas, vindo a plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei". Jesus procede da *semente* de Abraão: "Ora, as promessas foram feitas a Abraão e à sua posteridade. Não diz: E às posteridades, como falando de muitas, mas como de uma só: E à tua posteridade, que é Cristo" (Gl 3.16; cf. Gn 17.7; 22.18).

Jesus descende do rei Davi: "Da descendência deste, conforme a promessa, levantou Deus a Jesus para Salvador de Israel" (At 13.23; cf. Sl 132.11; Jr 23.5; Rm 1.3). Ele nasceu de uma virgem: "E, no sexto mês, foi o anjo Gabriel enviado por Deus a uma cidade da Galileia, chamada Nazaré, a uma virgem desposada com um varão cujo nome era José, da casa de Davi; e o nome da virgem era Maria" (Lc 1.26,27); desta forma,

cumpriu-se a profecia de Isaías: "Portanto, o mesmo Senhor vos dará um sinal: eis que uma virgem conceberá, e dará à luz um filho, e será o seu nome Emanuel" (Is 7.14).

Em Miqueias 5.2, lemos que o Messias nasceria em Belém da Judeia: "E tu, Belém Efrata, posto que pequena entre milhares de Judá, de ti me sairá o que será Senhor em Israel, e cujas origens são desde os tempos antigos, desde os dias da eternidade". A profecia cumpriu-se na íntegra: "E subiu da Galileia também José, da cidade de Nazaré, à Judeia, à cidade de Davi chamada Belém (porque era da casa e família de Davi), a fim de alistar-se com Maria, sua mulher, que estava grávida. E aconteceu que, estando eles ali, se cumpriram os dias em que ela havia de dar à luz" (Lc 2.4-6).

O salmista disse que os grandes viriam adorá-lo (Sl 72.10). Essa profecia cumpriu-se quando os magos saíram do Oriente para saudar o menino Jesus (Mt 2.1-11).

Jeremias vaticinou que crianças seriam mortas em Belém (Jr 31.15). A profecia cumpriu-se quando Herodes mandou matar os meninos de dois anos para baixo, na esperança de atingir o menino Jesus (Mt 2.16-18).

Em Oseias lê-se que Ele seria chamado de volta do Egito (Os 11.1). O Senhor mandou José, Maria e o menino fugirem para o Egito, fazendo cumprir a profecia (Mt 2.13-15).

Isaías e Malaquias disseram que Ele teria um precursor (Is 40.3; Ml 3.1). Mateus e Lucas fazem-nos saber que esse precursor foi João Batista (Mt 3.1-3; Lc 1.17).

O Messias seria ungido com o Espírito Santo (Sl 45.7; Is 11.2; 61.1). O Espírito Santo veio sobre Jesus no instante do Seu batismo (Mt 3.16; Jo 3.34).

O Salmista disse que Ele seria sacerdote segundo a ordem de Melquisedeque (Sl 110.4). O autor de Hebreus fala de Jesus como sacerdote segundo a ordem de Melquisedeque (Hb 5.6).

Isaías anunciou que Seu ministério começaria na Galileia (Is 9.1,2), e sabemos que Ele viveu toda Sua vida na Galileia (Mt 4.12-16,23). O profeta também vaticinou que Ele operaria milagres gloriosos (Is 35.5,6), e sabemos que o ministério de Jesus foi marcado por milagres (Mt 11.4-6; Jo 11.47). Cabe aqui uma observação: muitos acusam a Igreja primitiva de ter feito arranjos para encaixar Jesus nas profecias bíblicas, criando situações convenientes para conformar sua agenda aos vaticínios proféticos. Isso até seria possível, em alguns casos, se assim quisesse, mas quem seria capaz de realizar os milagres que Jesus realizou, a menos que fosse Deus?

No Salmo 69.8 e em Isaías 63.3, lemos que o Messias seria rejeitado por seus irmãos. João revelou que "nem mesmo seus irmãos criam nele" (Jo 7.5).

O salmista disse que Ele seria rejeitado pelos líderes dos Judeus (Sl 118.22). Mateus e João dão-nos ciência de que Jesus sofreu oposição dos religiosos durante todo o tempo do Seu ministério (Mt 21.42-46; Jo 7.48).

Os Salmos 41.9 e 55.12-14 dizem que Ele seria traído por um amigo. Judas, que o traiu, era um dos Seus amigos (Jo 13.18-21).

Zacarias disse que Seus discípulos o abandonariam (Zc 13.7). Na pior hora da Sua vida, Jesus foi abandonado por Seus amigos (Mt 26.31-56). O profeta também anun-

ciou que Ele seria vendido por 30 moedas de prata (Zc 11.12). Foi exatamente por esse valor que Judas o vendeu (Mt 26.15).

O salmista disse que Seu sofrimento seria muito intenso (Sl 22.14-18); no Evangelho de Lucas encontramos o cumprimento dessa profecia (Lc 22.42-44). No mesmo capítulo do livro dos Salmos, é dito que Ele sentiria o abandono divino (Sl 22.1); no Evangelho de Mateus está escrito: "E, perto da hora nona, exclamou Jesus em alta voz, dizendo: Eli, Eli, lemá sabactâni, isto é, Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?" (Mt 27.46).

O salmista disse que Lhe dariam vinagre para beber (Sl 69.21). No Evangelho de Marcos lemos: "E um deles correu a embeber uma esponja em vinagre e, pondo-a numa cana, deu-lho a beber..." (Mc 15.36).

Isaías vaticinou que o Messias morreria pelos homens (Is 53.12); Marcos faz-nos saber que Ele, de fato, morreu por todos os homens: "E Jesus, dando um grande brado, expirou" (Mc 15.37). O profeta também disse que Ele seria sepultado entre os ricos (Is 53.9); Mateus relata que um homem rico, chamado José de Arimateia, colocou Jesus em um sepulcro novo de sua propriedade (Mt 27.57-60).

Em outras passagens lemos que Ele ressuscitaria dos mortos (Is 53.9). Lucas revela que Jesus ressuscitou (Lc 24.6,31,34).

O salmista disse que Ele seria assunto aos céus (Sl 68.18). Lucas, em seu Evangelho, disse: "E aconteceu que, abençoando-os ele, se apartou deles e foi elevado ao céu" (Lc 24.51). No livro de Atos dos Apóstolos, o evangelista reafirma: "E, quando dizia isto, vendo-o eles, foi elevado às alturas, e uma nuvem o recebeu, ocultando-o a seus olhos" (At 1.9).

O salmista disse que o Messias assentar-se-ia à direita de Deus nas alturas (Sl 110.1). O autor da Carta aos Hebreus escreveu: "O qual, sendo o resplendor da sua glória, e a expressa imagem da sua pessoa, e sustentando todas as coisas pela palavra do seu poder, havendo feito por si mesmo a purificação dos nossos pecados, assentou-se à destra da Majestade, nas alturas" (Hb 1.3).

"Está escrito"

No embate que Jesus teve com o diabo, após Seu batismo, Ele sabia o quanto Satanás queria demovê-lo dos Seus propósitos neste mundo. Parece que, naquela hora, Jesus não pensava apenas em Si mesmo; Ele sabia quão importante seria, para as gerações futuras, o relato do que estava passando diante do tentador.

Qualquer resposta que saísse dos lábios de Jesus estaria carregada de poder e de verdade, para deixar nocauteado o *príncipe deste mundo* — mesmo porque, naquela hora, Satanás enfrentava a Palavra viva de Deus, o Verbo encarnado. Porém, naquele dia, Jesus preferiu adotar o caminho da Palavra escrita, porque esse é o legado que temos em horas de apuro e tentação. Jesus usou a *espada de dois gumes* (Hb 4.12) para enfrentar o diabo. A cada uma das três propostas feitas pelo inimigo, Jesus respondia simplesmente com um texto bíblico, antecipando-o pela frase: "Está escrito" (Mt 4.4,6,10).

Jesus atestou a autoridade das Escrituras

Jesus estava cercado por um ambiente religioso, em que diferentes grupos se destacavam: fariseus, saduceus, escribas e outros de configuração mais política do que religiosa, como os herodianos, os zelotes e os seus desafetos. No sul do país havia também uma comunidade religiosa ascética, os essênios, que apregoavam a vinda de um messias; outros apregoavam a vinda de dois. Os religiosos que mais se opunham a Ele eram os três primeiros (fariseus, saduceus e escribas) que viviam na Judeia, onde estava o Templo. Alguns deles subiam ao Norte, onde Jesus morava, na região da Galileia, apenas para dirigir os cultos nas sinagogas e voltar para a sua terra.

Os fariseus eram bons conhecedores das Escrituras; por isso, Jesus recomendou que Seus discípulos observassem o que eles diziam a respeito delas, mas advertiu-os a não imitá-los, porque não viviam o que pregavam: "Então, falou Jesus à multidão e aos seus discípulos, dizendo: Na cadeira de Moisés, estão assentados os escribas e fariseus. Observai, pois, e praticai tudo o que vos disserem; mas não procedais em conformidade com as suas obras, porque dizem e não praticam" (Mt 23.1-3).

Não basta conhecer, é preciso acreditar. Na obediência às leis, estava a autoridade das Escrituras. Jesus tributava pleno reconhecimento e autoridade aos escritos de Moisés e asseverava que ele escrevera a Seu respeito. Se não acreditavam Nele era porque também não criam no que Moisés havia escrito: "Examinais as Escrituras, porque vós cuidais ter nelas a vida eterna, e são elas que de mim testificam. (...) Não cuideis que eu vos hei de acusar para com o Pai. Há um que vos acusa, Moisés, em quem vós esperais. Porque, se vós crêsseis em Moisés, creríeis em mim, porque de mim escreveu ele. Mas, se não credes nos seus escritos, como crereis nas minhas palavras?" (Jo 5.39,45-47).

OS ESCRITORES DO NOVO TESTAMENTO E AS ESCRITURAS

O cristianismo é a religião que nasce do Messias prometido no Antigo Testamento; deste modo, suas bases teológicas estão fincadas na antiga aliança.

O pano de fundo teológico, histórico e cultural sobre o qual o Antigo Testamento foi construído fundamenta-se nos profetas que o escreveram e no povo de Israel; estes nos deixaram como legado a história de um patriarcado, um conjunto de leis que regia um povo e uma esperança que se cumpriria em alguém. Os destinatários originais desses escritos não compreenderam plenamente a mensagem de esperança neles contida, mas esta foi abraçada pelo povo chamado *cristão*.

Destarte, para compreender o Messias (forma hebraica para Ungido), o Cristo (forma grega para Ungido), não se pode abrir mão das Escrituras veterotestamentárias; e isso explica a razão de nós, povo da nova aliança — que temos nosso próprio Testamento —, não desprezarmos o Antigo Testamento; ao contrário, temo-lo unido ao nosso, para podermos compreender as raízes das nossas crenças, seguindo o exemplo de Cristo e dos escritores neotestamentários, que o utilizaram com frequência, atestando sua autoridade e importância imprescindível na revelação divina.

Profeta Isaías

Já vimos como Jesus dava importância às Escrituras, utilizando-as durante todo o tempo do Seu ministério. Veremos agora como os escritores do Novo Testamento[38] também o fizeram.

Essa verificação começa nos Evangelhos e estende-se pelos escritos apostólicos. "Nicole estima que existam 295 citações [do AT no NT] e um número muito maior de alusões — pelo menos 10% do NT é constituído de material extraído do AT".[39]

Na Igreja primitiva, o uso das Escrituras veterotestamentárias era comum, pois, inicialmente, esse era o único texto que os primeiros cristãos possuíam — e cujo acesso era facilitado pela tradução do hebraico para o grego corrente, devido ao fato de o grego ser a língua mais comumente falada pelo mundo de então. A Igreja primitiva fazia uso da Septuaginta, conhecida como a *Versão dos Setenta*, uma tradução do hebraico tradicional para o grego, conforme trataremos mais adiante.

Até que os evangelhos, as cartas e as epístolas fossem reunidos para formar o Cânon do Novo Testamento, o Antigo Testamento era a única Escritura de que a Igreja primitiva dispunha. Em razão disso, normalmente os pregadores usavam-no como texto base para as suas prédicas, como se pode verificar no sermão de Pedro no dia de Pentecostes: para explicar a descida do Espírito Santo sobre os discípulos, no cenáculo do templo em Jerusalém, ele levanta-se e profere um sermão baseado em Joel 2.28-32 (At 2.14-36). O mesmo se pode verificar no discurso que Estêvão fez no dia de sua morte: ele começa pelo patriarca Abraão; narra a história do povo hebreu no Egito e o chamado de Moisés; fala do tabernáculo do testemunho; fala de Josué; passa por Davi; fala da lei dada pelos anjos; e culmina em Jesus, a quem ele chama de *Justo* (At 7.2-53).

---

38. Poderíamos dizer "apóstolos do Novo Testamento", mas nem todos os escritores do Novo Testamento foram apóstolos, razão por que preferimos usar a expressão "escritores do Novo Testamento".

39. GEISLER. 2003. p. 57. Texto de Edwin A. Blum.

Nos Evangelhos

Nos Evangelhos, frequentemente encontrâmos citações das Escrituras veterotestamentárias. Em Mateus, por exemplo, além das várias referências feitas por Jesus ao Antigo Testamento (Mt 5.17-19; 22.23-32 etc.), há muitas outras feitas pelo próprio autor, que relacionam fatos ou feitos prenunciados no Antigo Testamento — esse recurso foi utilizado pelos evangelistas, para demonstrar a precisão da narrativa bíblica, mostrando que tal profecia estava se cumprindo. Outras vezes, textos foram utilizados em seus argumentos, para confirmar a messianidade de Jesus.

Há, no Evangelho de Mateus, 129 referências proféticas ao Antigo Testamento: 53, diretas; e 76, indiretas. O uso que Mateus faz do Antigo Testamento demonstra a plena certeza que ele tem de que se trata da pura e inequívoca Palavra de Deus.

O Evangelho de Marcos cita palavras de Jesus, referentes ao crédito dado por Ele às Escrituras do Antigo Testamento (Mc 7.9-13), chamando-as de "mandamento de Deus".

Em João, encontramos 15 citações do Antigo Testamento. Contudo, nos Evangelhos, muitas vezes, há citações de textos — especialmente de profetas — sem que o nome do profeta citado seja referido. Lê-se, nesses casos, a expressão: "bem disse o profeta" ou "fora dito pelo profeta" (Mt 1.22; 2.5,15,23; 3.3).

Nos escritos apostólicos

Tão comum quanto nos Evangelhos é encontrar-se citações do Antigo Testamento nos escritos apostólicos. Em Romanos 9 e 10, em que Paulo trata do futuro de Israel no plano escatológico de Deus, ele cita profetas do passado: "Assim como também diz em Oseias..." (Rm 9.25); "Mas relativamente a Israel, dele clama Isaías..." (Rm 9.27); "Como Isaías já disse..." (Rm 9.29); "E Isaías a mais se atreve, e diz..." (10.20). E ainda cita Isaías em 15.12: "Também Isaías diz...". Os apóstolos referem-se ao Antigo Testamento como "as Escrituras", no grego γραφὴ - *graphê*, aparece 50 vezes. O apóstolo Paulo, mesmo sendo contemporâneo dos apóstolos que andaram com Jesus, estando portanto bem próximo das ocorrências do Seu ministério, podia discorrer sobre a Sua morte e ressurreição, tão somente pelos relatos transmitidos por seus colegas, robusteceu as informações sobre os fatos acrescentando: "segundo as Escrituras": "Antes de tudo vos entreguei o que também recebi; que Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras, e que foi sepultado, e ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras" (1 Co 15.3,4).

O que os escritores do Novo Testamento pensavam dos seus escritos

Os escritores do Novo Testamento referendam os escritos do Antigo Testamento, citando-os, frequentemente, como prova de que aceitavam integralmente a autoridade da Escritura, tendo-a como legítima Palavra de Deus. E quanto aos seus próprios es-

critos, o que pensavam deles? Atribuíam a eles autoridade divina, no mesmo nível das Escrituras do Antigo Testamento, e consideravam-nos dignos de comporem o novo Cânon?

A consciência de ministério e de que eram verdadeiros apóstolos[40] não os intimidava. Eles sentiam-se seguros da sua missão diante de Deus e diante dos homens. Paulo considerava-se responsável por fazer conhecido o mistério do evangelho e, ao mesmo tempo, autodenominava-se *embaixador de Cristo*: "e por mim; para que me seja dada, no abrir da minha boca, a palavra com confiança, para fazer notório o mistério do evangelho, pelo qual sou embaixador em cadeias; para que possa falar dele livremente, como me convém falar" (Ef 6.19,20). Paulo exigiu dos laodicenses a leitura de uma carta que enviara aos colossenses, e destes a leitura da carta enviada aos laodicenses. "E, quando esta epístola tiver sido lida entre vós, fazei que também o seja na igreja dos laodicenses; e a que veio de Laodiceia, lede-a vós também" (Cl 4.16).

Depois de discorrer sobre a necessidade de se estabelecer a ordem no culto na igreja de Corinto, o apóstolo Paulo é veemente em assegurar que suas palavras tinham origem em Deus, constituindo-se, portanto, em ordem peremptória por sua autoridade divina: "Se alguém cuida ser profeta ou espiritual, reconheça que as coisas que vos escrevo são mandamentos do Senhor" (1 Co 14.37). Já no início do mesmo livro, o apóstolo assevera que suas palavras gozam de autoridade divina; sendo, por isso, dignas de acatamento: "As quais também falamos, não com palavras de sabedoria humana, mas com as que o Espírito Santo ensina, comparando as coisas espirituais com as espirituais" (1 Co 2.13). E, ao escrever aos tessalonicenses, diz: "Pelo que também damos, sem cessar, graças a Deus, pois, havendo recebido de nós a palavra da pregação de Deus, a recebestes, não como palavra de homens, mas (segundo é, na verdade) como palavra de Deus, a qual também opera em vós, os que crestes" (1 Ts 2.13).

Em caráter excepcional, Paulo abre parênteses no seu texto, para dizer que determinado assunto sobre o qual discorre é opinião sua pessoal, não palavra do Senhor (1 Co 7.12). Essa explicação é melhor compreendida à luz dos versículos 25 e 40 do mesmo capítulo, nos quais ele explica que não recebera qualquer mandamento específico do Senhor quanto ao assunto de que trata — quer por registro, na memória, de palavras ditas pelo Senhor, quer por alguma revelação específica. Apesar disso, faz-se valer da sua credibilidade pessoal: "... dou, porém, o meu parecer, como quem tem alcançado misericórdia do Senhor para ser fiel" (1 Co 7.25). Já no versículo 10, o apóstolo Paulo é incisivo ao afirmar que o Senhor fala por ele: "Todavia, aos casados, mando, não eu, mas o Senhor...".

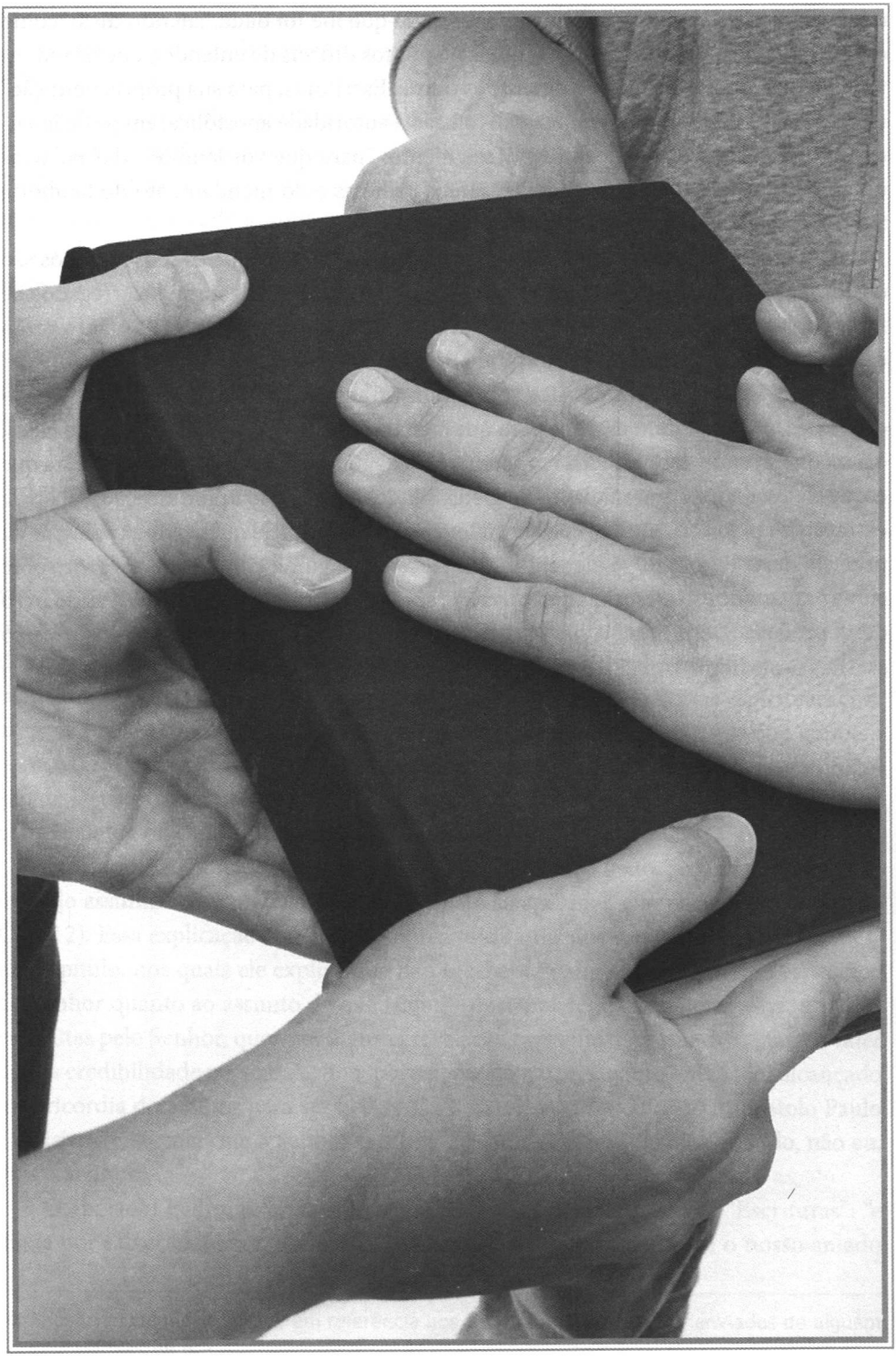
O apóstolo Pedro, referindo-se aos escritos de Paulo, trata-os de "Escrituras": "e tende por salvação a longanimidade de nosso Senhor, como também o nosso amado

40. Apóstolos, cuja ideia inicial, em referência aos Doze, é a de que eram "enviados de alguém para representá-lo".

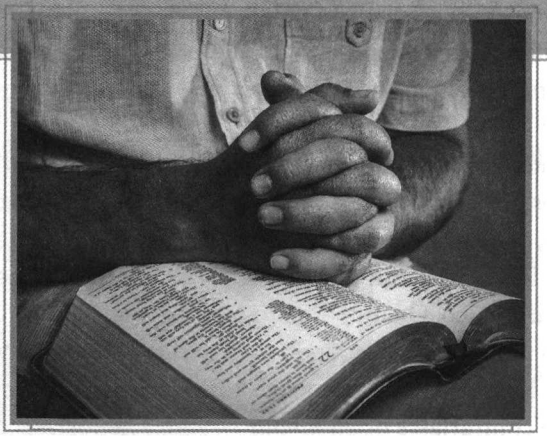
irmão Paulo vos escreveu, segundo a sabedoria que lhe foi dada, falando disto, como em todas as suas epístolas, entre as quais há pontos difíceis de entender, que os indoutos e inconstantes torcem e igualmente as outras Escrituras, para sua própria perdição" (2 Pe 3.15,16). Mas ele também faz mais alusão à autoridade apostólica, em pé de igualdade com a dos profetas do Antigo Testamento: "para que vos lembreis das palavras que primeiramente foram ditas pelos santos profetas e do mandamento do Senhor e Salvador, mediante os vossos apóstolos" (2 Pe 3.2).

Os demais autores do Novo Testamento estão seguros de que os seus registros são o próprio testemunho da verdade de Deus aos homens, pois ficaram encarregados de fazer conhecido o Filho de Deus à humanidade por meio dos seus escritos; daí a razão de Lucas dizer que empreendeu um trabalho minucioso nesse sentido (Lc 1.1-4).

João alega que os seus escritos sobre Jesus tinham por finalidade fazê-lo conhecido: "Estes, porém, foram escritos para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome" (Jo 20.31). No Apocalipse, ele atesta que o que ele escreve é a pura Palavra de Deus, sendo vedada a sua modificação, seja pela extração ou pelo acréscimo: "Porque eu testifico a todo aquele que ouvir as palavras da profecia deste livro que, se alguém lhes acrescentar alguma coisa, Deus fará vir sobre ele as pragas que estão escritas neste livro; e, se alguém tirar quaisquer palavras do livro desta profecia, Deus tirará a sua parte da árvore da vida e da Cidade Santa, que estão escritas neste livro" (Ap 22.18,19).



A REFORMA PROTESTANTE E O RETORNO ÀS ESCRITURAS



Os primeiros quatro séculos da Igreja foram marcados por períodos de elevação e decadência. Enquanto estavam vivos, os apóstolos mantinham a Igreja com os olhos fixos em Jesus — mesmo em períodos conturbados de conflitos, decorrentes de ideias contrárias aos ensinamentos de Cristo e dos apóstolos.

Paulo sabia que, tão logo ele fechasse os olhos, lobos vorazes penetrariam o rebanho; ele sabia também que, de dentro do próprio rebanho, alguns se levantariam para enganar os cristãos: "Porque eu sei isto: que, depois da minha partida, entrarão no meio de vós lobos cruéis, que não perdoarão o rebanho. E que, dentre vós mesmos, se levantarão homens que falarão coisas perversas, para atraírem os discípulos após si" (At 20.29,30). Foi exatamente o que aconteceu.

O declínio da Igreja

A Igreja de Cristo, portanto, sofreu a influência de diversos movimentos, distanciando-se, assim, das verdades legadas pelos apóstolos. Por outro lado, ela se fortalecia como instituição no quarto século. Àquela altura, a igreja já tinha sua sede em Roma, e, com as interferências diretas do imperador Constantino, essa sede foi transferida para

Bizâncio, na Turquia, passando a ser chamada de Constantinopla, em 11 de maio de 330 d.C. O nome da cidade (Constantinopla) deriva-se do nome do imperador Constantino. Desde então, o Estado e a Igreja uniram-se, sendo esta dominada por ele. Os interesses políticos e econômicos cresceram tanto que houve um tempo em que Constantinopla era opulenta e rica, enquanto Roma era tão pobre que os clérigos — inclusive o papa — sobreviviam de doações feitas pelo povo.

Dogmas com novas crendices foram criados. A idolatria imperava. O povo cristão não sabia mais o que era o cristianismo bíblico. E assim a Igreja foi caminhando pela História. A Igreja não sabia a diferença entre autoridade e liberdade. Nada se sabia sobre Cristo, conforme explicado nas Escrituras, até que surge a Reforma, com Martinho Lutero.

É claro que Lutero não a fez sozinho. O processo histórico demandou muitos anos de conflitos criados por grupos que, eventualmente, possuíam algum exemplar da Bíblia Sagrada. Esses, comparando o cristianismo primitivo com o daquela época, insurgiram-se contra a Igreja Romana por não enxergarem nela compatibilidade alguma com o padrão escriturístico. Quando Lutero tenta apresentar suas inquietações contra a Igreja, propondo uma reforma segundo os critérios do evangelho, não é ouvido pelas autoridades de Roma. O clero romano estava com os ouvidos tapados para ouvir qualquer coisa que contrariasse o seu *modus vivendi*. Cientistas, como Galileu Galilei, também foram silenciados pela Inquisição. Se não fosse a Reforma, que ocorreu em 31 de outubro de 1517, quando Martinho Lutero fixou na porta da catedral de Wittenberg suas 95 teses contra o sistema cristão vigente na Igreja Romana, o cristianismo continuaria preso atrás dos muros do medievalismo, e o mundo não teria alcançado todo o progresso científico e tecnológico que hoje conhecemos — a menos que outra, pessoa em outra época, decidisse fazer o que Lutero fez; e não podemos pressupor que o fizesse com a mesma pujança e com os mesmos ideais que ele.

Lutero defendeu cinco pontos importantes, apresentando-os como obrigatórios para a prática de um cristianismo autêntico: *sola fide* (só a fé); *sola Scriptura* (só a Escritura); *solo Christi* (só Cristo); *sola gratia* (só a graça) e *soli deo Gloria* (só a Deus glória). A partir de Lutero, nasce o movimento protestante, que dará origem à Igreja Evangélica, conforme a conhecemos hoje. As denominações históricas, como a luterana, a episcopal, a congregacional, a presbiteriana, a metodista, a igreja reformada (e outras igrejas históricas menores), em grande parte, preferem ser chamadas, até hoje, de igrejas protestantes.

Assim, a partir da Reforma Protestante, o cristianismo, conforme praticado no início da Era Apostólica, começou a ser novamente erguido, tendo como base da sua liturgia e de todo o seu discurso as Escrituras Sagradas, enquanto a Igreja Católica sempre se manteve fiel às encíclicas papais. Contudo, a partir do Concílio Vaticano II (1962—1965), convocado pelo papa João XXIII, a Igreja Católica mudou essa postura. Em 18 de novembro de 1965, por meio de um documento intitulado "Constituição Dogmática

Papa João XXIII

Dei Verbum", a Igreja Católica devolveu a Bíblia ao povo, mandando editá-la em diferentes idiomas — o que não quer dizer que ela tenha se tornado bíblica por causa disso. A liberdade de se fazer uso da Bíblia não a tornou livro principal, como ela o é para os evangélicos. A familiaridade com a Bíblia é diferente entre um evangélico e um católico romano.

"Qual foi a autoridade à qual Martinho Lutero apelou contra as mais altas autoridades da Igreja e do Império? Foram razão, consciência, experiência religiosa, dogma, magistério, ou foi a Escritura?[41]

Nos dias de Lutero, havia muitas Bíblias na Alemanha na versão latina de Jerônimo; havia também a Bíblia em alemão. O próprio Lutero era professor de exegese bíblica, tendo à mão os textos hebraico e grego, respectivamente. A grande contribuição de Lutero foi dar a Bíblia em uma linguagem acessível ao povo simples, como lavradores e aldeões. Com a descoberta da imprensa, foi possível levá-la às massas.

Para Lutero, a autoridade da Escritura está baseada em dois fatos: no testemunho que ela dá de Cristo e na sua origem divina mediante a inspiração. Dentre as reivindicações da Reforma, a importância dada a Bíblia e o seu retorno foram os pontos mais altos. O fato de o povo comum ter livremente um exemplar da Escritura em linguagem acessível — prefaciado por Lutero, incentivando sua leitura e estudo — garantiu a preservação do passo inicial dado por ele diante de um sistema que o privava da verdade de Deus, conservando-o na idolatria e na ignorância.

Os movimentos protestantes cresceram e se fortaleceram; teólogos preeminentes surgiram e, com eles, muita literatura ao lado da Bíblia. Assim, a Igreja de Jesus começou a reaparecer e a se espalhar no mundo, até alcançar os nossos dias. Quem pode negar a pujança da Igreja nos dias de hoje, com todas as suas características e polaridades,

41. BRAATEN, Carl E.; JENSON, Robert W. *Dogmática Cristã*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1990. v. 1. p. 79.

Lutero

que vão das denominações históricas aos movimentos neopentecostais, ainda que com seus exageros? A base dessa estrutura e o acabamento dessa construção devem-se ao retorno às Escrituras Sagradas, da qual a comunidade chamada cristã ficou privada por longos séculos de obscurantismo religioso.

A ênfase na autoridade da Bíblia por Martinho Lutero

Lutero era professor de exegese bíblica na Universidade de Wittenberg. Sua leitura das Escrituras levou-o a compreender que o primordial está na proclamação do evangelho de Cristo, e essa percepção faltava à Igreja Católica. Percebendo o quanto a Bíblia revela Jesus, seu interesse foi despertado nesse sentido, a ponto de fazê-lo traduzir as Escrituras em linguagem adequada ao povo; nesta tradução, foi inserido um prefácio seu, que chamava a atenção dos leitores para a importância da mensagem central da Bíblia: o evangelho de Cristo.

Lutero foi bastante criterioso na escolha dos livros que comporiam a sua Bíblia; inicialmente, acompanhou os teólogos de sua época na seleção dos livros canônicos e deuterocanônicos, ou seja, os apócrifos que se acham na Bíblia católica; mas não parou aí. Lutero colocou os livros de 2 Pedro, 2 e 3 João, Hebreus, Tiago, Judas e Apocalipse em uma classe especial. Lutero teve grande dificuldade em aceitar o livro de Tiago, por achá-lo demasiadamente legalista, e o livro do Apocalipse, a ponto de achar que esse livro não era inspirado.

Para Lutero, assim como para os teólogos reformados, a Bíblia é a Palavra de Deus, e a sua autoridade "está fundamentada em seu testemunho de Cristo. Deve-se crer na Escritura por causa de Cristo, seu conteúdo essencial. (...) A Escritura é digna de confiança por causa dos testemunhos que provam sua origem mediante a inspiração".[42] A Bíblia é a Palavra de Deus inspirada e tem o poder de interpretar-se a si mesma;

42. BRAATEN. 1990. p. 84.

ela pode ser compreendida por todos, pelo menos no que diz respeito à salvação. "A autoridade em questões de fé assenta-se no evangelho da Escritura, não nos credos, concílios da Igreja ou nos ofícios hierárquicos, papado e episcopado".[43] Os teólogos dogmáticos do século 17 atribuíam a autoridade e inerrância das Escrituras à sua inspiração divina. Lutero também foi intransigente na interpretação, insistindo na exposição literal-histórica e filológica das Escrituras, rejeitando o método alegórico praticado por Orígenes (185—254), por meio do qual se prova tudo o que se quer pela Escritura.

A intransigência de Lutero em relação às Escrituras, justificada em uma das suas cinco *sola* — *sola Scriptura* —, definiu a postura das igrejas reformadas e estendeu-se pelo mundo evangélico, sendo, até hoje, o que se defende. Zwinglio e Calvino elaboraram documentos confessionais que tratam da autoridade das Escrituras como sendo "a Palavra de Deus". A Confissão de Genebra (1536) diz: "Desejamos seguir unicamente a Escritura como regra de fé e religião, sem misturá-la com qualquer outra coisa que possa ser arquitetada pela opinião dos homens, à parte da palavra de Deus". A Confissão de Fé de Westminster (1647), acerca dos originais hebraico (Antigo Testamento) e grego (Novo Testamento), diz que são "inspirados diretamente por Deus e pelo seu singular cuidado e providência conservados puros em todos os séculos".[44]

Com o advento do Iluminismo,[45] passou-se a buscar provas racionais para o conteúdo da fé. Se a autoridade da Escritura era defendida pela razão, pela mesma razão ela poderia ser atacada; deste modo, a Bíblia passou a ser alvo de grande controvérsia entre dois grupos: o sobrenaturalista, composto pelos ortodoxos, e os naturalistas, composto pelos críticos. A crítica racionalista contra as Escrituras, que punha em dúvida a sua singularidade como livro inspirado, teve reflexos até mesmo nas elites intelectuais do protestantismo. Os críticos entendiam que a Bíblia devia ser examinada e julgada como outro livro qualquer.

Pode parecer irônico, mas os mais afetados pelo racionalismo, que deu origem ao criticismo bíblico, foram os teólogos alemães luteranos. Em geral, esses teólogos defendem o pensamento de Lutero em relação às Escrituras — sobretudo na ênfase que ele dá à importância do evangelho como ponto alto da revelação —, mas entendem que vivemos em uma época de superação de algumas crenças bíblicas, bem como da própria Bíblia. "Com o pleno surgimento da pesquisa crítica da Bíblia na era do Iluminismo, os pilares da hermenêutica ortodoxa foram despedaçados".[46]

---

43. BRAATEN. 1990. p. 82.

44. Ibidem. p. 82.

45. Iluminismo: movimento intelectual do século 17 que primava pelo uso da razão (luz) contra as trevas, uma referência ao período em que a Igreja Católica impunha uma *cegueira* ao povo, travando o desenvolvimento das ciências. O Iluminismo pregava maior liberdade econômica e política.

46. Ibidem. p. 88.

O criticismo bíblico

Não podemos pensar que um livro tão importante como a Bíblia seria desprezado pelos intelectuais, a ponto de não ser examinado e criticado academicamente; afinal, sua historicidade justificaria um exame mais acurado sobre as suas diversas faces, o que inclui: a investigação dos seus 66 livros em diferentes períodos de tempo; a cultura de cada autor; o nível de informação de cada um; os povos que ela retrata; as histórias que ela narra; as figuras de linguagem que ela emprega; o lado místico que a acompanha; os milagres que ela conta; as esperanças que ela anuncia; e o Deus que ela revela. "Os problemas de que trata a alta crítica têm a ver com a integridade, a autenticidade, a credibilidade e as formas literárias dos vários escritos que compõem a Bíblia".[47]

O termo *crítica*, que denota o sentido de juízo ou julgamento, vem do verbo grego *krino*, que significa "discernir, testar, julgar, determinar". A crítica bíblica está dividida em dois tipos: baixa crítica e alta crítica.

A baixa crítica volta-se para a natureza linguística e histórica dos vocábulos, conforme aparecem nos manuscritos. A alta crítica é bem mais ampla que a baixa, pois se ocupa da forma (do alemão *formgeschichte*, "história da forma"), do método (*sitz im leben*), da "situação em loco" da Igreja primitiva, que, supostamente por medo — na fuga da perseguição do âmbito judaico —, dá surgimento às perícopes[48] e ao contexto histórico dos diferentes livros do Novo Testamento. Trata-se, deste modo, de uma investigação cuidadosa dos textos em busca da sua integridade, a fim de garantir a certeza de se estar lidando com uma literatura que merece acatamento por tudo quanto ensina e propõe. A alta crítica tem a presunção da sinceridade e da busca absoluta da verdade; ela entende que a Bíblia, como documento decisivo, tem de dar conta de si mesma, abarcando desde a História até o destino da humanidade.

Se a crítica, principalmente a alta, se comportasse de modo assertivo, poderíamos descansar nela sem ter com que nos preocupar; entretanto, os seus resultados não são favoráveis a uma vida cristã piedosa; pelo contrário, depois de passar por ela, a probabilidade de alguns se afastarem da fé torna-se grande. Isto se dá não porque os que a elaboram tenham feito descobertas decepcionantes sobre a Bíblia, chegando à conclusão de que a Bíblia não é tudo isso que dela se diz, mas porque eles — sendo liberais, racionalistas, crédulos na ciência, acima de qualquer coisa, e céticos quanto a qualquer possibilidade de milagre — já partem para a verificação das Escrituras com pressupostos negativos e acintosamente degradantes contra elas.

---

47. MCDOWELL, Josh. *Novas evidências que demandam um veredito*. São Paulo: Editora Hagnos, 2013. p. 718.

48. Perícope (gr. περικοπη, que significa "ação de cortar em volta"). Trata-se de um trecho, pequeno ou longo, retirado de um texto que tem sentido completo. A palavra é do gênero feminino.

Quando nasceu a alta crítica

A alta crítica nasceu entre o fim do século 18 e o início do século 19, com o alemão racionalista J. G. Eichhorn. A alta crítica desenvolveu-se na Alemanha entre estudiosos do século 19, como Karl Ludwig Schmidt, Martin Dibelius e Rudolf Bultmann. Para esses teólogos, as datações dos escritos bíblicos são estimadas para tempos bem posteriores aos acreditados, levantando, assim, dúvidas acerca dos seus respectivos autores, conforme acreditados pela comunidade da fé. As próprias narrativas que dizem respeito à história do povo hebreu são alteradas e postas em suspeição.

O teólogo que mais se destacou na alta crítica foi o alemão Rudolf Bultmann. Ele impactou o mundo acadêmico com suas ideias e, ainda hoje, exerce grande influência nos mestres alemães e em muitos outros norte-americanos. Alguns dos seus seguidores foram ainda mais longe do que ele, como é o caso de Paul Tillich. Influenciado por seu colega de cátedra, o filósofo Martin Heidegger, Bultmann atuou no método histórico, levantando suspeitas sobre as fontes utilizadas na elaboração do Novo Testamento, ressaltando a tradição oral que contribuiu para a escrita dos Evangelhos, os quais narraram tão somente o que interessava à igreja dos primeiros dias. "Uma grande parte da Igreja Luterana da Alemanha levanta a voz acerca desse luterano: Rudolf Bultmann é o arqui-herege do século 20".[49]

No mundo acadêmico, o estudante de teologia irá deparar-se com os teólogos liberais, e esse caminho, por mais estranho e desconfortável que seja, faz parte desse trajeto, porque, na construção da sua carreira, ele precisará estar bem informado acerca dos seus objetos de estudo; no entanto, eles não podem abalar-se pelos argumentos daqueles que trocaram a investigação bíblica, feita sob a iluminação do Espírito Santo, pelas lentes da Ciência e da razão, para as quais o sobrenatural inexiste.

Na obra de Josh McDowell, há um capítulo intitulado "A teologia moderna e a crítica bíblica", de C. S. Lewis[50], em que ele faz uma admoestação veemente aos teólogos liberais, particularmente a R. Bultmann; este coloca os escritos do Novo Testamento na categoria de mito ou de romance. Diz ele: "O solapamento da antiga ortodoxia é consequência principalmente do trabalho de teólogos engajados na crítica do Novo Testamento".[51] C. S. Lewis apresenta quatro queixas; a primeira diz respeito à demitização das Escrituras. Para Bultmann, o Novo Testamento é repleto de mitos a respeito de Jesus.

---

49. MCDOWELL, Josh. *Novas evidências que demandam um veredito*. São Paulo: Editora Hagnos, 2013.

50. C.S. Lewis foi um dos mais preeminentes pensadores cristãos de todos os tempos. De filósofo ateu e escritor de grande destaque na Inglaterra, tornou-se um dos cristãos mais exemplares que o mundo já conheceu, deixando, através das suas obras, um legado de alta contribuição para o homem cristão de hoje.

51. Ibidem. p. 1003.

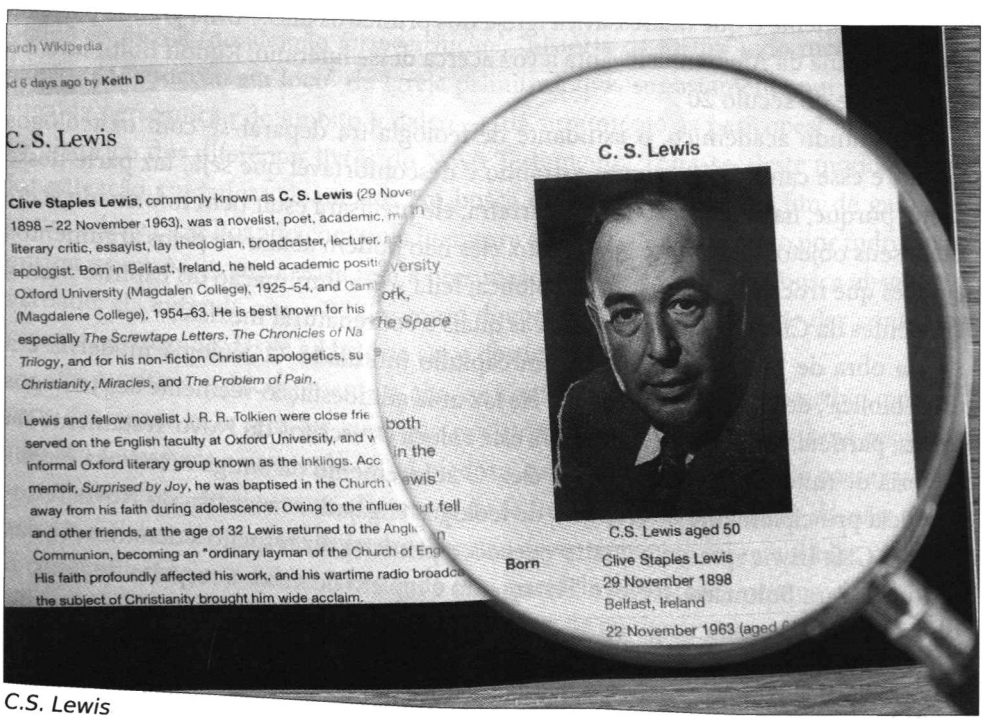
A primeira queixa é a de que:

> Se esse indivíduo me diz que algo num dos Evangelhos é lenda ou romance, quero saber quantas lendas ou quantos romances ele leu, saber quanto seu paladar é treinado para detectá-los pelo sabor próprio; isso é muito mais importante do que saber quantos anos esse indivíduo passou estudando esse Evangelho.[52]

A segunda queixa é a de que:

> A alegação de que a verdadeira conduta, o propósito e o ensino de Cristo logo foram entendidos equivocadamente e assim transmitidos por seus seguidores, e foram recuperados e exumados pelos acadêmicos modernos.[53]

C.S. Lewis ironiza essa postura com o exemplo de que — nos seus tempos de estudante — segundo a tradição de Jowett, os alunos eram educados a crer que "Aristóteles não entendera direito o verdadeiro sentido de Platão e que os neoplatônicos o travestiram tresloucadamente. O verdadeiro sentido fora finalmente resgatado pelos escritores



C.S. Lewis

52. MCDOWELL, Josh. *Novas evidências que demandam um veredito.* São Paulo: Editora Hagnos, 2013. p. 1003.

53. Ibidem. p. 1003.

modernos".[54] Como é possível pensar que uma pessoa que viveu na mesma época que outras, falando a mesma língua, participando da mesma cultura, convivendo com as mesmas realidades do dia a dia, não fosse devidamente compreendida pelos seus contemporâneos e que isso somente viesse a acontecer dois mil anos depois?

A terceira queixa é quanto à rejeição dos milagres, a começar pelos textos proféticos aos quais Jesus recorreu para referir-se a si mesmo. Bultmann alega que tais textos foram postos depois para parecerem preditivos. Essa suposição não prova nada em contrário ao que se afirma biblicamente.

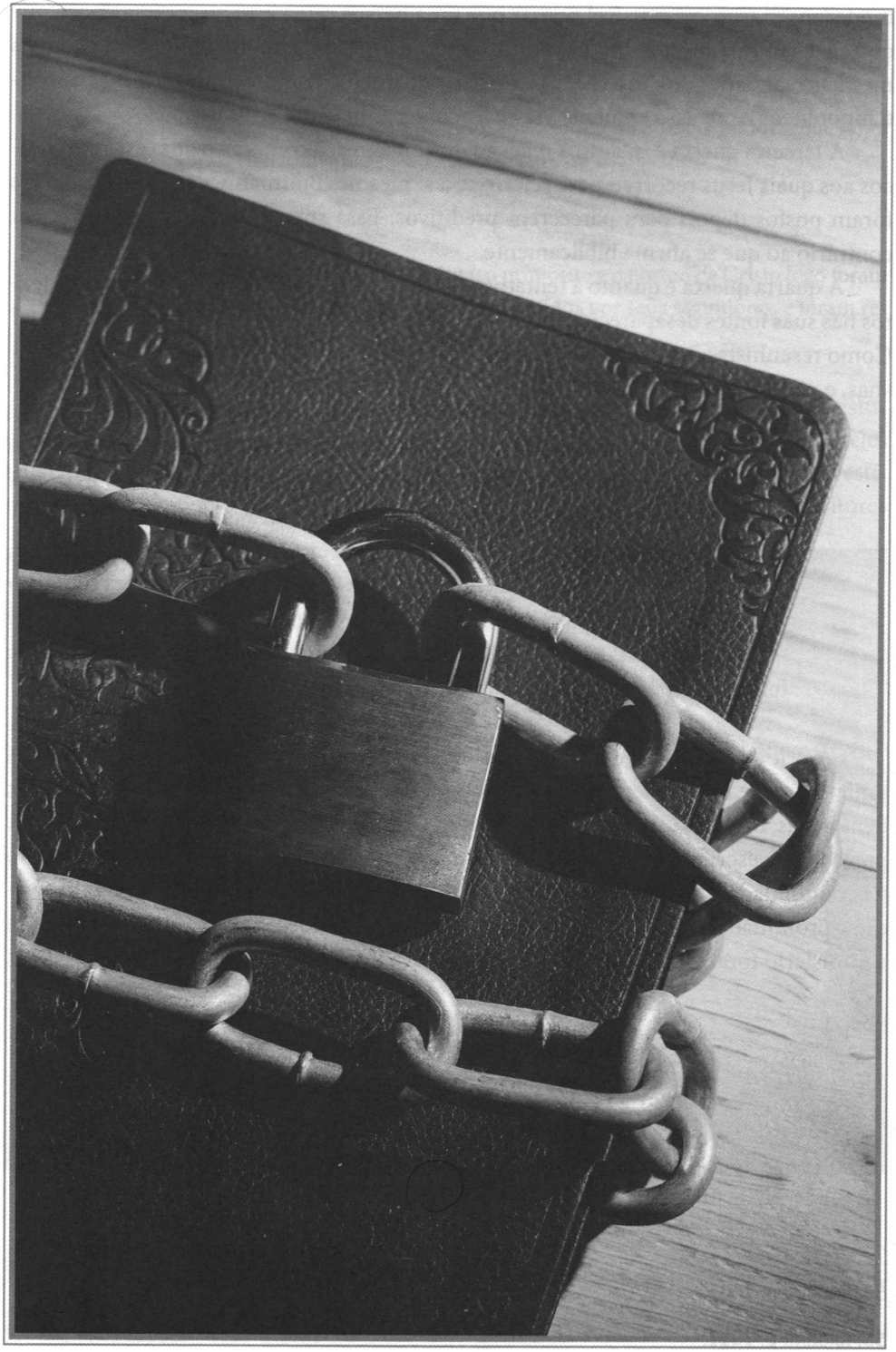
A quarta queixa é quanto à tentativa dos críticos em reconstruir a origem dos textos nas suas fontes desaparecidas: quando, onde e por que o autor teria usado tal fonte? Como resenhistas de tais textos, eles escreveram-nas como esses críticos escreveriam-nas, e não como estão aí?

> Eles presumem que alguém escreveu uma história como eles a teriam escrito. O simples fato de tentarem fazer isso explica por que jamais escreveram histórias. Mas será que nesse critério os críticos bíblicos estão em melhor situação? O Dr. Bultmann jamais escreveu um evangelho. Será que a experiência dessa vida acadêmica, especializada e, sem dúvida, meritória lhe deu de fato algum poder de enxergar o interior da mente de homens mortos há tanto tempo e que foram envolvidos naquilo que, em qualquer ponto de vista, deve ser considerado a experiência religiosa fundamental de toda a raça humana?[55]

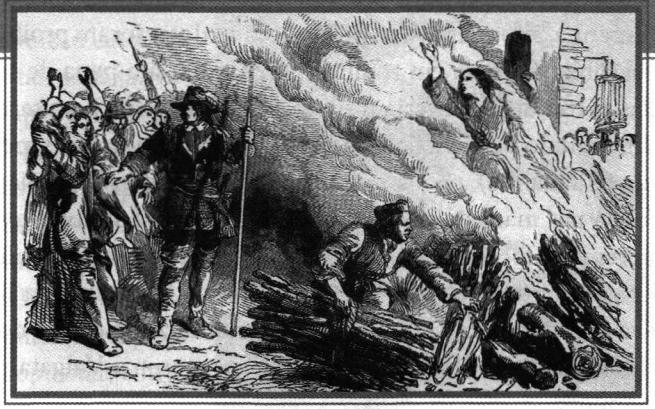
A crítica da forma, apesar das tendências contrárias à fé simples e de algumas limitações que podem ser percebidas claramente nela, oferece algumas contribuições; dentre elas, o levantamento sobre a historicidade e a importância da tradição oral que precedeu os escritos sinópticos. Quanto ao resto, a crítica da forma põe mais atenção na comunidade cristã primitiva — ainda que aparentemente ignorando a sua disposição e prontidão para dar a vida por Jesus Cristo —, tirando os olhos de Jesus, cuja vida e ministério foram corroborados por sinais, prodígios e maravilhas.

54. Ibidem. p. 1007.

55. Ibidem. p. 1011.



RESTRIÇÃO ÀS ESCRITURAS



O grande feito de Lutero — traduzir a Bíblia em linguagem popular, para que todo o povo pudesse ter contato direto com a Palavra de Deus — vem de encontro a uma prática que se estendia desde 1199, quando um decreto de Inocêncio III proibia não somente a posse da Bíblia, mas também o seu uso; e isso aconteceu justamente em uma época em que sinais de heresias começavam a aparecer em toda a Europa.

Para melhor se compreender esse período, faz-se necessário assinalar que houve quatro períodos de pronunciamentos papais sobre a proibição das Escrituras, segundo afirma o historiador David S. Schaff:[56] (1) a época em que os heréticos Valdenses e os Cathari começaram sua obra, cerca de 1200; (2) a época da Reforma Protestante; (3) a época em que surgiu o Jansenismo na França, cerca de 1650; (4) a época das modernas Sociedades Bíblicas, a partir de 1800.

As heresias — conforme vistas e interpretadas pela Igreja Católica — consistiam no fato de que grupos estavam traduzindo os Evangelhos e outras porções das Escrituras para a língua do povo, e grupos de leigos e mulheres passaram a reunir-se em

56. SCHAFF, David S. D. D. *Nossa crença e a de nossos pais.* São Paulo: Imprensa Metodista, 1946. p. 178.

assembleias secretas para comunicar uns aos outros o significado dos Evangelhos.

Com base na Lei Mosaica de que se um animal tocasse o monte santo devia ser apedrejado, a Igreja Católica alegava que, sob a Lei cristã, a massa inculta não poderia tocar na sublime Escritura Sagrada. No Sínodo de Toulouse (1229), ficou decidido que os leigos não poderiam ter sequer um exemplar da Bíblia Sagrada, nem mesmo partes dela. O distanciamento das Escrituras foi se acentuando cada vez mais. No Concílio de Tarragona, na Espanha, anos depois, os próprios sacerdotes foram proibidos de possuir um exemplar da Bíblia Sagrada em tradução vernácula, sob pena de serem acusados de heresia. Todas as traduções deveriam ser entregues ao bispo para serem queimadas.

John Wyclif, seguido pelos Lollardos na Inglaterra, e John Huss, pelos seus seguidores na Boêmia (Alemanha), persistiram na tarefa de traduzir a Bíblia em linguagem popular e colocá-la nas mãos do povo. Wyclif insistia sobre a Bíblia, asseverando que "o livro tem suprema autoridade acima de papas e de todos os Concílios da igreja".[57] Wyclif defendia essa verdade abertamente: "Proibir as Escrituras na língua materna ele o considerava pecado fundamental, por estar em descordo com o dom pentecostal de línguas e o exemplo dado por S. Jerônimo, que preparou a Vulgata para os leitores latinos de seu tempo"[58].

A segunda série de proibições ocorreu na Mogúncia, em 1485, pelo arcebispo Bertholdt. Ele dizia que a língua alemã não poderia expressar com fidelidade as verdades sublimes das Escrituras. Não era decente colocá-la nas mãos do povo inculto, especialmente de mulheres. A multa para quem portasse uma Bíblia era de 100 florins-ouro. Colocá-la nas mãos de um leigo era o mesmo que colocar nas mãos de uma criança uma faca de ponta. Devido à insistência de reformadores como Lutero, Knox e Latimer, os legisladores passaram a punir com pena de morte os portadores do livro sagrado. Patrick Hamilton foi queimado em Santo André, na Escócia, em 1528, por favorecer versões populares das Escrituras. Thomaz Forret, enquanto estava sendo queimado em Glasgow, em 1540, tirou um Novo Testamento do bolso e gritou: "Este é o livro que faz todo este barulho e divergência em nossa Igreja". [59] William Tyndale, preso pelos agentes de Henrique VIII, foi estrangulado e queimado em Lillevorde. Por ordem de Filipe II, em 1565, nos Países Baixos, os homens que lessem as Escrituras deviam ser queimados, e as mulheres, enterradas vivas. Na Guerra dos Trinta Anos, os jesuítas divertiam-se destruindo Bíblias. Um deles gabava-se de haver destruído mais de 60 mil exemplares.

Lutero e Tyndale foram acusados de alterar a tradução da Bíblia. Por exemplo, Lutero, entusiasmado com a ideia da justificação pela fé, fez um pequeno acréscimo em

57. SCHAFF, David S. D. D. *Nossa crença e a de nossos pais*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1946. p. 180.

58. Ibidem. p. 180.

59. Ibidem. p. 182.

Papa Clemente XI

Romanos 3.28: "Concluímos que o homem é justificado *só* pela fé, sem as obras da lei". Realmente, este "só" não existe no texto. No entanto, Lettledale encontrou verdadeiras falsificações na versão católica de Rheims: "O tal, será salvo, todavia, como que pelo fogo *do purgatório*" (1 Co 3.15). Ou ainda: "O Espírito expressamente diz que, nos últimos dias, apostatarão alguns da fé *romana*" (1 Tm 4.1). Estes são apenas alguns exemplos de distorções propositais entre muitos.

O terceiro período de proibição de leitura das Escrituras Sagradas veio na bula *Unigenitus*, publicada em 1713 pelo papa Clemente XI. Essa bula veio para contrariar Quesnel e os jansenistas, que tentavam garantir a circulação das Escrituras de modo irrestrito. A proposição deles era a seguinte: (1) a Bíblia devia ser lida por todos; (2) um dos melhores modos de santificar o Dia do Senhor era pela Escritura e (3) a sua ocultação seria *fechar a boca de Cristo.*

Em 1804, foi fundada a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira, e, em 1816, a Sociedade Bíblica Americana. Não tendo mais como promulgar leis que coibissem o povo de acessar a Bíblia, os Pontífices — a começar por Pio VII, em 1816 —, um após outro, têm-se limitado a praguejar a publicação do livro santo. Pio VII considerou as Sociedades Bíblicas "a mais astuta das invenções, pela qual se abalam os fundamentos da religião". Outros as têm amaldiçoado com pestes e doenças infecciosas. Leão XII, em 1824, comparou as versões feitas pelas Sociedades Bíblicas de "pastagens venenosas".

A tradução da Bíblia católica para o português foi feita pelo Padre Antonio Pereira de Figueiredo. Aproveitando-se de um enfraquecimento da Inquisição, sem contar com o apoio da sua igreja, ele traduziu o Novo Testamento (entre 1778 e 1781) e o Antigo Testamento (entre 1782 e 1790). Inicialmente, perfez um total de 23 volumes, sendo

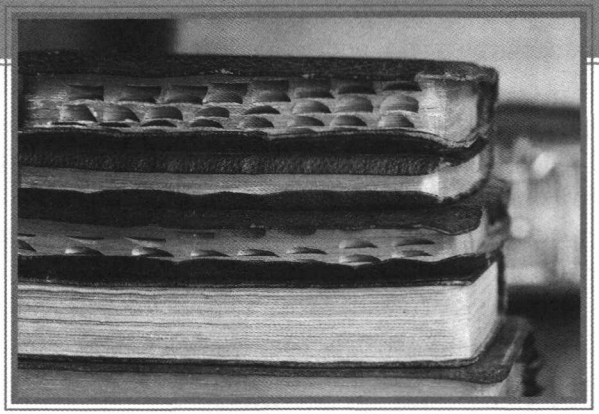
reduzido para sete. Em 1821, foi feita em apenas um volume pela Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira. Sua tradução baseou-se na Vulgata Latina de Jerônimo.

A tradução da Bíblia usada pelos evangélicos foi feita por João Ferreira de Almeida (1628—1691). Ele converteu-se na Igreja Reformada Holandesa, aos 14 anos de idade. Naquela época, Almeida havia deixado Portugal para viver em Málaca, na Malásia. Dois anos depois, ele começou a traduzir a Bíblia do espanhol para o português, concluindo o Novo Testamento em 1645; mas nunca foi publicada. Ele fez cópias à mão dessa tradução e enviou-a a Málaca, Batávia e Ceilão (hoje Sri Lanka). A língua portuguesa era falada em partes da Índia e no sudeste da Ásia. Em 1651, transferiu-se de Málaca para Batávia, onde se tornou pastor. Acumulava as funções de pastor, professor de português, tradutor das Escrituras e ainda ensinava catecismo a professores de escolas primárias. Em 1656, assumiu o presbitério de Ceilão; depois, pastoreou em Tuticorin, na Índia, por um ano, mas, por onde quer que passasse, era perseguido pela Inquisição — um retrato seu foi queimado em praça pública, em Goa. Aos 35 anos, assumiu o pastorado em uma congregação de língua portuguesa, na cidade de Batávia, onde permaneceu de 1663 a 1691. Retornou ao trabalho de tradução da Bíblia. Nessa época, dominando bem a língua holandesa, dedicou-se aos estudos das línguas grega e hebraica. Em 1676, concluiu a tradução do Novo Testamento, porém o presbitério de sua igreja recomendou que fosse bem revisada antes de sua publicação. Como o processo de revisão demorava, irritado, mandou para impressão. Passaram-se alguns meses até que assentissem com ela. Informaram-lhe que a revisão havia sido feita, mas, depois de publicada, veio a decepção: havia muitos erros no texto, a ponto de ser condenado. Um ano depois, chegou a Batávia. Depois de corrigir à mão, em 1693, foi feita, na Batávia, a segunda edição. Entretanto, por ordem das autoridades holandesas, todo o estoque foi queimado. O trabalho de revisão durou ainda dez anos, e somente em 1721 foi feita a terceira edição.

Quando hoje dispomos de tantos exemplares da Bíblia Sagrada, em tamanhos e cores diferentes, em edições especiais, com comentários, dicionários, mapas, tabelas de pesos e medidas, tabelas cronológicas, em linguagem erudita ou em português coloquial — como é o caso da Bíblia na Linguagem de Hoje —, temos de prestar sincera homenagem a quem pagou alto preço para que o primeiro exemplar na nossa língua fosse produzido. Mas, a melhor homenagem que podemos prestar é agir como queriam os defensores e difusores da Bíblia: lê-la! Pessoas morreram por causa desse livro.

Sugiro ao leitor que interrompa aqui a sua leitura. Pare! Feche os olhos e, em reflexão silenciosa, considere a importância que está dando à sua Bíblia! Compare o tempo que você dedica à sua Bíblia ao tempo que você gasta diante da televisão, diante do computador, ao telefone ou em conversa com alguém. Ore a Deus. Assuma um compromisso de ler a sua Bíblia. Faça isso agora mesmo, e que Deus o abençoe!

INSPIRAÇÃO DAS ESCRITURAS



Principiaremos este assunto, apresentando a singularidade que há no termo "inspiração", do grego θεόπνευστος (*theopneustos*), "sopro de Deus". O termo "inspirar" significa "introduzir ar nos pulmões". A inspiração dos escritores é o "ato de respirar o sopro de Deus". A inspiração é dos escritores, não de Deus. Deus é o agente ativo, "aquele que sopra", e o escritor sagrado, o agente passivo, "aquele que respira esse sopro".

Embora o termo "inspiração" seja comumente empregado para fazer referência à poesia, à música e até mesmo à pregação — no sentido de uma produção esplêndida, como "inspiração poética", "música inspirada" ou "mensagem inspirada" —, a inspiração, no sentido teológico, é exclusiva, pois diz respeito unicamente ao *sopro de Deus* para a produção do escrito sagrado. Pode-se assim dizer que a Bíblia é o único livro verdadeiramente inspirado na face da Terra.

A função do Espírito

"Porque a profecia nunca foi produzida por vontade de homem algum, mas os homens santos de Deus falaram inspirados pelo Espírito Santo" (2 Pe 1.21). A palavra "movidos", nesse versículo, vem do grego φερόμενοι. A raiz da palavra é φέρος

(*phéros*), que significa "gerado" ou "conduzido". O Espírito Santo gerou o conteúdo a ser escrito e conduziu com o Seu sopro cada escritor no momento em que o estava produzindo, ou seja, a vontade humana dos autores não deu origem à mensagem de Deus. Deus não permitiria que a vontade de um homem pecador registrasse erroneamente a Sua Palavra.

Soberanamente, Deus fez uso desta mesma palavra (*phéros*), em outra circunstância, para nos ajudar a entender o poder da inspiração do Espírito. Quando o navio em que Paulo viajava foi atacado por um vento muito forte, o texto diz: "sendo o navio arrebatado e não podendo navegar contra o vento, dando de mão a tudo, nos deixamos ir à toa" (At 27.15). O termo empregado pelo autor sagrado para fazer referência à força do vento, que levava o navio de Paulo para onde quisesse, é o mesmo termo empregado para fazer referência à força da inspiração do Espírito, que conduziu os autores das Escrituras na direção que Ele desejava para garantir sua autenticidade e inerrância.

Deus tem os Seus meios para influenciar a mente humana e impeli-la a pensar o que Ele quer. Essa foi a excepcionalidade com que Deus agiu na mente dos escritores da Bíblia, direcionando os seus pensamentos conforme a Sua soberana vontade. Deus tem o poder de agir assim com todos os homens, se o quiser, mas Ele não o faz porque não viola a lei da consciência. Deus respeita os pensamentos humanos, ainda que esses pensamentos não coincidam com os Seus. Deus criou o homem como um ser independente e capaz de tomar suas próprias decisões (Gn 2.16), mas, quanto aos escritores sagrados, pode-se dizer que Ele influenciou diretamente os seus pensamentos, embora respeitasse a forma ou o estilo com que cada um expressou tais ideias.

O sopro de Deus na mente dos escritores da Bíblia não deve ser entendido como o sopro de um músico no seu instrumento para produzir som. O instrumento é passivo daquele volume de ar para que, então, produza som; a mente do homem é ativa. O instrumento é um objeto inerte, completamente sujeito à ação de quem o manuseia, o homem é um ser livre, consciente e capaz de dar expressão aos seus pensamentos.[60]

Os escritores sagrados tiveram suas próprias experiências, e elas lhes deram base para escrever. Seus escritos foram formados a partir das experiências místicas que alguns desfrutaram (em sonhos, visões e audições da voz de Deus); do modo como viveram; da relação que estabeleceram com a nação, com o Templo e com o culto; e da a maneira como reagiram aos erros e acertos do povo e às invasões estrangeiras.

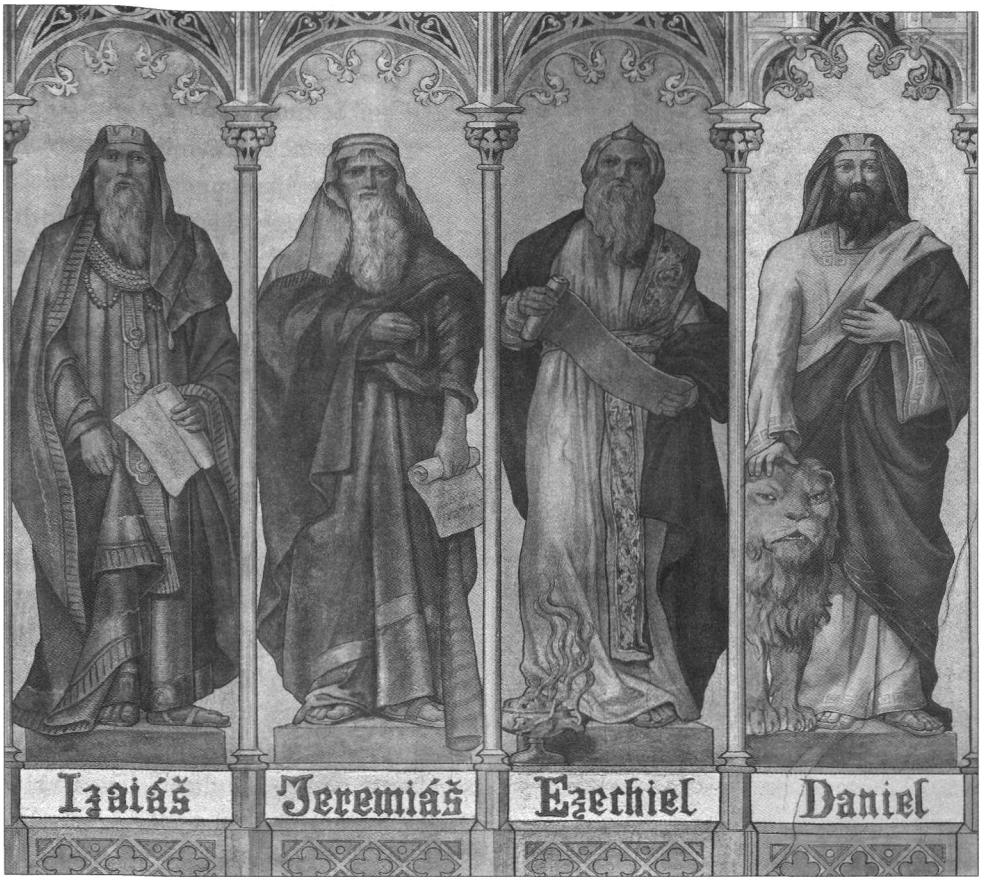
> Mas seus escritos eram mais que relatos de pessoas envolvidas. Declaravam que escreviam não somente a respeito de Deus, mas também em *prol* de Deus. A sua palavra era a Palavra de Deus; a sua mensagem era a mensagem de Deus.[61]

---

60. STRONG, Augustus H. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Editora Teológica, 2002. v. 1. p. 294.

61. HORTON, Stanley M. *Teologia Sistemática — Uma perspectiva pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD, 2013. p. 99.

Profetas

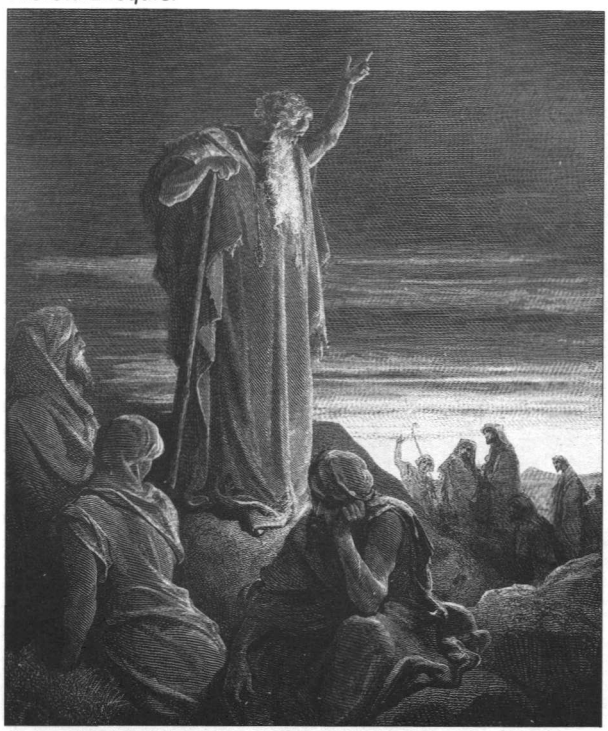


Ouviam a voz de Deus

Os profetas, por exemplo, repassavam o que ouviam diretamente de Deus, não ousando pronunciar palavras que quisessem falar, mas as que recebiam de Deus. No caso de Moisés, por exemplo, é grande o número de vezes em que o Senhor dirige-lhe a Sua palavra diretamente: "E o Senhor disse-lhe" (Êx 4.2 *ss*). Há, neste capítulo, um diálogo; então, vê-se Moisés e Deus falando um ao outro. Depois, o Senhor fala com ele para voltar ao Egito (Êx 4.19). Diante de Faraó, ele repete as palavras de Deus dizendo: "Assim diz o Senhor, Deus de Israel" (Êx 5.1). Na sequência dos capítulos, lê-se: "Então disse o Senhor a Moisés" (Êx 6.1,2; 7.1,19; 8.1,16,20; 9.1,8,13,22; 10.1,12,21; 11.1; 12.1; 13.1; 14.1,15; 16.11; 19.10; 20.1; 24.1; 25.1; 30.11,17,22,34; 31.1; 33.1; 34.1,10; 40.1). Como não acatar as palavras de alguém que ouvia tanto a Deus?

Outros escritores sagrados, todavia, declaram haver recebido a palavra de Deus, antes de escrevê-la: "Então, disse o Senhor a Isaías" (Is 7.3); "Disse-me também o Senhor" (Is 8.1); "E continuou o Senhor a falar ainda comigo, dizendo" (Is 8.5). Outras

Profeta Ezequiel



vezes, o profeta fala diretamente como sendo a própria boca de Deus: "Assim diz o Senhor Jeová dos Exércitos" (Is 22.15). O mesmo acontece com Jeremias: "Assim veio a mim a palavra do Senhor dizendo" (Jr 1.4; 2.1; 7.1); outras vezes, ele torna-se porta-voz de Deus: "Ouvi a palavra que o Senhor vos fala a vós, ó casa de Israel" (Jr 10.1). O profeta Ezequiel declara: "veio expressamente a palavra do Senhor a Ezequiel" (Ez 1.3); "E disse-me" (Ez 2.1; 3.1,16; 6.1; 7.1 etc.). Daniel ouve a voz de um varão de branco que fala com ele expondo acontecimentos reservados para o tempo do fim: "E me disse: Daniel, homem mui desejado, está atento às palavras que te vou dizer" (Dn 10.11). Com os profetas menores não foi diferente. Oseias, Joel, Amós e Obadias falam como porta-vozes de Deus (Os 1.1; Jl 1.1; Am 1.2; 2.1; Ob 1.1). Jonas recebe a palavra do Senhor (Jn 1.1); o mesmo acontece com Miqueias (Mq 1.1). Naum apresenta a voz de Deus em terceira pessoa (Na 1.2,3,7). O Senhor fala com Habacuque, em resposta às suas indagações (Hc 2.2). Sofonias recebe a palavra do Senhor, antes de escrevê-la (Sf 1.1). Ageu fala como porta-voz de Deus (Ag 1.2,7; 2.6,20). Zacarias recebe a palavra do Senhor (Zc 1.1), e Malaquias também fala diretamente como porta-voz de Deus (Ml 1.1).

Palavras que se complementam

Os escritores da Bíblia produziram suas obras em épocas diferentes; porém, alguns deles foram contemporâneos. Ezequiel, por exemplo, conheceu o velho Jeremias e aprendeu com ele; também foi contemporâneo do jovem Daniel. Profetas como Oseias e Miqueias foram contemporâneos de Isaías, bem como Amós e Jonas. Naum, Habacuque e Sofonias foram contemporâneos. Ageu foi contemporâneo de Zacarias. Esdras, Neemias e Malaquias viveram na mesma época. Moisés e Josué conviveram durante todo o êxodo. Samuel, Davi e Salomão também foram contemporâneos, sendo Salo-

mão filho de Davi. Mas a distância entre os primeiros escritos do Antigo Testamento e os escritos do Novo Testamento é de mil e quinhentos anos. Quanto aos escritores do Novo Testamento, sabemos que foram todos contemporâneos.

Deus deu a cada escritor uma mensagem; porém, elas não são completas nem suficientes em si mesmas para trazer toda a revelação de Deus aos homens — exceto um ou outro assunto que se esgota em apenas um escritor. A revelação é progressiva: Deus, paulatinamente, deu porções da Sua palavra aos escritores, até que o Cânon Sagrado fosse completado e fechado. Strong diz:

> Tanto a revelação como o registro são progressivos. Nenhum deles é completo no seu início. Os escritos bíblicos devem ser considerados em conjunto. Deve-se ver cada uma das partes em conexão com a que precede e com a que segue.[62]

A conexão que dá complemento à mensagem iniciada por um escritor pode ser exemplificada nos escritos de Daniel e do Apocalipse. Daniel trouxe revelações sobre o tempo do fim, envolvendo uma semana de anos de tribulação, bem como o governo mundial do anticristo. O Apocalipse foi escrito muito tempo depois, para dar continuidade e para trazer revelações mais detalhadas sobre o assunto iniciado por Daniel. O próprio Daniel ouve do anjo que as suas palavras seriam seladas até o tempo do fim, ou seja, as revelações escatológicas que ele recebera não seriam compreendidas nos seus dias (Dn 12.4,9). O livro do Apocalipse complementa a mensagem de Daniel, tornando mais claras as revelações daquele livro; significa dizer que um autor complementa outro. "Por isso, a inspiração deve ser compreendida, não por seu método, mas por seu resultado".[63]

Rei Davi

Davi foi um dos que entendeu que a influência divina era muito mais do que um acaso: "O Espírito do Senhor falou por mim, e a sua palavra esteve em minha boca. Disse o Deus

62. STRONG. 2002. v. 1. p. 293.

63. Ibidem. p. 293.

de Israel, a Rocha de Israel a mim me falou: Haverá um justo que domine sobre os homens, que domine no temor de Deus" (2 Sm 23.2,3). Inspiração significa que o Espírito de Deus supervisionou os escritores na produção das Escrituras, de maneira que eles escreveram exatamente o que Deus queria.

Mateus confirmou a inspiração do Espírito sobre a vida do profeta Oseias, que vaticinou com precisão a volta de Jesus do Egito, depois da morte de Herodes. Disse Oseias: "Quando Israel era menino, eu o amei; e do Egito chamei a meu filho" (Os 11.1). Disse Mateus: "E esteve lá até à morte de Herodes, para que se cumprisse o que foi dito da parte do Senhor pelo profeta, que diz: Do Egito chamei o meu Filho" (Mt 2.15).

As Escrituras servem de base para a interpretação dos seus próprios textos. Essa é a regra fundamental da Hermenêutica: *as Escrituras são a sua própria intérprete*: "As quais também falamos, não com palavras de sabedoria humana, mas com as que o Espírito Santo ensina, comparando as coisas espirituais com as espirituais" (1 Co 2.13).

A inspiração no Novo Testamento

Jesus prometeu aos apóstolos: "Mas aquele Consolador, o Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome, vos ensinará todas as coisas e vos fará lembrar tudo quanto vos tenho dito" (Jo 14.26). Só por esta razão já teríamos motivo suficiente para crermos na Bíblia como a absoluta Palavra de Deus. "Toda Escritura divinamente inspirada é proveitosa para ensinar, para redarguir, para corrigir, para instruir em justiça" (2 Tm 3.16).

Os escritores do Novo Testamento escreveram com a mesma convicção dos escritores do Antigo Testamento. Paulo mostrou ter pleno entendimento da doutrina de Cristo, por isso assegurou aos seus leitores que ele fora colocado como "sábio arquiteto" da Igreja (1 Co 3.10). Essa expressão representa "aquele que dá as diretrizes doutrinárias que devem reger as crenças e condutas da Igreja de Cristo na terra", as quais foram transmitidas por meio dele. Ao dar instrução à igreja de Corinto sobre o dever de se estabelecer ordem no culto, ele encerra seu trecho afirmando que suas palavras são mandamentos do Senhor: "Se alguém cuida ser profeta ou espiritual, reconheça que as coisas que vos escrevo são mandamentos do Senhor" (1 Co 14.37). O apóstolo Pedro reivindica, para os escritos apostólicos, o mesmo grau de autoridade observado nos escritos proféticos: "Amados, escrevo-vos, agora, esta segunda carta, em ambas as quais desperto com exortação o vosso ânimo sincero, para que vos lembreis das palavras que primeiramente foram ditas pelos santos profetas e do mandamento do Senhor e Salvador, mediante os vossos apóstolos" (2 Pe 3.1,2).

Teorias sobre a inspiração

Para tentar harmonizar essa relação entre a ação divina e a ação humana no escrito sagrado, várias teorias surgiram ao longo de História, dentre as quais, apenas uma é aceita pelo povo de Deus.

Intuição natural

Os adeptos da teoria da inspiração natural veem nela o mesmo princípio que há em um dom natural, que leva pessoas a gostarem mais de determinada área do conhecimento, tendo maior facilidade em lidar com ela. É o caso das Artes (pintura, escultura ou música, por exemplo), das Ciências (matemática, física, química ou biologia, por exemplo) —, das Letras etc. Assim — pensam eles — teria acontecido com os escritores sagrados, devido ao elevado nível de compreensão espiritual que tiveram.

A teoria da intuição natural, embora defendida por muitos pensadores de elevado nível, revela uma visão um tanto simplista do verdadeiro sentido da inspiração, porque passa por cima de fatos altamente relevantes, devendo explicações a eles. Como explicar — a não ser por um fenômeno sobrenatural — o cumprimento de profecias no decorrer da História, principalmente as que dizem respeito a Israel no plano escatológico divino? E, se levarmos para o lado prático, como explicar o poder de transformação, constatado na vida de pessoas que acreditaram na mensagem da Bíblia?

Se considerarmos o poder atual da mensagem do evangelho, corroborado por sinais e dons do Espírito Santo (Hb 2.3,4), será possível acreditar em "intuição natural"? A intuição natural depende da experiência humana, deixando de lado a ação plena e direta do Espírito Santo. Strong a associa com o ponto de vista Pelagiano.[64] Essa teoria colocaria a Bíblia ao lado de outras literaturas religiosas — como o Alcorão, o livro dos Vedas, a Doutrina dos Convênios etc. —, adotadas por outras religiões e seitas.

Não se pode ignorar a participação humana nos escritos sagrados: foi o homem quem escreveu a Bíblia. As experiências de vida, o conhecimento de fatos históricos e a compreensão da doutrina (seja do Antigo ou do Novo Testamento) fazem parte desse conjunto, do qual se vale a inspiração. Lucas investigou minuciosamente os fatos relativos à vida de Jesus para escrever o seu Evangelho (Lc 1.1-4), porém não se pode limitar o escrito — conforme sugere esta teoria — à intuição humana; não se pode desconsiderar a participação direta do Espírito Santo, supervisionando as ideias, os conceitos e as palavras usadas pelos autores bíblicos.

Teoria da iluminação

Essa teoria seria nada mais do que um passo adiante da teoria da intuição. Toda a capacidade humana para escrever a Bíblia seria reforçada pelo Espírito Santo, mas não de modo tão direto e especial. Seria nada mais do que uma "elevação das percepções religiosas".[65] O apóstolo Pedro não concorda com essa teoria: "Porque a profecia (escri-

64. STRONG. 2002. v. 1. p. 302. Pelágio defendia muito a ação humana na relação com Deus, fazendo recair sobre a vontade humana as iniciativas (livre-arbítrio), sem contar com a força da Graça. Agostinho de Hipona opôs-se às suas doutrinas.

65. Ibidem. p. 305.

ta pelos profetas) nunca foi produzida por vontade de homem algum, mas os homens santos de Deus falaram inspirados pelo Espírito Santo" (2 Pe 1.21 — acréscimo do autor). De acordo com esse texto, nota-se claramente que a iniciativa na transmissão da profecia escrita não foi do profeta, mas do Espírito Santo.

Segundo essa teoria, o autor tinha um conceito (ou ideia) formado sobre cada assunto que registrou, não importando quais palavras tenha usado para transmitir tal conceito. De certa forma, parece ignorar a importância das palavras. Na Bíblia, cada palavra é importante; tanto que, na exegese, o intérprete tem o cuidado de examinar cada uma à luz do original para entender claramente o sentido do texto (1 Co 2.13; Jo 6.63; 17.8; Êx 20.1). Jesus deu importância a cada palavra: "Porque em verdade vos digo que, até que o céu e a terra passem, nem um jota ou um til se omitirá da lei sem que tudo seja cumprido" (Mt 5.18).

Teoria do ditado

Essa teoria sugere que o Espírito Santo *possui* a mente e o corpo do escritor, fazendo com que o texto flua de modo milagroso. O escritor é um agente passivo, enquanto o Espírito Santo, como ser ativo da inspiração, usa as mãos do escritor para escrever palavra por palavra, sílaba por sílaba, sem que o escritor tenha qualquer participação na obra. Como combinar essa teoria com casos em que o escritor está compenetrado, recebendo visões e declarações divinas, como Isaías por exemplo, que descreveu profeticamente a cena do calvário, sete séculos antes (Is 53)? Ou outros em que o autor recorre à sua memória para relatar fatos históricos, como é o caso dos livros históricos? Ou quando o autor envolve-se em uma ocorrência, mostrando sua indignação contra alguém que contamina a igreja com suas opiniões pessoais, como é o caso de Paulo em suas cartas aos coríntios? (2 Co 10.10). Além disso, é notável a distinção literária entre um escritor e outro nos livros da Bíblia.

Segundo essa teoria, Deus teria ditado cada palavra aos escritores. Nesse caso, a Bíblia toda deveria obedecer rigorosamente a um único estilo literário, sendo completamente uniforme, como se fosse escrita por um *copidesque*.[66] Paulo e Pedro eram escritores; porém, Pedro encontrou dificuldade em entender os escritos paulinos: "e tende por salvação a longanimidade de nosso Senhor, como também o nosso amado irmão Paulo vos escreveu, segundo a sabedoria que lhe foi dada, falando disto, como em todas as suas epístolas, entre as quais há pontos difíceis de entender, que os indoutos e inconstantes torcem e igualmente as outras Escrituras, para sua própria perdição" (2 Pe 3.15,16). A teoria do ditado avilta a participação humana. O fato é que cada escritor bíblico escreveu de acordo com os seus sentimentos, estilo e linguagem, com a liberdade de expressar o assunto, cada um, do seu jeito particular.

---

66. *Copidesque* é um revisor de texto que procura torná-lo uniforme e claro, sem prejudicar o sentido original dado pelo autor. É uma função comum nos órgãos de imprensa.

Teoria da orientação dinâmica

Chega a parecer confusa a fala dos eruditos sobre esta teoria. Em um Português coloquial, seria o mesmo que dizer: "nem sim, nem não; muito pelo contrário". É mais ou menos como se define a teoria da orientação dinâmica: ela advoga que tanto o homem quanto o Espírito Santo têm participação na escrita da Bíblia. Nisso temos que concordar.

Diz Strong, na sua explicação sobre esta teoria: "Nenhuma teoria da inspiração é necessária à fé cristã. A revelação precede a inspiração... Deus podia revelar-se sem o registro; podia permitir o registro sem o atestado de algo mais que o ensino religioso e da história; apenas ela era necessária ao referido ensino religioso".[67]

Os defensores dessa teoria dizem que a religião cristã seria verdadeira com ou sem o que chamamos de *inspiração das Escrituras*. Embora essa teoria aplique demasiada confiança na religião cristã, ela desmerece a necessidade e a importância do Espírito Santo na elaboração completa do texto sagrado, porque enxerga a inspiração apenas nas questões essenciais à fé cristã, não em textos corriqueiros ou de somenos importância.

Teoria da inspiração mecânica

Essa teoria jamais foi aceita pela Igreja. Ela supõe que os escritores agiam como máquina, como reclama Hodge, que prossegue comentando:

> Sua própria consciência não estava suspensa; nem suas faculdades intelectuais eram substituídas. Homens santos falaram movidos pelo Espírito Santo. Eram homens, não máquinas; não instrumentos inconscientes, mas, sim, mentes vivas, pensantes, voluntárias, às quais o Espírito usou como seus instrumentos. Demais, visto que a inspiração não envolveu a suspensão nem a supressão das faculdades mentais humanas, tampouco interferiu no livre exercício das características mentais distintivas do indivíduo. Se um hebreu era inspirado, ele falava hebraico; se um grego, ele falava grego; se uma pessoa douta, ela falava como alguém possuidor de cultura; se indouta, falava tal como costumava falar. Se sua mente era lógica, ela raciocinava como Paulo fazia; se era emotiva e contemplativa, então escrevia como João escreveu. Tudo isso está envolvido no fato de que Deus usa seus instrumentos de acordo com sua natureza.[68]

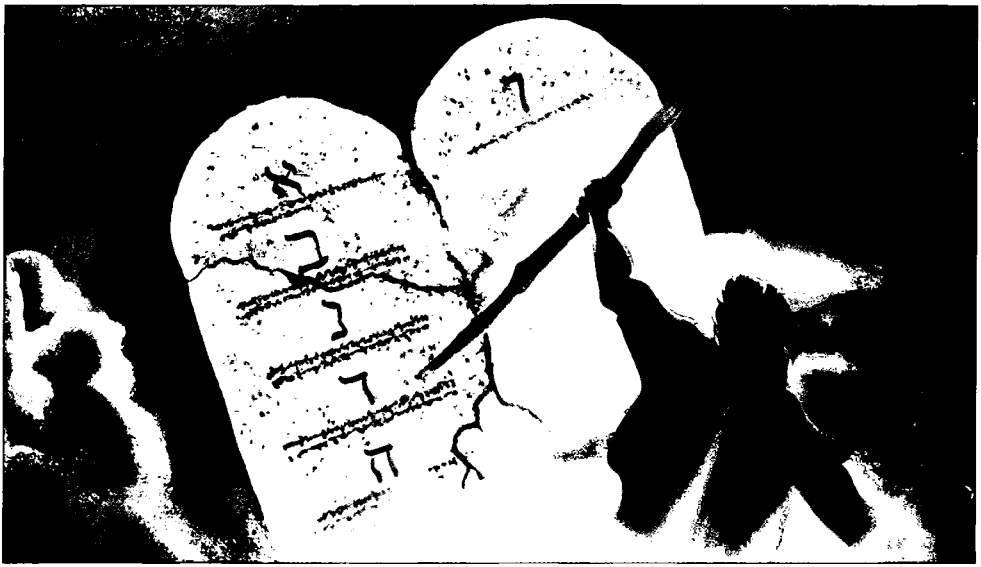
Embora fossem dirigidos pelo Espírito a registrar as verdades divinas de acordo com os propósitos de Deus — sem dar margem a erros que pudessem comprometer a integridade da revelação como um todo —, os escritores sacros gozavam de plena liberdade para expressar as verdades reveladas sob inspiração, sem que lhes fossem aviltadas as características pessoais de personalidade, cultura e estilo literário.

---

67. STRONG. 2002. v. 1. p. 315.

68. HODGE. 2003. p. 117.

Moisés



Inspiração verbal e plenária

Entende-se por inspiração verbal e plenária o ato de o Espírito Santo guiar e supervisionar os autores sagrados na escolha das palavras usadas, respeitando, entretanto, as características de cada autor quanto ao estilo literário e ao vocabulário, impedindo-os de cometerem quaisquer erros. Isso garante à Bíblia a sua infalibilidade, assegurando, igualmente, a sua autoridade divina. Essa é a autoria dual: aquela na qual participam Deus e o homem. A inspiração verbal leva em conta a experiência de cada autor sagrado; por isso, Deus escolheu Moisés como o principal escritor do Antigo Testamento e Paulo como o principal escritor do Novo Testamento. A diferença entre a teoria da inspiração verbal e plenária e a teoria da orientação dinâmica está na extensão. Na teoria da orientação dinâmica, a orientação do Espírito foi até certo ponto com os escritores, mas não à totalidade dos escritos, supondo haver partes mais inspiradas e outras menos inspiradas na Bíblia. "A inspiração plenária e verbal sustenta, porém, que a orientação do Espírito Santo estendia-se a todas as palavras dos documentos originais (os autógrafos)".[69] Comparada com a teoria do ditado, a diferença entre aquela teoria e a da inspiração verbal e plenária é que, naquela, o Espírito Santo *ditava* as palavras ao autor, enquanto, na verbal e plenária, o Espírito Santo *guiava* o autor para que escolhesse livremente as palavras que iria usar.

Na inspiração verbal e plenária, o Espírito Santo atua diretamente no escritor sagrado inspirando-o no registro das palavras, sejam elas de cunho descritivo ou normativo. Mesmo quando se trata de transcrever uma mentira contada por alguém, ou a fala

69. HORTON. 2013. p. 105.

de um ímpio, ou a fala do diabo — por exemplo, na tentação de Jesus —, a inspiração não está nas palavras mentirosas, no discurso do ímpio ou nas palavras do diabo, mas na Escritura Sagrada que relata tais palavras.

John Riggins dá uma bela definição de inspiração: "A inspiração é o ato especial do Espírito Santo mediante o qual motivou os escritores bíblicos a escrever, orientando-os até mesmo no emprego das palavras, preservando-os de igual modo de todos os erros ou omissões".[70] A inspiração verbal e plenária das Escrituras abre o caminho para a defesa da infalibilidade (ou inerrância) das Escrituras Sagradas.

Inspiração no consenso cristão

As quatro primeiras teorias vistas acima tocam, de alguma maneira, no que se entende por inspiração, exceto que, ou acrescentam algum elemento alheio à verdadeira inspiração, ou subtraem-lhe outro, deixando de apontar para a totalidade do assunto. A inspiração leva em conta tanto a participação humana quanto a divina na elaboração do texto sagrado. A razão por que este assunto propicia tantas discussões é que a Bíblia, pela importância que tem, é a Palavra de Deus, escrita pelo homem. Como unir, coerentemente, a palavra de um Deus perfeito com a escrita de um ser imperfeito? A Bíblia, não obstante ter um cunho revelador de Deus, traz informações científicas, históricas e literárias com erros, como veremos a seguir. Como lidar com essas divergências e ao mesmo tempo continuar reconhecendo a Bíblia como a Palavra de Deus aos homens?

A primeira tarefa que temos é a de distinguir os elementos humano e divino, depois, mostrar como se dá a união na elaboração do texto sagrado. Devido ao fato de a Bíblia ter a participação divina e humana ao mesmo tempo, não se pode dizer que ela seja essencialmente divina ou que seja essencialmente humana. É exatamente nessa união que se dá a inspiração. Nisso está a maravilha das Escrituras: Deus usou homens para transmitir Sua Palavra aos homens, na linguagem humana. Umas são as coisas do céu, outras, as da terra. Como elevar o homem à compreensão de algo que está em outra esfera, cuja linguagem é espiritual, divinal e celestial?

A Bíblia é uma literatura abrangente. Há nela relatos históricos, cronologias, descrições geográficas, poesias, revelações e doutrinas. Há assuntos essenciais à fé, e outros secundários. A Bíblia tanto é um livro descritivo quanto normativo. Às vezes, encontramos um texto histórico que diverge (em detalhes de informações) de um texto paralelo que relata o mesmo evento — por exemplo, o número de hebreus que morreu devido ao pecado de prostituição: em Números 25.9, são 24 mil; em 1 Coríntios 10.8, 23 mil. Essas divergências são ainda mais comuns nos Evangelhos sinópticos. Em Mateus 8.28, há dois endemoninhados em Gadara; em Marcos 5.2 e Lucas 8.27, é apenas um endemoninhado. Em Mateus, são dois cegos em Jericó (Mt 20.30); em Marcos 10.46 e Lucas 18.35, é apenas um cego. Há muitas outras divergências desse tipo.

---

70. HORTON. 2013. p. 106.

Isso daria motivo para se pôr em dúvida a inspiração? A Bíblia deixaria de ser a Palavra de Deus por conta disso? Essas informações comprometeriam as doutrinas essenciais da fé cristã? Strong diz:

> Algumas das suas doutrinas, como o nascimento virginal de Cristo e a sua ressurreição física, são fatos históricos e alguns fatos, como o da criação, também são doutrinas. A respeito destes tão grandes fatos, sustentamos que a inspiração nos dá relatos essencialmente fidedignos sejam quais forem as imperfeições nos pormenores.[71]

A que se devem as imperfeições? Devem-se ao fator humano, jamais ao divino. Homens têm lapso de memória. Às vezes, as informações de um relato histórico são corrigidas por outro autor, como é suposto acontecer entre as divergências de informações nos Sinópticos. Outro fator relevante são as transcrições de textos feitas por copistas, como veremos mais adiante ao estudarmos sobre a infalibilidade do texto. Nosso foco neste trecho é a inspiração. Riggins diz: "O modo correto de inspiração deve incluir todos os elementos que a Bíblia postula tanto no ato de inspirar quanto nos efeitos desse ato".[72]

A inspiração garante a veracidade das Escrituras, apesar de falhas humanas nos assuntos não essenciais à fé cristã (onde elas aparecem). A ação inspiradora do Espírito Santo na mente dos autores sagrados é plena em toda a Bíblia. "O condicionamento histórico normal, bem como a pecaminosidade e a finitude humanas, são contrabalanceadas pela supervisão do Espírito Santo".[73] Apesar de haver sido escrita pelo homem, o apóstolo Paulo é peremptório quanto a isso: "Toda Escritura divinamente inspirada é proveitosa para ensinar, para redarguir, para corrigir, para instruir em justiça" (2 Tm 3.16), "Todavia, eles tomaram parte ativa e dinâmica na produção das Escrituras. Não eram meros robôs".[74]

---

71. STRONG. 2002. v. 1. p. 331.

72. HORTON. 2013. p. 103.

73. Ibidem. p. 104.

74. Ibidem. p. 104.

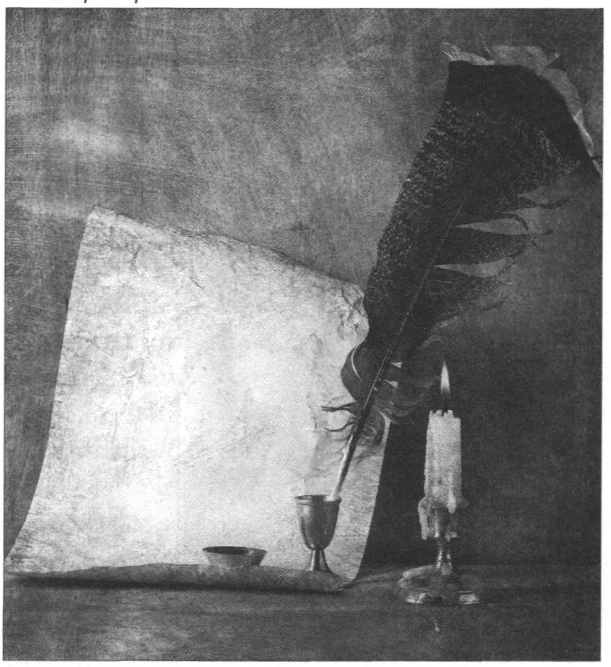
A INFALIBILIDADE DAS ESCRITURAS

Até bem pouco tempo, considerou-se que a infalibilidade das Escrituras estava ligada à sua inspiração. Negar a infalibilidade era o mesmo que negar sua inspiração e vice-versa. Embora a inspiração ainda sofra o descrédito de alguns liberais e enfrente opiniões divergentes quanto à sua totalidade ou parcialidade, ela é, de modo geral, aceita, servindo, por si só, de garantia à credibilidade que lhe é atribuída. A *inspiração* confere às Escrituras a designação de "Palavra de Deus. Quanto à *infalibilidade* das Escrituras, há muito o que ser discutido, a começar pelo uso do termo, sendo preferível a expressão "inerrância" — que passou a ser usada mais recentemente em vez de "infalibilidade" —, ainda que também seja passível de discussão. O uso do termo "infalibilidade" foi feito pela Igreja Católica em referência à autoridade da Igreja — a Igreja é infalível — e também em alusão ao papa. Os protestantes têm feito uso da palavra em relação às Escrituras.[75]

A atribuição da expressão "inerrância" para as Escrituras sugere não haver nela qualquer tipo de erro, afinal ela é a Palavra de Deus, e Deus não erra. Deste modo, diz-se mais pela fé — que não há erro algum nas Escrituras — do que por constatação

75. GEISLER. 2003. Artigo de FEINBERG, Paul D. p. 341.

Escrita pela pena



técnica, mediante a apuração literária do texto. Apesar disso, ninguém ignora que haja erros na compilação de textos, bem como nas publicações, afinal, não existe uma editora na face da terra que não se debata na tentativa de produzir uma obra completamente isenta de erros. No entanto, temos de admitir que a atribuição de *livro inerrante*, que se dá às Escrituras, por mais bem intencionada que seja, não pode ser sustentada; mesmo porque não dispomos hoje de qualquer texto autógrafo delas, apenas originais. A diferença entre os originais e os autógrafos é que os autógrafos foram produzidos pela pena dos seus respectivos escritores; os originais são cópias nas línguas originais das Escrituras: o hebraico, o grego e uma pequena porção em aramaico.

Não teríamos como saber se havia erros nos autógrafos; no entanto, podemos constatá-los nos originais. Não precisamos mascarar o fato, nem criar situações escusas, apenas por achar que, à menor possibilidade de se constatar um erro nas Escrituras, todo o edifício da nossa teologia, construído sobre o fundamento da Palavra de Deus, desabaria. Para dar maior clareza ao termo, bem como à doutrina da inerrância, Feinberg apela para a metodologia que leva a um critério de análise a respeito do tema. Feinberg começa perguntando: "de que maneira o teólogo formula ou constrói uma doutrina?"[76] Há dois métodos básicos adotados pelos teólogos para a construção da sua teologia: o dedutivo e o indutivo. No dedutivo, o teólogo parte de suposições ou proposições gerais para delas tirar conclusões específicas. Para o dedutivista, as Escrituras são inerrantes, porque Deus não pode mentir, logo, a Bíblia não pode conter erros. O dedutivista vai dessa conclusão determinada, *a priori*, ao dogmatismo. Já o indutivista não aceita a inerrância. Ele não assume essa postura de forma deliberada, mas por constatar fatos com imprecisões históricas e uma cosmovisão, na perspectiva científica, inaceitável no mundo atual.

76.GEISLER. 2003. p. 320.

Seria ilógico, incoerente e desnecesssário da nossa parte forçar as Escrituras, por meio de arranjos hermenêuticos, a uma associação com fatos históricos e descobertas científicas, ou mesmo adequar sua linguagem própria de milênios atrás à linguagem de hoje, a fim de exaltá-la pelo seu teor profético e atual. Era comum dizer que o sol nasceu e que o sol se pôs, assim como o fazemos hoje, mesmo sabendo que não foi o sol que nasceu ou que se pôs, do ponto de vista científico. O mesmo se pode dizer a respeito do coração. A Bíblia faz uso do termo "coração" na perspectiva poética para fazer referência a ele como centro da vida moral, centro da vida emocional e centro da vontade e do juízo — embora os escritores sagrados soubessem que o coração é um órgão que pulsa no peito para bombear o sangue. Os escritores não precisavam dizer que os sentimentos, bem como todas as decisões humanas, ocorrem na mente, não no coração. A linguagem poética, absolutamente incompatível com a da ciência, não é criticada ou ridicularizada, por isso ela é compreendida e bem aceita como figura de retórica. Ademais, a Bíblia não é um livro de contos para ser usado como referência histórica, ela nem mesmo é um tratado científico para ser adotado como tal — ainda que sob o pretexto de enfrentamento em debates filosóficos ou científicos para provar que Deus existe e é o Criador. Sua mensagem e seu propósito seguem outra direção e a sua aceitação depende fundamentalmente do fator fé.

Erros de informação

Haveremos de encontrar imprecisões nas Escrituras no que se refere a nomes, genealogias, localidades, medidas, datas, idades, números e, às vezes, a alguns episódios. Gleason Archer, grande erudito, escrevendo sobre supostos erros e discrepâncias nos manuscritos originais da Bíblia, apresenta dez categorias de informações inexatas.[77] Os livros históricos apresentam algumas discrepâncias numéricas, como o número de animais da cavalaria síria: em 2 Samuel 10.18, são 40 mil homens montados a cavalo; em 1 Crônicas 19.18, são 40 mil homens de pé. Nos mesmos textos, há ainda outra discrepância: em 2 Samuel 10.18, são 700 carros de guerra; em 1 Crônicas 19.18, são sete mil carros de guerra. "Os sistemas de notação numérica da Antiguidade eram suscetíveis a esse tipo de erro, uma vez que também utilizavam notações decimais que podiam ser facilmente confundidas com numerais arábicos ou romanos".[78]

Os ossos de José, de acordo com a narrativa de Josué 24.32, foram depositados em Siquém, no campo que Jacó comprara dos filhos de Hamor. Estêvão, em seu discurso, diz que os ossos de José foram depositados no sepulcro de Abraão (At 7.16). Eram dois os anjos que foram ao túmulo de Jesus, de acordo com Lucas 24.4 e João 20.12; já em Mateus 28.5 e Marcos 16.5 era apenas um. Já citamos em seção anterior os exemplos

77. GEISLER. 2003. p. 76 *ss.*

78. Ibidem. p. 80.

do(s) endemoninhado(s) de Gadara: em Mateus 8.28, são dois; já em Marcos 5.2 e em Lucas 8.27, apenas um. Uma citação de Zacarias 11.13 é atribuída a Jeremias (Mt 27.9). Outra questão intrigante é o recenseamento do povo: Em 1 Crônicas 21.1, Satanás instigou Davi a contar o povo; já em 2 Samuel 24.1, lê-se: "E a ira do Senhor se tornou a acender contra Israel, e ele incitou a Davi contra eles, dizendo: Vai, numera a Israel e a Judá". O que se vê em 2 Samuel 24.1 é que Deus estava tão indignado com o povo — que se sentia autossuficiente por ser numeroso e, por isso, acreditava não precisar mais Dele — que o próprio Deus entregou-o ao espírito do erro — algo que se parece com o que acontecerá quando o anticristo despontar: "Porque já o mistério da injustiça opera; somente há um que, agora, resiste até que do meio seja tirado; e, então, será revelado o iníquo, a quem o Senhor desfará pelo assopro da sua boca e aniquilará pelo esplendor da sua vinda; a esse cuja vinda é segundo a eficácia de Satanás, com todo o poder, e sinais, e prodígios de mentira, e com todo engano da injustiça para os que perecem, porque não receberam o amor da verdade para se salvarem. E, por isso, Deus lhes enviará a operação do erro, para que creiam a mentira, para que sejam julgados todos os que não creram a verdade; antes, tiveram prazer na iniquidade" (2 Ts 2.7-12). Archer diz:

> Tão logo ele o concluiu, Deus enviou uma praga terrível sobre a nação dizimando significativamente a população. Desse ponto de vista, não há contradição entre 1 Crônicas 21 e 2 Samuel 24. Ambos os relatos são verdadeiros, uma vez que tanto Deus quanto Satanás tiveram sua parcela de influência sobre Davi.[79]

Chama também a atenção a menção ao livro de 1 Enoque feita por Judas: "E destes profetizou também Enoque, o sétimo depois de Adão, dizendo: Eis que é vindo o Senhor com milhares de seus santos" (Jd 14). Judas aceita o livro como sendo da autoria daquele Enoque que fora trasladado (Enoque 93.3;[80]; cf. Gn 5.22-24). Esse livro, de autoria desconhecida, foi escrito por volta do ano 300 a.C. Ele ainda extrai uma citação do livro "A assunção de Moisés" (7—30 d.C): "Mas o arcanjo Miguel, quando contendia com o diabo e disputava a respeito do corpo de Moisés, não ousou pronunciar juízo de maldição contra ele; mas disse: O Senhor te repreenda" (Jd 9). Judas faz uso de obras *pseudoepígrafas* em seu pequeno texto. Não há qualquer menção à disputa do corpo de Moisés feita pelos seus contemporâneos. Cremos que deveria constar em Deuteronômio 34, onde a morte de Moisés é relatada, ou então nos primeiros capítulos de Josué.

Judas não dispunha dos conhecimentos de que hoje dispomos acerca dos livros antigos, ainda que ele estivesse — no tempo — mais próximo deles do que nós (dois mil anos depois). As pesquisas, o farto material encontrado nas grutas de Qumran e os avanços feitos no conhecimento propiciam informações abundantes e mais preci-

---

79. GEISLER. 2003. p. 101.

80. *O Livro de Enoque Etíope ou 1 Enoque*. São Paulo: Editora Entre os Tempos, 2015. p. 215.

sas aos estudantes de hoje. De modo geral, os escritores daqueles tempos dispunham apenas das Escrituras do Antigo Testamento; alguns deles, inclusive, contavam apenas com partes delas, já que os rolos não estavam agrupados em um único volume — como está a nossa Bíblia.

Judas leu e aceitou como verdadeiras tais informações. Caberia perguntar se Judas acatou ingenuamente as informações dos dois escritos *pesudoepígrafos* ou se ele o fez por autorização do Espírito Santo, uma vez que: (1) Ele (o Espírito Santo) estava no controle da escrita e (2) o livro de Judas é inspirado. Pelo mesmo princípio com o qual aceitamos a inspiração plenária das Escrituras, não temos escolha senão admitir que as informações extraídas dos *pseudoepígrafos*, em tais casos, merecem acatamento por corresponderem à verdade.

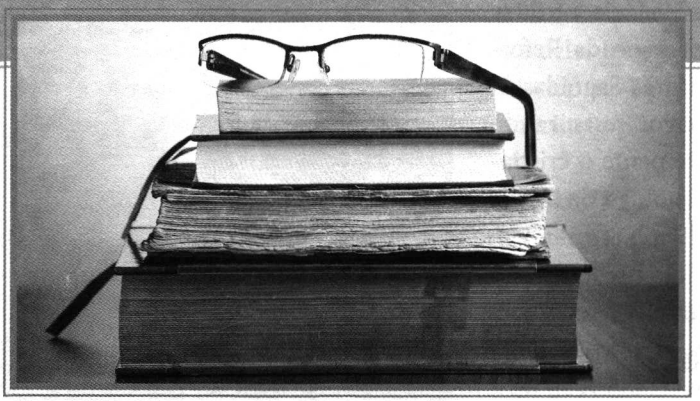
Para um livro do tamanho da Bíblia, escrito por mais de quarenta autores, em uma distância de 1.600 anos entre os primeiros e os últimos volumes, as poucas informações divergentes que ele contém (e do nível que nele se observam) nada representam em relação ao todo, por mais que quiséssemos fazer coro com os céticos, a ponto de achar que bastaria um simples erro para que o todo fosse comprometido.

Algumas vezes, um texto mais recente na declaração do mesmo fato tende a corrigir algum detalhe da primeira informação — como seria o caso dos livros de Crônicas, em relação aos livros de Samuel, ou dos Evangelhos de Mateus e Lucas, em relação ao de Marcos, o mais antigo.

Erros cometidos por copistas não seriam antinaturais; além disso, não se descarta a possibilidade de anotações feitas à margem de um pergaminho terem entrado na cópia como se fizessem parte dela. A inerrância das Escrituras não depende de fatores tão secundários como estes para sobreviver como doutrina segura.

Apesar dos pequenos erros observados nas Escrituras, que se devem exclusivamente ao fato de elementos humanos terem participado de sua composição, a Bíblia é seguramente inerrante. Não há absolutamente qualquer divergência doutrinária que torne as Escrituras indignas de serem acatadas naquilo que objetivamente ensina, cabendo às interpretações divergentes que se dão a ela, qualquer engano em relação ao que se crê ou não.

ILUMINAÇÃO



A Bíblia Sagrada é a fonte de toda revelação necessária e suficiente de Deus para a humanidade. Ninguém jamais chegará ao conhecimento de Deus e da salvação, senão por meio dela. Por isso, evitá-la é desprezar a maior e melhor, a mais necessária e perfeita literatura capaz de orientar o homem na decisão de vida, que resultará no seu destino eterno com o Senhor ou longe dele. Mas, como ler e entender um livro considerado tão difícil? Ou ainda, como ter confiança de que quem o explica e ensina, de fato, o entende corretamente? Muitas são as indagações acerca da Bíblia por parte daqueles que não têm qualquer afinidade com ela. Durante muitos anos, havia uma crença entre os católicos romanos de que quem lesse a Bíblia ficava louco.

Que livro é esse que desperta tanto amor e interesse em alguns, enquanto é tão desprezado e odiado por outros? Não é à toa que a Bíblia é o livro mais conhecido e vendido na face da terra. John Wesley trabalhou para que, nos seus dias, cada lar na Inglaterra tivesse um exemplar da Bíblia Sagrada. Dentro de 50 anos, ele realizou o seu sonho: cada casa inglesa tinha um exemplar da Escritura.

O primeiro passo para que se tenha acesso à Bíblia é tendo uma por perto. Durante os anos em que a Igreja Católica se fortaleceu como instituição — do quarto século até o século 16 —, ela privou o povo desse livro. A Palavra de Deus foi substituída pelas encíclicas papais [81]. Dogmas e crendices se misturaram à doutrina de Cristo e dos

81. Encíclicas são documentos circulares dentro da Igreja Católica.

apóstolos, dando lugar à idolatria, à veneração de Maria, à oração pelos mortos, à autoridade humana acima das Escrituras etc. Até que o Senhor interveio na História e trouxe de volta, por meio da Reforma, as Escrituras Sagradas às mãos do povo, restaurando concomitantemente o cristianismo nos moldes da Igreja primitiva.

John Wesley

A clareza das Escrituras

Deus, em Sua sabedoria, deixou um extraordinário legado para a humanidade: a Sua Palavra escrita. Se Deus deixasse que a revelação de Si mesmo ficasse por conta da natureza (Rm 1.18*ss*), a humanidade não iria tão longe, porque a revelação natural, embora importante, não é suficiente para a salvação. Se deixasse por conta da tradição oral, muita coisa se perderia, pois muitas informações seriam distorcidas e outras tantas seriam inventadas. Assim, a Bíblia é o instrumento especial — necessário a todos os homens — que pode ser compreendido por todos.

Há, na Bíblia, textos simples e de claro entendimento, como há também alguns complexos e de difícil compreensão. Pedro fala de "... pontos difíceis de entender, que os indoutos e inconstantes torcem e igualmente as outras Escrituras, para sua própria perdição" (2 Pe 3.16). No que tange à salvação, a linguagem é suficientemente clara ao entendimento dos mais símplices. Deus não omitiria dos homens o que Ele mais quer que os homens saibam a Seu respeito. Para dar à humanidade o conhecimento de Seu Filho — Seu nascimento, Sua morte, Sua ressurreição e Seu retorno aos céus —, Deus deu à Bíblia quatro Evangelhos: Mateus, Marcos, Lucas e João. Grande parte das histórias, milagres e ensinamentos de Jesus repete-se entre eles.

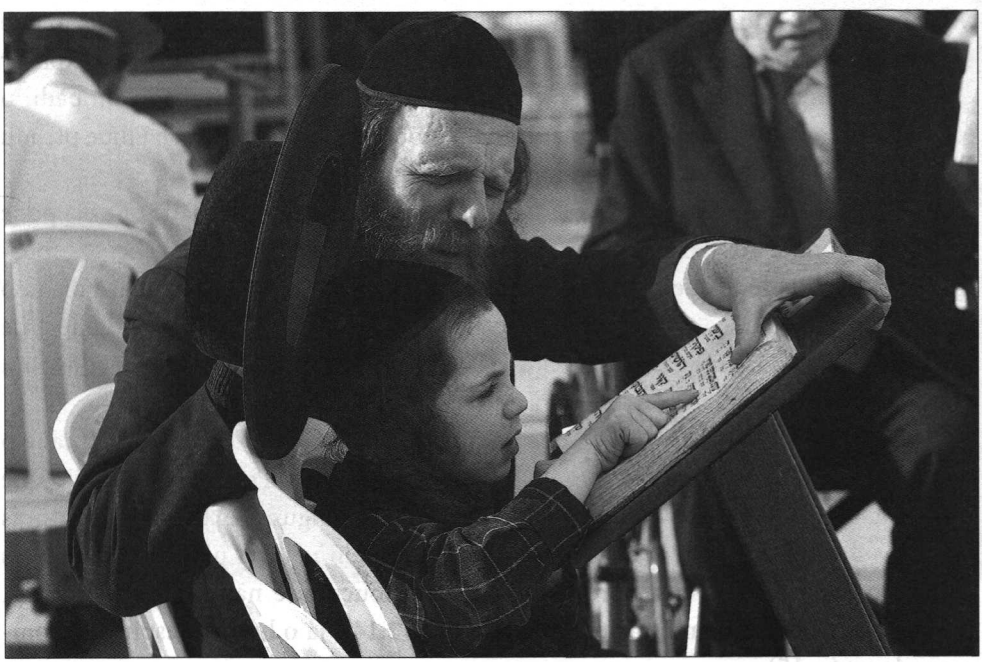
O Antigo Testamento foi escrito especificamente para o povo hebreu. Deus não restringiu a leitura daquela porção das Escrituras aos oficiais do templo, mas deu-a a todo o povo: "E estas palavras que hoje te ordeno estarão no teu coração; e as intimarás a teus filhos e delas falarás assentado em tua casa, e andando pelo caminho, e deitando-te, e levantando-te" (Dt 6.6,7). Em Israel entendia-se que todos deviam ler, compreen-

der e ter a capacidade de transmitir as Escituras aos seus filhos. Todos deviam ter afinidade com a Bíblia: "Não se aparte da tua boca o livro desta Lei; antes, medita nele dia e noite, para que tenhas cuidado de fazer conforme tudo quanto nele está escrito; porque, então, farás prosperar o teu caminho e, então, prudentemente te conduzirás" (Js 1.8).

Todo judeu tinha a obrigação de ler diariamente e recitar as Escrituras. Isso não era opcional, era dever coletivo, exarado na lei de Moisés: "E estas palavras que hoje te ordeno estarão no teu coração; e as intimarás a teus filhos e delas falarás assentado em tua casa, e andando pelo caminho, e deitando-te, e levantando-te. Também as atarás por sinal na tua mão, e te serão por testeiras entre os teus olhos. E as escreverás nos umbrais de tua casa e nas tuas portas (Dt 6.6-9).

Jesus atribuía todo erro cometido contra Deus à ignorância da Palavra, e a ignorância da Palavra Jesus tributava à falta de leitura e de interesse por ela. O Senhor jamais admitiu que a ignorância se devesse à falta de clareza do texto bíblico. Cobrava a leitura: "Não tendes lido...?" (Mt 12.3,5; 22.31) ou "Nunca lestes...?" (Mt 21.42).

Jesus tinha acabado de ser questionado por herodianos sobre se era lícito ou não pagar tributo a César, afinal, eles defendiam o governo de Roma. Depois de uma resposta inconfundível, esses saem. No mesmo dia, aparecem os saduceus trazendo uma pergunta correspondente à sua descrença acerca da ressurreição. Evocando a Lei Mosaica sobre a lei do levirato (Dt 25.5,6), perguntam de quem a viúva que se casou sete vezes seria esposa na ressurreição. A resposta de Jesus foi além da pergunta.



Tradição judaica

A pergunta feita revelava desconhecimento das Escrituras, e Jesus chamou essa ignorância de *erro*: "Errais, não conhecendo as Escrituras, nem o poder de Deus" (Mt 22.29b).

A experiência do Antigo Testamento se repete no Novo Testamento: pressupunha-se que todos os cristãos estavam aptos a ler e a compreender as Escrituras. Certamente os destinatários do livro do Apocalipse não encontraram tanta dificuldade para entender sua mensagem quanto os leitores de séculos posteriores. As cartas apostólicas foram escritas para as igrejas, não particularmente para os pastores ou líderes — exceto as epístolas pastorais e o Apocalipse; este último foi endereçado ao anjo (pastor) de cada uma das sete igrejas da Ásia. Todos tinham acesso às cartas: "A todos os que estais em Roma, amados de Deus..." (Rm 1.7); "à igreja de Deus que está em Corinto, aos santificados em Cristo Jesus..." (1 Co 1.2); "...à igreja de Deus que está em Corinto, com todos os santos que estão em toda a Acaia" (2 Co 1.1); "... às igrejas da Galácia" (Gl 1.2); "...aos santos que estão em Éfeso e fiéis em Cristo Jesus" (Ef 1.1) etc.

Como já dissemos anteriormente, há, sim, textos de difícil compreensão, que requerem mais estudos, maior conhecimento e familiaridade com as Escrituras para que possam ser compreendidos, eis a razão do ministério de ensino — previsto pelas Escrituras, conforme se lê em Efésios 4.11 —; mas isso não quer dizer que a Bíblia toda seja um livro inacessível e difícil de ser compreendido, como justificam alguns.

Filipe perguntou ao eunuco, quando o viu lendo uma porção das Escrituras: "Entendes tu o que lês?" (At 8.30). Aquele ilustre ministro da economia da Etiópia respondeu: "Como poderei entender, se alguém me não ensinar?" (At 8.31). O texto que ele lia era correspondente ao de Isaías 53. Naquele instante, Filipe dispôs-se a explicar o texto para aquele homem ilustre. Depois de compreender, não titubeou em pedir o seu batismo, afinal, Isaías falava profeticamente sobre a morte de Jesus, e Filipe pregou para ele sobre as implicações salvadoras dessa morte (At 8.26-39).

A Bíblia é a Palavra de Deus, escrita para o homem, e é tão verdade que ela pode ser compreendida por todas as pessoas, que grande parte do povo evangélico — constituída por indivíduos que não gozam de elevado grau de instrução — tem-na como companheira e guia, como livro de cabeceira, de culto, de base, de regra, de fé e de prática. Essas pessoas são capazes de citá-la e de encontrar nela textos apropriados para questões emergentes e orientações para as mais diversas situações.

Não se pode ignorar o fato de que há uma distinção entre o homem natural e o homem espiritual no respectivo contato com as Escrituras. Por mais instruído que seja, o homem natural terá dificuldades em entender alguns textos das Escrituras Sagradas devido ao seu teor espiritual: "Ora, o homem natural não compreende as coisas do Espírito de Deus, porque lhe parecem loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente" (1 Co 2.14). Já o homem espiritual compreende-os (v. 15).

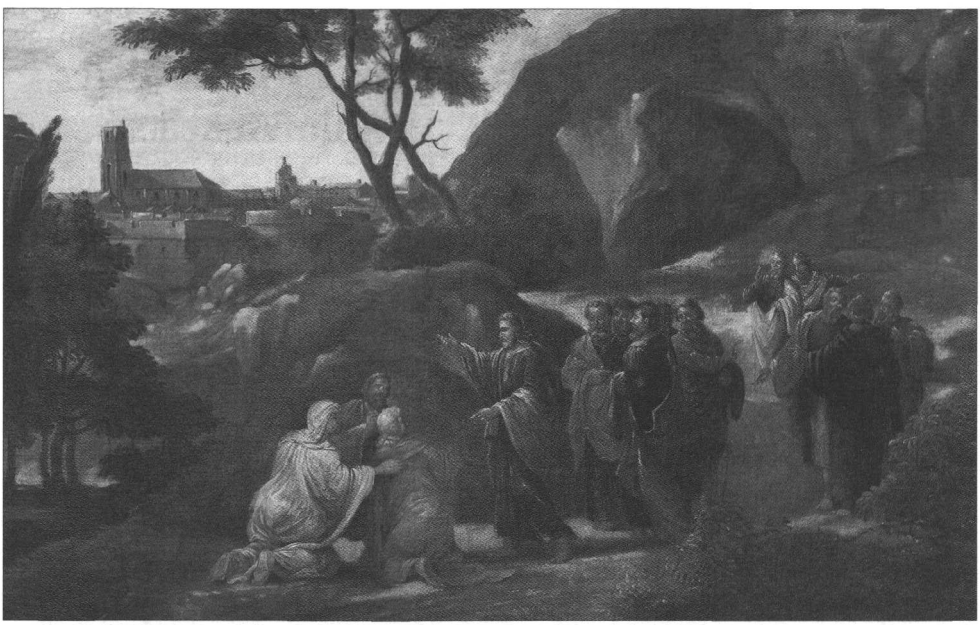
No que consiste a iluminação

A palavra iluminação tem como base a luz. Na língua portuguesa, iluminação vem do latim *lumen*, que é "luz".[82] O Senhor Jesus denominou-se a si mesmo de "Luz do mundo" (Jo 8.12; 9.5) e é também chamado de "a luz verdadeira, que alumia a todo homem que vem ao mundo" (Jo 1.9).

A iluminação das Escrituras consiste na capacitação que Deus dá aos cristãos de entendê-las. A iluminação é dada pelo Espírito Santo e é necessária para que o homem compreenda além da letra — o espírito da Palavra — e seja norteado por ela.

Há muitos exemplos de iluminação divina na Bíblia. Davi, ao escrever o Salmo 119.34, pediu ao Senhor: "Dá-me entendimento, e guardarei a tua lei e observá-la-ei de todo o coração". É bem conhecida a experiência de iluminação que Daniel teve ao ler a profecia de Jeremias sobre o tempo do Cativeiro Babilônico: "no ano primeiro do seu reinado, eu, Daniel, entendi pelos livros que o número de anos, de que falou o Senhor ao profeta Jeremias, em que haviam de acabar as assolações de Jerusalém, era de setenta anos" (Dn 9.2).

Quando Jesus apareceu aos discípulos, depois da Sua ressurreição, o texto diz: "Então, abriu-lhes o entendimento para compreenderem as Escrituras" (Lc 24.45). Após ascender aos céus, Jesus enviou o Espírito da verdade para ser o nosso guia e iluminar as Escrituras para nós.



Jesus e os discípulos

82. CHAMPLIN. 1991. v. 3. p. 236.

A Paulo foi confiada a tarefa de explicar a sã doutrina aos cristãos, para que estes pudessem entendê-la. Não dá para imaginar o Novo Testamento sem as 13 cartas do apóstolo Paulo. Em seus escritos, ele refere-se à iluminação várias vezes. O melhor exemplo disso está em Efésios 1.16-18: "...não cesso de dar graças a Deus por vós, lembrando-me de vós nas minhas orações, para que o Deus de nosso Senhor Jesus Cristo, o Pai da glória, vos dê em seu conhecimento o espírito de sabedoria e de revelação, tendo iluminados os olhos do vosso entendimento, para que saibais qual seja a esperança da sua vocação e quais as riquezas da glória da sua herança nos santos". Além disso, temos a clássica declaração que ele fez em Romanos 12.2: "...transformai-vos pela renovação do vosso entendimento, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus". Ainda hoje, continuamos a experimentar o privilégio de ter o Espírito Santo trabalhando em nós para nos trazer o entendimento das Escrituras.

A importância da iluminação

A iluminação é necessária por causa da cegueira espiritual, característica da derrota humana ao pecado. A cegueira espiritual impede que os homens compreendam as coisas sagradas: "e a luz resplandece nas trevas, e as trevas não a compreenderam" (Jo 1.5). Já o salvo goza de compreensão, porque saiu das trevas espirituais: "Ele nos tirou da potestade das trevas e nos transportou para o Reino do Filho do seu amor" (Cl 1.13). A cegueira espiritual foi colocada nos ímpios para que não compreendam a mensagem do evangelho: "Mas, se ainda o nosso evangelho está encoberto, para os que se perdem está encoberto, nos quais o deus deste século cegou os entendimentos dos incrédulos, para que não lhes resplandeça a luz do evangelho da glória de Cristo, que é a imagem de Deus" (2 Co 4.3,4).

Devido à cegueira espiritual, os judeus não compreenderam o Messias quando Ele veio: "Veio para o que era seu, e os seus não o receberam" (Jo 1.11); antes, mataram-no (At 2.22-24). Paulo comenta essa situação: "E não somos como Moisés, que punha um véu sobre a sua face, para que os filhos de Israel não olhassem firmemente para o fim daquilo que era transitório. Mas os seus sentidos foram endurecidos; porque até hoje o mesmo véu está por

A iluminação é necessária por causa da cegueira espiritual, característica da derrota humana ao pecado. A cegueira espiritual impede que os homens compreendam as coisas sagradas.

levantar na lição do Velho Testamento, o qual foi por Cristo abolido. E até hoje, quando é lido Moisés, o véu está posto sobre o coração deles. Mas, quando se converterem ao Senhor, então, o véu se tirará" (2 Co 3.13-16). A cegueira de Israel perdurará até o tempo em que o Senhor voltar a tratar com ele. Esse tempo está previsto no calendário de Deus, depois que a Igreja for retirada da terra.

A importância da Hermenêutica

Hermenêutica é o nome dado à arte (ou ciência) de interpretação das Escrituras. Ela segue um método que facilita a compreensão de determinado texto bíblico, sobretudo, quando esse texto apresenta dificuldades — do ponto de vista histórico, gramatical ou semântico — ou aparenta destoar de outro que trata do mesmo assunto. Situações assim requerem uma análise mais profunda, exigindo, em alguns casos, que se recorra aos originais hebraico (no caso de um texto do Antigo Testamento) ou grego (se for um texto do Novo Testamento). Mas nem mesmo o uso da Hermenêutica dispensa a iluminação do Espírito para que se compreenda bem aquilo que se lê.

Da compreensão das Escrituras advém o que cremos e pregamos. Quando a Reforma Protestante foi promulgada por Martinho Lutero[83], um dos pontos relevantes foi o retorno dos cristãos às Escrituras. A Igreja de então havia não apenas distanciado o povo das Escrituras, como sua liderança tinha trocado as doutrinas bíblicas pelos dogmas criados pela cúpula da igreja, adequando as doutrinas bíblicas aos seus interesses institucionais.

A Hermenêutica é uma disciplina que favorece o estudante das Escrituras, mas ela não é isenta de falhas. Os teólogos todos fazem uso dessa ciência; no entanto, há divergências teológicas sobre alguns pontos. Um mesmo texto pode, eventualmente, dar margem a interpretações diferentes. As razões dessas divergências, no dizer de Grudem, decorrem dos seguintes fatores: "de um lado, pode ser que estejamos buscando fazer afirmações sobre pontos em que as próprias Escrituras se calam... Por outro lado, é possível que tenhamos cometido erros na nossa interpretação das Escrituras".[84]

As divergências sobre aspectos doutrinários, característicos das denominações — tais como predestinação e livre-arbítrio, posição continuísta e cessacionista em relação aos dons espirituais, questões escatológicas (pré-tribulacionismo, meso-tribulacionismo e pós-tribulacionismo) ou ainda sobre o Milênio (pré-milenismo, amilenismo e pós-milenismo) etc. —, decorrem da compreensão que se tem de algumas leituras bí-

---

83. A Reforma ocorreu em 31 de outubro de 1517 na Alemanha. Nessa data, Lutero afixou 95 teses contra o sistema cristão vigente — a Igreja Católica Romana — na porta da catedral de Wittenberg.

84. GRUDEM, Wayne. *Teologia Sistemática Atual e Exaustiva*. São Paulo: Edições Vida Nova, 2005. p. 74.

blicas. O que está por trás de alguns pontos de vista é um pré-entendimento do estudante. Esse pré-entendimento engessa a sua mente para compreender de outro modo o que ele, habitualmente, só é capaz de entender de um mesmo jeito. Não entra aqui juízo de valor sobre se ele está certo ou errado, mas apenas justifica o fato de que as divergências ocorrem na mente humana, nunca nas Escrituras. Eu não posso dizer que o japonês seja uma língua errada, só porque eu não sou capaz de entendê-la.

A iluminação é mística

A iluminação das Escrituras é também mística. O misticismo, do grego μυστήριον (*mystérion*), quer dizer "iniciado nos mistérios". *Mystérion*, do grego, significa "rito secreto" ou "doutrina secreta". O misticismo está relacionado ao sobrenatural ou ao inescrutável. O misticismo consiste em um método transcendental de aproximação de Deus. O misticismo cristão é visto de muitas maneiras, dentre elas, a que leva a alma do cristão a gozar de uma experiência extática (relativo ao êxtase) com Deus. O misticismo polariza as opiniões entre os cristãos pertencentes a denominações históricas e os pertencentes a denominações pentecostais. Aqueles, embora não ignorem que a fé cristã seja mística, porque lida com um Deus que é Espírito, são reservados no que tange às experiências sobrenaturais; já os pentecostais acreditam que a participação no mundo espiritual é algo pertinente à experiência cristã, havendo também entre eles os moderados e os extravagantes.

Não é possível praticar a fé em um Deus invisível, confessar um Salvador invisível e contar com a presença de um Espírito chamado *Santo*, sem admitir que isso tudo se trate de um mistério. Quando oramos — e todos oramos, inclusive os cristãos conservadores de denominações não pentecostais —, geralmente fechamos os olhos para não nos distrairmos com o que se passa ao nosso redor, pois acreditamos estar falando com esse Deus invisível. Entregamos o nosso coração a Ele, e essa entrega torna-se tão profunda que, entre alguns dos nossos irmãos, já houve quem desse a vida por isso. A fé é mística.

A Escritura Sagrada coloca-nos em contato com esse mundo misterioso, e ela mesma encarrega-se de explicá-lo. A Bíblia fala de anjos e suas categorias peculiares (como serafins e querubins), fala do diabo e de demônios, fala do céu e da eternidade; enfim, fala de coisas completamente alheias ao mundo material em que vivemos. Mas ela não fala apenas sobre isso — até mesmo para compreendê-la devidamente é necessário que se receba uma instrução divina, ou seja, uma iluminação dada pelo Espírito Santo.

Para que não se extrapole na busca por experiências que ultrapassem a medida necessária para a compreensão das Escrituras (e até mesmo a própria Escritura), faz-se necessário entender corretamente o misticismo. As experiências extáticas não podem superar as Escrituras. Uma profecia não pode trazer informações sagradas que não possam ser conferidas nas Escrituras, por exemplo: jamais um profeta pode informar a data do arrebatamento da Igreja ou que esteja acontecendo uma reforma

no templo celestial, como ocorreu com o adventista Guilherme Miller. O misticismo é razoável, conquanto o cristão não se torne irracional.

Às vezes, um texto bíblico pode parecer *truncado*; contudo, após um período de oração, ele começa a tornar-se claro até que toda obscuridade sobre ele desapareça.

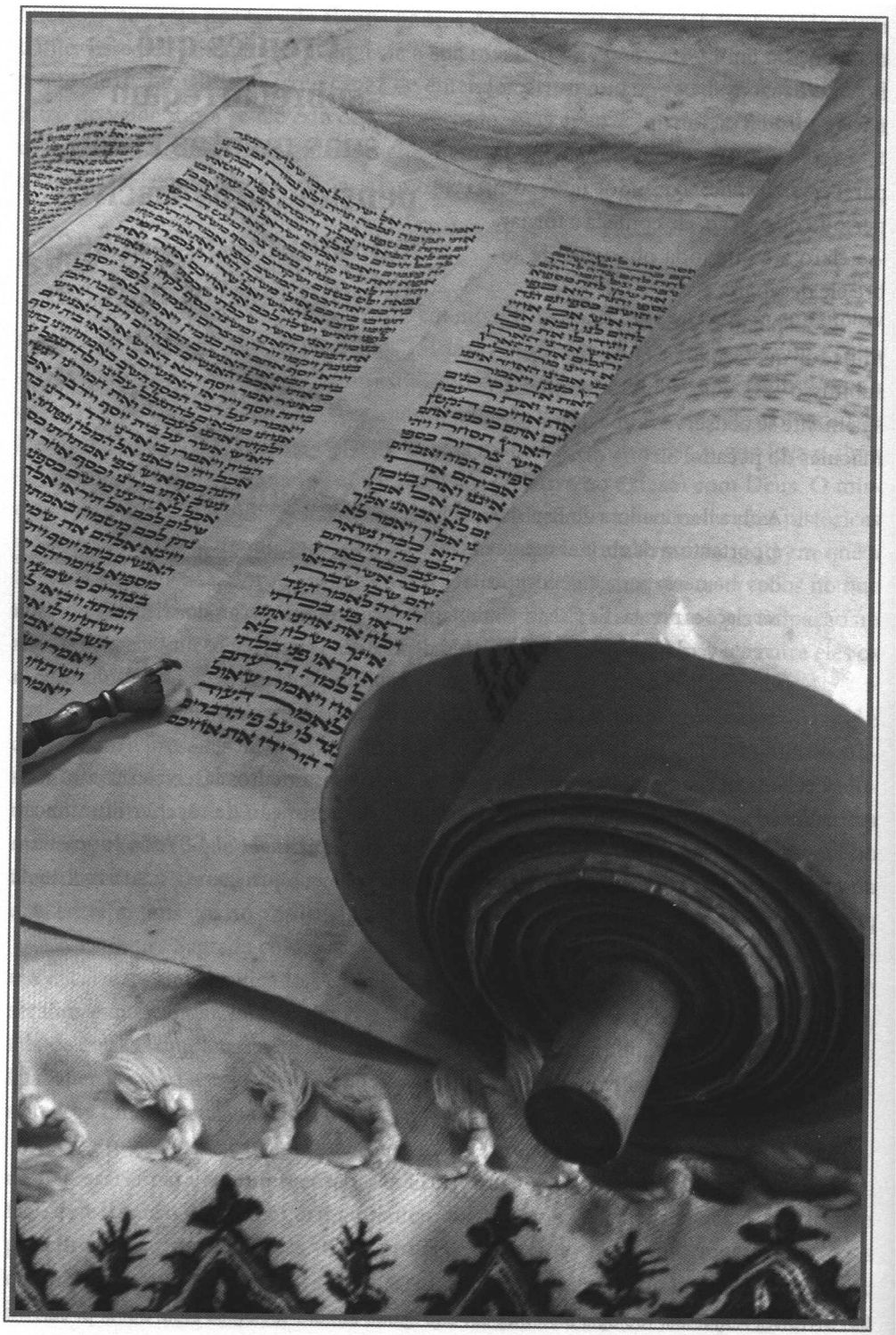
O Espírito Santo é o agente iluminador que atua em favor do cristão submisso a Deus, sobretudo quando sua mente se conserva limpa, pura, sem máculas do pecado. Strong diz:

Crentes que sobrecarregam suas mentes com pensamentos lascivos ou com maquinações de ódio contra alguém não podem ter a presunção de receber iluminação do Espírito Santo.

> A obra iluminadora do Espírito, é, portanto, a de abrir as mentes dos homens para entender as revelações prévias de Cristo. Como um iniciado nos mistérios do cristianismo, cada crente verdadeiro pode ser chamado de místico. O verdadeiro misticismo é o mais alto conhecimento e comunhão que o Espírito Santo concede através do uso da natureza e da Escritura como meio subordinado e principal.[85]

Cristãos que sobrecarregam suas mentes com pensamentos lascivos ou com maquinações de ódio contra alguém não podem ter a presunção de receber iluminação do Espírito Santo. Seu raciocínio e a sua inteligência espiritual (Cl 1.9) não funcionam do mesmo modo que os de uma pessoa temente a Deus, que guarda a sua mente de pensamentos maus.

85. STRONG, Augustus. *Teologia Sistemática*, São Paulo: Editora Teológica Ltda, 2002. p. 62.



COMO COMPREENDER AS ESCRITURAS

Não poderíamos finalizar este capítulo, em que mergulhamos nas discussões que existem em torno das Escrituras Sagradas, sem compartilhar com o leitor algo mais leve. Considerando que a Bíblia Sagrada é a Santa Palavra de Deus e foi-nos dada por Ele para servir de guia de fé e prática de vida cristã, devemos amá-la e conhecê-la através de estudos sistemáticos que nos ajudarão a compreendê-la melhor.

É preciso ter em mente que, para se compreender as coisas de Deus, é preciso ter o Espírito. Deus deu aos homens as Escrituras Sagradas, mas Ele também deu o Seu Espírito àqueles que, com humildade e sinceridade de coração, se dispuseram a crer no Seu Filho Unigênito como Salvador de suas almas. Quem tem o Espírito de Deus aceita as Escrituras como a Palavra de Deus e também goza o benefício de entendê-las: "Ora, o homem natural não compreende as coisas do Espírito de Deus, porque lhe parecem loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente" (1 Co 2.14). Isto equivale a dizer que, à parte do Espírito de Deus, ninguém será capaz de compreender as Escrituras. Daí a razão de muitas pessoas ilustres, grandes intelectuais, lerem a Bíblia Sagrada, saberem contar algumas histórias nela narradas, sem, no entanto, compreenderem o amor de Deus, o plano da salvação e as doutrinas da fé cristã, permanecendo na incredulidade. Exemplo disso é o etíope que lia uma porção

do livro do profeta Isaías e não compreendia o texto até que um pregador do evangelho explicou-lhe o significado. Ele creu, foi batizado e recebeu a salvação (At 8.26-39).

Hermenêutica, a arte da interpretação

Nos seminários teológicos é oferecida uma disciplina chamada de Hermenêutica Bíblica. Essa disciplina orienta o aluno na arte da interpretação das Escrituras oferecendo-lhe métodos que servirão para toda a vida e o ajudarão a interpretar a Bíblia Sagrada; porque, embora haja na Escritura textos de fácil compreensão, há muitos outros que exigem mais cuidado do leitor por serem de difícil compreensão e alguns que são passíveis de controvérsias, formando correntes teológicas específicas, como é o caso do calvinismo em relação à eleição e predestinação e a doutrina do Espírito Santo, em que os pentecostais pensam de um jeito e os tradicionais de outro.

O termo *Hermenêutica* vem do grego e se refere a Hermes, um deus da mitologia grega que servia de mensageiro dos deuses, interpretando a mensagem de um deus para outro deus. O termo passou a ser empregado tanto na teologia quanto no Direito, para significar a arte de interpretar textos. A Hermenêutica é também conhecida como ciência porque segue regras num sistema ordenado.

A Hermenêutica oferece uma ferramenta importante, usada pelos pregadores e mestres da Palavra de Deus. A Hermenêutica avançada é chamada de *exegese*. Essa é a forma mais aprofundada da hermenêutica. Ela faz um exame mais acurado do texto bíblico, aprofundando a sua análise e recorrendo às línguas originais nas quais o texto em estudo fora escrito: hebraico, aramaico ou grego. Há textos que exigem uma análise nesse nível. A exegese apela para o método dedutivo. A dedução é uma conclusão do que se lê. Na dedução, o intérprete nada acrescenta ao texto. Não emite a sua opinião, apenas sujeita-se ao que concluiu da leitura. A preposição *ex* do grego significa: "de dentro para fora". A exegese está afeita à Teologia Bíblica.

Diferentemente da *exegese,* que é dedutiva a *eisegese,*— palavra que se inicia com a preposição grega *eis*, que significa "de fora para dentro" — apresenta uma forma indutiva de se interpretar as Escrituras. Ela é mais aplicada à Teologia Sistemática que põe diante de si um tema e vai em busca de textos bíblicos que o clarifiquem. Há pessoas que torcem o texto sagrado por não compreenderem o real sentido de uma palavra dentro de um determinado texto. Assim agem os hereges na sua hermenêutica, quando forçam a entrada dos seus pensamentos para dentro das Escrituras.

Uma teologia na retaguarda

Por detrás de uma pregação há uma teologia. Teologia, neste sentido, significa aquilo em que o pregador acredita. Por exemplo, um pregador calvinista acredita que um cristão jamais pode perder a salvação. Quando ele tratar da salvação, certamente trará essa abordagem. Já um pregador arminiano acredita na possibilidade de um cris-

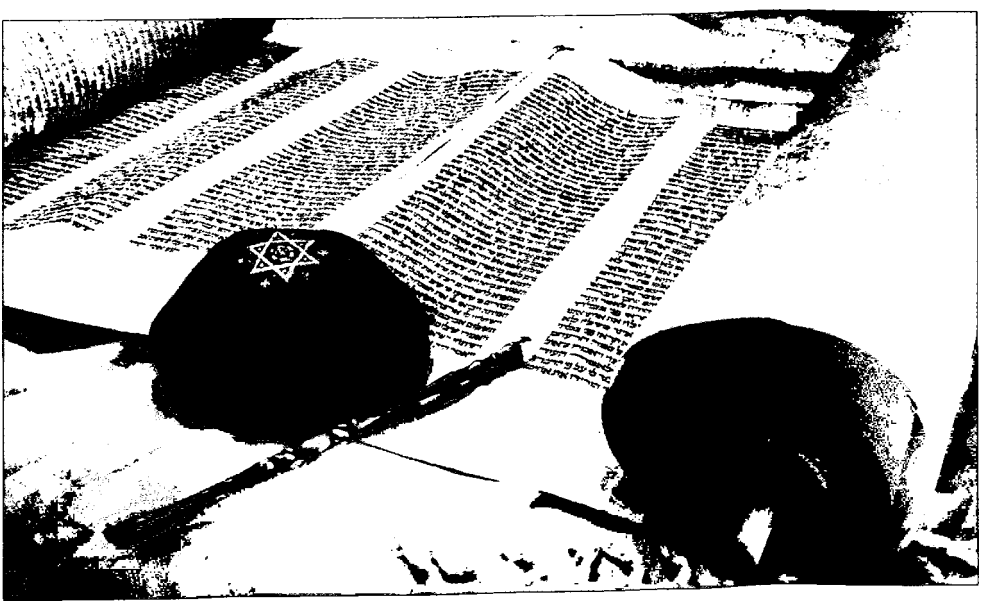
tão perder a salvação. Quando pregar sobre a salvação, certamente ele falará sobre a importância de se preservar a salvação.

Como se desenvolve uma teologia

O conteúdo de uma teologia resulta de uma hermenêutica. A interpretação das Escrituras determinará em que se crê. No meio evangélico há diferentes formas de se crer em determinados assuntos, como: a doutrina da salvação; a doutrina do Espírito Santo (um crê na atualidade dos dons, e outro, não); a doutrina das últimas coisas (uns creem que a igreja passará pela Grande tribulação, e outros, não; uns creem que haverá Milênio, e outros, não). Essas diferenças resultam do modo como se interpretam certas passagens bíblicas. É preciso ser imbuído de temor e tremor. Nasce daí a grande responsabilidade individual de se examinar com humildade a Santa Palavra de Deus para que não se caia em algum laço do diabo, trazendo ao texto bíblico um sentido que ele não tem, ou subtraindo dele algo importante. Por isso, há necessidade de se examinar a Palavra de Deus debaixo de oração.

As Hermenêuticas históricas

Os judeus tinham suas escolas de interpretação. Após o cativeiro babilônico, passou-se a considerar formas específicas de interpretação das Escrituras. A razão disso é que, depois do cativeiro, os hebreus já não conheciam bem a língua hebraica. Todos falavam o aramaico. Do rabino Shamai, nasceu uma corrente de interpretação e, do rabino Hillel, outra. Nos dias de Cristo, a exegese judaica classificava-se em: literal,



Hermenêutica histórica

midráshica (significa "buscar", "investigar"), *pesher* (escola característica dos essênios em Qumran) e alegórica.

O período patrístico

Depois que os apóstolos morreram, surgiram pensadores no seio da Igreja. Foram teólogos, alguns dos quais de renome, que escreveram obras, dando o seu parecer sobre alguns pontos doutrinários. Com eles, nasceu a Patrística (100 d.C. a 600 d.C.). Os patristas interpretavam a Bíblia alegoricamente. Cada um dizia o que achava do texto lido, exatamente ao contrário da exegese. Por essa linha, seguiu a Igreja Católica Romana, abrindo caminho para a idolatria e para doutrinas completamente alheias aos ensinos de Cristo e dos apóstolos.

Desde que Alexandre, o Grande, construiu a cidade de Alexandria no Egito em 332 a.C., ela se tornou o centro cultural mais importante do mundo. Os teólogos daquela escola davam grande importância à interpretação das Escrituras, porém sofriam influência da filosofia grega. Seus principais teólogos foram Panteno, Clemente de Alexandria e Orígenes. Alexandria adotava a forma alegórica de interpretar a Bíblia.

Disputava com ela a escola de Antioquia, fundada por Luciano Samosata (240—312). Essa escola adotava o método histórico-gramatical de interpretação das Escrituras apelando sempre para os textos nas línguas originais: hebraico e grego.

A regra fundamental de interpretação

Muitas pessoas leem a Bíblia, cristãos e não cristãos, pessoas iletradas e pessoas de grande cultura; entretanto, o aproveitamento da leitura varia muito de pessoa para pessoa. Há intelectuais que leem a Bíblia na esperança de encontrarem nela alguma contradição, outros a leem por motivos até sinceros. Há quem tenha se convertido pela leitura das Escrituras. Tudo depende da postura que o leitor assume diante desse livro maravilhoso. A regra fundamental consiste em que a Bíblia é a sua própria intérprete.[86]

Dependência divina

O que é espiritual só pode se compreendido espiritualmente. A regra fundamental da interpretação baseia-se no fato de que a Bíblia é a Santa Palavra de Deus e, por isso, deve ser lida e estudada com humildade e inteira submissão ao Espírito Santo, que, como inspirador, é também o agente iluminador de tudo o que se lê. Assim, a primeira recomendação que se faz para quem quer estudar a Bíblia é a oração.

86. NELSON, P. C.; LUND, E. *Hermenêutica*. São Paulo: Editora Vida, 1985. p. 23.

A chave da interpretação

A Bíblia é a sua própria intérprete. A leitura de um texto que parece ser obscura há de ser clareada mediante a leitura de outro texto. Pela Bíblia, se interpreta a Bíblia. Essa é a regra fundamental da Hermenêutica: a Bíblia é a sua própria intérprete.

O pano de fundo cultural

O estudante da Bíblia deve levar sempre em conta o que o autor do texto estudado tinha em mente quando escreveu aquelas palavras. É preciso considerar o destinatário (para quem ele escreveu), a época em que escreveu e, então, partir para o que ele comunicou. Por exemplo, quando se estuda um livro profético, é fácil perceber para qual reino o profeta destinou a sua mensagem; se para o reino do Norte (Israel) ou se para o reino do Sul (Judá). Não é difícil perceber. Geralmente, no início do livro está escrito. O mesmo se dá quando se estuda alguma epístola do Novo Testamento. Paulo, por exemplo, escreveu duas cartas aos Coríntios. Os problemas existentes naquela cidade aparecem nas cartas. O mesmo ocorre quando escreve aos cristãos de outras cidades, como Roma, Galácia, Éfeso, Filipos, Colossos e Tessalônica. Outras vezes ele escreve cartas pessoais, como a Timóteo, a Tito e a Filemon.

O que é espiritual só pode se compreendido espiritualmente. A regra fundamental da interpretação baseia-se no fato de que a Bíblia é a Santa Palavra de Deus e, por isso, deve ser lida e estudada com humildade e inteira submissão ao Espírito Santo.

Características sociais peculiares

Percebe-se, em uma carta dirigida a uma localidade, que a situação espiritual da igreja reflete a situação moral da cidade. Tomemos como exemplo as cartas de Paulo aos Coríntios. O culto pagão dedicado a Afrodite, por exemplo, determinava o modo como as irmãs se portavam (1 Co 11.1-16) e isso trazia alguns incômodos à igreja. Quando lemos o livro de Jonas, entendemos um pouco da situação em que a cidade de Nínive se encontrava. Podemos ampliar o conhecimento acerca do fundo histórico e cultural de um livro ou epístola com o auxílio de comentários bíblicos, de enciclopédias e até mesmo da Internet.

Características teológicas

A igreja de Corinto era muito fervorosa e abundante nos dons espirituais (1 Co 1.7), porém, tinha muito que crescer na espiritualidade (1 Co 3.1). Os cristãos não sabiam fazer uso correto dos dons; daí, a necessidade de Paulo instruí-los adequadamente sobre o assunto (1 Co 12.1-11).

Característica literária

Há texto cuja leitura é de fácil compreensão, outros requerem maior atenção. É importante considerar se a leitura do texto é do Antigo ou do Novo Testamento. Observe se é uma narrativa histórica, uma poesia, um tratado doutrinário, se é uma carta pessoal, uma profecia ou uma revelação. Muitas vezes, não lidamos com uma linguagem direta, mas com figuras de linguagem, como metáforas, símiles, provérbios, parábolas e alegorias.

Quem é o destinatário

É muito comum ver pessoas aplicando, para si mesmas ou para o auditório, palavras que foram destinadas especificamente a alguém, como Abraão, Moisés, Davi, Paulo ou outra pessoa. Nem todas as promessas bíblicas devem ser tomadas desse modo. Não é porque o Senhor disse a Abraão que ele seria pai de uma grande nação que podemos tomar para nós a mesma promessa, ou, então, teríamos de atender também a Deus quanto a entregar um filho nosso em sacrifício.

O contexto imediato

Identificado o pano de fundo histórico-cultural do destinatário, podemos partir para o entendimento do contexto imediato, ou seja, quando se lê um versículo, é preciso considerar os versículos que vêm antes e depois, para se ter uma ideia do que aquele versículo está dizendo ou querendo dizer.

O sentido da palavra dentro do contexto

A primeira regra consiste em tomar a palavra no seu sentido usual e comum.[87] Por exemplo, em Filipenses 1.24, lemos: "Mas julgo mais necessário, por amor de vós, ficar na carne". Ora, a Bíblia nos ensina a andar no Espírito, e não na carne (Gl 5.19-21). Se o contexto for desprezado, o leitor encontrará, nessa leitura, plena liberdade para pecar, e com o apoio de Paulo! Mas, o versículo não está isolado. Paulo fala da sua morte. *Ficar na carne* quer dizer "ficar vivo". Basta ler o contexto (Fp 1.12-26).

87. NELSON, P. C.; LUND, E. *Hermenêutica*. São Paulo: Editora Vida, 1985. p. 28.

Qual o teor da palavra

Há palavras que são *descritivas* e outras que são *prescritivas*. Quando se lê numa narrativa histórica que alguém fez determinada coisa, o que a pessoa fez deve ser entendido como palavra *descritiva*. Por exemplo, Jesus fez lodo, untou os olhos do cego e exigiu que ele se lavasse no tanque de Siloé para ser curado. Ele obedeceu e foi curado (Jo 9.6,7). Quando Paulo diz aos solteiros que não se casem com descrente (2 Co 6.14), a palavra é *prescritiva*, ou seja, trata-se de uma prescrição (receita, ordem formal).

Antes de tudo, todo e qualquer entendimento das Escrituras deve ter aplicação pessoal. Se a palavra que eu leio não servir primeiro para mim, não terei o direito de transmiti-la aos outros.

Sentido usual e comum da palavra

Há pessoas que usam desonestamente uma palavra, somente porque veem nela uma ideia que desejam aproveitar. Por exemplo, o verbo "descer". Lê-se uma passagem em que alguém desceu de um monte para um vale, e o intérprete, afoito, entende uma simples descida geográfica como descida moral. Partindo dessa ideia, ele diz: "Há pessoas que estão bem, mas olham para baixo e descem na vida moral, e descem na vida espiritual...". É preciso tomar cuidado: uma interpretação errada induzirá a uma aplicação errada.

A hermenêutica de paralelos

É preciso consultar as palavras paralelas.[88] Palavras e ideias semelhantes se repetem nas Escrituras, e isso facilita o entendimento do intérprete. A esse fato, dá-se o nome de *paralelismos*. Por exemplo, quando se lê uma passagem que trata de sono espiritual, é possível encontrar outras que tratem do mesmo assunto (Rm 13.11,12; cf. Ef 5.14). Quando unidas as passagens, tem-se uma melhor compreensão sobre a abrangência desse sono, e ainda um complemento para elucidar uma argumentação a respeito do tema.

88. NELSON, P. C.; LUND, E. *Hermenêutica*. São Paulo: Editora Vida, 1985. p. 51.

A aplicação da palavra

De nada adianta o estudo dedicado da Palavra de Deus se o que se aprendeu não for posto em prática. A responsabilidade aumenta: "...E a qualquer que muito for dado, muito se lhe pedirá, e ao que muito se lhe confiou, muito mais se lhe pedirá" (Lc 12.48).

A aplicação pessoal

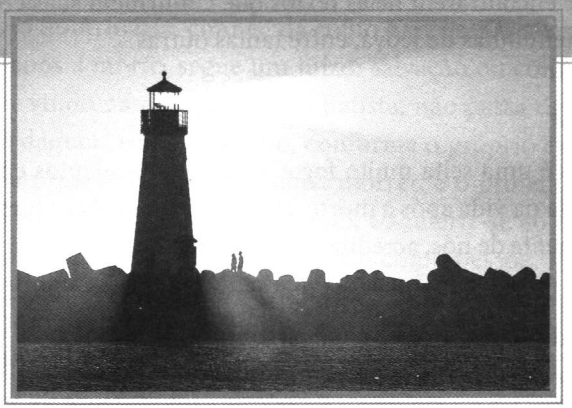
Antes de tudo, todo e qualquer entendimento das Escrituras deve ter aplicação pessoal. Se a palavra que eu leio não servir primeiro para mim, não terei o direito de transmiti-la aos outros: "E sede cumpridores da palavra e não somente ouvintes, enganando-vos com falsos discursos" (Tg 1.22).

A aplicação coletiva

A Palavra de Deus, pregada, deve ser de interesse geral. Há pessoas que estão sempre se lembrando de alguém que deveria estar no culto para ouvir determinada palavra. Certamente, seria a palavra que essa gostaria de dirigir àquela, mas não teria coragem de fazê-lo. A Palavra de Deus é para todos, e ela tem o poder não apenas para ensinar, mas também para "... redarguir, para corrigir, para instruir em justiça" (2 Tm 3.16).

Nem todo cristão será um teólogo, mas todo cristão tem o dever de conhecer bem a Palavra de Deus. O Senhor queixou-se de Israel por intermédio do profeta Oseias dizendo: "O meu povo foi destruído, porque lhe faltou o conhecimento; porque tu rejeitaste o conhecimento, também eu te rejeitarei, para que não sejas sacerdote diante de mim; visto que te esqueceste da lei do teu Deus, também eu me esquecerei de teus filhos" (Os 4.6). O conhecimento e a compreensão da Palavra de Deus não apenas impedem-nos de cometermos erros, mas também nos transformam: "... transformai-vos pela renovação do vosso entendimento..." (Rm 12.2).

O USO CORRETO DAS ESCRITURAS



O uso indevido das Escrituras pode abrir caminho para os enganos de Satanás. Desde o princípio, ele tenta negar e distorcer a Palavra de Deus. Isso ele fez no Éden, dialogando com Eva: "Certamente não morrereis" (Gn 3.4). Satanás mentiu. Eva acreditou no diabo, a morte se estabeleceu no mundo: "Pelo que, como por um homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, por isso que todos pecaram" (Rm 5.12). O risco de se negar ou de se torcer a Palavra de Deus é grande!

Há seitas que também exploram erradamente o texto bíblico na tentativa de provar que estão certas: a Ciência Cristã, fundada por Mary Backer; o Rosacrucianismo; o Mormonismo; o Unitarismo etc. Mas há também heresias domésticas: são aquelas que aparecem no meio evangélico de tempos em tempos trazendo novidades chamativas. O povo de Deus precisa estar atento, sobretudo, aos movimentos neopentecostais, os quais tiraram o foco da verdade e ensinam o povo a buscar as coisas que são de baixo. Ensinam que você é Deus, que deve quebrar as correntes da maldição dos seus ancestrais, fazer cura interior e "decretar", como se o cristão tivesse poder de legislar no mundo espiritual. Criam campanhas esquisitas, como: "sete correntes" disso; "sete mergulhos no Jordão", para aquilo; "unção do prato", para não faltar comida em casa;

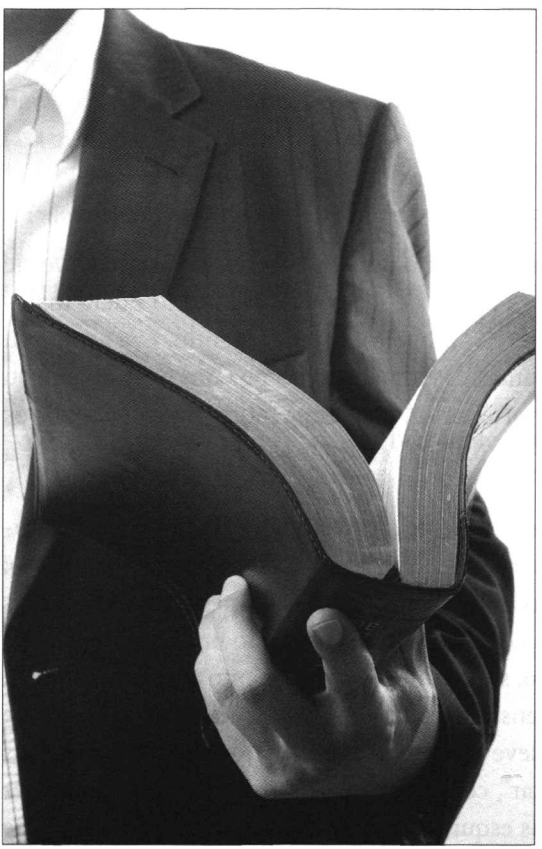
"a compra do chaveiro ungido", para trocar de carro etc. Enquanto essas inovações crescem, o evangelho da cruz, que inclui vida santificada e a esperança no grande Dia do Senhor, é posto de lado.

Heresias de fora

Por "heresias de fora", referimo-nos a algumas seitas que fazem uso das Escrituras Sagradas, a fim de encontrarem nelas textos que confirmem suas crenças, como o Espiritismo e as Testemunhas de Jeová, entre tantas outras.

O espiritismo

O espiritismo é uma seita muito forte, com muitos adeptos em todo o Brasil. O espiritismo acredita na vida após a morte, como nós evangélicos também acreditamos; porém, diferentemente de nós, acredita que o espírito deixa o corpo e, depois, reencarna, voltando a ter nova experiência de vida na Terra. Para garantir biblicamente esse ensino, usa a profecia de Malaquias, referente ao profeta Elias que haveria de vir, o qual, segundo as palavras de Jesus, veio na pessoa de João Batista (Ml 4.5; cf. Mt 11.12-14). O espiritismo crê, também, que é possível falar-se com uma pessoa falecida. Para dar peso a essas crenças, os espíritas usam indevidamente textos bíblicos, como: 1) o diálogo de Jesus com Nicodemos sobre o novo nascimento (Jo 3.3); 2) a aparição de Elias e Moisés, no monte da transfiguração (Mt 17.3).



Uso correto das Escrituras

As doutrinas espíritas existem desde a antiguidade, porém, ganharam corpo doutrinário através de Allan Kardec. O espiritismo moderno começou em 1847 com duas jovens norte-americanas: Margaret, com 12 anos, e sua irmã Rate, com nove anos de idade, as quais diziam ouvir pancadas e ver objetos que se moviam dentro de casa. As meninas, por brincadeira, iniciaram di-

álogo com um tal "Velho Pé Fendido", e ele começou a responder-lhes. Criou-se, daí, a prática de conversar com esse espírito que dizia ser um certo John Bell, ferreiro e antigo morador daquela casa, o qual havia sido assassinado. A prática de se dialogar com aquele "morto" e com outros supostos mortos se ampliou nos Estados Unidos, estendendo-se pela Inglaterra, França e, depois, para outros países europeus. Em 1857, Allan Kardec escreveu o "Livro dos Espíritos".

Qualquer texto bíblico usado à revelia do seu respectivo contexto, cria pretexto para uma distorção doutrinária, conhecida como heresia. De acordo com a Bíblia, o destino da alma, após a morte, segue um juízo: salvação ou condenação (Hb 9.27). Quanto a Elias ter vindo na pessoa de João Batista, não passa de um entendimento forçado por parte daquela seita. Primeiro, conforme o próprio espiritismo, para reencarnar, a pessoa precisa, necessariamente, morrer, e o profeta Elias não morreu, foi trasladado para o céu (2 Rs 2.11). Segundo, ao referir-se ao espírito João Batista, Jesus estava aplicando o termo "espírito" não como pessoa, mas como "caráter", "modo", "jeito". E, quanto ao entendimento de que a experiência de Jesus no monte da transfiguração fosse uma sessão espírita, mais uma vez, os espíritas equivocam-se no uso das Escrituras. Moisés, de fato, morreu, e o seu corpo jamais fora encontrado (Dt 34.5,6), e Elias não passou pela experiência da morte. Ambos estão no céu, como todos os santos do passado, e não vagando pelo espaço (Mt 8.11; Hb 12.22,23). No céu, não há mortos, há vivos, e Jesus não era um homem qualquer em busca de uma experiência com o mundo sobrenatural, mas o próprio Deus encarnado, dispondo de livre acesso ao mundo espiritual, sem que lhe fosse imposta qualquer restrição; além disso, a Bíblia proíbe qualquer tentativa de relacionamento com mortos (Is 8.19).

Testemunhas de Jeová

A Sociedade Torre de Vigia, conhecida popularmente como Testemunhas de Jeová, nasceu com um homem chamado Charles Russell. Antes de elaborar as doutrinas dessa seita, Russel foi evangélico. Teve, portanto, uma introdução nas Sagradas Escrituras. Desprovido, porém, de um entendimento saudável da Santa Palavra de Deus, desenvolveu uma crença distorcida acerca do arrebatamento, do destino dos santos, negando haver um destino para a alma após a morte, negando também a doutrina da Trindade. Onde o fundador dessa seita encontrou textos para desenvolver a sua argumentação? Nas Escrituras Sagradas? De que modo? Usando textos isolados do seu contexto!

A grande força das doutrinas russelitas para se sustentar é encontrada no Antigo Testamento, e não nos ensinos de Jesus ou dos apóstolos. Jesus disse que virá buscar a Igreja para morar com Ele no céu (Jo 17.24; At 1.11). Quanto à vida após

a morte, o povo hebreu não tinha, de fato, um bom entendimento sobre isso; mas, Jesus trouxe este assunto à luz (Jo 14.1-3; Lc 23.42,43), e os apóstolos o elucidaram (Fp 1.21-23; 2 Co 5.1,2). A respeito da Trindade, não há o que discutir: a Bíblia revela claramente um único Deus em três pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo (1 Pe 1.2; 1 Co 12.3-6; Ef 4.4-6; Jd 20,21; Ap 1.4-6).

Fundada em 1879, essa seita usou como base, para justificar esse nome, o texto bíblico de Isaías 43.10: "Vós sois as minhas testemunhas, diz Jeová" (Tradução Brasileira). Tudo começou com o jovem presbiteriano Charles Taze Russell que, perturbado com a doutrina bíblica que trata da condenação da alma do pecador, aderiu ao Adventismo do Sétimo Dia.

Se há tantas seitas que fazem uso incorreto da Bíblia para defenderem doutrinas alheias aos seus ensinamentos, não podemos ignorar também o fato de que há muitas doutrinas sendo pregadas em desacordo com a Bíblia.

Heresias de dentro

Se há tantas seitas que fazem uso incorreto da Bíblia para defenderem doutrinas alheias aos seus ensinamentos, não podemos ignorar também o fato de que há muitas doutrinas sendo pregadas em desacordo com a Bíblia em igrejas evangélicas.

Dos anos 80 para cá, um surto de doutrinas erradas começou a invadir as igrejas evangélicas no mundo inteiro. Doutrinas que nasceram de ideais positivistas nos Estados Unidos, trazendo um otimismo psicológico, começaram a ser confundidas com a fé. Expoentes do pensamento positivo, fazendo uso de textos bíblicos sobre a cura e a possibilidade de se vencer, desenvolveram a doutrina de "fé na fé". Os pregadores dessa linha de pensamento passaram a iludir as pessoas dizendo: "Você é deus" — fazendo, indevidamente, uso do Salmo 82.6 — e ensinando: cura interior; quebra de maldição hereditária; utilização de objetos simbólicos para servirem como "ponto de contato" entre o pregador e o suplicante (tais como peças de roupas, fotografias, carteira de trabalho ou outro objeto qualquer de uso pessoal de um enfermo) para carregar a bênção da cura, do emprego, das finanças, do casamento, do namoro ou de outra necessidade qualquer. Claro que esses atos acontecem na base de trocas financeiras, muitas vezes, polpudas. Desenvolveu-se ainda uma linguagem própria que se popularizou no meio cristão, tais como: "tomar posse"; "reivindicar"; "amarrar o diabo" etc.

Canonização de histórias extrabíblicas

Como se não bastassem essas distorções, tem-se percebido, com muita frequência, o uso de histórias e contos relacionados a personagens bíblicos, atribuindo a eles o mesmo nível de autoridade canônica dos textos bíblicos. Sabe-se, por exemplo, que há muitos livros escritos na mesma época em que foi escrito o Novo Testamento, os quais apresentam histórias que podem, ou não, ser verdadeiras; uma delas diz que, quando criança, Jesus fazia pássaros de madeira, soprava neles, e eles saíam voando. Há quem conte isso como se fosse fato! Outro relato é o de que João fora lançado dentro de um tacho de óleo quente, e saiu ileso de dentro dele. Não se pode tomar esses contos como se fossem verdadeiros, muito menos, canônicos.

Uso da alegoria

Alegoria é uma figura de linguagem. Há, na Bíblia, alguma alegoria. Quando o escritor sagrado a aplica, podemos acatar sem qualquer restrição; porém, nenhum leitor das Escrituras pode se atrever a alegorizar qualquer fato histórico. Por exemplo, quando Abraão enviou seu escravo a Padã Harã para buscar uma esposa para seu filho Isaque (Gn 24). Os elementos históricos dessa passagem bíblica são alegorizados da seguinte maneira: Abraão representa Deus; Isaque, Jesus; Eliézer, o Espírito Santo; Rebeca, a Igreja (a Noiva) e o camelo, o pastor. A história parece se encaixar, porém ela abre precedente para se fazer da Bíblia o que se quiser. O pai das alegorias foi Clemente, em Alexandria (150-215 d.C.). A propósito, é dele essa alegoria de Abraão, a qual tanta gente repete.

O uso correto das Escrituras

No episódio da tentação de Jesus pelo diabo, o meio usado por ambos os lados foi a Escritura Sagrada. Satanás aplicando-a indevidamente; e Jesus, corretamente (Mt 4.1-11). Naquele embate, ficou demonstrado que o maior conflito do reino das trevas contra o reino da luz está no esforço daquele reino em tirar a força da Palavra de Deus, através da mentira e da contradição.

A necessidade de uma hermenêutica correta

A Hermenêutica bíblica trabalha com princípios, regras e, sobretudo, em submissão ao Espírito Santo, de quem vem a iluminação. A primeira regra da Hermenêutica é esta: "A Escritura é a sua própria intérprete". Qualquer ensinamento das Escrituras Sagradas há de ser confirmado pelo seu contexto; por isso, adota-se o princípio de se comparar texto com texto.

O papel do líder cristão

O apóstolo Paulo apresenta uma receita eficaz, à qual submete o obreiro — aquele que é responsável pela pregação e pelo ensino da Palavra de Deus por meio de cuidadoso trabalho com o texto sagrado. Ele diz: "Procura apresentar-te a Deus aprovado, como obreiro que não tem de que se envergonhar, que maneja bem a palavra da verdade" (2 Tm 2.15).

Tanto as igrejas evangélicas como muitos grupos religiosos não evangélicos, no mundo todo, fazem uso das Escrituras Sagradas, evocando para si alguma razão, com base em textos bíblicos aleatórios. É possível fazer-se qualquer afirmação utilizando-se da Bíblia, o que não significa que a Bíblia endosse tal afirmação. Ao se falar em "uso correto das Escrituras", pressupõe-se haver também o uso incorreto delas.

Espírito bereano

Depois que Paulo e Silas deixaram a cidade de Tessalônica, partiram para a cidade de Bereia. Lá, diz o texto: "... foram mais nobres do que os que estavam em Tessalônica, porque de bom grado receberam a palavra, examinando cada dia nas Escrituras se estas coisas eram assim" (At 17.11).

Não basta fazer uso das Escrituras para ter a presunção da verdade. É preciso certificar-se do uso correto dela, para não incorrer em algum tipo de heresia. O exame honesto das Escrituras sempre levará o leitor sincero ao conhecimento da verdade, garantindo a sua caminhada para o céu.

BIBLIOGRAFIA

BARUCQ, A.; CAQUOT, A. et al. *Escritos do oriente antigo e fontes bíblicas.* São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

BERKHOF, Louis. *Teologia Sistemática.* 2. ed. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003.

CHAFER, Lewis Sperry. *Teologia Sistemática.* 2. ed. São Paulo: Editora Hagnos, 1976. 4 v.

CHAMPLIN, R. N, Ph.D.; BENTES, J. M. *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia.* São Paulo: Editora e Distribuidora Candeia, 1991. 6 v.

CULLMANN, Oscar. *A formação do Novo Testamento.* Rio Grande do Sul: Editora Sinodal, 1970.

CULVER, Robert D. *Teologia Sistemática Bíblica e Histórica.* São Paulo: Shedd Publicações, 2012.

DELCOR, Mathias; MARTINEZ. Florentino Garcia. *Introducción a la Literatura Esenia de Qumran.* Hesca, Madrid: Ediciones Cristiandad, 1982.

GEISLER, Norman. *A Inerrância da Bíblia.* São Paulo: Editora Vida, 2003.

GEISLER, Norman; BOCCHINO, Peter. *Fundamentos Inabaláveis.* São Paulo: Editora Vida, 2003.

GOODSPEED, Edgard J. *Como nos veio a Bíblia.* 3. ed. São Paulo: Imprensa Metodista, 1981.

GRUDEM, Wayne. *Teologia Sistemática.* São Paulo: Edições Vida Nova, 1999.

GRUDEM, Wayne; COLLINS, C. John; SCHREINER, Thomas R. *Origem, Confiabilidade e Significado da Bíblia.* São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 2013.

HODGE, Charles. *Teologia Sistemática.* São Paulo: Editora Hagnos, 2001.

NIX, William; GEISLER, Norman. *Introdução bíblica — Como a Bíblia chegou até nós.* São Paulo: Editora Vida, 1997.

RIDDERBOS, J. *Isaías, introdução e comentário.* Série Cultura Bíblica. São Paulo: Edições Vida Nova, 1995. v. 17. Trad. Adiel Almeida de Oliveira.

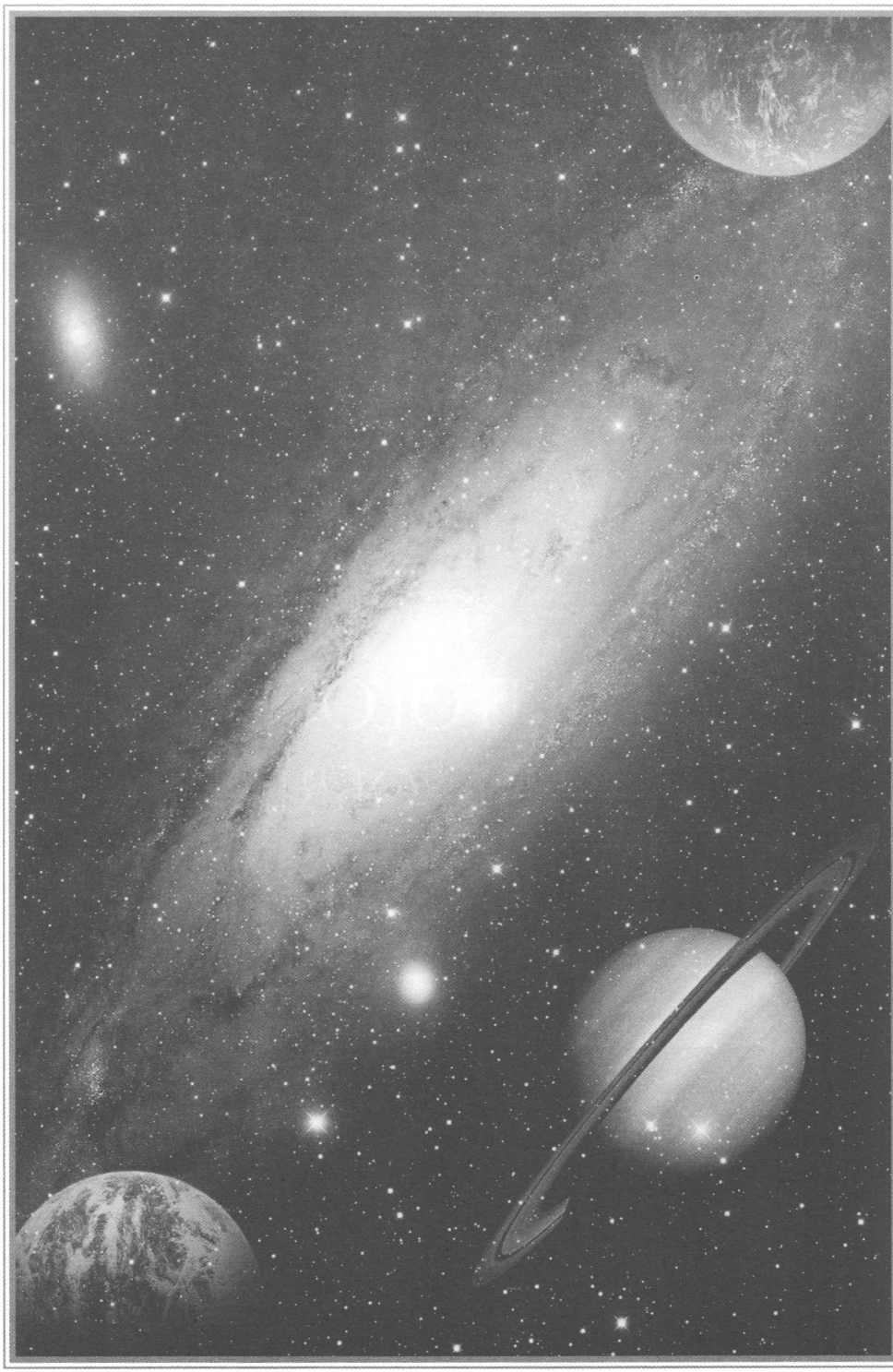
SOARES, Esequias. *Septuaginta, Guia histórico e literário.* São Paulo: Editora Hagnos, 2009.

STRONG, Augustus H. *Teologia Sistemática.* São Paulo: Editora Teológica Ltda, 2002.

WILLIAMS, J. Rodman. *Teologia Sistemática — Uma Perspectiva Pentecostal.* 1. ed. São Paulo: Editora Vida, 2001.

YOUNGBLOOD, Ronald F. (ed.); BRUCE, F. F.; HARRISON, R. K. *Dicionário Ilustrado da Bíblia.* São Paulo: Edições Vida Nova, 2004.

TEONTOLOGIA
ESTUDO SOBRE O SER DE DEUS



SUMÁRIO

PREFÁCIO À TEONTOLOGIA 291

INTRODUÇÃO 295
A natureza de Deus

A EXISTÊNCIA DE DEUS 299
As revelações de Deus
Revelação antropológica
A natureza moral
A natureza racional
A natureza emocional
Revelação cosmológica
Argumento teleológico
O conhecimento revelado de Deus

ARGUMENTOS ANTITEÍSTAS 309
O ateísmo
Politeísmo
Panteísmo
Panteísmo oriental
Panteísmo ocidental
Panteísmo cristão
Materialismo
Positivismo
Agnosticismo
Deísmo
Teísmo

A CRIAÇÃO 327
O propósito da criação
A avaliação divina sobre a criação
O Criador é também Sustentador

OS MILAGRES 333
O milagre por meio da oração
Os milagres não eram exclusivos da era apostólica
Os falsos milagres
A razão dos milagres
É lícito ao crente pedir milagres hoje

A EXISTÊNCIA DO MAL 341
A origem do mal moral
O mal natural
Conceituação do mal
Soluções para o problema do mal
A relação de Deus com o mal
Quando o mal vem de Deus

O SER DE DEUS 351
A personalidade de Deus

OS ATRIBUTOS DE DEUS 355
Atributos incomunicáveis e atributos comunicáveis
A onisciência de Deus
A sabedoria de Deus
A sensibilidade de Deus
A onipresença de Deus
Presença comum e presença manifesta
A onipotência de Deus
A soberania de Deus
Imutabilidade de Deus
O arrependimento de Deus
A eternidade de Deus
A santidade de Deus
A santidade é manifesta
A justiça de Deus
Justiça recompensadora
Justiça retributiva
A bondade de Deus

A DIGNIDADE DE DEUS 375
Deus é digno de adoração
Deus é digno de confiança
Deus é digno de obediência

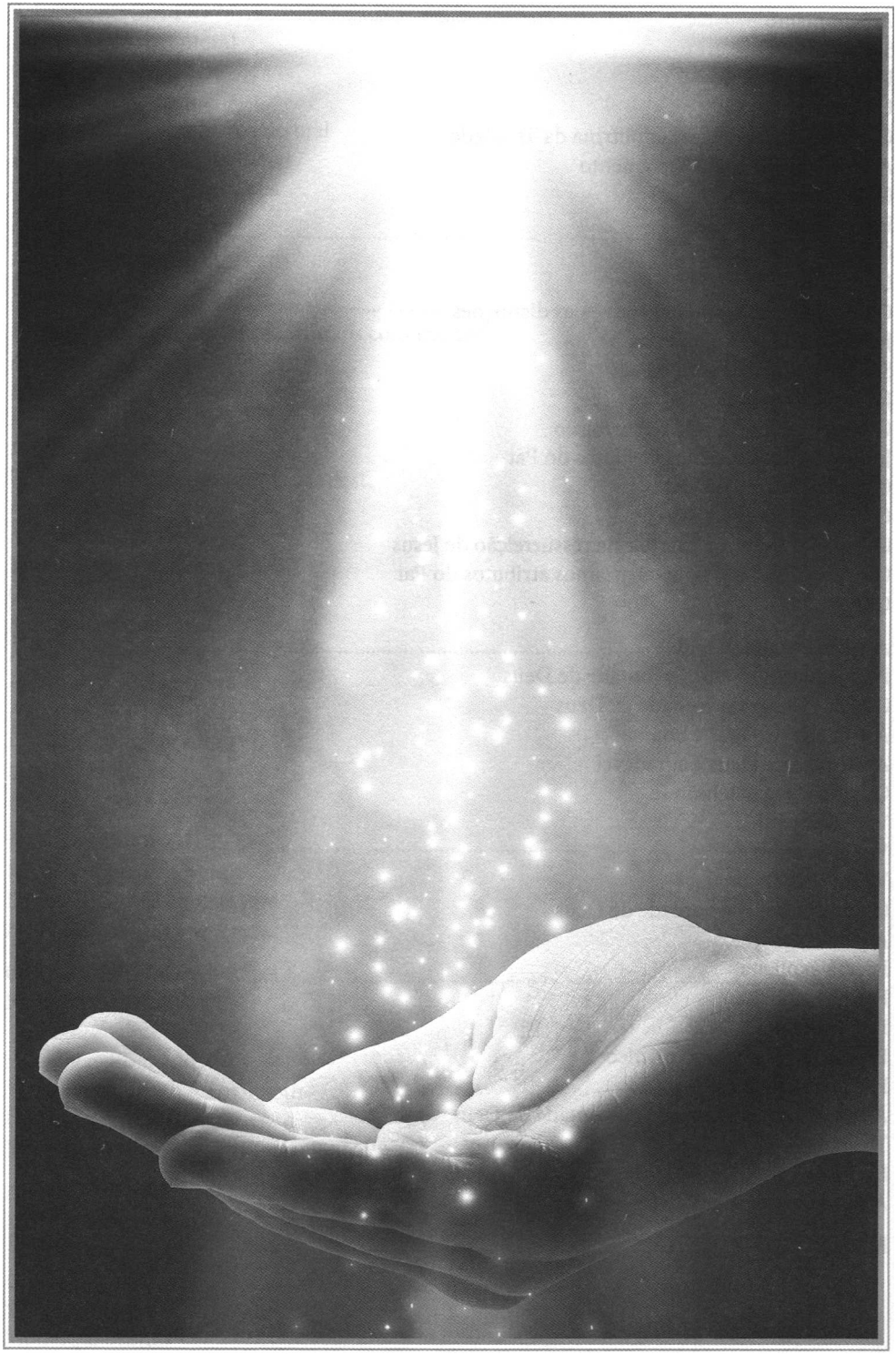
OS NOMES DE DEUS 379
El, Elohim, Elyon
Adonai
Shaddai e 'El-Shaddai
Yahweh e Yahweth e Tsebhaoth
Nomes compostos de Deus
Nomes de Deus no Novo Testamento

A TRINDADE DIVINA 385
Monoteísmo hebreu
Arianismo
Apolinarianismo
Socianismo
Monarquianismo

Adocionismo
Sabelianismo
Unicismo
Unitarismo
Comprovação bíblica da doutrina da Trindade
A Trindade no Novo Testamento
O Pai, o primeiro
Em relação à criação
O Filho, o segundo
O Espírito Santo, o terceiro
Como lidar biblicamente com essas distinções
Jesus é Deus
Suas semelhanças com o Pai
Jesus participou da criação
O poder da morte e da ressurreição
Jesus possui os mesmos atributos do Pai
O Espírito Santo é Deus
O Espírito Santo na criação
O Espírito Santo na morte e na ressurreição de Jesus
O Espírito Santo possui os mesmos atributos do Pai
Conclusão

A VONTADE DE DEUS 403
Perspectiva humana da vontade de Deus
Características da vontade de Deus
A vontade de Deus é boa
A vontade de Deus é agradável
Quanto à sua extensão
Vontade geral
Vontade moral
Vontade individual
Como conhecer a vontade de Deus
A palavra revelada
Forma explícita
Forma implícita
Pela mística
Prevenção ao método místico
Por meio da razão
As duas formas expressas da vontade de Deus
Thélema
Boulé
A disciplina de Deus

BIBLIOGRAFIA 423



PREFÁCIO À TEONTOLOGIA

Conheci o pastor Walter Brunelli em 1986 na Holanda, durante um evento promovido pela Associação Billy Graham. Juntos com outros amigos, viajamos por alguns países europeus. Desde o início, percebi sua familiaridade com a teologia e a perspicácia com que debatia diferentes temas da fé cristã. Nunca lhe falei isso, mas percebi, naquela ocasião, que Walter Brunelli tinha potencial para contribuir, de forma significativa, com a igreja brasileira por meio do labor teológico. Sua vasta atuação no ensino da Palavra de Deus, sua produção de textos doutrinários e a publicação desta obra confirmam minhas percepções desde então.

Tive o privilégio de ser o seu orientador no Programa de Pós-Graduação de Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie, quando realizou uma pesquisa inédita sobre a Casa da Bênção, uma denominação pentecostal fundada por Doriel de Oliveira. Com esse trabalho, Brunelli obteve o grau de Mestre em Ciências da Religião.

Brunelli é pentecostal alinhado doutrinariamente com as Assembleias de Deus e conviveu com o anti-intelectualismo reinante na denominação até a década de 1980. Mesmo enfrentando oposição, fundou uma faculdade teológica e cursos de ensino a distância, além de ser um preletor de grande demanda. Por isso, felicito o empenho do autor na produção e na publicação deste volume de teologia sistemática.

Neste capítulo, o autor apresenta um estudo abrangente (não exaustivo) sobre a natureza de Deus e suas percepções por diferentes teólogos e filósofos por meio da história. Os argumentos contra e a favor da existência de Deus, bem como as diferentes revelações sobre o ser de Deus são transmitidos de uma forma que facilita a compreensão dos leitores. Temas importantes da teologia, como materialismo, positivismo, agnosticismo, deísmo, teísmo e outros surgidos nas últimas décadas, como o teísmo aberto, são tratados com esmero.

Walter Brunelli oferece também um eficaz tratado sobre a Trindade, doutrina fundamental do Cristianismo histórico. As controvérsias sobre a Trindade são muitas e antigas.

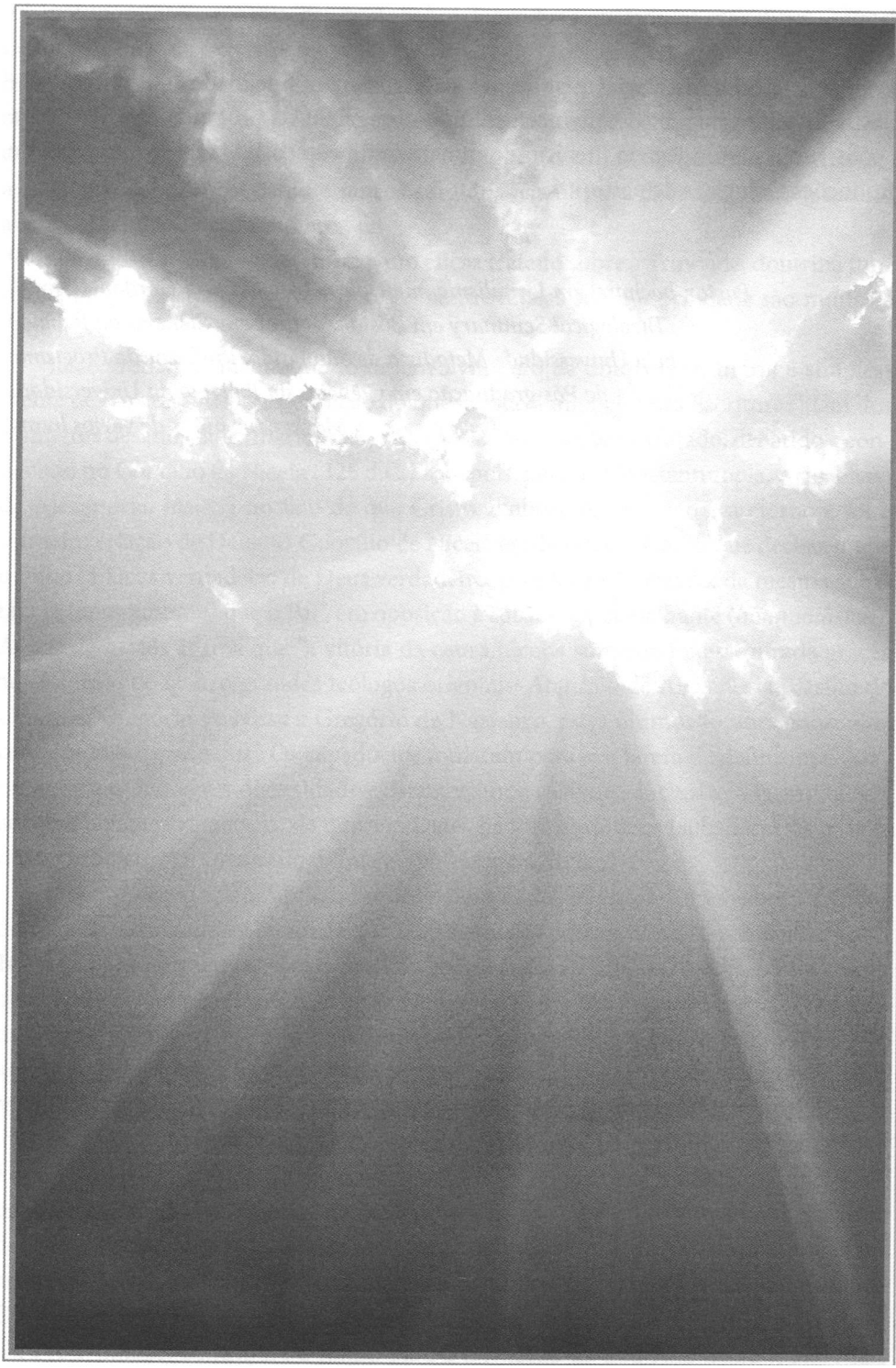
Justo González afirma que "o desenvolvimento da doutrina trinitária é simplesmente de esclarecimento e definição do que já estava implícito nas Escrituras". Um dos primeiros desafios doutrinários da Igreja foi o arianismo, tema tratado, debatido e condenado no Concílio de Niceia (325 d.C.) e, depois, pelo de Constantinopla. Ário, bispo de Alexandria, insistia no fato de que Cristo, embora divino, não era eterno e foi a primeira criação de Deus. O Concílio de Niceia estabeleceu o Credo que declarou que o Filho "é Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, e não criado, da mesma substância (*hommousion*) que o Pai", em oposição à substância semelhante (*hommoiusion*). Alderi de Matos afirma que "a vitória da causa nicena somente foi assegurada graças aos esforços de quatro grandes teólogos orientais: Atanásio de Alexandria, Basílio de Cesareia, Gregório de Nissa e Gregório de Nazianzo, estes últimos foram conhecidos como os três capadócios". Os capadócios tomaram para si a tarefa de definir mais claramente a unidade e a diversidade existentes no Ser Divino, inclusive a terminologia adequada para isso, ou seja, de que, em Deus, há três hipóstases (subsistências individuais ou pessoas) e apenas uma "ousia" ou "essência divina".

A controvérsia ariana abriu o caminho para os debates posteriores sobre a Trindade. O termo *Trindade* foi cunhado por Tertuliano de Cartago, nascido em torno do ano 160 d.C. Seus escritos cobrem o período aproximado de 196—212 d.C., trinta e uma obras suas em latim sobreviveram, e sua maior contribuição foi para o estabelecimento da doutrina trinitariana. Segundo Tertuliano, "a substância é aquilo que une os três aspectos da economia da salvação; a pessoa é aquilo que as distingue. As três pessoas da Trindade são distintas, porém indivisíveis; diferentes, porém não separadas ou independentes uma das outras. A complexidade da experiência humana de redenção é resultante, portanto, das três pessoas do Ser Divino, atuando de maneiras distintas, porém coordenadas na história humana, sem se perder, em qualquer sentido, a unidade total do ser divino". Para alguns historiadores, a doutrina da Trindade foi definida nos Concílios de Niceia e de Constantinopla, e a doutrina da pessoa divino-humana de Cristo, no Concílio de Calcedônia. Agostinho de Hipona (354—430 d.C.), com a sua obra *A Trindade*, contribuiu e muito para a formação da doutrina trinitariana. Mais

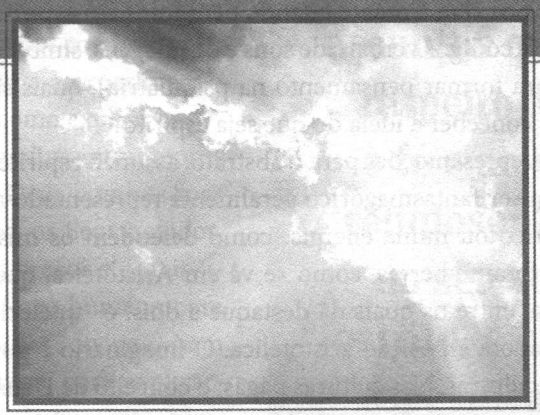
detalhes e posições importantes sobre a Trindade serão discutidos neste capítulo pelo autor.

Brunelli escreve com forte poder de persuasão, com fidelidade às Escrituras Sagradas e com argumentos convincentes. Esta obra, além de profícua, contribui para a construção de um legado literário do movimento pentecostal brasileiro, carente de produções teológicas de peso.

Dr. Paulo Romeiro
Pastor, bacharel em Jornalismo, mestre em Teologia pelo Gordon-Conwell Theological Seminary em Boston, doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Mackenzie, autor de vários livros.



INTRODUÇÃO



O termo *Teologia*, em seu sentido lato, abrange todos os assuntos que dizem respeito a Deus, à fé e ao mundo religioso; todavia, no seu sentido estrito, é o tratado especificamente sobre Deus. De todos os temas estudados nesta obra teológica, a Teologia, propriamente dita Teontologia, é o tema do presente capítulo, que se detém a estudar, exclusivamente, Deus.

A natureza de Deus

Quem é Deus? Essa é a mais inquietante de todas as perguntas que uma criatura poderia fazer; entretanto, Deus não se esconde nem omite a alguém a possibilidade de ser conhecido; antes, tem prazer em revelar-se. Portanto, à pergunta "quem é Deus" Ele mesmo se encarrega de responder. Claro que, em razão da complexidade do ser, essa revelação, que se inicia de modo *natural* e prossegue de modo *específico*, como veremos a seguir, continua por toda a eternidade, uma vez que Deus é eterno. Jesus disse: "E a vida eterna é esta: que conheçam a ti só por único Deus verdadeiro e a Jesus Cristo, a quem enviaste" (Jo 17.3).

Os seres humanos, na sua ignorância ou na sua rebeldia, apresentam diversas sugestões, na tentativa de responder à pergunta que eles mesmos fazem. Para uns, Deus é

uma energia; para outros, é um ser etéreo, um ser imaginário ou um conjunto de forças que agem direta ou indiretamente no mundo ou sobre a vida das pessoas.

A melhor e mais completa definição sobre a natureza de Deus é-nos dada pelo Filho: "Deus é Espírito" (Jo 4.24). A partir dessa definição clara e objetiva, temos um discurso pronto e revelador sobre a natureza de Deus. Mas o que significa "espírito" exatamente? O que nos vem à mente quando pensamos em espírito? Se o pensamento é formado a partir de códigos verbais, de sons e de imagens, simbologias e semiologias[1] (conceito usado para formar pensamento na psiquiatria), quais são os elementos de que dispomos para conceber a ideia do que seja espírito?

O homem cria representações para o abstrato; assim, o espírito é imaginado como um espectro ou um ser fantasmagórico geralmente representado na cor branca, num grande olho exotérico ou numa energia, como defendem os místicos. Na Filosofia, muitas discussões foram abertas, como se vê em Aristóteles, que menciona os cinco poderes da alma, entre os quais dá destaque a dois: o "intelectual" e o "apetitivo". Tomás de Aquino adota a posição aristotélica. O imaginário é povoado por imagens estabelecidas pelas culturas. Nas culturas pagãs, o conceito de Deus está sempre ligado a algum objeto, como astros, elementos da natureza, como o fogo, a água, ou qualquer objeto, grande ou pequeno, que se eleja para ser Deus, ou mesmo como luz; mas, como espírito, é difícil imaginá-lo.

Deus é um ser corpóreo. No entanto, a que se deve essa corporeidade? À encarnação do Filho? Então, deveríamos dizer que Deus dependia do Seu Filho para ganhar um corpo. Nesse caso, teríamos de pensar em como era Deus antes da encarnação do Filho e em como era também o próprio Filho! Restaria ainda estender essa questão para os anjos, que são espíritos (Hb 1.14) e atuam, inclusive, no mundo material! Paulo fala da corporeidade espiritual quando se refere aos que morrem em Cristo e aguardam a ressurreição: "Semeia-se corpo animal, ressuscitará corpo espiritual. Se há corpo animal, há também corpo espiritual" (1 Co 15.44). Aqui, o apóstolo se refere ao corpo espiritual do homem salvo que ressuscitará; entretanto, a ideia implícita é de que há uma substância transformada. E no caso de Deus?

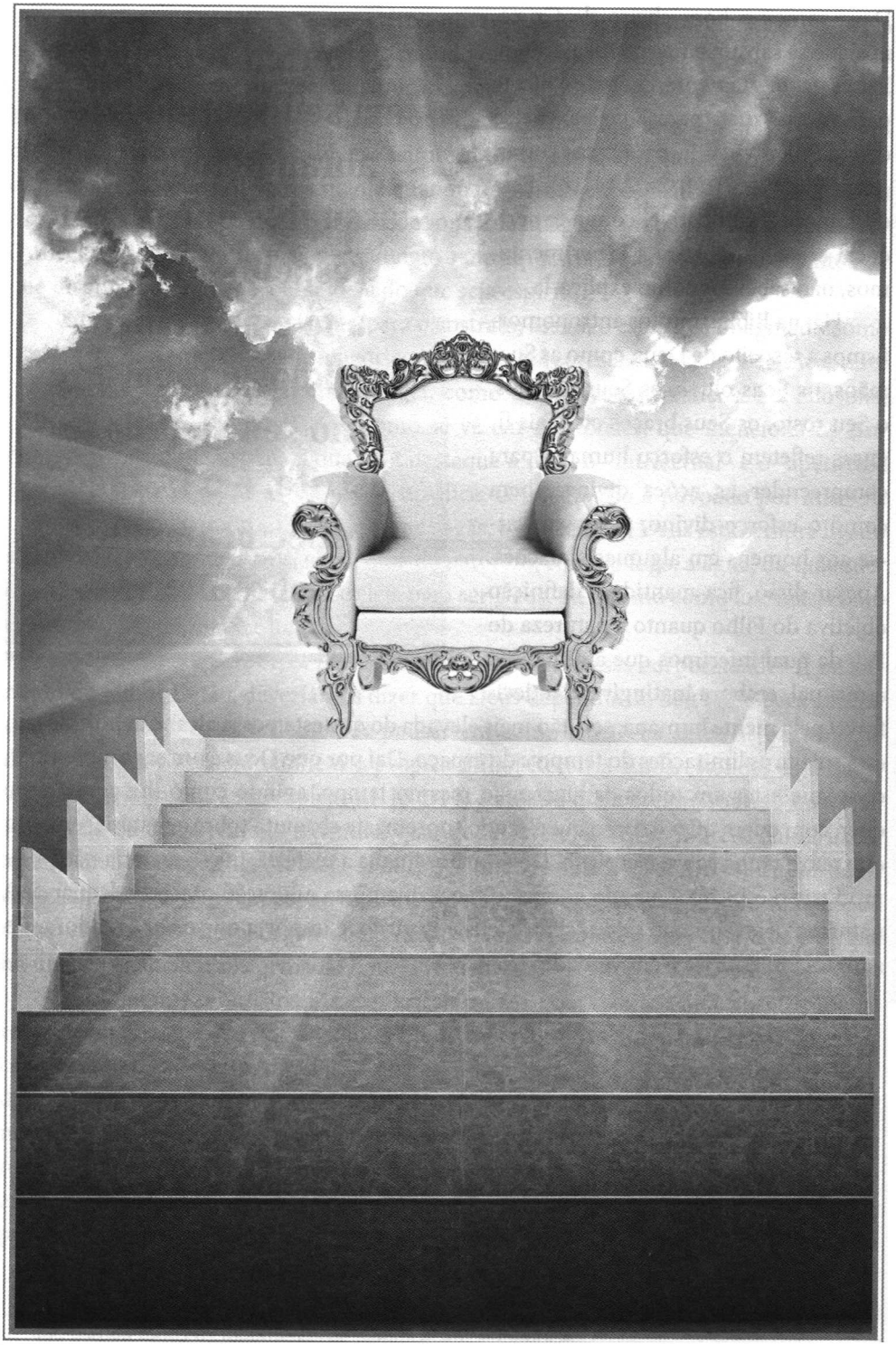
Continuamos a buscar uma explicação para a qual não teremos absolutamente resposta alguma até que nos unamos a Ele na Sua glória. Se ninguém é capaz de explicar, por tratar-se de outra dimensão alheia à nossa, podemos, de alguma forma, entender por que, quando nascemos de novo (Jo 3), ganhamos uma natureza espiritual que nos aproxima de Deus. Não entendemos isso de modo especulativo, nem meramente religioso, mas em nível de comunhão, na qual está implícita também a revelação, como explica o apóstolo Paulo: "E graças a Deus, que sempre nos faz triunfar em Cristo e, por meio de nós, manifesta em todo lugar o cheiro do seu conhecimento. Porque para

1. Semiologia (linguística), eventualmente, é sinônimo de semiótica, a ciência geral dos signos que estuda todos os fenômenos de significação; semântica.

Deus somos o bom cheiro de Cristo, nos que se salvam e nos que se perdem. Para estes, certamente, cheiro de morte para morte; mas, para aqueles, cheiro de vida para vida. E, para essas coisas, quem é idôneo?" (1 Co 2.14-16). Essa declaração é compatível com a experiência cristã, e, embora a experimentemos, não sabemos como explicá-la.

O termo *Teologia*, em seu sentido lato, abrange todos os assuntos que dizem respeito a Deus, à fé e ao mundo religioso; todavia, no seu sentido estrito, é o tratado especificamente sobre Deus.

Há, na Bíblia, muitos antropomorfismos a respeito de Deus, como as Suas mãos, os Seus olhos, os Seus ouvidos, o Seu rosto, os Seus braços etc. Tais figuras refletem o esforço humano para compreender as ações divinas, bem como o esforço divino, para explicar-se aos homens em algumas situações. Apesar disso, fica mantida a definição objetiva do Filho quanto à natureza do Pai, da qual inferimos que a dimensão espiritual, embora inatingível e indecifrável pela mente humana, seja tão mais elevada do que esta possa alcançar, porque não está sujeita às limitações do tempo e do espaço. Daí por que Deus é um ser onipresente: consegue estar em todos os lugares ao mesmo tempo, agindo como lhe apraz onde quer, com quem quer e como quer; tendo supremacia absoluta sobre a matéria, embora esta não a tenha sobre o espírito. Do espírito, emana a matéria, mas a matéria não pode produzir o espírito. Quando adoramos ao Pai, a nossa adoração precisa adequar-se à natureza dele para que seja aceita: "Deus é Espírito, e importa que os que o adoram o adorem em espírito e em verdade" (Jo 4.24).



A EXISTÊNCIA DE DEUS

O estudo sobre Deus expressa o significado exato da palavra *Teologia*, que quer dizer "estudo ou tratado sobre Deus". O termo, entretanto, é aplicado a todas as áreas que fazem parte desse conjunto de estudos relativos à divindade sendo abrangente. O estudo sobre Deus não tem a presunção de sondar a Deus, pois Ele é indecifrável, e homem algum jamais teria competência para tanto, porque isso demandaria também perscrutá-lo; nesse caso, aquele que quisesse se dar a esse trabalho teria de, no mínimo, ser eterno, logo, teria de ser Deus, e, como há somente um Deus – e podemos ter absoluta certeza de que nenhum de nós é Ele –, não haveria alguém no universo capaz de executar uma tarefa como essa! Diz sabiamente o salmista: " Grande é o SENHOR e muito digno de louvor; e a sua grandeza, inescrutável" (Sl 145.3). Ainda em Salmos, lê-se: "Grande é o nosso SENHOR e de grande poder; o seu entendimento é infinito" (Sl 147.5).

Conhecer a Deus por meio de um estudo sistemático é submeter-se à revelação especial dele por Sua Santa Palavra, na qual Ele mesmo se permitiu revelar dentro de uma medida que Ele julgou suficiente para a humanidade. De antemão, somos avisados de que, por mais que o conheçamos, nem sequer chegamos perto do que haveremos de saber sobre Ele na eternidade. Jesus deixou isso claro na oração sacerdotal ao dizer: "E a vida eterna é esta: que conheçam a ti só por único Deus verdadeiro e a Jesus Cristo, a quem enviaste" (Jo 17.3). Portanto, o estudo que fazemos sobre Deus é uma busca do conhecimento dele oferecido em Sua Palavra, e não fruto de uma pesquisa para a qual

A revelação de Deus se dá, fundamentalmente, de modo natural e especial, subjetivo ou natural e objetivo ou especial.

homem algum disporia de instrumentos suficiente para realizá-la. Tentar provar a existência de Deus seria, para qualquer pessoa, uma tarefa inútil e tão desnecessária quanto a de quem tenta negá-la. Hodge diz: "A existência de Deus, porém, é um fato objetivo. Pode-se mostrar que Ele é um fato que não pode ser racionalmente negado"[2]. Não obstante, ser um fato óbvio para os que creem não o é para aqueles que se recusam a crer em Deus, seja por opção, rebelião, forma de educação ou mesmo por incapacidade de compreender o mistério subjacente de um Ser que transcende a tudo o que há. Assim, o apelo para os argumentos antropológicos, cosmológicos, teleológicos e o argumento moral servem para reforçar e organizar a mente quanto ao modo de ser e de agir de Deus.

> O argumento cosmológico pode provar a existência de um Ser necessário e eterno; o argumento teleológico, de que esse Ser é inteligente; o argumento moral, de que Ele é uma pessoa que possui atributos morais. Os argumentos não se destinam tanto a provar a existência de um Ser desconhecido como a demonstrar que o Ser que se revela ao homem na própria constituição de Sua natureza seria tudo o que o teísmo declara ser.[3]

A Bíblia parte do pressuposto de que Deus existe: "Ora, sem fé é impossível agradar-lhe, porque é necessário que aquele que se aproxima de Deus creia que ele existe e que é galardoador dos que o buscam" (Hb 11.6). E ainda considera absurda a ideia de alguém negar Sua existência: "Disseram os néscios no seu coração: Não há Deus (...)" (Sl 14.1; 53.1). Em outras palavras, a Bíblia considera desajuizada a pessoa que nega a existência de Deus. Mesmo assim, Deus usa de misericórdia com os incrédulos, fornecendo subsídios em Sua Palavra para ajudar os que não creem, a fim de que sejam tocados pela revelação, para que creiam.

As revelações de Deus

Deus tem formas especiais de dar-se a conhecer ao homem, e essas formas de revelações são incontestáveis, impedindo qualquer possibilidade de escape humano, a

2. HODGE, Charles. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Editora Hagnos, 2003. p. 151.

3. Ibidem. p. 152.

ponto de tornar os incrédulos indesculpáveis por não acreditarem nele: "Porquanto o que de Deus se pode conhecer neles se manifesta, porque Deus lho manifestou. Porque as suas coisas invisíveis, desde a criação do mundo, tanto o seu eterno poder como a sua divindade, se entendem e claramente se veem pelas coisas que estão criadas, para que eles fiquem inescusáveis" (Rm 1.19,20). A revelação de Deus se dá, fundamentalmente, de modos *natural* e *especial*, assim compreendidos: subjetivo ou *natural* (antropológica e cosmologicamente) e objetivo ou *especial*, pelas Escrituras Sagradas.

Revelação antropológica

A primeira forma de Deus se revelar ao homem é intrínseca. O texto bíblico diz: "(...) Neles se manifesta (...)" (Rm 1.19: revelação antropológica humana). Ela se dá dentro do homem, por isso, é intrínseca. Essa forma de revelação de Deus comprova a característica divina que o homem guarda dentro de si a partir da criação: a *imago Dei*, a imagem de Deus (Gn 1.27; 5.1). Adotando o princípio da Física de que tudo o que se assemelha se atrai, traçamos um paralelo entre o homem e Deus: o ser humano é atraído por Deus, porque Ele mesmo é a fonte primária do ser humano. "Tudo fez formoso em seu tempo; também pôs a eternidade no coração deles, sem que o homem possa descobrir a obra que Deus fez desde o princípio até ao fim" (Ec 3.11).

São Thomás de Aquino diz que "o homem é um ser incuravelmente religioso". Por que o homem é um ser religioso? O que o leva a isso? Certamente, sua natureza original. Há, no homem, uma atração inconsciente para o sobrenatural, e é isso que o leva a buscar a Deus, mesmo que seja de modo distorcido, como se nota nas inúmeras religiões e culturas espalhadas pelo mundo. Tais distorções resultam, por um lado, da ignorância; por outro, da indução ao erro promovida pelo deus deste século: "Nos quais o deus deste

S. Thomás de Aquino

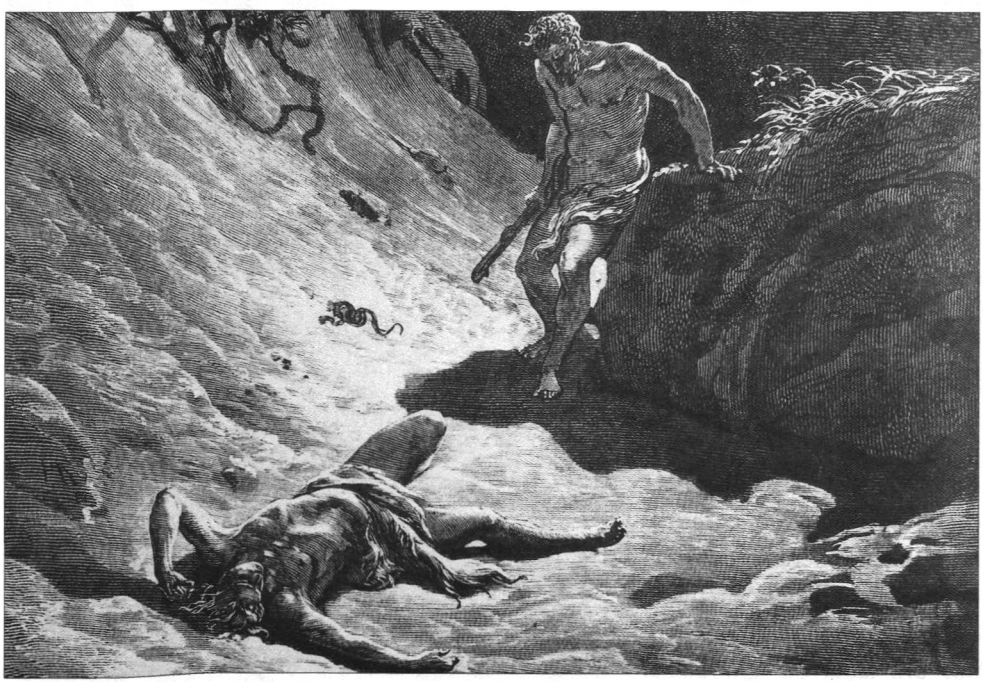
século cegou os entendimentos dos incrédulos para que não lhes resplandeça a luz do evangelho da glória de Cristo, que é a imagem de Deus" (2 Co 4.4).

De qualquer forma, as religiões, por mais distantes que estejam do padrão de Deus exarado nas Escrituras Sagradas, ajudam a comprovar a necessidade que o ser humano sente de Deus, e isso é sintomático: ninguém sente necessidade do que não existe.

A revelação *antropológica* apresenta três argumentos básicos acerca de Deus: 1) a natureza moral; 2) a natureza racional e 3) a natureza emocional.

A natureza moral

A *natureza moral* é conhecida pela consciência de justiça inerente ao ser. Da natureza moral decorrem atos de bondade, justiça e amor. Está implícita, na mente humana, a ideia de um juízo, o que pressupõe a crença em um Supremo Juiz. Todo ato errado seguido por um sentimento de culpa remete o homem a pensar numa punição de ordem externa, mesmo que não seja por meio das autoridades humanas. A consciência de certo ou errado poderá apresentar critérios diferentes entre os seres humanos, nas diferentes culturas; porém, geralmente, há previsão de punições, que servem não apenas para educar o faltoso, mas como forma de aplacar sua própria consciência, por meio de um ato compensatório.[4] É claro que outros escolhem a fuga, para escapar da



Caim e Abel

4. STRONG, Augustus H. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Editora Teológica Ltda, 2001. v. I. p. 133.

punição, porque se sentem vítimas da condenação que emana do seu interior, como aconteceu com Caim, após matar seu irmão Abel (Gn 4.8-14). A consciência de culpa também pode manifestar-se como cobrança por alguma omissão; é por isso que os seres humanos praticam cultos a divindades desde tempos remotos até hoje, entre os povos não civilizados. O apóstolo Paulo encontrou em Atenas um altar erigido a um deus desconhecido. Os cidadãos de Atenas, temendo faltar com o culto a alguma divindade que desconhecessem, criaram um altar sem nome para dele se apropriar qualquer suposta divindade que o desejasse (At 17.22,23). A natureza religiosa está embutida na natureza moral, apresentando sintomas de responsabilidade perante um ser que regula as ações humanas, implementando no seu interior a sensação de estar sendo vigiado. Essa sensação não impede o homem de pecar, mas ele busca meios de aplacá-la por meio de crenças diversas. É também por meio da *natureza moral* que o homem é impelido a identificar-se com Deus na Sua natureza santa.

A natureza racional

A *natureza racional* distingue o homem das demais formas de vida animal. O homem pensa, comunica-se e relaciona-se com o mundo de forma inteligente. Segundo estudiosos da mente, o cérebro de uma pessoa comum equivale a 16 mil computadores de última geração. Na hipótese de o homem ter evoluído a partir de uma espécie inferior, como explicar que, entre toda as diversidades existentes no mundo animal, somente a espécie humana alcançou tamanho privilégio? Por mais que se tente argumentar sobre a inteligência dos animais, o máximo a que se chegou foi até o instinto. Cada animal, segundo a sua espécie, tem instintos próprios; porém, não passa disso. A abelha sabe fazer o favo na medida e no desenho certos; sabe colher o néctar das flores; sabe fazer a cera e o mel, mas somente o homem sabe engarrafar o mel, industrializá-lo e colocá-lo numa prateleira de supermercado entre tantos outros produtos industrializados. Enquanto o instinto animal apresenta uma ação única e repetitiva em determinada espécie, o homem é capaz de realizar milhões de tarefas diferentes, sendo muitas delas concomitantes. O homem é um ser capaz, inteligente, acumulador de conhecimento, porque tem memória.

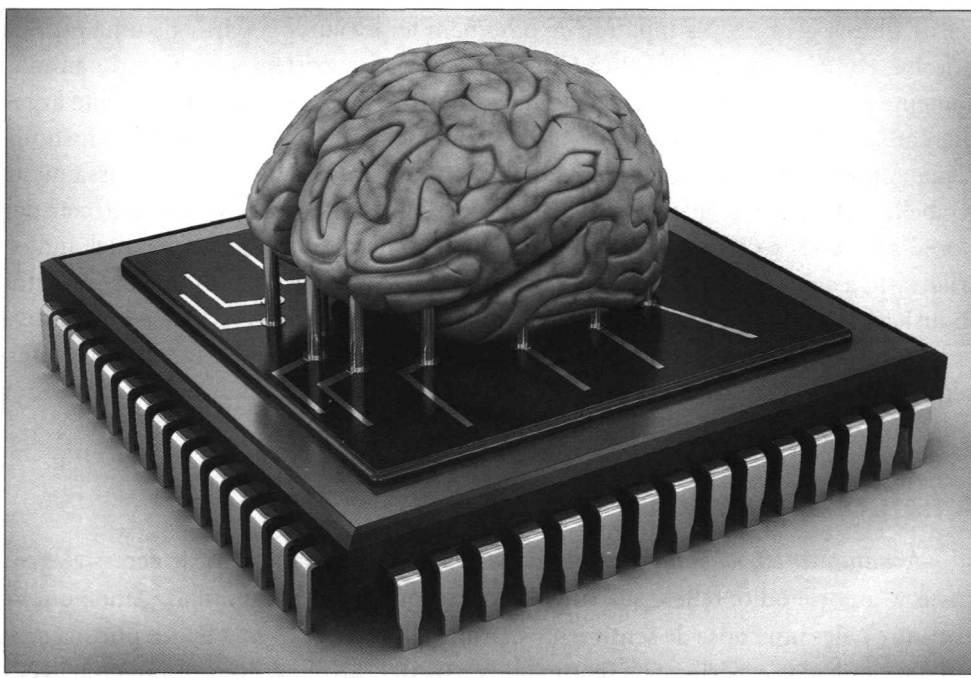
A natureza emocional

A *natureza emocional* é a capacidade que o ser humano tem de sentir alegria, tristeza, amor e ódio; reflete sua singularidade em relação aos animais. Ainda que se encontre neles uma dose de sentimentos, principalmente o de uma fêmea por sua cria, em determinadas espécies, tais sentimentos não são corroborados por uma inteligência superior, como é o caso do homem. O que o argumento da *natureza emocional* tem a ver com a lista dos argumentos da pró-existência de Deus é que ele, assim como os argumentos da *natureza moral* e da *natureza racional,* é peculiar aos homens, porque

somente os seres humanos foram criados à imagem e à semelhança de Deus; por isso, refletem algo correspondente a Deus. Deus é justo (daí a natureza moral), Deus é onisciente (daí a natureza racional) e Deus é amor (daí a natureza emocional). Diz Strong:

> A natureza emotiva e voluntária do homem prova a existência de um ser que pode fornecer em si um objeto satisfatório do sentimento humano e de um fim que manifestará as mais elevadas atividades do homem, garantindo o seu mais elevado progresso.[5]

Curiosamente, por força da sua natureza, o homem é instintivamente religioso. Como ser moral, racional e emocional, ele é impelido a buscar a Deus. Reconhecendo essa propensão humana, muitos cientistas sociais atribuem ao homem a criação de Deus, como se Ele fosse um produto humano, não o inverso. Tais pensadores quase parecem estar certos quando se avalia essa tríplice capacidade humana, o que poderia resultar na criação imaginária de um Ser superior; mas permaneceria a pergunta: Como o ser humano conseguiu obter uma natureza tríplice tão rica se esta não lhe foi dada? A teoria da evolução deve ainda muita explicação para convencer de que está certa;



Cérebro humano x computadores

5. STRONG, Augustus H. *Teologia Sistemática.* São Paulo: Editora Teológica Ltda, 2001. v. I. p. 135.

deve, inclusive, comprovação científica das coisas que supõe, embora muitos evolucionistas ousem falar das ideias de Darwin como "científicas", e não como "teóricas", o que constitui também abuso e desonestidade intelectual. A singularidade humana na sua *natureza moral, racional* e *emocional* testifica, indubitavelmente, haver um Deus com essas características que as transmitiu ao homem como meio de relacionar-se com Ele.

Revelação cosmológica

Por mais que os materialistas se esforcem para defender a teoria da evolução, excluindo a crença em um Deus criador, não há como negar a maravilha da natureza. A existência do cosmos exige, necessariamente, uma causa primeira. Strong declara:

> Tudo que começa, quer substância, quer fenômeno, deve sua existência a alguma causa produtiva. O universo, pelo menos no que se refere à sua forma presente, é algo começado e deve sua existência a uma causa que corresponde à sua produção. Tal causa deve ser indefinidamente grande.[6]

A harmonia existente nos reinos animal, vegetal e mineral exigem, necessariamente, um *designer inteligente*. Como a natureza, de modo autônomo, seria capaz de criar espontaneamente o reino animal, separando cada espécie e dando a elas o instinto – sabedoria natural –, para que se comportassem dentro do seu respectivo ciclo, repetindo os mesmos hábitos, ainda que a milhares de quilômetros de distância umas das outras, como, por exemplo, a abelha que constrói o favo e cada casulo com o mesmo desenho e a mesma medida, esteja o enxame no Brasil ou na Itália?

O que dizer do DNA – ácido desoxirribonucleico – capaz de reunir todas as características de uma espécie, seja animal ou vegetal? O que dizer do cruzamento sexual gerando vida? O que dizer das plantas, das árvores, dos frutos e das sementes? Como pensar no mundo da célula, com sua imensa riqueza de informações, e não se curvar diante de tal perfeição? E que tal a molécula? Como não se curvar para observar o átomo – a menor partícula da matéria – e não admirar sua divisão em prótons, nêutrons e elétrons? Sem dúvida, a assinatura de Deus está em toda a parte!

Não é preciso ser cientista nem mesmo entender os exemplos oferecidos pela natureza, para admitir-se a existência de algo ou alguém maior por trás de toda essa beleza e grandeza. Isso basta – diz Paulo – para que o ser humano seja inescusável diante de Deus (Rm 1.20). A partir dessas revelações, o homem não tem opção, mas a obrigação de crer! O salmista Davi assim resume essa revelação natural: "Os céus manifestam a glória de Deus e o firmamento anuncia a obra das suas mãos" (Sl 19.1).

---

6. STRONG, Augustus H. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Editora Teológica Ltda, 2001. v. I. 121.

A natureza

Argumento teleológico

A ordem e a adaptação do universo constituem-se em uma prova de que Deus existe. Os termos gregos *téleos,* "fim", e *logos,* "razão", formam a palavra *teleologia*, que indica "finalidade", "propósito". A *teleologia,* neste caso, é empregada para considerar o propósito do universo e tudo o que nele está contido. O argumento *teleológico* contribui para mostrar que tudo quanto há no mundo resulta de um desígnio divino.[7]

> Um desígnio pressupõe um designador. Por toda a parte, o mundo exibe marcas de desígnio. Portanto, o mundo deve sua existência a um autor inteligente (...), sendo tal a natureza do desígnio, é uma verdade autoevidente ou mesmo uma proposição idêntica de que o desígnio é um indicativo de inteligência, vontade e poder. É dizer simplesmente que inteligência no efeito implica inteligência na causa.[8]

A inteligência de um computador está no seu inventor e construtor. Assim é com a natureza. O desígnio requer um agente inteligente. Tomando como exemplo do universo apenas o sistema solar, observamos que os movimentos entre os quatro planetas

7. CHAMPLIN, R. N.; BENTES, J. M. *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*. São Paulo: Editora Candeia, 1991. v. 1. p. 269.

8. HODGE, Charles. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Editora Hagnos, 2003. p. 162.

que o constituem, Mercúrio, Vênus, Terra e Marte, formam órbitas elípticas ao redor do sol. Esses planetas estão em mútua interação mediada pela força gravitacional, respeitando, respectivamente, o movimento e a distância do outro.

Os modos como os órgãos do corpo humano funcionam, cumprindo, cada um, o seu papel, requerem uma observação tão específica que obrigou a Medicina a dividir-se em especialidades para atender a cada um deles. O olho é de uma complexidade tão grande que deu origem à Oftalmologia. O conjunto formado por ouvido, nariz e garganta, devido à integração desses três órgãos, deu origem à Otorrinolaringologia. O sistema digestivo deu origem Gastroenterologia; o coração, à Cardiologia, e assim por diante.

O que dizer do mundo vegetal? Cada planta tem sua fisiologia. Com seus diferentes formatos, tamanhos e beleza própria, as plantas são necessárias para garantir a sobrevivência do planeta fazendo a fotossíntese, que é um processo físico-químico nas células, realizado pelos seres vivos clorofilados, que utilizam o dióxido de carbono e de água para obter glicose, devolvendo para a natureza o oxigênio. As plantas oferecem matéria orgânica como alimento para os seres animais. Para que se reproduza, o mundo vegetal produz sementes e polens. As abelhas, ao buscar o néctar no fundo da flor, polinizam a vegetação, disseminando a semente minúscula das flores por onde voam, para que elas se reproduzam. Ao extrair o néctar, a abelha carrega-o consigo até o favo, onde se encontra com outras abelhas que fazem o mesmo. A água do néctar evapora, e o que resta é o mel.

DNA

A cadeia harmoniosa que integra o solo, o homem e todo o reino animal, incluindo os insetos e o reino vegetal, com as outras forças da natureza, como a luz do sol, a escuridão da noite para o trabalho de fotossíntese, os ventos, as chuvas, o frio, o calor, os montes, os vales e as geleiras, os elementos químicos e o modo como um elemento interage com outro elemento, gerando dependência mútua, cumpre propósitos minuciosamente desenhados, para garantir a manutenção e a sustentação da vida.

Os cientistas fazem descobertas extraordinárias na natureza, porém, nenhum deles pode ufanar-se de alguma criação. A Física não cria leis, apenas as descobre. A Biologia nada cria, apenas descobre e aprende a lidar com o mundo celular, seja animal ou vegetal. A matéria-prima com a qual todos os cientistas trabalham já vem pronta; eles apenas lidam com elas, quer estudando-as, quer modificando-as. Como explicar que, por um processo evolutivo, a natureza chega a ser o que hoje ela é, a menos que se admita haver, por trás dela, uma mente extraordinariamente grande, que possamos chamar de Deus?

O conhecimento revelado de Deus

Embora o conhecimento *subjetivo* de Deus tenha sua importância no sentido de provocar no indivíduo algum interesse pela revelação, o conhecimento *objetivo* de Deus se dá por meio das Escrituras Sagradas: "O Senhor protestou a Israel e a Judá, pelo ministério de todos os profetas e de todos os videntes, dizendo: Convertei-vos de vossos maus caminhos e guardai os meus mandamentos e os meus estatutos, conforme toda a Lei que ordenei a vossos pais e que eu vos enviei pelo ministério de meus servos, os profetas" (2 Rs 17.13). A palavra dos profetas, que serviria de orientação perpétua para os hebreus, foi escriturada e se efetivou por ser Palavra de Deus.

Deus continuou falando depois do tempo dos profetas veterotestamentários, no Novo Testamento: "Havendo Deus antigamente falado muitas vezes, de muitas maneiras aos pais, pelos profetas, a nós falou-nos nestes últimos dias pelo Filho" (Hb 1.1). As palavras registradas do Filho permanecem vivas e são fonte de revelação segura de Deus.

ARGUMENTOS ANTITEÍSTAS

A busca pelo conhecimento de Deus acompanha o homem desde o início de sua história. Do homem primitivo ao homem de hoje, há um esforço para se conhecer e compreender o sobrenatural. Os filósofos gregos deram os seus palpites sobre um ser maior que, pressupõe-se, está por trás de tudo, mas suas ideias não são assertivas, com as quais o pensamento religioso deva guiar-se, ainda que dos filósofos nascessem algumas religiões.

O ateísmo

O ateísmo é "uma negação aberta e positiva da existência de Deus"[9]. Entretanto, o ateísmo não é apenas uma posição que define a absoluta descrença na existência de Deus, mas refere-se também a outras classes de crenças – adversas à crença absoluta em alguém possuidor de todas as qualificações descritas na Bíblia Sagrada, um Ser soberano, onipotente, onipresente e onisciente –, tais como: o politeísmo, o panteísmo, hilozoísmo e o materialismo.

Politeísmo

As religiões pagãs são dadas à crença em muitos deuses. As religiões, historicamente, estão divididas em quatro categorias: religiões de *integração*; religiões de *servidão*,

9. CHAFER, Lewis Sperry. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Editora Hagnos, 2003. v. II. p. 191.

religiões de *libertação* e religiões de *salvação*.[10] Excetuando as religiões monoteístas, como o judaísmo, o cristianismo e o islamismo, todas as religiões, desde as pré-históricas até as mais novas, adotam crenças em deuses diversos e também estranhos.

As *religiões de integração* são as mais antigas, e suas crenças estão ligadas à terra, à colheita, ao sustento do homem, e os seus cultos tendem a integrar-se nos ritmos da natureza, como meio de assegurar-lhe a sobrevivência. Em suma, os seus deuses são a própria natureza. As divindades são o "Senhor dos Animais", a "Mãe Terra", a "Senhora das Águas", o "Sol", a "Lua" etc. O homem primitivo sente que está em contínua comunicação com esses deuses. Os seus cultos são marcados por fumaça de incenso. Seu fumo, seja ele produzido por fogueira ou cachimbo, dá o sentido de enlevo espiritual.

As *religiões de servidão* já aparecem entre as civilizações mais adiantadas, com cidades prósperas, comércio e indústria desenvolvidos. Estavam presentes no Egito, na antiga Mesopotâmia.

Essas crenças típicas do sul da Ásia eram comuns em Birmânia, Tailândia, Laos, Camboja e Vietnã; povos siberianos, ameríndios, oceânicos, australianos, africanos e indígenas brasileiros. Na sua origem, aqueles povos não tinham a noção de um Deus criador, mas achavam que sementes caíam do céu e davam origem às formas de vida, numa perfeita combinação entre os elementos mitológicos e históricos. Entretanto, aqueles povos eram espiritualizados: criam que houvesse um mundo de espíritos que atuavam em todos os elementos da natureza, bem como nas esferas celestes. Entre aqueles espíritos, havia os bons e os maus. O espírito estava preso ao cérebro, de onde saía, encarnando-se em outros seres vivos: animais, árvores ou mesmo em pedras. Os que morriam por assassinato ou por qualquer forma desgraçada tornavam-se fantasmas, daí por que prestavam cultos aos antepassados mortos, a fim de apaziguá-los. Tais crenças e cultos não traziam nenhum tipo de edificação ou enlevo espiritual, mas garantiam certa tranquilidade aos constantes receios de que tais deuses lhes trouxessem aborrecimentos e sofrimentos.

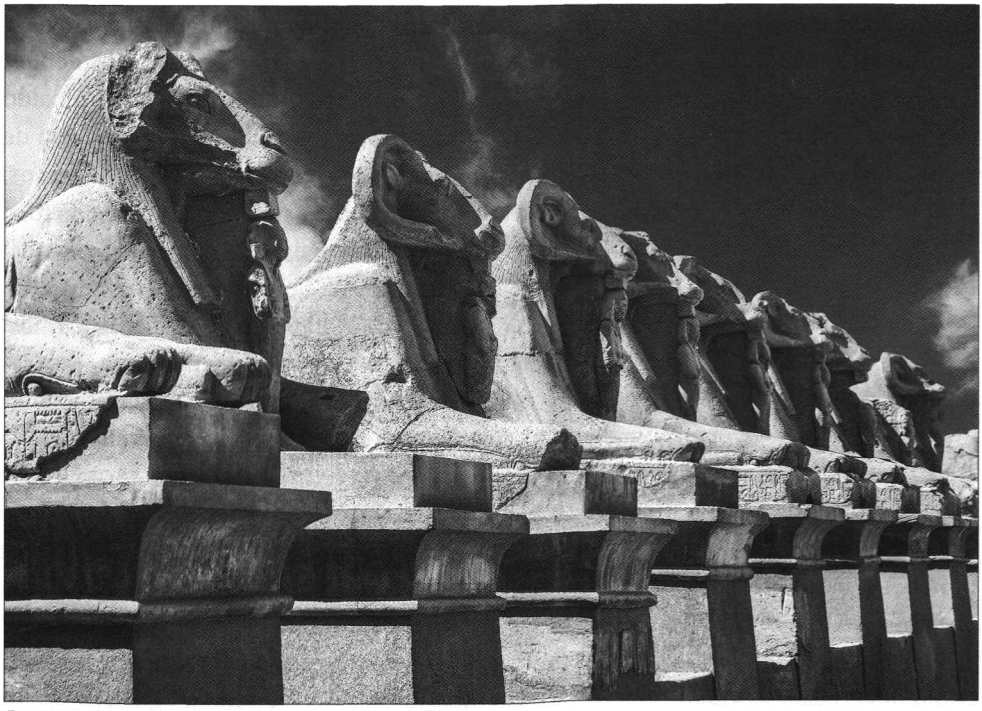
As *religiões de servidão* já aparecem entre civilizações mais adiantadas, com cidades prósperas, comércio e indústria desenvolvidos. Estavam presentes no Egito, na

10. PIAZZA, Waldomiro Jr. *Religiões da Humanidade*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

antiga Mesopotâmia; estavam também entre os celtas, os germânicos, os eslavos, os gregos, os romanos, os semitas, os cananeus, os chineses, os japoneses, os astecas, os maias e os incas. Os seus deuses se mostravam mais poderosos; aos senhores dos céus, da terra e das regiões inferiores e a estes os homens prestavam cultos e homenagens em busca de favores, porque acreditavam que os deuses estavam ligados aos fenômenos atmosféricos, regulando as estações do ano.

> O Deus Supremo não é um "Deus Criador", nem mesmo um "Deus Transcendente"; porque Ele mesmo surge do cosmo e, por isso, é identificado com o céu ou com o sol, doador de todos os bens e responsável pela ordem cósmica.[11]

No Egito, cada região tinha o seu próprio deus. Eram eles: *Amon* (carneiro), de Tebas; *Anubis* (o cão selvagem) era o deus de Cinópolis; *Atum* (touro, leão) era o deus de Heliópolis. *Horus* (deus do céu), patrono da cidade de Behdet; *Osíris* (cabrito), da cidade de Busiris, no Delta; *Ptah*, protetor de Mênfis; *Seth*, da região do Delta; *Toth*, de Hermópolis; *Khnum* (carneiro), protetor de Elefantina; *Min* (touro), deus de Coptos; *Isis*, deusa de Iseion; *Hathor*, deusa de Afroditópolis *e Bastet*, deusa de Bubástis.



Deus egípcio Amon (carneiro)

11. PIAZZA, Waldomiro Jr. *Religiões da Humanidade*. São Paulo: Edições Loyola, 1991. p. 65.

Essa lista serve para ilustrar as crenças comuns do passado. As atuações peculiares de cada um daqueles deuses, quer beneficiando a lavoura, quer dando vitória nas guerras, quer trazendo saúde e fertilidade ou capacitando os médicos no trabalho de mumificação dos mortos etc., retratam as propensões humanas para crer e prestar culto a seres supostamente mais poderosos do que os homens e do que as forças da natureza, a fim de não serem punidos por qualquer ato de negligência.

As *religiões de libertação* se preservaram mais do que a maioria das religiões de integração e de servidão, sendo conhecidas e ainda fortalecidas nos dias de hoje, como: o maniqueísmo, o gnosticismo, o bramanismo, o hinduísmo, o budismo, o jainismo, o taoísmo e o confucionismo. Algumas dessas religiões são sincréticas, porque reúnem elementos de outras religiões, como é o caso do maniqueísmo; mas, de todas as formas de deuses e crenças adotados por essas religiões, nenhuma se assemelha ao hinduísmo, que agrega uma imensa lista de deuses, dos quais os principais são: *Indra* ou *Sakkal*, cujo cargo é "chefe dos deuses"; *Agni*, com corpo de velho, barbas brancas e quatro mãos, que circundam no meio do fogo; *Vâyu*, que tem a forma da rosa dos ventos; *Varuna*, de cor branca e azul, leva o guarda-chuva, a clava e o laço, com o qual prende os demônios culpados; *Yama*, rei dos mortos, tem corpo verde, vestes vermelhas, coroa na cabeça, uma clava e um bastão na mão, cavalga sobre um búfalo e é seguido por cães horríveis; *Mâra*, a própria morte; *Kubera*, deus das riquezas, um deus gordo com veste branca, diadema, colares e brincos. Tem três cabeças, três pernas, oito dentes, dois ou quatro braços e segura uma bolsa de ouro, vem sentado num carro puxado por homens; *Kâma* é o amor, o deus que concede energia sexual e age no processo de fecundidade, e é representado por um jovem exuberante, com dois ou quatro braços, carrega consigo arco e flecha, uma tigela com flor de lótus e tem duas esposas: Priti, a alegria, e Rati, o prazer; *Ganhescha*, patrono dos intelectuais, tem cabeça de elefante, cor vermelha e carrega armas na mão, representando sua belicosidade; *Surya*, o deus sol, tem um carro guiado por sete cavalos de ouro; *Chandra*, o deus lua, usa vestes brancas, tem um carro resplandecente, com três rodas de 100 raios cada uma, dois ou quatro braços, leva um cofre e uma coroa de preces; *Bhargava*, o deus Vênus, protetor dos demônios, é uma mulher montada sobre um camelo, tendo um arco na mão; *Angaraka*, o deus marte, tem cabelos brancos, vestes e coroa de flores vermelhas e quatro mãos; *Brhaspati*, o deus Júpiter, mestre dos deuses e dos sábios; *Manda*, o deus Saturno, tem cor azul, é um velho disforme de mau-caráter, usa lança, espeto, arco, um bastão e uma campainha, e cavalga sobre um corvo ou um elefante; *Naksatra*, o deus das estações lunares e dos *signos zodiacais*.

As *religiões de salvação*, diferentemente das religiões das categorias anteriores, como integração, servidão e libertação, são monoteístas, isto é, religiões que acreditam em um único Deus. As religiões monoteístas são: judaísmo, cristianismo e islamismo. Mas é preciso estabelecer uma justa distinção em relação ao islamismo, cujo deus, embora tente parecer-se com o Deus de Abraão – o mesmo Deus em que creem judeus e

cristãos –, não corresponde a Ele, de acordo com os escritos do Corão, se comparados com os escritos bíblicos, que descrevem Seus atributos de onisciência, onipresença e onipotência. Tanto o judaísmo como o cristianismo acreditam no Deus criador do céu e da terra, o qual se dá a conhecer aos homens por meio da revelação subjetiva (natural) e da revelação objetiva (as Escrituras Sagradas).

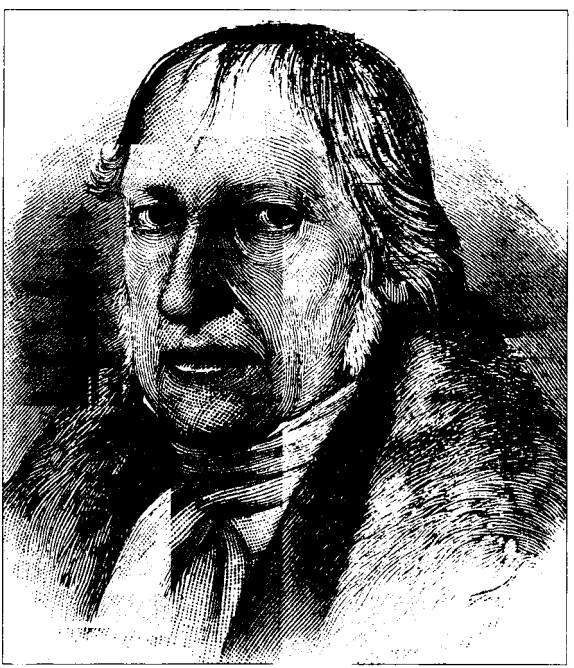
Panteísmo

O *panteísmo* é uma forma de *monoteísmo*; mas não o mesmo *monoteísmo* professado pelas religiões monoteístas. O *panteísmo* é um termo composto: *pan*, do grego, "tudo", e *teísmo* ou *théos*, do grego, "deus", o que significa que "tudo é Deus". Desse modo, tudo o que existe, a mente e a matéria, formam esse "deus". O *panteísmo*, longe de ser uma forma religiosa ultrapassada e antiga, é bem presente na pós-modernidade e pode ser percebido até mesmo nos meios cristãos.

O *panteísmo* nega o dualismo entre matéria e espírito. Deus não tem existência senão no mundo, e o homem não é uma existência pessoal, mas um movimento na vida de Deus, "uma onda na superfície do oceano; uma folha que cai e se renova ano após ano"[12]. O *panteísmo* segue as seguintes distinções: a do Oriente, a do Ocidente e a do cristão.

Panteísmo oriental

As religiões do Extremo Oriente, como o hinduísmo, o budismo, o confucionismo, o taoísmo, o jainismo e o sufismo islâmico, aceitam Deus como a realidade da Mente Pura. Não obstante, nas variações entre essas formas de religiões, há de encontrar-se um tipo de *panteísmo acósmico*, ou seja, que difere do cósmico – aquele que vê Deus no mundo, na matéria. A expressão *panteísmo acósmico* foi usada por Hegel (filósofo, pai do idealismo alemão, 1770–1831), para referir-se à sua forma de *panteísmo*.



Hegel

12. HODGE. 2003. p. 227.

Panteísmo ocidental

Entre os nomes mais famosos do *panteísmo* desponta o de Bento Espinoza (1632-1677), que escreveu um tratado ético numa perspectiva *panteísta*. Ele diz que "Deus é a única realidade verdadeira, e o mundo, uma realidade subordinada, emanação ou processo de Deus".

As correntes panteístas originaram-se, em sua maior parte, de filósofos que não conseguiam negar completamente a ideia da existência de um Deus; mas também não conseguiam compreender um Deus autoexistente, à parte do mundo visível. Entre esses filósofos, destaca-se Parmênides, que via o mundo como absoluto e imutável. As mudanças são apenas ilusórias.

O *estoicismo* entendia que o fogo é o deus controlador de todas as coisas. Para o *estoicismo,* o fogo era a palavra, o *logos*: o "mundo da razão". O *logos* é o fogo universal e age em ciclos, sendo cada ciclo marcado por um fim, recomeçando, a seguir, um novo ciclo. Já para o *neoplatonismo,* o *logos* tem outra função: emanações. Não há criação, mas *emanações do logos.* O *panteísmo hilozoísta* diz que "todas as coisas estão cheias de deuses". Na Idade Média, o *panteísmo* foi largamente difundido. Goethe, escritor alemão (1749-1832), misturava o *panteísmo hilozoísta* com o *panteísmo estoico.*

Goethe

Algumas culturas *panteístas* conviviam com as crenças em vários deuses; estes estavam associados a diversos elementos da natureza, como é o caso das crenças pagãs que cultuam o sol, a lua, os astros, a água, o fogo, o vento, a vegetação etc. Deus é a alma (sistema) do mundo e é impessoal. Na verdade, o *panteísmo* apregoa uma divinização dos elementos da natureza. Tudo o que existe é manifestação divina, autoconsistente. Espinosa diz: "Só o mundo é real, sendo Deus a soma de tudo quanto existe".

O *panteísmo* é uma forma de *ateísmo.* Ele nega a existência de um Deus imanente e transcendente, que

deixa de ser a *causa* para ser apenas o *efeito*. Para o *panteísmo*, todos os fenômenos da natureza têm inteligência. Contudo, é preciso levar em conta que os fenômenos da natureza são instáveis, e Deus é imutável, dessa forma, o *panteísmo* ignora o atributo da *imutabilidade* de Deus.

Embora não haja um panteísmo cristão formal, deve-se admitir que existe um panteísmo cristão sorrateiro, fruto da ingenuidade de alguns.

Panteísmo cristão

Embora não haja um *panteísmo cristão* formal, deve-se admitir que existe um *panteísmo cristão* sorrateiro, fruto da ingenuidade de alguns. Poetas e compositores, influenciados talvez por panteístas que atuam no mundo das artes, identificam Deus com a natureza, dizendo que "Deus é a flor", "Deus é a fonte" (referindo-se a uma linda fonte de água); "Deus é a luz" (luz do sol) etc., subtraindo Sua divindade e divinizando os elementos da natureza. Por mais que insistam em dizer que tudo não passa de linguagem poética, expõem a integridade de Deus ao acaso, contribuindo com situações que, com o passar do tempo, possam inserir no contexto cristão alguma ideia errada a respeito de Deus.

Materialismo

O *Materialismo* "atribui todo fenômeno do mundo, seja físico, vital ou mental, às funções da matéria"[13] pertencente à classe das teorias antiteístas, assim como o *politeísmo*, o *hilozoísmo* e o *panteísmo*. O *Materialismo* reconhece tão somente na matéria a razão de todas as coisas. Ignora por completo qualquer afirmação sobre a imaterialidade do mundo espiritual. Ele compreende tudo na esfera atômica, da qual a matéria é formada. Todas as coisas, sejam elas racionais ou irracionais, são apenas combinações e fenômenos.

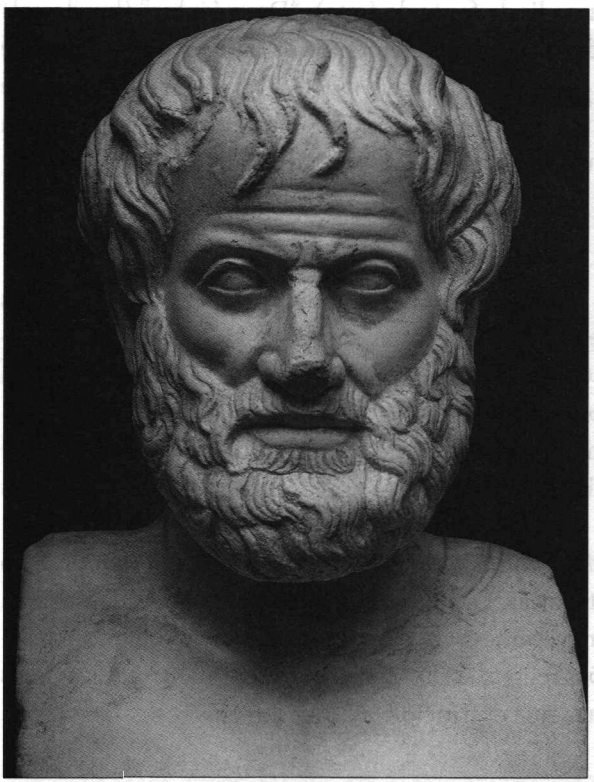
Como sistema filosófico, o *Materialismo*, deve ser compreendido, no tempo e no espaço, em diferentes etapas e categorias. O *Materialismo* antigo nasceu e cresceu na Ásia Menor, entre mercadores e navegantes interessados no desenvolvimento das ciências, conflitando com as tradições religiosas. Demócrito, representante da classe dos industriais e mercadores, sustentava que o princípio de todas as coisas está no átomo.

13. HODGE. 2003. p. 185.

As transformações que ocorrem na natureza consistem em associações e dissociações de átomos. A alma humana é matéria feita de átomos, sujeita à decomposição e à morte. O movimento dos átomos não sofre paralisação e é eterno.

Cabia aos filósofos, e não mais aos religiosos, explicarem os fenômenos da vida a partir da observação da realidade. A matéria sempre existiu e é indestrutível. Não há intervenção sobrenatural alguma sobre ela, e ela sofre corrupção por um processo natural das leis físico-químicas. A matéria passa por transformações em razão de mudanças causadas pelo movimento e, pela origem do movimento, está na própria natureza, sem a intervenção divina.

O Materialismo Filosófico vai ganhando novos adeptos e expoentes ao longo da história. Entre eles, estão Tales, para quem a substância primordial é a água; para Anaxímenes, o ar, e, para Anaximandro, a matéria indeterminada. Empédocles diz que a natureza se constitui de quatro elementos: a água, a terra, o ar e o fogo. Para os materialistas, uma vez que tudo orbita em torno do átomo, não se deve considerar qualquer participação do sobrenatural. Entretanto, vê-se uma exceção em Aristóteles (384–322 a.C), que pretende conciliar o Materialismo e o Idealismo. Ele busca a aproximação entre a ciência e a teologia, tornando-se aceitável pela Igreja na Idade Média. O platonismo e o neoplatonismo, que dominavam até o século 13, misturando as filosofias idealistas gregas e a filosofia cristã, dão lugar ao pensamento de Aristóteles, por sustentar a realidade objetiva do mundo exterior e a experiência sensível como fonte do conhecimento.



Aristóteles

Na Inglaterra, o *Materialismo* tem sua origem com Francis Bacon (1561-1626), que sai dos muros da Filosofia e adere às ciências físicas e naturais, como a verdadeira Ciência. Ele se insurge contra o ensino medieval, teórico e livresco. As ciências naturais deveriam ser aprendidas com a própria natureza, pela observação e pela experiência.

> Por sua vez, Hobes (1588-1679) cria um sistema materialista perfeitamente coerente. Concebendo o mundo à maneira de Descartes, a geometria como paradigma do pensamento lógico, e a mecânica de Galilei como ideal da ciência da natureza, ele considera o mundo um conjunto de corpos materiais, definidos geometricamente por sua forma e extensão. O homem é um corpo, como os demais, a alma não existe, e os organismos não passam de engrenagens do mecanismo universal.[14]

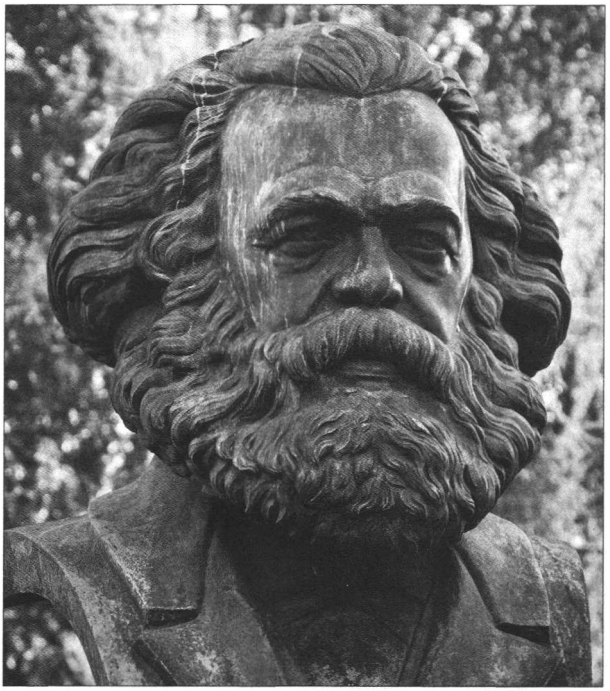
René Descartes (1596-1690) lança as bases de uma ciência natural autônoma. Busca uma aproximação entre a Física e a Metafísica, o Idealismo e o Materialismo, a Religião e a Ciência. Nunca abdicou da religião em que fora educado, mas procurava explicar todos os fenômenos da natureza com base na matéria e no movimento. Como físico e matemático, defendia a substituição da Filosofia pela Ciência, por meio da qual se obtém o conhecimento e o domínio da natureza. Perfilava com Galilei, que ensinava que o mundo é uma máquina, acrescentando a esse ensino o fato de essa máquina se encontrar povoada de organismos, também, máquinas.

Outros nomes ganharam notoriedade histórica com suas teorias materialistas, como o filósofo francês Étienne Bonnot de Condillac (1715-1780). Condillac considera a língua uma instituição arbitrária na formação das ideias e nas sensações, a fonte natural do conhecimento humano. O filósofo francês Claude-Adrien Helvétius (1715-1771), precursor ideológico da Revolução Francesa de um ateísmo intransigente, critica as leis da sociedade, preconiza a redistribuição das riquezas e acusa de tirana a religião. Ruggero Boscovich (1711-1787) é o primeiro a estabelecer as bases científicas do *Materialismo.* Paul Henri Dietrich (1723-1789) vê a doutrina cristã como contrária à razão é à natureza. Nega a existência da alma, a existência das ideias inatas e a existência de Deus.

René Descartes

14. *Enciclopédia Mirador.* São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1976. v . 14. p. 7329.

Karl Marx



Dentro do *Materialismo,* há duas correntes distintas e contrapostas, que são o empirismo inglês e o idealismo alemão, e este tem como forte representante Hegel (1770-1831). Para Georg Wilhelm Friedrich Hegel, embora formado em Teologia pela Universidade de Tübingen, o seu Deus era *panteísta.* Laborava num idealismo absoluto. Para ele, a ideia é a base de toda a realidade (não material), e a matéria é um epifenômeno do espírito, ou seja, não exerce qualquer força sobre ele.

De todas as correntes materialistas elencadas, a que exerce alguma influência ainda significativa no mundo atual é a de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Eles fundaram o *Materialismo Dialético.* Marx critica o *Materialismo Primitivo* dos seus contemporâneos. O *Materialismo Histórico* é mais amplo do que o *Materialismo Antigo*, que se baseava nas ciências naturais. Para Marx, a matéria está em uma relação dialética com o psicológico e o social. Opõe-se ao Idealismo por ser aberto às forças sobrenaturais.

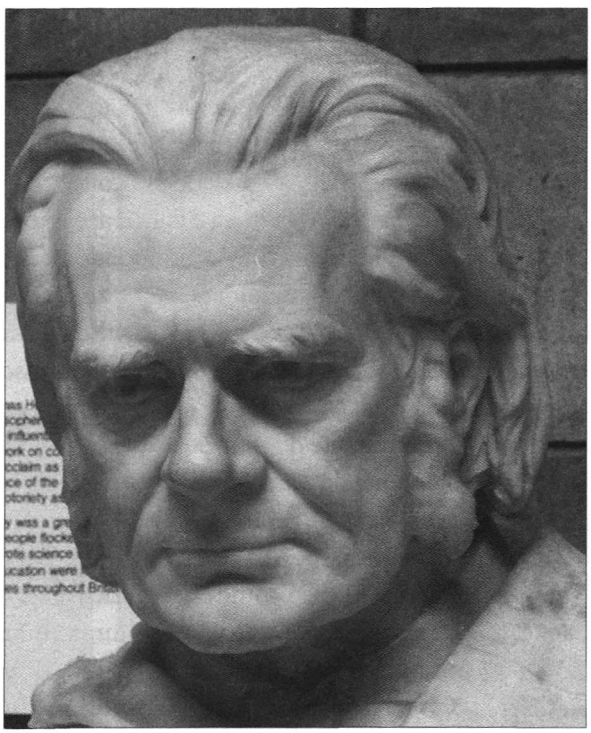
Positivismo

O Positivismo, de Augusto Comte (1798-1859), afasta a religião tradicional e, em seu lugar, cria a *Religião Humana*, tendo o homem como centro. "Os sentidos são a única fonte de nosso conhecimento, por consequência, nada existe, senão a matéria."[15] No conhecimento científico, está toda a forma de conhecimento verdadeiro. Qualquer forma de conhecimento humano que não possa ser comprovada cientificamente deve ser desconsiderada. O conhecimento não científico está sob o domínio da Teologia e da Metafísica e é caracterizado, por Comte, como crendice ou superstição. Augusto Comte criou o *Culto à Ciência.* O ser supremo da *Religião da Humanidade* é a *Humanidade Personificada.*

15. Ibidem. p. 191.

O Positivismo tem como regra básica a Lei dos três estados: a Teologia, a Metafísica e o Positivismo. A Teologia é o modo do ser humano responder às perguntas da humanidade pelo sobrenatural; a Metafísica é o meio-termo entre a Teologia e a Ciência, a qual tenta explicar os fenômenos tidos como pertencentes à esfera espiritual; enquanto o Positivismo não busca mais o "porquê" das coisas, mas o "como". A religião positivista possui templos espalhados pelo Brasil. Adotam símbolos, estandartes, vestes litúrgicas, dias de santos (personagens ilustres), comemorações cívicas, sacramentos e possui um calendário lunar com 13 meses de 28 dias. Embora destituída de qualquer crença em Deus, adota os elementos da religião, substituindo-os pelos seus ideais.

Por Positivismo, entendem-se sete acepções: o *real*, o *útil*, o *certo*, o *preciso*, o *relativo*, o *orgânico* e o *simpático*. O objetivo básico da Religião da Humanidade é a Regeneração Social e Moral. Essa religião trabalha pelo progresso e pelo desenvolvimento humano. O lema da religião positivista é: "O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim". Seu regime é: "Viver às Claras" e "Viver para Outrem". A Proclamação da República do Brasil contou com muitas personalidades políticas comprometidas com o Positivismo, daí a razão de constar na bandeira brasileira a frase "Ordem e Progresso"[16].



Thomas Henry Huxley

Agnosticismo

O *agnosticismo* é uma posição indefinida entre a crença e a descrença em Deus. Para esse sistema, não há fundamentos racionais suficientes apoiados pela razão que justifiquem a crença na existência ou mesmo a descrença na existência de Deus. O termo *agnosticismo* foi cunhado por Thomas Henry Huxley, no século 19,[17] e tem o seguinte significado: O prefixo "a" é a supressão, ausência, falta de *gnostos*, conhecimento. *Agnostos* é "ignorante", "incognoscível". Para Huxley,

16. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Positivismo>.

17. CHAMPLIN, R. N., Ph.D. BENTES, J. M. *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia.* São Paulo: Editora e Distribuidora Candeia, 1991. v. I. p. 76.

não é dado ao cientista transpor os limites de certo conhecimento que não lhe pode ser proporcionado e provado pelos métodos da ciência positiva. É impossível ao homem o conhecimento de Deus ou das coisas espirituais, o que não significa que Deus não exista: pode ser que sim, pode ser que não. Trata-se de um conhecimento do qual ninguém pode ter certeza.

A filosofia agnóstica teve seu início a partir dos estudos de Immanuel Kant e David Hume. Charles Darwin chamava a si mesmo de *agnóstico*. A *gnosiologia* kantiana foi considerada *agnóstica* por admitir como inacessível ao conhecimento humano a "coisa-em-si", ou seja, o *número* – conhecido na filosofia de Immanuel Kant –, isto é, um objeto ou evento postulado, conhecido sem a ajuda dos sentidos. Na filosofia antiga, era a realidade superior, conhecida pela mente filosófica.

Deísmo

O termo *deísmo* deriva do latim "deus" e originou-se do inglês Lord Herbert Cherbury (1583-1648). "O *deísmo* é uma posição filosófica naturalista, que acredita na criação do universo por uma inteligência superior (que pode ser Deus, ou não), por meio da razão" (...), a existência de um *Criador* ou *Organizador do Universo* (comparável ao Demiurgo, do filósofo grego Platão).[18] O *deísmo* é uma posição filosófica que aceita Deus, não pelas vias da revelação ou da religião, mas pelo livre pensamento e pela experiência pessoal. Trata-se de um conceito meramente racional acerca de Deus, que conflita com o modo como a Bíblia o apresenta. O *deísmo* acredita num Deus que está por trás de todas as coisas como criador delas. Os deístas afirmam que a maior dádiva de Deus para a humanidade não é a religião, mas a capacidade de raciocinar.

Sua cosmovisão difere da do cristianismo. Para o *deísmo*, Deus criou o mundo, mas não se relaciona com ele. Deus é um ser transcendente, porém não imanente. Ele criou todas as coisas, mas afastou-se da criação, estabelecendo leis naturais para que ela siga autonomamente o seu próprio curso.

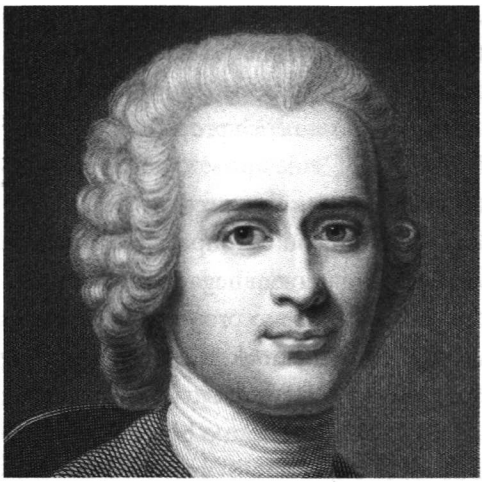
Diferentemente do *teísmo*, o *deísmo* não tem uma autoridade espiritual para dirigi-lo; vale-se da razão. A razão é absoluta. Nega a Trindade, subsequentemente cai por terra toda a crença na pessoa de Jesus como Salvador, bem como no Espírito Santo. Também não crê na Bíblia como Palavra de Deus.

O *deísmo* não reflete apenas mais uma linha filosófica de pensamento acerca de Deus: é também uma denominação. Em 1774, criou-se, em Londres, a Capela Essex. O *deísmo* encontrou grandes adeptos na Europa e nos Estados Unidos, envolvendo gente famosa. Da Inglaterra, chegou à França, onde encontrou dois famosos expoentes, como Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e Voltaire (1694-1778). Mas o *deísmo* chegou também aos Estados Unidos, por meio dos imigrantes ingleses que lá

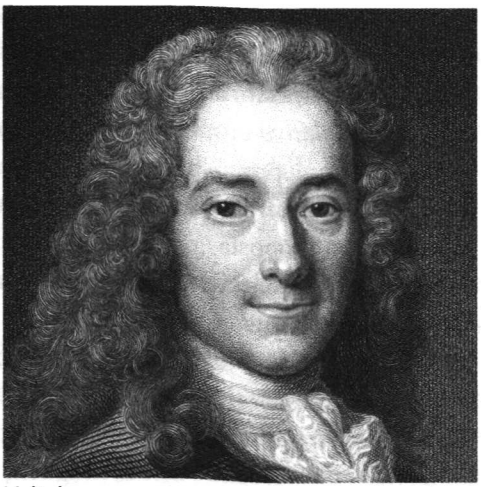
18. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/De%C3%ADsmo>.

desembarcaram durante a guerra de 1756 a 1763. O pensamento *deísta* influenciou homens, como Benjamin Franklin (1706-1809), Stephen Hopkins (1707-1785), Thomas Jefferson (1743-1826) e Thomas Paine (1737-1809). O *deísmo* infiltrou-se também na vida política e religiosa dos Estados Unidos e se tornou influente na religião civil do povo norte-americano. Por força do *deísmo* é que, na moeda americana, lê-se "In God we trust", "Nós confiamos em Deus".

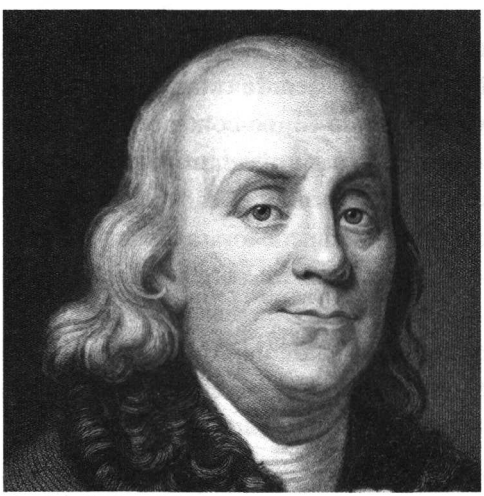
Apesar de contrariar as crenças cristãs sobre a Trindade e de negar a intervenção divina sobre o homem e sobre o mundo, descrendo por completo de qualquer possibilidade de milagre, muitos cristãos, infelizmente, vivem hoje nos moldes do *deísmo*: prestam culto a Deus, mas agem como se Deus estivesse completamente alheio à sua maneira de viver.



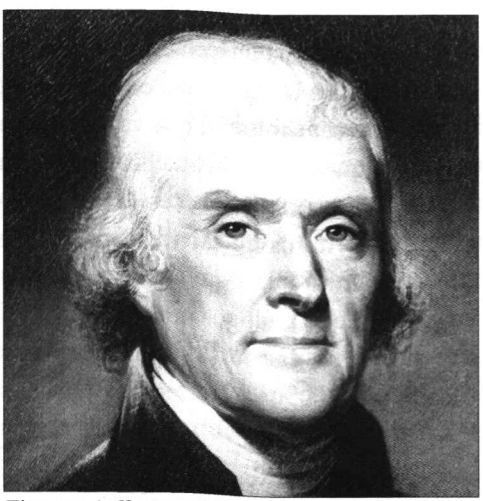
Rousseau



Voltaire



Benjamin Franklin



Thomas Jefferson

Teísmo

Teísmo é toda forma de admitir a existência de um ou mais deuses. Isso implica no oposto do ateísmo, que nega a existência de Deus. Para o *teísmo*, nas suas diferentes formas, há, por trás da existência, um poder maior que dá origem a tudo e exerce domínio sobre tudo o que existe. O *teísmo* é um termo que tanto pode ser aplicado à crença monoteísta como às crenças *politeístas* ou *henoteístas*.

O *teísmo* é dualista no sentido de que Deus e a criação são diferentes, pertencendo, cada um, a uma classe distinta, diferentemente do *panteísmo*, que integra as duas substâncias, a material e a imaterial, em um só ser, identificando Deus com a matéria.

O *teísmo filosófico* elenca uma série de categorias já desde o século 17, quando surge também o termo *deísmo*. No *teísmo clássico*, Deus é dotado de atributos superiores, como o de Ser absoluto, onipotente, onipresente, onisciente e infinito. Já para o *teísmo relativo*, Deus não aparece como um ser absoluto. Embora dotado de poder, é finito. Há outras formas de *teísmo*, como o *evolucionário*, proposto por John Fiske; o *teísmo especulativo* proposto por Christian Weisse; o *teísmo ético* proposto por Sorley e o *teísmo moral* proposto por A.E. Taylor.[19]

O *teísmo aberto*, difundido mais na América do Norte sob o pretexto de apresentar uma nova proposta, ganhou espaço no Brasil com uma outra roupagem, conhecida como "Teologia Relacional", ainda que seus expoentes tentassem negar uma identificação plena entre ambas. O *teísmo aberto* é uma forma de teísmo proposta por Charles Hartshorne, Alfred North Whitehead, John Cobb, Clark Pinnock, Richard Rice, Greg Boyd e John Sanders. A tese da Teologia Relacional é que Deus não conhece o futuro; logo, não pode exercer controle sobre ele; a história caminha com o homem; o futuro ainda não chegou, sendo assim, ninguém pode saber o que será e como será, a menos que algumas ocorrências sejam determinadas por Deus, *a priori*; nesse caso, apenas Ele terá conhecimento do futuro com base no que já está divinamente determinado.

Essa doutrina nasceu em contraposição ao teísmo fechado de Calvino, que exalta a soberania de Deus e a Sua onisciência, aviltando-as. De acordo com o *teísmo aberto*, Deus é um ser limitado, que vai aprendendo e evoluindo com o homem, sendo coautor, tanto quanto ele, da Sua história. Os precursores dessa teoria eram arminianos. Essas ideias nasceram da necessidade que eles sentiam de fazer oposição a qualquer tipo de pré-determinismo calvinista. Só não se deram conta de que foram longe demais. É preciso admitir que alguns arminianos, tanto quanto calvinistas, excederam-se e foram além do que os teólogos que defendem.

O *teísmo aberto* diz que Deus se relaciona intimamente com o homem, em detrimento da Sua onisciência, que seria prejudicada pelo livre-arbítrio. Se, no seu

19. CHAMPLIN, R. N., PhD.; BENTES, J. M. *Enciclopédia de Bíblia e Filosofia*. São Paulo: Editora e Distribuidora Candeia. v. 6. p. 330.

livre-arbítrio, o homem tem o poder de fazer escolhas – e Deus não interfere nelas –, então, os acontecimentos futuros resultarão de tais escolhas, tornando, assim, o futuro uma incógnita até mesmo para Deus!

O *teísmo aberto* relaciona a presciência divina com a Sua bondade e o Seu amor. Se Deus é um Deus de amor, certamente Ele pode impedir as tragédias nas quais inocentes são vítimas, se soubesse de tais acontecimentos *a priori*, ou então não se pode dizer que Ele é um Deus de amor. O *teísmo aberto* é um esforço humano para tentar justificar as ações de Deus em relação às questões que envolvem a ação do mal. A bondade de Deus entraria em contradição com tais acontecimentos, a menos que Ele fosse destituído dessa pretensa bondade ou não a aplicasse por não ter possibilidade de fazê-la nem mesmo pela força dos Seus atributos. Os teólogos dessa corrente parecem ignorar algumas tragédias pré-anunciadas pelo próprio Deus, como a destruição de Sodoma e Gomorra, o dilúvio ou os juízos apocalípticos. Mas os seus expoentes desprezam esses exemplos, alegando que essas tragédias são preordenadas. Nesse caso, teríamos de pensar que se trata de acontecimentos que negariam o amor de Deus segundo os Seus próprios pressupostos. Mas, afinal, Deus é mais amor e bondade ou encerra os atributos historicamente aceitos, como onisciência e onipotência? Será possível separar essas coisas?

Os defensores da Teologia Relacional orbitam entre a bondade e a severidade de Deus, tratando-as como excludentes, mas Paulo não pensa como eles: "Considera, pois, a bondade e a severidade de Deus (...)" (Rm 11.22). O *teísmo aberto*, no seu esforço exagerado para defender o livre-arbítrio e justificar, ao mesmo tempo, as ações de Deus, invade uma esfera da divindade que está além da compreensão humana, rejeitando o Deus da Bíblia como Ele é aceito pela Igreja desde tempos remotos, criando explicações que o aviltam.

Alguns monergistas (calvinistas), aproveitando-se do fato de os precursores do *teísmo aberto* serem arminianos, intensificam o seu discurso alegando que essa forma de pensar seja "mais uma heresia arminiana", o que não é verdade. Jacob Armínio certamente não aceitaria o *teísmo aberto*. Poderíamos, então, citar o calvinista Schleiermacher, pai do liberalismo teológico, no início do século 20, na Alemanha, de ter recebido influência de João Calvino. Aceitar o seu liberalismo como parte do seu calvinismo seria também um contrassenso. As denominações pentecostais que perfilam com Armínio na questão do livre-arbítrio não aceitam o *teísmo aberto* como doutrina bíblica, antes o rejeitam por considerá-lo um aviltamento dos atributos de Deus.

O grande ponto de tensão da teologia relacional está entre os extremos do determinismo e o do livre caminhar da história. Se Deus já determinou tudo o que irá acontecer, não há nada que se possa fazer para mudar o que está determinado, e, por outro lado, se o que está para acontecer, não segue um plano predeterminado, justificando, assim, a razão por que se ora a Deus, então o futuro está intacto. "Essa

questão deve ser decidida em termos de qual opção faz mais sentido exegético e teológico no todo."[20]

Os defensores do *teísmo aberto* alegam que "a queda não foi prevista por Deus, e que, ainda assim, Ele alcançará Seus objetivos por meio dela"[21]. Se aceitarmos essa dúvida, então teremos de admitir que Deus foi apanhado de surpresa. Se, no entanto, adotarmos a posição calvinista de que a queda estava nos planos de Deus, e que Ele próprio a preordenou, então teremos de conviver com um fato incoerente, ainda que os calvinistas não pensem assim. Por que Deus tem de ser o minucioso controlador de tudo pelo fato de ser soberano? Um pai tenta controlar o filho pequeno, evitando que ele se machuque, mas nem por isso tirará dele a liberdade de correr, de brincar, de agir. Controlar significa impor regras e, às vezes, pegá-lo pela mão, mas o pai não faz isso o tempo todo.

Deus não se torna menos onipotente em um mundo onde Ele oferece aos seres humanos o direito à liberdade de escolha. Josué deu ao povo a liberdade de fazer sua escolha entre servir a Deus e servir aos deuses que serviram aos seus pais dalém do rio do Egito. Quanto a ele e à sua família, a decisão já estava tomada: serviriam ao Senhor (Js 24.14-16).

Deus não se torna menos onipotente em um mundo onde Ele oferece aos seres humanos o direito à liberdade de escolha. Josué deu ao povo a liberdade de fazer sua escolha entre servir a Deus e servir aos deuses.

Um conflito está instalado. Por um lado, a ênfase demasiada na soberania de Deus, fazendo crer que, como Ser soberano, Ele controla absolutamente tudo, sem deixar que os seres humanos possam fazer escolhas por ter seu futuro predeterminado. Por outro lado, um ser livre, que vive sob advertências bíblicas, sem ser controlado por Deus, podendo escolher entre acertar e errar, pode questionar a onisciência de Deus? Ao que parece, em ambos os casos, a onisciência de Deus é prejudicada. No primeiro, porque torna óbvio o conhecimento do futuro preordenado; no segundo, porque Deus não é capaz de saber o que vai acontecer, visto que o futuro ainda não chegou.

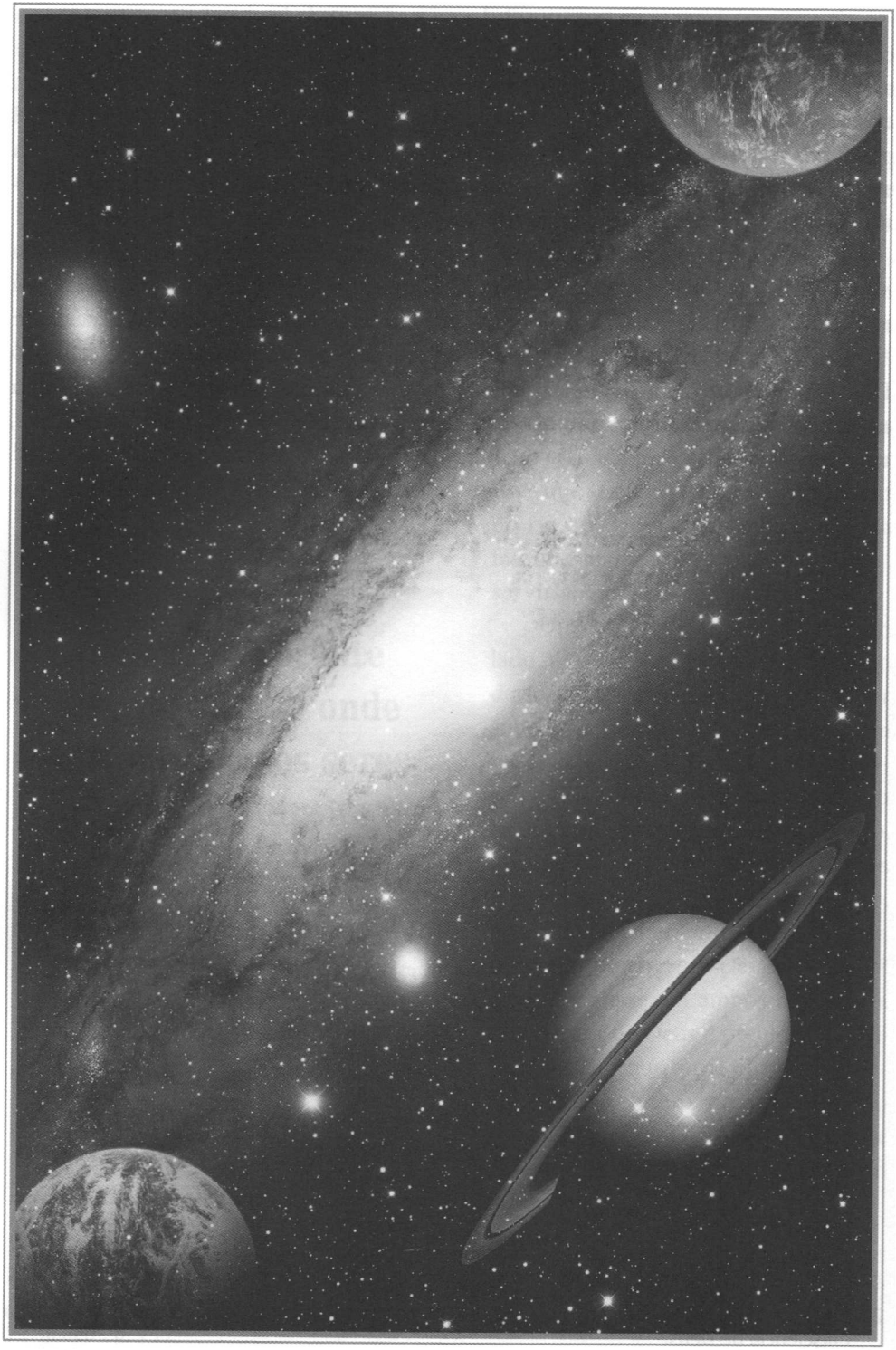
20. WALLS, Jerry L.; DONGELL, Jonseph R. *Por que não sou calvinista*. São Paulo: Editora Reflexão, 2014. p. 135.

21. Ibidem. p. 135.

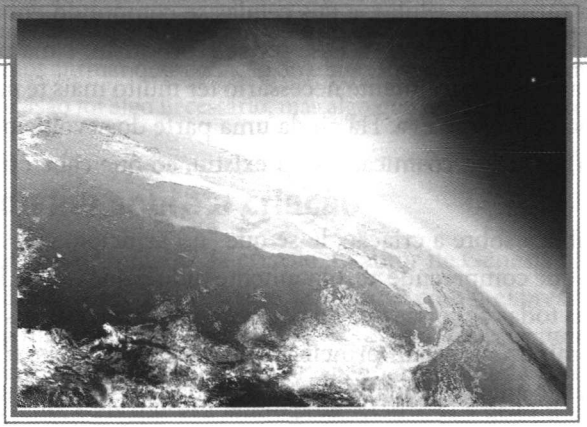
O esforço humano, na tentativa de invadir a mente de Deus e saber como Ele lida com os Seus próprios sentimentos, satisfará a qualquer um que se posicionar nesses extremos, quer de um lado, quer do outro, não importando quanto sacrifique algum dos Seus atributos: ou da soberania ou da presciência, bem como de uma considerável porção de textos bíblicos que apontam para outras possibilidades. Esse atrevimento em querer estudar o Altíssimo e discutir o que Ele pode ou não alimentará uma interminável discussão que não trará benefício algum para a obra de Deus.

O profeta Jeremias transcreve as palavras de Deus sobre si mesmo: "Eis que eu sou o Senhor, o Deus de toda a carne. Acaso, seria quaquer coisa maravilhosa demais para mim?" (Jr 32.27). Em outras palavras, nada é novidade para Deus! O profeta Isaías diz: "Lembrai-vos das coisas passadas desde a antiguidade: que eu sou Deus, e não há outro Deus, não há outro semelhante a mim; que anuncio o fim desde o princípio e, desde a antiguidade, as coisas que ainda não sucederam; que digo: o meu conselho será firme, e farei toda a minha vontade" (Is 46.10).[22]

22. Recomendo ao leitor que leia, mais adiante, sobre os atributos de Deus, no tópico referente à onisciência de Deus.



A CRIAÇÃO



A crença na existência de Deus passou a sofrer grandes abalos depois que Charles Darwin (1809-1882) manifestou ao mundo a Teoria da Evolução, pela publicação do seu livro *A origem das espécies*, em 1859. Até então, a humanidade aceitava com mais facilidade a declaração bíblica sobre o surgimento da terra e da vida, sem muitas indagações, até que a sua teoria provocasse o raciocínio não apenas dos intelectuais, mas até mesmo dos estudantes e do povo em geral.

Os questionamentos sobre a origem da terra, dos planetas, das espécies vegetal e animal, particularmente do homem, a idade da terra etc. passaram a exigir respostas mais convincentes e respaldadas pelas ciências, e não mais nas explicações religiosas. Teria Deus criado mesmo o mundo? E, se o criou, quanto tempo levou para isso: uma semana ou um longo período de tempo?

Outra questão intrigante para os que buscam cientificidade no surgimento da vida está na expressão *ex nihilo* (do nada). O nada é algo que incomoda. Do mesmo modo como aceitar o surgimento de tudo por conta do milagre da palavra proferida por Deus, é intrigante pensar que do nada pudesse sair alguma coisa. Entretanto, a tensão gerada pelo *ex nihilo*, aos poucos, vem sendo amenizada pela sutileza da poeira cósmica que, no transcurso de milhões de anos, foi inocentemente se reunindo, pozinho por pozinho, até a formação de moléculas que juntas se transformaram em massas materiais, resultando tudo quanto existe! É preciso também ter fé para acreditar-se nessa

hipótese! Imagine se o pozinho mágico de poeira que surge do nada se juntasse a outro pozinho, sendo cada um deles formado por molécula atômica, com todo o universo que compõe o átomo (prótons, nêutrons e elétrons), juntando-se e formando moléculas. As moléculas formaram elementos químicos que, juntados, deram origem aos planetas. Tomando como base o planeta Terra, imaginemos moléculas dentro da água juntando-se para formar as células, e tais células se compondo em fêmeas e machos, que, juntas, deram origem a um ser. Esse ser se reproduziu. Uma parte criou asas, e, daí, nasceram as aves etc. É realmente necessário ter muito mais fé para acreditar nisso do que na história de Adão e Eva. Há ainda uma parte dos evolucionistas que crê que o *ex nihilo* (nada), a massa cósmica, nunca existiu, ao que cabe também a pergunta: Como?

Na versão bíblica sobre a criação, lê-se que "no princípio criou Deus os céus e a terra" (Gn 1.1), o que compreende absolutamente tudo o que existe. Paulo diz: "Porque nele foram criadas todas as coisas que há nos céus e na terra, visíveis e invisíveis, sejam tronos, sejam dominações, sejam principados, sejam potestades: tudo foi criado por ele e para ele. E ele é antes de todas as coisas, e todas as coisas subsistem por ele" (Cl 1.16,17).

O apóstolo Paulo era criacionista. Ele declarou no Areópago, em Atenas, diante dos filósofos epicureus e estoicos: "O Deus que fez o mundo e tudo que nele há, sendo Senhor do céu e da terra, não habita em templos feitos por mãos de homens" (At 17.24). O reconhecimento de que o mundo fora criado por Deus é um ato de fé: "Pela fé entendemos que os mundos pela palavra de Deus foram criados; de maneira que aquilo que se vê não foi feito do que é aparente" (Hb 11.3) – ou seja, do nada. Aqui está inclusa a certeza no *ex nihilo* do escritor de Hebreus. Paulo diz algo parecido: "(...) Deus (...) chama as coisas que não são como se já fossem" (Rm 4.17). O salmista declara: "Pela palavra do Senhor foram feitos os céus, e todo o exército deles pelo espírito da sua boca. Porque falou, e tudo se fez; mandou e logo tudo apareceu" (Sl 33.6,9). Os vinte e quatro anciãos incluem o reconhecimento ao ato criador de Deus em seu cântico: "Digno és, Senhor, de receber glória, e honra, e poder; porque tu criaste todas as coisas, e por tua vontade são e foram criadas" (Ap 4.11).

O propósito da criação

A criação é um ato que emerge da vontade de Deus: "(...) Porque tu criaste todas as coisas, e por tua vontade são e foram criadas" (Ap 4.11). O querer de Deus determina todas as coisas, embora Ele tenha repassado essa disposição interior ao homem ao criá-lo à Sua imagem, concedendo-lhe também a capacidade de querer e de decidir. Não se pode mensurar a extensão da vontade de Deus no ato criador, como um artista que produz uma obra de arte e depois se deleita em contemplá-la. Certamente, a motivação divina ultrapassa uma intenção como essa. Deus criou o homem para a Sua glória:

"(...) E os criei para minha glória; eu os formei, sim, eu os fiz" (Is 43.7). Assim declara Grudem:

> Não devemos pensar que Deus precisava de mais glória do que já tinha dentro da Trindade, por toda a eternidade, ou que Ele estava, de algum modo, incompleto, sem a glória que receberia do universo criado. Isso seria negar a independência de Deus e implicaria que Ele necessitasse do universo para ser plenamente Deus. Antes, devemos afirmar que a criação do universo foi um ato totalmente voluntário da parte dele. Não foi algo necessário, mas algo que Ele decidiu fazer.[23]

A avaliação divina sobre a criação

Deus teve prazer no resultado da criação. O autor de Gênesis não se cansa de repetir o agrado de Deus sobre cada estágio da criação com a expressão "viu Deus que era bom", por pelo menos seis vezes (Gn 1.4,10,12,18,21,25). Depois que tudo estava criado, eis a sétima avaliação – e essa dizia respeito à totalidade da obra: "E viu Deus tudo quanto tinha feito, e eis que era *muito bom*" (Gn 1.31 - grifo do autor).

O Criador é também Sustentador

Segundo o deísmo, Deus criou todas as coisas e afastou-se da obra criada; estabeleceu leis e abandonou o mundo à sua própria sorte; mas não é isso o que a Bíblia ensina. Paulo disse aos moradores de Listra, quando quiseram prestar culto a ele e ao seu companheiro Barnabé, pensando que eles fossem deuses: "Varões, por que fazeis essas coisas? Nós também somos homens como vós, sujeitos às mesmas paixões, e vos anunciamos que vos convertais dessas vaidades ao Deus vivo, que fez o céu, e a terra, e o mar, e tudo quanto há neles; o qual nos tempos passados deixou andar todas as gentes em seus próprios caminhos. Contudo, não se deixou a si mesmo sem testemunho, beneficiando-vos lá do céu, dando-vos chuvas e tempos frutíferos, enchendo de mantimento e de

Segundo o deísmo, Deus criou todas as coisas e afastou-se da obra criada; estabeleceu leis e abandonou o mundo à sua própria sorte; mas não é isso o que a Bíblia ensina.

23. GRUDEM, Wayne. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Edições Vida Nova,1999. p. 206.

alegria os vossos corações" (At 14.15-17). Além de criador, Deus é também provedor. Ele sustenta a obra da criação.

A provisão consiste em preservação e governo. O universo não subsistiria por si só se não fossem a provisão e o governo de Deus: "(...) E sustentando todas as coisas pela palavra do seu poder (...)" (Hb 1.3); "E ele é antes de todas as coisas, e todas as coisas subsistem por ele" (Cl 1.17). Ambos os textos referem-se ao Filho, o que confirma a Sua divindade, reforçando a doutrina da Trindade, mostrando que o Deus Trino está por trás de todas as coisas, garantindo sua sobrevivência.

A sustentação da criação não significa que o mundo continue em processo de criação contínua, como sugerem alguns, principalmente os que defendem um criacionismo evolutivo. A oração de Neemias expressa convicção de que o Criador é também o sustentador de todas as coisas: "Tu só és SENHOR, tu fizeste o céu, o céu dos céus e todo o seu exército, a terra e tudo quanto nela há, os mares e tudo quanto neles há; e tu os guardas em vida a todos, e o exército dos céus te adora" (Ne 9.6). Criação, preservação e governo são instâncias distintas. "A criação é a produção de algo a partir do nada. A preservação é a sustentação de algo que já existe."[24]

O governo de Deus, como parte da providência, é também algo a ser seriamente considerado, ainda que essa compreensão implique algumas dificuldades. Não seria lógico pensar que um Deus criador do universo não se importasse com ele. O governo divino sobre o universo reflete os atributos da onipotência, onipresença e onisciência de Deus. Os astros, os planetas e as constelações dependem do controle divino para que se movimentem harmoniosamente no espaço sideral, do mesmo modo como as ondas do mar que obedecem aos seus limites (Pv 8.27).

A providência divina pode ser constatada em relação à natureza, aos indivíduos, ao seu povo, às nações, ao mundo, aos governos e aos animais. Deus é livre para agir onde quer, com quem quer, quando quer e como quer. Em relação à *natureza*: "(...) Para que sejais filhos do Pai que está nos céus; porque faz que o seu sol se levante sobre maus e bons e a chuva desça sobre justos e injustos" (Mt 5.45); "Não se vendem dois passarinhos por um ceitil? E nenhum deles cairá em terra sem a vontade de vosso Pai" (Mt 10.29). Em relação aos *indivíduos*: "O Senhor é o que tira a vida e a dá; faz descer à sepultura e faz tornar a subir dela. O Senhor empobrece e enriquece; abaixa e também exalta" (1 Sm 2.6,7); "Porque nem do Oriente, nem do Ocidente, nem do deserto vem a exaltação. Mas Deus é o juiz; a um abate e a outro exalta" (Sl 75.6,7); "Do coração do homem são as preparações do coração, mas do Senhor, a resposta da boca" (Pv 16.1); "O coração do homem considera o seu caminho, mas o Senhor lhe dirige os passos" (Pv 16.9). Em relação ao *Seu povo*: "E eu darei graça a esse povo aos olhos dos egípcios; e acontecerá que, quando sairdes, não saireis vazios" (Êx 3.21). Com relação às *nações*:

24. HODGE. 2001. p. 431.

"Ele domina eternamente pelo seu poder; os seus olhos estão sobre as nações; não se exaltem os rebeldes" (Sl 66.7); "Ai da Assíria, a vara da minha ira! Porque a minha indignação é como bordão nas suas mãos. Enviá-la-ei contra uma nação hipócrita e contra o povo do meu furor lhe darei ordem, para que lhe roube a presa, e lhe tome o despojo, e o ponha para ser pisado aos pés, como a lama das ruas, ainda que ele não cuide assim, nem o seu coração assim o imagine; antes, no seu coração, intenta destruir e desarraigar não poucas nações" (Is 10.5-7); em relação ao *mundo*: "E todos os moradores da terra são reputados em nada; e, segundo a sua vontade, ele opera com o exército do céu e os moradores da terra; não há quem possa estorvar a sua mão e lhe diga: Que fazes?" (Dn 4.35); em relação aos *governos*: "Bendito seja o Senhor, Deus de nossos pais, que tal inspirou ao coração do rei, para ornarmos a Casa do Senhor, que está em Jerusalém" (Ed 7.27); "Como ribeiros de águas, assim é o coração do rei na mão do Senhor; a tudo quanto quer o inclina" (Pv 21.1). Em relação aos *animais*: "Os leõezinhos bramam pela presa e de Deus buscam pelo seu sustento" (Sl 104.21); "Olhai para as aves do céu, que não semeiam, nem segam, nem ajuntam em celeiros; e vosso Pai celestial as alimenta. Não tendes vós muito mais valor do que elas?" (Mt 6.26). Como vemos, Deus não apenas sabe de tudo, mas também exerce Seu controle sobre tudo, embora não compreendamos por que as coisas parecem estar fora do Seu domínio, senão pelo fato, não obstante, de que " todo o mundo está no maligno" (1 Jo 5.19).

OS MILAGRES

A providência divina é um assunto que nos remete, obrigatoriamente, a considerar os milagres, quer do Antigo, quer do Novo Testamento. Força-nos a pensar em situações em que o milagre existe e em outras nas quais ele não ocorre, ainda que sejam situações simultâneas, como é o caso de Pedro e Tiago. Ambos são presos pelas autoridades: Tiago é morto à espada, e Pedro é milagrosamente solto da prisão por um anjo, na madrugada (At 12.2,7,8). Todavia, a importância do milagre está em despertar a atenção do homem para uma intervenção sobrenatural. Por mais que se tente arranjar justificativas para o milagre, com a intenção de obliterar a intervenção sobrenatural, atribuindo sua causa a um fenômeno natural, não é possível sustentar por muito tempo tais alegações.

Afinal, o que é milagre? "Milagre é um gênero menos comum da atividade divina, pela qual Deus desperta a admiração e o espanto das pessoas, dando testemunho de si mesmo", cita Grudem.[25] Ao dizer "menos comum", o autor está destacando o fator surpresa do milagre, não obstante, o ciclo da vida – que é um milagre em si –, com o qual estamos todos acostumados. O milagre como intervenção rara, peculiar e inexplicável pelas leis naturais, confirma não apenas a existência, mas a presença e a intervenção direta de um Deus todo-poderoso no mundo natural. Entretanto, há milagres

25. GRUDEM. 2003. p. 286.

que ocorrem além do âmbito das expectativas normais do dia a dia, surpreendendo e desafiando a mente humana a indagar como seria possível uma ocorrência que violasse às leis da natureza sem qualquer intervenção humana?

Milagre vem do latim *mirus*, "espelhar", e significa "admirar-se". Trata-se de algo "maravilhoso", "prodigioso", "espantoso". O milagre é uma ocorrência incomum, independente da ação espontânea da natureza; uma ação surpreendente para a qual não há explicação; por isso, é atribuída a uma intervenção sobrenatural. Ele ocorre no campo da providência divina (Hb 1.3), visto que Deus exerce o controle sobre todas as coisas, interferindo nelas ao Seu modo, quando quer e como quer. Segundo Hodge, há milagres que procedem de:

> Operações ordinárias de causas secundárias, sustentadas e direcionadas por Deus. A essa classe pertencem os processos comuns da natureza, o crescimento de plantas e animais, os movimentos ordenados dos corpos celestes e os acontecimentos menos rotineiros, como terremotos, erupções vulcânicas e convulsões e revoluções violentas nas sociedades humanas.[26]

Entretanto, os milagres divinos transcendem à esfera dos "milagres secundários", ultrapassando a capacidade humana de compreensão.

Em seu livro *E a Bíblia Tinha Razão*, Werner Keller tenta justificar as ocorrências do êxodo, a começar pela partida dos hebreus da terra do Egito, como fenômeno natural.

Em seu livro *E a Bíblia Tinha Razão*", Werner Keller tenta justificar as ocorrências do êxodo, a começar pela partida dos hebreus da terra do Egito, como fenômeno natural. Seu livro ganhou notoriedade entre os céticos por "explicar" algumas ocorrências, como a abertura do mar Vermelho, alegando que, de tempos em tempos, as águas do mar costumavam baixar, o que teria facilitado a travessia dos hebreus. Seria muita coincidência tal acontecimento ocorrer no exato momento em que os hebreus precisavam escapar da fúria de Faraó. Curiosamente, o mesmo autor se esquece de explicar como as mesmas águas baixas, pelo fenômeno sugerido, conseguiram matar por afogamento o

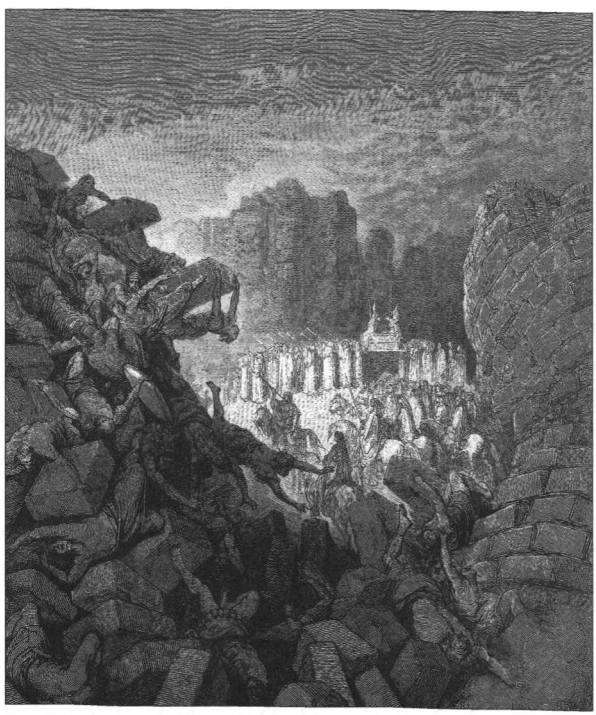
26. HODGE. 2003. p. 459.

exército de Faraó que vinha atrás dos hebreus. Esse tipo de argumento é muito comum hoje, quando, principalmente cientistas, tentam aviltar as ocorrências sobrenaturais, dizendo que todas são explicáveis; entretanto, eles mesmos não dão as devidas explicações para cada caso e, quando se aventuram a dar, em geral, são superficiais e não convincentes.

O milagre por meio da oração

Normalmente – segundo se constata nos relatos bíblicos –, o milagre ocorre mediante oração – ou palavra de ordem, como acontecia no ministério de Jesus –, o que elimina a hipótese de ocorrência natural; senão, seria muita coincidência, na hora de uma grande necessidade, o "fenômeno natural" – como alegam os descrentes – acontecer; ou, ainda, o milagre ocorrer exatamente após um pedido feito em oração.

Por meio da oração, não só nos tempos bíblicos, mas no dia a dia dos crentes, as orações estão constantemente produzindo efeito; desse modo, constatam-se milagres "grandes" e "pequenos" – se assim podem ser definidos. Entendem-se por pequenos milagres aquelas situações que podem resultar em uma coisa ou outra: o chefe poderia demitir alguém do emprego, mas reconsiderou. Um ladrão assaltou as pessoas à sua volta, menos o crente que estava em oração silenciosa. Houve um acidente que poderia resultar em morte, mas o crente gritou pelo nome de Jesus e não sofreu arranhão algum etc. Uma vez que houve oração, entende-se que o resultado corresponde à ação divina. A isso os céticos podem refutar, com base na simples tese de que as mesmas coincidências ocorrem com pessoas sem fé. De fato, há coisas que ocorrem naturalmente ou por coincidência; mas outras, parecidas, não ocorreriam, exceto pela oração que as precedera. E quanto aos "grandes" milagres? Eles acontecem principalmente na área da cura de enfermidades de pessoas declaradas incuráveis pela Medicina e que, mediante a oração, são curadas; pacientes em estado terminal que voltam à vida; pessoas cegas, surdas e



Queda das muralhas de Jericó

paralíticas que são curadas mediante a oração. São casos que não podem ser ignorados. Além dos milagres na área das curas, há muitos outros em que situações maravilhosas acontecem. Podemos exemplificá-los com alguns casos bíblicos, como a queda das muralhas de Jericó (Js 6.20); o caso de Sansão, por derrubar um templo com a força do seu braço (Jz 16.28-30); Elias fez descer fogo do céu (1 Rs 18.37,38); o mesmo profeta fez chover (1 Rs 17.1; 18.41-45); multiplicou o azeite e a farinha de uma mulher viúva (1 Rs 17.12-16); Eliseu fez um machado flutuar (2 Rs 6.1-7); três jovens numa fornalha de fogo não se queimaram (Dn .21-26); Daniel jogado na cova de leões famintos não foi tocado por eles (Dn 6.16-22); Jesus transformou água em vinho (Jo 2.1-12); multiplicou pães e peixes e deu-os para uma multidão comer (Jo 6.1-12); Jesus deu ordem aos discípulos para jogarem a rede ao mar para pescar, quando o mar não estava para peixe, e eles colheram imediatamente 153 grandes peixes (Jo 21.4-11); Jesus deu ordem ao defunto Lázaro para sair da sepultura (Jo 11.43,44); Paulo e Silas, enquanto oravam e cantavam às portas da prisão em que estavam presos, estas se abriram, e eles ficaram livres (At 16.24-26). Enfim, são muitos os casos; mas é curioso pensar que, nesses milagres, apareceram peixes que nunca nadaram, pães que nunca foram farinha, farinha que nunca foi trigo, vinho que nunca foi uva, azeite que nunca foi azeitona etc.

Os milagres não eram exclusivos da era apostólica

A grande maioria dos teólogos reformados crê em milagres, entretanto, há teólogos e comunidades inteiras que preferem crer que os milagres eram comuns na era apostólica e não são possíveis nos dias de hoje. Somente os apóstolos tinham autoridade para realizá-los, porque eles eram considerados legítimos representantes de Cristo na terra. Com essa alegação, eles tendem a negar a atualidade dos milagres, já que os apóstolos de Jesus, da primeira geração, não estão entre nós. Os argumentos bíblicos usados para defender a exclusividade da era apostólica na realização dos milagres são os seguintes: "E em toda a alma havia temor, e muitas maravilhas e sinais se faziam pelos apóstolos" (At 2.43); "E muitos sinais e prodígios eram feitos entre o povo pelas mãos dos apóstolos. E estavam todos unanimemente no alpendre de Salomão (...), de sorte que transportavam os enfermos para as ruas e os punham em leitos e em camilhas, para que ao menos a sombra de Pedro, quando este passasse, cobrisse alguns deles. E até das cidades circunvizinhas concorria muita gente a Jerusalém, conduzindo enfermos e atormentados de espíritos imundos, os quais todos eram curados" (At 5.12,15,16); "E Deus, pelas mãos de Paulo, fazia maravilhas extraordinárias, de sorte que até os lenços e aventais se levavam do seu corpo aos enfermos, e as enfermidades fugiam deles, e os espíritos malignos saíam" (At 19.11,12). Quando Dorcas morreu, mandaram chamar Pedro, para que orasse por ela, a fim de que ressuscitasse (At 9.32-43); Paulo dá testemunho de que Deus o usava para realizar sinais e prodígios pela virtude do Espírito de Deus (At 15.19). Paulo usa os milagres como sinal do seu

apostolado: "Os sinais do meu apostolado foram manifestados entre vós com toda a paciência, por sinais, prodígios de maravilhas" (2 Co 12.12).

O fato de os apóstolos de Jesus terem preeminência na realização dos milagres não indica que eles tinham exclusividade para isso. Quando Jesus enviou os setenta discípulos para a pequena comissão[27] – e eles não fariam parte do colegiado apostólico –, deu-lhes ordem para realizar milagres (Lc 10.9). Filipe foi a Samaria pregar. Ele era diácono (e não apóstolo), porém realizou milagres naquela província (At 8.6,7). O apóstolo Paulo orienta os crentes de Corinto sobre o exercício dos dons espirituais, e neles estão inclusos os milagres (1 Co 12.10). O apóstolo também reconhecia haver milagres entre os crentes da Galácia, mesmo sem a presença de apóstolos naquelas regiões: "Aquele, pois, que vos dá o Espírito e que opera maravilhas entre vós o faz pelas obras da lei ou pela pregação da fé?" (Gl 3.5). A liberdade de operar milagres dada à Igreja de Jesus não depende da ação restrita dos apóstolos, mas é dada a toda a Igreja, o que significa, também, que os milagres não estão afeitos apenas à era primitiva da Igreja, mas a todos os tempos; mesmo porque não há texto algum que assegure que o tempo dos milagres cessou. A cessação dos milagres implicaria, consequentemente, na interrupção das orações, uma vez que a oração não tem apenas o sentido de manter-nos relacionados com Deus, mas também de ser um instrumento divino dado à Igreja para mudar a ordem das coisas, o que se entende como milagre, seja ele grande ou pequeno.

Os falsos milagres

A Bíblia também nos previne quanto à possibilidade de haver falsos milagres ou prodígios; consequentemente, falsos realizadores de milagres. Exemplo disso são os magos do Egito, que foram capazes de imitar o mesmo prodígio de Moisés, fazendo suas varas se tornarem serpentes, tal qual a vara de Arão (Êx 7.8-13). Tais milagres não são falsos porque não ocorrem; são falsos por causa da sua origem, que é satânica. As ocorrências do mundo espiritual não podem ser subestimadas: elas são reais e precisam ser consideradas e diferenciadas. O anticristo e o falso profeta não dependerão de truques para a realização de prodígios. Segundo a Bíblia, eles farão isso pelo poder de Satanás (Ap 13.3,4,13-15).

Por ser algo extraordinário, por trazer benefícios e por chamar a atenção, os milagres têm sido usados com certa frequência pelos falsos profetas, tanto nos tempos bíblicos como nos últimos dias, conforme atestam as Escrituras. Para proteger o povo de ser enganado por eles, Moisés disse: "Quando profeta ou sonhador de sonhos se levantar no meio de ti e te der um sinal ou prodígio, e suceder o tal sinal ou prodígio,

27. A Pequena Comissão refere-se ao envio dos doze e depois dos setenta para pregarem dentro do território israelita. A expressão é usada para diferenciar-se da Grande Comissão, destinada ao mundo todo conforme Mateus 28.19.

de que te houver falado, dizendo: Vamos após outros deuses, que não conheceste, e sirvamo-los, não ouvirás as palavras daquele profeta ou sonhador de sonhos, porquanto o SENHOR, vosso Deus, vos prova, para saber se amais o SENHOR, vosso Deus, com todo o vosso coração e com toda a vossa alma" (Dt 13.1-3). Jesus faz a mesma advertência quanto ao fim dos tempos: "Porque surgirão falsos cristos e falsos profetas e farão tão grandes sinais e prodígios, que, se possível fora, enganariam até os escolhidos" (Mt 24.24). "Muitos me dirão naquele Dia: Senhor, Senhor, não profetizamos nós em teu nome? E, em teu nome, não expulsamos demônios? E, em teu nome, não fizemos muitas maravilhas? E, então, lhes direi abertamente: Nunca vos conheci; apartai-vos de mim, vós que praticais a iniquidade" (Mt 7.22,23).

Os milagres têm o poder não apenas de atrair pessoas, mas de formar seguidores fiéis àqueles que os promovem, sem se importarem com o tipo de mensagem que é apregoada nem com o caminho para o qual a mensagem os conduz. "Todo milagre é bom", acreditam os incautos. Assim se justificam os seguidores de crenças pagãs, como, por exemplo, as espíritas e umbandistas no Brasil. Usam as ocorrências sobrenaturais em seu meio para contraporem-se ao cristianismo evangélico, ao qual acusam de ser arrogante por atribuir milagres somente a Jesus ou em Seu nome.

Surge, assim, uma questão: os milagres tanto podem ter origem em Deus como no diabo? A resposta é sim! Se a Bíblia não nega a ocorrência dos milagres, nem mesmo entre os que nada têm a ver com Deus, como é o caso dos magos do Egito ou dos falsos profetas, contra os quais Jesus nos previne, então, devemos concluir que o mundo espiritual, seja ele do bem ou do mal, tem poderes para interferir na terra, de modo a chamar a atenção dos homens e plantar neles o malefício da dúvida e da confusão, quando se trata de operações de origem satânica. Tanto o anticristo como o falso profeta realizarão milagres pelo poder satânico: "E da boca do dragão, e da boca da besta, e da boca do falso profeta vi saírem três espíritos imundos, semelhantes a rãs, porque são espíritos de demônios, que fazem prodígios (...)" (Ap 16.13,14).

Constatam-se também ocorrências miraculosas por meio de ídolos. Isso cria séria dificuldade para explicar, principalmente a pessoas idosas e sinceras na sua crença, que a "graça recebida", como normalmente dizem, não foi mérito divino. A verdade, no entanto, é que Satanás – que não sabe fazer o bem, embora, em certas ocasiões, tente mostrar o contrário – impinge uma doença em alguém, depois induz essa mesma pessoa a buscar a cura diante de um ídolo. Ele, como autor da doença, remove-a para transparecer que o ídolo realizou tal proeza; assim, consegue desviar as pessoas ignorantes de buscarem a Deus e de darem a Ele a devida glória! O apóstolo Paulo vê íntima relação entre os ídolos e os demônios: "Mas que digo? Que o ídolo é alguma coisa? Ou que o sacrificado ao ídolo é alguma coisa? Antes, digo que as coisas que os gentios sacrificam, as sacrificam aos demônios e não a Deus. E não quero que sejais participantes com os demônios" (1 Co 10.19,20). Os milagres, entretanto, não são a coisa mais importante que o evangelho tem a oferecer; por isso é que a Igreja de Jesus não o coloca como carro-chefe do seu discurso. Paulo Romeiro diz:

> Assim, milagre não é diploma de bom comportamento, nem prova da aprovação de Deus quanto ao ministério de alguém. O povo de Israel viu tantos milagres no Egito e no deserto e, mesmo assim, irritou o Senhor de tal maneira que apenas dois deles, dos que saíram do Egito, entraram em Canaã: Josué e Calebe.[28]

A incidência de milagres confirma a ação sobrenatural, mediante a oração, entre os crentes, mas não ultrapassa a mensagem transmitida pela Palavra escrita e nem mesmo se deve esperar que o milagre confirme essa Palavra, mesmo que se ore por ele, porque o milagre depende sempre da disposição de Deus para realizá-lo.

A razão dos milagres

De acordo com as Escrituras, o milagre é uma ação decorrente do poder de Deus, a fim de despertar o homem para olhar para Ele. Jesus realizou muitos milagres. João, em seu Evangelho, denominou-os de "sinais", porque entendia que os milagres tinham essa função: "Jesus, pois, operou também, em presença de seus discípulos, muitos outros sinais, que não estão escritos neste livro. Estes, porém, foram escritos para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome" (Jo 20.30,31). "Jesus principiou assim os seus sinais em Caná da Galileia e manifestou a sua glória, e os seus discípulos creram nele" (Jo 2.11). Contudo, os milagres, além de serem um meio de atrair pessoas a Cristo, fortalecendo-lhes a fé, e de serem um meio pelo qual o nome do Senhor é glorificado (Mt 15.31), eles contemplam também os necessitados. Jesus era movido de compaixão pelos que sofriam, por isso, operava milagres entre o povo (Mt 15.32). Os milagres são necessários porque as pessoas precisam deles. Há situações que exigem a intervenção de um milagre, e Deus não é insensível a isso.

De acordo com as Escrituras, o milagre é uma ação decorrente do poder de Deus, a fim de despertar o homem para olhar para Ele. Jesus realizou muitos milagres.

Os milagres no ministério de Jesus davam testemunho de Deus: "Mas eu tenho maior testemunho do que o de João, porque as obras que o Pai me deu para realizar, as mesmas obras que eu faço testificam de mim, de que o Pai me enviou" (Jo 5.36). "Varões israelitas,

28. ROMEIRO, Paulo. *Evangélicos em Crise*. São Paulo, SP: Editora Mundo Cristão, 1995. p. 93.

escutai estas palavras: A Jesus Nazareno, varão aprovado por Deus entre vós com maravilhas, prodígios e sinais, que Deus por ele fez no meio de vós, como vós mesmos bem sabeis" (At 2.22).

É lícito ao crente pedir milagres hoje?

Esse é mais um ponto divergente entre a teologia pentecostal e a tradicional, defendida pela maioria dos teólogos reformados. Para eles, mesmo que o milagre exista, trata-se de algo que procede espontaneamente de Deus, sem que se peça por isso, embora alguns desses teólogos concordem que se deva pedir por milagre, desde que a razão dessa busca seja legítima e necessária; mas jamais se deve pedir pela capacitação divina para realizá-lo.[29] Isso consiste em erro, e a principal razão alegada por eles é que um poder como esse incitaria a vaidade pessoal. O caso preferido para justificar o erro em buscar-se por poder sobrenatural para a realização de milagre é o de Simão, em Samaria, o qual, depois de ver Deus usando Pedro para orar pelas pessoas, a fim de que recebessem o Espírito Santo, ofereceu dinheiro ao apóstolo, na esperança de obter o mesmo poder. Pedro repreendeu-o severamente: " Tu não tens parte nem sorte nesta palavra, porque o teu coração não é reto diante de Deus. Arrepende-te, pois, dessa tua iniquidade e ora a Deus, para que, porventura, te seja perdoado o pensamento do teu coração" (At 8.21,22). Há, também, casos citados por eles em que pessoas queriam ver algum milagre feito por Jesus, por mera admiração ou curiosidade; porém, Jesus não as atendeu (Mt 16.1-4; Lc 23.8).

O conservadorismo teológico tem impedido teólogos e igrejas históricas de avançarem no campo espiritual por atribuir acontecimentos dessa natureza à Igreja primitiva. Esse desinteresse não os torna menos espirituais; todavia, priva-os de algo que certamente nunca foi interrompido na história da Igreja, mesmo porque não há texto bíblico algum que dê data de validade para os milagres. Mas, como dissemos, não são todos que atribuem os milagres somente ao passado da Igreja. Grudem diz: "Longe de ensinar que não devemos pedir milagres a Deus, esse exemplo da Igreja primitiva nos incentiva a fazê-lo"[30]. Se os milagres se realizavam nas igrejas, mesmo onde a presença apostólica não é mencionada, por que as igrejas podiam experimentá-los antes e hoje não podem mais? E, para que os milagres aconteçam, é necessário que tanto as orações da Igreja – como um todo – como os crentes em particular gozem desse poder. É isso que se depreende dos dons espirituais, conforme a lista de 1 Coríntios 12. Nela estão os dons de curar, a operação de maravilhas (1 Co 12.9,10). O apóstolo incentiva os crentes a procurarem com zelo os melhores dons (1 Co 12.31), e, entre estes, estão os que acabamos de mencionar.

---

29. Como é o caso dos "dons de curar" e o dom de "operação de maravilhas", conforme 1 Coríntios 12.9,10.

30. GRUDEM. 2005. p. 299.

A EXISTÊNCIA DO MAL

A questão do mal e suas diferentes faces, como o *mal moral*, o *mal físico* e o *mal social*, são assuntos tratados mais especificamente no capítulo dedicado ao estudo do pecado; entretanto, cabe aqui uma breve reflexão sobre ele no que tange a sua relação com Deus a partir da velha e recorrente pergunta: Se há um Deus bom, por que o mal existe?

Se, como vimos, Deus é criador e, na Sua providência, é sustentador e governador de todas as coisas, por que o mal está presente no mundo? A presença do mal se deve a algum tipo de falta de controle? Há certo abandono de Deus às Suas criaturas? Há algum tipo de ação voluntária de Deus que privilegia uns enquanto maltrata outros? Perguntas desse tipo e outras tantas são levantadas diariamente, algumas das quais chegam a ser inconsequentes e blasfemas contra Deus, além de contribuírem para a descrença nele.

Nós, humanos, temos muitas indagações sobre a existência do mal. Apesar das perguntas, o comportamento das pessoas que temem a Deus é aceitar normalmente as informações como elas são, sem discuti-las, quando não são capazes de compreendê-las; já o comportamento de outros é buscar compreender melhor a razão daquilo para o que não é aparentemente aceitável. Há os que se revoltam contra Deus por não serem capazes de conceber um Deus que, embora tendo todo o poder, não somente permite que coisas ruins aconteçam como ainda provoca certos acontecimentos, como podemos constatar nas próprias Escrituras Sagradas. Há, por outro lado, os que preferem

O gnosticismo passou por diferentes fases. Na primeira fase, mostrou-se radical na questão do uso do corpo. Para livrar-se do mal, o caminho era mutilar o corpo, afastar-se dos prazeres.

admitir que o mundo criado por Deus está sujeito a leis naturais, independentemente de quaisquer ações divinas constantes.

Filósofos e teólogos da antiguidade, implicados com a existência do mal, já buscavam respostas e soluções para ele. Leibnitz usou o termo *teodiceia* pela primeira vez em 1710. Da junção de duas palavras gregas, *theo*, "Deus", e *dikis*, "justiça"[31], vem o termo. O vocábulo surgiu como uma forma de justificar as ações de Deus no mundo quando elas parecem não serem compatíveis com a Sua inerente bondade. Por isso, a disciplina que estuda a existência do mal é chamada de *Teodiceia.*

É preciso adentrarmos em um tema como esse com humildade e inteira submissão ao Espírito da Graça, a fim de que não caiamos em extremos, quer do fatalismo, quer de algum tipo de revolta, por tirarmos conclusões precipitadas sobre o assunto, mesmo sabendo que não obteremos todas as respostas almejadas. Nesse caso, resta-nos admitir que estamos diante de um Deus que está muito acima da nossa compreensão, e que nenhum teólogo no mundo, por mais erudito que seja, será capaz de responder a todas as questões que nós, por conta dos nossos conflitos e da nossa natureza pecaminosa e mortal, poderemos alcançar, aceitando, de antemão, as palavras do próprio Deus dadas por intermédio do profeta Isaías: "Porque os meus pensamentos não são os vossos pensamentos, nem os vossos caminhos, os meus caminhos, diz o SENHOR. Porque, assim como os céus são mais altos do que a terra, assim são os meus caminhos mais altos do que os vossos caminhos, e os meus pensamentos, mais altos do que os vossos pensamentos" (Is 55.8,9).

A origem do mal moral

Seja o pecado cometido por Lúcifer, que resultou na sua queda (Is 14.12), seja o pecado do homem. Em ambos os casos, tem-se a origem do mal que, nos seus diferentes aspectos, espalhou-se no cosmos, passando a ser combatido, algumas vezes, com sucesso, e, outras vezes, sem. Satanás trouxe o mal à terra. Com a queda, o homem

31. CHAMPLIN; BENTES. 1991. v. VI. p. 461.

abraçou e espalhou o mal moral aos seus descendentes, e, hoje, o que se presencia no mundo é a contaminação da humanidade pelos famosos pecados capitais, que são: o orgulho, a inveja, a raiva, a preguiça, a avareza, a glutonaria e a libertinagem em seus respectivos desdobramentos, como roubos, corrupções, atos de violência, prisões, fome, miséria, guerras etc.

O mal natural

Também conhecido como *mal físico*, essa espécie de mal se aplica à natureza, provocando catástrofes, terremotos, vulcões, tornados, maremotos, epidemias, inundações, secas, fome, enfermidades, acidentes e mortes. Como conciliar o mal moral com o mal natural? Em muitos casos, é até possível, quando se observa o quanto o homem mexe com a natureza, mas, quando o mal aparenta ser involuntário, e pessoas inocentes são vitimadas, as indagações aumentam.

Conceituação do mal

Antes de tudo é preciso buscar uma conceituação do mal. O que é o mal? Em que consiste? É uma pessoa ou simplesmente a ausência do bem? Para Agostinho e Tomás de Aquino, o mal não é uma entidade positiva. Etimologicamente, o mal é aquilo que prejudica ou se opõe ao bem; (é) desgraça; calamidade; castigo; punição; prejuízo; inconveniente; imperfeição.[32]

Soluções para o problema do mal

Os gnósticos[33] julgavam ter encontrado a causa do mal e também o modo como livrar-se dele. Satisfeitos com o entendimento de que o mal está na matéria, tentaram introduzir o seu modo de entender e de lidar com esse assunto dentro da Igreja dos primeiros dias, causando muitos desentendimentos entre os crentes e provocando os apóstolos a tomarem algumas medidas severas para que a explicação filosófica alimentada pelos gnósticos não interferisse na doutrina cristã. Os apóstolos Paulo e João foram os que mais combateram a heresia gnóstica.

O gnosticismo passou por diferentes fases. Na primeira fase, mostrou-se radical na questão do uso do corpo. Para livrar-se do mal, o caminho era mutilar o corpo, afastar-se dos prazeres e até mesmo da alimentação, afinal, nutrir a matéria é contaminar-se com ela, uma vez que é na matéria que reside o mal.

---

32. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 1. ed. São Paulo: Editora Texto, 2008. p. 1004.

33. Gnosticismo: corrente filosófica que nasceu em meados do primeiro século e que perdurou até meados do segundo século da era cristã.

O Dicionário de Teologia e Filosofia de Champlin e Bentes apresenta uma lista de correntes de pensamentos, tanto filosóficos como cristãos, que tentam justificar o problema do mal. Nessa lista, são apresentados o ponto de vista *natural*, que alega que "tudo quanto existe é apenas a matéria, e tudo quanto acontece é apenas movimento da matéria". O ponto de vista *deísta*, que admite haver um Deus criador: "Todavia, Deus não se faz presente no mundo, nem mantém qualquer interesse pelo mesmo". Como os deístas acreditam que Deus criou o mundo, estabeleceu leis e afastou-se dele, a posição deísta equivale à ateísta, para a qual não há Deus por trás do mundo. Prosseguem os mesmos autores, na sua lista, apresentando, ainda, outras posições, tais como: o ponto de vista do *pessimismo*, que, embora admita que Deus seja onipotente, não é benévolo. Essa corrente é representada pelo filósofo alemão Schopenhauer, para o qual a própria existência é um mal. O *voluntarismo cristão* diz que Deus faz todas as coisas, inclusive o mal, por Sua vontade, e não há nada que o homem possa fazer em contrário. O *dualismo*, por sua vez, alega que o bem e o mal coexistem, e que, um dia, o bem vencerá o mal, não o eliminando, mas separando-o. O *zoroastrismo* é uma religião dualista. O *tiquismo* (gr. *tuche*, "chance") é pessimista. O caos e a chance coexistem sem que haja qualquer desígnio. Finalmente, o ponto de vista do *otimismo*, que se contenta em afirmar que, apesar de tudo, o mundo é o melhor dos mundos.[34]

Os autores Moreland e William Craig, além do *problema do mal* em si – em que tratam do *mal moral* e do *mal natural* –, acrescentam dois itens: o *problema intelectual do mal* e o *problema emocional do mal*. Em o *problema intelectual do mal*, dizem que os pensadores de hoje reconhecem esse problema sob os seguintes rótulos: "dedutivo", "indutivo", "lógico", "probabilístico", probático" etc. Já para esses autores, parece mais útil distinguir entre o *problema interno* e *o problema externo* do mal. O *problema interno* assume duas formas: a *versão lógica* e a *versão probabilística*. Na primeira, "o objetivo do opositor é demonstrar a impossibilidade lógica de que Deus e o mal coexistem (...); os dois são logicamente incompatíveis". Já a *versão probabilística do problema do mal* "admite a possibilidade da coexistência divina com o mal, mas insiste na alta improbabilidade de que tanto Deus como o mal existem no mundo".[35]

Quanto ao *problema emocional do mal*, é levada em consideração a dor da alma daquele que sofre, independente de compreender intelectualmente a razão do mal que o aflige. Um sofredor espera mais do que compreender a razão do sofrimento, o calor da presença de um amigo solidário. Talvez os amigos de Jó fizessem mais por ele se permanecessem calados. Prosseguem esses dois autores:

---

34. CHAMPLIN; BENTES. 1991. v. V. p. 408.

35. MORELAND. 2005. p. 668.

> O que se pode dizer aos que estão sofrendo sob o problema emocional do mal? Em um sentido, a coisa mais importante pode não ser o que alguém diz. A coisa mais importante pode ser simplesmente estar ali como amigo amoroso e ouvinte compreensivo. Mas algumas pessoas podem precisar de conselho, e nós mesmos precisaremos lidar com o problema ao sofrer.[36]

Os escritores sagrados se empenharam em demonstrar, do primeiro ao último capítulo da Bíblia, que há um conflito instalado entre o bem e o mal, seja ele voluntário ou involuntário e causado por força da natureza, do diabo, do homem e do próprio Deus, quando lhe convém enviá-lo por conta da Sua soberana vontade, visando sempre a algum objetivo maior.

A relação de Deus com o mal

Há, nas Escrituras, muitos casos em que o mal ocorre tanto por permissão como, às vezes, por determinação divina, conforme veremos a seguir. Depois de lermos essas passagens, podemos inclinar-nos a entendê-las sob perspectivas peculiares, sobre as quais opinam calvinistas e arminianos, respectivamente, levando em conta que ambas as correntes, embora divergentes quanto à questão soteriológica, mostram-se altamente respeitosas em relação às ações soberanas de Deus.

Os calvinistas tendem a ver a ação de Deus, nesses casos, como fruto da Sua livre decisão, por ser Ele um Deus que escolhe o que quer para as Suas criaturas, conforme lhe apraz; por outro lado, há os que entendem que Deus age pelo princípio dos extremos, por meio do qual Ele potencializa o mal naqueles em quem o mal já é fortemente presente. É, por exemplo, o caso dos ímpios, que deliberadamente ignoram a Deus, e, nesse caso, Deus os "entrega" às suas próprias paixões: "Porque do céu se manifesta a ira de Deus sobre toda impiedade e injustiça dos homens que detêm a verdade em injustiça; porquanto o que de Deus se pode conhecer neles se manifesta, porque Deus lho manifestou. Porque as suas coisas invisíveis, desde a criação do mundo, tanto o seu eterno poder como a sua divindade, se entendem e claramente se veem pelas coisas que estão criadas, para que eles fiquem inescusáveis; porquanto, tendo conhecido a Deus, não o glorificaram como Deus, nem lhe deram graças; antes, em seus discursos se desvaneceram, e o seu coração insensato se obscureceu. Dizendo-se sábios, tornaram-se loucos. E mudaram a glória do Deus incorruptível em semelhança da imagem de homem corruptível, e de aves, e de quadrúpedes, e de répteis. Pelo que também **Deus os entregou**[37] às concupiscências do seu coração, à imundícia, para desonrarem o seu corpo entre si" (Rm 1.18-24).

---

36. MORELAND. 2005. p. 668.

37. Grifo do autor.

Há razões que transcendem a compreensão humana sobre a existência do mal no mundo. Para que o homem fosse provocado à prática do mal, isso só seria possível se ele fosse tentado pelo próprio mal. Por isso, antes que tentássemos entender a razão por que o mal nasceu, teríamos de recorrer à sua origem naquele que se lançou a ele, quando ainda gozava da plena comunhão com Deus: Lúcifer (Is 14.12-20).[38] A queda do homem, por fim, contribuiu para a legalização do mal no mundo, e, assim, para que ele seja mudado e venha a livrar-se do mal, é preciso empreender um grande esforço, mesmo depois de haver sido alcançado pela graça de Deus. A salvação não isenta o homem dos males deste mundo; antes, está exposto a uma vida de lutas e de sofrimentos (Ef 6.12; Rm 8.18; 2 Co 11.16-30).

Quando o mal vem de Deus

Podemos iniciar com um dos casos mais comuns a essa questão, como o endurecimento do coração de Faraó. Isso ocorreu várias vezes, para que ele não aceitasse liberar os hebreus da terra do Egito, quando Moisés lhe pediu que fizesse: "E disse o SENHOR a Moisés: Quando voltares ao Egito, atenta que faças diante de Faraó todas as maravilhas que tenho posto na tua mão; mas eu endurecerei o seu coração, para que não deixe ir o povo" (Êx 4.21). Depois desse aviso, constata-se que o coração de Faraó se endureceu após cada expediente que Moisés teve com ele: "Porém o SENHOR endureceu o coração de Faraó, e não os ouviu, como o SENHOR tinha dito a Moisés" (Êx 9.12). Esse endurecimento se constata novamente outras vezes (Êx 10.20, 27; 11.10; 14.4,8). Além disso, há menções de que o próprio Faraó endureceu o seu coração (Êx 8.15,32; 9.34). Por que Deus fez isso? Ele não plantou o mal no coração de Faraó, apenas o potencializou, para mostrar quanto o mal já estava arraigado no coração do

Diálogo de Moisés com o Faraó

38. Recomendo a leitura do tópico "A queda do anjo maior" no capítulo intitulado "Angelologia", v. 2.

rei. Além disso, o Senhor conhecia bem o nível de desrespeito que Faraó guardava no seu íntimo contra Ele. Quando Moisés comunicou que sairia com o povo, Faraó ainda ousou desafiar a Deus: "Mas Faraó disse: Quem é o SENHOR, cuja voz eu ouvirei, para deixar ir Israel? Não conheço o SENHOR, nem tampouco deixarei ir Israel" (Êx 5.2).

Depreende-se desse fato que, ao endurecer o coração de Faraó, o Senhor estivesse apenas intensificando o mal ali existente para contrastar com o Seu poder, manifestando a Sua glória no meio do Seu povo, a fim de que os hebreus – os quais, mais tarde, também se mostrariam rebeldes a Deus em muitas circunstâncias – pudessem perceber quanto Ele os amava. Pelo menos é assim que o apóstolo Paulo entende esse episódio: "Porque diz a Escritura a Faraó: Para isto mesmo te levantei, para em ti mostrar o meu poder e para que o meu nome seja anunciado em toda a terra. Logo, pois, compadece-se de quem quer e endurece a quem quer" (Rm 9.17,18).

Outro fato curioso ocorre quando Deus incita Davi a fazer um censo em Israel, depois o condena por isso: "E a ira do Senhor se tornou a acender contra Israel, e ele incitou a Davi contra eles, dizendo: Vai, numera a Israel e a Judá" (2 Sm 24.1). Depois o rei Davi se arrependeu do que fez: "E o coração doeu a Davi, depois de haver numerado o povo, e disse Davi ao SENHOR: Muito pequei no que fiz; porém agora, ó SENHOR, peço-te que traspasses a iniquidade do teu servo; porque tenho procedido mui loucamente" (2 Sm 24.10).

Qualquer pessoa diria que Davi não tinha de sentir-se culpado pelo que fez, uma vez que fora incitado pelo Senhor; mas não foi o que aconteceu. Antes, reconheceu haver pecado contra o Senhor por algo que procedera do próprio Deus. Como resolver esse impasse, já que Davi não culpou a Deus, mas a si mesmo pelo que fizera? Basta compreender a razão por que Deus disparou tal ação incitando Davi a fazê-la. Há três influências que cooperaram para o gesto de Davi: a de Deus, a de Satanás e a do próprio Davi. "Então, Satanás se levantou contra Israel e incitou Davi a numerar o povo" (1 Cr 21.1). O alvo era a nação. Satanás acabou sendo usado para um fim comum que resultaria numa punição ao povo: "E Gade veio a Davi e lhe disse: Assim diz o SENHOR: Escolhe para ti: ou três anos de fome, ou que três meses te consumas diante de teus adversários, e a espada de teus inimigos te alcance, ou que três dias a espada do SENHOR, isto é, a peste na terra e o anjo do SENHOR destruam todos os termos de Israel; vê, pois, agora, que resposta hei de levar a quem me enviou. Então, disse Davi a Gade: Estou em grande angústia; caia eu, pois, nas mãos do SENHOR, porque são muitíssimas as suas misericórdias; mas que eu não caia nas mãos dos homens. Mandou, pois, o SENHOR a peste a Israel; e caíram de Israel setenta mil homens" (1 Cr 21.11-14).

O que dizer de Jó, homem "sincero, reto e temente a Deus; e desviava-se do mal" (Jó 1.1), quando, depois de um diálogo entre Deus e o diabo, torna-se o objeto de uma espécie de aposta entre eles? Jó sofreu para que Deus provasse a Satanás que um justo poderia passar por todos os tipos de vicissitudes e, ainda assim, permanecer fiel a Ele, mesmo que deixasse de gozar dos Seus benefícios! Ele perdeu a família, todos os bens,

Jó ouvindo sobre sua ruína

a saúde, foi injuriado pelos amigos e tentado a negar a Deus, por incitação de sua mulher, o que ele se recusou a fazer. Mas Deus teria de provar alguma coisa a Satanás? Absolutamente não! Entretanto, por que o fez? Porque a experiência de Jó se tornaria uma referência a todos os fiéis da história, mostrando que a fidelidade a Deus não deve depender de circunstâncias. Quem pretende demonstrar fidelidade a Deus apenas na bonança está longe de compreender o que significa amá-lo de verdade.

E quando o Senhor mandou um espírito de mentira sobre os profetas de Acabe? Acabe, rei de Israel, convidou Josafá, rei de Judá, para unir-se a ele em uma guerra contra a Síria para reivindicar Ramote-Gileade; mas, para ter certeza de que estaria agindo corretamente, Acabe convocou os seus profetas, cerca de 400 homens, os quais lhe asseguraram de que seria bem-sucedido. Josafá sugeriu que se consultasse também um profeta do Senhor para saber qual seria o seu parecer. Chamaram Micaías. Esse profeta, no princípio, concordou com a fala dos outros profetas, mas Acabe desconfiou da sua profecia e o acusou de não estar sendo sincero. Já que era assim, Micaías falou a verdade, contrariando a fala que todos os profetas mentirosos do rei proferiram para bajulá-lo. O rei mostrou-se insatisfeito com a atitude de Micaías. Mas Acabe estava longe de Deus, e essa guerra poria fim à sua vida. Deus queria mesmo que Israel fosse à peleja, para que Acabe fosse penalizado, porque, por influência de sua mulher, Jezabel, oficializou o culto ao deus Baal, em Israel. Nessa hora, um espírito mentiroso, da parte do Senhor, convence Acabe a guerrear contra a Síria: "Então, saiu um espírito, e se apresentou diante do SENHOR, e disse: Eu o induzirei. E o SENHOR lhe disse: Com quê? E disse ele: Eu sairei e serei um espírito da mentira na boca de todos os seus profetas. E ele disse: Tu o induzirás e ainda prevalecerás; sai e faze assim. Agora, pois, eis que o SENHOR pôs o espírito da mentira na boca de todos estes teus profetas, e o SENHOR falou mal contra ti" (1 Rs 22.21-23). Jeremias, num momento de crise, admitiu ter sido enganado por Deus: " Iludiste-me, ó SENHOR, e iludido fiquei; mais forte foste do que eu e prevaleceste; sirvo de escárnio todo o dia; cada um deles zomba de

mim" (Jr 20.7). Diz também a Escritura que o Senhor enviará a operação do erro, para que creiam na mentira do anticristo (2 Ts 2.11,12).

Certamente o espírito de mentira não era um demônio; provavelmente, um anjo a serviço do Senhor que, por meio do engano, provocava uma situação favorável ao envio de um juízo contra um rei que não apenas se havia permitido enganar por sua mulher, como ainda induzira a nação toda ao engano do culto a Baal, quando conhecia o Deus vivo. O prêmio da mentira para o mentiroso é ser enganado. Jacó mentiu para o seu pai: seu sogro Labão mentiu para ele. O fato de Deus haver usado vez por outra esse recurso não nos autoriza a fazer o mesmo. O Senhor fez uso desse expediente para uma causa justa sem, por isso, ter-se submetido a qualquer ação diabólica, visto que o diabo é o pai da mentira. As parteiras do Egito mentiram às autoridades quanto à ordem de matarem os meninos hebreus ao nascerem, dizendo que as mulheres hebreias eram espertas e faziam o próprio parto antes que elas chegassem: "Portanto, Deus fez bem às parteiras. E o povo se aumentou e se fortaleceu muito" (Êx 1.20). Nesse caso, deparamo-nos com um conflito axiológico em que dois valores se chocam: o da manutenção da vida e o de um princípio ético. Quando dois valores se chocam, prevalece o valor maior!

José entendeu que todos os males sofridos na vida por parte dos seus irmãos tinham como objetivo um bem maior no futuro. Deus antevia o dia quando a terra passaria por grande estiagem e falta de alimento; para isso, preparou o terreno para que José fosse parar no Egito, inicialmente como escravo, prisioneiro e, por fim, como sábio governador. José discerniu o sonho de Faraó acerca desse tempo e ofereceu-se para administrar o Egito durante sete anos de fartura, a fim de que armazenasse alimento para garantir outros sete anos de fome que assolariam a terra. Chegado esse tempo, seus irmãos foram ao Egito para comprar comida. José os reconheceu. Depois de haver dado um pequeno susto nos irmãos, identificou-se a eles. Sua conclusão foi: "Agora, pois, não vos entristeçais, nem vos pese aos vossos

José interpretando o sonho do Faraó

olhos por me haverdes vendido para cá; porque, para conservação da vida, Deus me enviou diante da vossa face" (Gn 45.5).

Há outros exemplos que poderíamos explorar: Deus levantou Hadade (1 Rs 11.14) e depois levantou Rezom, filho de Eliada, contra Salomão (1 Rs 11.23); levantou Nabucodonosor contra Judá (Jr 25.9); permitiu uma tempestade, pondo em risco a vida de pessoas inocentes por causa do teimoso profeta Jonas (Jn 1.15) etc. Em todos esses casos, Deus envia o mal como parte da Sua providência! "Eu formo a luz e crio as trevas; eu faço a paz e crio o mal; eu, o SENHOR, faço todas essas coisas" (Is 45.7; cf. Lm 3.38; Is 63.17). Pode parecer contraditório tudo isso quando lemos Tiago: "Ninguém, sendo tentado, diga: de Deus sou tentado; porque Deus não pode ser tentado pelo mal e a ninguém tenta" (Tg 1.13). A questão se dissipa pela compreensão do significado do termo "mal" aqui empregado. Nos exemplos dados anteriormente, o mal significa punição, juízo, castigo; nesse caso, Tiago refere-se ao mal moral, ou seja, ao pecado.

No Novo Testamento, encontramos uma situação diferente. As ações de Deus em relação ao Seu povo se mostram sempre pacíficas. Os pecados são tratados individualmente, como foi o caso de Ananias e Safira ao mentirem sobre o valor da propriedade vendida (At 5). Coletivamente, Deus se mostra tolerante com o povo da graça, ainda que não menos exigente quanto à obediência a Ele. Ele não tem nada contra a Igreja (1 Ts 5.9). Os males que sofremos neste mundo fazem parte do presente sistema. Ainda vivemos no tempo das primeiras coisas (Ap 21.4). Está prometido para nós – e isso também é parte da providência divina – um segundo tempo, eterno e de plena paz: "E Deus limpará de seus olhos toda lágrima, e não haverá mais morte, nem pranto, nem clamor, nem dor, porque já as primeiras coisas são passadas" (Ap 21.4). "Mas, como está escrito: As coisas que o olho não viu, e o ouvido não ouviu, e não subiram ao coração do homem são as que Deus preparou para os que o amam" (1 Co 2.9).

O SER DE DEUS

Um estudo sobre o ser divino pode levar-nos a inúmeros caminhos de reflexão, pelos quais já passaram teólogos, filósofos, pensadores do mais alto nível até os pensadores comuns entre os seres humanos. Os instrumentos utilizados para a busca desse conhecimento, além das Escrituras Sagradas – pelos que exercem a crença judaica e a fé cristã –, estão em muita literatura produzida a partir de observações da natureza, do ciclo da vida e em inúmeras experiências místicas, que exigem, obrigatoriamente, a crença em um ser superior ao qual chamamos de Deus.

É irônico pensar que até os crentes mais convictos empreendam esforços para defender a existência de Deus. Chega parecer um ato contraditório, para os que dizem estar ao lado de Deus, qualquer tentativa de provar a Sua existência. Não deixa de ser uma atitude audaciosa; afinal, é a criatura discutindo a existência do Criador. Costuma-se justificar essa atitude pelo fato de haver quem negue que há um Deus ou descreia disso. Discutir a existência de Deus chega a ser um insulto ao Criador, que jamais poderia estar sujeito a um expediente como esse.

O teólogo Paul Tillich diz em sua Teologia Sistemática: "Deus não existe. Quem existe é o homem. Deus é!". "Afinal", diz Tillich, "tudo o que tem existência, necessariamente, tem um começo, e Deus não teve começo, Ele sempre foi. Deus é essência, o homem, existência". Da essência, emerge a existência; por isso, torna-se incabível ao ser criado (ser existente) querer inserir Deus (essência) no âmbito da existência,

numa tentativa de compará-lo a si mesmo, porque a mente humana está viciada no pensamento de que tudo o que existe tem um começo, o que pressupõe também a necessidade de ter um fim. Tillich parte do conceito aristotélico de *ato* e *potência*. Para Aristóteles, Deus é ato puro, e a criação é potência. O ato gera a potência.

> Os escolásticos estavam certos quando afirmaram que, em Deus, não existe diferença entre essência e existência. Mas eles perverteram essa intuição quando, apesar dessa afirmação, falaram da existência de Deus e tentaram argumentar a favor dela. De fato, eles não queriam dizer "existência". Eles queriam dizer a realidade, a validez, a verdade da ideia de Deus, uma ideia que não trazia a conotação de algo ou alguém que pudesse existir ou não. Contudo, é esta a forma pela qual a ideia de Deus é entendida hoje tanto nas discussões acadêmicas como nas populares sobre a "existência de Deus". Seria uma grande vitória para a apologética cristã se as palavras "Deus" e "existência" fossem definitivamente separadas, exceto no paradoxo do Deus que se tornou manifesto sob as condições da existência, isto é, no paradoxo cristológico. Deus não existe. Ele é o ser-em-si para além da essência e existência. Portanto, argumentar a favor da existência de Deus é a mesma coisa que negá-lo.[39]

O pressuposto em torno de um ser superior em todos os sentidos exige necessariamente a crença em alguém que não teve começo nem terá fim, que saiba todas as coisas, que esteja presente em todos os lugares ao mesmo tempo e que possa ter tudo o que quiser. Essa ideia está presente no nome *El-Shaddai*. Além disso, a Bíblia Sagrada demonstra toda essa amplidão irrestrita em Deus, a qual chamamos de "Atributos de Deus". Desse modo, temos uma ideia do óbvio; um nome e uma revelação que nos faz mergulhar nesse mar profundo e infinito do conhecimento infindo de alguém que nem sequer deveria ser chamado de grande, porque isso ainda o colocaria em comparação com uma medida qualquer; afinal, tudo o que é grande é assim determinado em relação a alguma coisa, e, terminantemente, não há nada que se possa comparar a Deus em grandeza. Ele é imensurável!

No entanto, por que lemos na Bíblia sobre a grandeza de Deus? "Grande é o SENHOR e muito digno de louvor; e a sua grandeza, inescrutável" (Sl 145.3); "Louvai-o pelos seus atos poderosos; louvai-o conforme a excelência da sua grandeza" (Sl 150.2); "Assim, era ele formoso na sua grandeza, na extensão dos seus ramos, porque a sua raiz estava junto às muitas águas" (Ez 31.7); "Filho do homem, dize a Faraó, rei do Egito, e à sua multidão: A quem és semelhante na tua grandeza?" (Ez 31.2); "Porventura segundo a grandeza de seu poder contenderia comigo? Não: ele antes me atenderia" (Jó 23.6); Paulo vai um pouco além ao incluir um superlativo junto ao substantivo "grandeza": "E qual a sobre-excelente grandeza do seu poder sobre nós, os que cremos, segundo

39. TILLICH, Paul. *Teologia Sistemática*. 4. ed. S. Leopoldo, RS: Editora Sinodal, 1987. p. 174,175.

a operação da força do seu poder" (Ef 1.19). Ora, chamamos Deus de grande porque essa é a melhor descrição que encontramos no vocabulário terreno, visto que Ele não pode sequer ser vernaculizado na Sua infinitude!

Afinal, tudo o que é grande é assim determinado em relação a alguma coisa, e, terminantemente, não há nada que se possa comparar a Deus em grandeza. Ele é imensurável!

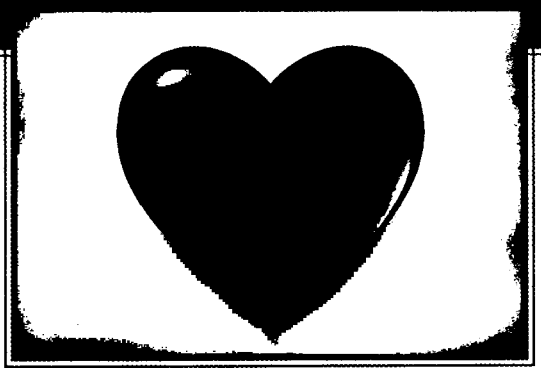
A personalidade de Deus

Deus é um ser pessoal, logo, tem personalidade, assim como os seres que Ele criou à Sua imagem e semelhança. Do ponto de vista humano, a personalidade é o conjunto integrado, dinâmico e funcional de todas as características físicas, mentais, espirituais, sociais e emocionais que formam a individualidade de uma pessoa. É uma construção que se inicia no nascimento e vai sendo influenciada por um conjunto de fatores *internos* (traços hereditários e maturação) e *externos* (ambiente social e alimentação). Desses fatores, resultam pessoas alegres ou tristes; extrovertidas ou introvertidas; divertidas ou mal-humoradas; calmas ou agitadas; impulsivas ou recatadas etc. Há quase 50 teorias para o termo *personalidade*, segundo Gordon W. Allport (1897-1967). Mas não podemos enquadrar Deus em nenhuma categoria de estudo que o iguale aos homens em personalidade. Sua personalidade é única e não passa por processo de aperfeiçoamento algum ou mudança. No entanto, encontramos em Deus aspectos de personalidade semelhantes aos nossos, tais como: *intelecto, vontade* e *sensibilidade*.[40]

Admitir a personalidade de Deus é aceitar o que a Bíblia revela sobre Ele. Nos diálogos abertos com o Seu povo, principalmente quando o faz por intermédio dos profetas, Ele mesmo deixa claro os Seus sentimentos nos relacionamentos recíprocos. Embora explicite os Seus preceitos por meio de leis, dizendo o que quer e o que não quer, de que gosta e de que não gosta, interage com o homem por meio de contratos, como, por exemplo, ao decretar leis de bênçãos e maldições, as quais foram lidas nos montes Ebal e Gerizim, respectivamente (Dt 27 e 28); ou quando, por intermédio dos profetas, faz uma relação de troca: "Inclinai os ouvidos e vinde a mim; ouvi, e a vossa alma viverá; porque convosco farei um concerto perpétuo, dando-vos as firmes beneficências de Davi" (Is 55.3); "Chegai-vos a Deus, e ele se chegará a vós. Limpai as mãos, pecadores; e, vós de duplo ânimo, purificai o coração" (Tg 4.8).

40. CHAFER. 2003. p. 217.

OS ATRIBUTOS DE DEUS



Deus é um ser pessoal, único, que se revela ao ser humano de modo especial, tornando-o capaz de conhecê-lo, afinal, parte de Deus o interesse em revelar-se aos seres que Ele criou. A expressão "atributos de Deus" é uma linguagem humana, técnica e didática usada na sistematização dos estudos que nos propiciam o aprofundamento e o aprimoramento no conhecimento que podemos ter do caráter de Deus por meio das Escrituras Sagradas.[41] Os atributos de Deus são distinguidos em duas categorias: os incomunicáveis (aqueles que Deus não partilha conosco) e os comunicáveis (aqueles que Deus partilha conosco ou nos comunica).

Atributos incomunicáveis e atributos comunicáveis

Os atributos – ou as qualidades – são características pessoais que podem ou não ser comunicadas ou compartilhadas com o homem. Os *atributos incomunicáveis* são aqueles que Deus reserva unicamente para si, e ser algum, jamais, será capaz de possuir a soberania, a onipotência, a onisciência e a onipresença. Tais características somente são possíveis a um ser incomparável e infinito como Deus. Já os *atributos comunicáveis* são aqueles que Deus deseja compartilhar com o homem. São atributos por meio dos

41. GRUDEM. 2005. p. 105.

quais Deus deseja reproduzir-se nos seres que Ele criou à Sua imagem e semelhança. Ele é justo, amoroso, bondoso, paciente, fiel, e assim por diante. Nos atributos comunicáveis, estão também os atributos morais ou íntimos, como a Sua vontade e a Sua simplicidade (espiritualidade) e a Sua santidade.

A onisciência de Deus

A palavra *onisciência* é a junção de duas palavras latinas: "o(m)ni" (tudo) e "ciência" (conhecimento). *Onisciência*, portanto, significa "saber tudo". Assim é Deus, uma pessoa que sabe absolutamente tudo. Nada lhe é oculto. O conhecimento humano é gradual e cumulativo e, por mais que cresça, é limitado: "E, se alguém cuida saber alguma coisa, ainda não sabe como convém saber" (1 Co 8.2). Sem contar que está sujeito aos acidentes do esquecimento, quando não exercitado pela memória. O conhecimento de Deus é pleno e permanente e não está sujeito a fator de risco algum.

O conhecimento de Deus é imbuído de duas medidas: *onisciência*, que inclui o conhecimento amplo sobre todas as coisas no universo, e a *presciência*, que inclui o conhecimento antecipado de tudo o que ainda vai acontecer.[42] Quanto ao segundo, há dois debates: um que parte dos *monergistas*, para quem a presciência se dá em relação às predeterminações ou preordenações divinas; e outro que diz respeito à Teologia Relacional (ou mais precisamente ao Teísmo Aberto), que ousa negar que Deus tenha a capacidade de saber antecipadamente o que acontecerá, quando se trata de algo não preordenado por ele.

A *onisciência* divina é atemporal: Deus conhece o presente, o passado e o futuro, e, para Ele, tudo ocorre como fato real, do mesmo modo como a mente humana é capaz de perceber o presente. Mais ainda: Ele é capaz de ver as coisas do futuro como se já houvessem ocorrido: "Que anuncio o fim desde o princípio e, desde a antiguidade, as coisas que ainda não sucederam; que digo: o meu conselho será firme, e farei toda a minha vontade" (Is 46.10). "(...) Chama à existência as coisas que não são" (Rm 4.17*b*). "Diz o Senhor, que faz estas coisas conhecidas desde séculos" (At 15.17,18). Enquanto, para a mente humana, os fatos são sucessivos, para Deus, não há essa dependência do que vem antes e do que vem depois, para saber, de fato, o que elas são.

Deus consegue ver, simultaneamente, dois finais diferentes para uma mesma causa: um bom e um mal, mesmo que algo que Ele veja e que conhece por antecipação não ocorra; tudo depende do rumo que se toma para que o final seja feliz ou não. Há coisas que Ele conhece e que nunca se tornarão reais. Daí por que Ele previne os Seus filhos acerca do amanhã. O resultado final dependerá da atitude tomada mediante o aviso. O Senhor previu que Saul iria perseguir os homens de Davi quando estes estivessem lutando para conquistar a cidade de Queila. Davi tomou conhecimento do que

42. CHAFER. 2003. p. 17.

ocorreria mediante oração. O Senhor tanto disse para ele que Saul e os seus homens tomariam Queila, como também disse que Saul dominaria o seu exército. Para poupar a vida de seus homens, Davi saiu meio sem rumo daquele lugar, e o que era sabido por antecipação não ocorreu (1 Sm 23.5-13).

Outro caso foi o do profeta Eliseu, que se indignou contra o rei Jeoás, porque mandou que ele atirasse flechas ao chão. O rei, em aparente má vontade, atirou três flechas. O profeta o repreendeu por isso: "(...) Cinco ou seis vezes a deverias ter ferido; então, feririas os siros até os consumir; porém agora só três vezes ferirás os siros" (2 Rs 13.19). Havia duas previsões: uma boa e uma má. A falta de percepção do rei Jeoás inclinou-o para uma má escolha. Estaria Deus torcendo para que Jeoás acertasse ou esse foi o sentimento humano do profeta? E quanto a Deus? Ele certamente sabia qual seria o desfecho daquela dramatização. Embora conhecendo o final da história, Deus não faz do homem uma marionete; antes, dá a ele a oportunidade de agir e decidir livremente, porque Ele conhece a capacidade humana para fazer suas escolhas. Deus é honesto! Ele mantém o princípio das escolhas desde o Éden. Certamente isso explica sonhos premonitórios.[43]

Não é raro alguém contar que tem sonhos que sempre acontecem, sendo alguns deles fatais. Isso é um fato real e, portanto, não deve ser desprezado; porém, à luz dos exemplos dados, pode-se entender que Deus, eventualmente, pode prevenir alguns acontecimentos, a fim de que se ore para que não se realizem. No mundo espiritual, há ocorrências programadas para atingir pessoas, e o apóstolo Paulo as considera: "Porque não ignoramos os seus ardis" (2 Co 2.11), diz o apóstolo, referindo-se às artimanhas de Satanás contra os salvos. O termo traduzido por "ardis" no grego é νοήματα, *noemata*, e significa "planos", "projetos", "maquinações".

Deus, na Sua *onisciência*, mostra elevado interesse pelo homem. O ser humano está na mira de Deus: "SENHOR, tu me sondaste e me conheces. Tu conheces o meu assentar e o meu levantar; de longe entendes o meu pensamento. Cercas o meu andar e o meu deitar; e conheces todos os meus caminhos. Sem que haja uma palavra na minha língua, eis que, ó SENHOR, tudo conheces. Tu me cercaste em volta e puseste sobre mim a tua mão. Tal ciência é para mim maravilhosíssima; tão alta, que não a posso atingir. Para onde me irei do teu Espírito ou para onde fugirei da tua face? Se subir ao céu, tu aí estás; se fizer no Seol a minha cama, eis que tu ali estás também; se tomar as asas da alva, se habitar nas extremidades do mar, até ali a tua mão me guiará e a tua destra me susterá. Se disser: decerto que as trevas me encobrirão; então, a noite será luz à roda de mim. Nem ainda as trevas me escondem de ti; mas a noite resplandece como o dia; as trevas e a luz são para ti a mesma coisa" (Sl 139.1-12). "E até mesmo os cabelos da vossa cabeça estão todos contados" (Mt 10.30). "Os olhos do SENHOR estão em todo

43. Monitório, do latim *monitorium*, significa "avisar", "advertir", "aconselhar", de onde vem a expressão "premonição", usada comumente pelos espíritas e nunca pelos evangélicos; trata-se, porém, de uma expressão correta do ponto de vista linguístico. Premonição significa literalmente "avisar antes".

Devido ao fato de que Deus conhece tudo sobre todos os homens, ninguém escapará do juízo vindouro. Não haverá pecado oculto que não seja ali revelado.

lugar, contemplando os maus e os bons" (Pv 15.3).

Devido ao fato de que Deus conhece tudo sobre todos os homens, ninguém escapará do juízo vindouro. Não haverá pecado oculto que não seja ali revelado: "Diante de ti puseste as nossas iniquidades; os nossos pecados ocultos, à luz do teu rosto" (Sl 90.8). Já os salvos passarão pelo Tribunal de Cristo para receber galardões segundo as suas obras, porém também dependerão da memória de Deus para que sejam justamente recompensados por suas obras (2 Co 5.10; Rm 14.10; Ap 22.12; 1 Co 3.1-15). "Porque Deus não é injusto para se esquecer da vossa obra e do trabalho de amor que, para com o seu nome, mostrastes, enquanto servistes aos santos e ainda servis" (Hb 6.10).

A sabedoria de Deus

A cognição de Deus inclui também a Sua sabedoria, embora a sabedoria esteja em grau ainda mais elevado do que o conhecimento. O conhecimento dá apoio à sabedoria. Paulo apresenta uma figura de linguagem para mostrar a importância da sabedoria de Deus em relação à capacidade humana: "Porque a loucura de Deus é mais sábia do que os homens; e a fraqueza de Deus é mais forte do que os homens" (1 Co 1.25). "Ó Senhor, quão variadas são as tuas obras! Todas as coisas fizestes com sabedoria; cheia está a terra das tuas riquezas" (Sl 104.24); "Aquele que por entendimento fez os céus; porque a sua benignidade dura para sempre" (Sl 136.5). "O Senhor, com sabedoria, fundou a terra; preparou os céus com inteligência" (Pv 3.19); "Ele fez a terra com o seu poder, e ordenou o mundo com a sua sabedoria, e estendeu os céus com o seu entendimento" (Jr 51.15); "Que ele fez abundar para conosco em toda a sabedoria e prudência" (Ef 1.8); "Para que agora, pela igreja, a multiforme sabedoria de Deus seja conhecida dos principados e potestades nos céus" (Ef 3.10); "Ó profundidade das riquezas, tanto da sabedoria, como da ciência de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis os seus caminhos!" (Rm 11.33).

A sensibilidade de Deus

Assim como a sabedoria, a sensibilidade de Deus faz parte desse conjunto que envolve Sua *onisciência*. Deus não é um ser frio e calculista, mas sensível, amoroso,

bondoso e misericordioso. Ele demonstra alegria e tristeza. Movido por Seus sentimentos foi que Ele providenciou uma saída para resolver o pecado humano: "Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna" (Jo 3.16).

Como ser criado à Sua imagem e semelhança, o homem reflete sentimentos recebidos do seu Criador. Quando atribuímos sentimento a Deus, não o estamos antropomorfizando, mas apenas confirmando a nossa origem a partir dele. A sensibilidade de Deus envolve inteligência e vontade.[44] "Eu vos amei, diz o SENHOR; mas vós dizeis: Em que nos amaste? Não foi Esaú irmão de Jacó? — disse o SENHOR; todavia amei a Jacó e aborreci a Esaú; e fiz dos seus montes uma assolação e dei a sua herança aos dragões do deserto" (Ml 1.2,3).

O sentimento de Deus é refletido na Sua ira: "Então, Moisés ouviu chorar o povo pelas suas famílias, cada qual à porta da sua tenda; e a ira do SENHOR grandemente se acendeu, e pareceu mal aos olhos de Moisés" (Nm 11.10); "Porque do céu se manifesta a ira de Deus sobre toda impiedade e injustiça dos homens que detêm a verdade em injustiça" (Rm 1.18); no Seu contentamento: "Finalmente, irmãos, vos rogamos e exortamos no Senhor Jesus que, assim como recebestes de nós de que maneira convém andar e agradar a Deus, assim andai, para que continueis a progredir cada vez mais" (1 Ts 4.1); "Portanto, os que estão na carne não podem agradar a Deus" (Rm 8.8); "aprovando o que é agradável ao Senhor" (Ef 5.10); no Seu arrependimento: "Então arrependeu-se o SENHOR de haver feito o homem sobre a terra, e pesou-lhe em seu coração" (Gn 6.6); "Então, o SENHOR arrependeu-se do mal que dissera que havia de fazer ao seu povo" (Êx 32.14).

A onipresença de Deus

Ao lado da *onisciência* está o atributo da *onipresença*. "O(m)ni", do latim, significa "tudo"[45]. Assim, por *onipresença*, entendemos que Deus está presente em todos os lugares ao mesmo tempo, comportando-se de modo peculiar em cada um deles. São muitos os textos bíblicos que falam da *onipresença* de Deus: "Sou eu apenas Deus de perto, diz o SENHOR, e não também Deus de longe? Esconder-se-ia alguém em esconderijos, de modo que eu não o veja? — diz o SENHOR. Porventura, não encho eu os céus e a terra? — diz o SENHOR" (Jr 23.23,24).

O Salmo 139 condensa os atributos de *onisciência*, da *onipresença* e da *onipotência* de Deus: "Para onde me irei do teu Espírito ou para onde fugirei da tua face? Se subir ao céu, tu aí estás; se fizer no Seol a minha cama, eis que tu ali estás também; se tomar as asas da alva, se habitar nas extremidades do mar, até ali a tua mão me guiará e a tua

44. CHAFER. 2003. p. 225.

45. GRUDEM. 2005. p. 121.

destra me susterá. Se disser: decerto que as trevas me encobrirão; então, a noite será luz à roda de mim" (Sl 139.7-10).

Deus preenche todos os espaços, até mesmo o espaço ocupado pelos ímpios, e o ser dos próprios ímpios: "Porque nele vivemos, e nos movemos, e existimos, como também alguns dos vossos poetas disseram: Pois somos também sua geração" (At 17.28). Essa declaração pode, em princípio, parecer contraditória, uma vez que a própria Bíblia diz que os ímpios estão separados de Deus: "Entenebrecidos no entendimento, separados da vida de Deus, pela ignorância que há neles, pela dureza do seu coração" (Ef 4.18); "Mas as vossas iniquidades fazem divisão entre vós e o vosso deus, e os vossos pecados encobrem o seu rosto de vós, para que vos não ouça" (Is 59.2). Mas é preciso lembrar o que foi dito anteriormente, que Deus está presente em todos os lugares ao mesmo tempo, comportando-se de modo peculiar em cada um deles. Há três razões pelas quais Deus está presente na vida de uma pessoa, seja ela salva ou ímpia: para *sustentar,* para *punir* e para *abençoar.*[46] No caso dos ímpios, a presença de Deus na vida deles tem como finalidade *sustentar* e, algumas vezes, *punir.*

A presença de Deus para *punir*: "Vi o Senhor, que estava em pé sobre o altar, e me disse: Fere o capitel, e estremeçam os umbrais, e faze tudo em pedaços sobre a cabeça de todos eles; e eu matarei à espada até ao último deles; o que fugir dentre eles não escapará, nem o que escapar dentre eles se salvará. Ainda que cavem até ao inferno, a minha mão os tirará dali; e, se subirem ao céu, dali os farei descer. E, se se esconderem no cume do Carmelo, buscá-los-ei e dali os tirarei; e, se se ocultarem aos meus olhos no fundo do mar, ali darei ordem à serpente, e ela os morderá. E, se forem para o cativeiro diante de seus inimigos, ali darei ordem à espada para que os mate; e eu porei os meus olhos sobre eles para mal e não para bem" (Am 9.1-4).

Deus esteve presente na vida de Moisés para *abençoar:* "Irá a minha presença contigo para te fazer descansar" (Êx 33.14); Davi expõe essa certeza em sua oração: "Agora, pois, foste servido abençoares a casa de teu servo, para que esteja perpetuamente diante de ti; porque tu, SENHOR, a abençoaste, e ficará abençoada para sempre" (1 Cr 17.27); na vida de Paulo: "Porque eu sou contigo, e ninguém lançará mão de ti para te fazer mal, pois tenho muito povo nesta cidade" (At 18.10).

Presença comum e presença manifesta

A presença comum de Deus em todos os lugares é real, não imaginária ou suposta, pela simples conclusão de que, para ser Deus, Ele precisa preencher mais este requisito: o da *onipresença.* Nenhum ser humano, por mais imaginativo que seja, teria a capacidade

46. GRUDEM. 2005. p. 123.

A arca da aliança

de justificar qualquer atributo divino. Nós os descrevemos, porque a revelação sobre eles é farta na Bíblia Sagrada; com isso, dispomos de ampla coletânea de textos bíblicos para referendar tais afirmações feitas sobre cada um dos atributos de Deus.

Quanto à presença *manifesta*, dispomos de textos que a anunciam, tanto no tabernáculo, por meio da arca da aliança, como pelas *teofanias* como veremos mais adiante. Deus mandou Moisés construir a arca da aliança: um caixote de madeira de cetim revestido de ouro por dentro e por fora, contendo uma tampa chamada *propiciatório* com dois querubins de ouro maciço voltados um para o outro, onde se guardavam as tábuas da lei, a vara de Arão e um vaso com uma porção do maná do deserto (Hb 9.4). Sobre a arca, estava presente a *shekiná* – a glória do Senhor. Era tão forte e tão real a presença manifesta de Deus na arca que, quando ela foi tirada do seu lugar e levada pelos filhos do sacerdote Eli, Hofni e Fineias, numa guerra contra os filisteus, fora tomada – visto que Deus não aprovou tal atitude dos filhos do sumo sacerdote – e colocada no templo de Dagon. A presença de Deus na arca promoveu estragos naquele templo, derrubando, por duas vezes, a estátua daquele deus, quebrando-lhe a cabeça. No seu trajeto de volta, trouxe muitos males às cidades por onde passou, infestando-as de doenças, ratos, hemorroidas e úlceras, causando a morte de muitas pessoas (1 Sm 4.4,5,11; 5; 6).

Deus também se manifestou pessoalmente a Adão, a Abraão e a Moisés, mas houve um dia em que Ele quis apresentar-se pessoalmente ao Seu povo no monte Sinai. Três dias após terem deixado o Egito, o Senhor chamou a Moisés e deu a ele instrução

para preparar o povo, porque dentro de mais três dias Ele apareceria. O monte iria fumegar. A terra iria tremer, ouviriam o som alto de uma trombeta, e ninguém poderia aproximar-se demais do monte para não ser atingido por uma pedra e morrer. O povo tinha de estar devidamente preparado para aquele grande acontecimento. Em princípio, parecia haver alguma euforia pelo espetáculo que presenciariam (Êx 19.8); porém, quando chegou o grande momento, o pavor tomou conta de todos: "E todo o povo viu os trovões, e os relâmpagos, e o sonido da buzina, e o monte fumegando; e o povo, vendo isso, retirou-se e pôs-se de longe. E disseram a Moisés: Fala tu conosco, e ouviremos; e não fale Deus conosco, para que não morramos" (Êx 20.18,19). Por mais que Deus se esforçasse para manifestar-se pessoalmente, de modo sensível ao povo, ainda assim, Ele estaria muitíssimo acima do que um ser humano poderia suportar. Deus não tem como amenizar tanto assim o fulgor da Sua glória.

A onipotência de Deus

Deus é um ser de poderes ilimitados. Tudo o que Ele quer Ele pode. O termo hebraico para onipotência é שַׁדַּי, *shaddai*; no grego, Παντοκράτωρ, *pantokratōr*. Não há lei alguma no universo que o impeça de fazer tudo o que queira fazer. Essa capacidade absoluta e inigualável chama-se *onipotência*, do latim "omni" (tudo) e "potentia" (poder). O homem, com a sua capacidade de realizar coisas, compreende que é possível, por meio da relação de causa e efeito, produzir algo. Ele idealiza e faz. Há coisas que são rápidas, e outras que levam algum tempo dentro da esfera de ação humana; mas há outras que são impossíveis de realizar. O homem é limitado pelo tempo, pelo espaço, pela força e pelos recursos materiais de que dispõe; assim, nem mesmo o homem mais rico da terra não pode deixar de envelhecer ou impedir sua própria morte, quando muito, pode retardá-la por meio de recursos médicos eficientes. "Deus é capaz de realizar todas as coisas que são objeto de poder e é capaz de fazer isso sem diminuição de Sua infinita força."[47]

As limitações humanas estabelecem um contraste absoluto com o poder de Deus: Ele tem vontade e faz, e não há nada que Ele não consiga fazer quando quer.

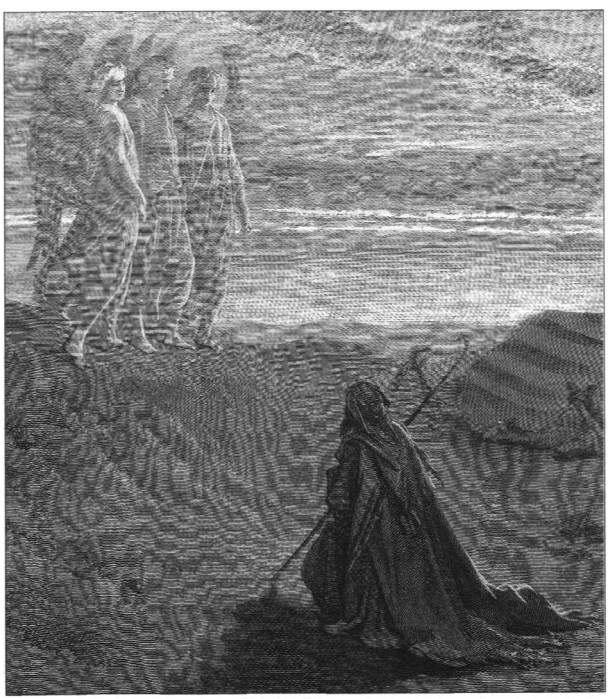
Diz o ditado: "Querer é poder". Trata-se apenas de um ditado otimista. Sabe-se, entretanto, que nem tudo o

47. CULVER, Robert D. *Teologia Sistemática Bíblica e Histórica*. São Paulo: Shedd Edições, 2012. p. 138.

que se quer se consegue. Desse modo, ficam estabelecidas, na mente humana, as verdades que podem ajudá-lo a meditar na onipotência de Deus: a *primeira* é que, de uma vontade (causa), pode-se fazer algo (efeito); a *segunda* é que, por maior que seja a vontade, nem todas as coisas idealizadas podem ser feitas. As limitações humanas estabelecem um contraste absoluto com o poder de Deus: Ele tem vontade e faz, e não há nada que Ele não consiga fazer quando quer: "E Jesus, olhando para eles, disse-lhes: Aos homens é isso impossível, mas a Deus tudo é possível" (Mt 19.26).

A primeira demonstração da *onipotência* de Deus aparece em Gênesis 1.3 quando declara *Fiat Lux*, אוֹר יְהִי, *yehi owr*, ou, simplesmente יְהִי, *yehi*, "haja": "E disse Deus: Haja luz. E houve luz". "Tudo o que o SENHOR quis, ele o fez, nos céus e na terra, nos mares e em todos os abismos" (Sl 135.6). "Ah! Senhor Jeová! Eis que tu fizeste os céus e a terra com o teu grande poder e com o teu braço estendido; não te é maravilhosa demais coisa alguma" (Jr 32.17). Com esse mesmo poder, trouxe de volta à vida o Senhor Jesus Cristo: "E qual a sobre-excelente grandeza do seu poder sobre nós, os que cremos, segundo a operação da força do seu poder, que manifestou em Cristo, ressuscitando-o dos mortos e pondo-o à sua direita nos céus" (Ef 1.19,20). E ao Filho constituiu o sustentador de todas as coisas pela palavra do Seu poder (Hb 1.3).

Do primeiro ao último livro da Bíblia, a *onipotência* de Deus tanto é *declarada* como *demonstrada*. Deus disse a Abraão, quando já estava avançado em idade, que ele seria pai de uma nação, mas Abraão não tinha filho. Pelas leis da natureza, não haveria a menor possibilidade de isso acontecer; mas quem disse que ele seria pai foi o Deus todo-poderoso: "Sendo, pois, Abrão da idade de noventa e nove anos, apareceu o SENHOR a Abrão e disse-lhe: Eu sou o Deus Todo-Poderoso; anda em minha presença e sê perfeito. E porei o meu concerto entre mim e ti e te multiplicarei grandissimamente" (Gn 17.1,2). Temos aqui a *declaração* do que o Deus todo-poderoso fará. Ao ouvir que o anjo fazia a Abraão a *declaração* de que sua mulher



Anjos aparecem a Abraão com a promessa de um filho

teria um filho na velhice, Sara (que ouvia a conversa de trás da porta) riu, duvidando dessa possibilidade, tanto para ela como para o marido. Então, o Senhor respondeu a Abraão: "Haveria coisa alguma difícil ao SENHOR? Ao tempo determinado, tornarei a ti por este tempo e Sara terá um filho" (Gn 18.14). "E concebeu Sara e deu a Abraão um filho na sua velhice, ao tempo determinado, que Deus lhe tinha dito" (Gn 21.2). Temos aqui a *demonstração* do que o Deus todo-poderoso fez.

Deus é o único ser absolutamente livre em Sua vontade. Os homens não têm como querer tudo. A vontade do homem, por mais ousada que seja, não vai tão longe. Deus não sofre nenhum tipo de restrição: "Mas o nosso Deus está nos céus e faz tudo o que lhe apraz" (Sl 115.3). "(...) O meu conselho estará firme, e farei toda a minha vontade" (Is 46.10). Paulo confirma essa decisão peremptória do Seu conselho: "(...) Faz todas as coisas, segundo o conselho da sua vontade" (Ef 1.11). E quando faz, faz em abundância. Deus não depende de esforço para fazer o que quer, por isso, também não se cansa: "Não sabes, não ouviste que o eterno Deus, o SENHOR, o Criador dos fins da terra, nem se cansa nem se fatiga? É inescrutável o seu entendimento" (Is 40.28).

Na força ilimitada do Seu poder, Deus está sempre pronto para surpreender, indo, muitas vezes, além do que se espera ou do que se possa imaginar: "Ora, àquele que é poderoso para fazer muito mais abundantemente além daquilo que pedimos ou pensamos, segundo o poder que em nós opera" (Ef 3.20). O que parece ser um conjunto de pleonasmos ou redundâncias é a mais pura realidade. Deus tem uma verdadeira sobra de poder. João Batista atesta isso ao dizer para o seu público, à beira do rio Jordão, onde batizava: "Destas pedras Deus pode suscitar filhos a Abraão". Quando o povo construiu um bezerro de ouro para adorar, Deus mostrou-se disposto a destruir totalmente aquela gente e a dar início a uma nova nação. Moisés, no entanto, compadecido pelo povo, suplicou a Deus que o poupasse, e Deus o atendeu (Êx 32.10-14).

Deus só não pode fazer aquilo que se oponha à Sua *natureza,* como mentir: "Em esperança da vida eterna, a qual Deus, que não pode mentir, prometeu antes dos tempos dos séculos (Tt 1.2; cf. Hb 6.18); não pode ser infiel: "Se formos infiéis, ele permanece fiel; não pode negar-se a si mesmo" (2 Tm 2.13); não pode ser tentado pelo mal: "Ninguém, sendo tentado, diga: De Deus sou tentado; porque Deus não pode ser tentado pelo mal e a ninguém tenta" (Tg 1.13). Deus não pode favorecer nada que se volte contra a Sua natureza, por isso Ele não comunga com o pecado.

A soberania de Deus

Soberano é alguém que tem autoridade suprema. Esse título é dado normalmente aos reis, cujo tempo de poder não é restrito a um período, como um presidente ou chefe de Estado que cumpre mandato temporal. Mas os soberanos da terra não são eternos: eles morrem e precisam ser substituídos por seus sucessores naturais. Deus é

soberano absoluto por ser *eterno* e *Todo-poderoso.* A soberania de Deus diz respeito à Sua autoridade suprema. Ele manda! Ele é o Senhor absoluto, portanto, digno de ser acatado sem qualquer contrariedade.

Deus só não pode fazer algo que negue o Seu *caráter.* Paulo diz: "(...) Deus não pode ser tentado pelo mal e a ninguém tenta" (Tg 1.13). Mentir, ser tentado pelo mal e tentar alguém ao mal ou ser infiel são coisas que Deus não pode fazer porque contrariam o Seu caráter. Por isso, não podemos concordar com o supralapsarianismo que coloca Deus na posição de quem incita os não eleitos ao pecado, embora os supralapsarianistas justifiquem (Deus) dizendo que Ele continua sendo justo e bom, sem que tenha culpa do pecado praticado pelo homem a quem Ele incitou.[48]

Livre para fazer o que quiser, porque não há ninguém acima dele, Deus poderia ser um tirano se quisesse, e quem escaparia da Sua mão? Quem teria força para enfrentá-lo? Seria um ser amedrontador e terrível; entretanto, a bondade, a misericórdia e o amor integram absolutamente o Seu caráter, embora Deus seja temível e tremendo, "Porque o SENHOR Altíssimo é tremendo e Rei grande sobre toda a terra" (Sl 47.2); "Tu, tu és temível; e quem subsistirá à tua vista, se te irares?" (Sl 76.7); "Fazei votos e pagai ao SENHOR, vosso Deus; tragam presentes, os que estão em redor dele, àquele que é tremendo" (Sl 76.11); o Senhor é bom: "Provai e vede que o SENHOR é bom; bem-aventurado o homem que nele confia" (Sl 34.8); "O SENHOR é bom para todos, e as suas misericórdias são sobre todas as suas obras" (Sl 145.9); "Louvai ao SENHOR, porque ele é bom, porque a sua benignidade é para sempre" (Sl 107.1).

Uma das melhores descrições sobre a soberania de Deus nas Escrituras Sagradas é esta: "O SENHOR é o que tira a vida e a dá; faz descer à sepultura e faz tornar a subir dela. O SENHOR empobrece e enriquece; abaixa e também exalta. Levanta o pobre do pó e, desde o esterco, exalta o necessitado, para o fazer assentar entre os príncipes, para o fazer herdar o trono de glória; porque do SENHOR são os alicerces da terra, e assentou sobre eles o mundo" (1 Sm 2.6-8).

Imutabilidade de Deus

É certo dizer que Deus não muda, porque as Escrituras atestam a Sua imutabilidade: "Toda boa dádiva e todo dom perfeito vêm do alto, descendo do Pai das luzes, em quem não há mudança, nem sombra de variação" (Tg 1.17). Deus não sofre alteração alguma em Sua personalidade, porque está acima do bem e do mal. Como ser perfeito, nunca teve e jamais terá qualquer necessidade de autocorrigir-se. Entretanto, há uma disparidade de opiniões sobre esse tema entre os *monergistas* (calvinistas) e os *sinergistas* (arminianos) no que diz respeito à imutabilidade do conselho

48. Veja o capítulo sobre a Salvação, no tópico referente à doutrina calvinista.

É possível antropomorfizar o arrependimento a Deus? Ou seja, transferir a sensação de arrependimento humano ao ser divino?

de Deus, conforme o texto de Hebreus 6.17.[49] "Pelo que, querendo Deus mostrar mais abundantemente a imutabilidade do seu conselho aos herdeiros da promessa, se interpôs com juramento" (Hb 6.17). A imutabilidade do *conselho* é específica, conforme aqui tratada no item "vontade de Deus"[50]. Os *monergistas* estabelecem ligação da imutabilidade de Deus com a sua decisão soteriológica, escolhendo uns para a salvação, e, consequentemente, outros para a condenação.

O arrependimento de Deus

Há duas questões que aparentam contradição com a doutrina da imutabilidade de Deus: a *primeira* está no "arrependimento de Deus", e a *segunda* está na oração. Quando oramos, pedimos para Deus mudar situações. Pelo "arrependimento de Deus", entende-se que há reparação ou mudança nos Seus planos (Am 7.3,6; Jn 3.10; Gn 6.6; Êx 32.14; Sl 106.45; 1 Sm 15.35; 2 Sm 24.16; Jr 26.19). Essa é uma questão bastante complexa. O arrependimento humano é um sentimento que resulta do ressentimento por uma ação equivocada ou incorreta. Os dicionários o identificam como remorso; embora, numa linguagem teológica, estejam delineadas a função específica do arrependimento e a do remorso. Em arrependimento, a pessoa lamenta por uma ação incorreta e propõe-se a mudar. Em arrependimento, a pessoa olha para a frente; em remorso, ela apenas lamenta e carrega para sempre consigo a dor do seu desatino. No remorso, a pessoa olha para trás: "Porque a tristeza segundo Deus opera arrependimento para a salvação, da qual ninguém se arrepende; mas a tristeza do mundo opera a morte" (2 Co 7.10).

O arrependimento de Deus não altera a Sua natureza. A imutabilidade do Seu ser está patenteada já no Seu nome: "E disse Deus a Moisés: Eu Sou o Que Sou. Disse mais: Assim dirás aos filhos de Israel: Eu Sou me enviou a vós" (Êx 3.14).

É possível antropomorfizar o arrependimento a Deus? Ou seja, transferir a sensação de arrependimento humano ao ser divino? À luz dos textos que tratam do arrependimento de Deus, que outro sentido poderia haver na expressão "arrependeu-se

49. De acordo com a doutrina calvinista (veja o capítulo que trata da soteriologia e, no presente capítulo, veja o subitem que trata da vontade peremptória de Deus).

50. Veja o assunto no tema que trata da salvação.

Deus", senão que Ele tenha mudado Sua postura em relação a algo que fez ou que havia determinado fazer? Portanto, Suas mudanças são de atitudes, de disposição, de vontade em relação a pessoas e a situações; jamais em relação a si mesmo. Deus transcende a todas as causas, sejam elas quais forem.

A eternidade de Deus

Deus criou o tempo, porém sempre esteve fora dele. A atemporalidade de Deus mostra a sua transcendentalidade sobre ele. O tempo segue uma medição, para tanto, tem começo e fim. Na eternidade, não existe noção alguma de tempo, embora a ideia de eternidade seja dupla. Há uma que se relaciona com o tempo para referir-se ao antes (passado) e ao depois (futuro). O ser humano não dispõe de nenhum mecanismo psicológico que o capacite a compreender a eternidade. A mente procura sempre encaixar-se em algum ponto de partida ou de chegada dentro do tempo, embora admita que a eternidade não se encaixe nele. A ação de Deus dentro do tempo é uma ocorrência ligada ao homem, que vive dentro da esfera do tempo. Dessa forma, Deus aparece dentro do tempo – sem, no entanto, fazer parte integrante dele – quando se revela a Moisés como o "Eu Sou" (Êx 3.14).

O povo do antigo pacto prestou culto a Deus também por ser Ele um Deus eterno: "Bendito seja o Senhor Deus de Israel, de eternidade em eternidade, e todo o povo diga: Amém. Louvai ao Senhor" (Sl 106.48; cf. 1 Cr 16.36); "Falou Daniel, dizendo: Seja bendito o nome de Deus de eternidade a eternidade, porque dele são a sabedoria e a força" (Dn 2.20); "Porque assim diz o Alto e o Sublime, que habita na eternidade e cujo nome é Santo: Em um alto e santo lugar habito e também com o contrito e abatido de espírito, para vivificar o espírito dos abatidos e para vivificar o coração dos contritos" (Is 57.15). "Antes que os montes nascessem, ou que tu formasses a terra e o mundo, sim, de eternidade a eternidade, tu és Deus" (Sl 90.2).

A mortalidade humana, quando revertida pela obra redentora de Cristo, compartilha da eternidade de Deus: "Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna" (Jo 3.16).

A santidade de Deus

De todos os atributos de Deus, a santidade é algo tão intrínseco à Sua natureza que chega a parecer difícil colocá-la entre os demais atributos, sejam os *comunicáveis*, sejam os *incomunicáveis* ou os *morais* (como amor, bondade, graça, justiça e misericórdia), de Deus. No entendimento humano, a santidade está ligada à ética, ao compromisso moral de não se cometer qualquer tipo de pecado, mas, em relação a Deus, a santidade está muito acima do conceito embutido na própria ideia do termo. Deus é santo. Essa é a Sua natureza, que o distingue das demais criaturas: "Ó SENHOR, quem é

como tu entre os deuses? Quem é como tu, glorificado em santidade, terrível em louvores, operando maravilhas?" (Êx 15.11).

Do hebraico קָדֹשׁ, *qadosh*, derivado da raiz *qad*, "santo", quer dizer "cortado", "separado", ideia que se repete no Novo Testamento pelo termo grego ἁγίος – *hagios*. Deus é um ser majestoso e exaltado acima de todos, como declaram os serafins que Isaías assiste em sua visão. Eles entoam o hino da majestade e da santidade de Deus: "Santo, Santo, Santo é o SENHOR dos Exércitos; toda a terra está cheia da sua glória" (Is 6.3). Ele é inigualável na Sua santidade: "Não há santo como é o Senhor; porque não há outro fora de ti; e rocha nenhuma há como o nosso Deus" (1 Sm 2.2).

Deus se apresenta ao Seu povo como Deus santo: "E ser-me-eis santos, porque eu, o Senhor, sou santo e separei-vos dos povos para serdes meus!" (Lv 20.20). Os serafins entoam a santidade de Deus, dizendo: "(...) Santo, Santo, Santo é o SENHOR dos Exércitos; toda a terra está cheia da sua glória" (Is 6.3). A primeira lição que Moisés teve de Deus no seu encontro com ele no monte Horebe foi sobre a Sua santidade, diante da qual teve de prestar reverência: "E disse: Não te chegues para cá; tira os teus sapatos de teus pés; porque o lugar em que tu estás é terra santa" (Êx 3.5).

Tomando por base o significado da palavra "santo", *separado*, entendemos que Deus se preserva de toda a criação, mantendo-se no Seu *status quo*, ou seja, como sempre foi antes dela. Na santidade, estão implícitas Sua absoluta pureza, Sua justiça e Sua retidão. Tais qualidades se encontravam no homem, quando ainda vivia na inocência: "E ouviram a voz do SENHOR Deus, que passeava no jardim pela viração do dia" (Gn 3.8). Enquanto o homem se conservava em estado de pureza, Deus visitava o jardim do Éden no fim da tarde de cada dia; mas, depois que o homem pecou, tais encontros se tornaram impossíveis. A distância entre Deus e o homem pecador é imensurável: "Mas as vossas iniquidades fazem divisão entre vós e o vosso Deus, e os vossos pecados encobrem o seu rosto de vós, para que vos não ouça" (Is 59.2).

A santidade é manifesta

Para dar a conhecer Sua santidade, Deus implantou-a no coração do homem, depois revelou-a também por meio da Sua Palavra. Nas leis dadas à nação de Israel por intermédio de Moisés, está estampada a santidade de Deus. O culto, o tabernáculo, depois o templo, as ofertas, a terra, os sacerdotes, as vestimentas, tudo o que diz respeito ao sagrado no Antigo Testamento é chamado santo. Ele mesmo se declara Santo (Lv 11.45; 19.2; 20.26; 21.8; Is 40.25). Os que se aproximam de Deus devem ser santos por causa da natureza dele. Assim, Deus não abomina o pecado por uma questão de regra moral, mas por causa dele mesmo. A Sua natureza pura não comporta o pecado.

Para dar noção da Sua santidade no passado, Deus instruiu Moisés a fazer o tabernáculo – que, nos dias de Salomão, foi substituído pelo templo, porém, preservando os mesmos critérios do culto. No tabernáculo, havia dois compartimentos: o lugar

santo e o lugar santíssimo: "Pendurarás o véu debaixo dos colchetes e meterás a arca do Testemunho ali dentro do véu; e este véu vos fará separação entre o santuário e o lugar santíssimo" (Êx 26.33). No lugar santíssimo, estava a arca da aliança sobre a qual repousava a *shekiná* - a glória de Deus. O acesso àquele lugar se dava apenas uma vez por ano, quando o sumo sacerdote adentrava para fazer propiciação[51] pelos pecados da nação, gotejando o sangue de bode sobre as quatro pontas do propiciatório (a tampa da arca), no Dia da Expiação anual, conhecido como *Yom Kipur.* Para adentrar naquele lugar, o sacerdote tinha de preparar-se com banhos e trocas de roupas por três dias. Havia um cordão amarrado na cintura ou em um dos pés. Nas bordas das suas vestes, havia nove sinetes com nove romãs. Os sinetes tilintavam enquanto ele fazia o seu trabalho. Caso morresse naquele lugar, todos saberiam pelo silêncio dos sinetes, e o sumo sacerdote teria de ser puxado pelo cordão. Havia grande temor no sacerdócio por aquele dia.[52]

A santidade de Deus é assunto que perpassa por todas as Escrituras. Se, no Antigo Testamento, ela era simbolizada pelo templo, no Novo, ela não é menos importante. Os quatro seres viventes que João vê em sua visão na ilha de Patmos proclamam a santidade de Deus: "E os quatro animais tinham, cada um, respectivamente, seis asas e, ao redor e por dentro, estavam cheios de olhos; e não descansam nem de dia nem de noite, dizendo: Santo, Santo, Santo é o Senhor Deus, o Todo-Poderoso, que era, e que é, e que há de vir" (Ap 4.8). Pedro recorre à revelação de Deus na Sua santidade e evoca o Seu reconhecimento para a Igreja: "Porquanto escrito está: Sede santos, porque eu sou santo" (1 Pe 1.16). No Novo Testamento, a santidade de Deus reivindica a santificação dos salvos. Agora, a santidade de Deus impõe a necessidade da santificação dos salvos como condição obrigatória para que um dia eles vejam a Deus: "Bem-aventurados os limpos de coração, porque eles verão a Deus" (Mt 5.8).

A justiça de Deus

O sentido bíblico de *justiça* vai além do forense. No passado, o homem justo era aquele que vivia em conformidade com a Lei de Deus. Depois do advento de Jesus ao mundo, o cumprimento da *justiça* passou a ser atribuído à vida alinhada aos preceitos de Cristo Jesus: "Mas, agora, se manifestou, sem a lei, a justiça de Deus, tendo o testemunho da Lei e dos Profetas, isto é, a justiça de Deus pela fé em Jesus Cristo para todos e sobre todos os que creem; porque não há diferença" (Rm 3.21,22). Berkhof apresenta uma distinção entre a *justiça absoluta* e a *justiça relativa* de Deus:

---

51. A tampa da arca era chamada de"propiciatório". Por isso, o ato de gotejar sangue sobre o propiciatório ganhou o nome de"propiciação".

52. Não há na Bíblia relato algum de que alguém tenha morrido nesse ato.

> Aquela é a retidão da natureza divina, em virtude da qual Deus é infinitamente reto em si mesmo, enquanto esta é a perfeição de Deus, pela qual Ele se mantém contra toda violação da Sua santidade e mostra, em tudo e por tudo, que Ele é santo.[53]

Deus é, em si mesmo, o padrão absoluto de retidão (Sl 119.137). Ele trata os seres humanos com base no Seu senso de justiça, retribuindo a cada um conforme o seu merecimento, diferentemente do que ocorre com a justiça humana, que é sujeita a equívocos e, em muitos casos, é irônica e acintosamente suscetível a práticas injustas. Na justiça de Deus, não há equívoco algum: "Ele mesmo julgará o mundo com justiça; exercerá juízo sobre povos com retidão" (Sl 9.8); "O Senhor julgará os povos; julga-me, Senhor, conforme a minha justiça, e conforme a integridade que há em mim" (Sl 7.8); "Ouve tu, então, desde os céus, e age e julga a teus servos, condenando ao ímpio, retribuindo o seu proceder sobre a sua cabeça; e justificando ao justo, dando-lhe segundo a sua justiça" (2 Cr 6.23).

Há grande conflito humano contra a justiça divina. Os homens cobram-na mediante os males que presenciam no mundo. Culpam Deus pelas desgraças, acusando-o de ser injusto. Mas ignoram o fato de que Deus poderia destruir de uma só vez e num só instante toda a humanidade, porque ninguém é maior vítima da injustiça do que o Criador, que fez tudo perfeito e dá a todos a vida, no entanto, é insultado constantemente pela irreverência humana (Lm 3.22). Os homens pecam o tempo todo e não param para pensar, um só instante, que estão sendo observados por Deus. Agem como se não houvesse Deus. A justiça de Deus, na sua relação com os homens, expressa-se de duas formas: 1) *recompensadora* e 2) *retributiva*.[54]

Justiça recompensadora

Deus não deixa passar despercebidos quaisquer atos de justiça humanas sabendo enxergar o que os homens fazem de bom. Mostra-se benevolente e justo recompensador dos Seus, tanto no antigo como no novo pacto. No antigo pacto: "Saberás, pois, que o SENHOR, teu Deus, é Deus, o Deus fiel, que guarda o concerto e a misericórdia até mil gerações aos que o amam e guardam os seus mandamentos" (Dt 7.9 – veja também 2 Cr 6.15; Sl 58.11); no novo pacto: "Porque Deus não é injusto para se esquecer da vossa obra e do trabalho de amor que, para com o seu nome, mostrastes, enquanto servistes aos santos e ainda servis" (Hb 6.10 – veja também Mt 25.21,34; Rm 2.7).

Justiça retributiva

Por outro lado, Deus também, na sua ira, retribui aos atos de injustiça cometidos pelos homens. O Senhor deixou isso bem claro ao povo da antiga aliança, quando este

---

53. BERKHOF. p. 72.

54. Ibidem. p. 72.

adentrou na Terra Prometida. As leis de bênçãos e maldições foram escritas e proferidas perante o povo em dois grupos distintos. As leis referentes às bênçãos foram lidas sobre o monte Gerizim, e as leis referentes às maldições foram lidas sobre o monte Ebal, respectivamente (Dt 27.11-26; 28.1-14). Haveria punição para aqueles que não obedecessem às leis.

No Novo Testamento, observa-se a mesma intolerância de Deus em relação aos erros. O Deus de justiça que, na Sua ira, pune eternamente o pecador é manifesto na pessoa de Seu Filho Jesus: "(...) Quando se manifestar o Senhor Jesus desde o céu com os anjos do seu poder, com labareda de fogo, tomando vingança dos que não conhecem a Deus e dos que não obedecem ao evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo; os quais, por castigo, padecerão eterna perdição ante a face do Senhor e da glória do seu poder" (2 Ts 1.7-9).

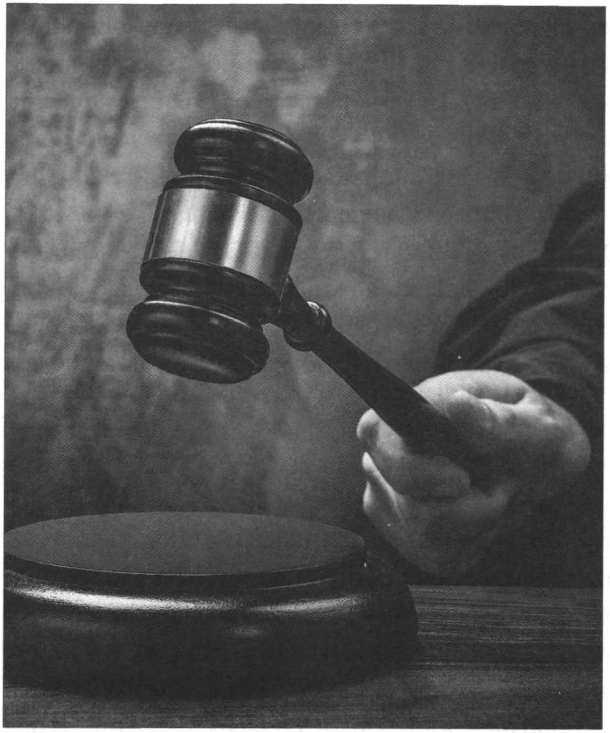
A bondade de Deus

Por ser livre, Deus pode fazer todas as coisas sem dar satisfação a ninguém. Pelas narrativas bíblicas, tomamos conhecimento de que Deus, muitas vezes, demonstra paciência e bondade com indivíduos ou mesmo com povos, mas há também situações em que Ele demonstra ira, punindo severamente. O que podemos inferir dessas ações: que Deus tanto é bom como mau? Ou que Deus é bom, mas não é indulgente? O apóstolo Paulo adverte: "Considera, pois, a bondade e a severidade de Deus: para com os que caíram, severidade; mas, para contigo, a benignidade de Deus, se permaneceres na sua benignidade; de outra maneira, também tu serás cortado" (Rm 11.22). A severidade de Deus não contradiz Sua bondade, antes, reforça-a.

Se Deus quisesse pôr medo nas pessoas e agir como um ser tenebroso, quem o impediria? Os homens seriam vítimas de um ser tirano, inconsequente, capaz de brincar com as criaturas e depois descartá-las, e quem, no universo, seria capaz de enfrentá-lo? Felizmente, Deus é o oposto de todo o mal. Ele é bom e faz questão de ser conhecido por isso: "Provai e vede que o SENHOR é bom; bem-aventurado o homem que nele confia" (Sl 34.8).

Os mestres da religião judaica, nos dias de Jesus, gostavam de evocar para si este adjetivo: "Bom!". Queriam ser reconhecidos como homens bons, embora Jesus os desmascarasse, chamando-os de condutores cegos (Mt 23.16), serpentes, raça de víboras (Mt 23.33). Um homem rico chamou Jesus de "Bom Mestre" (Mt 19.17), seguindo o padrão de tratamento dispensado aos rabinos, mas ouviu imediatamente uma correção: "(...) Por que me chamas bom? Não há bom, senão um só que é Deus (...)" (Mt 19.17). Jesus não recusou esse tratamento porque não era bom, mas porque conhecia a razão que subjazia nele. Por que fez questão de atribuir bondade somente a Deus, afinal não há homem bom? A própria Bíblia afirma, por exemplo, que Barnabé era um homem bom, e que o fruto do Espírito é bondade (At 11.24; Gl 5.22). A resposta de Jesus,

Justiça (Juiz)



entretanto, mostra que Ele não queria ser identificado com aqueles mestres da religião, que evocavam para si o mesmo adjetivo.

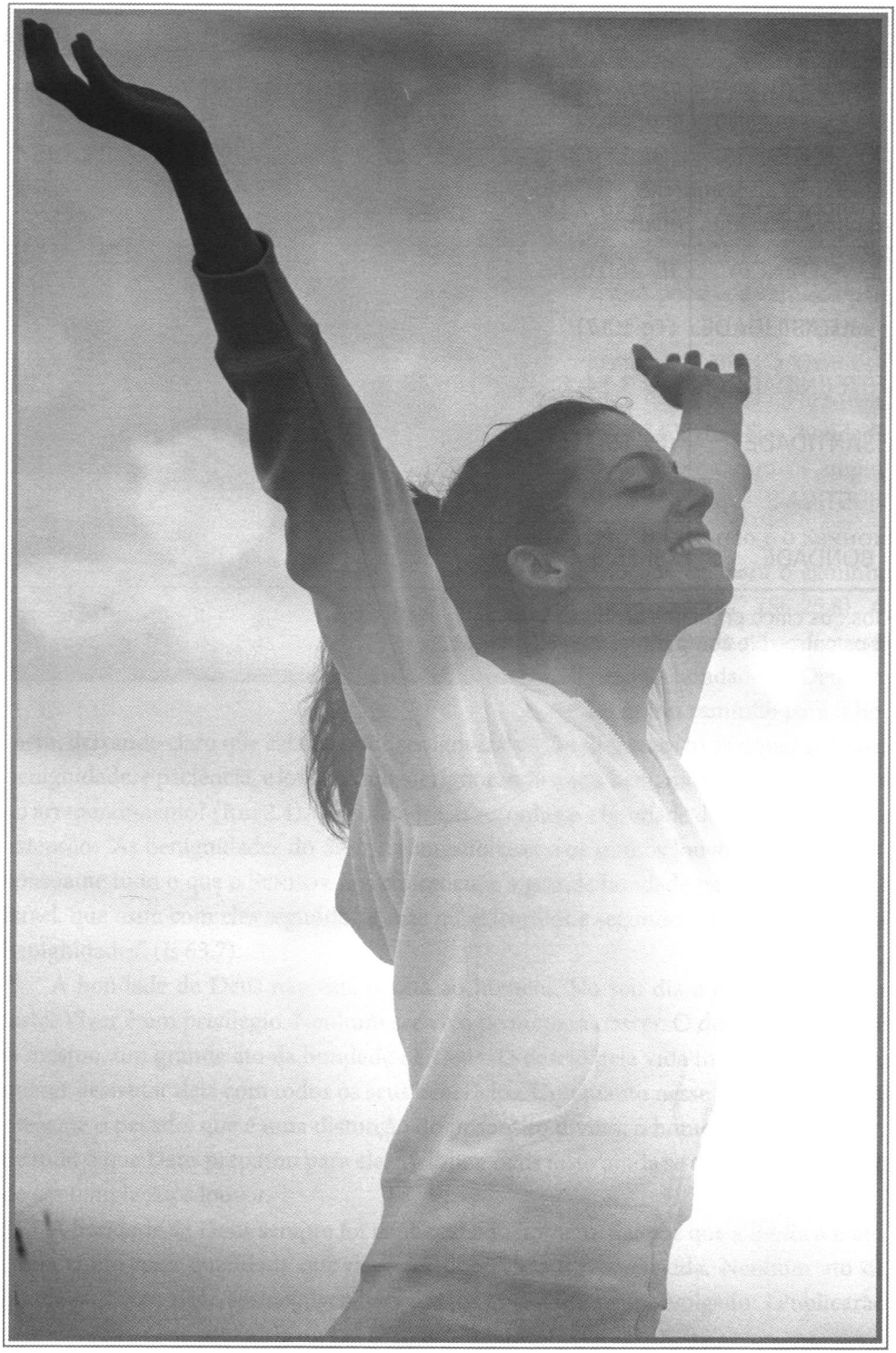
A bondade de Deus é ampla e bem conhecida dos escritores sagrados. Os salmistas fizeram poesias e cânticos para referirem-se a ela: "Ele ama a justiça e o juízo; a terra está cheia da bondade do SENHOR" (Sl 33.5); na Sua bondade, Deus aponta para os ímpios o caminho que devem buscar: "Bom e reto é o SENHOR; pelo que ensinará o caminho aos pecadores" (Sl 25.8). O apóstolo Paulo reivindica esse gesto de bondade de Deus em apontar o caminho para o homem, deixando claro que ele não pode ser ignorado: "Ou desprezas tu as riquezas da sua benignidade, e paciência, e longanimidade, ignorando que a benignidade de Deus te leva ao arrependimento? (Rm 2.4). O profeta Isaías reconhece a bondade de Deus em grande extensão: "As benignidades do SENHOR mencionarei e os muitos louvores do SENHOR, consoante tudo o que o SENHOR nos concedeu, e a grande bondade para com a casa de Israel, que usou com eles segundo as suas misericórdias e segundo a multidão das suas benignidades" (Is 63.7).

A bondade de Deus não está oculta ao homem. No seu dia a dia, ela pode ser vista. Viver é um privilégio. Nenhum ser vivo pediu para nascer. O dom da vida é, em si mesmo, um grande ato da bondade de Deus. O desejo pela vida instiga o homem a querer desfrutar dela com todos os seus benefícios. Conquanto nesse desejo não esteja presente o pecado, que é uma distorção do propósito divino, o homem deve desfrutar de tudo o que Deus preparou para ele. Melhor e mais justo ainda se o fizer com espírito de contemplação e louvor.

A bondade de Deus sempre foi conhecida do homem, daí por que a Bíblia a menciona como uma qualidade que deve ser observada e reconhecida. Nenhum ato de bondade divina deve ser negligenciado; antes, mencionado e divulgado: "Publicarão abundantemente a memória da tua grande bondade (...)" (Sl 145.7).

ATRIBUTOS DE DEUS	
SOBERANIA	(Sl 76.7,11; 147.2; 1 Sm 2.6-8)
ONIPOTÊNCIA	(Gn 17.1,2; Jr 32.17; Sl 115.3; 135.6; Is 46.10; Ef 1.19,20)
ONIPRESENÇA	(Sl 139.7-10; Jr 23.23,24; Am 9.1-4)
ONISCIÊNCIA	(Is 46.10; At 15.8)
IMUTABILIDADE	(Tg 1.17)
ETERNIDADE	(Êx 3.14; Sl 90.2; 106.48; 1 Cr 16.36; Dn 2.20; Is 57.15)
SANTIDADE	(Êx 15.11; Lv 20.20; Is 6.3)
JUSTIÇA	(Sl 119.137)
BONDADE	(Sl 25.8; 34.8; 145.7; Mt 19.16; Rm 2.4; 11.22)

Obs.: os cinco primeiros atributos são incomunicáveis (somente Deus é capaz de tê-los), já os outros Ele compartilha com os homens.



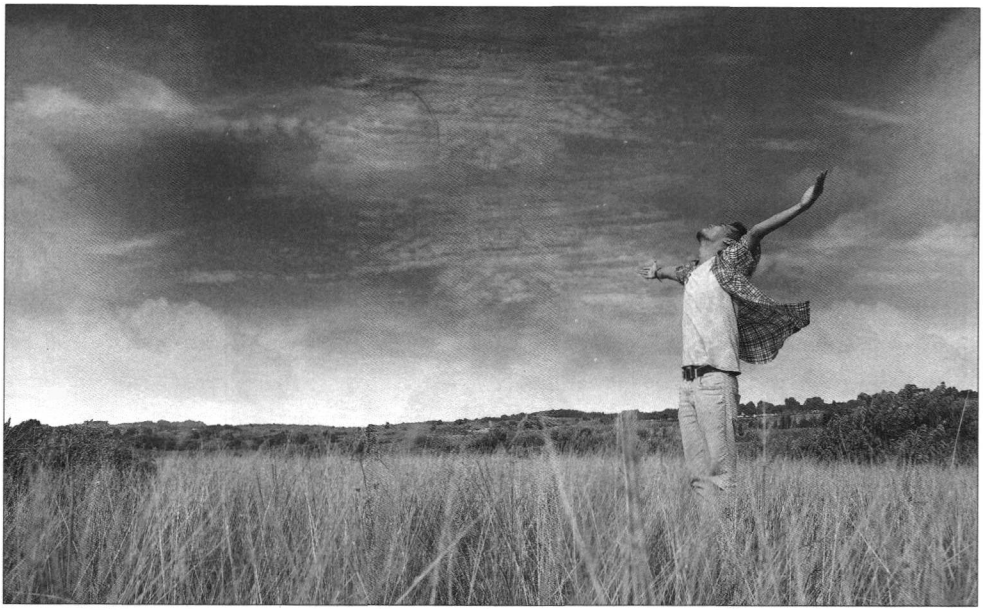
A DIGNIDADE DE DEUS

Deus é digno de que os seres humanos se submetam integralmente a Ele prestando-lhe adoração; confiando nele e obedecendo-lhe. Deus não precisa do preenchimento de nenhum desses itens para autoafirmar-se como Deus, porque Ele já é Deus; mas, ao homem, faltar com esses itens perante o Criador seria uma inominável insolência, e é assim, lamentavelmente, como se comporta perante Ele grande parte da humanidade. Não é preciso que o homem passe pela revelação especial de Deus, que se dá pelas Escrituras. Basta o conhecimento natural para que o ser humano o reconheça e o reverencie, e esse conhecimento natural é de todos. Partindo desse pressuposto, o apóstolo Paulo conclui: "Porquanto, tendo conhecido a Deus, não o glorificaram como Deus, nem lhe deram graças; antes em seus discursos se desvaneceram, e o seu coração insensato se obscureceu. Pelo que também Deus os entregou às concupiscências do seu coração, à imundícia para desonrarem o seu corpo entre si" (Rm 1.21,24).

Deus é digno de adoração

Deus é adorado nos céus pelos 24 anciãos, pelos anjos e pelos seres viventes (Ap 5.9-14). Na terra, a adoração a Deus foi requerida do Seu povo: "O SENHOR, teu Deus, temerás, e a ele servirás (...)" (Dt 6.13). Jesus evocou esse texto no embate que teve contra o diabo na tentação (Mt 4.10). Davi conclama o povo a adorar a Deus: "Dai ao

Deus é digno de adoração



SENHOR a glória de seu nome: trazei presentes e vinde perante ele; adorai ao SENHOR na beleza da sua santidade" (1 Cr 16.29). O livro dos Salmos faz constantes apelos para a adoração e o louvor: "Exaltai ao SENHOR, nosso Deus, e prostrai-vos diante do escabelo de seus pés, porque ele é santo" (Sl 99.5); "Bendizei ao Senhor, todos os seus exércitos, vós, ministros seus, que executais o seu beneplácito" (Sl 103.21).

Adoração vem do hebraico סָגַד, *segad*, "prostrar-se"; do grego λατρεύειν, *latreuein*, "serviço", "culto"; προσκυνεω, *proskrineo*, "reverência". A ideia prevalecente é de "serviço". Mas que tipo de serviço as criaturas podem prestar ao Criador? Não há nada que o menor possa fazer pelo maior. Deus não precisa de nada, porém, Ele se apraz na adoração. O serviço, nesse sentido, traduz-se como culto, que é um ato de respeito e honra usado para expressar, de forma exterior, os sentimentos do interior do ser. Por meio da adoração, o ser humano expressa reconhecimento a Deus por *quem Ele é*, enquanto, pelo louvor, ele expressa a Deus o reconhecimento pelo *que Ele faz*. A adoração que faz o clima do céu deve fazer o clima na terra.

Deus é digno de confiança

A confiança é a expressão prática da fé. "Sem fé é impossível agradar-lhe (...)" (Hb 11.6). Um Deus criador e sustentador de todas as coisas é merecedor de que os homens tenham absoluta confiança nele. Não basta a Deus ser reconhecido pelos homens como um ser Todo-poderoso, que vive nas alturas, se os homens não são capazes de incluí-lo em sua vida. Ele está apto para contribuir com eles, guiando-os e

suprindo-lhes as necessidades. Se tomamos por verdadeiro tudo quanto temos aprendido sobre Deus, temos de tomar também por verdadeiro que Ele é capaz de todas as coisas, desse modo, devemos também levar em conta o fato de que estamos inclusos em tudo sobre o que Ele exerce controle. Assim se expressa Hodge sobre a confiança: "Considerar algo verdadeiro é considerá-lo digno de confiança, como o que se propõe. Portanto, fé, no sentido amplo e legítimo do termo, é confiança"[55].

Somos forçados a crer que Deus deseja relacionar-se com as Suas criaturas e espera ter com elas um relacionamento íntimo e peculiar; para tanto, Ele cria condições pela intermediação de Seu Filho como Salvador. Uma vez salvo, o homem deve cultivar vida plena com Deus, depositando nele toda a sua confiança para viver uma vida nos termos de Deus. Jesus passou muitas lições de fé para os Seus discípulos e também se queixou quando não foram capazes de demonstrá-la por meio de atos de confiança. "E Jesus, percebendo isso, disse: "Por que arrazoais entre vós, homens de pequena fé, sobre o não vos terdes fornecido de pão?" (Mt 16.8); "Pois se assim veste a erva do campo, que hoje existe e amanhã é lançada no forno, não vos vestirá muito mais a vós, homens de pequena fé?" (Mt 6.30); "E ele disse-lhes: Por que temeis, homens de pequena fé? Então, levantando-se, repreendeu os ventos e o mar, e seguiu-se uma grande bonança" (Mt 8.26).

Deus é digno de obediência

Obediência é sujeição. Quem obedece acata. Quem obedece age segundo a vontade daquele que lhe dá as ordens. Essa é a relação usualmente esperada na relação entre pais e filhos. A obediência atende a uma cadeia hierárquica, levando inevitavelmente em conta o princípio da autoridade. A Bíblia ensina-nos a obedecer aos pais (Cl 3.20); aos pastores (Hb 13.17); aos patrões (Ef 6.5); às autoridades (Rm 13.1,5). Na antiga aliança, o povo de Deus vivia sob a Lei mosaica. A Lei precisava ser obedecida integralmente. Quem tropeçasse em apenas um mandamento tornava-se culpado de todos (Tg 2.10). A obediência à Lei era a forma de o homem obedecer a Deus.

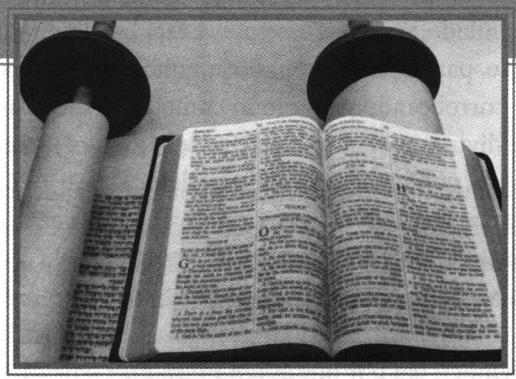
Deus estava mais interessado em que os homens lhe obedecessem do que em que lhe prestassem culto: "Porém Samuel disse: Tem, porventura, o SENHOR tanto prazer em holocaustos e sacrifícios como em que se obedeça à palavra do SENHOR? Eis que o obedecer é melhor do que o sacrificar; e o atender melhor é do que a gordura de carneiros" (1 Sm 15.22). A desobediência do primeiro homem condenou toda a raça humana à condição de pecadora: " Porque, como, pela desobediência de um só homem, muitos foram feitos pecadores, assim, pela obediência de um, muitos serão feitos justos" (Rm 5.19). Para retribuir a obediência, Deus estabeleceu duas categorias de leis: as leis de *bênçãos* para os obedientes e as leis de *maldições* para os desobedientes. Para tornar

55. HODGE. p. 1058.

didáticas as duas categorias, Deus escolheu dois montes onde elas deveriam ser lidas: no monte Ebal, as maldições, e, ao seu lado, no monte Gerizim, as bênçãos (Dt 27 e 28). Nos dias de Josué, assim que entraram na terra, ambas as leituras foram feitas (Js 8.33).

No Novo Testamento, permanece o mesmo princípio de obediência estabelecido para o povo de Deus. A obediência a Deus era orientada pela Lei mosaica; hoje, pela doutrina dos apóstolos. Os apóstolos instruíram a Igreja quanto à importância e a necessidade de obedecer a Deus, sob o risco de arcar com graves consequências pelo não acatamento desse princípio: "Mas, se alguém não obedecer à nossa palavra por esta carta, notai o tal, e não vos mistureis com ele, para que se envergonhe" (2 Ts 3.14). O apóstolo Paulo se queixa dos crentes da Galácia por causa dos seus atos de desobediência: "Corríeis bem; quem vos impediu, para que não obedeçais à verdade?" (Gl 5.7). Os próprios apóstolos estavam tão conscientes da necessidade de obedecer a Deus que, mesmo estando sob ameaça de morte, não abriam mão desse compromisso: "Porém, respondendo Pedro e os apóstolos, disseram: Mais importa obedecer a Deus do que aos homens" (At 5.29).

OS NOMES DE DEUS



Para a cultura do povo da velha aliança, o nome tem significado, exercendo íntima relação com o indivíduo que o usa. Assim, encontramos na Bíblia nomes, tanto de pessoas como de lugares, que exaltam ou envergonham, como é o caso de Nabal, "tolo", um homem estúpido que fazia jus ao nome que o identificava (1 Sm 25.3); de Jacó, "enganador", que não foi outra coisa na vida, senão enganador, até que Deus trocasse o seu nome para Israel, "aquele que reina com Deus", depois de um encontro que tiveram. Abrão, "pai das alturas", teve o seu nome trocado para Abraão, "pai de muitos", afinal, "pai das alturas" é um nome que cabe somente a Deus. "Pai de muitos", além de ser mais adequado a um ser humano, ainda combinava com a sua história.

E quanto a Deus? Se o nome carrega consigo algum significado importante, então, é preciso que se tome muito cuidado com o nome de Deus. Além do mais, como seria possível um ser tão elevado caber num nome só? Por essa razão, a Bíblia, no Antigo Testamento, apresenta vários nomes para Ele, dos quais o mais importante, que revela Sua singularidade ontológica absoluta, é "Eu sou" (Jeová): nome impronunciável, conforme veremos mais adiante.

O fato de a Bíblia nomear Deus indica um antropomorfismo, ou seja, um meio pelo qual Deus se aproxima do homem e torna-se acessível a ele, de forma que este possa compreendê-lo, ao menos, um pouco. Por meio do nome, Deus se autorrevela ao homem.

El, Elohim, Elyon

O nome mais comum para Deus é אלהים, *El* ou *Eloah*. Derivado, provavelmente, de *Ul*, "senhor". Nome comumente usado para Deus pelos povos do Oriente, o qual aparece também na literatura babilônica, aramaica, fenícia e arábica e do qual deriva o nome *'Alah*. Em sua forma plural, *El* é *Elohim*, porém, longe de sugerir um politeísmo, é um indicativo da Trindade, visto que esse nome está ligado diretamente a Deus como o Criador, e, da criação, participaram com Ele o Filho e o Espírito Santo (Gn 1.1,2 e Cl 1.16), o que deve ser corroborado pelo modo como o Criador convoca as outras duas pessoas da Trindade divina, para a formação do homem: "E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança" (Gn 1.26). Certamente, esta é uma conclusão que causa repúdio ao povo judeu, que não aceita em hipótese alguma a doutrina da Trindade; sobretudo, porque se recusa a aceitar a divindade de Cristo. Mas, quer gostem ou não, a Trindade não está tão escondida no Antigo Testamento.

O significado de *Eloah* é incerto. Alguns acham que significa "Forte", outros acham que a raiz significa "temor"; daí por que assim se traduz Gênesis 31.42,53 – referindo-se a Ele – como o "Temor de Isaque", ao lado de "o Deus de Abraão". O que se pode concluir de tais possibilidades é que, se ambas estão presentes na mesma palavra (*Eloah*), ela é um indicativo de que o Forte deve também ser temido por quem Ele é.

Adonai

O nome אֲדֹנָי, *Adonai*, deriva de *dun* (*din*) ou de *'adan* e significa "governar", "julgar". É aplicado tanto para a divindade como para o homem. Quando o termo é aplicado para o homem, significa "senhor", "marido". No juramento que Eliézer faz a Abraão, este o chama de *adonai* (traduzido em minúsculo): "Então, pôs o servo a sua mão debaixo da coxa de Abraão, seu senhor (...) e partiu, pois que toda a fazenda de seu senhor estava em sua mão (...) e faze beneficência ao meu senhor Abraão!" (Gn 24.9,10,12). Vê-se ainda no caso de Sara, chamando Abraão de "meu senhor" – *meu adonai* –, no sentido de "meu marido" (Gn 18.12). Duas figuras aplicadas também ao Filho (Jo 13.13; 2 Co 11.2).

Moisés, diante do chamado para libertar os hebreus da terra do Egito, chama o Senhor Deus de *Adonai*: " (...) Ah! Senhor (...), " (...) Ah! Senhor (...)" (Êx 4.10,12) – na tentativa de escapar de tal incumbência, por ser homem pesado de língua. Na verdade, Moisés insistia em chamar Deus de *Adonai*, quando há pouco Ele havia se revelado ao Seu servo como Jeová – "Eu Sou". Na declaração de ser, com o verbo no presente, o Senhor dá a Moisés a garantia de que não só é imutável como estará com ele sempre.

Shaddai e 'El-Shaddai

O nome שדי, *Shaddai*, vem de *shadad* e significa "Todo-poderoso" e combina perfeitamente com a ideia que todos têm de Deus; até mesmo os que não acreditam

nele. Está implícito na mente das pessoas que Deus é um ser Todo-poderoso, portanto, capaz de todas as coisas, ainda que, na prática, a maioria das pessoas age como se Ele nem mesmo existisse. Foi como *El-Shaddai* que Deus apareceu aos patriarcas: "Falou mais Deus a Moisés e disse: Eu sou o SENHOR. E eu apareci a Abraão, e a Isaque, e a Jacó, como o Deus Todo-Poderoso; mas pelo meu nome, o SENHOR, não lhes fui perfeitamente conhecido" (Êx 6.2,3). A diferença entre os patriarcas e Moisés é que, para Moisés, o Deus Todo-poderoso – aquele que é grande, abrangente e genérico – se apresenta como Deus ao mesmo tempo pessoal e eterno.

Yahweh e Yahweth e Tsebhaoth

Yahweh foi como Deus se apresentou a Moisés no monte Sinai pela primeira vez: "E disse Deus a Moisés: Eu Sou o Que Sou. Disse mais: Assim dirás aos filhos de Israel: Eu Sou me enviou a vós" (Êx 3.14). Os nomes de Deus são também compostos, indicando tanto traços do caráter divino como adjetivando-o pelos Seus trabalhos. O nome *Yahweh*, transliterado para o português como *Jeová*, é a forma mais incerta de ser pronunciado o nome de Deus. O tetragrama יהוה, *YHWH*, não vocalizado sugere a forma como nós adotamos, com base nas vogais empregadas no início dos outros nomes de Deus, tais como *Adonai* e *Elohim*. A pronúncia real se perdeu em razão de dois fatores: o *primeiro* é que a língua hebraica é escrita apenas com consoantes, sem vogal. Seria como as letras F R T, em português. Com estas três consoantes, podemos escrever FRuTa, FoRTe, FaRTo ou FRiTo. O que determina o significado da palavra são as vogais; mas, o povo hebreu entende a palavra pelo contexto, sem dificuldade. Para facilitar a leitura, principalmente para quem não está habituado com a língua hebraica, os massoretas[56] vocalizaram o hebraico através de sinais pontilhares junto às consoantes. Por isso, o *tetragrama* de nome Jeová permanece originalmente intacto, não obstante a sua vocalização posterior. O *segundo* fator é que os hebreus temiam, e ainda temem, pronunciar o nome do Senhor, para não incorrer no pecado de banalizá-lo: "Não tomarás o nome do SENHOR, teu Deus, em vão; porque o SENHOR não terá por inocente o que tomar o seu nome em vão" (Êx 20.7). Receiam que, por uma atitude leviana venham a blasfemar contra esse santo nome: "E aquele que blasfemar o nome do SENHOR certamente morrerá (...)" (Lv 24.16).

O nome de Deus vem acrescido, muitas vezes, de צבאות, *Tsebhaoth* – "Exércitos" (1 Sm 4.4; 17.45; 2 Sm 6.2). A quais exércitos o nome do Senhor se refere, ao *exército de Israel*? Mas, o exército da nação é um só (no singular), e *Tsebhaoth* é plural. Outras possibilidades seriam as estrelas ou os anjos.

As *estrelas* são chamadas de exércitos, mas também são identificadas com os anjos: "Louvai-o, sol e lua; louvai-o, todas as estrelas luzentes" (Sl 148.3); "Quando as

56. Massoretas vem de massora, *massorah*, do hebraico *msr*, "transmitir". Foram escribas e mestres.Visto ser a língua hebraica escrita somente com consoantes, por volta do ano 500 d.C., eles criaram pontos vocálicos para não perder o significado real das palavras, trocando-as e mudando o seu sentido, particularmente no texto bíblico.

estrelas da alva juntas alegremente cantavam, e todos os filhos de Deus rejubilavam?" (Jó 38.7); "E a sua cauda levou após si a terça parte das estrelas do céu e lançou-as sobre a terra (...)" (Ap 12.4). Esse último texto aponta claramente para a queda dos anjos que se deixaram seduzir pela rebelião de Lúcifer.

Os *anjos*, especificamente, podem ser, de fato, esses exércitos aposicionados ao nome do Senhor; por isso, יהוה צבאות, *Jeová Tsebhaoth* (na sua forma transliterada), "O Senhor dos Exércitos". A expressão aparece quando trazem a arca do concerto de volta para Jerusalém, bem como da Sua santa presença entre os querubins da arca (1 Sm 4.4; 2 Sm 6.2; Is 37.16). O uso desse nome é a demonstração de vitória sobre os inimigos derrotados pela nação santa.

Os antepassados costumavam evocar o nome do Senhor dos Exércitos em situações muito especiais. Ana, desejosa de ser mãe, fez um voto ao Senhor dos Exércitos de que lhe entregaria o filho que Ele lhe desse, como ato de gratidão (1 Sm 1.11). O Senhor concedeu-lhe Samuel, e ela cumpriu o voto. Como Senhor dos Exércitos, Deus apresentou-se a Davi para recordar-lhe de que o tirou de detrás da malhada para ser líder sobre o seu povo (2 Sm 7.8). Depois de oferecer um grande culto de louvor a Deus, Davi abençoou o povo em nome do Senhor dos Exércitos (2 Sm 6.18). Davi enfrentou o gigante Golias em nome do Senhor dos Exércitos (1 Sm 17.45). O profeta Jeremias cita cerca de 80 vezes o nome do Senhor dos Exércitos.

OS NOMES DE DEUS

Nome	Significado	Referência bíblica
El, Elohim, Elyon - אלהים	"Senhor que faz pacto"	(Gn 1.1,2,26; Cl 1.16)
Adonai - אֲדֹנָי	"governar", "julgar"; também "marido"	(Gn 24.9,10,12; Êx 4.10,12)
Shaddai e El-Shaddai - אל שדי	"Deus todo-poderoso"	
Yahweh - יהוה	"Senhor"	

Nomes compostos de Deus

Nos nomes agregados de Deus, vê-se a junção dos nomes acima listados. Por exemplo, é comum encontrar nomes de Deus, como: "Senhor Deus", que é a junção de יְהוָה אלהים, *Jeová Elohim*; "Deus todo-poderoso", a junção de *El-Shaddai*; ou "Deus eterno", a junção de *El-Olam*, ou "Deus Altíssimo", *El-Elyon*, "o Altíssimo".

Enquanto os nomes anteriores identificam Deus por *quem* Ele é, os nomes agregados identificam-no pelo *que* Ele faz. יהוה רפה, *Jeová-Rapha,* é "O Senhor que sara" (Êx 15.26); יהוה צדקנו, *Jeová-Tsidekenu,* "Senhor, Justiça Nossa" (Jr 23.6); יהוה יראה, *Jeová-Jireh,* "O Senhor proverá" (Gn 22.14); יהוה שמה, *Jeová-Shammah,* "O Senhor está aqui" (Ez 48.35); יהו הנסי, *Jeová-Nissi,* "O Senhor é a nossa bandeira" (Êx 7.8-15); יהוה שלום, *Jeová-Shalom,* "O Senhor é a nossa paz" (Jz 6.23,24); יְהוָה רֹעִי, *Jeová-roi,* "O Senhor é meu pastor" (Sl 23.1). Além desses nomes compostos, o nome de Deus aparece melhor metaforizado como Rei, Juiz, Legislador, Torre, Rocha, Pastor, Libertador, Marido, Fortaleza e Pai.[57]

NOMES COMPOSTOS DE DEUS		
Nome	**Significado**	**Referência bíblica**
Jeová-Mekadesh - יְהוָה מְקַדִּשְׁכֶם	"Senhor Santo"	(Lv 20.8; Ez 37.38)
Jeová-Rapha - יהוה רפה	"O Senhor que sara"	(Êx 15.26)
Jeová-Tsidekenu - יהוה צדקנו	"Senhor, Justiça Nossa"	(Jr 23.6)
Jeová-Jireh - יהוה יראה	"O Senhor proverá"	(Gn 22.14)
Jeová-Shammah - יהוה שמה	"O Senhor está aqui"	(Ez 48.35)
Jeová-Nissi - יהוה נסי	"O Senhor é a nossa bandeira"	(Êx 7.8-15)
Jeová-Shalom - יהוה שלום	"O Senhor é a nossa paz"	(Jz 6.23,24)
Yahweth e Tsebhaoth - יהוה צבאות	"O Senhor dos Exércitos"	(1 Sm 4.4; 17.45)
Jeová-roi - יְהוָה רֹעִי	"O Senhor é meu pastor"	(Sl 23.1)
Jeová-Olam - יְהוָה עוֹלָם	"Deus eterno"	(Sl 90.2)
Jeová-Gibor - יְהוָה גִּבּוֹר	"Deus poderoso"	(Is 9.6)

57. CHAFER. 2003. p. 288.

Nomes de Deus no Novo Testamento

Deus, o Pai, aparece na língua do Novo Testamento (a grega) como *Theos* (Deus), equivalente a *Elohim* e a *El-Shadday.* Aparece como Κυρίος, *Kyrios* (Senhor), semelhante a *Yahweh* e a *Pather* (Pai). Ele é o Pai do nosso Senhor Jesus Cristo e Pai de todos os salvos (Jo 1.12). É também o Pai das luzes (Tg 1.17), o Pai celeste (Mt 6.26); o Pai nosso (Mt 6.9) e o Senhor dos Exércitos (Tg 5.4).[58]

No Novo Testamento, os nomes de Deus são também compartilhados com a Trindade. Assim, vê-se tanto o Pai como o Filho ou o Espírito Santo identificando o mesmo Deus, embora cada uma das três pessoas também apareça com nomes variados, tais como: Jesus, o último Adão (1 Co 15.45); o Advogado (1 Jo 2.1), o Todo-poderoso (Ap 1.8), o Alfa e o Ômega (Ap 1.8; 22.13), o Amém (Ap 3.14), o Apóstolo da nossa confissão (Hb 3.1), o Autor e Consumador da fé (Hb 12.2), o Autor de eterna salvação (Hb 5.9), o Filho amado (Mc 1.11), o Deus bendito (Rm 9.5), o Santo (At 3.14), o Justo (At 7.52), o Rei das nações (Ap 15.3), o Cordeiro (Ap 13.8), o Mediador (1 Tm 2.5), o Messias (Jo 1.41), o Primogênito de Deus (Ap 1.5), o Nazareno (Mt 2.23), o Salvador (Lc 2.11), o Filho do Homem (Mt 8.20), a Palavra (Jo 1.1), o Filho de Davi (Mt 1.1), o Filho do Altíssimo (Lc 1.32), o Leão de Judá (Ap 5.5), além de outros nomes (ou títulos) relativos às Suas funções, como Pão da Vida, Videira verdadeira, Luz do mundo, Senhor da glória, Autor da salvação, Redentor, Mestre, Sumo sacerdote etc.

O Espírito Santo é chamado de Παράκλητον, *Parácleto,* Consolador (Jo 14.16), Espírito Eterno (Hb 9.4), Espírito Santo (Ef 1.1), Espírito de adoção (Rm 8.15), Espírito da glória (1 Pe 4.14), Espírito de Cristo (1 Pe 1.11), Espírito de santidade (Rm 1.4), Espírito da profecia (Ap 19.10), Espírito de vida (Rm 8.2), Espírito do Pai (Mt 10.20) e é também conhecido pelos símbolos que o identificam, como Vento, Fogo, Água, Azeite, Chuva de orvalho, Pomba e Selo.

OS NOMES DE DEUS NO NOVO TESTAMENTO

Nome	Referência bíblica
Pai das luzes - Πατρὸς τῶν φώτων	(Tg 1.17)
Pai celeste - Πατὴρ οὐράνιος	(Mt 6.26)
Pai nosso - Πατὴρ ἡμῶ	(Mt 6.9,26)
Senhor dos Exércitos - Κυρίου Σαβαὼθ	(Tg 5.4)

58. BERKHOF. 2001. p. 49.

A TRINDADE DIVINA

A doutrina da Trindade tem sido motivo de controvérsias antes e depois da Reforma Protestante; é, entretanto, aceita pela maioria dos cristãos. A distinção bíblica dada ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo, aceita pelo cristianismo, de modo geral, não a coloca na categoria de um triteísmo, como se fossem três deuses, mas um só Deus em três pessoas.

O epíteto de "Trindade" foi dado por Tertuliano (155 – 222 d.C.), um dos primeiros apologistas cristãos, embora ele mesmo não tenha elaborado muito bem sua defesa acerca da Trindade. Orígenes (185 – 254 d.C.) estabelece níveis desiguais entre as três pessoas, como: a subordinação do Filho ao Pai e a subordinação do Espírito Santo ao Filho. Ao criar esse pódio, Tertuliano diminui a divindade do Filho e do Espírito Santo. Essa distinção de poder, mesmo que não goze de amparo bíblico, povoa o imaginário dos cristãos, devido à forma retórica como se concebe essa hierarquização natural: primeiro o Pai, depois o Filho e, subsequentemente, o "Outro Consolador" (Jo 14.16).

No Concílio de Niceia (325 d.C.), começou-se a discutir acerca da Trindade. Nesse Concílio, Jesus ganha consubstancialidade em relação ao Pai, ou seja, ele é coessencial com o Pai. O assunto voltou à tona no Concílio de Constantinopla (381 d.C.), no qual a discussão girou mais em torno da divindade do Espírito Santo. Mas, foi Santo Agostinho (354-430 d.C.) quem reelaborou a doutrina, tornando-a mais compreensível.

A doutrina da Trindade foi alvo de algumas controvérsias ao longo da História, tanto no seu todo quanto em parte, como é o caso da controvérsia *ariana*, que tinha como objetivo discutir a divindade de Cristo apenas. Os movimentos antitrinitarianos apresentam diferentes formas de discutir o assunto.

Monoteísmo hebreu

Monoteísmo é o nome que se dá à crença em um só Deus. No mundo, há três religiões monoteístas: Judaísmo, Cristianismo e Islamismo. O Cristianismo, que foi gerado dentro do judaísmo, por Jesus – o Messias que os judeus rejeitaram –, jamais aceitou a ideia de que haja três deuses, conforme as declarações bíblicas: "A ti te foi mostrado para que soubesses que o SENHOR é Deus; nenhum outro há, senão ele" (Dt 4.35). O famoso שְׁמַע, *Shemá*, "ouve", uma declaração de fé repetida diariamente pelos judeus, declara haver somente um Deus: "Ouve, Israel, o SENHOR, nosso Deus, é o único SENHOR" (Dt 6.4). Jesus referendou as palavras do *Shemá*: "E Jesus respondeu-lhe: O primeiro de todos os mandamentos é: Ouve, Israel, o Senhor, nosso Deus, é o único Senhor" (Mc 12.29).

Monoteísmo, do grego *monos*, "único", e *teísmo*, ou *theós*, "Deus", é o ensino que admite haver somente um Deus. De acordo com o *teísmo*, esse Deus único mostra-se interessado no homem, interagindo com ele no transcurso da História, quer recompensando-o, quer punindo-o. O *monoteísmo* é a forma de crença dos hebreus. Embora o fundador da nação hebreia, Abraão, procedesse de um país *politeísta*; desde que teve uma revelação divina para se locomover da sua terra, da sua parentela e da casa de seu pai, para um lugar que lhe seria mostrado, Abraão prestou culto, devoção e fé em apenas um Deus, o Altíssimo (Gn 14.22).

Monoteísmo, do grego *monos*, "único", e *teísmo*, ou *theós*, "Deus", é o ensino que admite haver somente um Deus. De acordo com o *teísmo*, esse Deus único mostra-se interessado no homem.

Os povos, no meio dos quais Israel conviveu, tanto nos quatrocentos anos no Egito quanto entre os cananeus, na terra de Canaã, mais tarde possuída pelos hebreus, eram povos politeístas. Eram devotados a uma imensa multiplicidade de deuses. Muitas vezes, a fragilidade emocional dos hebreus, aliada à sua ignorância, levou-os a se misturarem com aqueles povos e suas crenças, pelo que foram sempre muito

advertidos pelos profetas. Um exemplo disso é o episódio de Elias, diante dos quatrocentos e cinquenta profetas de Baal e os quatrocentos profetas de Azera no monte Carmelo (1 Rs 2.8-24). Era-lhes muito fácil aderir a crenças em outros deuses, principalmente quando tais deuses eram ídolos materiais; nessa tentação, eles caíram algumas vezes. O desenvolvimento em uma crença monoteísta custou-lhes muita luta, muito exercício, muitas perdas, até que se firmasse na consciência de que não há outro Deus. No início, é provável que os hebreus fossem até *henoteístas*. O *henoteísmo* ensina haver vários deuses, porém, somente um, mais forte, manda nos outros e é digno de ser adorado. Os hebreus foram advertidos em um dos Dez Mandamentos da Lei de Deus a não adorarem outro deus (Êx 20.3). Há ainda outras advertências nesse sentido (Is 46.9; Sl 115.4-8)

Arianismo

Do segundo para o terceiro século, a Igreja cristã foi apresentando sinais de distanciamento dos ensinos apostólicos. As heresias do primeiro século, tais como o *gnosticismo, antinomismo* e o próprio *judaísmo*, ganharam corpo e abriram espaço para que outros desvios doutrinários encontrassem espaço no seio da Igreja, principalmente quando os teólogos enveredaram pelo caminho das especulações filosóficas. No terceiro século, a heresia ariana, que punha em dúvida a divindade de Cristo, abria uma discussão que resultou no Concílio de Niceia (325) e que teria ainda desdobramentos em outros concílios, séculos à frente.[59]

O arianismo provém de Ário (265-356 d.C.), presbítero da Igreja de Alexandria. Os arianos diferenciavam Cristo de Deus, dando a Ele uma posição inferior e negando a Sua divindade absoluta. Ário foi influenciado pelo gnosticismo. Embora possuísse tanto natureza divina quanto humana por um ato da vontade de Deus, em algum tempo o Filho fora criado. O Filho tinha uma substância diferente da do Pai, sendo subordinado a Ele, tornando, portanto, o Pai, o único Deus verdadeiro. Embora Ário tratasse o Filho como Deus, entendia que Ele não era "o Deus", assim como o Pai o é, mas, simplesmente Deus, em uma categoria inferior. Somente o Pai é eterno, sendo o Filho criado.

> Os arianos afirmaram um tipo de Trindade composta de três seres "divinos" (o Pai, o Filho e o Espírito Santo), sendo que somente um deles é verdadeiramente Deus. Continuou, na sua profissão de fé, a afirmar de modo inequívoco que somente o Pai é "sem princípio" e que o Filho, embora seja uma criatura grandiosa que compartilha de muitos atributos de Deus, não existia antes de ser gerado pelo Pai.[60]

---

59. Veja o capítulo *História da Teologia Cristã*, v. 1, onde tratamos das controvérsias trinitarianas.

60. OLSON, Roger. *História da Teologia Cristã*. S. Paulo, SP: Editora Vida, 2001. p. 150.

Ário não era capaz de reconhecer a divindade absoluta que há em Jesus, razão pela qual perdeu muitos dos seus adeptos. Contou também com o enfrentamento de Atanásio (296-373), o qual afirmava que o Filho é da mesma substância do Pai.

Na tentativa de dissipar a contenda, o imperador Constantino convocou um Concílio na Nicomédia. Esse Concílio ficou conhecido como o Concílio de Niceia, instalado em 19 de junho de 325. Seu objetivo era condenar erros doutrinários que algumas igrejas vinham cometendo debaixo da influência de Ário, e elaborar uma declaração doutrinária com textos bíblicos, para firmar as convicções teológicas do povo cristão.[61] Como resultado desse Concílio, surgiu o Credo de Atanásio, o qual circulou pelas igrejas e que ainda hoje é conhecido, embora não se tenha absoluta certeza de que o "Credo Atanasiano" seja, de fato autêntico. É possível que o Credo atribuído a Atanásio tenha sofrido modificações com o passar do tempo.

Apolinarianismo

Apolinário (310-390) atuou como bispo em Laodiceia, no final do quarto século. Opôs-se às ideias de Ário. Negava a união hipostática de Cristo. Ele não possuía alma humana, era diferente dos demais homens. Apolinário defendia a divindade de Cristo e dizia que o Logos substituía o espírito humano para protegê-lo do pecado.

Socianismo

Há dois nomes na origem do *socianismo*: os italianos Paolo Fausto Sozzini (1539-1604) e seu tio Laelius Socino, que o influenciara. Ambos eram chamados de Socinos. A doutrina que é conhecida pelo movimento como *socianista* desenvolveu-se na Polônia para onde se transferiram. Para o *socianismo*, a Bíblia somente deve ser compreendida pela razão.

Ele não era Deus, porque Deus não pode ser encarnado. E quanto a ser *Logos* (Jo 1.1), Cristo era o *Logos*, mas Ele negou Sua preexistência. Na verdade, Ele era apenas o intérprete da Palavra de Deus – *interpres divinae voluntatis*. Quanto ao Espírito Santo, Ele era uma mera operação de Deus, um poder para a santificação.

Com respeito à Trindade essa corrente dizia que Cristo era apenas um homem perfeito, gerado e divinizado. Hodge explica sobre a pessoa de Cristo na doutrina da Trindade:

> A grande distinção de Cristo é que, a partir da sua ressurreição e ascensão, lhe foi confiado todo o poder no céu e na terra. Ele está exaltado acima de todas as criaturas, e foi constituído vice-rei de Deus sobre todo o universo.[62]

---

61. HODGE. 2003. p. 340.

62. HODGE. 2001. p. 795.

Os socinianos da Grã-Bretanha e da América consideram Cristo um homem comum, diferente do ponto de vista do próprio Socino e os seus seguidores originais, os quais tinham uma visão mais exaltada de Cristo. Cristo, para aqueles, podia ser adorado, depois da Sua exaltação, e era também o responsável pela salvação dos homens.

Monarquianismo

Esta palavra, transliterada do grego *monarchia*, significa "governo centrado em uma só pessoa". Foi usada por Tertuliano para designar aqueles que negavam a divindade de Jesus. Essa é a doutrina das Testemunhas de Jeová. Essa doutrina era comum no segundo e no terceiro século da era cristã e se distinguiu em dois tipos: o monarquianismo *dinâmico* e o monarquianismo *modalista*. O primeiro, defendido por Teodoro Bizâncio, Paulo de Samosata e Artemão, ensinava que Jesus era um homem comum, mas que, depois de haver recebido um poder que veio sobre Ele, tornou-se Filho de Deus. O segundo monarquianismo, *modalista*, ensinava que só há um Deus que se manifesta como três pessoas, ora como Pai, ora como Filho e ora como o Espírito Santo, a isso se dá o nome de patripassianismo. O *modalismo*, preocupado com a imagem politeísta do Cristianismo, ignorou a exposição bíblica acerca da Trindade, criando um Deus "transformer", que, no dizer de Tertuliano (155-222 d.C.), expõe um Deus que se veste com várias casacas, ora uma, ora outra.[63]

Adocionismo

Também chamado demonarquianismo dinâmico, professa que Jesus nasceu humano, tornando-se divino no batismo. Nesse ponto, foi adotado como Filho de Deus. E Jesus não foi coeterno com o Pai, mas foi revestido de Deus para atender aos Seus planos.

Sabelianismo

Os seus seguidores criam que as três pessoas da Divindade se manifestavam de modos diferentes, por isso, são chamados de modalistas. Seus defensores foram Noeto de Esmirna e Práxeas de Cartago. Eles também acreditavam que o Pai nasceu e sofreu e que Jesus era o Pai. Essa crença deu a eles o nome de patripassianos (*Pater*, do latim, "Pai", e *passus*, "sofrer"). O Pai encarnou no Filho e sofreu com Ele. Foram também identificados como sabelianistas porque Sabélio, que viveu, por volta do ano 230, foi o grande propagador dessa doutrina. O sabelianismo é uma forma de monarquianismo.

A heresia sabelianista vigorou em Roma, Ásia Menor, Síria e Egito por cerca de cem anos, até que sucumbiu em 263, quando Dionísio de Alexandria, em um confronto direto com Sabélio, derrotou-o. A partir de então, o Cristianismo avançou livre da influência desse movimento antitrinitariano por muitos séculos, até ser trazido de

63. CHAMPLIN; BENTES. 1991. p. 344.

FORMAS DE UNICISMO

- Monoteísmo Hebreu
- Socianismo
- Unitarismo
- Monarquianismo
- Sabelianismo
- Monoteísmo

volta por John Schepp em 1913, quando fundou a seita "Só Jesus". Textos que os *modalistas* usam são os seguintes:[64]

1. Para sustentar que o Pai e o Filho são a mesma pessoa, usam João 10.30: "Eu e o Pai somos um". O texto, pelo contrário, prova que Jesus é Deus absoluto, sendo igual ao Pai, embora não seja a mesma pessoa do Pai. No grego *hen* (um), indica o neutro, e não o masculino *heis*, mostrando duas pessoas numa só deidade. Outrossim, o verbo está no plural (somos), e não no singular (sou), logo, esse versículo serve para provar o contrário do que eles afirmam.

2. Eles querem supor que o texto de Isaías 9.6, onde se lê que o Messias é o "Pai da Eternidade", indica que o Filho é o próprio Deus-Pai; porém, o texto é específico, dizendo que Ele é o Pai da Eternidade.

3. Citam João 14.8,9 para dizer que Jesus e o Pai são a mesma pessoa: "Disse-lhe Filipe: Senhor, mostra-nos o Pai, o que nos basta. Disse-lhe Jesus: Estou há tanto tempo convosco, e não me tendes conhecido, Filipe? Quem me vê a mim vê o Pai; e como dizes tu: Mostra-nos o Pai?". Jesus prossegue a Sua fala dizendo: "*Não crês tu que eu estou no Pai e que o Pai está em mim*? As palavras que eu vos digo, não as digo de mim mesmo, mas o Pai, que está em mim, é quem faz as obras" (Jo 14.10) (grifo do autor). Na frase grifada, observa-se a clara distinção entre uma pessoa e outra.

4. Os adeptos das seitas unicistas defendem o batismo em nome de Jesus, com base em Atos, onde há quatro passagens em que o batismo é feito em nome de Jesus (2.38; 8.16; 10.48; 19.5). Pergunte a um unicista se o seu batismo é feito em nome do Senhor, se é feito em nome de Jesus Cristo ou em nome do Senhor Jesus. Se o batismo em nome de Jesus apenas fosse fórmula, tal fórmula deveria estar padronizada; mas, o que se vê em Atos é que, em cada caso, o nome aparece modificado. A verdade é que ao mencionar o batismo em nome de Jesus, em Atos, o escritor está se referindo à autoridade de Jesus, dispensando a necessidade de se repetir a fórmula que é trinitariana - em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo - para o ato do batismo, conforme determinada por Aquele que deu a ordem.[65]

---

64. SOARES, Esequias. *Ministério IDE, curso teológico por Extensão*. 3. ed. S. Paulo, SP: Editora Ideall Record's, 2007. v. 2. p. 193.

65. Apesar desse entendimento, há autores que, contrários ao unicismo, admitem que o batismo "em nome de Jesus", não obstante a modificação dos casos, era também uma fórmula de batismo na Igreja primitiva.

Unicismo

Paulo de Samosata, séc. II, e Artemão. Aceita o Pai, o Filho e o Espírito Santo como sendo uma só pessoa. Algumas igrejas evangélicas hoje são unicistas. Usam o nome de Jesus para se referir tanto ao Filho quanto ao Pai e ao Espírito Santo. Batizam em nome de Jesus alegando que Pai não é nome, Filho não é nome e Espírito Santo não é nome. Jesus é o Pai, Jesus é o Filho e Jesus é o Espírito Santo. É modalista.

Unitarismo

O *unitarismo* acredita na unidade absoluta de Deus; diferentemente do *unicismo*, que acredita que o Pai, o Filho e o Espírito Santo são apenas manifestações distintas da mesma pessoa. O *unitarismo* não vê dificuldade em aceitar o Filho como divino, mas não no mesmo sentido que o Pai, visto que não compartilham da mesma essência. Embora não negue a divindade de Cristo, enxerga-a em nível inferior à do Pai e, às vezes, essa divindade é omitida.

ANTITRINITARIANISMO

Doutrina	Precursor	Época	O que defende
Monoteísmo Hebreu			Aceita um único Deus, indivisível. Sua base é a *Shemá* (Dt 6.4).
Arianismo	Ário, bispo de Alexandria	319 d.C.	Só existe um Deus. O Cristo-Logos foi criado por Deus, sendo inferior a Ele. Não possui a mesma substância do Pai.
Apolinarianismo	Apolinário	Séc. IV	Opunha-se ao arianismo. Negava a união hipostática de Cristo. Jesus não possuía um espírito humano.
Socianismo	Faustus Socinus	Séc. XVI	Jesus não existia antes do nascimento. Nasceu da virgem Maria, transmitiu a vontade de Deus na terra, ressuscitou e ganhou imortalidade ao ser levado para o céu. Desde então, reina sobre o mundo.
Monarquianismo	Paulo de Samosata e Artemão	Séculos II e III	Há um só monarca: Deus. Dividiu-se entre o dinâmico e o modalista.

ANTITRINITARIANISMO			
Doutrina	**Precursor**	**Época**	**O que defende**
Adocionismo	Teodoro de Bizâncio	Séc. VII	Deus é indivisível. Jesus não foi coeterno com o Pai, mas foi revestido de Deus para atender aos Seus planos.
Sabelianismo	Sabélio	230 d.C.	O Pai encarnou no Filho. É também modalista, ou seja: Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo são diferentes "modos" como Deus é percebido pelas pessoas, de acordo com a situação. Defende também o patripassianismo, ou seja, que o próprio Deus Pai, sofreu na cruz.
Unicismo	Paulo de Samosata e Artemão	Séc. II	Aceita o Pai, o Filho e o Espírito Santo como uma só pessoa. Algumas igrejas evangélicas hoje são unicistas. Usam o nome de Jesus para se referir tanto ao Filho quanto ao Pai e ao Espírito Santo. Batizam em nome de Jesus, alegando que Pai não é nome, Filho não é nome e Espírito Santo não é nome. Jesus é o Pai, Jesus é o Filho e Jesus é o Espírito Santo. É modalista.
Unitarismo	Miguel Servet	1531	Não deve ser confundido com o unicismo. O unitarismo afirma que o Pai, o Filho e o Espírito Santo são unidade absoluta de Deus. São três manifestações de Deus. Há dois tipos de unitarismo: o bíblico, com única regra de fé e prática, e o dos que consideram a Bíblia, como os universalistas, que pregam que cada pessoa deve buscar a sua própria verdade.

Comprovação bíblica da doutrina da Trindade

Se as Escrituras não fizessem distinção a respeito das três pessoas, a do Pai, a do Filho e a do Espírito Santo, seria difícil compreender ou, sequer, imaginar um Deus em três pessoas; mas isso não é uma opção: trata-se de uma revelação, diante da qual temos de curvar-nos. Compreender a Deus é uma tarefa desafiadora que requer do ser humano humildade e total submissão ao agente de toda a revelação, o Espírito Santo.

No Antigo Testamento, a doutrina da Trindade está presente, a começar pelo nome de Deus, *Elohim*, um substantivo plural, embora se referindo a apenas uma pessoa. Para Louis Berkhof, a Trindade está em "... conexão com as obras da criação e da providência, mas particularmente em relação à obra da redenção".[66]

Desdobrando o que diz de Berkhof, entendemos que – quando a Terra ainda estava no seu estado caótico, sem forma e vazia, mergulhada em pleno abismo – "...o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas" (Gn 1.2). Ainda, no mesmo capítulo, lê-se que alguém mais participa com o Criador na formação do homem: "E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança..." (Gn 1.26). Deus não falava consigo mesmo; mas, pressupõe-se que Ele falava com alguém, capaz de compartilhar com Ele a obra da criação. João, certamente, partiu dessa revelação para relatar que o Verbo divino encarnado, o próprio Senhor Jesus, compartilhava com o Pai do ato da criação: "Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por ele, e sem ele nada do que foi feito se fez" (Jo 1.2,3). Lá, ele ocupava a ação da "palavra", e a preposição "com" sugerindo companhia estabelece a distinção entre as duas pessoas: a do Pai e a do Filho.

Sobre a *providência*, assim que o homem pecou, Deus prometeu levantar alguém da semente da mulher, o qual feriria a cabeça da serpente (Gn 3.15). É de consenso geral compreender este texto como a primeira profecia bíblica a respeito de Jesus, o Filho de Deus, que veio para desfazer as obras do diabo (1 Jo 3.8). Quanto à *redenção*, o Filho de Deus é prefigurado no Antigo Testamento nos sacrifícios para a obtenção de perdão no lugar santo (Hb 8.6). Nas profecias messiânicas, o Pai está prenunciando a vinda do Filho, o "ungido" (Is 11.1,2; Dt 18.15-18; Sl 110.4).

A Trindade no Novo Testamento

O texto de 1 João 5.8 diz: "E três são os que testificam na terra: o Espírito, e a água, e o sangue; e estes três concordam num". Embora seja sabido que este texto, comprovadamente, não conste dos originais mais antigos do Novo Testamento, ele revela uma crença genuína e comum no início da Igreja de Cristo.

---

66. BERKHOF. 2004. p. 82.

Os primeiros cristãos eram pessoas simples e aceitavam, sem nenhuma dificuldade, a doutrina de um Deus em três pessoas. As discussões sobre isso vão acontecer anos mais tarde, quando alguns pensadores começam a questionar sobre a assertividade da crença comum dos crentes, pois estavam motivados, principalmente, pelas acusações dos judeus de que os cristãos eram politeístas. No mundo todo, salvas raríssimas exceções, os cristãos aceitam com naturalidade a doutrina da Trindade. Ela é compreendida e aceita naturalmente.

A integração das três pessoas, formando apenas um Deus, pode suscitar a ideia de um triteísmo, mas o Novo Testamento jamais demonstra haver três deuses, apenas um. Entretanto, este fato tem sido utilizado pelos *unicistas* cristãos, como vimos acima, do seguinte modo: "Filho não é nome; Espírito Santo não é nome, assim tanto o Filho quanto o Espírito Santo e o Pai são apenas uma pessoa que pode ser chamada tanto de Jesus quanto de Consolador", alegam eles.

Se o Filho e o Pai são a mesma pessoa, por que as Escrituras os separam? Por que Jesus referia-se ao Pai e ao Espírito Santo como sendo, cada uma delas, outra pessoa? Quando Jesus orava ao Pai, por acaso orava para si mesmo? Jesus o fazia diante de um espelho? Ele disse que, se não subisse, o "outro" Consolador não viria.

A ordem sequencial que estabelece a distinção cria, aparentemente, um pódio em que o Pai aparece em primeiro lugar, em seguida o Filho e em terceiro o Espírito Santo. Berkhof diz: "Há uma certa ordem na Trindade ontológica. Quanto à subsistência pessoal, o Pai é a primeira pessoa, o Filho é a segunda, e o Espírito Santo é a terceira. Mal se precisa dizer que essa ordem não pertence a nenhuma prioridade de tempo ou de dignidade essencial, mas somente à ordem de derivação lógica".[67]

Nem a divindade do Filho, nem a divindade do Espírito Santo é menor do que a divindade do Pai. Os três formam um só Deus. Cada pessoa da Trindade desempenha especificamente um papel: o Filho manifesta Seus propósitos na redenção do homem, e o Espírito Santo não fala de si mesmo.[68]

---

67. BERKHOF. 2004. p. 84.

68. CHAFER. 2003. v. 1. p. 326.

O Pai, o primeiro

O Pai, quando considerado primeiro – conforme explicado acima –, não se distingue das outras pessoas por grau de importância diferenciada, mas à ordem de derivação lógica, conforme descreve Berkhof.

Em relação à criação

Pai é uma designação – e também um nome – que o expressa como o Criador; Pai da nação de Israel; Pai em relação ao Filho e em relação aos redimidos, além do que, dá destaque à Trindade. Como Criador, Deus é chamado de Pai: "Não temos nós todos um mesmo Pai? Não nos criou um mesmo Deus?..." (Ml 2.10). Paulo reconhece a paternidade divina sobre todos no âmbito da Criação: "Todavia, para nós há um só Deus, o Pai, de quem é tudo e para quem nós vivemos..." (1 Co 8.6). Ele é chamado também de "Pai dos espíritos" (Hb 12.9); em Tiago, Ele é o "Pai das luzes" (Tg 1.17).

A paternidade de Deus se estende à obra da redenção. A paternidade individual de Deus somente se dá ao homem pela aceitação de Cristo Jesus como Salvador: "Mas a todos quantos o receberam deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus: aos que creem no seu nome" (Jo 1.12).

O Filho, o segundo

Por ser Filho, pressupõe-se naturalmente a ideia de um segundo lugar em relação ao Pai. Na relação "Pai" e "Filho", fica implicitamente sugerida a geração de um pelo outro e, não obstante haver uma paternidade divina na obra da Criação, em relação aos nascidos em Israel e aos redimidos, todos se constituem filhos, por consideração; mas, o Filho é chamado de "Unigênito", indicando singularidade, como significando filiação legítima, e as demais filiações, adotivas ou de coração (Jo 1.14,18; 1 Jo 4.9). Entretanto, persiste uma pergunta: por que um é chamado de Filho e outro, de Pai? Haveria alguma preeminência de um em relação ao outro, uma vez que a designação de Filho parece impor-lhe uma certa limitação?

Na constituição familiar humana, a relação entre pai e filho é compreendida como a existência de um progenitor e de outro que é gerado, formando uma cadeia hierárquica. Segundo a revelação bíblica da Trindade, entretanto, não está sugerida, em nenhuma instância – na ordem em que cada pessoa é apresentada – a ideia de um pódio no qual haja um primeiro, um segundo e um terceiro.

A grande questão na relação entre Pai e Filho parece complicar-se a partir do texto que diz: "Tu és meu Filho; eu hoje te gerei" (Sl 2.7). O tratamento de Filho aparece nas Escrituras em situações diferentes, como, por exemplo, à nação de Israel (Êx 4.22); a Salomão (2 Sm 7.14), expressando, em ambos os casos, a ideia de adoção. Em duas outras passagens do Novo Testamento, a vindicação do título Filho de Deus

se relaciona com a Sua ressurreição, visto que aquele ato confirmaria ser Ele quem afirmava ser. O primeiro texto é o de Atos 13.32-34: "E nós vos anunciamos que a promessa que foi feita aos pais, Deus a cumpriu a nós, seus filhos, ressuscitando a Jesus, como também está escrito no Salmo segundo: Meu filho és tu; hoje te gerei. E que o ressuscitaria dos mortos, para nunca mais tornar à corrupção..."; o outro texto é o de Romanos 1.4: "Declarado Filho de Deus em poder, segundo o Espírito de santificação, pela ressurreição dos mortos, — Jesus Cristo, nosso Senhor". Já o autor aos Hebreus aplica o Salmo 2.7 em comparação aos anjos: "Porque a qual dos anjos disse jamais: Tu és meu Filho, hoje te gerei? E outra vez: Eu lhe serei por Pai, e ele me será por Filho?" (Hb 1.5) para mostrar a supremacia do Filho em relação àqueles seres celestiais.

A grande questão na relação entre Pai e Filho parece complicar-se a partir do texto que diz: "Tu és meu Filho; eu hoje te gerei" (Sl 2.7). O tratamento de Filho aparece nas Escrituras em situações diferentes.

Os Pais nicenos[69] ensinavam que a filiação significava a derivação da essência: o Pai comunica a essência da Deidade ao Filho, e o Filho comunica a essência ao Espírito Santo. Eles chamavam isso de Geração Eterna. Essa posição dos Pais nicenos foi mais uma especulação deles do que uma representação legítima das decisões do Concílio. O Concílio declarou que nosso Senhor é o Eterno Filho de Deus, ou seja, que, desde a eternidade, Ele é o Filho de Deus. Hodge dá a seguinte declaração a esse respeito:

> Quanto à sua natureza humana, ele é o Filho de Davi; quanto à sua natureza divina, é o Filho de Deus. Quanto à sua humanidade, ele é consubstancial com o homem; quanto à sua divindade, é consubstancial com Deus. Ser o Filho de Davi prova que ele era homem, ser o Filho de Deus prova que ele é Deus. Daí Cristo ser chamado de Filho antes de sua encarnação como em Gálatas 4.4.[70]

Portanto a designação de Filho de Deus dada a Cristo – embora incompreensível a todos nós, na sua totalidade – não justifica, por exemplo, o pensamento dos

69. Os Pais nicenos foram os teólogos que participaram do Concílio de Niceia em 325 d.C. para debater a heresia trazida por Ário, o qual negava a divindade de Cristo.

70. HODGE. 2003. p. 354.

teólogos dos séculos II e III que diziam que Jesus veio a ser Filho de Deus depois do nascimento, visto que Ele já era chamado de Filho antes mesmo de nascer como homem: "Mas, vindo a plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei" (Gl 4.4).

O Espírito Santo, o terceiro

Não há um pódio na esfera divina que permita estabelecer uma distinção entre o primeiro, o segundo e o terceiro, considerando que há somente um Deus em três pessoas: a do Pai, a do Filho e a do Espírito Santo; todavia, para efeito didático, bem como pelo uso da fala, é comum dizer-se "Pai, Filho e Espírito Santo" quando se faz referência às pessoas da Santíssima Trindade.[71] Já desde o Antigo Testamento o Espírito Santo é conhecido e manifesto, quer movendo-se sobre as águas (Gn 1.2), quer possuindo pessoas como Bezalel (Êx 31.2,3), Davi (1 Sm 16.13). Sansão (Jz 13.25; 15.14) e outros. O termo "espírito" é simplesmente um *sopro*; porém, a Bíblia apresenta uma pessoa que procede do Pai e do Filho a quem chama de *Espírito*. Jesus o chama de Consolador, Παράκλητος, *Paracletos* (gr.). Para dar continuidade à obra de Jesus na terra, seria necessário alguém à altura; nesse caso, Jesus prometeu enviar a terceira pessoa da Trindade: o Espírito Santo. Ele viria, tanto da parte do Pai quanto da parte dele: "Mas, quando vier o Consolador, que eu da parte do Pai vos hei de enviar, aquele Espírito da verdade, que procede do Pai, testificará de mim" (Jo 15.26).

Como lidar biblicamente com essas distinções

Para se compreender biblicamente a doutrina da Trindade, é melhor sistematizá-la considerando a crença monoteísta, tanto judaica quanto cristã, e, em seguida, os destaques dados à pessoa do Pai, à pessoa do Filho e à pessoa do Espírito Santo.

Jesus é Deus

Os apóstolos de Jesus eram monoteístas. Eles jamais seriam capazes de aceitar que houvesse mais de um Deus. O apóstolo Paulo declara: "Assim que, quanto ao comer das coisas sacrificadas aos ídolos, sabemos que o ídolo nada é no mundo e que não há outro Deus, senão um só" (1 Co 8.4). Escrevendo a Timóteo, diz: "Porque há um só Deus e um só mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo, homem" (1 Tm 2.5).

Ora, se o apóstolo admite haver apenas um Deus e, ao lado dele, coloca Jesus como Mediador, não está ele fazendo a distinção entre ambos? Mas, disto também se aproveitam os que negam a divindade de Jesus, alegando – com base no próprio texto – haver somente um Deus, e que Jesus ocupa o lugar de Mediador, mostrando ser outra

71. Reveja a explicação dada por Berkhof na nota de rodapé nº 67.

pessoa que não goza do mesmo *status* de Deus, sendo destacado como "homem". Entretanto, para ser Mediador tem de ser Deus, ou, então, qual homem no mundo seria capaz de exercer uma posição como essa?

A mediação entre Deus e os homens, feita por Jesus é superior àquela que era feita pelos sacerdotes, quando derramavam o sangue de animais pelos pecados do povo: "De tanto melhor concerto Jesus foi feito fiador. E, na verdade, aqueles foram feitos sacerdotes em grande número, porque, pela morte, foram impedidos de permanecer; mas este, porque permanece eternamente, tem um sacerdócio perpétuo. Portanto, pode também salvar perfeitamente os que por ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles. Porque nos convinha tal sumo sacerdote, santo, inocente, imaculado, separado dos pecadores e feito mais sublime do que os céus..." (Hb 7.22-26). Nesses versículos que tratam da ação mediadora de Jesus, estão em destaque Sua eternidade, Sua santidade absoluta e Sua superioridade em relação aos céus. Tais atribuições são possíveis somente sendo Deus.

Suas semelhanças com o Pai

Jesus é chamado Deus: "o verdadeiro Deus" (1 Jo 5.20); "grande Deus" (Tt 2.13); "Deus bendito" (Rm 9.5). Jesus identifica-se também com o Pai quanto à Sua eternidade. Observe a comparação: quando se refere ao Pai, o salmista diz "de eternidade a eternidade, tu és Deus" (Sl 90.2); referindo-se ao Filho, João repete suas palavras: "Eu sou o Alfa e o Ômega, o Princípio e o Fim, diz o Senhor, que é, e que era, e que há de vir" (Ap 1.8).

Jesus participou da criação

A Palavra divina encarnada estava com o Pai, no ato da criação do universo: "No princípio, era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por ele, e sem ele nada do que foi feito se fez. Nele, estava a vida e a vida era a luz dos homens" (Jo 1.1-4). João apresenta Jesus como sendo a própria palavra criadora de todas as coisas. Essa palavra viva – uma pessoa – encarnou e "... habitou entre nós, e vimos a sua glória, como a glória do Unigênito do Pai, cheio de graça e de verdade" (Jo 1.14).

Chafer diz: "O ato separado da criação, embora completo, da parte de cada pessoa, é organizado na asserção de que *Elohim* – cujo nome prognostica o mistério da pluralidade na unidade e unidade na pluralidade – realizou o empreendimento".[72] Do mesmo modo como a Bíblia declara que Deus, o Pai, é Criador, declara que o Filho o é também. Em referência ao Pai: "Desde a antiguidade fundaste a terra; e os céus são obra

72. CHAFER. 2003. v. 1,2. p. 322.

das tuas mãos" (Sl 102.25). Em referência ao Filho: "Porque nele foram criadas todas as coisas que há nos céus e na terra, visíveis e invisíveis" (Cl 1.16). E, em Apocalipse, Jesus recebe adoração dos quatro seres viventes e dos vinte e quatro anciãos pela obra da criação: "Digno és, Senhor, de receber glória, e honra, e poder, porque tu criaste todas as coisas, e por tua vontade são e foram criadas" (Ap 4.11).

O poder da morte e da ressurreição

A morte de Jesus ocorreu por determinação de Deus Pai. Jesus submeteu-se à vontade dele quanto a morrer, em cumprimento às profecias bíblicas, como esta: "E me puseste no pó da morte" (Sl 22.15); "Todavia, ao SENHOR agradou o moê-lo, fazendo-o enfermar; quando a sua alma se puser por expiação do pecado..." (Is 53.10). "A este que vos foi entregue pelo determinado conselho e presciência de Deus, tomando-o vós, o crucificastes e matastes pelas mãos de injustos" (At 2.23). Paulo acrescenta: "Aquele que nem mesmo a seu próprio Filho poupou, antes, o entregou por todos nós" (Rm 8.32).

A morte de Jesus ocorreu por determinação de Deus Pai. Jesus submeteu-se à vontade dele quanto a morrer, em cumprimento às profecias bíblicas, como esta: "E me puseste no pó da morte" (Sl 22.15).

À luz destes versículos, tem-se a impressão de que Jesus teve apenas um comportamento passivo quanto a submeter-se à penosa morte de cruz; entretanto, Ele também exibe o Seu poder de decisão pessoal quanto a isso, indicando que Ele não foi vítima do poder político vigente, como se esse estivesse acima dele, e nem mesmo de uma vontade divina irresistível. Jesus aceitou a vontade do Pai quanto a morrer, porque concordava plenamente com Ele e, por ser Deus, tinha igualmente poder para decidir quanto à Sua morte: "Ninguém ma tira de mim, mas eu de mim mesmo a dou; tenho poder para a dar e poder para tornar a tomá-la" (Jo 10.18), e o apóstolo Paulo acrescenta, dizendo que Ele: "... me amou e se entregou a si mesmo por mim" (Gl 2.20).

A ressurreição de Jesus ocorreu pelo poder de Deus: "Ora, o Deus de paz, que pelo sangue do concerto eterno tornou a trazer dos mortos a nosso Senhor Jesus Cristo..." (Hb 13.20), ou ainda: "Segundo a operação da força do seu poder, que manifestou em Cristo, ressuscitando-o dos mortos e pondo-o à sua direita nos céus" (Ef 1.19,20), mas o Filho também disse: "...tenho poder para a dar e poder para tornar a tomá-la" (Jo

10.18). Jesus não somente tinha plena consciência de que seria morto, mas também ousava avisar que isso aconteceria com Ele; mas Ele o fazia com confiança, mostrando que a Sua morte somente seria possível mediante o Seu consentimento e que, tão certo quanto Ele seria morto por mãos assassinas, Ele desapontaria os seus algozes voltando à vida, três dias depois: "Derribai este templo, e em três dias o levantarei" (Jo 2.19).

Jesus possui os mesmos atributos do Pai

O Senhor Jesus possui também os mesmos atributos do Pai, tais como: 1) a *onipresença*, o Pai diz: "Não encho eu os céus e a terra?" (Jr 23.24), o Filho diz: "Eis que eu estou convosco todos os dias, até à consumação dos séculos" (Mt 28.20); 2) a *onisciência*, o Pai: "Esquadrinho o coração" (Jr 17.10), o Filho diz: "Eu sou aquele que sonda as mentes e os corações" (Ap 2.23); 3) sobre a *santidade*, diz o salmista: "o SENHOR, nosso Deus, é santo" (Sl 99.9), quanto ao Filho: "Isto diz o que é santo, o que é verdadeiro" (Ap 3.7); 4), quanto ao *poder*: "Uma coisa disse Deus, duas vezes a ouvi: que o poder pertence a Deus" (Sl 62.11), quanto ao filho: "É-me dado todo o poder no céu e na terra" (Mt 28.18).

O Espírito Santo é Deus

Exatamente as mesmas qualidades que foram demonstradas a respeito da deidade do Filho e da Sua relação igualitária à do Pai, passaremos a mostrar, agora, com respeito ao Espírito Santo, que é também chamado Deus nas Escrituras. "Sua genuína Deidade nunca foi negada por aqueles que admitem sua pessoalidade".[73] "As expressões 'disse Jeová' são constantemente intercambiáveis; e, sobre os atos do Espírito, afirma-se serem atos de Deus".[74] Quando Ananias e Safira pecaram, mentindo sobre a quantia auferida pela venda de sua propriedade, Pedro repreendeu-os alegando que o casal pecara contra o Espírito Santo (At 5.3). Ao dizer isto, Pedro estava reconhecendo que o Espírito Santo é Deus (veja também 2 Coríntios 3.17). Jesus o inclui na fórmula do batismo, a fim de dar a Ele legitimidade: "Portanto, ide, ensinai todas as nações, batizando-as em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo" (Mt 28.19). No batismo de Jesus, tanto o Pai quanto o Espírito Santo se manifestaram. O Pai manifestou-se declarando: "Este é o meu Filho amado" (Mt 3.17), e o Espírito, "descendo como pomba e vindo sobre ele" (Mt 3.16).

O Espírito Santo na criação

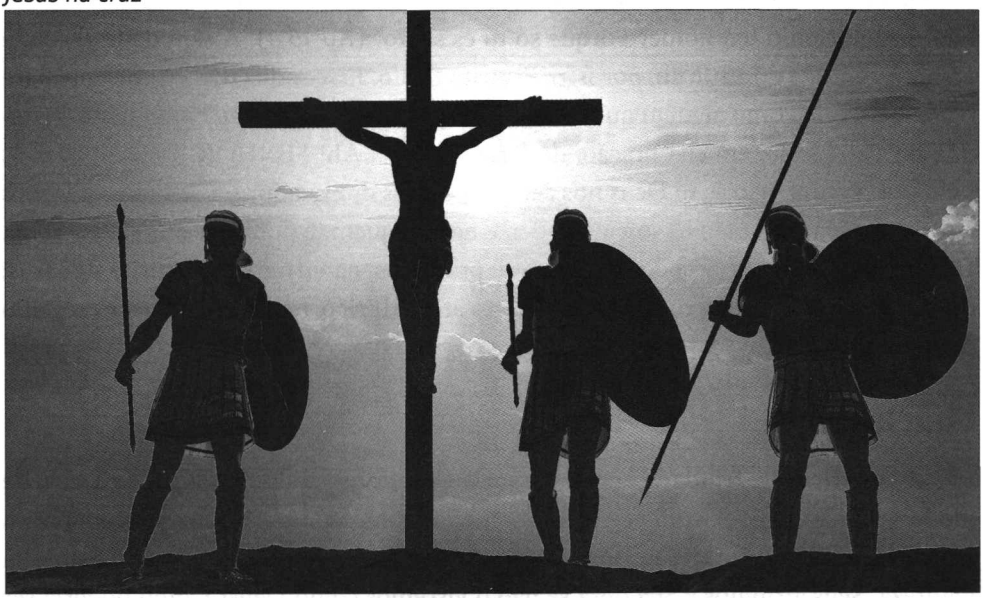
O Espírito Santo pairava sobre a face do abismo bem no início de tudo (Gn 1.2). O Espírito Santo, também identificado como o sopro de Deus, tem o poder da vida. Jó declara: "O Espírito de Deus me fez; e a inspiração do Todo-Poderoso me deu vida" (Jó 33.4).

---

73. HODGE. 2003. p. 382.

74. Ibidem. p. 392.

Jesus na cruz



O Espírito Santo na morte e na ressurreição de Jesus

Jesus não enfrentou todo o sofrimento sozinho. Do mesmo modo como foi impelido pelo Espírito ao deserto para ser tentado pelo diabo (Mt 4.1), houve uma participação do Espírito Santo no ato da morte de Cristo, embora a Bíblia não especifique de que modo isso ocorreu. Lemos em Hebreus: "Cristo, que, pelo Espírito eterno, se ofereceu a si mesmo imaculado a Deus" (Hb 9.14). O Espírito Santo participou também da Sua ressurreição: "Mortificado, na verdade, na carne, mas vivificado pelo Espírito" (1 Pe 3.18); "E, se o Espírito daquele que dos mortos ressuscitou a Jesus habita em vós, aquele que dos mortos ressuscitou a Cristo também vivificará o vosso corpo mortal, pelo seu Espírito que em vós habita" (Rm 8.11).

O Espírito Santo possui os mesmos atributos do Pai

Assim como o Filho, o Espírito Santo, por ser Deus, possui os mesmos atributos do Pai, tais como Sua 1) *onipresença*: "Não encho eu os céus e a terra?" (Jr 23.24), lemos nos Salmos a respeito do Espírito: "Para onde me irei do teu Espírito ou para onde fugirei da tua face?" (Sl 139.7). Neste versículo, a *onipresença* do Espírito e a do Pai é colocada lado a lado. Outro atributo é o da 2) *onisciência*: "Tu conheces o meu assentar e o meu levantar; de longe entendes o meu pensamento. Cercas o meu andar e o meu deitar; e conheces todos os meus caminhos. Sem que haja uma palavra na minha língua, eis que, ó SENHOR, tudo conheces" (Sl 139.2-4). Da *onisciência* do Espírito, lê-se: "Assim também ninguém sabe as coisas de Deus, senão o Espírito de Deus" (1 Co 2.11).

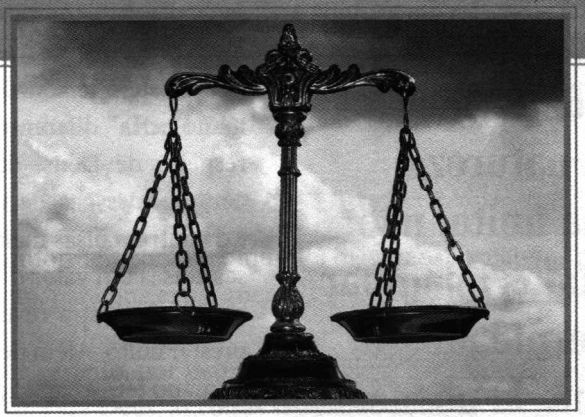
3) *Santidade*: lemos sobre a santidade do Deus Pai: "Quem te não temerá, ó Senhor, e não magnificará o teu nome? Porque só tu és santo" (Ap 15.4). A santidade absoluta compõe o nome do Espírito, por isso, Espírito Santo. Esse indicativo é suficiente para compreendê-lo como alguém que desfruta de igualdade com o Pai. Finalmente, 4) *poder*: do Pai. Josafá, em sua oração, declara: "E disse: Ah! SENHOR, Deus de nossos pais, porventura, não és tu Deus nos céus? Pois tu és dominador sobre todos os reinos das gentes, e na tua mão há força e poder, e não há quem te possa resistir" (2 Cr 20.6). Do Espírito, se lê: "Pelo poder dos sinais e prodígios, na virtude do Espírito de Deus; de maneira que, desde Jerusalém e arredores até ao Ilírico, tenho pregado o evangelho de Jesus Cristo" (Rm 15.19).

Conclusão

A doutrina da Trindade encerra o mais elevado nível de revelação de Deus, de modo que, não se pode conhecer e muito menos compreender a Deus, senão na ótica bíblica de um Deus em três pessoas. Como compreenderíamos a pessoa de Cristo, Sua natureza, Seus atributos e Sua obra se não o víssemos como Deus? Como poderia ser Ele o Salvador do mundo se não fosse Deus? Como poderíamos confiar na Sua promessa de voltar e levar-nos para o céu, a menos que fosse Deus? E para que não paire dúvida de que Ele e o Pai são pessoas distintas, como entender que Ele orava ao Pai e que o Pai dera testemunho dele chamando-o de "meu Filho amado", a menos que fosse uma pessoa distinta do Pai? E, quanto ao Espírito Santo, a quem Jesus chamou de "o outro Consolador". Como Ele poderia ser a mesma pessoa que o Filho se o próprio Filho o chamou de "o outro"? E como admitir um Consolador que não seja Deus? Como imaginar que um Espírito que é onipresente e onisciente e que tem poder como o Pai seja apenas um espírito comum? E se fosse apenas mais um espírito, que espírito seria esse, o de um morto? Ora, jamais um homem teria sido dotado de poderes tão extraordinários. Seria, então, um anjo? Mas, que anjo seria esse: um ser dotado de atributos divinos, tais como, *onipresença, onisciência* e *poder*? E se Jesus prometeu que, com o retorno dele para o céu, enviaria "o outro Consolador", estaria Ele dizendo que esse "outro Consolador" seria o Pai? E ele enviaria o Pai em Seu lugar?

Quanto mais se tentasse entender que não haveria três pessoas, apenas uma, ficaria mais estranho. É até mesmo impossível de se entender as distinções e o papel específico de cada uma das três pessoas desse Deus único, com base nos textos bíblicos abundantes que dão ênfase particular à pessoa do Deus Pai, à pessoa do Deus Filho e à pessoa do Deus Espírito Santo, restando apenas uma conclusão óbvia de que há somente um Deus e que Ele se revela em três pessoas: a do Pai, a do Filho e a do Espírito Santo.

A VONTADE DE DEUS



Deus é um ser dotado de vontade. A vontade de Deus se expressa de muitas maneiras. Ela se revela de modo universal, mas também particular. Em Sua vontade, Deus demonstra interesse por coisas grandes e também pequenas. Por Sua vontade, Ele nos criou (Tg 1.18) e tem prazer em revelar a nós, criaturas Suas, a Sua vontade (At 22.14).[75]

Perspectiva humana da vontade de Deus

Os nossos juízos partem sempre daquilo que conhecemos. Pelo fato de termos uma natureza humana finita, não conseguimos imaginar a eternidade. Aceitamo-la por fé. É bastante difícil para a mente humana imaginar algo sem princípio e sem fim. Por quê? Porque a nossa existência teve um começo e também terá um fim. Somente numa vida espiritual elevada temos condições de compreender melhor os mistérios do mundo espiritual que nos atrai, sem precisar associá-lo à dimensão que ora vivemos e conhecemos.

Deus tem um plano elevado e, para compreendê-lo, só mesmo por meio de revelação, e não de especulação; e tanto uma como a outra são fartas. A revelação de Deus é objetiva e clara. Ele se dá a conhecer pelas coisas que estão criadas (revelação

75. As notas deste tópico (vontade de Deus) foram extraídas de BRUNELLI, Walter. *A Vontade de Deus e você*. Rio de Janeiro, RJ: CPAD, 1987, autor desta Teologia Sistemática.

Os nossos juízos partem sempre daquilo que conhecemos. Pelo fato de termos uma natureza humana finita, não conseguimos imaginar a eternidade. Aceitamo-la por fé.

cosmológica – Rm 1.20), no próprio homem (revelação antropológica – Rm 1.18,19), e pelas Escrituras Sagradas (revelação especial). Entretanto, temos de admitir que deparamo-nos com especulações em torno da pessoa de Deus.

No tempo e no espaço, o ser humano cria diferentes concepções a respeito de Deus, dando-lhe formas, como de pessoas, de animais, de rochas e de outras coisas mais, atribuindo a essas coisas um valor divino e, diante das quais, se prostra reverentemente, para prestar culto. Além dessas formas, o ser humano tem a capacidade de desenvolver doutrinas com aprimorado conteúdo ético, a maioria delas, afinadas com os costumes de uma civilização local, como forma de obter benefícios na agricultura, garantia de sobrevivência, como também de propiciar um bom relacionamento humano através de uma conduta moral elevada, a custo, muitas vezes, de vidas humanas. Esses cultos variam no formato, indo dos mais moderados aos mais extravagantes. A concepção de Deus e de Sua vontade, criada pela mente humana, pode sofrer alterações extremas.

Se Deus é um Ser pessoal e tem personalidade, então Ele também possui vontade própria, e essa não é uma dedução simples da visão personalista que normalmente se possa ter dele, mas o fruto da Sua revelação especial que se dá por meio das Escrituras Sagradas. É pela Bíblia que conhecemos a vontade de Deus; mas, para quem Deus não é o que a Bíblia diz que Ele é, não adianta tentar mostrar a verdade revelada sobre Ele, porque a sua mente mórbida se fecha para não receber qualquer palavra que se choque com aquilo que nele já está estabelecido.

Por causa dessas diferentes formas de se interpretar Deus, é que se tem suposto uma infinidade de coisas absurdas, como sendo elas a própria vontade de Deus. Isso ocorre entre adeptos das religiões mais místicas e estranhas e até em boa parte do cristianismo hodierno, onde se excede em padrões proibitivos, apresentando um Deus mal-humorado e sempre pronto para punir. Esse Deus imaginário, em suas exigências, vai muito além do que pessoas normais são capazes de suportar.

Ao sentimentalizar o nosso aprendizado da fé cristã, tendemos a combinar a vontade de Deus com aquilo que cremos e achamos ser bom. É muito fácil cair no que se pensa ser a vontade de Deus, sem se considerar o fato de que a vontade de Deus não se

amolda à nossa, apenas porque nos achamos honestos, sinceros e piedosos. A vontade de Deus não será o que queremos que ela seja, porém, será sempre o que ela realmente é, e cabe a nós descobri-la e sujeitarmo-nos a ela. Não podemos ter a pretensão de transferir para Deus um sentimento humano e esperar que tal sentimento altere o sentimento de Deus. Deus não aceita ser manipulado.

Por que a maioria da humanidade está confusa em relação a Deus? Por que é incapaz de submeter-se ao governo divino? Porque a vontade de Deus não é a prioridade na vida dos seres humanos: "Pelo que também Deus os entregou às concupiscências do seu coração, à imundícia..." (Rm 1.24).

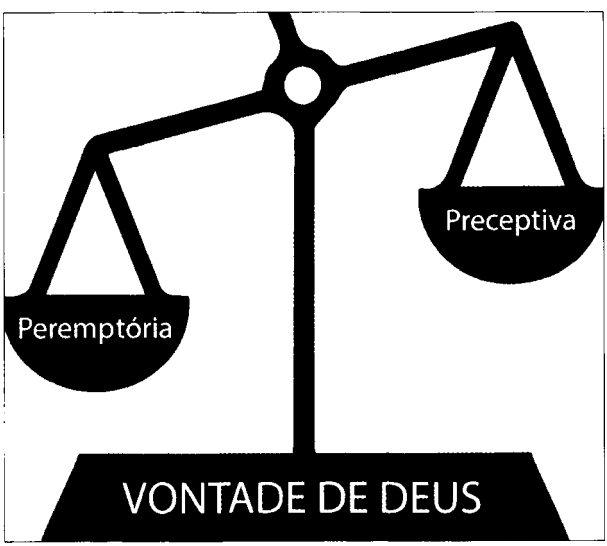
Características da vontade de Deus

"E não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação do vosso entendimento, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus" (Rm 12.2).

Deus é um ser perfeito, por isso não se pode achar imperfeição alguma em nada que lhe diz respeito. Para Deus, as coisas são claras e limpas. Ele jamais traria confusão à mente do homem sobre aquilo que Ele mais espera que o homem entenda. Deus está profundamente interessado em que o homem o compreenda em Seus desígnios. Deus tem uma vontade perfeita porque Ele é perfeito. Sendo Sua vontade perfeita, ela deve ser perfeitamente compreendida, e vale a pena compreendê-la porque ela é também boa e agradável, e quem de nós não estaria interessado em algo que é, ao mesmo tempo, bom e agradável?

A vontade de Deus é boa

Qualquer pessoa pode admitir que Deus é bom, porém, nem todas são capazes de crer que a Sua vontade seja de todo boa. Há um grande número de cristãos que ainda não fizeram da vontade de Deus a coisa boa de suas vidas. Essas são aquelas pessoas que ainda estão com o coração divido entre as "coisas que são de cima" e as "que são da terra" (Cl 3.2). São pessoas que não costumam consultar Deus antes de dar algum passo, por



mais importante e decisivo que seja; que desconfiam de que Deus não seja dotado de bom gosto e de que possa preferir algo abaixo dos padrões que elas almejam.

Assim escreve T.B. Maston: "Permita-me fazer-lhe duas perguntas: 1ª.) Quais são as coisas que você mais deseja em sua vida?; Como você acha que conseguirá tais coisas – dentro ou fora da vontade de Deus?".[76] Desde que consideremos aceitar a vontade de Deus como boa, responderemos positivamente à questão apresentada por Maston sobre esse "como" da nossa decisão.

Há um caso bastante pitoresco na Bíblia que ilustra muito bem este assunto. Trata-se do dia quando Ló recebeu dois anjos em sua casa, para avisá-lo de que a cidade em que morava seria destruída. Algumas recomendações foram feitas, como tirar a família do lugar e sair apressadamente para outro lugar, já designado pelo Senhor, onde eles estariam seguros.

Ló não gostou da ideia de ir para o lugar orientado pelos anjos. Ele reagiu: "Assim, não, Senhor!" (Gn 19.18). O sobrinho de Abraão não tinha a menor noção do que estava dizendo, nem ao menos considerou o seu atrevimento em dizer tais palavras para o Senhor. Sua opção era a pequena cidade de Zoar, e não a região montanhosa, segundo a instrução do Senhor.

Ló reconhecera a bondade dos anjos e também acatara as suas palavras, em defesa de sua própria vida, quanto a deixar Sodoma e se livrar da destruição, mas quanto a optar por um lugar, ele preferia reservar para si mesmo esse direito. Ele era capaz de acatar a vontade de Deus, conquanto entendesse que essa lhe representasse vantagens pessoais, mas, fora disso, ele não a tinha de todo como sendo boa. Os anjos não o impediram, primeiro porque tinham pressa e queriam que Ló estivesse protegido, segundo porque, mesmo usando da vontade permissiva, concedendo o desejo do seu coração, sabiam, que ele, por si só, descobriria, a seu tempo, que o plano de Deus para a sua vida era melhor. De fato, Ló acabou cedendo: "E subiu Ló de Zoar e habitou no monte, e as suas duas filhas com ele, porque temia habitar em Zoar; e habitou numa caverna, ele e as suas duas filhas" (Gn 19.30).

Ainda que algo pareça diferente do que mais se deseja, há de se descobrir depois, pelos resultados, que é sempre melhor estar submisso à orientação da vontade de Deus, que é sempre boa. Os resultados da escolha, no seu devido tempo, comprovarão esta verdade.

A vontade de Deus é agradável

O tríplice resultado da vontade de Deus não representa apenas força de expressão, nem ênfase retórica, mas uma revelação importante para se levar a sério. Fazer a

76. MASTON, T. B. *A Vontade de Deus e sua vida*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Juerp, 1977.

vontade de Deus não é apenas um ato de submissão, imposto como condição obrigatória para quem deseja alcançar o céu, mas uma decisão também espontânea e satisfatória, visto que essa submissão é, ao mesmo tempo boa, agradável e perfeita.

Atender aos caprichos de um pai, para uma criança rebelde, nem sempre é a coisa mais desejável. Atender às leis de um país também nem sempre o é, como ter de pagar altos impostos para o governo, sem que se veja um retorno à altura do que se paga. Mas, em países de primeiro mundo onde o governo oferece boa educação, transporte, saúde e boa qualidade de vida para toda a população, o pagamento de impostos deixa de ser uma imposição pesada e desagradável para ser algo prazeroso.

O salmista disse: "Deleito-me em fazer a tua vontade, ó Deus meu; sim, a tua lei está dentro do meu coração" (Sl 40.8). Claro que este é um salmo messiânico, e suas palavras se confirmam na vida do Messias, o qual declarou que veio ao mundo para fazer a vontade do Pai (Jo 6.38). Jesus foi além, e disse que a Sua comida era fazer a vontade daquele que o enviou (Jo 4.34). Ao comparar a vontade de Deus com comida, Jesus pôs em relevo duas coisas: 1) a alimentação é a necessidade primária do homem; 2) nada é mais prazeroso do que comer.

Quanto à sua extensão

Quanto à sua extensão, a vontade de Deus revela-se em três planos fundamentais: *geral, moral* e *individual.*

Vontade geral

A espiritualidade humana é abrangente, e diz respeito a todo ser humano, não importando qual seja a sua crença. Ela resulta, inicialmente, da própria natureza do homem pelo fato de ele ter sido criado à imagem e semelhança de Deus. O encaminhamento religioso que cada pessoa dá para a sua espiritualidade determinará suas crenças e conduta.

Nem todas as religiões estão aptas para revelar a vontade de Deus para os seus adeptos, visto que elas, em geral, buscam formas subjetivas de revelação, segundo os ideais e compreensão dos seus fundadores ou de acordo com as crenças que pavimentaram suas origens.

Se há um Deus criador e sustentador de todas as coisas, excelso e soberano, não é lógico pensar que Ele não se daria a conhecer àqueles que o buscam: "E buscar-me-eis e me achareis quando me buscardes de todo o vosso coração" (Jr 29.13), como também não é lógico supor que Ele não revelasse a Sua vontade aos seres que criou; assim, concluímos que a revelação da Sua vontade é uma necessidade do ser humano.

A necessidade da revelação da vontade de Deus é satisfeita pela revelação que Ele dá de si mesmo pelas Escrituras. As exigências divinas para a conduta humana são

expressas por meio das Suas leis. As leis, nos seus aspectos positivo e negativo revelam, respectivamente, o que Deus quer e o que Ele não quer que os homens façam.

Dois montes assinalam esses dois aspectos, o Ebal e o Gerizim, onde foram lidas as leis divinas para os hebreus, quando chegaram à Terra Prometida. No monte Ebal, foram proferidas as maldições e os castigos para os que transgredissem às leis divinas (Dt 27.11-26; 28.15-68); no monte Gerizim, as bênçãos para quem atentasse para as leis divinas e as acatasse (Dt 28.1-14).

As leis são um código divino que sevem para dar ao homem aliançado com Ele um guia sobre o que Ele espera de todos. Nos Dez Mandamentos, as leis estão compactadas (Êx 20.3-17). Assim, o homem sabe que não pode adorar outros deuses, ser idólatra, tomar o nome do Senhor em vão, matar, roubar, adulterar, dar falso testemunho, cobiçar a mulher do próximo, deixar de honrar pai e mãe, como sabe também que deve ter um dia da semana para o seu descanso.

As leis compactadas nos Dez Mandamentos são de grande abrangência, porque cada uma delas funciona como tronco central do qual emerge uma infinidade de ramos. É o que se compreende à medida que se estudam as Sagradas Escrituras. É vontade de Deus que todo ser humano se volte para Ele, reconhecendo-o como o seu Criador, que lhe preste culto e se sujeite às Suas exigências; assim como também é vontade de Deus que os seres humanos se afastem do mal e não pratiquem nenhum tipo de pecado, porque o pecado ofende à Sua natureza santa!

Entendemos pelas Escrituras que é a vontade de Deus que todos sejam salvos, embora saibamos, de antemão, que nem todos serão salvos (2 Pe 3.9). É a vontade de Deus que todos sejam santos (1 Ts 4.3), é a vontade de Deus que todos lhe sejam gratos (2 Ts 5.18), não é vontade de Deus que um salvo se dê em casamento com um não salvo (2 Co 6.14), não é vontade de Deus que um salvo se deixe dominar pela ira (Ef 4.26), não é vontade de Deus que um salvo fale impropérios (Ef 4.29), é vontade de Deus que todo salvo propague a mensagem da salvação (Mt 28.18-20), é vontade de Deus que os salvos sejam obedientes aos seus pastores (Hb 4.13), é vontade de Deus que os salvos tenham prazer na leitura das Sagradas Escrituras (1 Tm 4.13) e assim por diante. Tanto de modo explícito como de modo implícito, a vontade de Deus sobre o que se deve ou não fazer está posta nas Escrituras Sagradas.

Vontade moral

Independentemente da revelação escrita da vontade de Deus, há uma forma de ela ser percebida pelos seres humanos: a vontade moral. Mesmo que não houvesse lei, ainda assim, haveria limites intrínsecos à própria natureza humana. A culpa por matar alguém decorre do fato de saber que um assassinato cruel impõe sofrimento, e aquele que mata sabe o que é sofrer, porque ele mesmo tem medo de sofrer alguma dor, como também tem medo de morrer (empatia). Ele sabe que roubar causa sofrimento a quem é roubado porque o que rouba não quer passar pelo sofrimento da perda e, assim,

numa cadeia sucessiva de ganhos e perdas, vantagens e desvantagens está formada dentro de cada pessoa a ideia moral do certo e do errado, do bom e do mau, do que é justo e do que é injusto.

Esse sentimento está intimamente entrosado à espiritualidade de cada pessoa, forçando-a a relacionar seus atos às suas crenças. Longe, porém, de ser uma forma indutiva de se criar um deus imaginário, esses sentimentos naturais revelam uma consciência moral sintomática no sentido de revelar traços da *imago dei* em cada um. Os animais matam mesmo sabendo que causam dor às suas vítimas; tiram o alimento de outro, mesmo tendo a experiência de sentir a mesma dor da perda quando algo lhes é tirado, nem por isso sentem culpa, porque não são seres morais.

Há uma consciência autônoma que coopera com o conhecimento humano acerca da vontade de Deus, alertando-o de que certas atitudes podem ofender a Deus, e esse fenômeno da consciência tem impedido muitos de cometerem atos pecaminosos que ofendem a Deus. É a essa consciência moral que o apóstolo Paulo se refere em Romanos 1.18-32, responsabilizando todos os seres humanos diante de Deus como sendo "inescusáveis" (v. 20).

Vontade individual

A preocupação de grande maioria dos crentes relaciona-se à vontade específica de Deus para as suas vidas pessoais. Terá Deus algum interesse especial nesta ou naquela pessoa, independentemente do Seu tratamento coletivo, à medida que tem Sua vontade geral estabelecida para que todos igualmente a sigam? As Escrituras revelam esse tratamento peculiar de Deus com Suas criaturas desde o início da História Sagrada.

Deus escolheu Noé e sua família para a preservação da espécie humana no planeta quando destruiu o mundo com as águas do dilúvio. Escolheu Abraão para fazer dele a nação de Israel, escolheu Moisés para libertar os hebreus da terra do Egito, escolheu Raabe para dar acolhida aos espias hebreus em Jericó (Hb 11.31), escolheu Bezalel para ser o artífice do tabernáculo (Êx 35.30-35), escolheu um rapaz, cujo nome não nos é revelado, para oferecer seus cinco pães e dois peixinhos a Jesus, para que, com eles, Jesus alimentasse uma multidão de cinco mil homens, fora mulheres e crianças (Jo 6.9), escolheu Paulo para ser o maior expoente da mensagem da graça de todos os tempos (Gl 1.15,16). Enfim, tanto para a realização de grandes e memoráveis obras como para coisas pequenas, Deus usou pessoas de modo peculiar dentro da Sua soberana vontade.

Assim era no passado e é hoje também. A vontade de Deus para cada pessoa é um fato real e também honroso. Não é pouco imaginar que um ser da grandeza de Deus mostre interesse e afeição por nós individualmente, a ponto de revelar, cuidadosamente, os Seus planos de forma específica. Ele apareceu a Abraão e disse que faria dele uma grande nação (Gn 12.2). Apareceu a Moisés e disse que o usaria para libertar

o Seu povo do Egito (Êx 3.2,8). Chamou Jeremias para ser profeta e, mesmo que Jeremias tenha tentado escapar do chamado, descrevendo-se como uma criança, Deus não abriu mão dele, e o usou como se fosse uma criança, embora sério e responsável, no ministério do choro – coisa que a criança mais sabe fazer (Jr 1.6). Chamou Paulo para ser um vaso de bênção nas Suas mãos (At 9.15).

A vontade de Deus específica para cada um envolve não apenas o chamado para a realização da Obra no ministério espiritual, mas até mesmo as coisas da vida, como profissão, artes, capacitação para algum afazer, escolha do cônjuge etc. Esse plano da vontade de Deus, individual, envolve cada decisão que tomamos na vida sob a orientação de Deus: "Instruir-te-ei e ensinar-te-ei o caminho que deves seguir; guiar-te-ei com os meus olhos" (Sl 32.8).

Como conhecer a vontade de Deus

Deus jamais esconderia de nós o que Ele mais quer que saibamos. Dentre essas coisas, está a Sua vontade para conosco. Por isso, Ele criou meios de fazer-nos conhecer a Sua vontade. Colocamos em destaque duas frases citadas por Garry Friesen:

> São os cristãos como ratos de laboratório, determinados a explorar cada beco-sem-saída do complexo labirinto da vida, enquanto aquele que conhece o caminho põe-se apenas a contemplá-lo?... Três possíveis razões de minha falta de sucesso em descobrir a vontade de Deus: 1) Talvez Deus fosse incapaz de revelar Sua vontade. Se assim fosse, o problema seria dele; 2) talvez houvesse pecaminosidade ou falta de sinceridade de minha parte. Logo, obviamente, eu seria a causa de meu fracasso; 3) talvez meu entendimento quanto à natureza da vontade de Deus fosse biblicamente deficiente, e se tal fosse verdade, então o problema seria ignorância.[77]

Se Deus faz a parte dele, posso eu me justificar de não fazer a minha? Nesse caso, cabe a mim recorrer à vontade de Deus, porque há algo que Ele espera de mim e, se eu não me aperceber disso, serei responsabilizado por tal negligência. Resta, então, mais uma única opção: perseguir o caminho ou os caminhos que me levarão ao conhecimento dessa vontade.

A palavra revelada

De todos os caminhos para se conhecer a vontade de Deus, o principal é a Bíblia Sagrada, tanto quando ela fala direta e claramente sobre o que Deus quer e o que Deus não quer como quando aponta os caminhos da *mística*, da *razão* e do *conselho*. Pela Bíblia, eu não poderei entender se é vontade de Deus que eu faça uma viagem de negócios que

77. FRIESEN, Garry; MAXSON, J. Robin. *Decision making and the will of God.* Portland, Oregon: Multnomah Press, 1980.

tanto pode me trazer benefícios como prejuízos. Será que Deus se importaria com isso?

Há pessoas que usam a Bíblia de modo místico como se fosse um *urim* e *tumim* ou "periquito da sorte", folheando-a aleatoriamente para ver se encontra alguma palavra do Senhor. Às vezes, é possível se ler algo interessante e até coincidente com o assunto causador da curiosidade. Esse método é subjetivo e, às vezes, suspeito, sobretudo quando a página da Bíblia já está marcada (viciada) de tanto ser aberta no mesmo trecho.

Deus jamais esconderia de nós o que Ele mais quer que saibamos. Dentre essas coisas, está a Sua vontade para conosco. Por isso, Ele criou meios de fazer-nos conhecer a Sua vontade.

Pela Bíblia, irei conhecer a vontade de Deus no âmbito particular pelos *princípios* que ela me fornece para a formação da minha consciência cristã. Não há nenhum texto nela que me diga se eu devo ou não vender a minha casa e comprar outra. Se, no entanto, eu apelar para o método de abrir a Bíblia aleatoriamente e ler o texto que diz que Abraão saiu da casa de seu pai e se mudou para o sul de Canaã, então poderei tomar tal leitura como resposta imediata de Deus e agir. Entretanto, algum tempo depois, eu poderei me arrepender de ter feito um negócio que não me trouxe o resultado almejado. Quem responderá por isso, Deus? Estaria ele naquele ato de abrir aleatoriamente a Bíblia ou eu deveria ter sido mais cuidadoso antes de fazer o negócio?

Forma explícita

Há textos que são explícitos quanto à vontade de Deus nesta ou naquela área, e esses textos tratam mais especificamente dessa vontade em dois planos: *vertical* e *horizontal*. No *vertical*, trata da vontade de Deus no plano da nossa relação direta com Ele: "Porque esta é a vontade de Deus, a vossa santificação, que vos abstenhais da prostituição" (1 Ts 4.3). Aqui está posto um modelo de vida piedosa. No *horizontal*, a vontade de Deus nos nossos relacionamentos humanos. É a vontade de Deus que reconheçamos os que trabalham entre nós, os que presidem, os que nos admoestam, que os tenhamos em elevada estima e amor, que mantenhamos a paz entre nós, que admoestemos os desordeiros, que consolemos os de pouco ânimo, que sustentemos os fracos, que sejamos pacientes para com todos, que não paguemos o mal com o mal, que sigamos o bem,

que nos alegremos sempre, que oremos sem cessar, que sejamos agradecidos por tudo, "... Porque esta é a vontade de Deus em Cristo Jesus para convosco" (1 Ts 5.12-18).[78]

Forma implícita

Mesmo que a expressão "vontade de Deus" não se repita tantas vezes nas Escrituras, quanto ao que devemos ou não ser, pensar, crer, querer ou fazer, a vontade de Deus está implícita em tudo isso, uma vez que a Bíblia é a Palavra de Deus, e no seu todo expressa exatamente a Sua vontade.

Tudo o que a Palavra de Deus nos ensina revela quem Ele é e o que espera de nós; logo, ali, está a Sua vontade para conosco.[79]

Pela mística

Mística é uma palavra que descreve toda forma sobrenatural de revelação e é conhecida popularmente como "sinal". Embora a Bíblia Sagrada seja o referencial absoluto de revelação divina, ela mesma dá instrução acerca das manifestações sobrenaturais como meio de se revelar a vontade de Deus em casos específicos. Tais meios são válidos; porém, nenhum deles pode ser aceito sem passar pelo crivo da Palavra de Deus. Qualquer meio de revelação sobrenatural como sonho, visão, profecia ou mesmo um milagre precisa ser conferido com as Escrituras, para que não haja engano e, consequentemente, prejuízos (1 Jo 4.1; At 17.10,11; Ap 2.2).

É certo e inquestionável que Deus fala aos homens por meio de sonhos, visão, profecia ou circunstância: "Aplicai o vosso coração aos vossos caminhos" (Ag 1.7), vejam o que está acontecendo, instrui o profeta Ageu.

Paulo e Silas foram impedidos de pregar a Palavra nas regiões da Mísia, Frígia e Bitínia (At 16.6-9). Isso, em princípio, poria em contradição a Grande Comissão (Mt 28.18-20). Mas, Paulo logo entendeu que aquele impedimento estava relacionado a uma causa urgente: Macedônia, onde estava Lídia, mulher *religiosa*, vendedora de púrpura da cidade de Tiatira, a jovem *oprimida* que era possuída pelo espírito de Piton, e o *deprimido* carcereiro que tentou suicídio após o milagre da abertura do presídio. Todos eles têm uma história peculiar, e Lídia e o carcereiro foram salvos. Paulo soube a vontade de Deus sobre partir imediatamente para a Macedônia por meio de uma visão (processo místico).

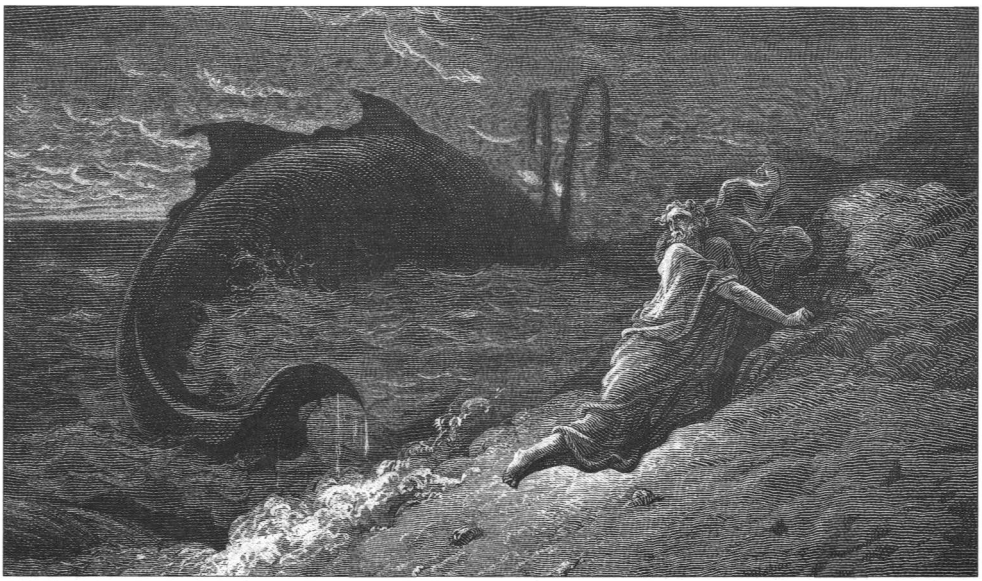
Jonas reconheceu que estava fora da vontade de Deus por uma circunstância inequívoca: uma tempestade no mar. Quando ele mesmo entendeu que era o responsável por aquela tragédia, pediu para ser jogado no mar. A tempestade acalmou, e ele sofreu ainda três dias e três noites no ventre de um grande peixe (Jn 1.17).

---

78. FRIESEN. 1980. p. 57.

79. Ibidem. p. 54.

Jonas e o grande peixe



No livro de Jó, há uma passagem que explica o fato de Deus falar ao homem de modo extraordinário: "Antes, Deus fala uma e duas vezes; porém ninguém atenta para isso. Em sonho ou em visão de noite, quando cai sono profundo sobre os homens, e adormecem na cama, então, abre os ouvidos dos homens, e lhes sela a sua instrução, para apartar o homem do seu desígnio e esconder do homem a soberba; para desviar a sua alma da cova e a sua vida, de passar pela espada. Também na sua cama é com dores castigado, e com a incessante contenda dos seus ossos; de modo que a sua vida abomina até o pão; e a sua alma, a comida apetecível" (Jó 33.14-20).

Homens como Abraão, Moisés, Elias, Eliseu, Daniel, Pedro, Paulo e outros tiveram a vida marcada por experiências sobrenaturais por meio das quais conheceram a vontade de Deus para as suas vidas, para a vida da nação e para a vida de outras pessoas.

Esse tipo de revelação não se restringe ao passado. Na era da Igreja, tais experiências são correntes e lícitas. A Bíblia Sagrada traz uma lista de dons espirituais cuja finalidade é mostrar o interesse divino na interatividade com o homem por meio de manifestações sobrenaturais através do Espírito Santo (1 Co 12.1-11).

Prevenção ao método místico

Esse método de revelação da vontade de Deus através da mística, entretanto, requer alguns cuidados. O demasiado subjetivismo nas experiências, evidentemente, não poderá ser contestado, pois depende do testemunho pessoal. Todavia, deverá ser confrontado pela Palavra de Deus. Têm-se explorado demasiadamente os sinais como meio de se descobrir a vontade de Deus, e o que muitos têm conseguido alcançar não

O sofrimento não é sinal de que alguém esteja fora da vontade de Deus, pelo contrário, ele serve até mesmo para confirmar que a pessoa está dentro da vontade de Deus (2 Tm 3.12).

é bem o que se conhece por vontade de Deus, mas uma verdadeira confusão. Há algumas situações embaraçosas que perduram na vida de muitos porque entraram pelo caminho das profecias falsas, aquelas produzidas pela vontade humana. Às vezes, a vontade de ajudar um irmão é tanta que, no impulso das emoções, pessoas a quem Deus certamente tem usado se deixam levar pelo entusiasmo e dizem "profeticamente" aos outros o que devem ou não fazer. Isso pode resultar em verdadeiros desastres, como mudança inconveniente de emprego, negociações, relacionamento familiar e outras áreas importantes, porque tudo não passou de uma manipulação da vontade de Deus.[80]

Ciente de que algumas pessoas profetizavam por vontade própria na igreja de Corinto, o apóstolo Paulo advertiu os crentes a julgarem as profecias (1 Co 14.29). À medida que o crente amadurece, ele vai ganhando melhores condições para reconhecer os modos como Deus comunica-lhe a Sua vontade, por meio de sinais, sejam quais forem.

Que as condições favoráveis ou desfavoráveis podem indicar o nosso posicionamento dentro ou fora da vontade de Deus é um fato que nem sempre pode ser tomado por definitivo. Lemos em Atos 21 que Paulo fora avisado antecipadamente dos sofrimentos que o aguardavam em Jerusalém, e mesmo assim ele insistiu em ir. Teria ele saído da vontade de Deus? Afinal, depois de Jesus, ninguém nos legou maiores esclarecimentos sobre a vontade de Deus do que esse apóstolo. Como estaria ele agora infringindo um ensinamento por que tanto prezou?

A teimosia do apóstolo deixou os irmãos em Tiro preocupados diante da certeza de que ele passaria por agravos. "E, achando discípulos, ficamos ali sete dias; e eles, pelo Espírito, diziam a Paulo que não subisse a Jerusalém" (At 21.4). Paulo e seus companheiros partiram de Tiro, passaram por Ptolemaida até chegarem a Cesareia. Embora o apóstolo se hospedasse na casa de Filipe, onde moravam quatro moças que tinham o dom da profecia – as filhas de Filipe –, foi do profeta Ágabo, da Judeia, que ele recebeu a Palavra do Senhor.

80. FRIESEN. 1980. p. 57.

O modo como Ágabo profetizou foi também didática: "E, vindo ter conosco, tomou a cinta de Paulo e, ligando-se os seus próprios pés e mãos, disse: Isto diz o Espírito Santo: Assim ligarão os judeus, em Jerusalém, o varão de quem é esta cinta e o entregarão nas mãos dos gentios" (At 21.11). Era, portanto, a segunda vez que Paulo recebia um aviso de que passaria por sofrimento em Jerusalém: a primeira em Tiro e a segunda em Cesareia. Mesmo assim, Paulo não temeu ir para lá, apesar de as condições serem contrárias.

Tudo quanto foi previsto sucedeu ao apóstolo. Ninguém sabe explicar quais foram os motivos pessoais de Paulo para sua insistência. Enquanto os irmãos temiam pela sua vida, achando que não era vontade de Deus que ele fosse para Jerusalém, ele entendia que era. Não tendo mais o que fazer, os irmãos de Cesareia desistiram de insistir e num desabafo disseram: "Faça-se a vontade do Senhor!" (At 21.14).

Levantam-se aqui algumas questões: a primeira é a de que ou Paulo, ou os irmãos estavam certos quanto ao que era ou não a vontade de Deus para Paulo naquela hora. Se Paulo estava certo, os irmãos estariam errados; se os irmãos estavam certos, Paulo estaria errado; e Deus não é Deus de confusão (1 Co 14.33). O fato de ele ser avisado antecipadamente de que sofreria não se constituía em motivo suficiente de prova de que ele não devesse empreender a viagem para lá. O sofrimento não é sinal de que alguém esteja fora da vontade de Deus, pelo contrário, ele serve até mesmo para confirmar que a pessoa está dentro da vontade de Deus (2 Tm 3.12). Nesse caso, devemos entender que os irmãos de Cesareia, movidos de amor pelo apóstolo, davam outra interpretação, mas somente Paulo podia ter dentro de si a convicção plena do seu propósito alicerçado em Deus!

Alguns autores tentam negar a eficácia dos sinais como método de se conhecer a vontade de Deus, para alguns casos específicos; em parte, porque creem que isso diz respeito ao passado histórico da Igreja e, em parte, porque existem abusos no uso de sinais não confirmados pela prática. Tais motivos, entretanto, não são suficientes para garantir que Deus não se valha desse expediente. Quanto a acreditar que os sinais foram privilégios exclusivos da Igreja primitiva, eles arbitrariamente restringem a ação do Espírito Santo em nossos dias, sem poder contar com qualquer texto bíblico que lhes assegure isto. No que tange ao abuso dos sinais, esses autores quase teriam razão se a exceção fizesse a regra.

Por meio da razão

O uso da razão é incentivado nas Escrituras Sagradas como meio de se conhecer a vontade de Deus. A mente é um instrumento sagrado, pelo qual Deus pode manifestar Seus segredos aos Seus. Lamentavelmente, a grande maioria prefere outras formas de conhecimento que não demande o esforço da razão. Isso é mais comum entre os que dão mais evasão aos sentimentos do que aos pensamentos, à emoção do que à razão.

Entretanto, a Bíblia Sagrada enfoca a necessidade de um cristianismo pensado, compreendido, e não somente sentido. Jesus respondeu a um escriba que lhe interrogou sobre o primeiro dos mandamentos. Baseado na *Shemá Israel* (apelo para a nação ouvir), respondeu: "O primeiro de todos os mandamentos é: Ouve, Israel, o Senhor, nosso Deus, é o único Senhor. Amarás, pois, ao Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu entendimento, e de todas as tuas forças; este é o primeiro mandamento" (Mc 12.29; cf. Dt 6.4,5).

Comparando-se a fala de Jesus com o texto de Deuteronômio 6:5, observa-se o acréscimo da palavra "entendimento". Por que isto? Porque, quando estas palavras foram proferidas para o povo hebreu na caminhada do deserto, Deus esperava somente obediência às ordens estabelecidas e nada mais. Não era da alçada de ninguém a reflexão do que se passava ali. Os hebreus eram guiados por leis. Essa era a única maneira como podiam ser levados do Egito para Canaã. Faltava-lhes ainda uma boa formação. Eram propensos a crer em qualquer coisa que lhes desse segurança. Apesar de tudo quanto o Senhor lhes fizera, dos inúmeros sinais que experimentaram, por qualquer coisa viravam as costas para Deus: "E chamou Moisés a todo o Israel e disse-lhe: Tendes visto tudo quanto o SENHOR fez na terra do Egito, perante vossos olhos, a Faraó, e a todos os seus servos, e a toda a sua terra; as grandes provas que os teus olhos têm visto, aqueles sinais e grandes maravilhas; porém não vos tem dado o SENHOR um coração para entender, nem olhos para ver, nem ouvidos para ouvir, até ao dia de hoje" (Dt 29.2-4).

Anos mais tarde, o Senhor reclama da atitude de Israel, por não fazer uso da razão: "Ouvi, ó céus, e presta ouvidos, tu, ó terra, porque fala o SENHOR: Criei filhos e exalcei-os, mas eles prevaricaram contra mim. O boi conhece o seu possuidor, e o jumento, a manjedoura do seu dono, mas Israel não tem conhecimento, o meu povo não entende" (Is 1.2,3). Ambos os exemplos apresentados mostram como a falta de entendimento marcava os passos da nação israelita. Por causa disso, foram muitas vezes castigados por Deus com desolações, invasões e mortes.

No plano que Deus elaborou para a vida da Igreja, Ele não abre mão daquilo que mais faltou ao povo da antiga aliança: o entendimento. A emoção não é descartada. Quando Jesus falou sobre o maior de todos os mandamentos, disse: "Amarás, pois, ao Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu entendimento..." (Mc 12.30). A emoção não está descartada: "de todo o teu coração", mas, no mesmo nível, encontra-se o entendimento. A maioria dos crentes, entretanto, prefere vivenciar as emoções e não se predispor a ações que exijam o uso da razão. O amadurecimento da vida espiritual é racional.

O apóstolo Paulo se esforçava para levar os crentes dos seus dias a fazer maior uso da razão. O culto a Deus tinha de ser uma mistura de emoção com razão. Ao corrigir um emocionalismo vigente e irracional na igreja de Corinto, disse: "Que farei,

pois? Orarei com o espírito, mas também orarei com o entendimento; cantarei com o espírito, mas também cantarei com o entendimento". "Irmãos, não sejais meninos no entendimento, mas sede meninos na malícia e adultos no entendimento" (1 Co 14.15,20).

Há uma citação feita por John Stott, de Harry Blamirez, que vale a pena ser incluída aqui:

> A mente cristã tem-se deixado secularizar num grau de debilidade e de forma tão despreocupada sem paralelos na História Cristã. Não é fácil achar palavras certas para exprimir a completa perda de moral intelectual na Igreja do século 20. Não se pode caracterizar este fato sem recorrer a uma linguagem que parecerá histérica e melodramática. Não existe mais uma mente cristã. Ainda há, certamente, uma ética cristã, uma prática cristã e uma espiritualidade cristã. Mas na condição de um ser que pensa, o cristão moderno já sucumbiu à secularização.[81]

Perdemos grandes oportunidades de alcançar coisas altas no campo espiritual por não sabermos fazer uso devido da razão. O apóstolo Paulo deixa claro que uma das formas de se compreender a vontade de Deus é pelo uso da razão: "... Transformai-vos pela renovação do vosso entendimento, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus" (Rm 12.2). A renovação da mente não implica apenas abastecê-la de novas informações (conhecimento), mas a substituição de algumas ideias por outras. Há ideias concebidas que travam o desenvolvimento mental, como há também algumas que carregam consigo crenças erradas e superstições que em nada ajudam na compreensão dos mistérios divinos.

O apóstolo oferece ainda outros textos que mostram a inteligência como meio de se conhecer a vontade de Deus: "Pelo que não sejais insensatos, mas entendei qual seja a vontade do Senhor" (Ef 5.17). Aos Colossenses, diz: "Por esta razão, nós também, desde o dia em que o ouvimos, não cessamos de orar por vós e de pedir que sejais cheios do conhecimento da sua vontade, em toda a sabedoria e inteligência espiritual" (Cl 1.9).

As duas formas expressas da vontade de Deus

Há, na língua grega, duas palavras para "vontade". Cada uma delas estabelece um peso e uma importância: uma expressa a vontade *preceptiva* (normas), que lança preceitos, e cabe ao homem executá-las ou não; a outra é a vontade *peremptória* (inexorável, inflexível, absoluta). Essa vontade é inegociável, inalterável.

---

81. FRIESEN. 1980. p. 62.

Thélema

O verbo *Thélo* ocorre 207 vezes no Novo Testamento. O substantivo θέλημά, *Thélema*, ocorre 62 vezes. No Antigo Testamento, o termo correspondente é חָפֵץ, *chaphets* (Rt 3.13), que ocorre 26 vezes, e אֵבָה, *'abâh*, que ocorre 17 vezes. O termo usado com mais frequência no Novo Testamento é o verbo *thélo* que significa: "querer", "ter vontade de"; "desejar"; "determinar", "ter prazer em", "intenção". Nesta vontade está também prevista a *vontade permissiva* de Deus. Na vontade permissiva, encontra-se a tolerância de Deus; que revela mais o que o homem quer do que o que Deus quer. A vontade *permissiva* é o aspecto da vontade de Deus em que Ele não interfere nas decisões humanas, deixando cada um se guiar por seus próprios intentos, atendendo à vontade da carne; por isso, Deus não impede ninguém de pecar, a menos que lhe convenha impedir. Pelo uso da vontade permissiva, Deus dá corda aos homens para ver até onde eles são capazes de ir na sua arrogância, até que chegue o grande dia da cobrança. Ele ouviu o povo de Israel quando lhe pediu um rei, embora já houvesse feito promessa à nação de que lhe daria um rei quando entrasse na Terra Prometida, depois de conquistá-la completamente (Dt 17.14-20). A impaciência da nação, no entanto, levou-o a precipitar a entronização desse rei.

Os anciãos de Israel, representando o povo, foram a Samuel e reclamaram esse rei. Pediram ao profeta que lhes constituísse logo o homem que deveria reger a nação. Samuel levou o assunto a Deus. A resposta foi: se o povo quisesse um rei fora do tempo, Deus estava disposto a dar-lhe, porém não seria a pessoa que Ele havia planejado. O rei fora da vontade perfeita de Deus não lhe seria bom. Ele exploraria os filhos e as filhas do povo para serviços seus e ainda tomaria o melhor da terra, da lavoura, tomaria os servos, o gado, e ainda faria deles escravos. No dia do sofrimento, eles invocariam a Deus, mas não seriam ouvidos. Que decidissem: "Porém o povo não quis ouvir a voz de Samuel; e disseram: Não, mas haverá sobre nós um rei" (1 Sm 8.19).

Há coisas que Deus tolera, mesmo que sejam contrárias à Sua soberana vontade. Ele mantém o diálogo aberto com o homem concedendo-lhe o direito de escolher. Deus não viola a lei da consciência, não interfere nas decisões do coração, deixando cada um guiar-se por sua própria vontade, embora mostre os resultados que podem advir dessas escolhas.[82]

Boulé

Se na vontade permissiva conhecemos a tolerância de Deus que permite que coisas aconteçam, mesmo que lhe desagradem; na vontade peremptória de Deus, conhecemos o lado completamente oposto. Este aspecto da vontade de Deus é também

82. FRIESEN. 1980. p. 24.

conhecido como *vontade decretiva.* Trata-se daquele direito que Deus reserva a si mesmo de decidir as coisas como lhe apraz. Nesta expressão da Sua vontade, Deus se revela imutável, intolerante e inexorável.

Para identificá-la no Novo Testamento o verbo grego é βουλή, *boulé,* traduzido por "vontade" ou "conselho".[83] No hebraico, o termo correspondente é רָצוֹן, *ratson,* "secreto conselho" (Gn 49.6).

Em Efésios 1.11, o apóstolo Paulo diz: "Nele, digo, em quem também fomos feitos herança, havendo sido predestinados conforme o propósito daquele que faz todas as coisas, segundo o conselho da sua vontade". Parafraseando, seria: "Segundo a vontade (decretiva) da sua vontade (preventiva)". O autor da carta aos Hebreus explica, de maneira mais incisiva, a importância desta expressão da vontade divina: "Pelo que, querendo Deus mostrar mais abundantemente a imutabilidade do seu conselho aos herdeiros da promessa, se interpôs com juramento" (Hb 6.17)[84].

Pedro faz menção dessa distinção das vontades de Deus em seu sermão no dia de Pentecostes ao se referir à morte de Jesus: "A este que vos foi entregue pelo determinado conselho e presciência de Deus, tomando-o vós, o crucificastes e matastes pelas mãos de injustos" (At 2.23). Por essa razão, Jesus submeteu-se à vontade de Deus enquanto orava no Getsêmani: "E, indo um pouco adiante, prostrou-se sobre o seu rosto, orando e dizendo: Meu Pai, se é possível, passa de mim este cálice; todavia, não seja como eu quero, mas como tu queres" (Mt 26.39). Jesus troca o Seu querer pelo de Deus, a Sua vontade, que reflete a fragilidade humana, pela vontade que alcança o mais profundo intento eterno de Deus para com a humanidade. Todos sabemos qual vontade prevaleceu.

No Antigo Testamento, temos o exemplo de Moisés orando a Deus, pedindo permissão para entrar na terra pela qual tanto lutara, trazendo consigo o povo do deserto. A resposta de Deus para ele foi "não". Mas, não foi uma resposta que poderia ser alterada com um pouco mais de oração e choro. O "não" de Deus para ele foi definitivo. Deus lhe disse "basta": "Rogo-te que me deixes passar, para que veja esta boa terra que está dalém do Jordão, esta boa montanha e o Líbano. Porém o SENHOR indignou-se muito contra mim, por causa de vós, e não me ouviu; antes, o SENHOR me disse: Basta; não me fales mais neste negócio" (Dt 3.25,26). Moisés não podia, sequer, tocar mais no assunto com Deus. A resposta já estava dada, e ela não seria alterada por nada. O plano de Deus para Moisés era dar encerramento à sua carreira: seria o fim da sua vida. Moisés morreria ali mesmo. "...anuncio o fim desde o princípio e, desde a antiguidade,

---

83. FRIESEN. 1980. p. 27.

84. Decretos de Deus. No campo da soteriologia, os monergistas - ou seja, os calvinistas - se valem da vontade *decretiva* de Deus para justificar a Sua liberdade em escolher uns para a salvação e, subsequentemente, outros para a perdição. Deixamos para discutir este assunto no capítulo referente à salvação.

as coisas que ainda não sucederam; que digo: o meu conselho será firme, e farei toda a minha vontade" (Is 46.10). Nada detém a vontade peremptória de Deus.

No Novo Testamento, há um caso semelhante ao da oração de Moisés: a oração de Paulo pela remoção de um espinho na carne. O apóstolo estava sofrendo: "E, para que me não exaltasse pelas excelências das revelações, foi-me dado um espinho na carne, a saber, um mensageiro de Satanás, para me esbofetear, a fim de não me exaltar. Acerca do qual três vezes orei ao Senhor, para que se desviasse de mim. E disse-me: A minha graça te basta, porque o meu poder se aperfeiçoa na fraqueza..." (2 Co 12.7-9). Não era do interesse de Deus remover da vida do apóstolo aquele mal. Aquele "mensageiro de Satanás" que o incomodava servia-lhe de freio; por isso, não adiantou a Paulo orar uma, duas, três vezes e, quantas vezes mais o fizesse, não seria atendido, porque a vontade *peremptória* de Deus era não atendê-lo. Longe de frustrar-se ou mesmo zangar-se com Deus, Paulo entendeu e aceitou o "não" de Deus à sua oração: "De boa vontade, pois, me gloriarei nas minhas fraquezas, para que em mim habite o poder de Cristo" (2 Co 12.9*b*).

A disciplina de Deus

Deus é intolerante com o pecado, embora não impeça as pessoas de pecar. Ele conhece a medida de compreensão de cada um, em relação à extensão dos seus limites. O pecado cometido por uma pessoa ignorante não tem o mesmo peso do pecado cometido por alguém devidamente informado sobre ele. Na Sua vontade *permissiva*, Deus tem suas formas de avisar, demonstrar e alertar o indivíduo. Ele dá um tempo para que a pessoa caia em si, mas esse tempo é determinado. Findo o tempo não há mais o que fazer: a punição virá e ela será severa.

Davi encantou-se com a beleza de Bate-Seba ao vê-la do terraço do palácio, lavando-se. Enviou mensageiros seus a buscá-la e, com as facilidades que o cargo de mandatário da nação lhe conferiam, deitou-se com ela e engravidou-a. Para evitar que o marido da mulher, Urias, seu fiel soldado, soubesse do caso, Davi pediu à mulher que se deitasse com o marido o mais rápido possível, mas ele, ocupado com as causas da nação, não encontrava tempo para se deitar com a esposa. Passado o tempo de contagem regressiva até que o bebê nascesse, o rei buscou um meio fatal para se livrar de um escândalo iminente: promoveu Urias a capitão da guarda, colocando-o à frente do seu exército numa batalha, a fim de que morresse, pressupondo que o seu problema estaria resolvido. Tudo aconteceu conforme o planejado: Urias morreu e o rei ficou definitivamente com a mulher infiel do seu soldado leal (2 Sm 11).

Tudo parecia ir bem para Davi, até que o profeta Natã revelasse o seu pecado. Consciente de haver feito algo errado, Davi arrependeu-se: "Então, disse Davi a Natã: Pequei contra o SENHOR. E disse Natã a Davi: Também o SENHOR traspassou o teu pecado; não morrerás. Todavia, porquanto com este feito deste lugar sobremaneira a

que os inimigos do SENHOR blasfemem, também o filho que te nasceu certamente morrerá" (2 Sm 12.13,14).

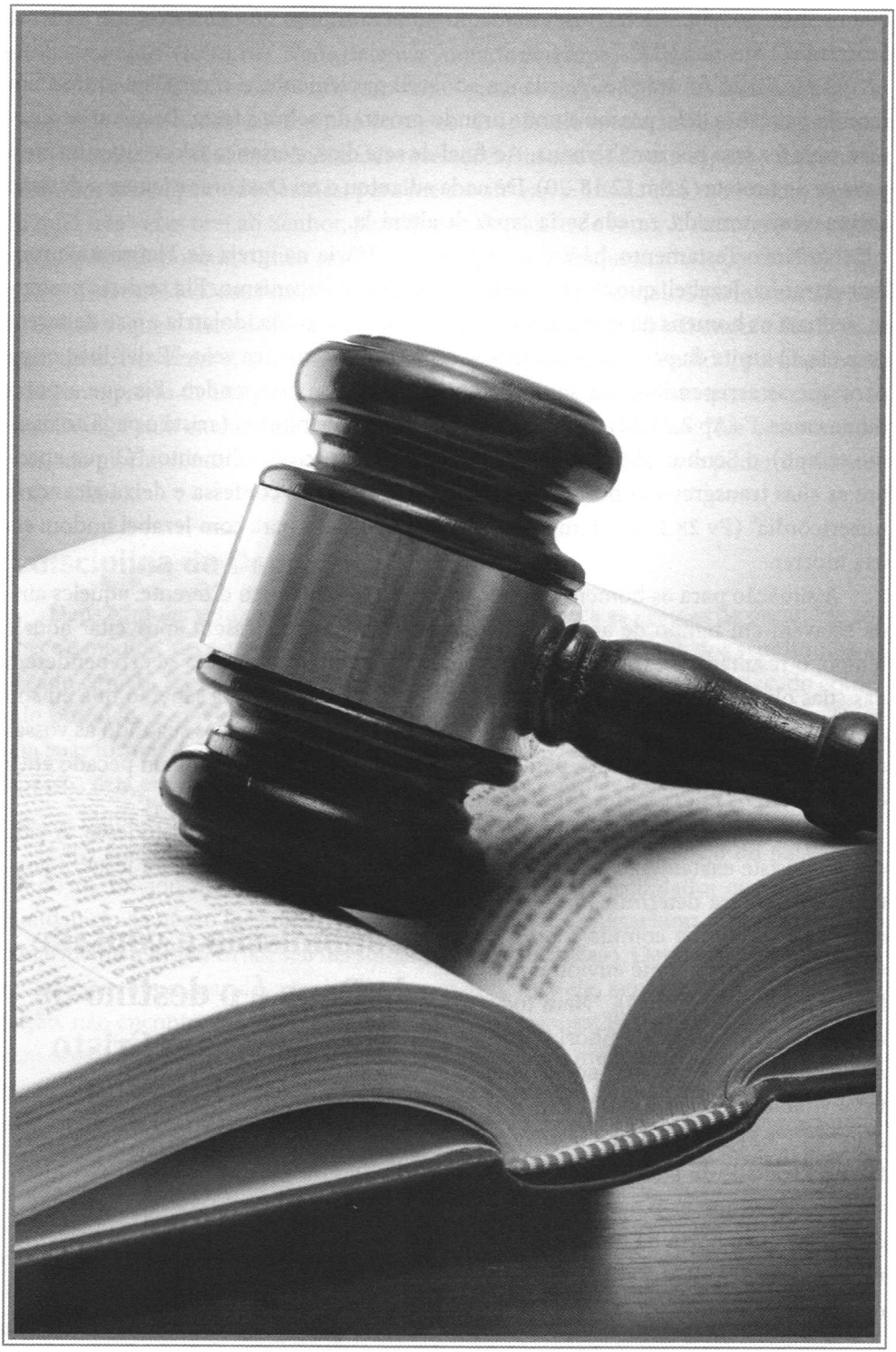
O resultado foi trágico. A criança adoeceu gravemente, e o rei Davi entrou em recesso par causa dela: passou a noite orando prostrado sobre a terra. Recusou-se a comer, e ele fez isso por uma semana. Ao final de sete dias, a criança faleceu, conforme a palavra do profeta (2 Sm 12.18-20). De nada adiantou o rei Davi orar e jejuar: a decisão divina estava tomada, e nada seria capaz de alterá-la.

No Novo Testamento, há um caso parecido. Havia na igreja de Tiatira uma mulher estranha, Jezabel, que aliava Cristianismo com o Paganismo. Ela se dizia profetisa, seduzia os homens da igreja a comerem dos sacrifícios da idolatria e a se deitarem com ela. O limite da paciência de Deus se esgotou, e a sentença veio: "E dei-lhe tempo para que se arrependesse da sua prostituição; e não se arrependeu. Eis que a porei numa cama..." (Ap 2.21,22). Apesar da sua religiosidade híbrida (cristã e pagã ao mesmo tempo), o Senhor ofereceu a ela oportunidade de arrependimento: "O que encobre as suas transgressões nunca prosperará; mas o que as confessa e deixa alcançará misericórdia" (Pv 28.13). O tempo da tolerância de Deus para com Jezabel findou: ela iria morrer.

A situação para os homens aliciados por ela era um pouco diferente: aqueles ainda estavam em tempo de arrependimento, mas se não soubessem aproveitar aquele tempo, o resultado lhes seria fatal: "...virá grande tribulação, se não se arrependerem das suas obras. E ferirei de morte a seus filhos, e todas as igrejas saberão que eu sou aquele que sonda as mentes e os corações. E darei a cada um de vós segundo as vossas obras" (Ap 2.22,23). A ameaça para os homens da igreja que estavam em pecado era a de perderem os filhos, assim como aconteceu com o rei Davi.

A submissão à vontade de Deus é o destino de todo salvo em Cristo Jesus. A vida cristã consiste exatamente em adequar-se ao centro dessa vontade. Para Jesus, a vontade de Deus era determinante: "Jesus disse-lhes: A minha comida é fazer a vontade daquele que me enviou e realizar a sua obra" (Jo 4.34). "Nem todo o que me diz: Senhor, Senhor! entrará no Reino dos céus, mas aquele que faz a vontade de meu Pai, que está nos céus" (Mt 7.21). O salvo em Cristo deve fazer da vontade de Deus a sua própria vontade, deve querer, para a sua vida, o que Deus quer, e não há o que temer a respeito dessa vontade, afinal, ela *boa, agradável* e *perfeita!*

A submissão à vontade de Deus é o destino de todo salvo em Cristo Jesus. A vida cristã consiste exatamente em adequar-se ao centro dessa vontade.



BIBLIOGRAFIA

BERKHOF, Louis. *Teologia Sistemática*. 2. ed. S. Paulo, SP: Editora Cultura Cristã, 2003.

CALVINO, João. *As Institutas*. 2. ed. clássica. S. Paulo, SP: Editora Cultura Cristã, 2006. 4 v.

CHAFER, Lewis Sperry. *Teologia Sistemática*. 2. ed. S. Paulo, SP: Editora Hagnos, 1976. v. 4.

CHAMPLIN, R. N., Ph.D.; BENTES, J. M. *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*. S. Paulo, SP: Editora e Distribuidora Candeia, 1991. v. 6.

CRAIG, William Lane; MORELAND, J. P. *Filosofia e Cosmovisão Cristã*. 1. ed. S. Paulo, SP: Edições Vida Nova, 2005.

CULVER, Robert D. *Teologia Sistemática Bíblica e Histórica*. S. Paulo, SP: Shedd Publicações, 2012.

ELWELL, Walter. *Enciclopédia histórico-teológica da Igreja Cristã*. S. Paulo, SP: Edições Vida Nova, 1990. v. 3.

FRIESEN, Garry; MAXSON, J. Robin. *Decision making and the will of God*. Portland, Oregon: Multnomah Press, 1980.

GRUDEM, Wayne. *Teologia Sistemática*. S. Paulo, SP: Edições Vida Nova, 1999.

HÄGGLUND, Bent. *História da Teologia*. 8. ed. Porto Alegre, RS: Editora Concórdia, 2014.

HODGE, Charles. *Teologia Sistemática*. S. Paulo, SP: Editora Hagnos, 2001.

HORTON, Stanley. *Teologia Sistemática, uma perspectiva pentecostal*. Rio de Janeiro, RJ: CPAD, 2013.

JENSON, Robert W.; BRAATEN, Carl E. *Dogmática Evangélica.* 2. ed. S. Leopoldo, RS: Editora Sinodal e EST, 2007. v. 1, 2.

MYATT, Alan; FERREIRA, Franklin. *Teologia Sistemática.* 1. ed. S. Paulo, SP: Edições Vida Nova, 2007.

OLSON, Roger. *História da teologia cristã.* S. Paulo, SP: Editora Vida, 2001.

PRATNEY, Winkie A. *A Natureza e o Caráter de Deus.* 1. ed. S. Paulo, SP: Editora Vida, 2004.

STRONG, Augustus H. *Teologia Sistemática.* S. Paulo, SP: Editora Teológica Ltda, 2002.

TILLICH, Paul. *Teologia Sistemática.* 4. ed. S. Leopoldo, RS: Editora Sinodal, 1987.

THOMAS, J. D. *Razão, Ciência e Fé.* 1. ed. S. Paulo, SP: Editora Vida Cristã, 2001.

TOWNS, Elmer L. *Theology for Today.* Mason, OH: Cengage Learning, 2008.

WILLIAMS, J. Rodman. *Teologia Sistemática: Uma Perspectiva Pentecostal.* 1. ed. S. Paulo, SP: Editora Vida, 2001.

TEOLOGIA
PARA
PENTECOSTAIS

UMA TEOLOGIA
SISTEMÁTICA EXPANDIDA

A MAIOR OBRA PENTECOSTAL DE TEOLOGIA SISTEMÁTICA DO BRASIL

VOLUME 01

HISTÓRIA DA TEOLOGIA CRISTÃ – Uma visão histórica da Teologia, contemplando os principais teólogos da Igreja, desde o segundo século, conhecidos como "Pais da Igreja"; as controvérsias teológicas, os Concílios Ecumênicos; a Reforma Protestante e a contribuição dos teólogos pós-reformistas aos teólogos liberais do século 20.
Prefácio: Prof. Alberto Alves da Fonseca

BIBLIOLOGIA – Um estudo envolvente sobre as Escrituras Sagradas, abrangendo a formação do Cânon Sagrado; o processo de tradução para a língua Portuguesa; as restrições impostas pelo clero romano ao texto sagrado, além de um estudo sobre as doutrinas da revelação, inspiração, inerrância e iluminação das Sagradas Escrituras.
Prefácio: Rev. Paulo R. Teixeira – Sociedade Bíblica do Brasil

TEONTOLOGIA – Um estudo sobre Deus, Sua natureza, Seus atributos e propósitos; os nomes de Deus; a doutrina da Trindade; o conflito entre o Ser de Deus e a existência do mal, além de uma interessante exposição sobre a vontade de Deus e como conhecê-la.
Prefácio: Dr. Paulo Romeiro

DEMAIS VOLUMES					
Vol. 02	Cristologia Pneumatologia Angelologia	Vol. 03	Antropologia Hamartiologia Soteriologia	Vol. 04	Eclesiologia Escatologia História do Movimento Pentecostal

O Pastor Walter Brunelli tem levado a Palavra de Deus a muitos países em Igrejas, conferências, seminários, cruzadas evangelísticas e através do programa TV Bereana, exibido em diversos canais de televisão e via internet. Por onde passa, contribui para o crescimento do Corpo de Cristo com mensagens impactantes, conforme a orientação do Espírito Santo.

- Graduado em Teologia pela Faculdade de Teologia da Igreja Metodista Livre, de São Paulo
- Graduado pela Escola Superior de Teologia de São Leopoldo, RS
- Pós-graduado em Didática do Ensino Superior pela Universidade Presbiteriana Mackenzie
- Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Presbiteriana Mackenzie

Pr. Presidente da Assembleia de Deus Bereana, em São Paulo
www.walterbrunelli.com.br

CENTRAL GOSPEL
impactando vidas e conquistando vitórias

Estrada do Guerenguê, 1851 - Taquara
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22713-001
PEDIDOS: (21) 2187-7000
www.editoracentralgospel.com

ISBN: 978-85-7689-474-2
9 788576 894742 33012